

# Dossiê:

## Literatura e teoria da história

[Literature and theory of history]

<http://dx.doi.org/10.11606/1982-883722371>

### Apresentação

Luciana Villas Bôas<sup>1</sup>

Sérgio da Mata<sup>2</sup>

Os ensaios reunidos neste dossiê têm o mérito de trazer à tona alguns dos fios que entrelaçam os estudos literários e a teoria da história. O leitor que percorrê-los será confrontado com uma pluralidade de percepções históricas de um núcleo comum de eventos e processos históricos da Modernidade: A Revolução Francesa, o Esclarecimento, as Grandes Guerras, o nacional-socialismo, a indústria cultural e o conceito de progresso. Os ensaios exploram, cada um a seu modo, a linguagem que molda as percepções históricas, desentranhando palavras, discursos e conceitos que as constituem. Flagram diferenças irreconciliáveis ou afinidades sutis na percepção histórica de autores ligados pela experiência, tradição ou interesse intelectual, como Johann Wolfgang von Goethe e Friedrich Schiller, Erich Auerbach e Siegfried Kracauer, Henry James e Georg Simmel, Ernst Jünger e Arnold Gehlen. Ao discriminar diferentes modos de apreensão verbal dos eventos, problematizam a relação entre linguagem e história, discurso e evento. Por essa razão, tomados em seu conjunto, os artigos situam-se na contramão da tendência a se reduzir a história a um discurso cuja realidade derivaria exclusivamente da sua articulação linguístico-literária. Assim, em virtude da seleção que integram, os artigos convidam o

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro, Avenida Horácio Macedo, 2151, Cidade Universitária, Rio de Janeiro, RJ, 21941917, Brasil. E-mail: l.villasboas@uol.com.br. ORCID: 0000-0001-9933-6804

<sup>2</sup> Universidade Federal de Ouro Preto, Rua do Seminário s/n, Mariana, MG, 35430000, Brasil. E-mail: sdmata@ufop.edu.br. ORCID: 0000-0002-7963-6292



leitor a refletir sobre a **relação** entre ficcionalidade e facticidade, reconstrução e realidade histórica. Não oferecem respostas pacificadoras; antes, ao invés de excluir do horizonte uma questão fundamental, perseguem-na à luz de abordagens e contextos diversos.

Reinhart Koselleck argumentou ao longo de toda a sua obra que é preciso discriminar (*post eventum*) o que no desenrolar dos acontecimentos (*in eventu*) é inseparável, a linguagem que molda as percepções e os resultados concretos das ações que antecipamos mas que ainda não chegaram a se consumir. Cabe ao historiador traçar a distinção de modo a poder explorar a tensão entre os eventos antecipados e os eventos decorridos, os discursos e as ações. Para Koselleck, essa tensão torna-se uma das teses centrais da teoria da história e a condição de possibilidade para a apreensão da pluralidade de esferas e ação e, portanto, do político. Esse argumento implica, além disso, reconhecer o caráter paradoxal da tarefa do historiador que postula a existência de uma realidade extralinguística, mas forçosamente depende da linguagem para produzir o seu objeto. Mas a insistência de Koselleck no paradoxo está a serviço da demarcação da fronteira entre hermenêutica e teoria da história. E essa fronteira, vale a pena recordar, é o que garante a abertura do passado para o político, tomado como um princípio antropológico. O político é inextricável, na concepção de Koselleck, de uma dimensão histórica, i.e., temporal: trata-se do princípio da “heterogenia do fins”, segundo o qual seria inerente às ações humanas que as motivações e o planejamento jamais coincidem com a sua execução e resultados finais. Se as categorias formais como amigo/ inimigo, dentro/ fora, senhor/ escravo circunscrevem as histórias possíveis, o político é o pressuposto da multiplicidade de histórias reais.

No âmbito dos estudos literários poder-se-ia pensar a fronteira divisada por Koselleck a partir de duas distinções. A primeira é interna e diz respeito à organização de toda narrativa, i.e., a oposição entre os eventos narrados e a narração, que assumiria diferentes formulações: *histoire* e *discours*, *Gechichte* e *Geschehen*, os acontecimentos e a sua representação. É esta distinção chave que permite ao intérprete enxergar a narrativa como uma seleção, uma perspectivação dos acontecimentos. O romance realista, que emerge meados do século XVIII, parte da diferença entre a narração e a realidade, e a emprega para distinguir-se de narrativas não-realistas do passado, como lendas, fábulas ou “contos de fada”. O romance histórico do século XIX explora a tensão entre ficção e referencialidade histórica; pressupõe a autonomia em relação à historiografia que se institucionalizava, sem deixar de aludir ao horizonte histórico do público ao qual se dirige.

Uma outra distinção metodológica fundamental para a apreensão da historicidade dos textos, mas menos teorizada ou sistematizada, diz respeito à relação entre texto e contexto. Para o intérprete indagador a relação não está previamente dada; por isso, ele adota como ponto de partida de análise não a identidade, mas a diferença entre texto e contexto. Ao invés de subsumir o texto a um contexto previamente determinado, o pesquisador busca demonstrar correlações entre o seu objeto e seus diversos contextos.

Vale a pena lembrar que, da perspectiva da história da literatura, a relação entre texto e contexto torna-se no romance uma problemática da própria narrativa. Renunciando ao repertório tradicional de tipos e histórias para elaborar um mundo temporalizado, concebido historicamente, no qual o futuro tende a se afastar cada vez mais do passado e das expectativas, o romance passa a tematizar a transmissão da experiência, a relação entre passado e futuro, num mundo em permanente mudança. Além desta dimensão especificamente temporal da questão, Hans Blumenberg revelou como a ascensão do romance é inconcebível sem a emergência moderna de um novo conceito de realidade, em que o real não é entendido apenas como evidência (como na Antiguidade) ou como algo metafisicamente lastreado (como na Idade Média), mas como uma sintaxe de elementos, organizada segundo regras que lhe garantem um nível de consistência específico. Numa palavra: a própria realidade passa a ser entendida como “contexto”. A simultaneidade deste processo com o advento do conceito moderno de história mostra de forma impressionante o nível de articulação, mas também de tensão, entre estes objetos centrais do saber histórico e dos estudos literários – “a” história e o romance –, e cuja “dignidade metafísica” não dá ainda sinais de ser seriamente questionada.

Os trabalhos reunidos neste dossiê situam-se na fronteira entre história e linguagem, hermenêutica e história. A sua contribuição está em romper com a divisão tácita de trabalho que relega aos historiadores à facticidade e aos estudiosos da literatura à ficcionalidade dos textos. Ao abordarem a ficção do factual e a factualidade da ficção, os autores atravessam as barreiras disciplinares e institucionais que persistem mesmo quando as pesquisas e os nossos horizontes intelectuais as desmancharam. A interdisciplinaridade configura-se também pelo viés da germanística. É para os organizadores uma enorme satisfação poder estreitar os laços entre colegas que exploram tradições intelectuais e literárias de língua alemã. Todos sabem que a atuação em áreas e programas diferentes pode alienar os pesquisadores cujos interesses e projetos são convergentes. É preciso resistir a essas distâncias arbitrarias e abraçar o caráter

interdisciplinar da germanística. Os mútuos estranhamentos metodológicos, as diferentes tradições interpretativas de repertórios comuns, ou desavenças terminológicas podem exigir a prontidão para a reformulação e a dedicação ao diálogo. São, nesse sentido, irritações e emoções cognitivas.

Uma exigência comum ao ofício literário e histórico é a ordenação de materiais, a execução da continuidade narrativa. Na determinação da sucessão dos artigos oscilamos entre a ordem cronológica ou histórico-problemática. A disposição cronológica dos artigos, pela qual, enfim, optamos, implica a sucessão temporal dos objetos em caso, mas não uma compreensão linear dos contextos e seus desenvolvimentos. Isolados ou em conjunto, os trabalhos trincam as imagens convencionais dos períodos, realçando contracorrentes, recuperando vozes dissonantes e malditas, redefinindo os extratos do tempo de um mesmo tempo. As concepções temporais que são destrinchadas evidenciam essa heterogeneidade. A espinha histórico-problemática atravessa, saliente, a cronologia: a crítica da cultura, legados do Esclarecimento, o relato histórico, as diferenças entre as concepções estético-políticas dos irmãos Thomas e Heinrich Mann, o pensamento conservador, os problemas do realismo e da *posthistoire*.

Assim, em sua contribuição a este dossiê, André Araújo mostra, a partir de Schiller, como o pensamento antropológico desenvolvido à época do iluminismo tardio alemão serve de fundamento não apenas para os discursos médico e historiográfico, mas também para uma parcela significativa da produção literária. Luciana Villas Bôas reconstrói o envolvimento de Goethe com a tradução da autobiografia do escultor renascentista Benvenuto Cellini, demonstrando como o enlace entre Revolução e autoria atravessa a compreensão goethiana da dimensão extemporânea da arte. A percepção oitocentista sobre o tumultuado campo das práticas jurídicas de inícios da modernidade é revisitada por Carola Pivetta através das lentes de dois importantes escritores do período romântico: E. T. A. Hoffmann e Willibald Alexis. Seu artigo revela como o drama pessoal da Marquesa de Pivardière foi recuperado e retrabalhado por estes dois escritores. Os demais artigos do dossiê são estudos comparativos nos quais se discutem as contribuições de importantes escritores e filósofos do século XX sobre os desafios estéticos, políticos e existenciais gerados pela "condição moderna": as afinidades eletivas entre Georg Simmel e Henry James quanto aos dilemas da cultura numa sociedade de massas, altamente urbanizada (tema do artigo de Luiza Larangeira); as diferenças entre Heinrich e Thomas Mann no tocante ao papel político da arte (discutido por Pedro Spinola Caldas); o sombrio

diagnóstico sociológico-literário sobre a *posthistoire* em Ernst Jünger e Arnold Gehlen (artigo de Sérgio da Mata); e enfim a reflexão sobre as possibilidades e os limites do realismo nas obras de Siegfried Kracauer, Erich Auerbach e Ernst Jünger (presente nos artigos de Danielle Corpas e Victor Coelho).

Os diagnósticos do presente, as expectativas de futuro e as visões do passado que aqui se entrecruzam permitem ao leitor apartar-se de si e do seu tempo. Ele pode examinar os futuros antecipados à luz dos eventos passados e reposicionar-se diante das expectativas do seu tempo.

Luciana Villas Bôas e Sérgio da Mata

Organizadores

# História, literatura e antropologia no Iluminismo tardio alemão

[History, literature and anthropology in the German Late Enlightenment]

<http://dx.doi.org/10.11606/1982-883722376>

André de Melo Araújo<sup>1</sup>

**Abstract:** In analyzing Friedrich Schiller's *The Robbers* (1781), this article supports the thesis according to which the anthropological thought developed at the time of the German Late Enlightenment serves as a common ground not only to medical and historiographical discourses, but also to eighteenth-century literary production. In the first section, I investigate the foundations of the Enlightenment literary and medical cultures, as well as the debate on the concept of anthropology at that time. In the second and third sections I discuss contemporary research trends that explore points of contact between historical knowledge, anthropological thought and literary production in the Enlightenment. By doing so, this article concludes that Schiller's representational strategies presented in *The Robbers* are a direct expression of the Enlightenment project which aims at understanding – in anthropological terms – the 'whole of man' and the whole history of mankind.

**Keywords:** Literary anthropology; Universal History; German Late Enlightenment; Friedrich Schiller; *The Robbers* (1781).

**Resumo:** Ao analisar o drama *Os bandoleiros* (1781), de Friedrich Schiller, este artigo defende a tese segundo a qual o pensamento antropológico desenvolvido à época do iluminismo tardio alemão serve de fundamento não apenas para os discursos médico e historiográfico, mas também para uma parcela significativa da produção literária do período. Para tanto, na primeira seção deste artigo, investigam-se as bases de formação da cultura letrada e, particularmente, da cultura médica alemã na segunda metade do século XVIII, bem como as discussões à época vigentes em torno do conceito de antropologia. Na segunda e na terceira seções, discutem-se as tendências da pesquisa contemporânea que exploram os pontos de contato entre o conhecimento histórico, o pensamento antropológico e a produção literária no século das Luzes. Esses passos fundamentam a tese aqui defendida e segundo a qual o modo de representação literária operado por Schiller em *Os bandoleiros* é expressão direta do projeto de compreensão – em termos antropológicos – das totalidades integradas do homem e da história da humanidade.

---

<sup>1</sup> Universidade de Brasília, Campus Universitário Darcy Ribeiro, 70910900, Brasília, DF, Brasil. E-mail: andaraujo@unb.br. ORCID: 0000-0002-8483-8235

O autor agradece à Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (0193.001272/2016) pelo apoio para realização desta pesquisa; a Luciana Villas Bôas e a Sérgio da Mata pelo convite e pelas sugestões feitas para o aprimoramento do texto, assim como também a Arthur Alfaix Assis e a Jorge de Almeida pela leitura crítica e atenta do manuscrito.



**Palavras-chave:** Antropologia literária; História universal; Iluminismo tardio alemão; Friedrich Schiller; *Os bandoleiros* (1781).

O prefácio da primeira edição de *Os bandoleiros*, de Friedrich Schiller (1759-1805), apresenta os personagens do drama publicado anonimamente em 1781 como “uma cópia do mundo real” (SCHILLER 2004a: 485). Por meio desta fórmula, o autor confere valor à representação literária que opera por semelhança com a realidade humana, em detrimento das construções idealizadoras do substrato moral das figuras em cena. Todavia, por mais proveitosa que possa ser a análise das estratégias discursivas que retomam o núcleo clássico da teoria da representação,<sup>2</sup> é outro tipo de “cópia” que, nesse caso, permite-nos inicialmente explorar os pontos de contato entre gêneros discursivos distintos na Época das Luzes.

Na primeira cena do último ato de *Os bandoleiros*, a consciência do personagem Franz Moor – que tramara contra a família para assumir a posição reservada para o primogênito – é assaltada tanto pelo espírito dos mortos que se levantam dos túmulos, quanto pelo medo de que a noite se prolongasse até o dia do Juízo Final. “FRANZ. Não! Eu não estou tremendo! Foi apenas um sonho – Os mortos ainda não se levantaram – Quem disse que estou tremendo e pálido? Estou calmo e tranquilo” (SCHILLER 2004a: 599).

No momento em que Schiller descreve a tentativa de Franz Moor de ocultar a resposta do corpo ao estado de espírito do personagem, o autor também se ocupava com a redação de uma tese de doutorado em medicina. Os dois textos foram escritos paralelamente, ao longo do ano de 1780, como relatado posteriormente por Schiller em correspondência privada ao amigo Christian Gottfried Körner (1756-1831) (cf. ALT 2000: 277; ROBERT 2011: 55-93). No texto acadêmico, Schiller analisa como a dor do espírito prejudica o bem-estar do corpo (SCHILLER 2004b: 308). Para sustentar esta tese, o discurso médico apresenta o caso de um homem que, ao despertar de um sono intranquilo, é tomado por sensações confusas e se vê arrastado pela marcha lenta da razão. Aqui, o movimento de cópia do mundo real se identifica com um ato de transposição literária.

---

<sup>2</sup> Sobre esta concepção clássica da representação, para a qual “o artista ‘imita’ a ‘forma exterior’ do objeto que está à sua frente, e o espectador, por seu turno, reconhece por essa ‘forma’ o ‘assunto’ da obra de arte” ou da representação literária, cf. GOMBRICH 1999: 1. No polo oposto a esta concepção localiza-se a tese de Nelson Goodman, segundo a qual a semelhança não é condição suficiente para a representação. Cf. GOODMAN 1976: 4. Recentemente, a tese de Goodman foi retomada por Frank Ankersmit com o objetivo de discutir a relação entre verdade e estilo nas teorias da representação. Cf. ANKERSMIT 2012: 76.

“MOOR: Não, eu não estou tremendo. Foi apenas um sonho – Os mortos ainda não se levantaram – Quem disse que estou tremendo e pálido? Estou calmo e tranquilo” (SCHILLER 2004b: 309).

As variações entre os dois fragmentos da obra de Schiller são mínimas. A mesma angústia apocalíptica descrita na cena ficcional e no relato analisado na tese médica opera como prova, em ambos os textos, da existência de uma relação direta entre o comportamento do corpo e as sensações do espírito. Tanto para os espectadores, quanto para os leitores de *Os bandoleiros*, o tema surge de forma ainda mais evidente no segundo ato, no momento em que o mesmo personagem, antes de perceber o avanço das tormentas já pronunciadas, indaga sobre as possibilidades de inverter a lógica das práticas médicas e, ao invés de prolongar, encurtar o tempo da vida de um homem.

FRANZ VON MOOR: [...] Filósofos e médicos me ensinam como é pertinente relacionar a disposição do espírito com os movimentos da máquina [do corpo]. As sensações convulsivas vêm sempre acompanhadas por uma dissonância nas vibrações mecânicas – as paixões *maltratam* a força vital. O espírito, sobrecarregado, pressiona o seu invólucro em direção ao chão [...] (SCHILLER 2004a: 522).

O pensamento dos filósofos e médicos mencionados no drama de Schiller encontra-se referenciado explicitamente em seus escritos acadêmicos. Apoiando-se em teorias médico-filosóficas mais recentes, a tese preparada pelo autor alemão em 1780 e aprovada pela comissão de professores da faculdade de medicina da *Karlsschule* defende a existência de relações recíprocas entre a natureza animal do homem e aquela de ordem espiritual – a alma humana. Ao longo do texto, Schiller sustenta que os fenômenos corpóreos denunciam as sensações do espírito, assim como a apatia do espírito retarda os movimentos do corpo (SCHILLER 2004b: § 22 e 17, respectivamente). Eis o núcleo da teoria da natureza humana que ultrapassa as fronteiras de distintos gêneros literários da prosa iluminista. E a forma do conhecimento que anima tal teoria, bem como os dois textos redigidos em 1780, é a **antropologia**.

Por antropologia – ou **ciência do homem** – entende-se, aqui, a forma do conhecimento iluminista que tinha por objetivo descrever e explicar a origem das diferenças da variedade humana. E uma vez que tal procedimento explicativo partia, não raro, da constatação empírica de diferenças físicas e socioculturais entre povos distintos, os procedimentos analíticos privilegiados do conhecimento antropológico setecentista são a **comparação** e a **analogia**.



Partindo do caso de Friedrich Schiller, este artigo investiga como o pensamento antropológico desenvolvido à época do iluminismo tardio alemão, por meio de seus procedimentos analíticos, opera como fundamento não apenas dos discursos médico e literário, mas também de uma parcela significativa da produção historiográfica do período. Entretanto, apesar da variedade discursiva experimentada pela pena com a qual Schiller relaciona, em seus escritos médicos, a história dos indivíduos à história da humanidade (SCHILLER 2004b: § 10 e 11, respectivamente), aqui não se postula indistinções metodológicas ou formais entre os gêneros da cultura letrada do iluminismo. De fato, o que se pretende explorar são os pontos de conexão entre distintos gêneros discursivos no momento em que os campos disciplinares não se atinham aos limites traçados por rígidas fronteiras acadêmicas e miravam a possibilidade de investigar, por analogia, a conexão integradora entre as partes outrora apartadas do homem – a saber: corpo e alma – e as partes – a saber: os povos, em diferentes “estágios evolutivos” – da história da humanidade.

Na primeira seção deste artigo serão investigados os pressupostos operantes de tal conexão integradora, quais sejam: as bases de formação da cultura letrada e, particularmente, da cultura médica alemã na segunda metade do século XVIII, bem como as discussões à época vigentes em torno do conceito de antropologia. A segunda e a terceira seções dedicam-se às interações discursivas, ao apresentar as tendências da pesquisa contemporânea que exploram os pontos de contato entre o conhecimento histórico, o pensamento antropológico e a produção literária no século das Luzes. Esses passos fundamentam a tese aqui defendida e segundo a qual o modo de representação literária operado por Schiller em *Os bandoleiros* é expressão direta do projeto de compreensão – em termos antropológicos – das totalidades integradas do homem e da história da humanidade.

## 1 Formação do conceito

Por volta de 1750, os centros mais populosos do ducado de Württemberg eram Stuttgart, cidade na qual viviam cerca de 17 mil pessoas (KIRN 2012: 1890), além de Tübingen e Ludwigsburg. Entre o primeiro e o último desses três núcleos urbanos, o duque Karl Eugen (1728-1793) ergue um castelo de caça, nas dependências do qual promove a

fundação de uma escola superior com o objetivo de assegurar a formação adequada dos quadros militares e administrativos da corte local.

A chamada *Karlsschule* já foi apresentada, por estudos críticos mais recentes, como um símbolo eloquente das ambiguidades do absolutismo esclarecido. Por um lado, a vida cotidiana na academia era bastante militarizada, de tal forma que se procurava evitar o contato dos jovens alunos com seus familiares, além de se promover censura às correspondências de trato privado (QUARTHAL 1998: 44). Por outro lado, a escola superior proporcionava aos jovens internos familiaridade com as mais recentes tendências científicas, literárias e políticas do período, sobretudo após a expansão institucional ocorrida ao longo das décadas seguintes àquela de sua fundação (cf. HOFMANN 2003: 15-16; ALT 2000: 82). As marcas da ambiguidade constitutiva da *Karlsschule* são reforçadas, na historiografia, a partir da perspectiva de seu aluno mais conhecido, Friedrich Schiller, cuja visão crítica quanto à disciplina acadêmica e às obrigações militares locais (cf. UHLAND 1953: VII) remonta a um episódio conhecido.

A despeito de suas ocupações médicas obrigatórias no ducado de Württemberg, Schiller segue rumo à cidade de Mannheim, no início de 1782, com o objetivo de assistir à estreia do drama *Os bandoleiros*. Mas, uma vez que o autor do drama não obtivera autorização do duque para deixar a região de Württemberg, Karl Eugen penaliza o jovem médico ao proibi-lo de escrever novas peças poéticas. No entanto, a força da pena de Schiller leva-o a abandonar, em definitivo e ilegalmente, o ducado no qual entrara em contato com novas correntes do pensamento médico e filosófico do Iluminismo tardio, ou seja, das correntes de pensamento que se consolidam nas últimas três décadas do século XVIII e se veem influenciadas pela proposta kantiana de superação do dualismo das substâncias. É justamente o estímulo à superação da lógica dualista que particulariza o período conhecido na historiografia como Iluminismo tardio (ALT 2007: 7-10) e que motiva, assim, tanto a formação acadêmica, quanto a articulação da prosa literária e das ideias médicas de Schiller.

Na *Karlsschule*, Schiller acompanhara os cursos de filosofia ministrados por Jakob Friedrich Abel (1751-1829), sendo este o docente responsável, a partir de 1774, por ofertar as disciplinas de introdução à lógica, à moral e à metafísica, além de promover encontros acadêmicos relacionados à ontologia e à história da filosofia, bem como à estética e à psicologia (cf. ALT 2000; SAFRANSKI 2004; RIEDEL 1985). No contexto universitário frequentado por Schiller, Abel enfrentava, no entanto, um problema de

ordem bibliográfica, uma vez que os manuais de psicologia disponíveis no mercado editorial alemão se apresentavam incompletos, na visão do jovem professor. Por esse motivo, Abel decide publicar um texto atualizado e introdutório às questões relacionadas à doutrina da alma (*Einleitung in die Seelenlehre*, 1786). No prefácio do manual, Abel afirma que a psicologia não se vê abordada de forma satisfatória nas obras correntes, posto que a acertada antropologia de Ernst Platner (1744-1818) – da qual o autor extrai, de fato, boa parte de suas ideias levadas ao prelo (cf. ALT 2000: 126) – ainda não fora concluída, e o plano de Christopher Meiners (1747-1810) não se ocupa de toda a matéria (ABEL 1786: VI-VII).

O texto publicado por Abel defende que o verdadeiro propósito de uma doutrina do homem é promover o conhecimento completo da espécie e, particularmente, da alma humana (ABEL 1786: XXIX). Desse modo, as preleções frequentadas por Schiller na *Karlsschule* definem o campo de estudo da psicologia como parte integrante de uma doutrina ou **ciência do homem** (cf. VIDAL 2011: 128). Essa definição, todavia, é menos original do que o docente anuncia, e mais sintomática de uma época.

No contexto acadêmico do Iluminismo tardio germânico, Abel representa a tendência do pensamento filosófico para o qual a metafísica perde sua função orientadora, de modo a ceder espaço para a consolidação de uma ciência empírica do homem. Essa ciência resulta da busca por uma síntese harmônica entre filosofia e medicina (RIEDEL 1985: 3) e recebe o nome, nas últimas décadas do século XVIII, ora de psicologia, ora de antropologia (cf. ZAMMITO 2002: 238; RIEDEL 1985: 13).

Ainda que à época do Iluminismo tardio a psicologia possa ser definida como uma doutrina da alma (*Seelenlehre*)<sup>3</sup> – sendo este o termo utilizado por Abel em seus escritos (ABEL 1786) –, seu programa deveria se basear “na observação e na experimentação, ocupando-se da alma apenas em sua relação com o corpo” (VIDAL 2011: 2). Nos manuais acadêmicos publicados no período, a expressão “doutrina da alma” (*Seelenlehre*), cunhada por Christian Wolff (1679-1754), competiu com outros termos. Esse é o caso, por exemplo, do termo **antropologia** (*Anthropologie*), por meio do qual igualmente se procurava ultrapassar os limites clássicos da *scientia de anima* e, assim, apresentar uma doutrina abrangente de todo o homem.

---

<sup>3</sup> A análise aqui apresentada do conceito de antropologia iluminista foi parcialmente desenvolvida no seguinte trabalho: ARAÚJO 2012: 99-110. Sobre a importância da psicologia para a cultura letrada setecentista, consulte-se ainda: SCHEERER 1989: 1599-1653; REILL; WILSON 2004: 479-482; VIDAL 1993: 89-119; HATFIELD 1995: 184-231; PORTER 1992: 431; ROUSSEAU 1980: 143-210.

Apesar da presença do radical grego, o termo antropologia, no sentido de uma doutrina da natureza humana (*doctrina humanae naturae*), não deita raízes na antiguidade (cf. MARQUARD 1971). Nesta acepção, a palavra foi empregada pela primeira vez no início da Época Moderna, sobretudo nas obras de Magnus Hundt (1449-1519), Galeazzo Capella (1487-1532) e Otto Casmann (1562-1607). No sentido que o termo adquire, por exemplo, na obra de Casmann, a antropologia é compreendida a partir de uma perspectiva dualista, a saber: a psicologia antropológica de que se ocupa a primeira parte do estudo publicado em 1594 dedica-se à alma, enquanto que a segunda parte da mesma obra, impressa dois anos depois, ocupa-se do corpo, ou seja, da fisiologia e, particularmente, da anatomia humana (ZELLE 2013: 192; ABEL 1995: 423; GODEL 2007: 42-43; GARBER 2015: 24). A esse tratamento dualista da natureza humana opõe-se uma concepção integrativa da ciência do homem defendida à época do Iluminismo tardio, sendo essa a proposta inovadora das correntes de pensamento marcadas pela superação do dualismo das substâncias.

De fato, no decurso do século XVIII, a antropologia se estabeleceu como um campo de conhecimento empírico que, no Sacro Império Romano Germânico, recebeu impulsos de novas abordagens das ciências da natureza e da vida, e foi moldado por uma linguagem popular-filosófica. Ao se firmar como “parte da resposta ao fracasso do paradigma mecanicista para incorporar as ciências da vida” (ZAMMITO 2002: 229), o pensamento antropológico passa a investigar todas as partes perceptivas e constitutivas do homem em relação recíproca, tal como defendido por Ernst Platner (1744-1818) na obra que servira de base para a introdução à doutrina da alma de Abel, na *Karlschule*.

O título do volume publicado por Platner em 1772, *Anthropologie für Aerzte und Weltweise*, já revela o propósito conciliador dos interesses da antropologia setecentista: trata-se de uma ciência médico-filosófica (cf. KOŠENINA 2001: 513-514),<sup>4</sup> no sentido a que Schiller fizera referência em *Os bandoleiros*, assim como também em sua tese de medicina. Para tal ciência, a integralidade do homem é definida nos termos de uma interação necessária, de um *commercium mentis et corporis*, ou seja, de **relações recíprocas entre corpo e alma**. A ideia central da antropologia de Platner – isto é, que “o conhecimento médico do corpo humano não pode se sustentar sem os conhecimento da psicologia, assim como a doutrina da alma se afirma ainda menos sem as observações

---

<sup>4</sup> A filosofia do iluminismo alemão pode ser caracterizada nos termos incorporados na obra de Ernst Platner, a saber: como uma *akademische Weltweisheit* (cf. SCHNEIDERS 1985: 25-44; SCHRÖDER 2004: 531).

e doutrinas médicas” –, foi assim sintetizada nas páginas do periódico *Göttingischen Anzeigen von Gelehrten Sachen* em uma resenha publicada por Johann Georg Heinrich Feder (1740-1821) (FEDER 1772: 574), por sua vez, professor do segundo autor caracterizado por Abel como fundamental para a redação de sua introdução à doutrina da alma, a saber: Christopher Meiners. No texto assinado por Feder, afirma-se que a antropologia de Platner será altamente valorizada pelos leitores que já se encontram familiarizados com os princípios contemporâneos da verdadeira psicologia. E dentre esses leitores, destaca-se, sobretudo, o nome de Abel.

## 2 História e antropologia

Uma referência bibliográfica importante para os cursos de Jacob Friedrich Abel na *Karlsschule* não era apenas a adequada antropologia de Ernst Platner, mas também o plano incompleto de Christopher Meiners, professor em Göttingen que posteriormente convidaria Abel para fazer parte da instituição. Karl Eugen, no entanto, convence Abel a permanecer na *Karlsschule* (ABEL 1995: 385). A obra incompleta a que Abel faz referência são os escritos de Meiners sobre a doutrina da alma. Nessa obra, Meiners torna a história das línguas individuais – e, portanto, uma singularidade humana associada às faculdades da alma – um objeto definido da história da humanidade. Assim, ao procurar dar aos eventos históricos uma forma significativa, Meiners passa da psicologia empírica para a história da humanidade, ocupando-se tanto com o surgimento, quanto com “a disseminação gradual do gênero humano, assim como também com as diferenças originárias de todos os povos no que concerne às suas habilidades físicas e mentais”, conforme o anúncio público de suas preleções universitárias.<sup>5</sup>

Não é novidade o fato de que a psicologia iluminista se dedica às faculdades físicas e mentais do homem. O que é notável no anúncio acadêmico feito por Meiners em 1784 é a clara aproximação da psicologia com a questão antropológica das diferenças originárias entre os representantes do gênero humano.<sup>6</sup> Nesse sentido, Meiners defende

<sup>5</sup> Cf. *Göttingische Anzeigen von gelehrten Sachen*, 157. Stück, 30. September 1784, p. 1568: “(...) sowohl die Entstehung u[nd] allmähliche Verbreitung des menschl[ichen] Geschlechts, als die ursprünglichen Verschiedenheiten aller Völker in Rücksicht auf ihre körperlichen u[nd] geistigen Anlagen.”

<sup>6</sup> A aproximação entre psicologia e história da humanidade não foi operada exclusivamente por Christopher Meiners. Também Friedrich August Carus (1770-1807) faz essa aproximação, diferenciando-se, no entanto, de Meiners, uma vez que este se atém – de acordo com a crítica pertinente de Carus – predominantemente aos aspectos externos da natureza humana (cf. VIDAL 2011: 187-188).

que o plano de trabalho das preleções universitárias que se ocupam com a psicologia e daquelas que se dedicam à História da humanidade têm pontos de contato, tais como a história do espírito humano e, conseqüentemente, as “investigações sobre os diferentes graus de cultura encontrados entre os povos” (MEINERS 1785: \*5v). De tais investigações, deriva-se a constatação de claro determinismo racial segundo a qual, no gênero humano, há raças não apenas mais desprovidas de virtudes, como também mais fracas no corpo e no espírito (MEINERS 1785: \*\*3v).<sup>7</sup> “Essa transformação, que estendeu a psicologia empírica a civilizações passadas e povos ‘primitivos’ e reafirmou sua ruptura com a psicologia racional”, segundo Fernando Vidal, “ocorreu em um contexto no qual os estudos da antiguidade clássica e a história cultural e antropológica da humanidade começavam a tomar forma” (VIDAL 2011: 185). Tanto é que o curso anunciado por Meiners em 1784 recebe um novo título, a partir do semestre de inverno de 1785/86, qual seja: História da humanidade. E assim como Abel prepara, nessa mesma época, um novo manual destinado à introdução da doutrina da alma para seus alunos na *Karlsschule*, também Meiners publica a primeira edição de seu esboço da História da humanidade (*Grundriß der Geschichte der Menschheit*, 1785), igualmente destinado ao público acadêmico. Nessa obra, Meiners retoma a tradição historiográfica fortemente influenciada no mercado editorial germânico por Isaak Iselin (1728-1782), cujo pioneirismo ganha destaque no prefácio do título publicado para auxiliar as preleções em Göttingen: “Em sua História da humanidade”, afirma Meiners, “Iselin tem o mérito de traçar, pela primeira vez, o plano básico desta ciência” – a saber: a construção de um pensamento predominantemente filosófico fundamentado, todavia, no conhecimento histórico – “e de chamar atenção do público alemão para o novo gênero” (MEINERS 1793: 34-35).

No plano da obra apresentada por Iselin em 1764, percebe-se, nas considerações psicológicas do gênero humano, a importância dada às sensações internas e às configurações do corpo para se compreender tanto o desenvolvimento humano (ISELIN 1764: 30-33), quanto o desenvolvimento histórico da humanidade (ISELIN 1764: 81-82). No entanto, sua conquista foi acertadamente caracterizada de forma distinta da tradição

---

<sup>7</sup> O caso de Christopher Meiners é particular na produção historiográfica setecentista de Göttingen, uma vez que esse autor opera a explicação histórica nos termos de um determinismo racial. Nesse sentido, consulte-se ARAÚJO 2012: 139-180. Ainda sobre as teorias racistas e a explicação histórica no século XVIII, cf. DEMEL 1992; sobre o caráter anti-humanístico de parte do pensamento antropológico alemão, no contexto, inclusive, da política imperialista do século XIX, consulte-se: ZIMMERMAN 2001.

historiográfica iluminista associada à Universidade de Göttingen. Ao contrário dos professores de Göttingen, “Iselin nunca dominou o aparato crítico da historiografia”, como afirma Peter Hanns Reill. “Ele extraiu a maior parte de seu material histórico de relatos de viagem pouco confiáveis e incompletos”, de tal modo que os seus juízos sobre os mais diferentes povos podem ser caracterizados como ingênuos e superficiais (REILL 1975: 66).

De fato, o domínio metódico do aparato crítico da historiografia é uma característica central da produção historiográfica associada à Universidade de Göttingen à época do Iluminismo tardio (ARAÚJO 2012: 57-95). Embora Christoph Meiners não tenha realizado trabalhos filológicos – como fez, por exemplo, seu colega August Ludwig (von) Schlözer (1735-1809) (cf. ARAÚJO 2015) –, ele se aproximou de uma abordagem crítica das fontes a partir da comparação sistemática de uma grande quantidade de relatos de viagem, a que Meiners se dedicou cada vez mais no período de gestação de sua **História da humanidade**. Daí deriva, portanto, a base da crítica que Meiners apresenta à obra de Iselin, uma vez que ela se vale de um “número muito pequeno” de fontes (MEINERS 1793: 35). De todo modo, a estrutura argumentativa tanto da História da humanidade proposta por Iselin, quanto daquela proposta por Meiners opera de forma semelhante. Os dois autores adotam as mesmas categorias para avaliar o progresso da história do gênero humano, quais sejam: sensorialidade, imaginação e razão. Trata-se de categorias que têm por referência a totalidade integrada do ser humano e que são aplicadas, por analogia, à totalidade igualmente integrada das sociedades humanas (IM HOF 1947: 77; GISI 2011a; GISI 2011b).

A comparação entre o desenvolvimento individual dos seres humanos e o desenvolvimento coletivo da humanidade é uma tônica dominante na Época das Luzes. Já em 1764, Iselin associara, por analogia, sensorialidade, imaginação e razão não apenas ao crescimento individual dos homens, mas também aos três estágios do desenvolvimento histórico da humanidade: o estado de natureza, o estado de barbárie e o estado civilizado (ISELIN 1764: 81-87, 165-167; ISELIN 1786: 3-9) – e é sobretudo nesses termos que se pode reconhecer a influência da perspectiva de análise histórica universal proposta por Iselin nos escritos de Meiners. Posteriormente, agora na mesma década em que Abel publica sua introdução à doutrina da alma e Meiners escreve uma História da humanidade, também Schiller opera por analogia, em sua tese de medicina, ao comparar a história dos indivíduos – da infância à vida adulta – com a história da humanidade, por sua vez

marcada pelo avanço do predomínio das sensibilidades da alma em detrimento das sensações corporais (SCHILLER 2004b: 299-306). Dentro do campo discursivo das Histórias da humanidade, “Schiller desenvolveu um conceito independente de história que se movia na área de tensão da síntese ambivalente entre uma **antropologia histórica** e uma **história antropológica**” (PRÜFER 2002: 157). Todavia, é na História da humanidade publicada por Iselin que o vocabulário da antropologia – igualmente presente na tese de medicina defendida por Schiller em 1780 – ganha eficácia analítica. Nos termos formulados por Iselin, “o corpo seria um nódulo ineficaz sem a alma. [E] sem o corpo, a alma [...] não poderia satisfazer nenhuma, ou pelo menos poucas, de suas necessidades” (ISELIN 1786: 40).

Ainda que não seja possível demonstrar que o princípio do *commercium mentis et corporis* se encontre realmente operacionalizado na obra de Iselin (cf. GISI 2011b: 136), tal como propusera Schiller nos anos seguintes, o exame da relação entre corpo e alma no volume dedicado à história da humanidade revela o motivo pelo qual este título do mercado editorial germânico aparece classificado no léxico filosófico de Johann Georg Walch (1693-1775) sob o conceito de “antropologia”, ao lado do trabalho fundamental de Ernst Platner (WALCH 1775: 173). Além disso, o primeiro volume da obra de Iselin dedica-se às preocupações da antropologia iluminista: assim como na tese de Schiller, também aqui se traça uma história do desenvolvimento da humanidade apoiada no caminho que parte da predominância das sensações corporais em direção à predominância da razão. Nesse sentido, Iselin afirma que uma criança e um selvagem se igualam nos desejos incipientes do espírito, e que são mais inclinados às atividades do corpo do que aos pensamentos elevados da filosofia (ISELIN 1764: 216). Mas para além do caminho compartilhado entre os dois autores, Schiller avança com a proposta ao destacar, em sua prosa literária, como que as relações recíprocas entre os movimentos do corpo e a disposição do espírito são animadas por uma “força vital” (SCHILLER 2004a: 522).

No campo de estudo das ciências da vida à época do Iluminismo, firma-se a tese de Wolf Lepenies segundo a qual o modelo de conhecimento da antropologia setecentista se localiza entre a tradição da História natural e o advento das teorias evolucionistas a partir de meados do século XIX (LEPENIES 1980: 223-224). No entanto, ao invés de apenas destacar o processo de temporalização da linguagem da natureza – como sugere a formulação clássica de Lepenies (LEPENIES 1976) –, Peter Hanns Reill sustenta que as categorias analíticas que organizaram o conhecimento das ciências da natureza e da vida



ao final do século XVIII encontram fundamento em uma teoria denominada vitalista que, por sua vez, manifesta-se claramente na tese de Schiller (REILL 2005: 150-151). Tal teoria confere destaque à força vital impulsionadora da interação necessária entre as partes integradoras da matéria viva. E uma vez que os “pensadores iluministas nunca conceberam separar as humanidades do estudo da natureza” e da vida (REILL 2005: 2), pode-se ainda afirmar que há três níveis de significado associados ao conceito de antropologia que, postos em interação, passam a conferir sentido à totalidade do homem e à totalidade do mundo histórico na época do Iluminismo tardio. Trata-se da **antropologia física**, segundo a qual a classificação das variedades humanas ocorre no âmbito de um sistema da natureza; da **antropologia filosófica** que se dedica, por um lado, às relações recíprocas entre corpo e alma – *commercium mentis et corporis* – e, por outro, a princípios gerais ou universais da humanidade; e da **antropologia etnográfica**, através da qual a diversidade de povos foi particularmente observada e descrita de acordo com suas respectivas características culturais (cf. BÖDEKER 2001; VAN HOORN 2004: 1; LINDEN 1976: 111; ZAMMITO 2002: 235-236).

Considerando-se (a) a interação necessária entre as partes integradoras da matéria viva e (b) os três níveis de significado relacionados ao conceito de antropologia, deve-se ainda investigar como diferentes gêneros da cultura letrada iluminista compartilham o mesmo fundamento, qual seja: as operações do pensamento antropológico ou da ciência do homem setecentista por meio das quais se procurou tanto explicar a origem das diferenças da variedade humana, quanto definir a natureza da relação que se verifica entre as manifestações do corpo e as sensações do espírito. Pretende-se, na última seção deste artigo, explorar uma proposta mais recente dos estudos literários germanistas em função da qual se pode relacionar as produções historiográfica e ficcional do Iluminismo tardio a partir de uma perspectiva da história do conhecimento.

### 3 Antropologia e literatura

O pensamento antropológico setecentista foi recentemente definido como “uma característica estrutural do Iluminismo europeu” (BÖDEKER; BÜTTGEN; ESPAGNE 2008: 12). No momento em que a historiografia apresentava, nesses termos, o fundamento de parte significativa do conhecimento impresso durante as últimas décadas do século das Luzes, também os estudos literários se dedicavam com afinco crescente à perspectiva de

pesquisa denominada “antropologia literária” (cf. KOŠENINA 2008; KOŠENINA 2016a). Na verdade, já desde o início da década de 1990, os estudos germanísticos ressaltam a importância de se considerar o projeto de compreensão da totalidade integrada do homem ao se investigar a produção literária setecentista (cf. SCHINGS 1994; RIEDEL 1994). E é a partir desta perspectiva de pesquisa que a prosa ficcional e o projeto iluminista de compreensão da história da humanidade se aproximam.

Considerando-se, em perspectiva histórica, os estudos dedicados à prosa ficcional iluminista publicados até o início dos anos 2000, Peter-André Alt identifica forte predileção conferida por pesquisadores e pesquisadoras ora ao romance, ora ao drama setecentista, em detrimento de gêneros literários menos extensos (ALT 2007: 302). Todavia, ao constatar que a diversidade morfológica das manifestações literárias de menor extensão foi acelerada pelas transformações midiáticas ocorrida ao final do século XVIII – cujo resultado mais sensível para a produção literária foi a ampliação do consumo de textos curtos veiculados na imprensa periódica –, Alexander Košenina e Carsten Zelle publicaram, em 2011, os trabalhos apresentados em um congresso cujo propósito era incentivar novos estudos dedicados às formas breves da prosa antropológica do Iluminismo tardio e, assim, equilibrar o quadro desenhado por Alt. De fato, esta obra coletiva procura identificar pontos de contato entre o paradigma da “antropologia literária” e “a questão das formas de representação do conhecimento médico-antropológico” (KOŠENINA; ZELLE 2011: VII).

O paradigma da antropologia literária posto em destaque por Košenina e Zelle é aquele que se encontra presente nas teses assinadas por Jakob Friedrich Abel e defendidas por Friedrich Schiller na *Karlsschule* ao final de 1776 (cf. ABEL 1995: 428-430), teses estas configuradas em termos semelhantes àqueles com os quais Ernst Platner conceituara em 1772 a nova antropologia e adotadas, em 1780, no trabalho de medicina escrito pelo autor do drama *Os bandoleiros* (cf. THEOPOLD 1967: 150). No enredo teatral, Schiller deixa transparecer nas manifestações corporais dos personagens a verdadeira expressão dos seus estados de espírito. Como já vimos, a consciência intranquila do personagem Franz Moor frente às suas ações se deixa observar, por leitores e espectadores da cena, nos tremores do corpo ou na palidez da face (SCHILLER 2004a: 599). Com efeito, o drama já se inicia com a constatação de que o espírito do patriarca teme o presente e o futuro, uma vez que o conde Maximilian Moor, na percepção premonitória de seu filho Franz, mostra-se em cena sem cor no semblante. As notícias comprometedoras que a família

receberia sobre o desvio moral do primogênito Karl em terras distantes – notícias estas forjadas por Franz –, não seriam suportáveis, com o espírito assim enfraquecido, para o corpo igualmente debilitado do patriarca (SCHILLER 2004a: 493). Em todo o drama, a relação direta entre o estado de espírito dos agentes dramáticos centrais de **Os bandoleiros** e suas manifestações corporais contribui para a caracterização dos personagens, sendo este um procedimento literário que não era exclusivo à pena de Schiller.

Marcada pela presença crescente de metáforas anatômicas e pela condução narrativa de uma operação da alma dos personagens, a prosa literária setecentista acaba por dar importância à reação fisiológica dos agentes da trama à variação de seus sentimentos. Assim, tanto nas formas mais curtas, quanto no romance, a história interior dos personagens assume o protagonismo e ganha visibilidade corporal na cena. Antes mesmo da publicação do texto de Schiller, o público-leitor alemão já se encontrava familiarizado com procedimentos narrativos semelhantes presentes no sucesso literário intitulado *Os sofrimentos do jovem Werther*. No romance de Johann Wolfgang Goethe (1749-1832), publicado em 1774, a trama se desenvolve ao apresentar a desintegração completa da harmonia espiritual de Werther, de forma a resultar, conseqüentemente, na prostração absoluta de seu corpo. E esse estado – que já transparecia nos sonhos intranquilos do protagonista do romance (GOETHE 1998: 71)<sup>8</sup> – comprometeu a alma de Werther (GOETHE 1998: 124). De modo análogo, em *Os bandoleiros*, as preocupações médicas de Schiller se expressam na constatação de Franz Moor segundo a qual o estado doentio do corpo perturba o funcionamento regular da mente, resultando em sonhos extravagantes (SCHILLER 2004a: 600). Ao longo do drama, Franz constata que o corpo humano se deteriora em função do débil estado de espírito (SCHILLER 2004a: 522). E é nesse sentido que a “relação entre antropologia e ficção opera na forma narrativa, caracteriza o tipo de representação dos caracteres, liga vida interior e exterior” (KOŠENINA; ZELLE 2011: XII), segundo a tendência contemporânea de pesquisa dos estudos literários germânicos que se ocupa com a antropologia literária. Na verdade, o que se desloca para o centro de interesse dos estudos germanísticos, nas últimas décadas, é o princípio do conhecimento que impulsiona a produção literária setecentista ao

---

<sup>8</sup> Sobre as situações de fronteira que obrigam o leitor a desconfiar dos limites estabelecidos entre o sonho e a alucinação na prosa literária setecentista, cf. KOŠENINA 2016b.

conjugar os três níveis de significado associados ao conceito de antropologia iluminista, a saber: a antropologia física, a antropologia filosófica e a antropologia etnográfica.

Dessa forma, Carsten Zelle avalia, por exemplo, a coleção de sonhos organizada por Johann Gottlob Krüger (1715-1759) na década de 1750. Nessa coleção de sonhos, retoma-se “o conhecimento das primeiras obras etnográficas do Iluminismo europeu [...], integrando-o à feitura” dos textos, segundo o germanista. Krüger “populariza esse conhecimento e, assim, abre os olhos de seu público para ‘*tous les Peuples du Monde*’”, ou seja, para toda a humanidade (ZELLE 2014: 56). Nessa direção, também Sebastian Kaufmann ressalta, mais recentemente, que não apenas o projeto de estudo das relações recíprocas entre corpo e alma – *commercium mentis et corporis* – encontra-se ligado à estética por volta de 1800, mas também outro ramo da antropologia iluminista, a saber, aquele “que lida com a comparação sistemática entre os povos” (KAUFMANN 2014: 184).

Ao longo do século XVIII, a Universidade de Göttingen se estabeleceu como um importante centro de interesse etnográfico,<sup>9</sup> de forma a privilegiar a comparação sistemática entre os povos a partir de evidências etnográficas de natureza distintas e, igualmente, a promover a conjunção dos três níveis de significado, acima mencionados, associados ao conceito de antropologia iluminista. A variedade das evidências que fizeram da Universidade de Göttingen uma instituição privilegiada no cenário acadêmico europeu ocupava espaço tanto nas prateleiras de livros, quanto na coleção de objetos e vestígios deixados pela espécie humana. Tanto é que entre os anos de 1783 e 1787 a biblioteca da universidade foi ampliada com o objetivo de prover espaço para o número crescente de títulos lançados no mercado editorial de descrições de viagens (cf. KIND-DOERNE 1986; FABIAN 1980). Em correspondência privada, Georg Forster (1754-1794), viajante cujo relato impresso sobre os povos do pacífico sul já figurava nas prateleiras em Göttingen e que trouxera a bordo objetos de povos distantes que passaram a fazer parte da coleção do Museu Acadêmico Real da mesma universidade, define como privilegiada a condição de trabalho daqueles que se encontravam na cidade alemã. De próprio punho, Forster ressalta a importância do “[...] material que [Christopher] Meiners teve à disposição para escrever o seu plano de uma história da humanidade” (FORSTER 1978: 617-618).

---

<sup>9</sup> Parte desse raciocínio foi desenvolvido, com mais detalhes, em: ARAÚJO 2016.

O projeto de Meiners, claramente marcado por uma lógica de determinismo racial, dedica-se à gênese e ao progresso do gênero humano (*origines et progressus generis humani*) tendo em vista suas diferentes estruturas físicas e mentais (*animi et corporis diuersitates*).<sup>10</sup> Mas não é nos termos moralmente comprometedores desse projeto que os interesses da psicologia empírica e do pensamento antropológico ganham espaço na literatura. Na prosa literária do Iluminismo tardio, a valorização da conexão integradora entre as partes outrora apartadas do homem e as unidades desconectadas da história da humanidade se justifica pela necessidade crescente de representar a vida interior dos personagens de forma autêntica e verossímil.

Em *Os bandoleiros*, Franz Moor aprende com filósofos e médicos “como é pertinente relacionar a disposição do espírito com os movimentos” do corpo (SCHILLER 2004a: 522). Tal relação é valorizada por Schiller à medida que o autor explora gêneros discursivos distintos com o objetivo de fazer cumprir o que se anuncia no prefácio do drama publicado em 1781, a saber: que seus personagens são “uma cópia do mundo real” (SCHILLER 2004a: 485). Nesses termos, Schiller opera não apenas um ato de transposição literária, mas também o corpo e a alma das figuras em cena, valendo-se, portanto, dos princípios que serviram de fundamento, à época do Iluminismo tardio, à antropologia ou à **ciência do homem**. Assim, o modo de representação literária levado adiante por Schiller em *Os bandoleiros* pode ser visto como expressão direta do projeto de compreensão – em termos antropológicos – das totalidades integradas do homem e da história da humanidade. É a identidade desse projeto de conhecimento, a despeito das diferenças dos gêneros discursivos da cultura letrada setecentista, que permite o ato de transposição literária operado, paradigmaticamente, pela pena de Schiller. Trata-se de um projeto aberto à contaminação de formas literárias distintas e avesso às rígidas fronteiras acadêmicas que seccionam ora o homem, ora a história da humanidade em partes inertes da matéria viva.

## Referências bibliográficas

ABEL, Jacob Friedrich. *Einleitung in die Seelenlehre*. Stuttgart: Bey Johann Benedikt Mezler, 1786.

<sup>10</sup> Cf. *Catalogvs praelectionvm pvblice et privatim in academia Georgia Avgvsta per hibernvm semester*. Gottingae: Litteris Joh. Christian Dieterich, 1784, p. VII.

- \_\_\_\_\_. *Eine Quelledition zum Philosophieunterricht an der Stuttgarter Karlsschule (1773-1782)*. Mit Einleitung, Übersetzung, Kommentar und Biographie herausgegeben von Wolfgang Riedel. Würzburg: Königshausen & Neumann, 1995.
- ALT, Peter-André. *Schiller. Leben – Werk – Zeit*. Erster Band. München: Beck, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Aufklärung. Lehrbuch Germanistik*. 3. Auflage. Stuttgart; Weimar: J. B. Metzler, 2007.
- ANKERSMIT, Frank. *Meaning, Truth, and Reference in Historical Representation*. Ithaca: Cornell University Press, 2012.
- ARAÚJO, André de Melo. *Weltgeschichte in Göttingen. Eine Studie über das spätaufklärerische universalhistorische Denken, 1756-1815*. Bielefeld: transcript, 2012.
- \_\_\_\_\_. A verdade da crítica. O método histórico-crítico de August Ludwig (von) Schlözer e o padrão histórico dos juízos. *História da Historiografia*, v. 8, n. 18, 2015, p. 93-109.
- \_\_\_\_\_. Visuelle Evidenz. Materielle Zeugnisse und Visualisierungsstrategien als wissenschaftliche Grundlage des weltumfassenden historischen Denkens im Göttingen der Spätaufklärung. In: BREMER, Thomas (ed.). *Materialitätsdiskurse der Aufklärung. Bücher – Dinge – Praxen*. Halle an der Saale: Universitätsverlag Halle-Wittenberg, p. 2016, p. 187-217.
- BÖDEKER, Hans Erich. Anthropologie. In: SCHNEIDERS, Werner (ed.). *Lexikon der Aufklärung. Deutschland und Europa*. München: Beck, 2001, p. 38-39.
- BÖDEKER, Hans Erich; BÜTTGEN, Philippe; ESPAGNE, Michel. Die “Wissenschaft vom Menschen” in Göttingen um 1800. Skizze der Fragestellung. In: BÖDEKER, Hans Erich; BÜTTGEN, Philippe; ESPAGNE, Michel (eds.). *Die Wissenschaft vom Menschen in Göttingen um 1800. Wissenschaftliche Praktiken, institutionelle Geographie, europäische Netzwerke*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2008, p. 11-20.
- DEMEL, Walter. Wie die Chinesen gelb wurden. Ein Beitrag zur Frühgeschichte der Rassentheorien. *Historische Zeitschrift*, v. 255, n. 1, 1992, p. 625-666.
- FABIAN, Berhard. Die Göttinger Universitätsbibliothek im achtzehnten Jahrhundert. In: *Göttinger Jahrbuch*. Göttingen: Heinz Reise-Verlag, 1980, p. 109-123.
- FEDER, Johann Georg Heinrich. [Rezension zu] D. Ernst Plattners der Arzeneyk. Prof. Anthropologie für Aerzte und Weltweise. In der Dyckischen Buchhandlung 1772. Erster Theil, 292 S. 8. In: *Göttingische Anzeigen von Gelehrten Sachen*. 67. Stück, 14. Junius 1772, p. 571-574.
- FORSTER, Georg. *Georg Forsters Werke. Sämtliche Schriften, Tagebücher, Briefe*. v. 14: Briefe 1784 – Juni 1787. Berlin: Akademie Verlag, 1978.
- GARBER, Jörn, Anthropologie. In: THOMA, Heinz (ed.). *Handbuch Europäische Aufklärung. Begriffe, Konzepte, Wirkung*. Stuttgart: J. B. Metzler, 2015, p. 23-40.
- GISI, Lucas Marco. Die Parallelisierung von Ontogenese und Phylogenese als Basis einer “anthropologischen Historie” im 18. Jahrhundert. In: BACH, Thomas; MARINO, Mario (eds.). *Naturforschung und menschliche Geschichte*. Heidelberg: Universitätsverlag Winter, 2011a, p. 41-59.
- \_\_\_\_\_. Die anthropologische Basis von Iselins Geschichtsphilosophie. In: GISI, Lucas Marco; ROTHER, Wolfgang (eds.). *Isaak Iselin und die Geschichtsphilosophie der europäischen Aufklärung*. Basel: Schwabe, 2011b, p. 124-152.
- GODEL, Rainer. *Vorurteil – Anthropologie – Literatur. Der Vorurteilsdiskurs als Modus der Selbstaufklärung im 18. Jahrhundert*. Tübingen: Max Niemeyer, 2007.
- GOETHE, Johann Wolfgang. *Die Leiden des jungen Werther*. Frankfurt am Main: Insel Verlag, 1998 [1774].
- GOMBRICH, E. H. Meditações sobre um Cavalinho de Pau ou as Raízes da Forma Artística. In: GOMBRICH, E. H. *Meditações sobre um Cavalinho de Pau e Outros Ensaios sobre a Teoria da Arte*. São Paulo: EDUSP, 1999, p. 1-11.

- GOODMAN, Nelson. *Languages of Art. An Approach to a Theory of Symbols*. Indianapolis/Cambridge: Hackett Publishing Company, 1976.
- HATFIELD, Gary. Remaking the Science of Mind. Psychology as Natural Science. In: FOX, Christopher; PORTER, Roy; WOKLER, Robert (eds.). *Inventing Human Science. Eighteenth-Century Domains*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1995, p. 184-231.
- HOFMANN, Michael. *Schiller. Epoche – Werke – Wirkung*. München: Beck, 2003.
- IM HOF, Ulrich. *Isaak Iselin. Sein Leben und die Entwicklung seines Denkens bis zur Abfassung der "Geschichte der Menschheit" von 1764*. Basel: Benno Schwabe & Co., 1947.
- ISELIN, Isaak. *Ueber die Geschichte der Menschheit*. Frankfurt und Leipzig: J. Heinrich Harscher, 1764.
- \_\_\_\_\_. *Über die Geschichte der Menschheit*. 5. Auflage. Basel: Johann Schweighauser 1786.
- KAUFMANN, Sebastian. "Was ist der Mensch, ehe die Schönheit die freie Lust ihm entlockt?" Völkerkundliche Anthropologie und ästhetische Theorie in Kants *Kritik der Urteilskraft* und Schillers Briefen *Über die ästhetische Erziehung des Menschen*. In: HERMES, Stefan; KAUFMANN, Sebastian (eds.). *Der ganze Mensch – die ganze Menschheit. Völkerkundliche Anthropologie, Literatur und Ästhetik um 1800*. Berlin: De Gruyter, 2014, p. 183-211.
- KIND-DOERNE, Christiane. *Die Niedersächsische Staats- und Universitätsbibliothek Göttingen. Ihre Bestände und Einrichtungen in Geschichte und Gegenwart*. Wiesbaden: Otto Harrassowitz, 1986.
- KIRN, Daniel. Stuttgart. In: ADAM, Wolfgang; WESTPHAL, Siegrid (eds.). *Handbuch kultureller Zentren der Frühen Neuzeit. Städte und Residenzen im alten deutschen Sprachraum*. Bd 3: Nürnberg – Würzburg. Berlin: De Gruyter, 2012, p. 1877-1917.
- KOŠENINA, Alexander. „Ernst Platner“. In: *Neue Deutsche Biographie*. Bd. 20. Berlin: Duncker & Humblot, p. 513-514, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Literarische Anthropologie. Die Neuentdeckung des Menschen*. Berlin: Akademie Verlag, 2008.
- \_\_\_\_\_; ZELLE, Carsten (eds.). *Kleine anthropologische Prosaformen der Goethezeit (1750-1830)*. Hannover: Wehrhahn, 2011.
- \_\_\_\_\_. (ed.). *Literarische Anthropologie. Grundlagentexte zur "Neuentdeckung des Menschen"*. Berlin/Boston: De Gruyter, 2016a.
- \_\_\_\_\_. Die dunkle Macht in uns: *Der Sandmann* als medizinische Fallgeschichte. In: JAHRAUS, Oliver (ed.). *Zugänge zur Literaturtheorie. 17 Modellanalysen zu E. T. A. Hoffmanns Der Sandmann*. Stuttgart: Reclam, 2016b, p. 197-211.
- LEPENIES, Wolf. *Das Ende der Naturgeschichte. Wandel kultureller Selbstverständlichkeiten in den Wissenschaften des 18. und 19. Jahrhunderts*. München: Hanser Verlag, 1976.
- \_\_\_\_\_. Naturgeschichte und Anthropologie im 18. Jahrhundert. In: FABIAN, Bernhard; SCHMIDT-BIGGEMANN, Wilhelm; VIERHAUS, Rudolf (eds.). *Deutschlands kulturelle Entfaltung. Die Neubestimmung des Menschen*. München: Kraus International Publications, 1980, p. 211-226.
- LINDEN, Mareta. *Untersuchungen zum Anthropologiebegriff des 18. Jahrhunderts*. Frankfurt a.M.: Peter Lang, 1976.
- MARQUARD, Odo. Anthropologie. In: RITTER, Joachim; GRÜNDER, Karlfried; GABRIEL, Gottfried (eds.). *Historisches Wörterbuch der Philosophie*. v. 1. Basel: Schwabe Verlag, 1971, cols. 362-374.
- MEINERS, Christoph. *Grundriß der Geschichte der Menschheit*. Lemgo: Im Verlage der Meyerschen Buchhandlung, 1785.
- \_\_\_\_\_. *Grundriß der Geschichte der Menschheit*. 2. Ausgabe. Lemgo: Im Verlage der Meyerschen Buchhandlung, 1793.

- PORTER, Roy. Psychology. In: YOLTON, John W.; PORTER, Roy; ROGERS, Pat; STAFFORD, Barbara Maria (eds.). *The Blackwell Companion to the Enlightenment*. Oxford: Blackwell, 1992.
- PRÜFER, Thomas. *Die Bildung der Geschichte. Friedrich Schiller und die Anfänge der modernen Geschichtswissenschaft*. Köln/Weimar/Wien: Böhlau, 2002.
- QUARTHAL, Franz. Die “Hohe Carlsschule”. In: JAMME, Christoph; PÖGGELER, Otto (eds.). “*O Fürstin der Heimath! Glückliches Stutgard*”. *Politik, Kultur und Gesellschaft im deutschen Südwesten um 1800*. Stuttgart: Klett-Cotta, 1998, p. 35-54.
- REILL, Peter Hanns. *The German Enlightenment and the Rise of Historicism*. Berkeley: University of California Press, 1975.
- \_\_\_\_\_. *Vitalizing Nature in the Enlightenment*. Berkeley; Los Angeles; London: University of California Press, 2005.
- REILL, Peter Hanns; WILSON, Ellen Judy (eds.). *Encyclopedia of the Enlightenment*. Revised Edition. New York: Facts on File, 2004.
- RIEDEL, Wolfgang. *Die Anthropologie des jungen Schiller. Zur Ideengeschichte der medizinischen Schriften und der “Philosophischen Briefe”*. Würzburg: Königshausen und Neumann, 1985.
- \_\_\_\_\_. Anthropologie und Literatur in der deutschen Spätaufklärung. Skizze einer Forschungslandschaft. In: *Internationales Archiv für Sozialgeschichte der deutschen Literatur*. Sonderheft 6, 1994, p. 93-157.
- ROBERT, Jörg. *Vor der Klassik. Die Ästhetik Schillers zwischen Karlsschule und Kant-Rezeption*. Berlin: De Gruyter, 2011.
- ROUSSEAU, G. S. Psychology. In: ROUSSEAU, G. S.; PORTER, Roy (eds.). *The Ferment of Knowledge. Studies in the Historiography of Eighteenth-Century Science*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980, p. 143-210.
- SAFRANSKI, Rüdiger. *Schiller oder die Erfindung des Deutschen Idealismus*. München: Carl Hanser Verlag, 2004.
- SCHEEERER, Eckart. Psychologie. In: RITTER, Joachim; GRÜNDER, Karlfried; GABRIEL, Gottfried (eds.). *Historisches Wörterbuch der Philosophie*. v. 7, Basel: Schwabe Verlag, 1989, p. 1599-1653.
- SCHILLER, Friedrich. *Sämtliche Werke in fünf Bänden*. Bd I: Gedichte, Dramen 1. München: Deutscher Taschenbuch Verlag, 2004a.
- \_\_\_\_\_. *Sämtliche Werke in fünf Bänden*. Bd V: Erzählungen, Theoretische Schriften. München: Deutscher Taschenbuch Verlag, 2004b.
- SCHINGS, Hans-Jürgen (ed.). *Der ganze Mensch. Anthropologie und Literatur im 18. Jahrhundert*. DFG Symposium 1992. Stuttgart/Weimar: J.B. Metzler, 1994.
- SCHNEIDERS, Werner. Akademische Weltweisheit. Die deutsche Philosophie im Zeitalter der Aufklärung. In: SAUDER, Gerhard; SCHLOBACH, Jochen (eds.). *Aufklärungen. Frankreich und Deutschland im 18. Jahrhundert*. v. 1, Heidelberg: Carl Winter, 1985, p. 25-44.
- SCHRÖDER, Winfried. Weltweisheit. In: RITTER, Joachim; GRÜNDER, Karlfried; GABRIEL, Gottfried (eds.). *Historisches Wörterbuch der Philosophie*. v. 12. Basel: Schwabe Verlag, 2004, cols. 531-534.
- THEOPOLD, Wilhelm. *Der Herzog und die Heilkunst. Die Medizin an der Hohen Carlsschule zu Stuttgart*. Köln/Berlin: Deutscher Ärzte-Verlag, 1967.
- UHLAND, Robert. *Geschichte der Hohen Carlsschule in Stuttgart*. Stuttgart: W. Kohlhammer Verlag, 1953.
- VAN HOORN, Tanja. *Dem Leibe abgelesen. Georg Forster im Kontext der physischen Anthropologie des 18. Jahrhunderts*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 2004.
- VIDAL, Fernando. Psychology in the 18th century: a view from encyclopaedias. *History of the Human Sciences*. v. 6, n. 1, 1993, p. 89-119.



- \_\_\_\_\_. *The Sciences of the Soul. The Early Modern Origins of Psychology*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 2011.
- WALCH, Johann Georg. *Philosophisches Lexicon*. Leipzig: Gleditische Buchhandlung, 1775.
- ZAMMITO, John H. *Kant, Herder, and the Birth of Anthropology*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 2002.
- ZELLE, Carsten. Anthropologisches Wissen in der Aufklärung. In: HOFMANN, Michael (ed.). *Aufklärung. Epoche – Autoren – Werke*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 2013, p. 191-207.
- \_\_\_\_\_. Johann Gottlob Krügers ethnologische Träume. In: HERMES, Stefan; KAUFMANN, Sebastian (eds.). *Der ganze Mensch – die ganze Menschheit. Völkerkundliche Anthropologie, Literatur und Ästhetik um 1800*. Berlin: De Gruyter, 2014, p. 37-56.
- ZIMMERMAN, Andrew. *Anthropology and Antihumanism in Imperial Germany*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 2001.

*Recebido em 20 de novembro de 2018*

*Aceito em 23 de janeiro de 2019*

# Contra o tempo: autoria e Revolução na obra de Goethe (1795-1803)

[Against the time: Authorship and Revolution in Goethe's work (1795-1803)]

<http://dx.doi.org/10.11606/1982-8837223726>

Luciana Villas Bôas<sup>1</sup>

**Abstract:** This article explores the notion of untimeliness as a defining feature of the temporal model adopted by the Weimar classicists, by Goethe in particular. It approaches the “untimely” as a premise and a practice that presupposes a movement of dissociation from the present time and from the author's person. Based upon the article “Literary Sansculottism” and the translation of Benvenuto Cellini's “Life”, originally published in the journal *The Hours (Die Horen)*, I seek to reconstruct the link between reactions to the French Revolution and reflections about authorship, and discuss the limits of Goethe's “untimeliness” as a means for implementing artistic autonomy.

**Keywords:** Goethe, French Revolution, Weimar classicism, untimeliness, authorship

**Resumo:** Este artigo explora a noção de extemporaneidade tomada como um traço distintivo do modelo temporal adotado pelos classicistas de Weimar, por Goethe em particular. Concebe o “extemporâneo” como um preceito e uma prática que supõe um movimento de dissociação do tempo presente e da pessoa do autor. Com base no ensaio “Sansculottismo literário” e na tradução da “Vida” de Benvenuto Cellini, publicadas originalmente no periódico *As Horas (Die Horen)*, procuro esboçar o elo entre a resposta à Revolução Francesa e a reflexão sobre autoria, e discutir os limites da ‘extemporaneidade’ de Goethe como meio de implementar a autonomia artística.

**Palavras-chave:** Goethe, Revolução Francesa, classicismo de Weimar, extemporaneidade, autoria

Para Dorothea von Mücke

## Fio perdido

O esmorecimento da sensibilidade filológica e histórica tem sido um fator determinante na recepção da *Vida de Benvenuto Cellini, ourives e escultor florentino (Das Leben des*

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro, Avenida Horácio Macedo, 2151, Cidade Universitária, Rio de Janeiro, RJ, 21941917, Brasil. E-mail: l.villasboas@uol.com.br. ORCID: 0000-0001-9933-6804



*Benvenuto Cellini, des Florentinischen Goldschmieds und Bildhauers*) que Goethe traduziu para o alemão. Sabe-se que antes de ser publicado em 1803 em forma de livro, o Cellini alemão circulou em fascículos nos anos de 1796 e 1797. No entanto, o contexto imediato - o fato de que Goethe traduziu a autobiografia em pleno período revolucionário e a publicou na revista que os classicistas de Weimar conceberam como um antídoto à Revolução Francesa - foi sistematicamente ignorado pelos estudiosos. O Cellini de Goethe permaneceu associado ao período pós-revolucionário da sua publicação em livro e circunscrito ao interesse do tradutor por história da arte e personalidades extraordinárias. A obliteração do contexto original apagou o fio que entrelaçou a autobiografia do artista e a Revolução Francesa, Goethe e seu tempo.

O entendimento de que a Revolução Francesa teve um papel decisivo para o desenvolvimento do classicismo de Weimar é ponto pacífico entre os estudiosos.<sup>2</sup> Os próprios classicistas, é preciso lembrar, enunciavam o seu programa em resposta aos acontecimentos de Paris. Mas o nexó entre o classicismo e a Revolução é controverso e de modo algum esgotado. Entre outras razões porque a determinação dessa relação põe em jogo a visão do próprio analista sobre uma das principais causas do antagonismo entre Weimar e Paris, o postulado da separação ou da indissociabilidade entre estética e política. Este ensaio aborda a questão da autonomia e da instrumentalidade da arte de uma perspectiva que não é frontal, mas oblíqua, refazendo o fio que os weimarianos traçaram entre a autoria e a Revolução. Mostra que a autobiografia de Cellini, uma vez restituída ao seu contexto de publicação original, não é apenas inextricável, mas paradigmática do projeto classicista. O ato de traduzir e publicar a vida de Cellini põe em prática a “extemporaneidade” dos classicistas. Através do Cellini alemão, eles tematizaram a relação da arte com a política, a questão pungente no presente, a partir de um outro tempo; apresentaram a reflexão sobre o indivíduo e o seu século, não a partir das reviravoltas em Paris, mas das instabilidades na Florença do Renascimento. A matéria prima do texto original, a relação do artista com o seu tempo, recupera assim o sentido especular que os weimarianos lhe emprestaram.

---

<sup>2</sup> „Es gehört zu den Grundkenntnissen der neueren Germanistik, dass die Französische Revolution eine wichtige Rolle in der Entwicklung der Weimarer (Hoch)Klassik spielte [...] Vor allem das Bündnis zwischen Goethe und Schiller im Jahrzehnt zwischen 1794 e 1805 war nicht nur persönlich, und ästhetisch und literaturpolitisch begründet, sondern auch politisch, indem es gegen die Revolution und vor allem gegen ihre Auswirkungen in Deutschland ausgerichtet war“ (WILSON 2004: 4).

Na publicação da vida de Cellini os classicistas produziram o enlace entre extemporaneidade e autobiografia. E é nesse enlace que reside a afinidade estrutural, até então despercebida, entre a tradução do Cellini e o “Sansculottismo literário” (GOETHE 1795). Publicado um ano antes da tradução em questão (1796 e 1797), o ensaio é uma resposta desabusada ao pastor Daniel Jenisch que, partindo de uma defesa incondicional do classicismo francês, e postulando-o como modelo a ser seguido, despreza o *status quo* das letras alemãs.<sup>3</sup> O diagnóstico da “penúria” (*Armseligkeit*) generalizada da literatura alemã ignoraria as condições (*Bedingungen*) e a situação (*Lage*) concreta em que trabalham os escritores. O importante para Goethe não é conjurar a mudança, ou apontar o caminho para o êxito, mas examinar as premissas e a natureza da literatura alemã. Diferentemente de Jenisch, Goethe remonta o surgimento de um “autor nacional clássico” às condições históricas e políticas das letras e reconhece, todavia, que já se delineava a formação de um público de língua alemã. É com o intuito de explicitar as condições em que atuam os letrados que ele defende a publicação de autobiografias de escritores. E é o interesse em abordar a relação entre o artista e a sua época, submetendo a perspectiva do artista individual ao público leitor, que o motiva a publicar a vida de Cellini um ano depois do “Sansculottismo literário”.

Postos lado a lado, o “Sansculottismo literário” e a tradução da vida de Cellini revelam um elo inesperado entre a reação à Revolução Francesa e a reflexão sobre autoria como categoria dissociada da pessoa empírica do signatário do texto. Partindo da leitura destes dois textos, restituindo-os ao contexto comum do qual foram desligados tentarei argumentar que o enlace entre Revolução e autoria é intrínseco ao extemporâneo. Pois o extemporâneo, tal como esboçado e praticado por Goethe, pressupõe um movimento de dupla dissociação: do tempo e de si mesmo. O extemporâneo implica a separação do evento definidor do próprio tempo, a Revolução, e a separação da suposta identidade entre o nome e a pessoa do autor.

Parto de uma sucinta descrição do contexto de publicação, o projeto da revista *As Horas*, o divisor de águas que foi a Revolução, e a colaboração entre Friedrich Schiller e Goethe. Em seguida procuro discriminar a noção de extemporaneidade tal como Goethe

---

<sup>3</sup> O artigo, intitulado “Sobre a prosa e a eloquência dos alemães”, de autoria do pastor Daniel Jenisch, foi publicado no *Berlinisches Archiv der Zeit und ihres Geschmacks* em 1795.

a compreendeu e formulou na tradução do Cellini e no manifesto contra o “sansculottismo”.<sup>4</sup>

## Horas vs. Revolução

Para os classicistas de Weimar, a adesão a um tempo passado não era mera recusa ao presente, antes, tinha um caráter genuinamente propositivo: o “extemporâneo” virava um dispositivo estético e político, uma tomada de posição. Friedrich Nietzsche vincularia o modelo temporal dos classicistas, de Goethe em particular, ao adjetivo *unzeitgemäss*, literalmente, “não conforme”, “desencaixado do tempo”, evidenciando assim o viés antagonista e combativo do conceito. Nietzsche opunha-se à “tirania” daquilo que é *zeitgemäss*, que se conforma, alinha ao tempo. Se o estopim para o extemporâneo do filósofo-filólogo foi o historicismo,<sup>5</sup> em suas variadas manifestações, para a dos classicistas foi, sem dúvida, a Revolução Francesa e suas avassaladoras implicações. Seguindo o exemplo da relação criada pelos weimarianos com o passado, para Nietzsche, o retorno à Antiguidade representa uma resposta, almeja à intervenção no presente. É na qualidade de “aprendiz” (*Zögling*) da antiguidade, que a profissão de filólogo clássico lhe oferecia, que ele espera que a sua tomada de posição “extemporânea” aja “*contra* o tempo e assim *sobre* o tempo e oxalá a favor de um tempo vindouro” (NIETZSCHE 1994 [1874]: 5). A “abstinência política” dos weimarianos está longe de implicar a negação da política (REINHARDT 2004:12) ou do tempo; antes, implica uma determinada forma de conceber e atuar no presente.

Na Alemanha, as reações ao grande evento transformador do próprio tempo variaram mesmo nos círculos intelectuais mais estreitos. Goethe destoa da grande maioria dos seus contemporâneos. Ao contrário daqueles que a saudaram, pelo menos de início, como Herder e Schiller, Goethe foi desde a primeira hora um opositor da Revolução.<sup>6</sup>

---

<sup>4</sup> Para uma discussão sobre as obras propriamente literárias em que Goethe elabora respostas à Revolução, como nas *Unterhaltungen deutscher Ausgewanderten*, na *Die natürliche Tochter* ou em *Hermann und Dorothea*, ver os estudos de Gailus (2006) e Cape (1991). Este ensaio, diferentemente, mostra o elo entre as reflexões de Goethe sobre autoria e autobiografia e a Revolução.

<sup>5</sup> Como de resto todo conceito-chave, “historicismo” é um termo controverso. Desde a crítica inaugurada por Nietzsche, houve tentativas de reabilitação, p.ex. pela corrente batizada de *New Historicism*, ou por esforços voltados para reconstruções mais equilibradas (JAEGER; RÜSEN 1992). Aqui, entretanto, o termo guarda um sentido crítico, associado a um modo relativização histórica que evade ou dissimula discriminações teóricas.

<sup>6</sup> Sobre a recepção da Revolução Francesa na Alemanha ver Nikolas Dörr, “Friedrich Schiller und die Französische Revolution bei Schiller und anderen deutschen Intellektuellen”, in: *MenschenRechtsMagazin*,

Tampouco concordou com aqueles que simplesmente a condenaram, antes, achava que a corrupção da nobreza a tornara incontornável, daí a profusão de metáforas naturais que empregaria em seus escritos para designar o “mais terrível dos eventos” (*dieses schrecklichste aller Ereignisse*).<sup>7</sup> A posição de Goethe em relação a Paris seria uma das diferenças congeniais da complementariedade transcendental que os críticos atribuíram à sua amizade com Schiller (cf. BÖHLER 1996). Após o entusiasmo inicial, o filósofo decepciona-se genuinamente com a eclosão do terror jacobino. Ao saber que St. Just pedira a sentença de morte de Luís XVI, em dezembro de 1792, tomado de indignação e altas esperanças, decide intervir no curso dos eventos com palavras em defesa do rei.<sup>8</sup> Os franceses o haviam declarado cidadão honorário, em reconhecimento ao sucesso retumbante da peça *Die Räuber (Os Bandoleiros)*, encenada em Paris. Confiante no prestígio de que gozava entre os franceses, Schiller pretendia ler o seu discurso realista diante da Assembleia Nacional com o intuito de demover os jacobinos do desenlace capital. Na universidade de Jena, onde lecionava, era constrangido por estudantes revoltosos que cantarolavam baladas dos *Bandoleiros*, e pelas severas e ilegais restrições impostas pelo grão-ducado de Saxe-Weimar à autonomia da universidade. Schiller tinha urgência em dissociar-se de vez de posições assumidas no passado. É neste contexto que, em dezembro de 1794, cria o periódico *Horen*, com o intuito de reunir os mais ilustres autores para colaborarem em uma revista literária cuja repercussão fosse excepcional (cf. BELL 2005: 93; BOYLE 2000: 271).

Em virtude do título, dado em homenagem às deusas que na mitologia grega personificavam as estações e a ordem natural das coisas, a revista evoca um tempo de contínua e cíclica duração, refratário à ruptura e à contingência ditadas pela Revolução. No prefácio do primeiro número, Schiller convida o leitor a uma “conversa” que será conduzida em “oposição” (*entgegengesetzt*) ao presente, dominado pelo “demônio da crítica ao Estado” e pela “luta” de opiniões políticas. Num “mundo de divisão política” (*politisch geteilte Welt*) e de “espírito de partido” (*Parteigeist*) a revista pretende ser um

---

1, 2006: 36-46. Sobre a relação entre a revolução experimentada por Goethe durante a sua viagem na Itália e a reflexão de Goethe sobre a Revolução Francesa na sua obra, ver Roe (1987: 31-46).

<sup>7</sup> Sobre a metaforologia criada por Goethe para assimilar a Revolução, ver o estudo de Cape (1991).

<sup>8</sup> Segundo Peter-André Alt (2005) o discurso de defesa de Luís XVI teria se perdido. Schiller escreve em uma carta a Körner de 21 de dezembro de 1792 sobre “a tentação quase irresistível de se meter no litígio em torno do rei, e escrever um memorando a respeito (“Kaum kann ich der Versuchung widerstehen, mich in die Streitfrage wegen des Königs einzumischen, um ein Memoire darüber zu schreiben”), confiante na sua capacidade de influenciar as “cabeças desorientadas” (“richtungslose Köpfe”). A carta foi reproduzida por W. Daniel Wilson (2004: 483-484).

abrigo para a “as musas e as graças”. As estratégias escolhidas são a adoção de um rigoroso silêncio sobre os acontecimentos correntes e o recuo deliberado do presente para o passado.

Em pleno tumulto político [a revista] deve dedicar-se às musas e às graças num círculo estreito e familiar, do qual deverá estar banido tudo que for marcado pelo impuro espírito de partido. Mas, na medida em que se proíbe qualquer alusão ao curso atual do mundo e às expectativas iminentes da humanidade, indagará sobre a história do passado e a filosofia que está por vir, e reunirá traços para o ideal de uma humanidade enobrecida, tarefa que se realiza pela razão, mas na experiência facilmente se perde de vista.<sup>9</sup>

Mitten in diesem politischen Tumult soll sie für Musen und Charitinnen einen engen, vertraulichen Zirkel schließen, aus welchem alles verbannt sein wird, was mit einem unreinen Parteigeist gestempelt ist. Aber in dem sie sich alle Beziehungen auf den jetzigen Weltlauf und auf die nächsten Erwartungen der Menschheit verbietet, wird sie über die vergangene Zeit die Geschichte, und über die kommende die Philosophie befragen, und sie zu dem Ideale veredelter Menschheit, welches durch die Vernunft aufgegeben, in der Erfahrung aber so leicht aus den Augen gerückt wird, Züge sammeln (SCHILLER 1995: 4).

Se a renúncia, “num círculo estreito e familiar”, ao tumulto político e ao “impuro espírito de partido” das massas é a condição para a frequência livre das musas e graças, a contemplação do passado contrapõe-se à sujeição ao presente e à frivolidade do novo pelo novo. A recusa a quaisquer referências ao “curso atual do mundo” e às “expectativas próximas da humanidade” permitiria investigar o passado histórico e o futuro de uma perspectiva filosófica, ditada pela razão, de modo “a reunir traços para uma humanidade enobrecida”. Aqui se delinea o contorno do projeto histórico-filosófico, centrado no argumento da “imunidade absoluta” das artes, que Schiller desenvolveria nas *Cartas sobre a educação estética da humanidade*, publicadas nas *Horas* em 1795.

Além da adoção de estrito silêncio em relação aos acontecimentos da atualidade, Schiller declara na sua apresentação que a revista recorrerá a outra estratégia sigilosa voltada para intervir na recepção das suas contribuições: o anonimato dos autores.

Também será concedido a todos que o desejarem permanecer anônimos, porque na recepção das contribuições dar-se-á atenção apenas ao conteúdo e não ao selo. Por esta razão, e também para favorecer a liberdade da crítica, deixaremos de lado um hábito generalizado, e guardaremos sigilo em relação ao nome de cada artigo até o término de cada ano, o que o leitor aceitará de bom grado, uma vez que o sumário apresenta o conjunto de autores.

Auch soll jedem, der es verlangt, gestattet seyn, anonym zu bleiben, weyl man bey der Aufnahme der Beyträge nur auf den Gehalt und nicht auf den Stempel sehen wird. Aus diesem Grunde, und um die Freyheit der Critik zu befördern, wird man sich erlauben, von einer allgemeinen Gewohnheit abzugehen, und bey den einzelnen Aufsätzen die Namen ihrer Verfasser, bis zum Ablauf eines jeden Jahrgangs verschweigen, welches der Leser,

---

<sup>9</sup> Todas as traduções do original alemão são nossas.

sich umso eher gefallen lassen kann, da ihn diese Anzeige schon im Ganzen mit denselben bekannt macht (SCHILLER 1995:7).

A publicação anônima das contribuições protegia, sem dúvida, aqueles mais expostos que eram, como Goethe, altos funcionários do Estado.<sup>10</sup> Mas o anonimato também se tornou um fim em si mesmo: a omissão da identidade do autor obrigaria o leitor a dedicar a sua atenção à matéria do texto, sem deixar-se distrair por juízos relacionados à pessoa do autor. Em uma carta a Schiller (27/1/1995) Goethe diria que achava o anonimato “muito profícuo” (*sehr ersprießlich*) porque “ao menos o leitor é obrigado a julgar [a obra] antes de saber quem é o autor” (*daß der Leser wenigstens erst urtheilen muß, ehe er erfährt wer sein Autor sey; apud BELL 2005: 98*). As especulações sobre a autoria das contribuições das *Horas* agradavam a Goethe, que via na atribuição a Schiller da autoria de textos que ele tinha composto, e vice-versa, a confirmação de que ele e o amigo estavam “perdendo cada vez mais o maneirismo e assimilando-se ao que é bom em geral” (*daß wir immer mehr die Manier los werden und ins allgemeine Gute übergehen*) (*apud BELL 2005: 98*). Por um lado, a adoção de uma prática autoral baseada no anonimato pode ser vista como uma tentativa de implementar o princípio da autonomia da obra de arte. Por outro lado, o postulado da autonomia da obra já pressupunha a redefinição da autoria: o poeta deveria dissimular a sua identidade e abdicar de maneirismos individuais, recolhendo-se atrás da sua obra ou aderindo a modelos clássicos (cf. BELL 2005: 92).<sup>11</sup>

A prática autoral das *Horas* radicaliza-se no projeto posterior de Goethe e Schiller, baseado na colaboração e no anonimato. Trata-se da coleção de dísticos intitulada *Xenien* (*Xênias*, cf. BELL 2005), inspirada nos epigramas do poeta Marcial. O modelo romano mediou a intensa colaboração voltada para criação de uma voz comum e a sátira mordaz do mundo literário alemão. No jogo com as tradições romanas, os dísticos alternam proximidade programática e distância irônica, respaldando a criação de uma voz cujo meio de expressão natural são os dísticos, conformando um eu poético coletivo e anônimo que permitisse aos autores dizer o que *in propria persona* não seria possível. No auge da colaboração, o “exemplar andarilho” (*wanderndes Exemplar*) viajava incessantemente

---

<sup>10</sup> Matthew Bell explica que o anonimato foi discutido por Schiller Goethe e o dono da editora, Cotta. Goethe exigiu o anonimato, para decepção de Cotta, que esperava a publicidade do nome do célebre autor para atrair o público. Chegam ao acordo de que todos os autores teriam direito a anonimato, as contribuições sairiam anônimas, mas uma lista com o nome de todos os colaboradores seria publicada (BELL 2005: 97).

<sup>11</sup> Os amigos não eram desprevenidos, pelo contrário, exploravam a sobreposição e a duplicação de vozes antigas e modernas e percebiam que um estilo antigo podia consistir no maneirismo do autor.



entre Jena e Weimar (BELL 2005: 104), como se fosse uma alegoria da obra autônoma, tomando um rumo próprio. Se a colaboração das *Xênias* redefinía a produção, entrosando os estilos individuais, o anonimato alterava a recepção da obra, privando o público do seu mais arraigado hábito de leitura. Seja nas *Xênias* ou nas *Horas*, Goethe e Schiller adotam uma série de práticas redacionais e editoriais que desnaturalizam a relação entre a obra e o autor.

Diferentemente das *Xênias*, que se dirigiam ao presente, as *Horas* fazem o silêncio em torno do nome dos autores coincidir com o silêncio em relação ao tempo atual. É o silêncio que entrelaça autoria e Revolução. O duplo afastamento que a revista produz, dos autores e do tempo, pressupõe ações que intervêm *no* tempo: para *alongar* o passado no presente e *postergar* o conhecimento da identidade do autor. No caso de Goethe, esses expedientes fazem parte do arsenal que lhe permitiu como autor afastar-se de si e da sua obra.

A estratégia abstinentemente adotada nas *Horas*, em relação aos acontecimentos do presente e ao nome dos autores, não significa negação da atualidade ou da autoria. A referência à política, ainda que indireta, está implicada nas declarações de silêncio feitas por Schiller na apresentação da revista. O silêncio que predomina nos três anos de existência da revista não é um gesto de recusa, mas de distanciamento. Os desdobramentos da Revolução são o contexto evocado nas *Conversações de exilados alemães* e *Cartas sobre a educação estética*. E mesmo sem serem nomeados, perpassam os inúmeros ensaios, poemas e traduções. Há um caso excepcional de referência direta ao julgamento e à execução de Luís XVI, em uma epístola de um “pensador solitário”, redigida por Friedrich Heinrich Jacobi (cf. *Horen*, 1795, vol. 8). Aí também a estratégia extemporânea de deslocar o passado para o âmago do presente prevalece: a figura histórica do rei da França é justaposta a Lear e a Édipo, às representações literárias de Shakespeare e Sófocles, e é a partir de considerações sobre essas obras que o texto indaga implicitamente sobre o presente.

## Auto-historicização: separação de si e do tempo

Num ensaio publicado em 1934, a poeta Marina Tsvetáieva propõe uma tipologia singular para distinguir “Poetas com história e poetas sem história” (2010). Os poetas sem história

nascem prontos. Os poetas com história desenvolvem-se. Goethe é o grande exemplo dos poetas com história:

O Goethe do *Götz von Berlichingen* e o Goethe da *Metamorfose das Plantas* não se conhecem. Goethe guardou numa mochila tudo o que ele necessitava de si mesmo daquele tempo e seguiu adiante. Se o Goethe maduro tivesse encontrado o Goethe jovem numa encruzilhada, talvez não o tivesse reconhecido, e tivesse se apresentado a ele (TSVETÁIEVA 2010:137).

A identidade de Goethe, afirma a poeta mais adiante, reside na sua incansável vontade criadora, “no músculo que suspende o pé do andarilho”. Poderíamos dizer, amparados em Tsvetáieva, que a criação de Goethe é a sua historicidade, a sua genialidade, o músculo que o faz caminhar.

O historiador Reinhart Koselleck, num ensaio sobre Goethe publicado em 1997, tece reflexões surpreendentemente complementares às da poeta russa. Em *A história extemporânea de Goethe (Goethes unzeitgemäße Geschichte)*, Koselleck afirma que é preciso discriminar entre uma perspectiva externa e uma interna, quando se trata de considerar a história de Goethe; vista de fora, a biografia, a carreira fulminante de Goethe, conforma-se inteiramente ao seu tempo (“Betrachtet man Goethes Lebenslauf von außen, so ist er rundum zeitgemäß zu nennen”, 1997: 7); vista não de fora, mas de dentro, com base no que Goethe disse e escreveu, a sua história é extemporânea (“Goethes unzeitgemäße Geschichte – nicht wie er sie lebte, sondern wie er sie begriffen hat”, 1997: 17). Goethe jamais aderiu à Revolução, tampouco ao moderno conceito de história, concebida como sujeito e objeto do progresso inexorável. Com a idade, passou a “compreender-se historicamente, embora durante a sua própria vida já estivesse monumentalizado” (“[er] begriff sich als geschichtlich, während er schon zu seinen eigenen Lebzeiten denkmalfähig wurde”, 1997:16). Na sua autobiografia - objetiva e subjetiva a um só tempo, histórica, portanto, no sentido moderno do termo - Goethe liga as circunstâncias que condicionam a sua produção criativa e original segundo a fórmula paradoxal de “condicionar-se” (“Sichbedingen”, 1997: 17). Goethe estaria muito distante seja da interioridade inefável ou da história mundial fatídica, os polos então dominantes das narrativas individuais ou coletivas.

Guardadas as diferenças, as reflexões de Tsvetáieva e Koselleck apresentam um denominador comum: para Tsvetáieva, a originalidade do poeta está no fato de ele não se contentar consigo mesmo; para Koselleck, no fato de não aderir internamente ao tempo. Num ou noutro caso, seja a separação de si ou a separação do tempo, Goethe, como autor individual, é resultado da sua auto-historicização, da sua singular relação com o tempo.

O próprio Goethe, segundo Koselleck (1997), desenvolve uma visão radicalmente histórica de si mesmo. Já na primeira página da sua autobiografia, *Aus meinem Leben. Dichtung und Wahrheit* (*Da minha minha vida. Poesia e verdade*, publicada a partir de 1811), deparamo-nos com a consciência da separação de si ao longo do tempo. Na linda imagem criada por Tsvetáieva, “o Goethe do *Götz von Berlichingen* e o Goethe da *Metamorphose des Prometheus* não se conhecem”, o autor da obra de juventude não se reconhece no autor da obra de madureza, o indivíduo Goethe e o Goethe autor se desencontram, o nome se despreza da pessoa do autor. Goethe explica que escreveu a sua autobiografia para atender ao pedido de um amigo. Citado logo na abertura do texto, o amigo expressa a incredulidade em relação à identidade do “escritor” (*Schriftsteller*) e a sua vasta e heterogênea obra. Referindo-se à publicação recente das obras completas em “doze volumes”, o amigo nota:

Não se pode negar que, em face da vitalidade do início da sua carreira de escritor e do longo tempo que desde então correu, uma dúzia desses pequenos volumes parece muito pouco. Tampouco se pode omitir, diante de trabalhos individuais, que geralmente circunstâncias particulares os ensejaram, ou que neles transparecem tanto motivos externos quanto as etapas decisivas da formação interior, ou até mesmo que neles prevalecem certas máximas e convicções estéticas válidas apenas temporariamente. Mas tomadas como um todo essas produções permanecem desconjuntadas; muitas vezes é difícil acreditar que elas tenham se originado do mesmo escritor.

Nun ist nicht zu leugnen, daß für die Lebhaftigkeit, womit derselbe seine schriftstellerische Laufbahn begonnen, für die lange Zeit verflossen, ein Duzend Bändchen zu wenig scheinen müssen. Ebenso kann man sich bey einzelnen Arbeiten nicht verhehlen, daß meistens besondere Veranlassungen die dieselben hervorgebracht, und sowohl äußere bestimmte Gegenstände als innere entschiedene Bildungsstufen daraus hervorscheinen, nicht minder auch gewisse temporäre moralische und ästhetische Maximen und Überzeugungen darin obwalten. Im Ganzen aber bleiben diese Produktionen immer unzusammenhängend; ja oft sollte man kaum glauben, daß sie von demselben Schriftsteller entsprungen seyen. (GOETHE 1811: 11)

Da mesma forma, também poderia ser difícil crer que se originassem do mesmo tempo. Nada há mais de alheio ao espírito de Goethe – que se mantinha à distância de modas e tendências da sua época – do que a expressão *Goethezeit*. Introduzida por Hermann Korff em *Geist der Goethezeit* (Leipzig, 1923), o termo seria consagrado sobretudo por Georg Lukács, ainda que o seu entendimento crítico do espírito da época e da identidade do autor divergisse da do seu precursor.<sup>12</sup> Ao culto institucionalizado de

---

<sup>12</sup> Ver Hermann August Korff, *Der Geist der Goethezeit: Versuch einer ideellen Entwicklung der klassisch-romantischen Literaturgeschichte* (Leipzig, 1923) e Georg Lukács, *Goethe und seine Zeit*, coletânea de artigos escritos nos anos 1930 (Berna, 1947). A aproximação entre Goethe e a sua época era corrente já antes do livro de Korff, como indica a obra homônima a de Lukács, *Goethe und seine Zeit*, do germanista Karl Alt (Leipzig, 1911). Para Lukács trata-se de recuperar “o sentido histórico profundo, no sentido de uma conexão interna com os problemas fundamentais da revolução burguesa” das obras do jovem Goethe

Goethe como “gênio” capaz de expressar a totalidade e a identidade de uma época (*Goethezeit*) escapou inteiramente o ceticismo escancarado em relação à unidade da obra e do seu autor, anunciado no início de *Poesia e verdade*. Por não se tratar de um gesto retórico, seria equivocado apostar que o texto se encaminha para dissipar a dúvida heterodoxa, ou que numa antecipação da dispersão pós-moderna do sujeito a transformasse em ortodoxia. Vale a pena levar a sério a carta do amigo e fazer duas observações. Em primeiro lugar, a falta de coesão das “produções”, e a improbabilidade de terem se “originado” do mesmo “escritor” são o ponto de partida da autobiografia. Em segundo lugar, o desencontro entre o nome, a autoria e a pessoa é enunciado não pelo eu autobiografado, mas por um amigo e leitor. O recurso de Goethe à voz de outrem não é gratuito: demonstra o papel decisivo que atribui ao leitor em seu projeto autobiográfico.<sup>13</sup> No posfácio dedicado à publicação em livro da tradução do Cellini, o leitor já é incorporado à problemática relação entre o indivíduo e o seu tempo. O papel do leitor de autobiografias não é apenas teorizado como um efeito do texto, mas encenado, no posfácio, pelo próprio tradutor.

## Exposição ao tempo

As reflexões de Goethe sobre a vida do artista italiano são ainda pouco estudadas. Por um lado, atribui-se o interesse de Goethe por Cellini a uma motivação autobiográfica: a personalidade transgressora e, neste sentido, genial do escultor renascentista, refletiria a fase *Tempestade e ímpeto* do jovem Goethe.<sup>14</sup> Por outro lado, a tradução da *vita* faria parte das pesquisas de Goethe sobre personalidades geniais e o seu tempo. O Cellini estaria associado ao Torquato Tasso, o conde Egmont, Girolamo Cardano, e Winckelmann.<sup>15</sup> Como veremos mais adiante, o significado de Cellini para Goethe diz respeito menos à obra do artista do que à capacidade de relatar a própria vida. A sua tradução da autobiografia marcaria o início de uma longa tradição, esquadrihada por Jacob Burckhardt,<sup>16</sup> segundo a qual a autobiografia de Cellini se sobrepunha à obra

---

como o “ápice revolucionário do movimento europeu do Esclarecimento, da preparação ideológica da grande Revolução Francesa”. (LUKÁCS 1947: 36).

<sup>13</sup> A carta do amigo citada por Goethe é provavelmente uma ficção do próprio autor. Ver a respeito Jeßing 1997: 278.

<sup>14</sup> Ver Herding 2003: 379-413, aqui 380.

<sup>15</sup> Ver Jacobs 1997, p. 66- 83.

<sup>16</sup> Ver Burckhardt 1985 [1860], p. 143-166.

escultórica como uma instância paradigmática do ponto de vista histórico-cultural da tomada de consciência do artista individual.<sup>17</sup> Neste ensaio, diferentemente, abordaremos a autobiografia do Cellini no contexto das *Horas*, o principal veículo do classicismo de Weimar, de modo a capturar o que se perdeu: o sentido momentâneo da sua publicação.

No posfácio à edição de 1803, escrito cinco anos depois da publicação original nas *Horas*, Goethe refaz o nexos entre a vida de Cellini, o classicismo de Weimar e a Revolução. Como se, perdida a atmosfera beligerante das *Horas*, ele se sentisse impelido, *ex post*, a reconstruí-la. A relação entre o artista e o seu tempo, entre a sua “formação” e o mundo que o rodeia e no qual atua (*Mitwelt*), que está na raiz do programa classicista, volta a ser objeto de intensa problematização. “Representante do seu século”, o famoso epíteto atribuído por Goethe a Cellini, é modulado por um “talvez” e, logo em seguida, relativizado: “Mais claramente [...] Cellini mostra-se representante da classe artística, pela abrangência do seu talento” (“Bestimmter jedoch zeigt er sich als Repräsentanten der Künstlerklasse, durch die Allgemeinheit seines Talents”; GOETHE 1803: 300).<sup>18</sup> Nesta observação, Goethe deixa em aberto em que medida a arte e a cultura constituem uma esfera separada, relativamente independente do “século”. Em *Winckelmann e seu século*, Goethe explicita a natureza da relação: Winckelmann, longe de “representar” o seu século, ou a classe de eruditos e letrados, é visto como uma encarnação do paganismo dos antigos, um indivíduo anacrônico, extemporâneo à sua época. A atribuição da originalidade de Winckelmann à sua personalidade anacrônica confere à esfera da arte e da cultura uma certa autonomia, a capacidade de não se deixar reger pelo presente, de abrigar lado a lado tempos diversos. A temporalidade *sui generis* da arte e a relação do artista com o seu tempo já estavam no cerne do posfácio ao Cellini.

Goethe enxerga na *vita* uma forma rudimentar de auto-historicização, pois para ele, o projeto de “condicionar-se” é inseparável de experimentações formais, imbuído de um caráter propriamente literário. As práticas textuais e editoriais inovadoras já são introduzidas no posfácio ao Cellini, e exacerbadas em *Winckelmann e seu século*, a coletânea de cartas entremeadas de prefácios e esboços do organizador, ou na *Viagem à Itália*, um relato perturbado por um mosaico de textos heteróclitos, ou finalmente em *Poesia e verdade*, uma autobiografia em que irrompem narrativas em terceira pessoa. Mas, apesar de reconhecer que a autobiografia de Cellini é destituída de uma capacidade

---

<sup>17</sup> Ver Mücke (2015: 141-176).

<sup>18</sup> Para Goethe importam, neste sentido, a emancipação das artes plásticas das artes instrumentais e a incipiente consciência artística.

de autorreflexão em relação à própria forma, a atenção que Goethe lhe dedica não é ‘historicista’; ele está longe de se contentar em situar a vida de Cellini em algum estágio pré-moderno, anterior à modernidade propriamente dita.

A *relação* entre o artista e o seu tempo impregna a linguagem do posfácio. São várias as palavras que reiteradamente a perscrutam, seja o “contexto” (*Zusammenhang*), as “circunstâncias temporais” (*Zeitumstände*), ou “mundo compartilhado” (*Mitwelt*). A ênfase em “contextos” artísticos deixa entrever que Goethe abraça o princípio da autonomia da arte em termos muito distintos daqueles empregados pelo amigo Schiller. Enquanto Goethe investiga a natureza do nexos entre arte e política, Schiller declara o banimento da política. Depois de perder a esperança de que na Revolução se realizasse a aliança entre história e razão, este passou a exigir, em nome do humanismo estético, que o “demônio da crítica do Estado” (“Dämon der Staatskritik”, cf. *Horas* 1795), fosse “banido” (“verbannt”) do mundo do espírito e das artes. A dicção separatista rechaça qualquer forma de “coalizão” com a “realidade” ou a “história mundial”, em defesa de uma “separação” rigorosa do “Estado estético”, capaz de garantir a “imunidade absoluta da arte em face do arbítrio humano”, (cf. cartas para a *Educação estética do homem*, *Horas*, 1795).<sup>19</sup> Diferentemente de Schiller, Goethe explora as limitações e as contradições do princípio da autonomia. Ao invés de postular a autonomia da arte, e buscar a sua fundamentação antropológica, como Schiller na *Educação estética*, Goethe estuda a vulnerabilidade da arte às contingências históricas, e reflete sobre as condições para a sua longa duração na cultura.

Goethe discute a vulnerabilidade da arte ao tempo a partir de obras de Michelangelo e Leonardo da Vinci, especialmente “significativos e memoráveis” (“bedeutend und erinnerlich”, GOETHE 1803: 261) para Cellini, cuja história é atravessada por graves perdas e acidentes. As obras têm a sua origem na recém-proclamada república de Florença, após os dias de revolução, durante os quais a turba havia dispersado e destruído “o belo cabedal artístico” (“[das] schöne Kunstkapital”, GOETHE 1803: 263) reunido por Lorenzo Médici. Para remodelar o centro do poder político, o salão do grande conselho, os novos governantes encomendaram aos maiores artistas da época, a da Vinci e a Michelangelo, uma representação de feitos memoráveis dos florentinos. As cenas de batalha retratadas por cada uma das obras são evocadas vividamente através de uma

---

<sup>19</sup> Sobre a dicção “imunológica” das *Cartas* de Schiller, e as relações entre medicina, moral e estética, ver Zumbusch, 2014.

minuciosa descrição. A certa altura, o retrato das obras é interrompido, bruscamente, por uma inquietante revelação: as duas obras se perderam antes mesmo de serem concluídas. Na verdade, nunca passaram de esboços de afrescos jamais realizados. Goethe especula que “talvez a república jamais tenha tido forças e tranquilidade para executar tão grandiosa ideia” e, com indisfarçável ironia, conclui que os Médici, quando voltaram a governar Florença, não terminariam o que os seus inimigos haviam começado.<sup>20</sup> “Outros tempos, outras preocupações”, exclama com aparente resignação, para em seguida, sem qualquer transição, confrontar o passado recente da Revolução Francesa. Goethe refere-se a uma obra inacabada de Jacques-Louis David, o maior pintor da Revolução Francesa, membro da Assembleia Constituinte.

E não vemos, em nossos dias, a imagem revolucionária esboçada com grande sentido e entusiasmo, com estimável mérito artístico, representando o juramento no salão de festas, inacabada? E quem sabe o que terá restado desta obra em três séculos?

Und sehen wir nicht in unseren Tagen das mit großem Sinne und Enthusiasmus entworfene Bild, mit schätzbarem Kunstverdienst begonnene revolutionäre Bild Davids, den Schwur im Ballhause vorstellend, unvollendet? Und wer weiß, was von diesem Werke in drei Jahrhunderten übrig sein wird? (GOETHE 1803: 267).

Trata-se de um esboço para uma representação do Juramento de Péla, realizado em 20 de junho de 1789 no Salão de Péla, em Versalhes, quando membros do Terceiro Estado e do baixo clero decidiram formar uma Assembleia Constituinte. O juramento pelo qual se instaurou o voto individual em lugar do voto proporcional aos Estados é considerado o evento que desencadeou a Revolução. Os paralelismos entre Da Vinci, Michelangelo e David são claros. Todos os pintores são levados a colocar a sua arte a serviço de novos governantes, e legitimá-los simbolicamente através de representações históricas. Todas as obras nascem destinadas a ocupar o centro do poder político e, no entanto, permanecem ruínas de um futuro do passado. O caráter dos desenhos de Michelangelo e da Vinci não é definido pela nova república, já a obra de David, descrita como de estimável “valor artístico”, é em si mesma “revolucionária”. É notável e deliberado o tom de imparcialidade adotado por Goethe, que se cala sobre o envolvimento político de David, para pronunciar-se elogiosamente sobre a obra. O sentido da comparação entre Florença e Paris parece claro: demonstrar a vulnerabilidade do artista

---

<sup>20</sup> „Beide Werke, welche die Bewunderung und den Nacheifer aller künstlerischen Zeitgenossen erregten und höher als andere Arbeiten dieser großen Meister geschätzt wurden, sind leider verloren gegangen. Wahrscheinlich hatte die Republik weder Kräfte noch Ruhe genug, einen so groß gefaßten Gedanken ausführen zu lassen, und schwerlich fühlten sich die Medicis geneigt, als sie bald zur Herrschaft wieder zurückkehrten, das, was jene begonnen hatten, zu vollenden“ (GOETHE 1803: 267).

e sua obra em tempos de revolução. A adesão do artista ao novo poder, ou a simpatia que o regime lhe dedica, em tempos de ruptura, especialmente, não asseguram a integridade, muito menos a “imunidade” da arte. Pois, como mostram os exemplos, a exacerbação da contingência e a aceleração da mudança, provocadas pela revolução, não atingem somente a arte, mas o próprio poder.

A vulnerabilidade radical da arte ao tempo, rememorada no relato das obras inacabadas, sugere uma atitude mais sóbria, cética e problemática em relação ao afastamento do presente, do que aquela assumida por Schiller, na apresentação do primeiro volume das *Horas* e fundamentada nas *Cartas sobre a educação estética do homem*, publicadas nos volumes subsequentes. Ao invés de decretar o “banimento” da política e o “silêncio rigoroso” sobre assuntos ligados à Revolução, a vida de Cellini dá provas da exposição inelutável ao tempo e ao poder e, assim, lança dúvidas sobre o distanciamento do presente, como condição da aliança com o passado - recurso primordial do programa classicista. Em carta a Schiller, Goethe é lapidar: “Quem pode separar o seu navio das ondas em que navega? Contra a correnteza e o vento só é possível avançar pequenas distâncias” (“Wer kann sein Schiff von den Wellen sondern auf denen er schwimmt, gegen Strom und Wind legt man nur kleine Strecken zurück”; *apud* KELLER 2014: 52). A antiga metáfora náutica dá corpo à experiência de uma temporalidade nova, veloz e eruptiva, instaurada pela Revolução. São inelutáveis as ações do vento e da correnteza, mas o navio - i.e., a obra ou o autor - não se deixa absorver por elas.

Os esboços de Michelangelo, Da Vinci e David são exemplares justamente porque não flagram apenas a sujeição da arte ao tempo. Mesmo inacabadas ou perdidas, as ‘obras’ sobreviveram às grandes rupturas históricas, e permaneceram na memória cultural graças às inúmeras cópias e descrições verbais. A vida de Cellini e as autobiografias de artistas em geral funcionariam, nesse sentido, como dispositivos de inscrição da arte na cultura. A sua função arquivológica, entretanto, não é reacionária, não “imuniza” as obras, mas é ela mesma histórica: depende da mobilização do público, da intervenção ativa dos leitores individuais, de práticas editoriais e tradutórias.

## Condicionar-se (Sichbedingen): contemplação das circunstâncias

A afinidade entre o posfácio à autobiografia de Cellini e o ensaio sobre o sansculottismo literário está na tematização da relação entre o artista e o mundo que o circunda, não como



algo que estivesse dado, mas como algo que é problematizado continuamente no âmbito da recepção e da transmissão de memórias. Os termos empregados nos textos são múltiplos, sinalizando alternâncias de perspectiva e ênfase: o “mundo compartilhado” (*Mitwelt*), as “circunstâncias temporais (*Zeitumstände*), o “contexto” (*Zusammenhang*), ou “grande convergência” (*Zusammenwirken*), para citar apenas alguns exemplos. É notável que as reflexões de Goethe sobre o alcance de autobiografias desemboquem numa espécie de estética da recepção *avant la lettre*. O posfácio ao relato de Cellini põe em cena o Goethe leitor, cujas reações demonstram exemplarmente o efeito que as autobiografias devem suscitar. Ao oferecer “algo semelhante”, o posfácio encena e intensifica o efeito da autobiografia:

Se um posfácio, após uma obra como a descrição de vida de Cellini, deve atrair o leitor, então deveria lograr algo semelhante e conduzir a uma contemplação mais vívida das circunstâncias da época, nas quais uma pessoa tão notável e singular pôde formar-se.

Wenn hinter einem Werke wie die Lebensbeschreibung Cellinis eine Nachschrift den Leser anziehen sollte, so müßte sie etwas Gleichartiges leisten und zu einem lebhafteren Anschauen der Zeitumstände führen, welche die Ausbildung einer so merkwürdigen und sonderbaren Person bewirken konnten (GOETHE 1803: 257).

A expressão “contemplação” (*Anschauen*), que aqui designa a reação do leitor, dotando-a de uma dimensão estética, indica que a leitura não está encerrada num sentido prévio. Assim também o posfácio apenas se aproxima da representação da época de Cellini de forma “rascunhada, aforismática, fragmentária” (“skizzenhaft, aphoristisch, fragmentarisch”), de modo que cada leitor possa, individualmente, “formar para si um esboço furtivo da grande convergência que então havia” (“sich einen flüchtigen Entwurf jenes großen Zusammenwirkens selbst auszubilden”, 1803: 257). A relação circular entre parte e todo é historicizada tanto no âmbito da produção quanto da recepção. Desse modo, a “ostensiva parcialidade” (“zudringliche Einseitigkeit”) da autobiografia de Cellini instigaria no leitor o desejo de familiarizar-se com o “estudo da história mais geral” (“Studium der allgemeineren Geschichte”):

[...] Pois quando se considera um homem notável como parte de um todo, de seu tempo, do local do seu nascimento e moradia, é possível decifrar algumas peculiaridades que permaneceriam eternos enigmas. Por isto surge no leitor destas primeiras descrições de vida um estímulo irresistível para adquirir conhecimento das circunstâncias daquele tempo, e é um grande mérito destas memórias escritas com vivacidade, que a sua ostensiva parcialidade nos incline ao estudo da história geral.

Denn, indem man einen merkwürdigen Menschen als Theil eines Ganzen, seiner Zeit, seines Geburts und Wohnorts betrachten, dann lassen sich gar manche Sonderbarkeiten entziffern, welche sonst ewig ein Rätsel bleiben würden. Daher entsteht bei jedem Leser solcher frühern, eignen Lebensbeschreibungen, ein unwiderstehlicher Reiz, von den

Umgebungen jener Zeit nähere Kenntnis zu erlangen, und es ist ein großer Verdienst lebhaft geschriebener Memoiren, daß sie uns durch ihre zudringliche Eindringlichkeit in das Studium der allgemeinen Geschichte hineinlocken. (GOETHE 1803:285)

Os comentários de Goethe podem ser lidos como uma encenação da reação do leitor que toma para si a tarefa de traçar a relação entre o indivíduo e o seu contexto, o artista e a sua obra. A mobilização do leitor pressupõe que a investigação das circunstâncias em que viveu um indivíduo singular não se confunde com nenhuma forma de determinismo. Pelo contrário, a relação entre “algumas peculiaridades” e a “grande convergência” não é previamente esclarecida, mas transferida para a esfera da recepção, delegada ao escrutínio do público. A resposta do leitor não a esgota; antes, a exemplo do Goethe leitor, é por definição incompleta, “rascunhada, aforismática, fragmentária” (“skizzenhaft, aphoristisch und fragmentarisch”, 1805:257). A “parcialidade” do posicionamento do indivíduo talentoso em relação ao seu tempo encontra a sua contraparte nos “esboços furtivos” que o público leitor lhe devolve.

Como já dissemos, o grande mérito de Cellini para Goethe possivelmente se deve mais à pluma do que à talhadeira. A capacidade de registrar a sua trajetória não apenas o distingue dos demais artistas do seu círculo, mas permite aos seus leitores assentar “as artes plásticas” no âmbito da cultura florentina.

Assim como do ponto de vista das artes plásticas é incontestável a grande vantagem de Cellini ter nascido no inestimável círculo artístico de Florença, assim também como florentino alcançou, sem que tivesse estudado a língua ou a arte de escrever, antes de muitos outros, a capacidade de deixar, através da pluma, **monumentos duradouros** da sua vida e da sua arte, quase mais do que através do formão ou da talhadeira.

So wie er nun in Absicht auf bildende Kunst wohl unstreitig dadurch den größten Vorteil gewann, daß er in dem unschätzbaren florentinischen Kunstkreise geboren worden, so konnte er als Florentiner, ohne eben auf Sprache und Schreibart zu studieren, vor vielen andern zu der Fähigkeit gelangen, durch die Feder seinem Leben und seiner Kunst fast mehr als durch Grabstichel und Meißel **dauerhafte Denkmale** zu setzen. (GOETHE 1803:309; grifo nosso)

A inscrição das artes plásticas na cultura é vinculada à capacidade do artista florentino de escrever a sua autobiografia e legar “monumentos duradouros”. A importância conferida ao registro da própria formação é reiterada, significativamente, no ensaio contra o “sansculottismo literário”.

## Escola invisível

Goethe investe o termo que dá título ao ensaio de um sentido explícito e outro velado. “Sansculottismo” é o rótulo nada enaltecido de revolucionário das Letras que ele lança contra o crítico e pastor Daniel Jenisch. “Sansculottismo” também adquire uma referencialidade ampla, cuja apreensão depende do conhecimento das instituições políticas francesas e alemãs, assim como da leitura atenta de expressões que permeiam o texto, tais como “autor nacional” ou “unidade significativa”. “Quando e como surge um autor nacional clássico?” (“Wann und wo entsteht ein klassischer Nationalautor?” (GOETHE 1795: 51). A resposta de Goethe alude diretamente às condições intrínsecas à centralização e à unidade da ordem política na França: “Quando as condições amplas e suas consequências na sua nação encontram uma unidade significativa e feliz” (“Wenn er in der seiner Nation große Begebenheiten und ihre Folgen in einer glücklichen und bedeutenden Einheit vorfindet”, 1795: 51). Em seguida, enfatiza que um “texto relevante ou um discurso relevante são simplesmente consequência da vida. O escritor, tanto quanto o homem de ação, não forma as circunstâncias nas quais nasce e atua” (“Eine bedeutende Schrift ist, wie eine bedeutende Rede, nur Folge des Lebens; der Schriftsteller so wenig als der handelnde Mensch bildet die Umstände, unter denen er geboren wird und unter denen er wirkt”, 1795: 52). É justamente a precariedade das circunstâncias nas quais “os melhores escritores alemães desse século trabalharam” (*idem*) que é preciso levar em consideração, não apenas para constatar a ausência de autores clássicos nacionais, mas para reconhecer o extraordinário mérito das suas obras. E conclui, não sem ironia: “Não queremos desejar as revoluções, que possam fomentar obras clássicas na Alemanha. (“Wir wollen die Umwälzungen nicht wünschen, die in Deutschland klassische Werke vorbereiten könnten”; 1795: 53).

Goethe sabe, é claro, que as condições dadas na França para o surgimento de um “autor nacional clássico” precederam a Revolução. Mas, aproveita o ensejo para rechaçar a versão republicana do modelo francês, sugerindo causticamente que as condições favoráveis ao surgimento de um autor nacional clássico só poderiam ser introduzidas na Alemanha através de uma Revolução que, a exemplo da que ocorreu em Paris, cultivasse a “unidade e a indivisibilidade” em ideais supremos da República. Schings observa com argúcia “que em Paris *unité* e *indivisibilité* eram considerados valores revolucionários sagrados, que deveriam ser defendidos a qualquer preço – e nada era mais execrável do que o *fédéralisme*” (“dass *unité* und *indivisibilité* in Paris den Rang von revolutionären

Heiligtümern besaßen, die um jeden Preis zu verteidigen waren – und nichts war deshalb verabscheuungswürdiger als der *fédéralisme*”, SCHINGS 2017: 12). As condições “fragmentadas” (“zerstückelt”) e “dispersas” (“zerstreut”) da Alemanha, às quais Goethe se refere, constituem um claro contraponto à unificação do Estado francês, ainda que - eis o argumento - a falta de uma ordem política centralizada não tenha impedido a formação de uma literatura nacional. Encontra-se aqui, numa noz, a noção de uma nacionalidade derivada da língua e da cultura, e não da política. A literatura torna-se de certa forma o único representante do nacional e a ausência de uma ordem política sublinha a independência dos letrados, seja em relação à corte, ou ao soberano. No poema de Schiller intitulado “A musa alemã” (“Die Deutsche Muse”, 1798), a “arte alemã” não desabrochou pela “benevolência do príncipe” (“Fürstengunst”), mas somente pelo mérito dos artistas e seu público.<sup>21</sup> O elogio de Schiller aos letrados e o diagnóstico de que já existe uma literatura clássica nacional, reverbera na visão de Goethe sobre o legado das gerações anteriores:

O que os críticos inábeis menos percebem é a sorte que têm hoje os homens jovens, pois se formam e alcançam mais cedo um estilo puro e adequado ao objeto. A quem a devem senão aos seus predecessores, que na última metade desse século, com empenho incansável e contra inúmeros obstáculos se formaram cada um a seu modo? Assim surgiu uma escola invisível, e o homem jovem que nela ingressa chega agora a um círculo muito mais luminoso do que o escritor que o antecedeu, e que o atravessou a esmo no crepúsculo, para pouco a pouco, quase ao acaso, ajudar a ampliá-lo. O crítico de meia tigela, que quer nos mostrar o caminho com a sua luzinha, chega tarde demais; o dia raiou e não vamos reabrir as portas.

Denn worauf ungeschickte Tadler am wenigsten merken, das Glück, das junge Männer von Talent jetzt genießen, indem sie sich früher ausbilden, eher zu einem reinen, dem Gegenstande angemessenen Stil gelangen können, wem sind sie es schuldig als ihren Vorgängern, die in der letzten Hälfte dieses Jahrhunderts mit einem unablässigen Bestreben, unter mancherlei Hindernissen, sich jeder auf seine eigene Weise ausgebildet haben? Dadurch ist eine Art von unsichtbarer Schule entstanden, und der junge Mann, der jetzt hineintritt, kommt in einen viel größeren und lichterem Kreis als der frühere Schriftsteller, der ihn erst selbst beim Dämmerchein durchirren mußte, um ihn nach und nach, gleichsam nur zufällig, erweitern zu helfen. Viel zu spät kommt der Halbkritiker, der uns mit seinem Lämpchen vorleuchten will; der Tag ist angebrochen und wir werden die Läden nicht wieder aufmachen. (1795:55)

Os jovens talentosos podem formar-se com muito mais facilidade graças ao empenho de precursores que “forma[ndo-se] cada um a seu modo” lograram construir uma “escola invisível” (“unsichtbare Schule”). “Escola invisível” designa a entidade que se construiu a partir de meados do século, sem o amparo de um centro político, e para

---

<sup>21</sup> Sobre a interpretação da ausência de Estado como condição do carácter meta-político e universal, a um só tempo nacional e supranacional da cultura, ver Pornschlegel, 2004, p. 5.

além das diferenças estamentais, através da criação de um “estilo”, i.e., língua padrão, e a circulação de livros impressos. A “escola invisível” de Goethe evoca diretamente a expressão “igreja invisível”, que pode ser traçada de volta a Lessing e Herder (cf. IRMSCHER 2009: 103). Enquanto para Lessing os irmãos maçônicos reconhecem-se mutuamente, para além dos estamentos, da religião ou nacionalidade, para Herder a “igreja invisível” abrange também aqueles reunidos no cultivo das grandes obras do passado. Embora não caiba aqui destacar as diferenças, vale a pena notar que a “invisibilidade” da escola de Goethe também sugere um âmbito que virtualmente atravessa fronteiras nacionais. A escola circunscreve e integra a trajetória daqueles que nela ingressam, ao mesmo tempo em que é destituída da visibilidade pomposa que soem ter as instituições políticas. Enquanto metáfora para a literatura, a sua “invisibilidade” remete à separação entre o público e o privado característica da cultura letrada, identificada a um ‘público’ de indivíduos reunidos por experiências de leitura. O público literário, enquanto entidade imaginária, à qual os autores se dirigem em suas obras, é, por definição, “invisível”: real apenas através da sua articulação discursiva.

Significativamente, o que está em jogo no chamado de Goethe para a publicação de autobiografias - i.e., “histórias de formação” - é a relação entre o público e o autor.

Talvez ousemos em seguida submeter ao público a história de formação, tal como se apresenta em suas obras, dos nossos mais exímios escritores. Se eles próprios quisessem, por menores que sejam as nossas exigências em relação a confissões, comunicar de bom grado apenas aqueles momentos que mais contribuiram para a sua formação, e divulgar os maiores empecilhos, o uso que isto proporcionaria seria ainda mais amplo.

Vielleicht wagen wir in der Folge, die Geschichte der Ausbildung unsrer vorzüglichsten Schriftsteller, wie sie sich in ihren Werken zeigt, dem Publikum vorzulegen. Wollten sie selbst, sowenig wir an Konfessionen Ansprüche machen, uns nach ihrem Gefallen nur diejenigen Momente mitteilen, die zu ihrer Bildung am meisten beigetragen haben, und dasjenige, was ihr am stärksten entgegengestanden, bekanntmachen, so würde der Nutzen, den sie gestiftet, noch ausgebreiteter werden. (GOETHE 1795: 54-55)

Encetada por “talvez ousemos” a passagem alia a exortação à dúvida. Essa modulação ambivalente de tom não é gratuita, reflete as nuances do argumento. As palavras “formação” (*Bildung*) e “história” (*Geschichte*) prometem açambarcar a relação entre obra, autor, vida, conferindo-lhe uma unidade de sentido. O uso dos superlativos, “os mais exímios escritores”, “os momentos que mais contribuiram” e os “momentos que mais favoreceram” também acena para uma convergência de sentido. A “história de formação” (*Geschichte der Ausbildung*) de autores atenderia ao preceito hermenêutico de tornar legível o fio oculto que liga as obras, os momentos decisivos e o autor. No entanto, essa leitura é incompleta. Não faz jus à fina distinção entre uma “história de formação

dos mais exímios escritores” alemães que “nós” – os colaboradores das *Horas*? – “ousaríamos” “submeter” ao “público”. Tampouco à afirmação de que se os “próprios” escritores expusessem as circunstâncias da sua formação, ou seja, escrevessem autobiografias, a eficácia seria ainda “mais ampla” do que a de histórias ou biografias. Goethe opõe o “uso” - a eficácia das autobiografias de autores - à pretensão dos “críticos de meia tigela [que] querem iluminar com a sua luzinha o caminho”. A aproximação da autobiografia ao gênero da confissão relativiza as exigências heterônomas para enfatizar a autonomia individual do autor. Cabe somente a cada escritor arrolar as circunstâncias favoráveis e desfavoráveis à sua formação, pronunciar-se sobre a sua relação com o tempo. É como se, entrelaçando a busca individual e autônoma pela formação e a descrição de circunstâncias historicamente dadas, a autobiografia consolidasse a “escola invisível”, dando-lhe publicidade, i.e., visibilidade. A ênfase de Goethe na autobiografia como uma intervenção na esfera da recepção, do público (*Publikum*), finalmente nos traz de volta ao posfácio ao Cellini, à consideração de que a “contemplanção das circunstâncias” em que florescem o artista e a sua obra que cabe ao leitor.

## Conclusão

O ensaio sobre o sansculottismo literário não deixa de seguir, ainda que com menor rigor, as estratégias negativas de silêncio em relação ao tempo presente e em relação ao nome do autor, anunciadas por Schiller na apresentação da revista as *Horas*. Não há no ensaio o recuo à Florença do século XVI para se pensar a relação do artista com a política em tempos de “revolução”, mas há a recusa da “Revolução”, o evento dominante no presente, e principalmente da relação entre política e arte pressuposta no modelo francês. Importa para Goethe elaborar uma “perspectiva” (*Standpunkt*) adequada às condições históricas particulares em que os escritores se formam e atuam nos territórios de língua alemã. Não se trata de aderir ao *status quo*, nem de rejeitá-lo. Trata-se de pôr em prática a fórmula paradoxal de “condicionar-se” (*Sichbedingen*). É neste sentido que Goethe defende a publicação de autobiografias não apenas de escritores, mas de artistas e personalidades notáveis em geral. A tarefa de condicionar-se não é tomada como mero exercício de auto-historicização; pelo contrário, intervém no âmbito do público, nas ligações mútuas da “escola invisível”.

Concebido como uma alternativa à Revolução Francesa o classicismo de Weimar foi acusado de adotar um viés apolítico. A abstinência em relação aos acontecimentos revolucionários foi interpretada como negação da política: “o político, o estatal, a questão do regime e as suas formas são astutamente excluídas das reflexões” (PORNCHLEGEL 2004: 9; ARENDT 2013: 33-97). Para Koselleck, a renúncia a uma abordagem explícita dos fatos políticos, no caso de Goethe, revela “uma boa dose de astúcia política, além de lealdade ao seu príncipe”. Mas, adverte o historiador, a atitude reservada do escritor não significava omissão: “o seu distanciamento literário da política era tudo menos apolítico” (1997: 30). Não é possível no âmbito desse ensaio aclarar o conceito do político implicado no classicismo de Weimar, mas apenas sublinhar que o programa classicista se articula em contraposição, portanto, **em relação** à Revolução. A contraposição, que é anunciada por Schiller na apresentação das *Horas* e, em seguida, fundamentada nas *Cartas sobre a educação estética do homem*, **conduz** a uma reflexão sobre a relação entre arte e política. Essa reflexão não se resumia a um repertório de ideias; era baseada em um conjunto de práticas autorais e redacionais, voltadas para o anonimato dos colaboradores e o afastamento da “luta política de opiniões e interesses” (SCHILLER 1995: 6). Essas práticas não se confundiam com a negação da autoria ou do tempo presente; pelo contrário, possibilitavam, através do distanciamento de si e do tempo, uma tomada de posição extemporânea. Elas revelam que, no projeto extemporâneo do classicismo, a aliança com o passado é uma forma de associação com o presente.

Voltemos ao sansculottismo literário e às considerações de Goethe sobre a cultura em língua alemã. A alternativa esboçada à importação de um modelo francês, a conceitualização da literatura como uma “escola invisível”, está longe de implicar a exclusão da política e da história. Em primeiro lugar, porque a literatura alemã é pensada a partir da sua historicidade vívida: opõe-se à centralização do modelo político francês e atravessa a fragmentação de territórios alemães. Em segundo lugar, desprovida de um Estado nacional, é abrigada pela instituição do público. Não estando a serviço do Antigo Regime, nem de um centro do poder político, ou mesmo de uma ordem política fragmentada, a literatura define-se através da relação com o público. Ao contrário do amigo Schiller, Goethe não elabora a natureza dessa relação à luz de uma educação estética, fundamentada numa filosofia da história. Goethe aproxima a noção de autoria do extemporâneo, através de práticas que redefinem a relação entre a obra e o autor. Na estratégia do anonimato adotado nas *Horas* evidencia-se a separação não apenas da

identidade do autor e sua obra, mas também do indivíduo empírico e o autor. O interesse de Goethe em problematizar a noção de autoria, para além da sua identificação com o indivíduo empírico, fica patente quando situa as suas reflexões sobre autobiografia na esfera da recepção e, portanto, do público.

O mérito das histórias de formação para Goethe reside na capacidade do indivíduo notável de refletir sobre a sua própria situação histórica sem ser absorvido por ela. Ele está na sua capacidade de tornar-se, no sentido mais enfático da palavra, um autor (MÜCKE 2015: 141-176). A tarefa paradoxal de “condicionar-se”, inextricável do exercício da autonomia individual, integra o conjunto de práticas que serviram de lastro a conceitos fundamentais do Esclarecimento (cf. MÜCKE 2015). Essa autonomia pressupõe um sujeito, capaz de afastar-se de si e do presente, de adotar no tempo uma posição de extemporaneidade. Como sugerem as reflexões de Goethe sobre o Cellini e o sansculottismo, isso não impedirá que ele seja atravessado pelos acontecimentos do seu tempo. Em 3 de março de 1790 Goethe revela para Jacobi: “Daß die Franzö[si]sche Revolution auch für mich eine Revolution war kannst du denken” (*apud* ROE 1987: 35). Contra a invasão avassaladora da história, Goethe afastou-se de si e do seu tempo. A sua aliança com o passado, contudo, não implicava renúncia ao presente. Pelo contrário: se a adesão à antiguidade clássica assegurou a Goethe, ao autor, a liberdade extemporânea de escrever contra e além do seu tempo, é porque finalmente ele renunciou ao passado para poder abraçar o presente.

## Referências bibliográficas

- ALT, Peter-André. Ästhetische Revolution, fremder Staat, ferne Nation. Schiller und die Politik. In: *literaturkritik.de.rezensionsforum*, n. 1, 2005, s/p. Disponível em <http://literaturkritik.de/id/7745> (23/1/2019).
- ARENDT, Hannah. Der Raum des Öffentlichen und der Bereich des Privaten. *Vita activa oder vom tätigen Leben*. Zurique: Piper, [1958] 2013, p. 33-97.
- BELL, Matthew. Anonymität und Autorschaft in den >>Xenien<<. In: *Goethe-Jahrbuch*. Göttingen: Wallstein, v.122, 2005, p. 92-106.
- BÖHLER, Michael. Geteilte Autorschaft: Goethe und Schiller – Visionen des Dichters, Realitäten des Schreibens. In: *Goethe-Jahrbuch*, n. 12, Göttingen: Wallstein, 1996, p. 167-181.
- BOYLE, Nicholas. Fiction and Riddles (1995). In: *Goethe. The Poet and the Age. Vol. II. Revolution and Renunciation (1790-1803)*. Oxford: Clarendon, 2000, p. 253-346.
- BURCKHARDT, Jacob. Die Entwicklung des Individuums. In: *Die Cultur der Renaissance in Italien. Ein Versuch*. 4. ed. Leipzig: Seemann, [1860] 1985, p. 143-166.
- CAPE, Ruth I. *Das Französische Ungewitter. Goethes Bildersprache zur Französischen Revolution*, Heidelberg: Winter, 1991.



- DÖRR, Nikolas. Friedrich Schiller und die Französische Revolution bei Schiller und anderen deutschen Intellektuellen. *MenschenRechtsMagazin*, v. 11, n. 1, 2006, p. 36-46.
- GAILUS, Andreas. The Poetics of Containment: Goethe's Conversations of German Refugees and the Crisis of Communication. In: GAILUS, Andreas. *Passions of the Sign: Revolution and Language in Kant, Goethe, and Kleist*. Baltimore: Johns Hopkins Press, 2006, p. 74-106.
- GOETHE, Johann Wolfgang von. Litterarischer Sansculottismus. *Die Horen*, v. 2, n. 5, 1795, p. 50-56. Disponível em <[http://ds.ub.uni-bielefeld.de/viewer/image/2104386\\_005/54/LOG\\_0008/](http://ds.ub.uni-bielefeld.de/viewer/image/2104386_005/54/LOG_0008/)>. (30/1/2019).
- \_\_\_\_\_. *Leben des Benvenuto Cellini. Florentinischen Goldschmieds und Bildhauers von ihm selbst geschrieben*. Tübingen: Cotta, 1803.
- \_\_\_\_\_. *Aus meinem Leben. Dichtung und Wahrheit. Erster Theil*. Tübingen: Cotta, 1811. Disponível em [http://www.deutschestextarchiv.de/book/view/goethe\\_leben01\\_1811?p=17](http://www.deutschestextarchiv.de/book/view/goethe_leben01_1811?p=17) (23/1/2019).
- HERDING, Klaus. Cellini als Wunschbild des Künstlers seit Goethe. In: NOVA, Alessandro; SCHREURS, Anna (eds.). *Benvenuto Cellini. Kunst und Kunsttheorie im 16. Jahrhundert*. Colônia: Böhlau Verlag, 2003, p. 379-413.
- IRMSCHER, Hans Dietrich. Poesie als Ausdruck des Nationalcharakters und des Gesamtwunsches und Sehnsens der Menschheit. In: IRMSCHER, Hans Dietrich. *"Weitstrahlsinniges" Denken: Studien zu Johann Gottfried Herder*. Würzburg: Königshausen & Neumann, 2009, p. 103.
- JACOBS, Angelica. Das Renaissance-Sujet: Goethes Suche nach einem modernen Ichprinzip. In: JACOBS, Angelica. *Goethe und die Renaissance. Studien zum Konnex von historischem Bewußtsein und ästhetischer Identitätskonstruktion*. Munique: Wilhelm Fink, 1997, p. 66-83.
- JAEGER, Friedrich; RÜSEN, Jörn. *Geschichte des Historismus: eine Einführung*. Munique: H.C.Beck, 1992.
- JEBING, Benedikt: Dichtung und Wahrheit. In: WITTE, Bernd; SCHMIDT, Peter (eds.). *Goethe Handbuch*. Bd. 3: Prosaschriften. Stuttgart: Metzler, 1997, p. 278-330.
- JENISCH, Daniel. Über Prose und Beredsamkeit der Deutschen. In: *Berlinisches Archiv der Zeit und ihres Geschmacks*, Bd 1, 1795, p. 249-256. Disponível em <https://blog.litteratur.ch/WordPress/?p=4087> (23/1/2019).
- KELLER, Claudia. Aus dem Schiffbruch gerettet? Kulturhistorische Zeitreflexion der >Weimarerischen Kunstfreude<. In: *Goethe-Jahrbuch*, n. 131. Göttingen: Wallstein, 2014, p. 51-58.
- KORFF, Hermann August. *Der Geist der Goethezeit: Versuch einer ideellen Entwicklung der klassisch-romantischen Literaturgeschichte*. Leipzig: J.J. Weber, 1923.
- KOSELLECK, Reinhart. *Goethes unzeitgemäße Geschichte*, Heidelberg: Manutius Verlag, 1997.
- LUKÁCS, Georg. Die Leiden des jungen Werther. In: LUKÁCS, Georg. *Goethe und seine Zeit*. Bern: Francke, 1947, p. 30-46.
- MÜCKE, Dorothea von. From the Confessions of a Beautiful Soul to *Poetry and Truth*. In: MÜCKE, Dorothea von. *The Practices of the Enlightenment. Aesthetics, Authorship and the Public*. Nova York: Columbia University Press, 2015, p. 141-176.
- NIETZSCHE, Friedrich. Vom Nutzen und Nachteil der Historie für das Leben. Stuttgart: Reclam, [1874] 1994.
- PORNSCHLEGEL, Clemens. Unsichtbare Nationalliteratur. Zu Goethes Polemik „Literarischer Sansculottismus“. 2004. Disponível em [http://www.goethezeitportal.de/db/wiss/goethe/pornschlegel\\_nationalliteratur.pdf](http://www.goethezeitportal.de/db/wiss/goethe/pornschlegel_nationalliteratur.pdf) (30/1/2019).
- REINHARDT, Hartmut. Ästhetische Geselligkeit. Goethes literarischer Dialog mit Schiller in den Unterhaltungen deutscher Ausgewanderten. In: ALT, Peter-André et al. (eds.). *Prägnanter Moment. Studien zur deutschen Literatur der Aufklärung und Klassik. Festschrift für Hans-Jürgen Schings*. Würzburg: Königshausen & Neumann, 2002. Disponível em [http://www.goethezeitportal.de/db/wiss/goethe/reinhardt\\_dialog.pdf](http://www.goethezeitportal.de/db/wiss/goethe/reinhardt_dialog.pdf)

(25/1/2019).

- ROE, Ian F. Ästhetik und Politik: Goethe und die Französische Revolution. In: *Goethe Jahrbuch*, n. 104. Göttingen: Wallstein, 1987, p. 31-46.
- SCHILLER, Friedrich. [Apresentação do primeiro número]. In: Schiller, Friedrich (ed.). *Die Horen*. Tübingen: Cotta'sche Buchhandlung, 1995, p. 3-9. Disponível em [http://ds.ub.uni-bielefeld.de/viewer/image/2104386\\_001/5/#topDocAnchor](http://ds.ub.uni-bielefeld.de/viewer/image/2104386_001/5/#topDocAnchor) (23/1/2019).
- \_\_\_\_\_. Die deutsche Muse. In: *Gesammelte Schriften. Gedichte 1798-1805*. Disponível em <https://www.textlog.de/schiller-gedichte-deutsche-muse.html> (30/1/2019).
- SCHINGS, Hans-Jürgen. Das Lächeln Marats. Weimarer Ästhetik und revolutionäre Kunst. In: SCHINGS, Hans-Jürgen. *Klassik in Zeiten der Revolution*. Würzburg: Köningshausen & Neumann, 2017, p. 9-72.
- TSVETÁIEVA, Marina. Poets with History and Poets Without History. In: TSVETÁIEVA, Marina. *Art in the Light of Conscience. Eight essays on Poetry*. Trad. Angela Livingstone. Tarsset: Bloodaxe Books, [1992] 2010, p. 136-148.
- WILSON, W. Daniel. *Goethes Weimar und die Französische Revolution. Dokumente der Krisenjahre*. Colônia/Viena: Böhlau, 2004.
- ZUMBUSCH, Cornelia. *Die Immunität der Klassik*. Frankfurt a.M: Suhrkamp, 2014.

Recebido em 30 de novembro de 2018

Aceito em 04 de fevereiro de 2019

# Perspectivas sobre la justicia francesa del Antiguo Régimen en las reescrituras del caso La Pivardièrre de E. T. A. Hoffmann y W. Alexis

[Perspectives about French Justice of the Ancien Régime in Hoffmann's and Alexis' rewritings of the case La Pivardièrre]

<http://dx.doi.org/10.11606/1982-8837223751>

Carola Inés Pivetta<sup>1</sup>

**Abstract:** Both Ernst Th. A. Hoffmann and Willibald Alexis rewrite the *La Pivardièrre case* in the Berlin of the Restoration, case which took place at the end of the 17th century in France (Hoffmann in 1821 under the title *Die Marquise de la Pivardiere*, Alexis in 1843 as *Der Herr von Pivardiere*). Although both rewritings are based on the same source, the *cause célèbre* of François Richer of 1773 (probably read in a German translation by Hoffmann and certainly consulted among other versions by Alexis), these reworkings differ remarkably: in this work we shall compare these two versions focusing on the depiction of the characters and the construction of the narrator, in order to examine the implications this has on the vision of crime and of the world that underlies each one. Then we shall consider the way in which the context where the action takes place is reconstructed: whereas in Alexis' version that past is seen as an absolute alterity that reinforces by contrast the advantages and progress of the here and now of Alexis' (re)write, in Hoffmann's, the projection of the action to that past time propitiates a recognition of certain alarming tendencies of the present.

**Keywords:** Criminal Case; Justice; History; Alexis; Hoffmann.

**Resumen:** Tanto Ernst Th. A. Hoffmann como Willibald Alexis reescriben en el Berlín de la Restauración el caso La Pivardiere, ocurrido a fines del siglo XVII en Francia (aquel en 1821 bajo el título *Die Marquise de la Pivardiere*; en 1843 como *Der Herr von Pivardiere* este); si bien ambas reescrituras se basan en la misma fuente, la causa célebre de François Richer de 1773 (probablemente leída en una traducción alemana por Hoffmann y ciertamente consultada junto con otras versiones por Alexis), estas reelaboraciones difieren notablemente: en este trabajo compararemos las narraciones mencionadas centrándonos en la caracterización de los personajes y la construcción del narrador, con la intención de indagar las implicancias que esto tiene en la visión de la criminalidad y del mundo que subyace a cada una; luego examinaremos cómo se reconstruye en cada caso el contexto en el que sucede la acción: mientras que en la versión de Alexis ese pasado es visto como alteridad que refuerza por contraste las ventajas y los progresos del aquí y ahora desde el que se (re)escribe, en la de Hoffmann la proyección de la acción a esa época pretérita propicia un reconocimiento de ciertas tendencias alarmantes del propio presente.

**Palabras-clave:** caso criminal; justicia; historia; Alexis; Hoffmann.

<sup>1</sup> Universidad de Buenos Aires, Avenida 25 de mayo, 221, C2001ABD, Buenos Aires, Argentina. E-mail: carolapivetta@hotmail.com. ORCID: 0000-0002-1955-8456



## 1 Reescrituras de un caso intrincado

La historia del falso crimen del señor de la Pivardière es un proceso jurídico real que ha sido reescrito en innumerables ocasiones desde que en 1735 el abogado francés François Gayot de Pitaval lo narrara en el tercer tomo de sus *Causes célèbres et intéressantes, avec les jugements qui les ont décidées*. En el presente trabajo compararemos dos versiones decimonónicas de aquel caso ocurrido en las postrimerías del siglo XVII: *Die Marquise de la Pivardiere* (1821), de E. T. A. Hoffmann, y *Der Herr von Pivardiere (1697-1701)* (1843), de W. Alexis (aparecida en el cuarto tomo de *Der neue Pitaval*, que este coedita junto con J. E. Hitzig). En primer lugar, estudiaremos cuáles son y qué sentido tienen las innovaciones introducidas por cada uno de estos escritores a partir del hipotexto principal, esto es, la reelaboración que hace en 1773 el jurisconsulto francés François Richer, colega e imitador de Gayot de Pitaval, en el cuarto tomo de una obra que titula igual que la de su predecesor, en la que reúne reescrituras de casos ya compilados por este con otros nuevos más recientes. En segundo lugar, indagaremos qué visión y qué valoración de la justicia francesa del Antiguo Régimen se deduce de las dos narraciones cotejadas, a fin de establecer, comparando a su vez con otras historias de crímenes de los mismos autores que también transcurren en la Francia del siglo XVII (*Das Fräulein von Scuderi*, de Hoffmann; *Die Marquise de Ganges*, incluida también en la compilación que coeditan Alexis y Hitzig), cómo funciona en cada versión la reconstrucción de ese lugar y ese momento histórico en relación con el presente alemán de la Restauración.

Antes de comenzar con el cotejo, conviene recapitular algunos datos centrales del caso en cuestión. Su singularidad radica en que el presunto crimen que desencadena una serie de denuncias y acciones judiciales en realidad nunca ha tenido lugar; se trata del asesinato del señor de la Pivardière, por el cual se acusa a la señora de la Pivardière y a su confesor Charost, en cuyo presunto *affaire* amoroso se cree encontrar el móvil para explicar el pretendido complot criminal. Si bien no pasa mucho tiempo hasta que el propio Louis de la Pivardière se presenta ante los tribunales para refutar con su presencia los cargos contra su esposa, esto no alcanza *per se* para demostrar la inocencia de la imputada ni la de su aparente cómplice: la reaparición del “asesinado” da origen, en cambio, a un nuevo y extenso proceso emprendido para dilucidar si se trata o no de un impostor. Si bien después de cuatro años sale por fin a la luz la inocencia de los sospechosos, una vez que la maquinaria judicial que se ha puesto en marcha es difícil detenerla: varios procesos

se desarrollan en simultáneo, superponiéndose, incluso contradiciéndose e invalidándose en ciertos puntos. Dado que intervienen distintos tribunales, que juzgan por ciertos asuntos incompatibles como lo son el asesinato y la existencia de la misma persona, se plantean además controversias de incumbencia y validez en torno a lo actuado por cada uno de ellos.

El esclarecimiento de este embrollado *affaire* requiere pues tomar en consideración las circunstancias previas al delito, que permiten comprender por qué, la noche en que el marido recién llegado a su castillo, tras una fría recepción de su esposa presenciada por varios invitados a cenar, se esfuma dejando allí sus botas, su abrigo, su pistola y su caballo, se desatan rumores de que ella lo ha asesinado, habladurías en las que se basa la posterior imputación. Para reconstruir esta prehistoria tanto las versiones del siglo XVIII como las del XIX que consideraremos presentan datos comunes sobre la vida de los protagonistas. Así, en todas ellas se informa que Louis de la Pivardière nace en una familia noble, aunque sin fortuna (falta de medios agravada en su caso porque es el benjamín de tres hermanos); que se casa con Françoise Marguerite de Chauvelin y pasa así a ser señor de las tierras y el castillo de Nerbonne, única herencia de su mujer, propiedad donde ambos se establecen y escenario de los hechos juzgados; que se ausenta por largos períodos en cumplimiento de las obligaciones militares contraídas como oficial al servicio de Luis XIV, lo cual lleva al enfriamiento de una relación conyugal que, de todos modos, según mencionan todas las versiones, nunca estuvo basada en una especial inclinación ni afecto mutuo; que la señora de la Pivardière entabla un asiduo contacto con el prior de la abadía de Miseray, situada en las cercanías de Nerbonne, quien pronto asume también las funciones de capellán del castillo y confesor de su propietaria; que el oficial renuncia, pasado cierto tiempo, a su cargo y vuelve a casarse, bajo el nombre falso de Du Bouchet, con una muchacha de Auxerre, pueblo donde forma una nueva familia y ocupa el cargo de ujier, que queda vacante tras la muerte de su suegro; finalmente, que los apuros económicos del bígamo lo llevan a emprender fugaces regresos al castillo de su esposa legítima (quien naturalmente ignora estos cambios), en busca de los medios para mantener su segundo hogar.

Hasta aquí hemos resumido a grandes rasgos las principales coincidencias argumentales entre las reescrituras mencionadas del caso. En las diferencias que es posible detectar entre ellas se centrará nuestro análisis, que procurará en primer lugar establecer los diversos modos en que estos hechos “reales” son vueltos a narrar por

Hoffmann y Alexis, iluminando las alteraciones respecto de lo transmitido por Gayot de Pitaval y Richer, para poder a continuación interpretar el sentido de las innovaciones realizadas por cada uno.

## 2 Hoffmann: el desenmascaramiento del mundo al revés

La novela corta de E. T. A. Hoffmann “Die Marquise de la Pivardiere (Nach Richer’s Causes Célèbres)” aparece en 1821 en el *Taschenbuch zum geselligen Vergnügen*, editado por Enoch Richter. La narración se abre con una conversación, mantenida en un círculo aristocrático, sobre un asunto de actualidad, el asesinato a puñaladas de una mujer a manos de su esposo, “[e]in Mensch gemeinen Standes, Namens Barré” (1985: 730), ocurrido en los bosques de Boulogne. A partir de los comentarios que suscita este *fait divers* se desata una controversia acerca de los factores causantes de la criminalidad. La duquesa d’Aiguillon, anfitriona de la velada, atribuye el violento delito cometido por ese hombre hartado de su esposa y atraído por otra mujer a la falta de educación así como de principios éticos y religiosos del pueblo llano. Esta opinión es refutada por el conde de Saint-Hermine, quien asegura que Barré está lejos de ser un hombre ignorante o impío (sabe escribir, es bien dotado para los números, ayuna y se confiesa tal como su religión manda); luego, y como para terminar de desbaratar el argumento de la duquesa, el cabizbajo conde, saliendo de su inusual ensimismamiento, comunica a los allí reunidos el asesinato del marqués de la Pivardière, que atribuye sin vacilar a la esposa de este. Dado que la supuesta asesina es una vieja conocida de los departientes –y en algunos casos incluso amiga íntima–, la noticia impacta en el auditorio y corta en seco la animada charla. La historia enmarcada que se narra a continuación, al revelar al mismo tiempo que la inocencia de la acusada, la hipocresía y la doble vida de la supuesta víctima de este crimen apócrifo, deja en evidencia que la depravación moral que lleva a delinquir no puede ser explicada con un argumento tan simplista como el expuesto por la duquesa. Por cierto, el diagnóstico de esta elocuente dama que se arroga, así como a los de su misma condición social, una superioridad ética y se cree más allá del crimen queda desenmascarado como prejuicio de clase.<sup>2</sup> El caso La Pivardière, tal como lo reelabora

---

<sup>2</sup> El narrador toma expresamente distancia de la opinión de la duquesa: “Die Duchesse *verlor sich gern in moralische Betrachtungen*, und so entwickelte sie auch jetzt mit vieler Beredsamkeit, daß nur heillose Vernachlässigung des Unterrichts und der Religiosität bei dem gemeinen Volk Verbrechen erzeuge, die den höhern, in Geist und Gemüt gebildeten Ständen fremd bleiben müßten” (1985: 730; el subrayado es nuestro).

Hoffmann, demuestra que el autor no comparte esta explicación de la delincuencia, que coincide con la difundida por la *Kriminalgeschichte* alemana de la Ilustración tardía (Schiller, Meißner, Mächler); la visión del mundo que se deduce de esta novela corta, de hecho, es ya radicalmente distinta a la ilustrada: puesto que la inmoralidad se ha propagado por todo el tejido social y es un mal extendido al que solo se sustraen unos pocos individuos excepcionales, el delito difícilmente podría explicarse en función de los condicionamientos sociales. La tajante división entre los raros seres que se caracterizan por su pureza moral y una mayoría que cede, en mayor o menor medida, a la depravación generalizada se plasma ya en el matrimonio Pivardièrre: mientras que el marqués encarna la más profunda corrupción moral, su esposa brilla como modelo de la más absoluta inocencia. De ahí el énfasis en este personaje femenino, a quien Hoffmann convierte en la figura central de su narración, tal como anuncia el título.

Por cierto, la consideración conjunta del título y el subtítulo elegidos por el autor proporciona valiosos indicios para discernir cuál es la impronta particular de esta versión, sobre todo si se conocen otras elaboraciones previas del caso. Pues si el subtítulo (“Nach Richer’s Causes Célèbres”), al indicar como fuente la recopilación de fines del siglo XVIII, funciona como una garantía de la verdad de lo narrado, el título (“Die Marquise de la Pivardiere”) supone en cambio un tácito alejamiento respecto del hipotexto declarado. Este distanciamiento puede observarse en la presencia de un detalle libremente inventado por el autor, que no se corresponde con los datos que constan en la causa célebre en la que afirma haberse basado:<sup>3</sup> Hoffmann, como ya observamos, no solo restituye el énfasis en la figura femenina, a la cual Richer al retitular su narración como “Geschichte des *Herrn* de la Pivardièrre” (el subrayado es nuestro) había borrado por completo,<sup>4</sup> sino que además le adjudica a esta la condición de marquesa, dignidad de la cual carece su modelo histórico. Este detalle del título anticipa a su vez la modificación de otras circunstancias biográficas de la ahora protagonista, que en la reescritura hoffmaniana no es viuda ni madre de cinco hijos, sino que se casa tardíamente y en primeras nupcias con el marqués de la Pivardièrre.

<sup>3</sup> Lo más probable, de todos modos, es que Hoffmann haya consultado la traducción alemana de Carl Wilhelm Franz, editada en Jena entre 1782 y 1792 por la editorial Cuno (cf. bibliografía final).

<sup>4</sup> Con este nuevo título, Richer se aparta ostensiblemente de Gayot de Pitaval, que denomina la historia “Histoire de la Pivardièrre” (nótese que este título poco específico que lleva la causa célebre de 1735 va seguido del siguiente subtítulo, en el que Gayot de Pitaval, al recapitular el *quid* del caso en cuestión, aclara que la mentada en el título es la mujer: “Femme Accusée d’avoir fait tuer son Mari, qui se justifie en le représentant”).

La primera parte del relato enmarcado, una ampliación de la vida pasada de la marquesa, provee precisamente una explicación de por qué esta dama culta y acomodada permanece soltera hasta una edad avanzada. Allí se reconstruye la vida prematrimonial de la que aparece en el marco narrativo como la principal culpable del crimen de su marido, lo cual, como sabemos, pronto se revelará falso. La presentación que el narrador hace de ella se demora especialmente en la crianza y la formación que esta mujer, que queda tempranamente huérfana de madre, recibe de su progenitor. Este “geistreiche[r], aber strenge[r] und ernste[r] Mann” cree que es posible “das weibliche Gemüt zur Erkenntnis seiner eignen Schwäche zu bringen” (ibíd.: 732), por lo cual aísla a su hija desde la infancia de cualquier influencia femenina, impidiéndole el contacto con compañeras de juegos o institutrices y asumiendo él mismo su educación de acuerdo con sus “abscheuliche Grundsätze” (ibíd.: 738). Aunque el caballero de Chauvelin se afana en imprimirle “die Rauhigkeit eines männlichen Geistes, der das Spiel des Lebens verachtet” (ibíd.: 733) y más tarde, en la juventud, dirige “die vernichtenden Pfeile seiner Ironie gegen die süße Schwärmerei der Liebe, die den weiblichen Sinn erst recht nach seiner innersten Bedeutung gestaltet” (ibíd.: 732), el porvenir de la marquesa prueba que “die viel zu gelehrte Bildung, die ihr der Vater gegeben [hat]” (ibíd.: 733) no logra acallar por completo lo que según el autor constituye “das innerste, eigentliche Wesen des Weibes” (ibíd.). Pasando por alto lo mucho que podría decirse sobre la imagen de la mujer delineada en estas consideraciones acerca de la educación femenina y en particular sobre la supuesta “esencia” femenina de la que habla el último pasaje citado, este desvío hacia el pasado añadido por Hoffmann sirve para esclarecer un punto oscuro que contiene el caso real, a saber, la vida amorosa de la señora de la Pivardière y, más específicamente, la índole de su vínculo con el prior de Miseray. Si en todas las versiones anteriores que reconstruyen el caso se insinúa que entre estos dos habría –tal como rumorean los vecinos del castillo de Nerbonne– un *affaire* prohibido, que provee el móvil del supuesto asesinato, aquí esa relación nunca traspasa los estrechos límites de la decencia, tal como el narrador omnisciente asegura con insistencia (ibíd.: 745, 747). A la hipótesis de un amorío entre ambos, que en esta versión es una mera asunción insidiosa de los personajes que funcionan o bien como exponentes de la maledicencia y el entrometimiento en la vida ajena (François Marsau) o bien de la prevención de la que no están exentos ni siquiera quienes deberían ser modelos de imparcialidad y ecuanimidad (el juez Bonnet), se contraponen la verdadera relación que une aquí a los dos acusados: un amor genuino y



casto, aunque cercenado apenas nace. La extensa retrospectiva inicial proporciona entonces los motivos por los cuales no puede desarrollarse libremente el mutuo afecto entre aquella señorita de dieciséis años y el joven con el que ella entra en contacto en el círculo de la duquesa d'Aiguillon, que resultará ser el futuro prior Silvain François Charost. Entre los múltiples impedimentos que frustran ese amor prematuramente interrumpido están no solo las falsas ideas sobre este sentimiento inculcadas por el caballero de Chauvelin a su hija, que hacen que esta reprima el “*unbekanntes Feuer*” (736) que le despierta el muchacho, sino también las intrigas que tanto su padre como su futuro esposo traman para desbaratar cualquier posible lazo entre los enamorados: el primero impide todo contacto entre ambos, intercepta las cartas que Charost escribe a su hija y falsifica una fría y terminante respuesta de esta; el segundo se hace pasar por amigo del joven enamorado a fin de convencerlo, en connivencia con el padre de la marquesa, de renunciar a su amada y tomar los hábitos, solo para poder seducirla luego él mismo mediante nuevas simulaciones (para conquistarla disfraza el interés económico que lo lleva a pretenderla de coincidencia de opiniones y principios sobre el matrimonio, cuando en realidad solo le interesa usufructuar del patrimonio de ella para hacer frente a sus numerosas deudas).<sup>5</sup> Gracias a estas exitosas estratagemas, el falso amigo y calculador pretendiente logra contraer matrimonio con la heredera de las tierras de Nerbonne, trece años después de aquel primer y frustrado amor de la muchacha. El episodio juvenil reprimido y olvidado por la protagonista, que lo rememora recién muchos años más tarde cuando la duquesa le pregunta si alguna vez ha experimentado el amor, y el modo insidioso en que aquella ha llegado a convertirse en la marquesa de la Pivardière ponen en evidencia la imposibilidad de que prospere una atracción sincera y recíproca entre dos jóvenes inocentes en un mundo en el que priman las relaciones basadas en el interés, el cálculo, la conveniencia, el disimulo y la manipulación del otro.

Como muestra esta amplificación inicial, las modificaciones efectuadas por Hoffmann en la constelación de personajes respecto de la causa célebre mencionada como fuente, así como la nueva caracterización que hace de los que decide conservar, tienden a borrar las ambigüedades y los grises que pueden observarse en los principales caracteres

---

<sup>5</sup> Al hacer de Charost y el marqués amigos de juventud, luego separados, Hoffmann modifica los hechos registrados en las demás elaboraciones, en las que la relación entre ambos no se entabla hasta mucho más tarde, cuando ambos se encuentran en el pequeño círculo social formado alrededor del castillo de Nerbonne, e interactúan cordialmente hasta que el recíproco entendimiento y buen trato se interrumpen una vez que el sociable anfitrión empieza a ver con recelo la afinidad del religioso hacia su esposa.

de aquella versión previa del *affaire* y a ofrecer una imagen claramente más maniquea del mundo y de los seres humanos: así, la pareja imputada judicialmente (la marquesa y su confesor Charost) es encumbrada como ejemplo de integridad moral y resistencia ante la adversidad; a estos dos *outsiders* incomprendidos se contraponen los dos intrigantes ya mencionados: por un lado, el caballero de Chauvelin, quien, guiado por convicciones erróneas, ejerce una influencia nefasta y destructora en su hija; por otro, el codicioso, hipócrita y materialista marqués, que la mantiene en el error con sus mentiras y embustes (tanto el engaño al que recurre para conquistarla como, una vez casados, su infidelidad, su doble vida). Para reforzar aún más el contraste entre esos personajes manipuladores o acomodaticios, que no vacilan en recurrir al fraude y la instrumentalización de sus semejantes, por un lado, y aquellos individuos anómalos, que actúan siempre guiados por la fuerza de sentimientos genuinos, por otro, Hoffmann elimina asimismo la mención al modo en que la segunda esposa del marqués convence a su marido de que, sobreponiéndose a su temor a ser condenado por el delito de bigamia, comparezca en auxilio de la marquesa acusada por su asesinato: con la supresión del loable y compasivo comportamiento de esa humilde muchacha de Auxerre hacia su “rival”, Hoffmann evita que tal personaje secundario opaque a los dos inocentes injustamente perseguidos, intensificando por consiguiente el pronunciado contraste al que aspira su reconfiguración de los personajes. A su vez, este cambio condiciona otro, pues aquí el retorno del marqués para presentarse ante los tribunales recibe una explicación distinta a la que dan Gayot de Pitaval, Richer y Alexis, que lo atribuyen pura y exclusivamente a la nobleza y el buen corazón del señor de la Pivardière y, sobre todo, de su nueva esposa:<sup>6</sup> en lugar de la preocupación altruista y desinteresada de aquel por salvar del oprobio y la muerte a su primera mujer, Hoffmann insinúa como motivo principal del regreso la egoísta especulación de un hombre perseguido por sus acreedores, que supone que lo más conveniente para él es preservar la buena relación con su esposa legítima, de la cual, al fin y al cabo, depende su subsistencia.

En resumidas cuentas, al apropiarse de este famoso *affaire*, Hoffmann acentúa la oposición entre apariencias (engañosas) y esencia (genuina), antítesis que proporciona la estructura básica de su *Kriminalnovelle* y determina los nuevos acentos que adquieren en ella los personajes, caracterizados aquí de manera netamente paroxística. Los cambios

---

<sup>6</sup> Richer (1783: 95-96), por ejemplo, califica la comparecencia espontánea del señor de la Pivardière en defensa de la inocente de una acción generosa, aunque sin el efecto deseado.

efectuados refuerzan su denuncia de una sociedad en la cual los valores están invertidos: mientras que los inocentes y virtuosos son tratados como criminales y solo pueden ocupar un lugar de marginalidad en ese mundo degradado que los hostiga y persigue,<sup>7</sup> prosperan los intrigantes y los impostores, esas almas oscuras movidas por las intenciones más deleznable e inconfesables. El insólito “procès d’assassinat d’un homme vivant” en el que un juez persigue a un “mort imaginaire” (1735: 24), tal como denomina el caso en 1735 el primero en convertirlo en una causa célebre,<sup>8</sup> es muy apto para mostrar la opacidad de un mundo donde nada es lo que parece; y tal es sin duda uno de los principales atractivos que tiene la historia de la Pivardière para el escritor de Bamberg. Por eso en su reescritura, los hechos –que ni para Gayot de Pitaval ni para Richer constituían una materia de controversias o incertidumbre– se vuelven problemáticos. No solo se los narra varias veces desde distintos puntos de vista, confrontando así múltiples versiones, muchas veces contradictorias, sobre lo sucedido la noche del supuesto crimen, sino que además, el modo en que se dan a conocer tales versiones parciales y discordantes induce deliberadamente a error, pues primero se narran las versiones falaces y recién en las últimas páginas se aclara cómo sucedieron en realidad las cosas. Así, el lector es inducido a dejarse llevar por las falsas apariencias, con lo cual experimenta por sí mismo el carácter engañoso de la realidad. El mismo efecto persigue el marco que Hoffmann añade a su *Novelle*, en el cual los aristócratas reunidos en torno a la duquesa comentan los dos conyuguidios ya mencionados, el cometido en los bosques de Boulogne y el que el conde de Saint-Hermine atribuye a la marquesa de la Pivardière. Puesto que allí no se dan pistas para sospechar que la noticia transmitida por el conde es apócrifa, tanto el auditorio ficticio del marco como el lector la dan por cierta y solo posteriormente caen en la cuenta de su error. Así, la narración avanza explicando de un modo deliberadamente lento aquello que al comienzo aparece como una evidencia incuestionada. Lo mismo ocurre en el marco inicial y final con la caracterización del conde de Saint-Hermine: este personaje que primero lamenta la pérdida del marqués y oficial de su escuadrón como la de un hombre valiente y honrado, al final, al enterarse de que este sigue vivo, se rectifica diciendo que se trata en realidad de “ein großer Taugenichts” (1985: 764), merecedor de

---

<sup>7</sup> No es casual que Hoffmann omita mencionar la larga sobrevida del prior, que, una vez absuelto, vive muchos años más en su abadía, tal como constata Richer; silenciando el destino ulterior de este longevo personaje, vuelve a acentuar la impresión de que en este mundo no hay lugar ni ventura posible para los inocentes perseguidos.

<sup>8</sup> La alusión de Gayot de Pitaval al enfermo de la comedia de Molière deja entrever una cuota de humor, que desaparece por completo en la sombría versión de Hoffmann.

un justo castigo. La inconsecuente y ligera opinión del conde es equiparada allí a la de la veleidosas masas parisinas, que primero sucumben a los indicios falaces que acusan a la marquesa y más tarde se muestran totalmente convencidas de su inocencia. Con ello Hoffmann deja entrever que ni el pueblo ni los miembros de la distinguida sociedad nucleada alrededor de la duquesa d'Aiguillon son ajenos a la hipocresía y la degradación moral imperantes, pues se dejan convencer por las falsas apariencias y las mentiras deslumbrantes. El hecho de que recién en las últimas líneas el narrador revele una faceta antes pasada por alto del conde, que ya no parece un informante tan confiable como al inicio, ejemplifica una vez más este recurso que consiste en retardar las explicaciones que permiten al lector ver claro y captar la verdad de los hechos.

### 3 Alexis: ¿la recuperación de los hechos tal cual fueron?

Pasemos ahora a la segunda versión decimonónica a considerar, menos conocida, por lo que nos referiremos muy brevemente a su autor y a la colección en la cual se edita. Willibald Alexis es el seudónimo de Georg Wilhelm Heinrich Häring (1798-1871), escritor y publicista silesiano que a los 26 años abandona la carrera como jurista a la que parecían destinarlo sus estudios de Derecho para dedicarse de manera exclusiva a la escritura, tras el éxito que cosecha con su ópera prima, la novela histórica *Walladmor* (1824), que aparece sin su firma, como traducción de un original de W. Scott; a partir de entonces el escritor, que se instala desde 1806 en Berlín, edita varias novelas sobre la historia de Prusia<sup>9</sup> y a partir de 1842, junto con Julius Eduard Hitzig, la exitosa colección *Der neue Pitaval*, en cuyo cuarto tomo aparece un año después “Der Herr von Pivardiere”. En este proyecto editorial emprendido a pedido de la editorial Brockhaus, Alexis y Hitzig se proponen proseguir y ampliar la tarea iniciada más de un siglo antes por el lionés Gayot de Pitaval, incluyendo casos de épocas y latitudes variadas, tal como promete el subtítulo de esta “Sammlung der interessantesten Criminalgeschichten aller Länder aus älterer und neuerer Zeit”. El homenaje al pionero cuyo apellido figura a la cabeza de la obra no implica que los nuevos coleccionistas no tengan divergencias con él. De hecho en un prólogo de 1842 firmado por Hitzig y Alexis, estos enumeran sus críticas a la obra del precursor: más allá de que ven como una limitación el hecho de que este haya recopilado

---

<sup>9</sup> Como novelista histórico, sigue el modelo de W. Scott, mostrando los vínculos entre la historia y la vida de los hombres comunes.

mayoritariamente causas de su propia nación, le reprochan, haciendo suyos argumentos de Richer, la falta de claridad y orden en la exposición, las numerosas y largas digresiones sobre asuntos que poco tienen que ver con los casos tratados y la “unleidliche Schwatzhafteigkeit” (Alexis/ Hitzig, 1842, vol. 1: XIV) con la que repone los fundamentos jurídicos que hace falta conocer para entender las causas, todo lo cual hace que el lector se vea obligado a adivinar con gran dificultad lo sucedido. Otros defectos –de los que a su entender adolece asimismo la colección de Richer– son la sobrevaloración de la actuación de los abogados que intervienen en los procesos y el lugar privilegiado que ocupa en las causas célebres el examen de los alegatos y de la destreza retórica de aquellos letrados.

Para subsanar estos problemas y devolver actualidad a las viejas causas compiladas por Gayot de Pitaval y Richer, en lugar de concentrarse en sus aspectos jurídicos, los editores de este compendio alemán se proponen “der Tatsache ihr Vorrecht zu vindiciren und die Advokatenvorträge in die ihnen gebührenden Schranken zurückzuverweisen” (ibíd.: XVI). La voluntad de alcanzar la mayor objetividad posible se reitera en los paratextos a este y otros volúmenes de *Der neue Pitaval*; así, cuando aseguran que “die Aufgabe dieses Werkes” consiste en ofrecer “eine klar fortlaufende Erzählung des Thatsächlichen” (ibíd.: XXI) o cuando afirman:

Wir haben [...] unsere Aufgabe gelöst, wenn wir nach besten Kräften das Factische aus dem Wust und der Voreingenommenheit älterer Berichterstatter reinigten und die That in ihrer Lebendigkeit und ihren psychologischen Motiven rein und anschaulich für sich selbst sprechen ließen. [...] Unser Verdienst genügt uns, das Historische und allgemein Menschliche Jedem verständlich dargestellt und die Unparteilichkeit, welche eines Richters erste Pflicht ist, geübt zu haben (1843, vol. 3: XI).

Gracias a esta perseguida imparcialidad, la nueva colección procura distinguirse no solo de las anticuadas recopilaciones de causas célebres, en las cuales los hechos se pierden detrás de embrolladas disquisiciones jurídicas o digresiones sin fin, sino asimismo de las reelaboraciones literarias que ciertos escritores contemporáneos hacen de muchas de esas viejas causas, apartándose de lo corroborado por sus fuentes e introduciendo variaciones producto de su propia imaginación. A diferencia de ellos, Alexis no solo prescinde de introducir alteraciones o amplificaciones ficticias, sino que casi los únicos comentarios que se permite añadir son indicaciones, por lo general escuetas, de las lagunas, inconsistencias o posibles errores detectados en las fuentes consultadas. Pero más allá de las declaraciones programáticas y la exposición de

intenciones formuladas en los prólogos, veamos cómo procede el escritor al reelaborar el caso puntual que nos interesa.

Como preanuncia el título, que devuelve su protagonismo a *Der Herr von Pivardiere*, este buen conocedor de la tradición de las causas célebres, también se basa para su reescritura en la elaboración de Richer, con menos variaciones que Hoffmann: en efecto, conserva, con escasos cambios y pocos agregados significativos, el orden general en el que este expone tanto lo ocurrido como los planteos jurídicos de las diversas partes, de acuerdo con lo argumentado por los abogados. También mantiene las interpretaciones –casi siempre laudatorias– que Richer hace de los fallos judiciales,<sup>10</sup> así como sus explicaciones de la conducta de los involucrados en el caso, con lo cual no se producen cambios sustanciales en el perfil que tienen los personajes de este hipotexto.

Ilustrativo a propósito de este último aspecto es examinar la caracterización del señor de la Pivardière, que contrasta con la que encontramos en la novela corta de Hoffmann. Mientras que este último autor, al hacer del marqués un traidor de su amigo de juventud Charost y un embustero que seduce mediante simulaciones a la señorita de Chauvelin, lo convierte en un hipócrita, en un impostor por antonomasia, acentuando unilateralmente los defectos del personaje esbozados en las versiones precedentes, el autor de *Der neue Pitaval* lo retrata con pinceladas mucho más benévolas: por más que al final califica de “unverzeilich” (1843: 393) el modo en que se comporta con su primera esposa, en varias apreciaciones previas se percibe una mirada comprensiva hacia ese marido ciertamente influenciado y dominado por el qué dirán y el temor al ridículo (teme pasar por celoso y por cornudo), que, sin embargo, no vacila en acudir cuando su mujer está en apuros. Ya Gayot de Pitaval, al referir las circunstancias que desembocan en el nuevo matrimonio de este personaje, se afana en disculpar al bígamo: por un lado, resalta las virtudes de la nueva esposa, con lo cual justifica al hombre que, pese a ser casado, ha cedido a los innumerables encantos y la prudencia de la muchacha; por otro, atribuye la decisión del señor de la Pivardière de contraer matrimonio nuevamente a un sentimiento

---

<sup>10</sup> Véase por ejemplo la siguiente afirmación: “diese Betrachtungen sind eine Apologie des Arrets, die durch die requête civile angefochten wurde” (1783: 114). Pese a que al final Richer reconoce abiertamente las irregularidades de la instrucción debidas a la mala fe de los primeros jueces (Bonnet y Morin, quienes, movidos por sed de venganza y por una hostilidad de larga data contra la familia del prior Charost, incurren en el delito de prevaricación, con la complicidad de sus subalternos), por lo general justifica el proceder de los magistrados. Así opina, por ejemplo, que en esta causa el peligro de errar es grande, puesto que hay pruebas parejas de ambas partes (ibíd.: 113-115), y alaba la sabiduría y la conformidad con la ley de los dos fallos que quedan sin efecto al ser anulados por recursos interpuestos por los acusados (ibíd.: 94 y 114). En esto Richer no innova, sino que sigue a su predecesor Gayot de Pitaval, cuya obra también justifica en última instancia las decisiones tomadas por los tribunales y cortes franceses.

genuino, ya que este, al asumir el puesto de ujier heredado del difunto padre de su nueva esposa, acepta una posición social mucho más desventajosa que la que tiene previamente como oficial del rey, con lo cual demuestra que los honores externos le son indiferentes; su actitud empática hacia este personaje se plasma en la siguiente sentencia con la que Gayot de Pitaval remata el relato de ese episodio: “L’amour fait bien des métamorphoses plus étranges” (1735: 6). Así pues, Alexis no innova al destacar rasgos positivos del mentado en el título de su versión, sino que permanece en la estela de Richer, quien a su vez sigue de cerca a Gayot de Pitaval. La observación, aparentemente insignificante, que aquel retoma de Richer según la cual el otrora oficial de dragones cumple “mit Treue und Geschicklichkeit” (1843: 368) con las obligaciones derivadas del cargo subalterno que ocupa en Auxerre contiene implícita una mitigación de la culpa del marido infiel, en la medida en que contribuye a mostrar su segundo matrimonio no como consecuencia de una pasión caprichosa o efímera, sino como fruto de un afecto auténtico, sólido y duradero (sentimiento que es absolutamente incapaz de experimentar la figura equivalente de la narración de Hoffmann).

La diferencia más notoria con respecto a la causa célebre de Richer es la notable concisión alcanzada por el editor de *Der neue Pitaval*, quien reduce o suprime tanto las referencias a los códigos y leyes que rigen el derecho penal francés como las numerosas aclaraciones sobre el derecho procesal del *Ancien Régime* añadidas por aquel jurisconsulto para hacer comprensibles los complejos recursos legales de este enrevesado caso y esclarecer así lo que Gayot de Pitaval explicaba –cuando lo hacía– de manera a su entender demasiado somera y elemental, cuando no deficiente o poco seria.<sup>11</sup> Tales recortes se justifican porque es necesario actualizar la vieja historia, adaptándola al público contemporáneo, al que ya no le interesa conocer los pormenores de cómo funciona el aparato judicial francés de un pasado lejano:

Für unsern Leser wird es, meinen wir, von mehr Interesse sein, statt ihnen dieses Bild der Unvollkommenheiten des damaligen Proceßverfahrens zu detaillieren, wenn wir sie schneller zur Entwicklung dieses allerdings sonderbarsten aller verwickelten Criminalprocesse führen (ibíd.: 385).

---

<sup>11</sup> Por ejemplo, Alexis condensa en unas líneas los fundamentos que aducen los imputados para recusar a los primeros jueces en investigar el supuesto asesinato, en lugar de detallarlos uno a uno, como hace Richer, que dedica a ello cerca de veinte páginas (en la edición consignada, de la 72 a la 90); asimismo aquel recorta la consideración pormenorizada de muchos aspectos legales controvertidos, entre otros el examen de las pruebas y documentos presentados por las partes en litigio, como aquellos documentos presentados por el defensor de la señora de la Pivardièrre para probar que su esposo está vivo.

Si bien, como afirma Alexis aquí, no es su intención dar una imagen acabada y prolija de todas las imperfecciones del procedimiento vigente en la Francia del siglo XVII, muchas de las reflexiones que suscita este insólito caso están dedicadas ciertamente a resaltar lo absurdo de las situaciones procesales a las que conduce la aplicación de la ordenanza francesa de 1670: así, por ejemplo, opina que este proceso se enreda “[dreht] in den Formalitäten des damaligen Rechtsverfahren” (ibíd.: 383), que “der höchste Ernst der Sache” (ibíd.) se ve gravemente menoscabada cuando la dilucidación de si se produjo o no un asesinato queda subsumida a cuestiones de competencia de los diversos tribunales que intervienen, o expresa reiteradamente sus reparos ante el avance demorado y tortuoso de ese “Knäuel von Processen” que se acumulan “zur Freude der Advokaten” (ibíd.: 384). Ahora bien, aunque Alexis no omite ninguna de las instancias por las que pasan los numerosos juicios que desencadena el caso la Pivardière, y recapitula con fidelidad todas las facetas jurídicas relevantes reseñadas en las causas célebres preexistentes, no es este el aspecto que privilegia en su reescritura. Como ya hemos observado, describe esas innumerables idas y vueltas de los litigios, que atribuye al formalismo excesivo de la legislación francesa, de manera mucho más sucinta que sus predecesores. Y esto porque más que las discusiones técnicas o el cuestionamiento del antiguo procedimiento criminal francés le interesa la dimensión histórica del caso, así como la psicológica.

De ahí su distanciamiento expreso de Gayot de Pitaval (“Pitaval schwelgt, als pariser Parlamentsadvocat, in Darlegung der gewandten Fechterstreiche, mit denen die Parteien sich begegneten”, ibíd.: 385) y su mayor afinidad con Richer, quien en su afán por distinguirse de su predecesor, cuyo estilo farragoso y confuso critica, introduce profundos cambios, que en su mayoría son conservados en *Der neue Pitaval*: no solo dota su narración de un nuevo orden, mucho más claro y explícito,<sup>12</sup> sino que además suma mucha información inédita sobre los caracteres y la época, con lo cual da un mayor espesor psicológico a las figuras centrales y una densidad nueva al trasfondo histórico en el que se inserta esta historia privada. La mayor parte de las descripciones y anécdotas que incorpora con este último propósito son retomadas por Alexis casi al pie de la letra: entre otras, la aclaración inicial sobre los compromisos derivados del vasallaje al

---

<sup>12</sup> Richer comienza con los argumentos y pruebas a favor del asesinato, luego recopila aquellos en contra, y concluye con la revelación de la falsedad de los principales testimonios acusatorios, secuencia que le permite dejar hasta último momento al lector en vilo sobre el fallo definitivo e introducir así una suerte de suspenso acerca del desenlace del *affaire*.



que está sometido el señor de la Pivardière en tanto súbdito de Luis XIV;<sup>13</sup> la descripción de la animada vida social en la pequeña localidad de Nerbonne, en la cual participan también los clérigos como Charost; el episodio en el que se narra la intercesión de la esposa de Auxerre ante el rey para conseguir una *lettre d'état*<sup>14</sup> para su marido; también la observación acerca de la dificultad para determinar a quién le incumbe ejercer la autoridad legal sobre Nerbonne, que pinta un momento histórico en el cual la jurisdicción sobre algunos parajes pequeños aún no está establecida con claridad y es objeto frecuente de controversias. Acentuando entonces una tendencia que ya se vislumbra en Richer, en *Der Herr von Pivardiere* la narración histórica gana terreno sobre la historia del derrotero de los procesos judiciales.

En una declaración un par de años posterior al relato analizado aquí, en la que Alexis se exhibe precisando justamente cómo concibe la “tarea histórica” que se ha propuesto llevar a cabo en *Der neue Pitaval*, justifica así su interés por el crimen en tanto testimonio de un determinado momento histórico:

So ist unsere Aufgabe eine historische, und war es schon, ehe wir uns entschlossen, den interessanteren Fällen aus dem Privatleben die großen Criminalprocesse aus dem öffentlichen und Staatsleben anzureihen. [...] In all den grauenvollen Verbrechen, welche der Volkswahn in gewissen Zeitepochen hervorrief, ist die einzelne That, der eigentliche Gegenstand des Processes, in der Regel unbedeutend. Eine nur actenmäßige Darstellung des Thatsächlichen würde zur dünnen unverständlichen Skizze werden; vielleicht ein Beitrag mehr zu den Ungerechtigkeiten, zu dem unschuldig vergossenen Blute, das von allen Richtersthühlen träuft, denen, wo im Namen Gottes, des Königs oder des Volkes, gerichtet wurde. Aber die einzelne Handlung, Verbrechen und Strafen, als Glied eines organischen Ganzen, einer gewaltigen Bewegung, einer furchtbaren Strömung im großen Lebensprocesse der Völker gedacht, gibt die Abrundung, die Abgeschlossenheit, die der Jurist von jedem Falle mit Recht fodert, aber mit Unrecht in zu engen Grenzen sucht (1845, vol. 7: XII-XIII).

Para el editor de esta colección, entonces, no importa “die einzelne That, der eigentliche Gegenstand des Processes”, sino el crimen “als Glied eines organischen Ganzen, einer gewaltigen Bewegung, einer furchtbaren Strömung im großen Lebensprocesse der Völker”. La tarea que asume aquí Alexis supone –tal como ha señalado Joachim Linder en su lúcido análisis de este extracto del prólogo al séptimo tomo de la colección– dar un cierre definitivo a los casos de otras épocas (de ahí la

<sup>13</sup> La situación del protagonista es la de muchos señores de la época que cuentan con fortunas módicas, con las que no pueden costearse los gastos de traslados y armas para asumir el compromiso de defender militarmente al rey.

<sup>14</sup> Como aclara Richer y repite Alexis, este documento exime por un cierto tiempo a su portador de enfrentar cualquier demanda legal, y en el caso del señor de la Pivardière funciona como un salvoconducto para que pueda acudir a demostrar que sigue vivo sin que puedan prosperar eventuales demandas de sus acreedores ni que se lo juzgue por bigamia.

insistencia en la *Abrundung*, la *Abgeschlossenheit*) explicando el delito a partir de la situación histórica en la que se inserta, aunque interpretándolo “aus eigener Wertperspektive” (LINDER 1982: 57). La reconsideración de crímenes pretéritos desde la distancia que da el tiempo transcurrido permitiría, según pretende el escritor y prologuista, poner ese pasado en perspectiva para recuperar la objetividad y superar las limitaciones debidas a los excesos del momento en que se produce el delito (*Volkswahn*), formándose un juicio no sesgado sobre lo sucedido. Ahora bien, dado que –como observa con acierto aquel crítico– el modo de redondear y clausurar el caso consiste en vincular crimen y pena en “eine Anfang-Ende-Verbindung” (ibíd.: 91), la reescritura, presuntamente imparcial, de esos viejos *affaires* termina en realidad revalidando la sanción impuesta en su momento a los autores del delito; además, si en esta colección concebida para un público amplio las discusiones jurídicas son secundarias, es porque de lo que se trata es de que cualquiera, incluso quien nada sabe de Derecho, pueda suscribir convencido el veredicto ya emitido, ratificando así la perspectiva estatal y punitiva desde la cual se vuelven a narrar los hechos.<sup>15</sup>

En las antípodas del propósito que subyace a la reescritura hoffmaniana del caso en cuestión de poner de manifiesto el carácter confuso y opaco de la realidad, la objetividad que Alexis promete restablecer en *Der Herr von Pivardiere*, purgando la historia de las “falsedades” que se han ido colando en ella con el correr de los años y de las adaptaciones, supone que los hechos pueden ser contados tal como efectivamente ocurrieron. Aunque en ciertos pasajes el narrador confronta al lector con sucesos que es imposible esclarecer con total certeza, con ello no hace más que reforzar la impresión de que todo el resto es cierto. Así, cuando en el desenlace aquel observa que no tiene suficiente información para contar qué fue de los jueces de Châtillon-sur-Indre que dictan a sabiendas una resolución injusta contra los dos inocentes, no se avergüenza de exponer su ignorancia a ojos de sus lectores; al contrario, pues con su actitud recelosa a opinar sobre lo que desconoce, a dar por cierto lo ignorado, prueba una vez más que bajo ningún aspecto apelará a la invención para colmar esas incertidumbres, para saciar la lógica curiosidad de quien haya leído hasta allí por saber si estos prevaricadores fueron debidamente juzgados y castigados. De este modo, el narrador se reviste de la autoridad

---

<sup>15</sup> Linder (1982: 91) subraya que en las primeras dos series de *Der neue Pitaval* (1842-1856) domina “die vergeltungsorientierte Legitimation staatlichen Strafens” y concluye que “Hieraus ergibt sich dann der Eindruck, das Verbrechen sei ein im Menschen beschlossener und auch (mit der Hinrichtung!) abgeschlossener Vorgang, der im wesentlichen aber schicksalhaft entsteht” (ibíd.).

de un cronista fidedigno de lo acaecido en el pasado, de un informante que no está dispuesto a alejarse un ápice de lo fehacientemente constatado; por eso también pone constantemente a prueba la verdad de lo transmitido: señala todo aquello que considera incierto y explica por qué los testimonios y pruebas tanto del asesinato como de la pervivencia del señor de La Pivardière le parecen igualmente novelescos (1843: 367).<sup>16</sup> Ahora bien, indudablemente toda versión de esta historia –o de cualquier otra– implica una cierta interpretación del “proceso vital de los pueblos” del cual los episodios narrados dan testimonio; en la medida en que Alexis pretende ofrecer una versión fiel e imparcial de lo sucedido, naturaliza su propia visión lugar y momento en que ocurren los hechos narrados. En la última parte de este trabajo estudiaremos cómo interpreta y redondea el pretendido cronista objetivo de *Der neue Pitaval* el caso la Pivardière, comparándolo con otro caso de la misma colección también ocurrido en la Francia de fines del siglo XVII. Indagar de qué modo y con qué intención reconstruye Alexis ese pasado nos permitirá luego establecer un contraste con la reconstrucción de ese mismo contexto histórico que realiza Hoffmann en su novela corta.

#### 4 Ayer y hoy: ¿continuidad o ruptura?

En el prólogo al segundo tomo de *Der neue Pitaval* se lee la siguiente declaración: “Daß wir unbedingt die Geschworenengerichte in Frankreich für einen Fortschritt halten in Vergleich zur Criminaljustiz der alten Parlamente, wird zur Genüge aus den in den künftigen Bänden aufzunehmenden Fällen aus dem ältern Pitaval hervorgehen” (1842: XVI). El pasaje requiere una contextualización de las circunstancias en las que se edita ese volumen del compendio, justamente en medio de un debate acerca de la abolición del procedimiento inquisitorial, aún vigente en buena parte del territorio prusiano (con excepción de la Prusia renana, en la cual, por haber estado bajo dominio napoleónico entre 1794 y 1815, ya ha tenido lugar una importante reforma). Lo que está en discusión en la Prusia de la década de 1840 es la sustitución de aquellos procesos en los que el imputado es juzgado por magistrados profesionales en base a una instrucción que se

---

<sup>16</sup> Por ejemplo, cree improbable que para matar a un solo hombre dormido hayan sido necesarias cinco personas (el prior, dos de sus sirvientes, la señora de la Pivardière y su criada Marguerite Mercier) y pone en entredicho el argumento según el cual la noche del crimen la señora manda a Katherine Lemoine a buscar huevos a una alejada granja para ofrecer algo de comer a los hambrientos sirvientes del prior, pues a su entender no es compatible con el banquete que ha tenido lugar ese mismo día, después del cual debería haber sobrado comida que hiciera innecesaria tal excursión nocturna (1843: 361).

desarrolla fundamentalmente en forma escrita,<sup>17</sup> y su reemplazo por juicios orales y públicos en los que la decisión es tomada por un jurado integrado por ciudadanos sin una formación jurídica específica. Alexis no se identifica ni con los defensores ni con los detractores acérrimos de la reforma del sistema vigente (propulsada por un proyecto de ley de 1843), sino que adopta una posición moderada, ya que en su opinión “keine Procedurform die Vergeißung unschuldigen Blutes gänzlich verhindern könne” (ibíd.: XVII). Pero volvamos por un momento a la cita inicial: en ella sostiene que en Francia la implementación de tribunales constituidos por jurados (implementación violenta, pues fue fruto de la Revolución, aunque el prologuista omite allí mencionarlo) constituyó un indudable progreso; prueba de ello son los viejos casos franceses, reelaboraciones de causas ya tratadas por Gayot de Pitaval, que el escritor tiene previsto incorporar a los futuros tomos de su colección, casos en los cuales quedan a la vista las flagrantes arbitrariedades de lo que llama la “Criminaljustiz der alten Parlamente” (cf. *supra*). Lo que a sus ojos se deriva con una evidencia contundente de la consideración esos antiguos crímenes de la nación vecina y el modo en que estos han sido dirimidos ante la ley, a saber, el carácter altamente reprobable de lo que se conoce como proceso inquisitorial (*Inquisitionsverfahren*), no da lugar, sin embargo, a una condena igualmente radical de este procedimiento aún vigente en su patria. El escritor se muestra aquí reacio a reconocer las afinidades existentes entre el procedimiento criminal usado en Francia durante el *Ancien Régime* y el que rige aún en gran parte de la Prusia de la Restauración, por más que en esta última todavía el carácter escrito de la instrucción y la falta de publicidad de los procesos afecten seriamente las posibilidades de defensa del acusado, quien solo accede a las actas una vez que el juicio ha concluido.

La reticencia del prologuista, autor y editor de *Der neue Pitaval* a tomar posición en los debates jurídicos contemporáneos está en sintonía con el predominio de casos históricos y extranjeros en las dos primeras series de esta colección (esto es, hasta el vol. 24, aparecido en 1856).<sup>18</sup> Claro que, por sí solo, este último dato no implica necesariamente una tendencia conservadora o una actitud evasiva a sentar posición en los

---

<sup>17</sup> El procedimiento vigente por entonces en Prusia consiste en que las partes presenten ante el juez de instrucción los elementos de cargo y descargo, integrados por este en un informe escrito que se eleva a otro magistrado encargado de pronunciar la sentencia en base a ese *dossier*.

<sup>18</sup> La primera serie está formada por los primeros doce volúmenes (1842-47) y la segunda va desde el décimo tercero hasta el vigésimo cuarto (1848-56); estas dos series abarcan casi todo el período en que Alexis es responsable de la colección, pues en la década del 60 deja de escribir por problemas de salud, con lo cual es reemplazado por Anton Vollert, quien continúa la labor hasta 1890 (vol. 60).

asuntos de actualidad, y hay que examinar el tratamiento que reciben las causas de otras épocas y latitudes en esa obra que se quiere dedicada a la actualidad,<sup>19</sup> a fin de desentrañar cómo concibe su autor la relación entre la realidad ajena y la propia, entre pasado y presente.

Para eso veamos en primer lugar uno de los pasajes del caso La Pivardière en los que el narrador abandona por un momento el tono del cronista neutral de los hechos y deja oír una valoración personal:

Die Communicationen der überdies unter sich eiferfüchtigen Gerichte fanden nicht mit der Schnelligkeit von heute statt. Es konnte von einem Gerichte schon etwas ermittelt und entschieden sein, wo ein anderes sich nachher befugt hielt, erst die Untersuchung einzuleiten. [...] Nun trat das sonderbarste Verhältniß ein, was in heutigen Verhältnissen, wo die Zeitungen die Vermittler der Gedanken und Nachrichten sind, undenkbar wäre und sich nur durch die Verhältnisse eines großen Landes wie Frankreich erklären läßt, wo es noch viele Berechtigte gibt, aber die Idee der Staatseinheit noch nicht vollständig ins Leben gedrungen ist (1843: 366).

La crítica de las comunicaciones lentas e ineficientes entre los distintos tribunales que administran justicia en la Francia del siglo XVII le permite establecer un contrapunto con el presente de la enunciación, en el cual algo semejante sería, en sus propias palabras, “impensable”. La última oración de la cita anterior, que destaca el papel que cumplen “en las circunstancias actuales” los periódicos en tanto medios de difusión de “pensamientos y noticias”, está imbuida de optimismo respecto de las posibilidades que brinda la técnica para la veloz circulación de la información y por ende –tal parece ser el corolario implícito– para un adecuado funcionamiento de las diversas instancias judiciales que eventualmente pueden definir un proceso. Pero el contraste no solo se establece en el plano temporal, sino igualmente en el geográfico. Un poco antes se lee por ejemplo que “Vor unsern Gerichten würde die Aussage des siebzehnjährigen Mädchens [...] einige Bedenken erregt haben” (ibíd.: 360); la frase sugiere que en el marco del sistema judicial prusiano sería inaceptable una declaración tan poco sólida como la que presta la joven criada Marguerite Mercier, con lo cual parece sugerirse que si el mismo caso se hubiera

---

<sup>19</sup> Uno de los pocos estudiosos en ensayar un abordaje conjunto de la voluminosa colección de Alexis y Hitzig ha señalado que, a pesar de que los editores de *Der neue Pitaval*, al aparecer la primera edición, afirman que se trata de una obra abocada a la actualidad (1842, vol. I: XVIII), en realidad, si se consideran uno a uno los casos incluidos en las primeras dos series, en ellas prima la orientación histórica por sobre los casos actuales; el crítico agrega que esta tendencia conduce “zu einem sehr statischen Bild von den Normen des Strafrechts und vom Verbrecher. Die Bände des *Neuen Pitaval*, blickt man nun einmal auf die erste oder die ersten beiden Folgen, vermitteln den Anschein, als würden sich das Verbrechen, der verbrecherische Mensch und die grundlegenden Normen des Strafrechts nie ändern, lediglich das Strafverfahren würde humaner einerseits und effektiver andererseits” (LINDER, 1982: 90), lo cual se confirma también en el análisis de los dos casos que proponemos a continuación.

planteado ante tribunales alemanes seguramente no habría sido resuelto de un modo tan objetable. Antes de sacar conclusiones sobre el vínculo esbozado aquí entre esas dos épocas y naciones, examinemos un ejemplo más, tomado de otra de las causas tratada primero por Gayot de Pitaval y reescrita luego por Alexis que también está ambientada en la Francia de la segunda mitad del siglo XVII.

Nos referimos a la historia de la marquesa de Gange (*Der neue Pitaval*, vol. 2, 1842), en la cual Alexis postula un contraste similar entre el pasado evocado y la actualidad desde la cual se lo evoca. Allí se lee a propósito del abate de Gange, principal autor intelectual y material del cruel asesinato de aquella bella y virtuosa dama: “Er war boshaft, voll Tücke, rachsüchtig und herrschsüchtig, und im Innern roh und wild bis zu einem Grade, wie er beim heutigen Culturzustande kaum zu den Möglichkeiten gehört” (ibíd.: 421; el subrayado es nuestro). Y más adelante también:

Klar ist ferner der Charakter des Abbé, insofern die Geschichte wahr berichtet, wo sie uns solche raffinierte und vollkommene Bösewichter vorführt, wie Humanität oder Mattigkeit sie unter den gegenwärtigen Generationen nicht mehr aufkommen lassen (ibíd.: 445; el subrayado es nuestro).

Si el extracto antes comentado de *Der Herr von Pivardiere* rezuma una actitud confiada respecto de los avances de la técnica y sus potenciales beneficios en el ámbito de la administración de la justicia, estas dos últimas citas dan por sobreentendido que para el silesiano la cultura tiene efectos positivos que impedirían que pueda surgir en el siglo XIX un ser tan depravado e inescrupuloso como aquel pérfido abate que, adoptando ante el mundo todas las apariencias de un hombre cortés, culto y correcto, trama secretamente un sinnúmero de intrigas para quedarse con la herencia de la mujer de su hermano y al mismo tiempo torturarla por no haber cedido a sus reiterados intentos de seducción. Así, pues, la historia de la casta dama hostigada y finalmente asesinada por su codicioso y vengativo cuñado con la probable complicidad del marido de aquella y del tercer hermano de Gange, un manipulable caballero, es presentada como “ein Schreckensbild aus den letzten Tagen der Feudalgewalt unter der französischen Seigneurie” (ibíd.: 415), en nítido contraste con el presente desde el que Alexis escribe, en el cual –según sugieren valoraciones como las citadas, que el narrador intercala discretamente en la narración de los hechos– el elevado grado de desarrollo cultural ha permitido erradicar tales personalidades criminales.

A pesar de que el proceso judicial desencadenado por este cruel asesinato no reviste ningún interés especial desde el punto de vista jurídico, la reescritura de ese caso

particular se justifica porque en él se plasman rasgos generales de la época en que se produce, un tiempo en el cual prospera la omnipotencia de señores feudales como los hermanos de Gange,<sup>20</sup> es decir, por su valor histórico. De manera que si en *Der neue Pitaval* encuentran cabida *affaires* carentes de interés para juristas y especialistas es porque allí los casos interesan principalmente en tanto “Symbole verirrter Zeitrichtungen” (1844, vol. 6: VII). Así hay que entender justamente los *affaires* del señor de la Pivardière y de la marquesa de Gange, al igual que muchos otros que recrean la misma época:<sup>21</sup> como símbolos de una época desencaminada que afortunadamente ha quedado atrás. Hemos comprobado antes, a partir del análisis de las intervenciones del narrador que confrontan la Francia prerrevolucionaria con un aquí y ahora mostrado por contraste como un estadio superior de la evolución histórica, cómo el cuadro del *Ancien Régime* trazado en esas dos narraciones supone una exaltación tácita del presente prusiano desde el que Alexis mira atrás. Así, la inclusión de estos crímenes extranjeros del siglo XVII en la colección alemana que comienza a editarse en 1842 viene a probar que a la larga se impone lo que en otra parte su autor llama “die Gerechtigkeit der Geschichte” (1843, vol. 3: VIII). El modo en que el escritor reelabora ambas causas en *Der neue Pitaval* lejos de incitar al lector a reconocer los ecos actuales de los aspectos cuestionados en la justicia penal de otras épocas, tiende a disociar la imagen del pasado evocado – mostrado como ajeno, lejano y superado– respecto de la realidad propia contemporánea, con lo cual este “*intellectuel du ‘juste milieu’*” (CARPENT 2002) transmite una visión tranquilizadora y conservadora de la relación entre ayer y hoy.

Mientras que Alexis no admite ninguna continuidad entre la cuestionable situación jurídica del Antiguo Régimen y su propia época, sino todo lo contrario, el modo en que Hoffmann trata el caso de la Pivardière habilita una reflexión sobre ciertas pervivencias o resabios, en su propio presente, de aquel pasado aparentemente superado y abolido. Por eso su versión ilumina las afinidades entre ambos momentos históricos. Al igual que Alexis, también él deja de lado la mayor parte de las embrolladas cuestiones jurídicas suscitadas por el caso en las que se demora Richer, pero su reducción de la descripción pormenorizada de los litigios es más selectiva, apunta a algo más que a agilizar la lectura suprimiendo las largas explicaciones sobre los complejos recursos y reglamentaciones que con toda probabilidad resultarían pesadas para un lector de otra

<sup>20</sup> A propósito de esa época se lee también que “Das Intriguenspiel selbst liegt im Charakter der Zeit” (1842, vol. 2: 428).

<sup>21</sup> Por ejemplo el caso de la envenenadora Brinvilliers.

nación y otra época. En su *Novelle*, por cierto, no se lee ni una palabra acerca de las presiones ejercidas por los allegados al prior sobre dos testigos cruciales –las criadas de la señora de la Pivardière, en cuyos testimonios se basan las acusaciones contra esta y su confesor–; no es casual que descarte una parte sustancial de lo transmitido en el resto de las versiones, a saber, cómo el hermano del prior, teniente general en Châtillon-sur-Indre, utiliza el poder que le confiere su cargo para conseguir, mediante promesas y amenazas, que ambas testigos, confinadas en una prisión a la que aquel tiene un acceso privilegiado, se retracten en lo que concierne a la culpabilidad de su hermano. Con ello no solo se preserva a la familia del inocente Charost de cualquier contaminación con los métodos espurios para interrogar testigos denunciados en esta obra, sino que el método coercitivo y violento para sonsacar declaraciones queda exclusivamente reservado al juez Bonnet, a quien se describe en los siguientes términos: “Bonnet war (wie es kein Richter sein soll) leidenschaftlich im höchsten Grade, voller Vorurteile, befangen in jeder Art und noch dazu mit der Familie des Augustiners Charost verfeindet” (1985: 763). Al borrar todo rastro de las presiones ejercidas sobre las principales testigos por la influyente familia del prior y atribuir ese cuestionable modo de interrogar, basado en el amedrentamiento y la intimidación, exclusivamente al funcionario judicial encargado de juzgar a los dos inocentes, Hoffmann refuerza una vez más la imagen maniquea del mundo y, gracias a ello, radicaliza más aun que Richer y sus antecesores la crítica a las autoridades, en un caso en el cual cuesta ver claro y deslindar responsabilidades. La omisión intencionada de estos entretelones del viejo proceso permite leer entre líneas una denuncia tácita de la situación prusiana contemporánea, en la medida en que, mediante los cambios efectuados, el escritor alerta tanto mejor acerca de los abusos en los que incurren, en nombre de la justicia, los encargados de administrarla, abusos que el escritor y funcionario berlinés conoce de primera mano. En efecto, desde 1816 este abogado de profesión se desempeña como asesor de la Cámara de Apelación (*Kammergerichtsrat*) de Berlín y al año siguiente es nombrado comisario de la así llamada comisión para la investigación de maquinaciones demagógicas (*Immediat-Comission zur Untersuchung demagogischer Umtriebe*), a propósito de cuyos peligrosos métodos Hoffmann advierte en su correspondencia con Hippel: “¡Conociéndome puedes imaginarte mi estado de ánimo al ver cómo se despliega ante mis ojos toda una trama de arbitrariedad infernal, de desvergonzado desacato a todas las leyes, de animosidad personal!... Aquí era hora de conducir a castigar con todo rigor por el camino de la ley. Pero en lugar de eso se tomaron medidas dirigidas no solo contra



el crimen, sino también contra las convicciones” (cit. en FREUND, 1980: 45; la traducción es nuestra).

En las circunstancias políticas imperantes después de 1815, una época de creciente represión y persecución de los movimientos demócratas y nacionalistas alemanes, la proyección al pasado opera entonces como un rodeo para criticar veladamente lo que la censura impide reprobar de un modo más abierto. Ya en otra novela corta de temática criminal compuesta dos años antes que también transcurre en la Francia de Luis XIV, Hoffmann había adoptado una estrategia similar. *Das Fräulein von Scuderi* (1819), que aparece el mismo año en el cual los decretos de Karlsbad establecen en Prusia la abolición de la libertad de prensa, lo cual marca el comienzo de la así llamada “persecución de los demagogos”, recrea el terror imperante en aquella época de modo tal que en la caracterización que se hace de ella el lector pueda reconocer ciertos rasgos alarmantes de su propio presente. La narración comienza con la descripción de la ola de envenenamientos perpetrados por varias envenenadoras (entre ellas, la marquesa de Brinvilliers, protagonista de otra de las causas célebres narradas por Gayot de Pitaval); esos crímenes funcionan como telón de fondo de la trama principal, centrada en una serie de misteriosos asesinatos nocturnos cometidos contra caballeros parisinos que llevan joyas a sus amadas. Tal situación inicial, que conduce a la propagación del miedo, la superstición y la desconfianza, que “trennte[n] die heiligsten Bande” (1985: 788), proporciona un buen pretexto para la imposición de métodos represivos de persecución de la criminalidad, encarnados en la Cámara Ardiente, cuyo *modus operandi* es explícitamente condenado en la novela corta: este “Blutgericht” (ibíd.: 820) presidido por La Régnie, un hombre “von garstigem Ansehen und heimtückischem Wesen” (ibíd.: 789) que cegado por el odio y el prejuicio no vacila en torturar a inocentes ni en poner en práctica los métodos más crueles para dar con los culpables, “nahm ganz den Charakter der Inquisition” (ibíd.: 789). Como en *Die Marquise de la Pivardiere*, aquí también el lector sagaz puede identificar, camuflada en la oscura imagen de las instituciones judiciales de la Francia absolutista, una denuncia indirecta de las arbitrariedades y extralimitaciones del poder policial prusiano de la Restauración.

## 5 Dos usos del caso La Pivardière desde perspectivas encontradas

El cotejo de las dos reescrituras analizadas del caso La Pivardière, compuestas por escritores contemporáneos (ambos viven y editan en Berlín, y solo 22 años separan la versión de uno de la del otro), pone de manifiesto grandes diferencias en el uso de la misma materia, que ambos reelaboran a partir de idéntica fuente (Richer): mientras que el narrador de Hoffmann retacea información clave y retarda la explicación de los embrollados hechos, logrando así que la narración resulte tan difícil de desentrañar como el mundo representado, cuyo carácter engañoso e impenetrable se pone así de relieve, el cronista neutral de Alexis introduce sutiles apreciaciones que vehiculizan una discreta justificación del *statu quo*, camuflada detrás de la pretendida reconstrucción imparcial y ecuánime de lo sucedido. De este modo, bajo la presunta primacía de lo fáctico el editor de *Der neue Pitaval* ofrece una visión de la Historia entendida como un progreso ineluctable de la civilización, que culmina en la Prusia de sus días. Esta visión está en las antípodas de la del autor de *Die Marquise de la Pivardiere*, quien, alejándose deliberadamente en varios aspectos de lo documentado (mediante la amplificación de la vida pasada de la protagonista; los nuevos énfasis en los personajes, que acentúan la antítesis entre inocentes y culpables; el agregado de un marco narrativo, por mencionar solo los principales aquí analizados), presenta una vieja historia de modo tal que en ella el lector contemporáneo pueda ver amplificadas, como en un espejo que agranda, ciertas tendencias alarmantes de su propio presente.

## Referencias bibliográficas

- ALEXIS, Wilibald ver HÄRING, Wilhelm.  
 CARPENT, Thierry. *Willibald Alexis, intellectuel du «juste milieu». Histoire, Droit et politique dans l'Allemagne du XIX<sup>e</sup> siècle*. Bern: Peter Lang, 2002.  
 FREUND, Winfried. *Die deutsche Kriminalnovelle von Schiller bis Hauptmann*. Paderborn: Schöningh, 1980.  
 GAYOT DE PITAVAL, François, Histoire de la Pivardière. In: GAYOT DE PITAVAL, François; *Causes célèbres et intéressantes, avec les jugements qui les ont décidées*. v. 3. La Haya: Jean Neaulme, 1735, p. 3-92.  
 HÄRING, Wilhelm [Willibald Alexis]; HITZIG, Julius E. (eds.) *Der neue Pitaval. Eine Sammlung der interessantesten Kriminalgeschichten aller Ländern aus älterer und neuerer Zeit*. Leipzig: Brockhaus, vol. 1 1842, vol. 2, 1842, vol. 3 1843, vol. 4 1843, vol 6, 1844. [Digitalisat: Bayerische Staatsbibliothek digital]  
 HOFFMANN, E. T. A. *Nachtstücke, Klein Zaches, Prinzessin Brambilla, Werke 1816-1820*. In: Hartmut Steinecke (ed.) con la colab. de Gerhard Allroggen. *Sämtliche Werke*. Bd. 3. Frankfurt/Main: Deutscher Klassiker Verlag, 1985.

- LINDER, Joachim. *Der neue Pitaval von Julius Eduard Hitzig und Wilhelm Häring. 1842-1890. Ein Überblick über die Gegenstände und Verfahrensweisen der Darstellung von Kriminalfällen für das 'gebildete Publikum'*. Tese (mestrado). Univ. de Múnich, 1982.
- RICHER, François. Histoire de la Pivardière. In: RICHER, François. *Causes célèbres et intéressantes avec les jugemens qui les ont décidées, rédigées de nouveau par M. Richer, ancien avocat au Parlement*. v. 4. Amsterdam: Michel Rhey, 1773, 431-578.
- \_\_\_\_\_. Geschichte des Herrn de la Pivardiere. In: \_\_\_\_\_. *Gayot von Pitaval, sonderbare und merkwürdige Rechtsfälle, umgearbeitet und vermehrt von Herrn Richer, Parlamentsadvokat zu Paris*. v. 3. Trad. de Carl Wilhelm Franz. Jena: Cuno, 1783, p. 1-144.

*Recebido em 21 de novembro de 2018*

*Aceito em 19 de janeiro de 2019*

# Os descaminhos da alma: Georg Simmel, Henry James e a “tragédia da cultura”

[The waywardness of the soul: Georg Simmel, Henry James, and the “tragedy of culture”]

<http://dx.doi.org/10.11606/1982-8837223776>

Luiza Larangeira Silva Mello<sup>1</sup>

**Abstract:** I intend to undertake, in this essay, a comparative analysis between the ways the German intellectual Georg Simmel and the American writer Henry James represent what Simmel calls “the tragedy of culture”. In essays written at the turn of the 20th century, such as “The Metropolis and Mental Life” (1903), “On the essence of culture” (1908), and “The Concept and Tragedy of Culture” (1911), Simmel presents the typically German concept of culture (*Kultur*), identifying its tragic dimension. Although Henry James shows himself, especially during World War I, strongly committed to the English ideal of “civilization”, it is possible to observe, in his turn-of-the-century travel accounts, *The American Scene* (1907), an understanding similar to Simmel’s of the modern experience of the tragedy of culture.

**Keywords:** Georg Simmel; Henry James; modernity; “the tragedy of culture”.

**Resumo:** Neste ensaio, pretendo empreender uma análise comparativa entre os modos como o intelectual alemão Georg Simmel e o escritor estadunidense Henry James figuram discursivamente aquilo que Simmel chama de “a tragédia da cultura”. Em ensaios escritos na virada do século XX, como “As Grandes Cidades e a Vida do Espírito” (1903), “Do Ser da Cultura” (1908) e “O Conceito e a Tragédia da Cultura” (1911), Simmel trata do conceito tipicamente alemão de cultura (*Kultur*), identificando sua dimensão trágica. Conquanto Henry James mostre-se, especialmente no período da 1ª Guerra Mundial, fortemente comprometido com o ideal inglês de “civilização”, pode-se notar, em seus relatos de viagem da virada do século, intitulados *The American Scene* (1907), uma compreensão semelhante à de Simmel da moderna experiência da tragédia da cultura.

**Palavras-chave:** Georg Simmel; Henry James; modernidade; “a tragédia da cultura”.

Em julho de 1915, cerca de meio ano antes de sua morte, Henry James renunciou à nacionalidade norte-americana em favor da inglesa. A decisão foi interpretada por alguns como uma forma de tornar explícita sua desaprovação à neutralidade que seu país de origem manteve no começo da Grande Guerra. Mas, de acordo com seu famoso biógrafo, Leon Edel, James buscava se desvencilhar das limitações impostas a um estrangeiro em

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro, Largo de São Francisco de Paula, 1, Rio de Janeiro, RJ, 20051-070, Brasil. E-mail: luizalarangeira34@gmail.com. ORCID: 0000-0003-3774-4575



solo inglês, em época de guerra – como ter de se reportar à polícia para se deslocar de Londres à sua casa de campo, em Rye, no começo do verão (cf. EDEL 1996: 702-704).<sup>2</sup> De qualquer modo, parecia-lhe natural que, depois de passar a maior parte de sua vida adulta vivendo na Inglaterra, manifestasse sua lealdade à nação que, a seu ver, empenhava o sangue de seus homens em defesa dos valores da civilização contra as ações bárbaras dos alemães e seus aliados. Quando escreve sobre a “ruína de nossa crença em que ao longo dos anos vimos a civilização crescer e o pior tornar-se impossível” (JAMES; LUBBOCK 2006: 403)<sup>3</sup>, James parece estar lançando mão do conceito anglo-francês de “civilização” que, segundo Norbert Elias, em seu clássico ensaio sobre a “Sociogênese da diferença entre ‘Kultur’ e ‘Zivilisation’ no emprego alemão”, “expressa a consciência [universalizante] que o Ocidente tem de si mesmo” (ELIAS 1994: 23), em contraste com o conceito alemão de *Kultur*, que “dá ênfase especial a diferenças nacionais e à identidade particular de grupos” (*Ibidem*: 25). Tendo sido gestado no momento de ascensão de uma *intelligentsia* burguesa, ainda no século XVIII, o conceito alemão de cultura “ganhou vida nova em 1919, e nos anos precedentes, em parte porque uma guerra foi travada contra a Alemanha em nome da civilização” (*ibidem*: 27).

No entanto, dez anos antes, esse mesmo conceito de cultura parecia, à *intelligentsia* alemã, estar passando por uma profunda crise. Se, em 1914, Henry James pode falar em uma “tragédia” da civilização, Georg Simmel escreve, em 1911, um ensaio intitulado “O conceito e a tragédia da cultura”. Por um lado, podemos afirmar que Simmel opera, nesse ensaio, precisamente com o conceito alemão de *Kultur*, que Elias distingue do conceito anglo-francês de civilização. Por outro, podemos arriscar que, a despeito de sua inflamada defesa da civilização e do sentido tipicamente inglês que atribui a esse conceito, em seus escritos da virada do século, James está às voltas muito mais com a tragédia da cultura, tal como descrita por Simmel, do que com o colapso da civilização que vai mobilizá-lo a partir da eclosão da guerra. Minha hipótese é que, embora não utilize explicitamente a expressão “tragédia da cultura” ou mesmo o termo “cultura” em seu “sentido alemão”, James escreve sobre a experiência trágica – e tipicamente moderna –

<sup>2</sup> Andrew Taylor, em análise mais recente do mesmo evento, interpreta a decisão de James como a base de sua automodelagem cosmopolita, a qual implica certa resistência a uma concepção restrita de patriotismo: “James felt uncomfortable with any crude definition of patriotism – of nationality defined as the public and collective manifestation of apparently stable and homogenous individual identity” (TAYLOR 2002).

<sup>3</sup> Em 10 de agosto de 1914, James escreve para Rhoda Broughton: “Black and hideous to me is the tragedy that gathers, and I’m sick beyond cure to have lived on to see it. You and I, the ornaments of our generation, should have been spared the wreck of our belief that through the long years we had seen civilization grow and the worst become impossible” (JAMES; LUBOCK 2006: 403).

de um ideal de formação e cultivo da personalidade que pode ser compreendido pelos conceitos de *Kultur* e *Bildung*, atenuando, assim, a antítese radical entre os universos semântico-culturais da *civilization/civilisation*, inglesa e francesa, e da *Kultur* alemã.

Meu propósito, neste texto, é ensaiar uma análise comparativa dos modos como o escritor estadunidense Henry James e o intelectual alemão Georg Simmel interpretaram o fenômeno cultural que este último classificou como a “tragédia da cultura”, com o fim de melhor compreender as especificidades com que o ideal alemão da *Bildung* se desenvolveu na obra do escritor anglo-americano. Para tanto, utilizarei três ensaios de Simmel: o já mencionado “O conceito e a tragédia da cultura”, parte de *Philosophische Kultur* [*Cultura Filosófica*], coletânea de ensaios organizada pelo próprio autor e publicada em 1911, e sua versão sintética, “Vom Wesen der Kultur” [Do ser da cultura], de 1908 – e “As grandes cidades e a vida do espírito”, de 1903. Nos dois primeiros textos, Simmel desenvolve sua teoria da cultura – e de sua tragédia inerente – em termos formais e, em certa medida, a-históricos. Em *As grandes cidades...*, Simmel apresenta a dimensão histórico-sociológica da crise da cultura, vinculando sua teoria da cultura a uma teoria da modernidade.<sup>4</sup> Além disso, farei referência à “Introdução” a *Philosophische Kultur* e a dois pequenos ensaios publicados no livro *Soziologie*, também de 1908, intitulados “Exkurs über den Fremden” [“Excurso sobre o estrangeiro”] e “Exkurs über den Adel” [“Excurso sobre a nobreza”]. Finalmente, encerrarei este artigo com uma análise do ensaio de Simmel sobre a cidade de Roma, publicado pela primeira vez em 1898.<sup>5</sup>

No caso de James, analisarei sobretudo os relatos da viagem que faz aos Estados Unidos, em 1904, e que publica, em 1907, sob o título de *The American Scene*, texto em que apresenta de forma mais sistemática suas impressões sobre o caráter trágico da modernidade americana, uma modernidade sem fundamentos históricos e tradicionais, e

---

<sup>4</sup> Leopoldo Waizbort identifica tal formalismo como a “tendência” ou “disposição metafísica” na filosofia da cultura simmeliana. Embora estejamos distinguindo entre obras de Simmel em que seu pensamento se apresenta em termos formais e obras em que predomina a dimensão histórico-sociológica, é importante notar, entretanto, como faz Waizbort, que “pensamento abstrato e pensamento concreto articulam-se, em Simmel, em uma constelação que comporta tanto a filosofia da cultura como a análise do presente e a teoria da modernidade. O nome dessa constelação [...] é cultura filosófica” (cf. WAIZBORT 2013: 115-116).

<sup>5</sup> Utilizei, aqui, as versões para o português de “As grandes cidades e a vida do espírito” (SIMMEL 2005) e “O conceito e a tragédia da cultura” (SIMMEL 2014), feitas, respectivamente, por Leopoldo Waizbort e Antonio Carlos Santos; a tradução para o português da “Introdução” a *Philosophische Kultur* feita por Leopoldo Waizbort (WAIZBORT 2013); as versões em inglês dos ensaios sobre o estrangeiro, a nobreza e o extrato de “Vom Wesen der Kultur”, publicado sob o título “Subjective Culture”, compilados no livro *On Individuality and Social Forms*, organizado por Donald Levine (SIMMEL 1971). Com respeito ao ensaio sobre Roma, utilizei o texto “Rome, une analyse esthétique” (SIMMEL 1989), vertida para o francês por Jean-Louis Vieillard-Baron.

os relatos de suas viagens à Inglaterra, publicados inicialmente entre as décadas de 1870 e 1890, e compilados, em 1905, sob o título de *English Hours*.<sup>6</sup>

## A alma e as formas dos textos de James e Simmel

Uma análise comparativa entre Henry James e Georg Simmel pode gerar uma certa estranheza. Não tanto por se tratar de autores cujas vocações são tão diferentes quanto à escrita ficcional e à (nascente) disciplina sociológica moderna. O trabalho de Judith Marcus sobre Thomas Mann e Gyorgy Lukács e o já clássico livro de Harvey Goldmann sobre Mann e Max Weber mostram o quão frutífera uma comparação deste tipo pode se mostrar para a história intelectual. A estranheza está presente, sobretudo, no fato de que, ao contrário do que ocorre com Mann e Lukács, não há nenhum indício de diálogo intelectual ou referência mútua entre James e Simmel. E, ao contrário de Mann e Weber, nossos autores não tematizaram conscientemente, de modo comum, nenhum conceito tão concisa e culturalmente delimitado como o conceito alemão de “vocação” (*Beruf*). No entanto, tanto Simmel quanto James figuraram discursivamente – e, ao fazê-lo, propuseram interpretações sobre – uma experiência comum: a experiência das aceleradas transformações na vida social, cultural e intelectual, que marcaram a virada do século XX no hemisfério ocidental. Essas transformações caracterizavam o que eles compreendiam ser a vida moderna e sua crise inerente, e que parecia, a ambos, comportar uma dimensão trágica.

Essa experiência comum pode ser relacionada à progressiva substituição de um *ethos* aristocrático por um *ethos* democrático; à consolidação de relações sociais e de trabalho típicas das economias capitalistas; a modos de vida tipicamente urbanos, especialmente aqueles que se desenvolveram, ao longo do século XIX, nas grandes cidades modernas; a uma experiência temporal cada vez menos orientada pela autoridade da tradição; e, finalmente, mas não menos importante, à crise de um certo ideal de formação do indivíduo, que, pelo menos desde o século XVIII, os intelectuais alemães identificavam com o conceito de *Bildung*. Embora não haja uma tradução precisa do termo *Bildung* para a língua inglesa, Henry James figurou literariamente o esfacelamento deste mesmo ideal de cultivo integral da subjetividade.

---

<sup>6</sup> Utilizarei as versões originais em inglês desses dois textos, já que não foram traduzidos para o português. As traduções dos trechos citados são de minha responsabilidade.

A comparação entre James e Simmel não se sustenta, entretanto, apenas no fato de que suas obras tematizavam questões e objetos comuns. Conquanto operassem em gêneros discursivos distintos – Simmel figura ao lado de Max Weber e Ferdinand Tönnies como um dos fundadores da sociologia alemã moderna, propondo uma peculiar teoria da modernidade, enquanto James jamais sistematizou seu pensamento com vistas a construir qualquer teoria filosófica ou sociológica –, creio poder afirmar que há entre os ensaios simmelianos e os romances, contos, autobiografias e relatos de viagem jamesianos uma afinidade de estilo.

Maurice Blanchot diz, a respeito da ficção de James, que a “felicidade da criação” coincide, para ele, “com a pura *indeterminação* da obra que a põe à prova, mas sem reduzi-la, sem privá-la de todos os possíveis que ela contém” (BLANCHOT 2005: 195)<sup>7</sup>. Essa indeterminação se manifesta, antes de tudo, na economia dos enredos de James. Neles, a peripécia é tanto mais eficaz quanto menos conduz a uma conclusão clara, determinada (e esperada) da trama.<sup>8</sup> Mas a indeterminação está presente sobretudo no uso peculiar da linguagem empregada por James e se manifesta, por exemplo, na grande autonomia atribuída às metáforas, que assumem uma existência quase independente de seus referentes literais; nas recorrentes proposições afirmativas construídas pelo uso de uma dupla negativa; na relativização da experiência sucessiva do tempo pelo uso de *flashbacks* projetados no futuro; e, acima de tudo, nos finais inconclusos de suas tramas, que parecem indicar uma recusa de fornecer um sentido totalizante para narrativa – aquilo que Frank Kermode chamou de “o sentido de um fim” (cf. KERMODE 2000). O efeito retórico de tais dispositivos é a sensação de ambivalência e indeterminação que pode ser atribuída não tanto aos eventos que compõem a narrativa, senão às percepções e experiências que os personagens e os leitores constroem sobre esses eventos.

Algo muito semelhante pode ser dito a respeito dos textos de Simmel. Lewis Coser conta que “os contemporâneos de Simmel [...] enfatizavam o brilhantismo ofuscante de seus escritos e a delicada elegância, mas eles também notaram a falta de exposição sistemática e a quase intencional desordem do seu método” (COSER 1958: 635). Sua natureza eminentemente ensaística, fragmentária, possibilitou que, mesmo operando em

---

<sup>7</sup> William James, em carta ao irmão mais novo a respeito do volume recém-saído dos relatos de sua viagem de 1904 aos Estados Unidos, censura-o pelo obscurantismo de seu estilo barroco: “In this crowded and hurried reading age, pages that require such close attention remain unread and neglected. You can’t skip a word if you are to get the effect, and 19 out of 20 worthy readers grow intolerant. The method seems perverse: ‘Say it *out*, for God’s sake,’ they cry, ‘and have done with it.’” (GARD 1968: 430).

<sup>8</sup> Sobre essa peculiaridade do realismo jamesiano, ver Armstrong (1987).



um gênero argumentativo, Simmel atingisse um efeito de indeterminação semelhante àquele expresso nas narrativas de James. A forma dialética e aberta do ensaio faz com que o argumento central se estilhasse em uma série de proposições que parecem muitas vezes contraditórias entre si, sem nunca alcançar uma síntese totalizante, um fim que dê sentido ao todo. Além disso, o próprio objeto de investigação de Simmel apresenta-se fragmentado. Simmel foi um escritor prolífico, que se dedicou aos mais diversos temas – desde os sociologicamente mais convencionais como a guerra, o poder, o dinheiro, o indivíduo, o trabalho, o conflito, a cultura, a religião, até os mais inusitados, como a coqueteria, a moldura, as ruínas, a aventura, a paisagem, os Alpes e, até mesmo, a asa do jarro!

Fragmentada é, também, sua inserção profissional. Talvez por ter permanecido em uma posição parcialmente marginal em relação à carreira acadêmica institucionalizada (cf. LEVINE: 1971), a atuação intelectual de Simmel está relacionada não tanto a uma ideia de vocação científica marcada por um alto grau de especialização, tal como descrita por Weber em *Ciência como vocação*, quanto pela conjugação, nas palavras de Leopoldo Waizbort, de “diversas ‘perspectivas’ – a sociologia, a filosofia, a economia, a psicologia, a história, a estética e outras mais” (WAIZBORT 2013: 11). Portanto, a classificação mais corrente de Simmel como sociólogo pode se mostrar um tanto insatisfatória, sobretudo se levarmos em consideração não apenas que, naquele momento, a sociologia era uma disciplina ainda em formação, na Alemanha, mas também que nosso autor estava longe de respeitar os protocolos da escrita acadêmica. Essa indefinição disciplinar é sustentada por uma marcada autonomia intelectual que imprime enorme plasticidade a seus textos.

Indeterminação, perspectivismo, plasticidade. Essas três características que marcam o estilo da escrita de James e Simmel revelam a resistência de ambos a um tipo de realismo literário e científico que funda o princípio de realidade no objeto e não no sujeito do conhecimento. No prefácio a *The American Scene*, James afirma que seus relatos da paisagem e da sociedade norte-americanas se sustentariam exclusivamente no conjunto das suas impressões e que ele se manteria insensível a relatórios, estatísticas e informações de qualquer tipo (cf. JAMES 1993a: 353). Os dados da realidade em que James baseia suas interpretações são, portanto, dados subjetivos.

É nessa mesma direção que, em um texto sobre o estrangeiro<sup>9</sup>, publicado um ano depois de *The American Scene*, Simmel afirma que a “objetividade de uma observação teórica [...] claramente não significa que a mente é uma tábula rasa passiva, na qual as coisas inscrevem suas qualidades”. Ao contrário, indica “a plena atividade de uma mente que trabalha de acordo com suas próprias leis” (SIMMEL 1971a: 145-146). Simmel vai ainda mais longe, como relata David Frisby, ao “declarar, em sua *Sociologia*, que ainda que a obra tenha um número considerável de exemplos empíricos e históricos que ilustram suas proposições, poderia igualmente ter usado casos fictícios”. Para Frisby, “Simmel é o primeiro sociólogo que aplica a filosofia do ‘como se’ no campo da sociologia” (FRISBY 2014: 804). Esse comentário é particularmente interessante, na medida em que é sensível à consciência que Simmel tem – e o mesmo poderia ser dito de James – da dimensão ficcionalizante das interpretações da realidade – não apenas as literárias como também as históricas e as sociológicas.

“Ficcional”, nesse contexto, não é sinônimo de “fictício” e, portanto, não se opõe a factual ou empírico, senão indica o caráter de construto da realidade figurada em textos sociológicos, filosóficos e literários. O que se quer aqui argumentar é que, tanto James quanto Simmel abordam os limites do princípio da objetividade nas representações da realidade (sejam elas sociológicas ou literárias), enfatizando o caráter ativo e criativo do intérprete em sua análise ou figuração do real. No caso de Henry James, essa ênfase se encontra claramente presente em seus ensaios de teoria e crítica literária, assim como em *The American Scene*, o que fez com que muitos de seus comentadores atribuíssem a ele o rótulo de “impressionista”. Paul Armstrong argumenta, nesse sentido, que James, assim como escritores seus contemporâneos como Joseph Conrad e Ford Madox Ford, “torna explícita a dinâmica implícita da criação de um mundo ficcional”, qual seja, a de que “toda ficção realista representa projetando um mundo que oferece um modelo particular de compreensão [da realidade]” (ARMSTRONG 1987: 16). No caso de Simmel, é claro que não se trata de uma ficcionalização da realidade em sentido estrito. Contudo, a compreensão que o autor alemão apresenta do papel e da natureza da teoria e a escolha do ensaio como a forma literária de sua apresentação parecem-me indicar uma ênfase na função modeladora das interpretações da realidade, ou, em outras palavras, a ênfase recai

---

<sup>9</sup> “Der Fremde” (ou “Exkurs über den Fremden”) foi publicado pela primeira vez, em 1908, no livro *Soziologie. Untersuchungen über die Formen der Vergesellschaftung*, como excuroso ao capítulo “Der Raum und die räumlichen Ordnungen der Gesellschaft” [“O espaço e as ordens espaciais da sociedade”]. Utilizei, aqui, a versão em inglês intitulada “The Stranger” (SIMMEL 1971a), tradução de Donald N. Levine.

no processo interpretativo mais do que no conteúdo da interpretação, operando-se deslocamento epistemológico do princípio de realidade do objeto para o sujeito do conhecimento. Parece-me que tal deslocamento é efetuado quando, na “Introdução” à *Cultura Filosófica*, Simmel afirma, a respeito dos ensaios publicados no livro, é “que seu essencial não é, ou não é apenas, o conteúdo, que é a cada vez conhecido, **construído**, pensado, mas sim uma determinada atitude espiritual em relação ao mundo e à vida, uma forma e modo funcionais de apanhar as coisas e proceder com elas” (SIMMEL *apud* Waizbort 2013: 16)<sup>10</sup>. Esse deslocamento, presente no próprio estilo dos nossos autores, pode ser estreitamente associado à definição simmeliana de cultura e ao diagnóstico de sua crise. Portanto, vamos a ela sem mais tardar.

## ○ paradoxo e a tragédia da cultura

Em “As Grandes Cidades e a Vida do Espírito”, Simmel afirma que “os conteúdos e formas de vida os mais amplos e universais estão intimamente ligados com os mais individuais” (SIMMEL 2005: 585). Eu creio que esta afirmação está no centro da teoria da cultura simmeliana. *Kultur*, para Simmel, é, ao mesmo tempo, o resultado da *Bildung* e é um conceito intercambiável com o de *Bildung*.<sup>11</sup> Ambos indicam o processo de formação e o resultado do processo, pois o resultado nunca é um ponto estável no tempo e no espaço: a cultura é marcada pelo seu caráter de movimento, de desenvolvimento constante.

Em “O conceito e a tragédia da cultura”, Simmel oferece duas definições complementares de cultura que nos ajudam a compreender melhor essa interseção semântica. A primeira delas afirma que a cultura é o “caminho da alma em direção a si mesma” (SIMMEL 2014: 145). A cultura é, portanto, um processo teleológico, cujo fim já existe, potencialmente, desde o princípio. A segunda definição versa que a “cultura é o caminho da unidade fechada, através da multiplicidade desdobrada, para a unidade aberta” (*ibidem*: 146). Ou seja, o processo de desenvolvimento do sujeito individual, a

---

<sup>10</sup> Grifo meu.

<sup>11</sup> Como nota Fritz Ringer, a proximidade semântica entre os conceitos de *Bildung* e *Kultur* é particularmente intensa na terminologia da idealista do final do século XVIII: “The German word *Kultur* was adapted from Cicero *cultura animi* by Samuel Pufendorf and by Gottfried von Herder. Until late in the eighteenth century, it remained very closely related to the concept of *Bildung*. It had the meaning of ‘personal culture’; it referred to the cultivation of the mind and the spirit. Then gradually, it was used in German learned circles in its more general sense to epitomize all of man civilized achievements in society.” (RINGER 1990: 87)

que chamamos cultura, parte da essência do indivíduo – Simmel vai dizer, de sua “Ideia” (SIMMEL 1971b: 230) –, ainda em forma potencial (unidade fechada), em direção à realização plena dessa essência (unidade aberta), por meio do desenvolvimento combinado de todos os aspectos particulares do indivíduo (multiplicidade desdobrada). A cultura é, portanto, um processo totalizante.<sup>12</sup> Para Simmel, o aperfeiçoamento de conhecimentos ou habilidades particulares e específicas não resulta em cultura, embora possa fazer parte desse processo, quando esses conhecimentos ou habilidades convergem todos juntos para o cultivo integral do sujeito.

Trata-se, portanto, do cultivo *do sujeito*. Daí que, segundo Simmel, o “homem apenas é um objeto apropriado para a cultura” (SIMMEL 1971b: 229) – e aqui, cultura e cultivo, *Kultur* e *Bildung* se sobrepõem. Pois apenas o ser humano possui em si mesmo, desde o momento que passa a existir, o impulso e o desafio de seu próprio aperfeiçoamento. Assim, uma delimitação mais estrita do conceito de cultura aparece da seguinte forma:

Cultura é um aperfeiçoamento do ser humano, mas nem todo aperfeiçoamento do ser humano é cultura. [...] Pois a cultura existe apenas se o ser humano incorpora em seu desenvolvimento *alguma coisa que seja externa a ele*. Cultivo é certamente um estado de alma, mas que é alcançado apenas através do uso de *objetos* criados propositalmente para esse fim. (*Ibidem*: 230)

Um aperfeiçoamento puramente interior do indivíduo, ainda que o desenvolva para além do seu estado natural (como, por exemplo, ascese extramundana de um monge), não pode ser classificado como cultura. “A cultura nasce – e isso é simplesmente essencial para sua compreensão –”, diz Simmel, “quando dois elementos se reúnem e nenhum deles a contém em si: a alma subjetiva e a criação espiritual objetiva” (SIMMEL 2014: 147).

A dinâmica da cultura segue a relação entre sujeito e objeto e é, para Simmel, a marca distintiva da humanidade do ser humano. No parágrafo de abertura ao ensaio sobre a tragédia da cultura, o autor afirma:

Que o ser humano não se adapte sem problemas ao dado natural do mundo, como o animal, e sim dele se separe, com ele se defronte, exigindo, lutando, violentando e sendo violentado – com esse primeiro grande dualismo se origina o infinito processo entre o sujeito e o objeto. No interior do próprio espírito, ele encontra sua segunda instância. O espírito engendra inúmeras configurações que passam a existir em uma autonomia peculiar, independentemente da alma que as produziu, como de qualquer outra que as acolhe ou rejeita. Assim o sujeito se vê, diante da arte como do direito, da religião como da técnica, da ciência como dos costumes – não apenas ora atraído, ora repellido por seu conteúdo, ora a ele misturado como a um pedaço do eu, ora estranho e intangível diante

<sup>12</sup> Se fizermos a genealogia dessa concepção cultura, chegaremos ao conceito de “mônada” de Leibniz. A mônada, para Leibniz, é a unidade mínima do ser (como o átomo está para a matéria, a “mônada” está para o espírito). Segundo Leibniz, a mônada é a essência de um ser individual, é a essência de sua substância, mas, ao mesmo tempo, carrega em si, potencialmente, todas as etapas de seu desenvolvimento e de sua realização plena. Na mônada, substância e movimento estão interrelacionados. (cf. CASSIRER 1997)

dele; e sim na forma da solidez, da cristalização, da existência permanente, com a qual o espírito, tornado então objeto, se confronta com o fluxo da vida, com a auto-responsabilidade interna, com a tensão cambiante; como espírito intimamente ligado ao espírito, mas, justamente por isso, vivendo inúmeras tragédias nessa contradição profunda: entre a vida subjetiva, que é incansável mas temporalmente finita, e seus conteúdos que, uma vez criados, são imutáveis, mas intemporais.

Em meio a esse dualismo vive a ideia de cultura. (SIMMEL 2014: 145)

Aquilo que caracteriza o humano, que diferencia o homem das outras espécies animais, é o fato de que ele se separa da natureza e passa agir sobre ela, estabelecendo com o mundo uma relação do tipo sujeito-objeto. O espírito [*Geist*] subjetiva-se justamente por meio da *Bildung*, do cultivo da personalidade individual. Por outro lado, a atuação do sujeito sobre a natureza engendra diversas formas de “objetificação” do espírito, tais como arte, ciência, religião, direito, moral etc. A cultura se produz na relação entre o sujeito, que é mutável, aperfeiçoável, mas histórico e finito, e o objeto, que é imutável, estático, mas intemporal.<sup>13</sup>

A cultura é, portanto, resultado da relação entre o cultivo do sujeito individual e os elementos do mundo objetivo que são fruto das realizações do sujeito. É por meio dessa ideia que Simmel introduz duas categorias relativas ao conceito de cultura: “cultura subjetiva” e “cultura objetiva”. Para Simmel, a cultura como processo de cultivo do indivíduo é por ele referido como “cultura subjetiva” e se encontra em relação com os produtos e as realizações do indivíduo cultivado, a “cultura objetiva”. A relação dialética entre as duas constitui uma espécie de círculo: os elementos do mundo objetivo que formam a cultura objetiva são realizações do sujeito cultivado; mas, para que o sujeito seja cultivado, ele precisa realizar plenamente e de forma total a sua essência, e, para tanto, precisa incorporar os elementos do mundo objetivo que são fruto de suas próprias realizações de sujeito cultivado.

“Pois bem”, diz Simmel, “há no interior da estrutura dessa cultura uma fenda que certamente já está presente em seu fundamento e que faz da síntese sujeito-objeto, o significado metafísico de seu conceito, um paradoxo e mesmo uma tragédia” (*ibidem*: 155). Essa fenda, gerada pelo paradoxo inerente à dinâmica da cultura, é a condição de possibilidade de sua dimensão trágica. Como vimos, aquilo que Simmel chama de

---

<sup>13</sup> Aproximo-me, aqui, do ponto de vista de Leopoldo Waizbort a respeito da concepção simmeliana de “cultura filosófica”. Segundo Waizbort, “Simmel concebe a relação do homem com a natureza, enquanto uma relação de sujeito e objeto, como uma relação conflituosa, e esta relação está posta inclusive no interior do próprio espírito. O espírito produz as mais diversas formações. Nestas, o espírito converte-se em objeto. A relação entre sujeito e objeto, entre o espírito e aquilo que dele se origina e autonomiza, é marcada por uma infinidade de tensões...” (WAZIBORT 2013: 116).

“cultura objetiva” – arte, ciência, técnica, religião etc. – são as realizações do sujeito cultivado e, enquanto realizações, são objetivadas, tornam-se objetos no mundo, autônomos em relação ao sujeito. Mas, como vimos também, o processo de cultivo do sujeito, ou seja, a “cultura subjetiva” depende da incorporação pelo sujeito da “cultura objetiva”. O espírito é sempre humano e, portanto, subjetivo. No entanto, esse mesmo espírito objetiva-se em formas que se autonomizam em relação ao sujeito, mas que são imprescindíveis para o seu cultivo. É essa natureza autônoma da cultura objetiva que está na base da tragédia da cultura.

Simmel argumenta, ainda, que, muitas vezes, obras de menor valor objetivo estão mais aptas a promover o cultivo da subjetividade do que obras de um valor estético mais elevado. Em outras palavras, os valores (estético, científico, técnico, moral etc.) de uma obra humana, no momento mesmo em que ela se torna uma obra, ou seja, objetifica-se,

não coincidem de modo algum com seu valor cultural, deixando mesmo totalmente em suspenso seu significado cultural. A obra de arte deve ser perfeita segundo as normas da arte que só perguntam por si mesmas e que dão ou recusam valor a ela mesmo se não houvesse no mundo nada mais do que essa obra; o resultado da pesquisa como tal deve ser verdadeiro e nada mais, a religião concentra, com a salvação que traz à alma, seu sentido nela mesma, o produto econômico deseja ser perfeito enquanto produto econômico e não reconhece nenhuma outra medida de valor do que a econômica. (*Ibidem*: 153)

É justamente dessa lógica autônoma da cultura objetiva que emerge sua “discrepância” (*ibidem*: 154; 2005: 588) em relação à cultura dos sujeitos; discrepância que se converte em tragédia, em períodos históricos de multiplicação acelerada da cultura objetiva, caracterizados pela divisão social do trabalho, pela especialização técnica e científica, e por relações econômicas e sociais marcadas pela mediação do dinheiro. Isso ocorre na medida em que as inovações tecnológicas, científicas e do que chamamos cultura material são tantas e tão velozes que o sujeito não é capaz de incorporá-las de forma integral à sua subjetividade, transformando-as em parte do seu processo de cultivo. Duas consequências, relacionadas entre si, advêm dessa crise da cultura. A primeira consiste no fato de que o cultivo do sujeito deixa de ser o *telos* da ação humana, que passa a ser ocupado pela “cultura objetiva”. Por conseguinte, os indivíduos se tornam cada vez menos cultivados e se relacionam com o mundo objetivo para se instruir e não se formar. A tragédia da cultura implica, portanto, um afastamento semântico dos conceitos de *Kultur* e *Bildung*.

Na teoria da cultura simmeliana e, em particular, nos textos que eu vim analisando, até o momento, a tragédia da cultura é apresentada tanto em termos formais, como

consequência da própria dinâmica da cultura, quanto em termos sócio-históricos, em sua relação com fenômenos típicos das sociedades ocidentais modernas, tais como a divisão social do trabalho. A ênfase, contudo, recai no aspecto formal (e metafísico) da dinâmica trágica da cultura. Em contrapartida, nos textos em que Simmel apresenta sua teoria da modernidade, como “As grandes cidades e a vida do espírito”, a ênfase é dada à historicidade da dimensão trágica da cultura. Já no fim desse texto, o autor aborda de forma explícita o tema da discrepância entre cultura subjetiva e cultura objetiva:

Se considerarmos, por exemplo a cultura monstruosa que se encarnou nos últimos 100 anos em coisas e conhecimentos, em instituições e bem-estar, e a compararmos com o progresso da cultura dos indivíduos no mesmo tempo – pelo menos nos extratos mais elevados –, vemos uma diferença de riqueza terrível entre as duas, e mesmo, em muitos pontos, um retrocesso da cultura dos indivíduos com relação à espiritualidade, delicadeza e idealismo. Essa discrepância é, essencialmente, o sucesso da divisão do trabalho; pois esta exige do singular uma realização cada vez mais unilateral, cuja potencialização frequentemente deixa atrofiar sua personalidade como um todo. (SIMMEL 2005: 588)

O que Simmel está dizendo aqui? Que, na modernidade, o mundo objetivo se transforma tão rapidamente e sofre um tal processo de reificação que o indivíduo se torna incapaz de incorporar os objetos desse mundo à sua subjetividade. O mundo objetivo se esfacela, se transforma em detritos, em uma série de estímulos que se alternam e se apresentam ao sujeito como choques que são amortecidos pelo entendimento.<sup>14</sup> O *locus* por excelência desse fenômeno é a grande cidade moderna. Para proteger a vida anímica e os afetos individuais dos choques resultantes da enorme variedade de estímulos, que caracteriza a vida nas grandes cidades modernas, e para infundir estabilidade à vida cotidiana, produz-se uma sociabilidade cada vez mais marcada pelo intelectualismo – pela hipertrofia do entendimento em detrimento da vida afetiva – e por um *ethos* monetário, marcado pelo cálculo, quantificação e impessoalidade das relações entre os indivíduos e da relação deles com o tempo.

Na medida em que a cidade grande cria precisamente estas condições psicológicas — a cada saída à rua, com a velocidade e as variedades da vida econômica, profissional e social —, ela propicia, já nos fundamentos sensíveis da vida anímica, no quantum da consciência que ela nos exige em virtude de nossa organização enquanto seres que operam distinções, uma oposição profunda com relação à cidade pequena e à vida no campo, com ritmo mais lento e mais habitual, que corre mais uniformemente de sua imagem sensível-espiritual de vida. (SIMMEL 2005: 578)

<sup>14</sup> Aqui, o argumento de Simmel se aproxima do de Benjamin, em *Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo* (1989), e do último capítulo da *Ética protestante e o espírito do capitalismo* de Weber (2004). Para Weber, o mal moderno, o mundo como uma “jaula de ferro”, é um mundo congelado por uma disciplina rígida, mas medíocre, um cotidiano regrado que segue o ritmo das máquinas. Simmel e Benjamin apresentam a outra face da mesma moeda: um mundo composto pelos estímulos os mais variados, que são absorvidos pela subjetividade dos indivíduos como choques.

Daí o fato de as cidades grandes constituírem um ambiente favorável ao florescimento da personalidade *blasé*, marcada justamente pela indiferença ao novo, aos estímulos variados. O argumento de Simmel não pode, entretanto, ser reduzido a um esquema que contraponha simplesmente o fenômeno da hipertrofia da cultura objetiva e da correspondente atrofia da personalidade, típico das grandes cidades, a um contexto, alocado no passado, nas pequenas cidades e no campo, em que a expansão da vida afetiva torne possível o desenvolvimento da personalidade a que chamamos de *Bildung*. Se as grandes cidades modernas são o ambiente por excelência de expansão da cultura objetiva em detrimento da cultura subjetiva, esse movimento não ocorre, por assim dizer, sem luta e sem resistência. Já na abertura do texto, Simmel vai dizer que:

Os problemas mais profundos da vida moderna brotam da pretensão do indivíduo de preservar a autonomia e a peculiaridade de sua existência frente às superioridades da sociedade, da herança histórica, da cultura exterior e da técnica da vida — a última reconfiguração da luta com a natureza que o homem primitivo levou a cabo em favor de sua existência corporal. (*Ibidem*: 577)

Simmel prossegue apresentando aquilo que será o argumento central do texto e que retoma nos parágrafos finais: as grandes cidades modernas são o palco de uma luta entre dois tipos de individualismo: o primeiro, relacionado a ideias de cunho iluminista de liberdade, igualdade e universalismo, é vinculado pelo autor à cultura filosófica e aos movimentos revolucionários do século XVIII; o segundo, associado a um movimento de singularização individual, ou seja, um movimento que insiste na particularidade dos indivíduos, mas também na complementaridade entre eles. Simmel relaciona esse movimento aos mecanismos econômicos, sociais e culturais do século XIX, especialmente à divisão social do trabalho.

Os dois tipos de individualismo estão relacionados a um só tempo de forma tensa e complementar. O primeiro refere-se a um movimento de liberação dos indivíduos das amarras, preconceitos e privilégios de tipo comunitário, que encontra seu exemplo mais típico nas corporações medievais, mas que ainda prevalece, na contemporaneidade, nas cidades pequenas e no campo. Aqui, pode ser interessante tomarmos a tensão e mesmo a oposição entre as categorias clássicas de Ferdinand Tönnies: comunidade (*Gemeinschaft*) e sociedade (*Gesellschaft*). A comunidade está ligada a um tipo orgânico de associação — como a família, associações religiosas, a vida comunitária de pequenas cidades ou do campo — e um tipo de vontade que Tönnies nomeia com *Wesenswille* (vontade natural ou essencial). A sociedade está ligada a associações de tipo impessoal — como aquela que se estabelece entre homens de negócios — e a um tipo de vontade, *Kürwille*, que remete às



ideias de racionalidade e escolha. “Na *Gemeinschaft*”, diz Tönnies, “[os indivíduos] permanecem essencialmente unidos a despeito de todos os fatores que os separam, enquanto na *Gesellschaft* eles estão essencialmente separados a despeito de todos os fatores que os unem” (TÖNNIES 1963: 65). Em termos mais simmelianos, o *ethos* comunitário pode ser associado a um tipo de indivíduo cuja identidade é definida pelo seu pertencimento a um determinado grupo, enquanto o *ethos* societário liga-se a um tipo de indivíduo cuja identidade está centrada em sua “humanidade”. Esse movimento insiste no caráter universal da humanidade do homem: o ser humano, livre dos preconceitos comunitários, é ao mesmo tempo único, igual apenas a si próprio – no sentido de que sua identidade não se define por aquela dos grupos aos quais pertence – e igual a todos os seres humanos.

O segundo tipo de individualismo, associado ao movimento de singularização do indivíduo, refere-se à divisão social do trabalho. Trata-se, aqui, entretanto, de um tipo de singularização do indivíduo que não implica o cultivo de sua personalidade. Esse tipo de singularização se apresenta também naquilo que Weber (1970) se refere como a vocação científica moderna, fundada em um alto grau de especialização profissional, que prevalece, na modernidade, em detrimento de uma ideia de formação ligada à tradição da *Bildung*. Simmel apresenta, portanto, um tipo de singularização aliada ao caráter impessoal das relações entre os indivíduos, marcadas pelo cálculo, pela quantificação, pelo intelectualismo. Ou seja, as relações entre esses indivíduos singulares e complementares passam pelo cérebro, pelo entendimento, não pela alma e pelo coração. Simmel vai dizer, citando provavelmente Maitland: “Londres nunca foi considerada o coração da Inglaterra, mas frequentemente seu entendimento e sempre sua bolsa!” (SIMMEL 2005: 579).

O tipo de individualismo que caracteriza as grandes cidades modernas é marcado por uma grande liberdade individual – liberdade em relação às pressões exteriores e interiores da cidade pequena e das relações comunitárias de modo geral –, por um alto grau de especialização funcional – que torna os indivíduos singulares complementares – e, ao mesmo tempo, por uma pressão homogeneizadora e equalizadora – que faz com que a singularização seja de ordem funcional, não implicando a formação de uma personalidade singular. Mas, justamente por isso, a grande cidade moderna é o ambiente em que se desenvolve com maior intensidade aquilo que Simmel vai chamar de *nostalgia*

*do cultivo da personalidade*. Tal nostalgia, argumenta Simmel, costuma levar à manifestação de todo tipo de “esquisitice”.

Onde o aumento quantitativo de significação e energia se aproxima de seus limites, o homem agarra-se à particularização qualitativa, a fim de, por meio do excitação da sensibilidade de distinção, ganhar de algum modo para si a consciência do círculo social: o que conduz finalmente às mais tendenciosas esquisitices, às extravagâncias específicas da cidade grande, como o exclusivismo, os caprichos, o preciosismo, cujo sentido não está absolutamente no conteúdo de tais comportamentos, mas sim em sua forma de ser diferente, de se destacar e, com isso de se tornar notado – para muitas naturezas definitivamente o único meio de resguardar para si, mediante o desvio pela consciência dos outros, alguma autoestima e preencher algum lugar na consciência. (*Ibidem*: 587)

Mais adiante, Simmel reitera este ponto, afirmando que “para salvar o que há de mais pessoal é preciso convocar o que há de extremo em peculiaridade e particularização, e é preciso exagerá-las para que se possa tornar audível, inclusive para si mesmo” (*ibidem*: 588). Quando apreendida em sua dimensão histórico-social, a tragédia da cultura tem como consequência não apenas a hipertrofia do mundo objetivo e a relativa atrofia da subjetividade, que correspondem ao divórcio semântico-conceitual entre *Kultur* e *Bildung*, como também abre espaço à produção de espécies farsescas do cultivo da personalidade singular. Farsescas, pois não poderiam ser chamadas de cultivo no sentido metafísico do termo; são movimentos de singularização que não implicam *Bildung*.

Em 1904, ao retornar a Nova Iorque, cidade em que nasceu e passou boa parte de sua infância, Henry James experimenta intensamente as consequências da moderna tragédia da cultura. É dos relatos dessa experiência que tratarei a seguir.

## De Simmel a James

A Nova Iorque da virada do século XX descrita por James, em *The American Scene*, parece potencializar a dimensão trágica da dinâmica da cultura na modernidade, tal como interpretada por Simmel. Isso se deve à relação metonímica que James estabelece entre cultura moderna e cultura norte-americana e que se assenta no fenômeno que nosso autor se refere como a “ubiquidade” da democracia nos Estados Unidos. A “forma monstruosa da Democracia” (JAMES 1993a: 401), que se apresenta ao visitante deste país, logo no “píer do desembarque” (*ibidem*: 400), e cuja sombra recobre cada milímetro de seu raio de visão, é um fenômeno norte-americano por excelência. No entanto, James observa que as relações fundadas em um *ethos* democrático tendem a se universalizar, e esta universalização está em curso ao longo de todo o século XIX. Nesse sentido, ele é

extremamente tocquevilleano.<sup>15</sup> O avanço da democracia e sua universalização podem ser explicados pelo fenômeno que caracteriza a própria essência do *ethos* democrático: a “vontade de crescer”. “A vontade de crescer estava, por toda parte, escrita, e de crescer não importa às custas de que ou de quem” (JAMES 1993a: 400).

A vontade de crescer é, por um lado, um velho *topos* democrático da tradição literária norte-americana, recorrente em autores como Ralph Waldo Emerson, Henry David Thoreau e Walt Whitman. O *topos* indica a supremacia do presente sobre o passado e o impulso de destruição do passado pelo presente em nome do futuro; indica, também, a valorização de um certo tipo de individualismo. No famoso ensaio intitulado *Self-Reliance*, Emerson exalta o indivíduo que confia plenamente em suas próprias ideias, em sua sabedoria quase instintiva e pessoal, desobrigada em relação à toda e qualquer autoridade tradicional, livre de amarras sociais e históricas (cf. EMERSON 1983a). A vontade de crescer é a manifestação exterior do voluntarismo egótico do clássico “Adão americano”, o ser mítico que vive na estática temporalidade edênica, que não tem passado nem futuro, e que se constitui, na primeira metade do século XIX, como mito fundador da identidade nacional americana (cf. LEWIS 1975).

Ao final desse mesmo século, contudo, a vontade de crescer deixa de ser um aspecto apenas referido à subjetividade dos indivíduos, para se tornar um aspecto de um mecanismo social impessoal; ela é transferida das pessoas para as coisas, da forma da personalidade para a cultura objetiva. A vontade de crescer, que forma com o “perpétuo repúdio do passado” (JAMES 1993a: 400) as duas faces da moeda democrática, está na essência do que James identifica como o *pathos* de suas impressões sobre seu torrão natal. O que ele encontra, ao retornar a Nova Iorque, é uma cidade em que o presente, docilmente, “consente tornar-se passado com toda boa sinceridade com que ele tentou se afirmar, nos seus dias, como presente” (*ibidem*). E assim se segue que o novo presente muito em breve se tornará vítima do que James chama de “o faminto, triunfante atual” (*ibidem*). A vontade de crescer deixou de significar a conquista do mundo pelo inocente e vigoroso Adão americano, como forma de impor a este mundo sua singularidade individual, para se converter no voluntarismo impessoal do “perpétuo e apaixonado propósito pecuniário” (*ibidem*: 447).

---

<sup>15</sup> Logo na introdução de *A Democracia na América*, Tocqueville afirma de um modo um tanto ou quanto categórico: “Vi a igualdade das condições que, sem ter alcançado, como nos Estados Unidos, seus limites extremos, se aproximava cada dia mais; e essa mesma democracia, que reinava sobre as sociedades americanas, pareceu-me na Europa avançar mais rapidamente para o poder” (TOCQUEVILLE 1998: 7).

Na moderna Nova Iorque, o nexa entre o sentimento nacional e o sentimento histórico se rompeu, visto que o propósito pecuniário, que roubou à vontade de crescer seu “espírito”, aniquila toda a possibilidade de história. A esse respeito, James afirma que Nova Iorque é “coroadada não apenas com nenhuma história, mas também com nenhuma crível possibilidade de tempo para história, e não é consagrada por nenhum uso salvo o comercial” (*ibidem*: 420), o que define a cidade a um só tempo como “cara” e “provisória”<sup>16</sup>. Sem história não há, para James, possibilidade de cultivo da subjetividade e de singularização individual. E é a partir da combinação entre o vínculo a uma tradição histórica e suas qualidades individuais intrínsecas que o indivíduo se singulariza. Na cidade de Nova Iorque, a história é impossível, porque as mudanças ocorrem de maneira tão acelerada e todas as formas são de tal modo efêmeras que nunca há tempo suficiente para a história.

Nesta metrópole sem história, os dois tipos de individualismo descritos por Simmel – aquele que liberta o indivíduo dos vínculos comunitários tradicionais e aquele que o singulariza segundo a lógica da divisão social do trabalho – são representados de forma paradigmática pelo novo habitante da cidade moderna americana: o imigrante. A assimilação do imigrante à cultura americana implica, antes de tudo, uma ruptura com a cultura de origem, na qual ele enraizava sua singularidade através da combinação dos sentimentos histórico e nacional. O problema é que, ao se tornar americano, diz James, o imigrante não está trocando um sentimento histórico-nacional por outro, mas tem solapado seu vínculo com qualquer sentimento dessa natureza, seu vínculo com a própria cultura objetiva.

O processo de assimilação do imigrante à cultura e à sociedade norte-americanas, no começo do século XX, tal como James o descreve, envolve uma série de etapas e situações paradoxais, mas pode ser esquematicamente resumido em três grandes fases: o isolamento, a perda das marcas culturais adventícias e a homogeneização ou completa assimilação. A cultura homogênea, resultante do processo de assimilação, não é nem um amálgama das culturas de origem, nem, propriamente, a cultura norte-americana tradicional. O imigrante, assim assimilado, assemelha-se a uma peça de tecido, que, tendo sido submersa em uma infusão de água quente, descoloriu-se. A água, contudo, permanece pura, translúcida, enquanto tecido se torna “uma imagem razoavelmente neutra e sem cor” (*ibidem*: 462).

---

<sup>16</sup> A expressão utilizada por James é “expensively provisional” (JAMES 1993a: 420).

Essa imagem – melhor, talvez, seria dizer espectro – em que se transforma a figura do imigrante assimilado é a alegoria do indivíduo moderno. No imigrante, a ruptura com os *loci* de pertencimento tradicionais aparece de forma mais evidente e é certamente mais radical em função da imposição da assimilação. O isolamento inicial do estrangeiro, que tão profundamente perturba o autor de *The American Scene*, vai, aos poucos, revelando-se ser, simultânea e paradoxalmente, o produto do processo assimilador e a resistência a este processo. De um imigrante armênio com quem James tenta, sem sucesso, comunicar-se e de quem não consegue mais do que a declaração “Sou armênio”, ele afirma: “Eu poderia ter feito melhor, na ocasião, se, mesmo em bases armênias, ele tivesse parecido esperar fraternidade” (*ibidem*: 455). No entanto, a máquina assimiladora que incute nos imigrantes o sentido de “fraternidade americana” produz seres apáticos, seres que perderam, com seus antigos costumes (*manners*), não só o colorido, mas sua própria singularidade e que se transformaram, conseqüentemente, em seres não particulares. James os descreve pelo adjetivo *plain* (*ibidem*: 460): são seres lisos, achatados, sem particularidades. O imigrante assimilado é o habitante das grandes cidades em sua manifestação mais radical, quase tipológica. Nos relatos, James opera uma sutil transição entre a descrição de suas observações do objeto que se lhe apresenta empiricamente para a construção da imagem de um tipo ideal e descreve menos o imigrante empírico do que o protótipo do ser assimilado pelo modo de vida das grandes cidades modernas.

Em sua caracterização da metrópole norte-americana e do tipo de individualismo que lhe corresponde, James chama a atenção do leitor para um aspecto que está presente implicitamente no argumento de Simmel e o nomeia de forma explícita. Trata-se da importância fundamental da “história” – no sentido de *tradições históricas* – para o desenvolvimento integral da personalidade singular do sujeito, ou seja, para um tipo de singularização individual que esteja vinculada à ideia de *Bildung*. É claro que Simmel afirma algo muito semelhante ao argumentar que a *Kultur* como *Bildung* depende da dinâmica entre cultura subjetiva e cultura objetiva. Aquilo que James chama de “história” e “tradição” é, em parte, aquilo que Simmel chama de “cultura objetiva” (a arte, a religião, o direito, os costumes etc.) – embora, no caso de Simmel, a cultura objetiva inclua também as produções do espírito que não “tiveram tempo” para se tornar tradição.

Neste ponto, creio que valha a pena chamar a atenção para a diferença de interpretação do fenômeno da tragédia da cultura nos dois autores. Para Simmel, embora as grandes cidades modernas constituam os *loci* por excelência da profunda intensificação

da discrepância entre a cultura subjetiva e a cultura objetiva, o aspecto trágico é inerente à dinâmica metafísica da cultura, ou seja, independe do contexto sócio-histórico. Um destino trágico, diz Simmel, “ao contrário de um destino triste ou destruidor vindo de fora”, refere-se a uma situação em que “as forças de destruição dirigidas contra um ser tenham origem nas camadas profundas desse mesmo ser” (SIMMEL 2014: 160). O tipo de relação que os sujeitos estabelecem com a cultura objetiva nas metrópoles modernas apenas intensifica a dinâmica trágica que é inerente à cultura.

Para James, ao contrário, a tragédia da cultura é indissociável de uma experiência histórica específica: a experiência tipicamente moderna de desvalorização da tradição, tal como ela se configura, praticamente sem freios, e uma metrópole como Nova Iorque, na virada do século XX. A falta de história que caracteriza Nova Iorque – falta de história resultante de uma experiência do tempo marcada pela aceleração, que impossibilita certo acúmulo de tradições relativamente estáveis – tem como consequência a hipertrofia da cultura objetiva e a atrofia da cultura dos sujeitos. Ao se hipertrofiar, o conteúdo da cultura objetiva deixa de ser histórico e tradicional para se tornar um acúmulo cada vez maior de fragmentos, de detritos, eles próprios em constante transformação.<sup>17</sup>

Por outro lado, Simmel nos faz notar que um excesso de “história” sob a forma de “vínculos que resultaram historicamente no estado e na religião, na moral e na economia” (SIMMEL 2005: 577) e “limitações que coagem os homens como que a uma forma não natural e a desigualdades há muito injustas” (*ibidem*: 589), ou sob a forma de “miudezas e prejuízos que limitam os habitantes da cidade pequena” (*ibidem*: 585), também restringem e podem mesmo impossibilitar o tipo de desenvolvimento que compreendemos como *Bildung*. A *Bildung* do sujeito depende da harmonia entre aquilo que, em um pequeno ensaio sobre a nobreza<sup>18</sup>, Simmel diz serem “os estereótipos de sua raça, seu estrato, suas tradições, sua família, em suma, de tudo o que faz dele portador de normas e conteúdos preexistentes” e o “incalculável e o pessoal”, a “livre autonomia”, o “dado singular” (SIMMEL 1971c: 211-212). Um excesso de história e tradição, ou seja, de

<sup>17</sup> Vale a ressalva de que, como argumentam, por exemplo, Reinhart Koselleck (2006) e Paul Ricoeur (2007), a necessidade de preservação das tradições, de crítica da memória e de construção de uma cultura histórica são a outra face da moeda no mesmo processo de desvalorização da tradição, associado a uma experiência temporal fundada na assimetria entre “espaço de experiência” e “horizonte de expectativas” (cf. KOSELLECK 2006).

<sup>18</sup> Trata-se de um pequeno ensaio que aparece sob o título “Exkurs über den Adel” ao capítulo “Die Erweiterung der Gruppe und die Ausbildung der Individualität” [“A expansão do grupo e a formação da individualidade”] do livro *Soziologie* (1908). Utilizou-se, aqui, a versão em inglês intitulada “Nobility” (SIMMEL 1971c), tradução de Richard Albares.

“conteúdos preexistentes” ou, ao contrário, a sua falta, que implica uma ênfase muito grande no desenvolvimento daquilo que é puramente “dado singular”, impedem igualmente que se estabeleça o vínculo entre o sujeito e o objeto.

Nesse sentido, são esclarecedoras as diferenças entre a caracterização que Simmel faz do “estrangeiro”, no ensaio *Der Fremde*, e aquela que James faz do imigrante em Nova Iorque. O estrangeiro de Simmel é caracterizado por seu ponto de vista marcado pela ambivalente relação de proximidade e distância com o grupo que integra. A síntese entre proximidade e distância é responsável pelo traço fundamental desse ponto de vista: a objetividade. Contudo, vale notar que a objetividade do estrangeiro não emerge de uma posição absolutamente neutra ou imparcial em relação ao grupo, no qual passa a viver. Não se trata da objetividade de quem está simplesmente fora de uma de uma situação ou de uma relação, pois, se, por um lado, o estrangeiro não abre mão de sua liberdade de ir e vir, por outro, não deixa de participar da relação que estabelece com os nativos do lugar em que vive. A dialética entre proximidade e distância resulta na liberdade peculiar que caracteriza a posição do estrangeiro. Essa liberdade consiste na possibilidade de estar em posição favorável para “examinar as circunstâncias com menos preconceito” e “avaliá-las segundo padrões mais gerais e mais objetivos”, já que suas “ações não estão confinadas pelo costume, compaixão ou precedente” (SIMMEL 1971a: 146). A liberdade de preconceito e de hábito é, por outro lado, limitada por sua participação na coletividade em que passou a viver e pelos laços e interesses que nela formou, gerando um delicado equilíbrio entre imparcialidade e interesse. É esse equilíbrio, fundamento da autonomia parcial do estrangeiro, que se encontra ausente no imigrante na metrópole americana, tal como caracterizado por James.

O imigrante na cidade de Nova Iorque, que James nos apresenta como o indivíduo *típico* da grande cidade moderna, não é livre ou autônomo, pois foi submetido a uma assimilação homogeneizadora. Por outro lado, tendo rompido seus vínculos originais e estabelecendo, na nova pátria, laços eminentemente impessoais, torna-se uma engrenagem isolada em um grande mecanismo também impessoal. Tal mecanismo produz, multiplica e fragmenta excessivamente a cultura objetiva, mas não deixa espaço – nem tempo – para o cultivo dos sujeitos.

## De James a Simmel

Assim como o imigrante descrito por James assume uma relação tipológica com o indivíduo das grandes cidades modernas, a Nova Iorque do começo do século XX pode ser tomada também como modelo para as metrópoles modernas em geral. A “vontade de crescer” assume, na América, uma intensidade muito maior e uma ação muito mais devastadora do que em qualquer outra parte do mundo:

Eu tinha naturalmente visto [a vontade de crescer] anteriormente, eu a tinha visto, no outro lado do mundo, em milhares de lugares e formas, milhares de situações aleatórias: essas coisas são o próprio som agudo da flauta ao tom da qual a humanidade está atualmente dançando. Mas aqui [em Nova Iorque], claramente, ela é uma questão de escala e amplitude e ocasião, de margem e espaço de manobra, extensão do piso e altura da música-dançante; uma questão de ar ambiente, de atmosfera, a qual oferece imediatamente, para a própria inalação do visitante, um gosto seco na boca. Fina, transparente e incolor, ao que ela poderia alguma vez dizer “não”? (*Ibidem*: 400)

Não é Paris ou Berlim, nem mesmo Londres que, para James, representam de forma paradigmática a grande cidade moderna, mas sim a comparativamente jovem cidade de Nova Iorque. As qualidades que James atribui a Nova Iorque, em *The American Scene*, e a ideia de que ela é a cidade moderna por excelência, foram mobilizados pelas literaturas europeia e norte-americana, ao longo de todo século XIX, para designar Londres. Poe e Hawthorne a associam à ideia da multidão, que apaga as singularidades individuais, ao convertê-las em mera excentricidade (cf. POE 1990; HAWTHORNE 2006). E Emerson, em seus *English Traits*, vincula Londres à ideia de uma existência inteiramente mecanizada que rouba ao indivíduo seu livre-arbítrio (cf. EMERSON 1983b).

O próprio James confessa, em *English Hours*, que sua primeira impressão da metrópole inglesa foi a de que ela é tão “prodigiosa” e “estupenda”, quanto “infernal” (JAMES 1993b: 16-18), além de que ela lhe pareceu “tão indiferente quanto a Natureza à vida singular” (*ibidem*: 18).<sup>19</sup> Por outro lado, em Londres – como nas grandes cidades europeias em geral –, a velocidade das transformações que resultam da vontade de crescer tipicamente moderna é contrabalançada pela estabilidade das tradições inglesas, pelo acúmulo de tempo e de história que caracterizam a cidade e sua sociabilidade. Na sociedade inglesa, à época em que James escreve, a despeito dos avanços da igualdade política e jurídica, cada indivíduo conserva, ainda, uma estreita relação com a posição

<sup>19</sup> Joaquim Nabuco teve essa mesma percepção quando afirmou que “Londres é um convento, em forma de clube, em que os que se encontram no silêncio da grande biblioteca ou das salas de jantar não dão fé uns dos outros, e cada um se sente indiferente a todos” (NABUCO 1999: 89).



que, tradicionalmente, ocupa na sociedade e com o *ethos* que corresponde a essa posição. Para James, esse “tradicionalismo” inglês e seu correspondente vínculo com a “história” da Inglaterra, torna o indivíduo de uma cidade como Londres mais facilmente adaptável às transformações e aos estímulos, preservando os aspectos singulares de sua personalidade. Por outro lado, a também tradicional plasticidade da estrutura de classes inglesa oferece a mobilidade e a liberdade individuais necessárias ao cultivo da personalidade. Essa combinação peculiar de tradicionalismo e individualismo imprime às tradições inglesas sua feição universal. Daí a sensação que James tem, ao entrar em Londres, de que ao mesmo tempo que a Inglaterra se lhe apresenta intensamente “inglesa”, ela também lhe parece familiar. E, mais adiante:

O leitor perceberá que eu não me esquivo nem mesmo à extrema concessão de falar da nossa capital como britânica, e isso em uma inocente conexão com a questão da lealdade da parte de um filho adotivo. Pois eu me apresso em explicar que [...] o interesse que se tem em [Londres] vem do sentimento de que ela é propriedade e mesmo o lar da raça humana – Hawthorne, o melhor dos americanos, o diz em algum lugar e a coloca, neste sentido, lado a lado a Roma [...]. Pelo bem de uma compaixão como esta pode-se alargar a sua lealdade; e o mais estrangeiro dos ‘cockneyficados’<sup>20</sup>, embora possa se arrepiar protestando contra a sugestão de que a Inglaterra pôs nele sua marca, sente-se livre para admitir, com orgulho consciente, que se submeteu a uma Londrescização. É um real golpe de sorte para este país específico o fato de que a capital da humanidade seja britânica. Certamente todos os outros povos teriam tido a sua se pudessem. (*Ibidem*: 21)

Essa declaração nos interessa por duas razões. Em primeiro lugar, ela não apenas alarga nossa compreensão da decisão de James de adotar a nacionalidade inglesa pouco antes de sua morte – afinal, há muito tempo, ele já se sentia um “filho adotivo” de Londres, –, como também marca a distância que ele próprio estabelece entre sua condição de imigrante na Inglaterra e a condição do imigrante assimilado em Nova Iorque. Este último, ao ser assimilado à cultura americana, é privado das tradições e história de sua pátria de origem em favor de um novo tipo de vínculo perfeitamente impessoal. A impessoalidade das relações que estabelece no Novo Mundo não apenas isola o imigrante, mas também bloqueia o desenvolvimento singular de sua personalidade (aos olhos de James, ele é como um tecido descolorido). O único caminho para singularização aberto ao imigrante é o trabalho. Por meio do trabalho ele singulariza-se em sua função especializada, mas não se distingue, por sua natureza, de todos os outros trabalhadores imigrantes. Trata-se, nos termos de Simmel, de uma singularização que sugere “uma realização cada vez mais unilateral, cuja potencialização frequentemente deixa atrofiar

---

<sup>20</sup> “Cockney” é o nativo de ‘East End’, região de Londres caracterizada, a partir de finais do século XIX, pela concentração de um grande número de imigrantes e por ser uma região majoritariamente proletarizada e superpopulada, cujos habitantes podiam ser distinguidos por seu sotaque bastante peculiar.

sua personalidade como um todo” (SIMMEL 2005: 588). Henry James, ao contrário, ao tornar-se inglês, ou melhor, londrino, entra em contato com o que há de mais universal – já que se torna cidadão da “capital da humanidade” – e, portanto, intensifica sua capacidade de desenvolver sua individualidade singular. Como escreve Simmel, “os conteúdos e formas de vida os mais amplos e universais estão intimamente ligados com os mais individuais”.

A declaração de James nos é interessante, também, pois, ao aproximar Londres de Roma, leva-nos de volta a Simmel. A comparação entre Londres e Roma é um motivo recorrente da literatura do século XIX e do começo do século XX. Trata-se da comparação entre a capital do maior império da Antiguidade e a capital do maior império moderno. Lembremo-nos da impactante abertura de *Coração das Trevas*, de Joseph Conrad, quando o capitão Marlow, ancorado com seus marinheiros no Tâmis, evoca os antigos romanos que outrora vieram trazer a civilização àquelas partes longínquas e bárbaras do mundo, que, quase dois milênios mais tarde, se tornaram elas próprias as difusoras da vida civilizada. Sem dúvida, o que está em jogo nessas comparações é o conceito inglês de civilização que, como o definiu Norbert Elias, representa a autoconsciência do ocidente. No entanto, creio que podemos ver a aproximação entre Londres e Roma também à luz do conceito alemão de cultura. Quando James diz que Londres, como Roma, pode ser considerada a capital da humanidade, ele está referindo-se não apenas ao caráter imperial e ao propósito civilizatório do universalismo dessas duas cidades. Roma e Londres são universais, elas podem ser consideradas “a propriedade e o lar da raça humana”, porque seus filhos adotivos sentem-se em casa quando andam por suas ruas e contemplam seus monumentos. Isso acontece porque aquilo que há de mais singular em sua natureza aflora no ambiente dessas cidades. Ali, mesmo no auge da modernidade, o vínculo entre cultura objetiva e cultura subjetiva pode ser, ainda que efemeramente, reestabelecido.

A experiência de James em Londres torna-se mais clara se examinarmos o famoso ensaio de Simmel sobre Roma. Como de certa forma já indica seu subtítulo, “Uma análise estética”, o ensaio sobre Roma é também um ensaio sobre a beleza. Segundo Simmel, a beleza resulta da justaposição de elementos que, *a priori*, não possuem nenhuma relação entre si – ou, para utilizar seu próprio vocabulário, são estranhos e indiferentes uns aos outros. Na natureza, a beleza surge sem a interferência humana e, portanto, de modo não teleológico; na arte, ela é o fim desejado da justaposição de elementos – cores, palavras, materiais – que, em si mesmos, não podem ser considerados belos e não foram criados *a*

*priori* para este fim. Nas cidades antigas, cuja formação não segue um plano preconcebido, a beleza é resultado de realizações humanas, mas surge, ao mesmo tempo, de um princípio não teleológico, da justaposição de objetos criados com fins utilitários, não estéticos. Em Roma, esse princípio atinge, talvez, sua maior intensidade. Ali, elementos opostos e fragmentários unem-se ao acaso de modo a formar uma unidade e uma totalidade perfeitas. Isso acontece não apenas porque “quase por toda parte, as construções encontram-se em uma relação de oposição entre alto e baixo” (SIMMEL 1989: 256), mas sobretudo porque

a imbricação de elementos antigos e mesmo muito antigos em construções recentes é um símbolo [do dinamismo da vida romana], ou, se preferimos, ela oferece, sob uma forma mais fixa, a mesma dinâmica que a vida romana: a construção de uma unidade de vida própria a partir de elementos muito diferentes. (*Ibidem*: 257)

Simmel argumenta que a combinação dos múltiplos e muito diversos elementos e tempos históricos que compõem Roma, combinação que resulta em uma unidade não intencional, é responsável não só por sua qualidade de “obra de arte”, ou seja, por seu interesse estético, como também por sua universalidade. Esta sensação de unidade, mais do que isso, de totalidade formada a partir de elementos individuais diferentes e mesmo opostos imprime a cada elemento particular um aspecto e uma dimensão universais. A combinação de elementos opostos em uma unidade, responsável pelo efeito estético e pela sensação de universalidade que Roma provoca, é possível apenas na medida em que a cidade possui um acúmulo daquilo que James chama de “história”: diversos elementos e camadas temporais objetivados no espaço e em harmonia fortuita uns com os outros. E vale chamar a atenção para uma nota de rodapé em que Simmel, em um tom perfeitamente jamesiano, apresenta a seguinte ressalva:

Eu devo excluir totalmente de meu estudo as partes de Roma que são de uma modernidade contínua e de uma feiura apavorante e contínua, pois, felizmente, elas estão localizadas de tal maneira que os estrangeiros, se tomarem algumas precauções, conseguem ter pouco contato com elas. (*Ibidem*: 255)

Excluídas as poucas partes de Roma que são de uma modernidade e de uma feiura *contínuas* e que, justamente por terem sido contaminadas pela vontade de crescer, pelo impulso de se transformar continuamente, não podem integrar a unidade orgânica da cidade, a justaposição de elementos historicamente distintos é responsável pelo prazer estético que o estrangeiro experimenta na capital italiana. Em Roma, cada indivíduo sente que as particularidades sócio-históricas que informam o seu eu singular fundem-se em uma sensação de universalidade. E, como contrapartida, justamente pela universalidade

de Roma, todo aquele que entra em contato com ela pode expressar, no mais alto grau, sua singularidade. “Roma indica a cada um o seu lugar”, diz Simmel, parafraseando Ludwig Feuerbach. E continua:

O particular que é consciente de si no interior desta imagem do todo esquece a posição que lhe foi atribuída por seu próprio círculo estreito, fechado, sócio-histórico, e se vê de repente vinculado a um sistema de valores extremamente diversos e que vivem com ele, em relação ao qual, ele se deve medir de uma maneira, por assim dizer, objetiva. É como se, em Roma, nós estivéssemos sido abandonados por tudo o que as condições temporais fizeram de nós, – pelo e contra o centro de nossa própria essência. Nós nos sentimos reduzidos a nossas próprias forças e significações interiores, como os conteúdos o são em Roma. (SIMMEL 1989: 259)

Isso acontece porque, segundo Simmel, podemos estabelecer uma analogia entre a dinâmica da cidade e a dinâmica da alma:

Se é, em geral, uma tendência humana, talvez mesmo a mais profundamente oculta, a de procurar atingir na alma uma coerência unificante a partir da multiplicidade original das coisas e das representações, então toda arte não é talvez senão uma maneira e uma forma particulares através das quais nós a alcançamos, ou talvez essa multiplicidade seja um dos caminhos da multiplicidade exterior – ou mesmo interior – em direção à unidade interior. (SIMMEL 1989: 255-256)

Esse trecho nos permite concluir que a dinâmica da vida romana e a organização de seus múltiplos elementos em uma unidade harmônica corresponde à dinâmica da cultura dos sujeitos descrita por Simmel, uma década mais tarde, em “O conceito e a tragédia da cultura”. A cultura é, afinal, “o caminho da unidade fechada, através da multiplicidade desdobrada, para a unidade aberta” (SIMMEL 2014: 146). Na Roma de Simmel, como na Londres de James, mesmo em um tempo em que a cultura já desenvolveu sua dimensão trágica, torna-se possível à alma, ainda que de forma efêmera, caminhar de volta a si mesma.

## Referências bibliográficas

- ARMSTRONG, Paul B. *The Challenge of Bewilderment. Understanding and representation in James, Conrad, and Ford*. Ithaca/London: Cornell University Press, 1987.
- BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo* (Obras escolhidas III). São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BLANCHOT, Maurice. *O livro por vir*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- CASSIRER, Ernst. “A Conquista do Mundo Histórico”. *A Filosofia do Iluminismo*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.
- COSER, Lewis A. “Georg Simmel’s style of work: a contribution to the sociology of the sociologist”. *American Journal of Sociology*, v. 63, n. 3, 1958.
- EDEL, Leon. *Henry James: a life*. London: Flamingo, 1996.
- ELIAS, Norbert. “Sociogênese da diferença entre ‘Kultur’ e ‘Zivilisation’ no emprego alemão”. In: ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: uma história dos costumes*. v. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

- EMERSON, Ralph Waldo. Self-Reliance. In: EMERSON, Ralph. *Essays & lectures*. New York: The Library of America, 1983a.
- \_\_\_\_\_. English Traits. In: EMERSON, Ralph. *Essays & lectures*. New York: The Library of America, 1983b.
- FRISBY, David. *Georg Simmel*. Trad. José Andrés Pérez Carballo. México: Fondo de Cultura Económica, 2014 (mobi).
- GARD, Roger. *Henry James: the critical heritage*. London: Routledge & K. Paul, 1968.
- HAWTHORNE, Nathaniel. Wakefield. In: HAWTHORNE, Nathaniel. *The Celestial Railroad and Other Stories*. New York: Signet Classics, 2006.
- JAMES, Henry. The American Scene. Collected travel writings: Great Britain and America. New York: The Library of America, 1993a.
- \_\_\_\_\_. English Hours. Collected travel writings: Great Britain and America. New York: The Library of America, 1993b.
- \_\_\_\_\_; LUBBOCK, Percy (ed.). *The letters of Henry James*. London: Macmillan & Co, 2006.
- KERMODE, Frank. *The sense of an ending*. New York: Oxford University Press, 2000.
- KOSSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Puc-Rio, 2006.
- LEVINE, Donald N. "Introduction". In: Simmel, Georg. *On Individuality and Social Forms*. Chicago: The University of Chicago Press, 1971.
- LEWIS, R. W. B. *The American Adam. Innocence, Tragedy and Tradition in the nineteenth Century*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1975.
- NABUCO, Joaquim. *Minha formação*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- POE, Edgar Allan. The Man of the Crowd. In: *Selected Works*. New York: Gramercy Books, 1990.
- RICOEUR, Paul. *A Memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- RINGER, Fritz. *The decline of the German mandarins: The German academic community, 1890-1933*. Hanover: Wesleyan University Press, 1990.
- SIMMEL, Georg. *The Stranger*. In: *On Individuality and Social Forms*. Chicago: The University of Chicago Press, 1971a.
- \_\_\_\_\_. "Subjective Culture". In: *On Individuality and Social Forms*. Chicago: The University of Chicago Press, 1971b.
- \_\_\_\_\_. "Nobility". In: *On Individuality and Social Forms*. Chicago: The University of Chicago Press, 1971c.
- \_\_\_\_\_. "As grandes cidades e a vida do espírito". *Mana*, v. 11, n. 2, 2005, p. 585.
- \_\_\_\_\_. "O conceito e a tragédia da cultura". (Trad. Antonio Carlos Santos). *Crítica Cultural – Critic*, v. 9, n. 1, jan.-jun. 2014.
- \_\_\_\_\_. Rome. *Philosophie de la modernité*. La femme, la ville, l'individualisme. Paris: Payot, 1989.
- TAYLOR, Andrew. *Henry James and the father question*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- TOCQUEVILLE, Alexis. *A Democracia na América*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- TÖNNIES, Ferdinand. *Community & Society (Gemeinschaft & Gesellschaft)*. New York: Harper Torchbooks; The Academy Library, 1963.
- WAIZBORT, Leopoldo. *As Aventuras de Georg Simmel*. São Paulo: Programa de Pós-graduação em Sociologia da FFLCH-USP/Editora 34, 2013.
- WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- \_\_\_\_\_. "A ciência como vocação". *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1970.

Recebido em 19 de julho de 2018  
Aceito em 04 de dezembro de 2018

# Arte como forma da moral: Um ensaio sobre *O anjo azul e A Morte em Veneza*

[Art as a form of morality: An essay on *The blue angel* and *Death in Venice*]

<http://dx.doi.org/10.11606/1982-88372237102>

Pedro Spinola Pereira Caldas<sup>1</sup>

**Abstract:** This article sets out to show how, for Thomas Mann, art is a form of morality, instead of a moral instrument. This assertion is meaningful as one considers the peculiar context of the tense dialogue between Thomas Mann and his brother Heinrich Mann. By exploring an analytic possibility not examined in Helmut Koopman's study on the two brothers, this article compares their works *The blue angel* and *Death in Venice* –a satire and a tragedy –, since the issue of form is a key element in the argument of both books. The characterization of Aschenbach as a “hero of frankness”, in this sense, is contrasted to the characterization of Unrat as a “tyrant”, based on the time-structure that underlies the way these two particular characters are depicted.

**Keywords:** form; Thomas Mann; Heinrich Mann; *Death in Venice*; *The blue angel*.

**Resumo:** Este artigo pretende compreender como, para Thomas Mann, a arte é uma forma da moral, e não um instrumento moral. Esta afirmação adquire sentido a partir de seu contexto específico, isto é, a partir do diálogo tenso entre Thomas Mann e seu irmão, Heinrich Mann. Explorando uma possibilidade de análise não feita no estudo de Helmut Koopmann sobre os dois irmãos, pretende-se, neste artigo, comparar *O anjo azul* com *A Morte em Veneza*, uma vez que ambas as obras, sendo a primeira uma sátira e a segunda, uma tragédia, têm no problema da forma um elemento central de seu argumento. Neste sentido, a caracterização de Aschenbach como “herói da fraqueza” se distinguirá da caracterização de Unrat como “tirano” a partir da estrutura temporal subjacente à caracterização de ambos os personagens.

**Palavras-chave:** forma; Thomas Mann; Heinrich Mann; *Morte em Veneza*; *O anjo azul*.

---

<sup>1</sup>Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rua das Laranjeiras 457, Bloco B, Rio de Janeiro, RJ, 22240005, Brasil. E-mail: pedro.caldas@gmail.com. ORCID: 0000-0001-9875-4545

Através do financiamento do Edital Universal do CNPq foi possível a aquisição de material bibliográfico essencial para este trabalho.



*Cada um de nós é um símbolo que lida com símbolos [...] E se nos entendemos através do símbolo é porque temos os mesmos símbolos e a mesma experiência da coisa em si: mas a realidade não tem sinônimos*

Clarice Lispector, *Água viva*.

|

Uma pessoa interessada na literatura ocidental da primeira metade do século XX, se perguntada sobre quais seriam as principais obras de Thomas Mann, dificilmente se lembraria das *Considerações de um apolítico* (1918). E mesmo um especialista nas concepções ideológicas da Alemanha naquele período, e, portanto, disposto a reconhecer nas *Considerações* um documento importante para o estudo da “Revolução conservadora” na Alemanha, muito provavelmente hesitaria em colocá-la no mesmo patamar de *A Montanha Mágica* ou *Doutor Fausto*. Como podemos aprender com o artigo de Georg Kreis, algumas das ideias centrais do ensaio de Thomas Mann ecoam lugares comuns da linguagem política da época (KREIS 2015)<sup>2</sup>.

Todavia, as *Considerações* também permitem uma leitura capaz de levantar algumas questões. Ao escrever uma obra durante um longo período de crise criativa, ao invés de personagens, Thomas Mann precisou se virar com conceitos e suas sutilezas, recurso inabitual para ele, mas, àquela altura, o único disponível, razão pela qual, para o seu autor, as *Considerações* deveriam ser vistas pelo leitor como “(...) uma obra de artista, e não uma obra de arte, pois ela nasceu em meio ao abalo dos seus fundamentos, da dignidade de sua vida e do questionamento de seu trabalho como artista” (MANN, T. 2013: 14)<sup>3</sup>.

Thomas Mann não era o único a sentir a necessidade de repensar o lugar do escritor: o imenso esforço de Alexander Honold mostra precisamente como a relação entre guerra e literatura colocaria definitivamente em questão o lugar do escritor “como

<sup>2</sup> Para Kreis, os lugares comuns de Thomas Mann refletiriam ideias já circulantes a propósito de (a) uma concepção imperialista da Alemanha na geopolítica da época; (b) as relações entre Alemanha e França, e (c) as relações políticas internas na própria Alemanha, concebidas por Thomas Mann desde uma perspectiva claramente aristocrática e hierárquica. (KREIS 2015: 132) Ver, por exemplo, sua crítica ao voto universal e uma defesa de uma concepção orgânica em que, pelo fato do todo não ser a soma das partes, mas um conjunto que adquire harmonia através da proporção hierárquica, o voto não poderia ser igualitário, mas censitário e de acordo com o nível educacional (MANN, T. 2013: 283, 306).

<sup>3</sup> Tradução minha. Verti para o português os trechos de obras e trabalhos acadêmicos ainda não publicados em português (ou de cujas traduções não tive conhecimento ainda). Mantive as traduções existentes em língua portuguesa, pois considero suas soluções melhores se comparadas com as que eu mesmo tentaria e poderia dar.

representante normativo” de uma “vontade geral” (HONOLD 2015a: 18-19, 30) Todavia, como não é possível aqui refazer a pesquisa de Honold, me preocupo com os sintomas manifestados nas *Considerações*, que, por não ser um livro sistemático e preocupado com definições conceituais precisas, pode tornar mais difícil a identificação de quais fundamentos abalados seriam estes, ou como sua dignidade fora profundamente afetada, ou por que seu trabalho havia sido questionado. É possível, porém, encontrar alguns indícios. Um primeiro bem poderia ser o seguinte: “Quarenta anos é uma idade crítica. Não se é mais jovem. Percebe-se bem que o próprio futuro não é mais geral, e, sim somente – o próprio. Deves levar tua vida até o fim” (MANN, T. 2013:16-17).

Thomas Mann tinha trinta e nove anos quando a guerra começou, e torna-se compreensível como ele parecia sentir um descompasso entre a dificuldade ou mesmo impossibilidade de mudar aos quarenta anos em meio à violenta transformação da vida europeia. A forma lentamente construída ao longo de quarenta anos mostrava-se subitamente inadequada para responder às circunstâncias impostas pelo momento histórico.

Outro sintoma desta crise de Thomas Mann também pode ser encontrado pouco mais adiante no ensaio: “[...] era típico daquele tempo [da Guerra] que não fosse discernível nenhuma diferença entre o que concernia a um indivíduo ou o que não lhe concernia; tudo estava agitado, revoltado, os problemas se misturavam e não podiam ser separados uns dos outros” (MANN, T. 2013:18). Embora a frase seja pertinente para outras circunstâncias turbulentas da história, é indispensável recuar para a Alemanha daquele período; afinal, o impacto destas palavras em Thomas Mann pode ser melhor medido ao circunscrevermos culturalmente o sentido de “indivíduo”, e para isto o próprio texto das *Considerações de um apolítico* nos ajuda bastante. Ao usar o termo “indivíduo”, Thomas Mann fala desde uma tradição cultural precisa. Desde uma tradição e de uma classe. Por todo o livro, ele se define como burguês, ainda que ele não se refira ao burguês empreendedor liberal, marcado pelo sentido econômico de matriz britânica, mas ao burguês do ascetismo intramundano tão bem definido por Max Weber poucos anos antes, e com o qual ele se identifica (MANN, T. 2013:150), e também o indivíduo reflexivo, o indivíduo da *Bildung*, introspectivo e dedicado ao cultivo da própria personalidade<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Para quem desejar consultar mais sobre o conceito de *Bildung*: cf. BOLLENBECK (1996); KOSELLECK (1990); 1990; MAAS (2000: 9-40).



Impressiona ver como um autor consciente da crise de sua época ainda defende com muito vigor um ideal do século XIX:

O século XX declara como infame o caráter, as tendências, a disposição fundamental do XIX, difama sua [...] descrença melancólica. O século XX *crê* – na verdade, ele prega ser a crença uma obrigação [...] Que venha antes o ativismo [...] o melhorismo, o politicismo, o *expressionismo*, em uma palavra: o domínio dos ideais. E a arte deve fazer propaganda para reformas de natureza social e política [...] Nunca mais o ethos pessoal da formação (*Bildung*) de Goethe: que venha antes a sociedade! E a política! A política! (MANN, T. 2013:30)

Esta é uma passagem cujo sentido não deixa dúvidas: Thomas Mann defende de maneira intransigente a autonomia da arte face às exigências políticas. Ao longo do ensaio o leitor pode ainda perceber outras referências ao ideal da *Bildung* e, sobretudo, a Goethe. O ideal goetheano de formação pode ser uma “religião metafísica” (MANN, T. 2013:183), a única capaz de trazer conciliação à sociedade, justamente por subordinar as questões sociais às do espírito, mas também este ser humano cultivado pode ser definido como aquele dotado de “sentido plástico” (MANN, T. 2013:544-545), e, por isto, essencialmente contrário a todo dogmatismo. Mas aí há um impasse: como sustentar esta autonomia individual quando os contornos desta individualidade estão borrados e indefinidos?

Este é um problema que Alexander Honold identificou nas *Considerações de um apolítico*, mas para o qual lhe deu a seguinte formulação: “o preço da autonomia estética é o isolamento social do artista e o distanciamento progressivo entre a cultura de massa e a vanguarda estética” (HONOLD 2015a:32). Mas talvez valesse a pena insistir mais no *impasse* do que na dicotomia conscientemente construída por Thomas Mann, (HONOLD 2015b: 159, ênfase de Honold). Para seguirmos adiante, em primeiro lugar vale a pena resumir os sintomas da crise identificados nas duas passagens: o primeiro apresenta a involuntária rigidez de uma identidade própria (ter 39 anos), mas inalterável, sem a *plasticidade* que tanto caracteriza o homem da *Bildung* cujo ideal era defendido exatamente pela defesa da autonomia da arte; já o segundo, por sua vez, mostra a fragilidade desta concepção de um indivíduo autônomo capaz de se apartar das exigências práticas e utilitárias do mundo<sup>5</sup>. Em ambos não estaria pressuposto precisamente o problema da *forma*?<sup>6</sup> Está-se em crise porque a forma é rígida, porque ela pode se tornar

<sup>5</sup> Uma ótima visão sobre o que poderíamos entender como um dos elementos de transformação da literatura pode ser encontrada em Honold, que nos mostra como a técnica passa a ser tema central das obras, e elemento presente na própria formação de alguns escritores decisivos do momento (incluindo aí o pós-guerra), como Robert Musil e Alfred Döblin. (HONOLD 2015a: 34).

<sup>6</sup> Em verbete elucidativo, Borge Kristiansen não inclui as *Considerações* dentre os textos que nos introduzem à questão da forma na obra de Thomas Mann (KRISTIANSEN 2015: 295-296).

*uniforme*; mas também pela sua dissolução quando o eu e “nós” e/ou “eles” não somente se distanciam (como propõe Honold) ou se aproximam, mas se confundem.



Uma das maneiras de tentar desenvolver o impasse seria apontar para um fato sem o qual as *Considerações de um apolítico* perdem grande parte de seu sentido: a obra surge como uma resposta de Thomas Mann ao seu irmão, Heinrich, romancista igualmente famoso àquela altura (KOOPMANN 2015: 270).

E o acerto de contas em forma de livro começa precisamente assim:

Quando, no ano de 1915, ofereci ao público o livrinho “Friedrich und die grosse Koalition” (*Frederico e a Grande Coalizão*), acreditei ter pago minhas dívidas com os acontecimentos do momento e, mesmo em meio à fúria daqueles tempos, poder novamente me dedicar às atividades artísticas que havia iniciado antes da eclosão da Guerra (MANN, T. 2013:11).

Um pouco da origem do livro: o ensaio sobre Frederico II, publicado pela primeira vez na edição da *Neue Merkur* de janeiro e fevereiro de 1915, geraria uma resposta dura de seu irmão, publicada na revista *Die Weißen Blätter* em novembro de 1915, e que teria a forma de um ensaio sobre Émile Zola, escrito apenas no mês anterior. A provocação era evidente, e deve ter incomodado muito a Thomas Mann não somente a apologia de um escritor francês em tempos de guerra, mas, sobretudo, a indisfarçável concepção de seu irmão sobre a tarefa da literatura: “o despertar das Massas! Esta também poderia ser uma tarefa! Sim, esta é precisamente a tarefa! Também para a literatura as massas devem despertar!” (MANN, H. 2011:129). Ou ainda uma outra: “Ele [Zola] sabe que sua obra será tanto mais humana quanto mais política ela for. Literatura e política, que têm ambas o ser humano como objeto, não devem ser separadas em uma época do modo psicológico de pensar e em um povo livre” (MANN, H. 2011:135). Literatura para as massas, as massas na literatura. As massas no lugar de uma literatura “psicológica”, no lugar de Madame Bovary, ao menos tal como a vê Zola, uma Bovary cujos sentimentos são analisados até o mínimo detalhe (MANN, H. 2011:130).

Flaubert<sup>7</sup> é, para Heinrich Mann, o oposto de Zola: “Flaubert escrevia por escrever. E para quê, então? [...] O esteticismo é um produto de tempos desesperançados,

---

<sup>7</sup> Para a compreensão de Heinrich Mann sobre Flaubert, ver: DRÜGH (2008: 161-169). Pandaemonium, São Paulo, v. 22, n. 37, mai.-ago. 2019, p. 102-128

de Estados que matam as esperanças” (MANN, H. 2011:137). E ao falar de Flaubert, Heinrich Mann não estaria criticando o seu irmão? Muito provavelmente, a julgar pela reclamação deste nas *Considerações*, nas quais Thomas ironizava a maneira indireta e alusiva dos ataques de Heinrich (MANN, T. 2013:178-179).

Engajamento do artista, de um lado, autonomia, de outro. Aparentemente, são estes os termos da disputa. Portanto, um caminho possível para elaborar o problema da *forma* esteja em insistir no rompimento entre os irmãos Mann. E talvez não seja coincidência que ambos, ao se ampararem em seus modelos literários (Zola e Goethe), falem de *forma*. O esteticismo de Flaubert criticado por Zola, para Heinrich Mann, não passa de formalismo: “a ideia provém do trabalho, assim como a luta. O seu [de Zola] predecessor Flaubert não sabia disto. Afinal, Flaubert não lutou. Ele desprezou; e a ideia não surgia para ele do trabalho, mas da **forma**” (MANN, H. 2011: 137, negrito meu). Já Thomas Mann se ampara em Goethe através um trecho de *Poesia e verdade*: “[...] uma boa obra de arte pode e até mesmo terá consequências morais, mas exigir fins morais de um artista significa arruinar seu ofício” (apud MANN, T. 2013: 344-345; GOETHE 2017:646), complementado por Thomas Mann: “a arte é forma da moral, mas não um instrumento moral” (MANN, T. 2013: 345).

Como tentar compreender a frase inspirada em Goethe? Parece-me importante tentar dar-lhe um maior rendimento, pois, ao mesmo tempo em que critica a ideia de uma arte subordinada às demandas morais, não nega que haja uma relação entre o mundo das formas e o mundo dos valores. Mas talvez não seja possível encontrar uma resposta fácil nas *Considerações*; afinal, Thomas Mann, que não tinha obrigações com uma abordagem filosófica e analítica, não se preocupa em esmiuçar o sentido de frase de Goethe. Não era filósofo, mas lia com proveito obras filosóficas, e das mais difíceis, como *A alma e as formas*, de Lukács. Em um tempo de crise, mesmo ainda citando Goethe, será no elogio a um contemporâneo que podemos encontrar uma possibilidade de desenvolver e desfiar a ideia de arte como forma da moral:

Há um livro belo e profundo do jovem ensaísta húngaro, um livro chamado “A alma e as formas”, no qual se encontra um estudo sobre Theodor Storm, que é [...] uma investigação sobre a relação entre “o caráter burguês” (*Bürgerlichkeit*) e *l’art pour l’art*, - uma investigação que, quando a li há alguns anos, me pareceu a mais primorosa que já tenha sido feita sobre este aparente paradoxo [...] Lukács diferencia [...], sobretudo, aquela postura burguesa mascarada, estranha, violenta e estético-orgiástica, cujo exemplo mais famoso é Flaubert e cuja essência consiste na negação aniquiladora da vida em prol da obra de arte, e aquela outra forma burguesa de fazer arte, a de um Storm, de um Keller, um Mörike, [...] na qual a condução burguesa da vida, baseada em uma profissão

burguesa, se enlaça com a luta dura do trabalho artístico mais árduo, e cuja essência é a mesma do “capricho do artesão”. (MANN, T. 2013:113).

É nesta diferenciação que Thomas Mann assumia se reconhecer (MANN, T. 2013: 114). Uma diferenciação importante, pois aponta para a dualidade do artista burguês, retirando-lhe uma essência e dando-lhe uma tensão, inserindo-o em uma disputa consigo mesmo. E a crítica a Flaubert feita através das palavras de Lukács não pode ser desprezada: através dela, Thomas Mann não se identifica com a crítica de seu irmão ao formalismo. Na verdade, é possível perceber como Thomas Mann critica Heinrich Mann pelo mesmo motivo, ainda que com outra conotação, por Thomas chamada, já em 1904, de “estetizante”, o que podemos verificar em carta a Ida Boy-Ed : “os seus [de Heinrich] livros são ruins, mas o são de forma tão extraordinária, que eles induzem a uma resistência apaixonada. Não falo da *entediante* impudicícia de seu erotismo [...] o que me irrita é a frieza sepulcral de seu esteticismo” (KESTING 2003: 27). Na sequência, completa: “a cisão dualística entre arte e vida pode ser encontrada tanto nele quanto em mim, - só que, no meu caso, ela ainda é problema e paixão, e, no caso dele, não mais. Ele se decidiu; e foi pela arte”. (idem). Um breve olhar sobre esta documentação, em que ambos se acusam de formalismo ou esteticismo, nos dá uma visão da grandeza da tensão entre ambos, em que o problema da forma se coloca como um ponto sensível da discórdia.

Pretendo, portanto, me esforçar em compreender em que sentido, para Thomas Mann, a arte pode ser uma forma da moral, uma formulação capaz de manter a “cisão”, isto é, a não conciliação imediata entre arte e vida, arte e moral. Como a frase de Goethe é lembrada em um contexto no qual é evidente a discordância com a concepção de arte defendida por seu irmão, pode ser mais produtivo explorar esta tensão entre os dois.

Todavia, é necessário se cercar de dois cuidados. O primeiro é de ordem teórica: gostaria de assumir ao máximo a tensão do diálogo, esticando-a ao máximo, ou seja: resistindo à tentação de totalizar, de dar um sentido pleno através de respostas perfeitas. Talvez não seja possível uma conclusão acabada, de contornos bem definidos, mas o encaminhamento, isto é, o modo de produzi-la, isto sim talvez seja mais cabível. O segundo é de natureza empírica: jamais imaginei que poderia estar sendo original ao tentar compreender a obra de Thomas Mann como um diálogo com a de seu irmão. E, de fato, durante a pesquisa tomei contato com o livro de Helmut Koopmann (KOOPMANN 2005), um estudo impressionante de tão minucioso, e que recompensa o leitor ao convencê-lo como pode ser proveitosa a leitura espelhada das obras de Thomas e Heinrich Mann, *Pandaemonium*, São Paulo, v. 22, n. 37, mai.-ago. 2019, p. 102-128

como se um sempre fosse motivado por uma provocação estética gerada pelo outro. Proponho aqui, porém, uma análise espelhada ausente no livro de Koopmann, a saber: uma comparação entre os personagens centrais de *O anjo azul* (Professor Unrat), um romance satírico, e *Morte em Veneza* (Gustav von Aschenbach), uma novela composta a partir da estrutura da tragédia clássica (KURZKE 1997: 121-122). Koopmann vê *O anjo azul* (1905) como uma resposta ao romance de estreia de Thomas Mann, *Os Buddenbrooks* (KOOPMANN 2005:173).

A minha proposta, nada além de um comentário face ao esforço gigantesco de Koopmann, pode ter alguma procedência, e pelas seguintes razões: em primeiro lugar, porque o próprio Koopmann nos dá uma pista, pois o desafio estético de *O anjo azul*, muito bem caracterizado em seu livro, será retomado tematicamente em *Morte em Veneza*: “O romance de Heinrich Mann é agressivo, direcionado contra o que o incomodava no culto da beleza feito pelo irmão, e no centro das agressões está a concepção esotérica e ascética da essência da arte que, aos olhos de Heinrich, parecia arrogante” (KOOPMANN 2005:176). Afinal, este ascetismo pode ser visto como um tema central de *Morte em Veneza*, e, portanto, temos aqui um indício de que uma interpretação da história do asceta Gustav von Aschenbach como uma resposta de Thomas Mann não é totalmente descabida. E em segundo lugar, porque o problema da forma está presente nos dois romances, seja na construção dos seus protagonistas em si, seja, sobretudo, como o tema da forma faz parte do conteúdo. As histórias de decadência de Unrat e de von Aschenbach expõem de maneiras distintas como eles lidam com as *formas* encontradas no mundo, no caso, uma artista de cabaré e a beleza clássica de um adolescente. O problema da forma, portanto, é *encenado* nas duas obras, deixando de ser exclusivamente um tema para ensaios e se tornando material da ficção. Tendo lado a lado um romance satírico (FENNER 2008:54-79) e uma novela trágica (KURZKE, 1997: 121-122) como poderíamos compreender que a segunda forma seria uma resposta à primeira, ou, para ser mais preciso: a tragédia de Gustav von Aschenbach é a de um herói (como devemos ter em toda tragédia), mas de um “herói da fraqueza” (MANN, T. 2015: 10). E a sátira conta a história de um “tirano”. Se “tragédia” e “sátira” são termos concernentes às formas, “fraqueza” e “tirania” pertencem ao mundo moral. E em terceiro lugar, ainda que não se possa deixar de lado, por exemplo, a opinião não de todo positiva de Thomas Mann sobre *O anjo azul* – segundo ele, um livro de mero entretenimento, amoral e fruto da compulsão por escrever (cf KESTING 2003: 33-34) – há semelhanças estruturais entre as obras, que

Pandaemonium, São Paulo, v. 22, n. 37, mai.-ago. 2019, p. 102-128

já foram percebidas por Walter Sokel (SO KEL 1976). Todavia, minha abordagem da semelhança estrutural não coincide com a percebida por Sokel. Destacaria as seguintes distinções: (a) em seu estudo, Sokel mostra convergências temáticas entre as obras, sendo a principal, a seu ver, a ideia da “representação repressiva” (SO KEL 1976: 389) na qual se reflete o ideal monárquico da Prússia e o espírito prussiano como um todo (SO KEL 1976: 392). Meu objetivo não consiste em tentar identificar na obra de arte sintomas de outros elementos, a saber, uma determinada mentalidade, ideologia, estrutura social ou concepção de poder. Aqui pretendo ver como a dimensão estética é pensada como problema, e não como indício. Se, para Sokel, não deve ser enfatizada a diferença entre o que ele denomina “construção caricatural” de Unrat e do binômio “trágico” presente em Aschenbach (SO KEL 1976: 399), penso o contrário: esta diferença na construção dos personagens será central para responder ao problema da “arte como forma da moral”, e, como se verá mais adiante, é importante refletir sobre *Anjo azul* ser um romance e *Morte em Veneza* uma novela. É bem verdade que o próprio Thomas Mann se referiria décadas depois a Gustav von Aschenbach como exemplo irônico-trágico do espírito prussiano, mas, aqui deve interessar tanto o elemento trágico quanto o “prussiano” (apud SO KEL 1976: 392); (b) Sokel enfoca as obras em busca de um paralelismo, e a ideia do paralelismo exclui, por definição, a ideia do *encontro*, e, portanto, do *choque* e do *conflito*. Neste sentido, me alinho antes à abordagem de Koopmann, isto é, a de que uma obra pode ser entendida a partir da tensão, e não de uma quase absoluta semelhança perante a qual as divergências são elementos meramente aparentes que escondem uma suposta realidade essencial; (c) Por fim, salta aos olhos a concepção teleológica de Sokel, para quem “ambos os heróis representam, precisamente na e através sua decadência, um sistema social ao qual pertencem, e antecipam, com isso, o que realmente ocorreu na história alemã desde o Império Guilhermino até o Terceiro Reich” (SO KEL 1976: 389). O argumento de Sokel chega a um tal ponto que a estrutura da ação das novelas anteciparia a da história da própria Alemanha, ou seja, embora realmente possa se ver uma semelhança entre ambas, hesitaria em denominar suas etapas constitutivas como “consequência de um posicionamento de manutenção e adoração do existente” até a “refutação e dissolução de si mesmo”, passando por uma etapa intermediária de repressão. (SO KEL 1976: 411), na medida em que Sokel *parece* nomeá-las com o intuito de buscar um espelhamento com o percurso que vai do Império Guilhermino até o fim da Segunda Guerra Mundial. A hesitação aumentaria ainda mais quando um suposto narcisismo

projetivo de Aschenbach é equiparado ao de... Adolf Hitler! (SOKEL 1976: 410-411). A meu ver, a teleologia inerente só se justifica caso se admita que o nazismo foi uma consequência *necessária e incontornável* de uma crise iniciada no Império Guilhermino, algo que, para dizer o mínimo, tira a responsabilidade dos agentes históricos envolvidos com os fatos ocorridos entre 1933 e 1945 na Alemanha e na Europa. Uma crítica a uma interpretação teleológica não nega necessariamente a relevância da relação entre literatura e sociedade, mas prefiro perceber a disputa estética entre os irmãos *naquele* momento histórico preciso, e resultados muito interessantes têm sido obtidos pela produção historiográfica mais recente sobre a cultura alemã do século XX, e que é capaz de nos mostrar o quão problemático pode ser analisar as décadas imediatamente anteriores ao surgimento do nazismo como antecipadoras do que viria a ocorrer – e um bom exemplo seria o livro decisivo de Anton Kaes<sup>8</sup> (KAES 2011: 141-151) sobre a elaboração do passado, a saber, do trauma da derrota na *Primeira* Guerra Mundial, através do cinema da República de Weimar, que, na obra clássica de Siegfried Kracauer (KRACAUER 1988: 17), é visto como antecipação profética do futuro. Algumas das percepções pontuais de Sokel permanecem válidas e ainda merecem destaque, mas, dadas as três distinções apresentadas, creio que é possível fazer uma releitura da semelhança estrutural entre *O anjo azul* e *Morte em Veneza*.

### III

Conforme disse acima, concordo com Sokel quanto à semelhança estrutural entre *O anjo azul* e *Morte em Veneza*. Todavia, gostaria de vê-las sob outro ângulo. Ambas partem de uma *caracterização* bem delineada dos seus protagonistas. Impulsionados por um necessário *deslocamento*, ambos terão *encontros perturbadores* da caracterização inicial. A este encontro Unrat e von Aschenbach serão submetidos a destinos distintos,

---

<sup>8</sup> Reproduzo aqui brevemente as duas posições. Para Kaes, “[...] o cinema de Weimar foi acossado pela memória de uma guerra cujo desfecho traumático jamais foi reconhecido, que dirá aceito [...] Muda e escondida, pressuposta e latente, reprimida e negada, a experiência do trauma tornou-se o inconsciente de Weimar” (KAES 2011: 141-151). Agora, a proposta de Kracauer: “Os filmes de uma nação refletem a mentalidade desta, de uma maneira mais direta do que qualquer outro meio artístico, por duas razões: Primeiro, os filmes nunca são produto de um indivíduo [...] já que qualquer unidade de produção cinematográfica engloba uma mistura de interesses e inclinações heterogêneas, o trabalho de equipe nesse campo tende a excluir o tratamento arbitrário do material de cinema, suprimindo peculiaridades individuais em favor de traços comuns a muitas pessoas. Em segundo lugar, os filmes são destinados, e interessam, às multidões anônimas [...]” (KRACAUER, 1988:17).

mas terríveis, como se tivessem sido subjugados por uma *lei* muito mais forte do que eles. *Caracterização, deslocamento gerador de um encontro perturbante e destinos* são, portanto, as três etapas percorridas pelos próprios personagens em seu sentido formal. A cada uma corresponde uma situação moral: *disciplina, comunhão*<sup>9</sup> e *lei*.

Começo a *caracterização* pelos nomes dos protagonistas. Neles já há algo de notoriamente sombrio. Aschenbach quer dizer ribeiro de cinzas, uma água morta, parada, seca. Unrat é mais explícito ainda: quer dizer “lixo”, “detrito”, mas, na verdade, como se vê logo no início do romance, é um apelido dado por todos os alunos para o sobrenome Raat. Ou seja: por mais que Aschenbach seja estimado e reverenciado pelo público e Unrat seja motivo de medo (enquanto se é aluno dele) e chacota saudosista (no exato momento em que não mais se está sob seu jugo), os seus sobrenomes indicam o caráter de ruína. Se entendermos ruína como o que resta da forma, como um rio sem água ou uma matéria descartável e inútil para o uso, temos já aqui um sinal de como devemos compreender tanto um, como o outro.

Ambos, como disse, são socialmente reconhecidos como autoridades. E todos os dois têm a *disciplina burguesa* como estruturas de suas vidas. Neste sentido, Unrat e von Aschenbach parecem estar de acordo com a caracterização da profissão burguesa feita por Lukács: “a vida dominada pela repetição regular, sistemática, pela rotina do cumprimento do dever, por aquilo que tem de ser feito sem consideração ao prazer ou desprazer” (LUKÁCS 2015: 101). Não se poderia ver de outra maneira o método de Unrat como professor:

[...] havia anos era-se educado, nos cursos de redação alemã, para cobrir um certo número de páginas com frases sobre questões de cuja existência não se estava de modo algum convencido, como, por exemplo, a consciência do dever, a bênção da escola e a dedicação ao serviço militar. O tema não interessava a ninguém, mas todos escreviam [...] A classe ocupava-se com a *Virgem de Orleans* desde a Páscoa (MANN, H. 2002: 14-15).

Helmut Koopmann e Walter Sokel veem aí, e com razão, a perversão dos valores prussianos de disciplina, institucionalização do conhecimento e, sobretudo, do ideal humboldtiano de homem culto (KOOPMANN 2005: 166-172; SOKEL 1976: 393-394). A ausência absoluta de consciência do próprio trabalho e da cultura histórica e poética é marca bem distinta no perfil de Unrat: importavam-lhe mais as finalidades, isto é, o dever,

---

<sup>9</sup> “Comunhão”, como se verá mais adiante, foi um termo escolhido a partir do *A alma e as formas*, de Georg Lukács.



as forças armadas, a instituição escolar e muito menos o conteúdo. Schiller, uma das figuras mais importantes do ideal do ser humano culto (*gebildeter Mensch*) torna-se, então, objeto de repetição exaustiva, muito mais um instrumento de tortura do que de desenvolvimento pessoal, e, assim, após frequentarem as aulas de Unrat sobre o poeta, os alunos precisariam de pelo menos vinte anos para poder ter alguma chance para realmente apreciar *A Virgem de Orleans* (MANN, H. 2002:15-16). E não foi escolhido aleatoriamente, afinal, é de Schiller uma definição precisa de sátira: “o poeta satírico toma como objeto o afastamento em relação à natureza e a contradição da realidade com o Ideal” (SCHILLER 1991: 64). Heinrich Mann não poderia ter sido mais irônico: em *O anjo azul*, a exposição da diferença entre ideal e realidade seria perfeitamente verificável no uso feito de Schiller na sociedade guilhermina. Fica nítido para o leitor o quanto a disciplina autoritária do velho professor é resultado de sua absoluta estreiteza espiritual, e, assim, podemos ver Unrat como alguém que não somente cobra um conteúdo de maneira extremamente rigorosa de seus alunos, mas também como um professor que vê o mundo como uma sala de aula, e, apesar da suposta autoridade (mais temida do que reconhecida), fala como se fosse um estudante, estando sua rigidez presente tanto nas exigências disciplinares com os outros, mas como na sua inconsciente incapacidade de agir e ser de outra maneira:

[...] como tinha passado toda a sua vida em escolas, era-lhe impossível tratar os meninos e seu mundo sob a perspectiva de uma pessoa experiente [...] falava e pensava na língua deles [...] uma vez que seus próprios membros tinham se **enrijecido**<sup>10</sup>, exigia o mesmo dos outros internos da instituição (MANN, H. 2002: 16).

O enrijecimento de Unrat pode ser compreendido como a ausência de qualquer traço de consciência de sua historicidade, pois ele tanto usa o passado (Schiller e Homero) como instrumento repressivo, bem como fala como um jovem, mostrando-se incapaz de ter passado por transformações e, assim, de se diferenciar das gerações mais novas, e o único processo pelo qual atravessa é o do enrijecimento dos membros. Assim, fora de todo e qualquer contexto, totalmente imune aos efeitos das circunstâncias, Unrat é mostrado como um homem profundamente solitário. Viúvo de uma mulher “ossuda e severa”, da qual teve um filho caolho, e suficientemente distante a ponto de tratar o pai da mesma forma como seus alunos, chamando-o também de “lixo”. Sem demonstrar qualquer consciência de seu isolamento, Unrat vivia como se jamais saísse de um

---

<sup>10</sup> grifo meu.

“cubículo” (*Kabuff*), nome dado a ele ao guarda-roupa no qual gostava de enfiar seus alunos mais rebeldes, como medida punitiva. A sala de aula era seu cubículo.

Já em *Morte em Veneza*, o protagonista é apresentado como um personagem com outra imagem de sua relação com o trabalho: “verdade é que desde a sua juventude, Aschenbach considerara a pouca satisfação consigo mesmo a essência e íntima natureza do seu talento” (MANN, T. 2015: 15). Ao contrário da repetição sem sentido de Unrat, a insatisfação e a consciência da incompletude do próprio trabalho se transformam em uma força temporal capaz de acordá-lo às cinco da manhã para tomar uma ducha fria antes de começar a escrever. Aschenbach tem um horizonte pela frente, e não um cubículo no qual se enfiar. Todavia, a disciplina também é o esqueleto de Aschenbach, de onde o narrador de *Morte em Veneza* definirá o seu protagonista:

Quem olhasse de perto [...] perceberia o elegante domínio de si que escondia dos olhos dos espectadores até o último momento a decadência biológica, o fato de estar intimamente solapado [...] Quem examinasse [...] chegaria a duvidar que pudesse haver heroísmo que não fosse o da fraqueza. Mas que heróis condiriam melhor com a nossa época do que, precisamente, os débeis? Gustav Aschenbach era o bardo de todos aqueles que labutam à beira do colapso, dos sobrecarregados, dos triturados, dos que se mantêm de pé à custa de um esforço supremo, dos moralistas da proeza [*Leistung*], que, não obstante o físico franzino e a escassez de recursos, conseguem, pelo menos temporariamente, criar a impressão de grandeza graças à força mística da vontade [...] Deles há muitos. São os heróis da nossa época (MANN, T. 2015:20).

O que são os heróis da nossa época? O narrador de *A Morte em Veneza*, ao caracterizar seu protagonista, chama o leitor para dentro do romance, pedindo-lhe para “examinar” com paciência, indicando que não somente por detrás da aparência há decadência e até “fealdade amarelenta” (*idem*), mas a existência mais discreta da decadência e da feiura reforça o domínio de si. Mais ainda: na caracterização, o narrador mostra Aschenbach não somente como um “herói da fraqueza”, mas como alguém consciente de ser um herói, ou, pelo menos, como um artista que se vê como tal: “Quanto ao novo tipo de herói, tão ao gosto desse escritor que se repetia sob os mais diferentes disfarces individuais [...]” (MANN, T. 2015: 19) e que, para ir um pouco mais fundo, se reconhece como herói por supostamente já saber qual forças se lhe opõem e delas tira a sua capacidade criativa, “[...] a disciplina conservada em face do destino” (MANN, T. 2015: 20). Walter Sokel, com razão, mostra como Aschenbach se encena como herói (SOKEL 1976: 400), mas não aborda devidamente o porquê dele ser caracterizado como herói da fraqueza; afinal, conforme aprendemos com Alexander Honold, o herói adquire seu caráter de novidade em função de sua fraqueza, razão pela qual é tão ambivalente em

sua construção. De maneira diversa da visão teleológica de Sokel, Honold mostrou como não foi necessária a Guerra para que a ideia de um herói “grandioso” e forte fosse substituída por outra (HONOLD 2015a: 470-471).<sup>11</sup>

E aqui já devemos comparar os personagens: tal como Unrat, Aschenbach é um moralista; tal como Unrat, Aschenbach também é rígido, e as pessoas próximas observavam nele alguém incapaz de relaxar (MANN, T. 2015: 18). E, conforme observou de maneira precisa Walter Sokel, tal como Unrat, Aschenbach também é solitário, sem nenhum contexto afetivo familiar, pois é igualmente viúvo e tem uma filha (SOKEL 1976: 407), da qual o leitor nada sabe além do fato de já ser casada (MANN, T. 2015: 22). Mas Aschenbach esconde algo atrás de si, e, para olhos distraídos, sua aparência é enganosa. Portanto, esconde sua substância (“a fealdade amarelenta”). Não me parece ser o caso de Unrat, cuja rigidez parecia ser determinada pelo “cubículo” em que estava, as paredes da instituição escolar, da sala de aula que o isolava do mundo ao convencê-lo que aquele era o único mundo possível, privando-lhe de uma relação real e verdadeira de troca afetiva. A rigidez de Aschenbach nutria-se do próprio alimento: acordado às cinco da manhã com duchas frias, o corpo de Aschenbach dispensava cubículos, se entesando sozinho. Para além disto, o trabalho de Aschenbach cria obras temporárias, não se iludindo com a eterna e inquestionada permanência do mesmo, tendo consciência do dispêndio necessário para criá-la. A disciplina do escritor-criador, do produtor, é lapidada, sua proveniência é interna e serve como meio para um fim, a sua criação reverenciada e admirada pelos outros (MANN, T. 2015: 15); a do professor-repetidor Unrat é um fim em si mesmo, só pode ser exercida automaticamente como função prevista pelo único lugar no qual ele respira (a escola) e é a razão mesma do escárnio do qual é vítima. Enquanto Unrat respeita de maneira mecânica as instituições, reconhecendo de maneira automática só o *existente*, Aschenbach, de maneira e até mesmo voluntarista, reconhece o *resistente*, isto é, a matéria bruta que nem sempre cede facilmente à criação. Aqui discordo novamente, ainda que de forma apenas parcial, da interpretação de Walter Sokel, para quem um personagem luta

---

<sup>11</sup> Todavia, não acompanho totalmente aqui a afirmação de Honold de que esta ideia de fraqueza seria deixada em segundo plano nas *Considerações de um apolítico*. Nas passagens por ele mesmo citadas (HONOLD, 2015:470), vejo, sem estar totalmente convicto, mais uma ambiguidade do que uma tentativa de recuperação de um ideal de artista heroico mais antigo: “Um artista [...] permanece até o último suspiro um aventureiro do sentimento e do Espírito, inclinado ao desvio e ao abismo, aberto ao perigo nocivo [...] ele é necessariamente dialético. Dialética, porém, é, segundo Goethe, “a instrução para o espírito da contradição, que é dada ao ser humano para que ele reconheça a diferença entre as coisas” (MANN, T. 2013: 438). Nesta própria ideia de heroísmo da fraqueza não estaria contido um espírito de contradição? Fica a pergunta.

contra um inimigo interno e o outro contra um inimigo fora de si (a cidade, os alunos etc.) e outro um inimigo dentro de si. Para Sokel, Unrat “internalizou o *Machtstaat* dos Hohenzollern” (SOKEL 1976: 392), agindo em nome dele perseguindo os estudantes e os cidadãos. Aschenbach se veria como representante da elite de uma sociedade que o admira (SOKEL 1976: 397). Sim, há inimigos, e ambos são disciplinados, mas a diferença entre a afirmação e *atemporal* cega do *existente* e o enfrentamento angustiado e desejoso de *futuro no resistente* marca uma diferença importante entre Unrat e von Aschenbach e, portanto, uma diferença entre *modos* de disciplina. E esta seria uma possível resposta de *Morte em Veneza* a *O anjo azul*.

Poderia perceber nos primeiros traços que definem Aschenbach algo que realçasse a beleza de sua disciplina, uma vez que sua atividade “[...] é uma ascese, pois todo brilho da vida é subtraído a fim de ser salvo em outro lugar: na obra de arte” (LUKÁCS 2015: 100). É, sobretudo, na ambivalência de von Aschenbach que devemos pensar: em sua construção como herói da fraqueza, como resposta à construção da figura tirânica de Unrat. Ambos são formas rígidas, mas a razão pela qual Aschenbach é um “herói da fraqueza” ainda precisa ser compreendida com mais calma. Por enquanto, prevalece somente a ideia heroica inerente à toda figura resistente.

## IV

A resistência de Aschenbach e a tirania de Unrat começam a ruir quando ambos são afetados por dois corpos, ou pela imagem de dois corpos (os de Tadzio e de Rosa Fröhlich), isto é, quando o mundo os atinge. O que acontece quando estes dois personagens caracterizados por uma vida *disciplinada* se veem, e de maneira irreversível, em uma situação na qual se obrigam a mudar a partir de uma relação potencialmente erótica com o mundo, com o qual, então, se conciliam e estabelecem uma comunhão. Mas estes dois personagens sofrem mudanças porque houve um *deslocamento*. Portanto, antes da pergunta acima é necessário fazer uma outra: *como acontece este deslocamento?*

A resposta mais imediata é: contingencialmente. A transformação de Unrat se dá por acaso, e começa quando ele, mantendo seus hábitos, tenta impor a sua ordem afastando três de seus alunos – von Ertzum, Kieseleack e Lohmann – mandando-os para o “cubículo” (o guarda-roupas). A razão, como também de hábito, é risível: os cadernos Pandaemonium, São Paulo, v. 22, n. 37, mai.-ago. 2019, p. 102-128

de redação dos rapazes ainda permaneciam abertos sobre as mesas dos alunos agora ausentes, e Unrat decide confiscá-los, pois até mesmo isso – um caderno não fechado – lhe parecia uma grave desobediência. Lê rapidamente as composições de Ertzum e Kieselack, e se detém na de Lohmann, considerado por ele o pior caso dos três, e, após chegar à conclusão de que precisa puni-lo com severidade exemplar, nota que, atrás da folha onde o aluno fizera seu exercício sobre *A virgem de Orleans*, há um poema erótico dedicado a uma artista que está na cidade: Rosa Fröhlich. Unrat leva o caderno para a sua casa, onde lê com mais atenção o poema e toma a decisão de ir atrás da tal artista, de modo a encontrar seus alunos em um clube noturno para, é claro, puni-los depois.

O início da transformação de Aschenbach começa com o esgotamento físico. Exaurido pelo trabalho excessivo, o escritor deseja sair da cidade onde mora, Munique, para recobrar forças com uma viagem, e, assim como Unrat, ele precisou sair de uma posição (a do trabalho cotidiano) para estar aberto para o encontro com uma situação desestabilizadora: “Tratava-se do ímpeto de fugir – era preciso confessá-lo a si mesmo! – da saudade de coisas novas, longínquas, da ânsia de liberdade, exoneração, esquecimento. Era o afã de distanciar-se da obra, do lugar cotidiano de um serviço rígido, frio, fanático” (MANN, T. 2015: 14). “Confessar a si mesmo”. Como personagem, Aschenbach começa a sofrer transformações interiores das quais ele não somente está consciente, mas também deseja, e, por isto, ele possui uma primeira característica do personagem trágico ao se identificar com a lei, isto é, com a necessidade natural representada no cansaço corporal. Como disse Peter Szondi, essa identificação com a natureza é essencial para a realização do evento trágico, que, pelo menos na concepção de Schelling, parte da “indiferença entre liberdade e necessidade” (SZONDI 2004: 32). A rigidez começava a sufocá-lo, ainda que este distanciamento venha a ser controlado, pois Aschenbach sequer cogita sair da Europa, pretendendo manter-se dentro do que ele considera um mundo no qual possa administrar o estranhamento. Mas é o encontro totalmente fortuito com um tipo estranho à cidade de Munique que lhe causa certa repulsa, e também lhe incutira o desejo de viajar (cf. MANN, T. 2015: 13). Fica uma pergunta: teria ele “confessado a si mesmo” a vontade de sair de Munique e da Alemanha caso não tivesse visto o estranho que lhe gerara um incômodo? Tem-se a impressão de que somente algo de experiência inteiramente contingente o levou à introspecção e à necessidade de sair de sua rigidez.

Aschenbach tem consciência da fragilização de sua rigidez. Unrat, por sua vez, julga apenas estar cumprindo seu papel habitual como professor, sem demonstrar a mínima intenção de querer sair da pele do tirano. Mas ainda assim também se desloca, pois ele precisa percorrer as ruas da cidade para encontrar a artista Fröhlich, ultrapassando os muros da escola onde leciona para tentar encontrar de qualquer maneira o local frequentado por seus alunos. Após ir a um teatro onde esperava encontrar Fröhlich como parte do elenco de *Guilherme Tell* – também uma peça de Schiller – ele, “sem perceber, desceu a rua e chegou ao porto” (MANN, H. 2002: 28). Importante destacar como seu deslocamento é involuntário. No porto encontrará outra forma de expressão bem diferente da por ele esperada quando lê Schiller. Ele precisará ouvir outras linguagens dialetais, além da escola na qual se aprisiona (MANN, H. 2015: 30). Com precisão, usando os termos dialetais no texto do romance, Heinrich Mann mostra os poros do mundo-cubículo de Unrat, abrindo-o à interferência da heterogeneidade social da qual sempre não somente sempre tentou se proteger, mas o fez tentando reprimi-la.

Por um ter consciência do seu desejo de mudança, e outro sequer saber pelo que está passando aponta, possivelmente, para uma diferença entre as formas das duas narrativas. Sokel não levou em consideração a necessidade de comparar (mesmo paralelamente) o fato de uma obra ser um romance e a outra, uma novela. Se formos, por exemplo, pensar nos termos propostos por Lukács em *A alma e as formas*, enquanto *Morte em Veneza* carrega consigo as implicações filosóficas de uma novela, *O anjo azul* se caracteriza sem problemas como um romance. Enquanto este “[...] abarca a totalidade da vida, inclusive em termos de conteúdo, pois situa o homem e seu destino na plena riqueza de um mundo inteiro” (Unrat precisando se haver com homens que falam em dialeto), a forma daquela “(...) consiste em que uma vida humana seja expressa mediante a força infinitamente sensível de uma hora do destino” (LUKÁCS 2015:122). As definições não cumprem papel meramente classificatório, e, portanto, apaziguador. Meu objetivo é mostrar que Aschenbach já é exposto de maneira “infinitamente sensível”, ou seja, indisfarçável e inescapável, a “um destino”, sentido como uma ação inexorável, inabitual, mas que ele *não* pode *não* fazer. Seu encontro com Tadzio não é fruto de um gesto automático como é, para o professor Unrat, oprimir alunos. Aschenbach viaja, Unrat persegue: neste deslocamento, não encontram repouso nem exercem sua autoridade, mas algo que irá destruí-los, e, com razão, Helmut Koopmann vê a perambulação de Unrat pela cidade como uma viagem para mundos inferiores e uma provocação às narrativas de Pandaemonium, São Paulo, v. 22, n. 37, mai.-ago. 2019, p. 102-128

decadência do irmão em *Os Buddenbrooks*. Gostaria de observar que a viagem de gôndola de Aschenbach pelos canais de Veneza também pode ser vista como uma viagem de descida ao Hades e, portanto, como uma réplica ao irmão (KOOPMANN 2005: 190).

Impulsionados pela contingência, por situações que poderiam não ter acontecido, por uma folha solta de caderno, ou por um estranho com que se esbarra na rua, as duas figuras disciplinadas sofrem o exercício de perda de controle, a ponto dos deslocamentos produzirem os encontros de Aschenbach com Tazio e de Unrat com Rosa Fröhlich. São encontros amorosos. A estes dois homens viúvos e solitários é dada novamente a chance de estabelecer, se não um casamento legal, ao menos um laço de *comunhão* com o mundo (LUKÁCS 2015: 72), e ainda que o encontro de Aschenbach se dê no estrangeiro, o de Unrat, em sua cidade, ambos são postos em novas circunstâncias morais, e a despeito da diferença entre o horizonte da praia de Veneza e um cabaré esfumaçado, os novos encontros triscam a rigidez com a qual os personagens nos são apresentados. Tentei localizar, com o máximo de precisão possível, o momento desses encontros.

O artista de renome projeta no jovem uma beleza inédita, ideal, não correspondente à realidade, ou seja, uma forma pura e autônoma:

Descortinava-se um horizonte amplo, que tolerantemente abrangia grande diversidade. Abafados, mesclavam-se os sons de todos os idiomas importantes. O traje que no mundo inteiro se usa de noite, como uma espécie de uniforme da civilização, harmonizava exteriormente quaisquer variantes do tipo humano, fazendo com que se fundissem na mais decorosa unidade. Viam-se as fisionomias oblongas e secas de americanos, a numerosa família russa, senhoras inglesas, crianças alemãs com babás francesas. Aparentemente predominava o elemento eslavo. Bem na vizinhança falava-se polonês.

Era um grupo de adolescentes e quase adultos, sob a proteção de uma governanta ou dama de companhia, e que se juntara em torno de uma mesinha de vime: três mocinhas, de quinze a dezessete anos, segundo parecia, e um garoto de cabeleira comprida, a aparentar uns catorze anos. Com alguma surpresa Aschenbach constatou a perfeita beleza desse rapazinho. O rosto pálido, fino, fechado, os cabelos ondulados cor de mel que o emolduravam, a boca meiga, o nariz reto, a expressão de suave e divina dignidade – tudo isso lembrava esculturas gregas dos melhores tempos e, ao lado da pureza ideal das formas, tinha um encanto tão raro, tão pessoal que o observador julgava jamais ter visto, nem na natureza, nem nas artes plásticas, alguma obra igualmente perfeita (MANN, T. 2015: 34)

A razão da longa citação é a seguinte: o “rapazinho” se destaca em um todo. O narrador parece seguir a atenção de Aschenbach, a sua percepção do lugar, que paulatina e continuamente sai do mais geral, de um ambiente indistinto e até confuso (“horizonte amplo”, “grande diversidade”, “mundo inteiro”, “uniforme da civilização”), lentamente começa a distinguir unidades menores (americanos, ingleses, alemães etc.), percebe um

grupo de destaque (os eslavos), e, dentro deste grupo, uma língua eslava (polonês), cujos sons vinham de uma família, descrita minuciosamente até chegar à surpreendente beleza do menino. É como se a percepção de Aschenbach esculpisse a realidade, saindo da matéria mais bruta para a mais pura, algo talvez próximo do que Sokel chama da “visão analítica” com a qual Aschenbach constrói a realidade (SOKEL 1976: 400). Mesmo de férias, Aschenbach lapida, trabalha. Não abandona o seu modo de procedimento que permite ver no rapazinho (que ainda será nomeado como Tadzio) uma forma perfeita, sem equivalente na natureza, ou, quando muito, em alguma escultura grega clássica. A forma pura se revelava aos olhos de Aschenbach como um *corpo*, a única forma capaz de se destacar do cotidiano marcado pelo caos das impressões sensíveis, mas esse corpo jamais seria tocado por Aschenbach; seria, sim, olhado, contemplado, mas isto seria o suficiente para tomar uma decisão consciente, quando diz para si mesmo que desejava permanecer em Veneza, e, assim, o lugar conscientemente escolhido, uma opção racional, tornava-se algo maior: “Pois então, ficarei [...] Que lugar melhor do que este poderei encontrar?” (MANN, T. 2015: 39). Aschenbach vivia uma sensação de plenitude: “ele sentia-se divertido e ao mesmo tempo emocionado; numa palavra, sentia-se feliz” (MANN, T. 2015: 40). O desejo de sair de si fora extinto, e a angústia pela produção criadora, o constante dever fazer algo, tornava-se, por instantes que fosse, quietude e identidade com *o presente*, pois “quase que lhe parecia que a tarefa de velar pelo menino prendia-o a essas paragens” (MANN, T. 2015: 42).

Já o encontro de Unrat com Rosa Fröhlich traz algumas diferenças. Quando finalmente consegue localizá-la, o patético professor a ameaça por estar – segundo ele – seduzindo seus alunos. A reação dela não poderia ser outra, a não ser a de levá-lo ao ridículo. É um desafio diferente para Unrat:

No início, enquanto ela falava, Unrat tentou retomar a palavra. Aos poucos, suas opiniões formadas, que forçavam a passagem por entre seus maxilares, foram rechaçadas pelo vigor da vontade dela até as profundezas, onde desapareceram. Ele ficara paralisado; ela não era nenhum aluno fugitivo com a intenção de resistir, que merecia a palmatória durante o resto da vida; assim eram todos na cidade, todos os cidadãos. Não, ela era algo de novo. [...] Ela era um poder estranho e aparentemente com os mesmos direitos (MANN, H. 2002: 57).

Ora, temos aqui novamente a relação especular capaz de gerar comunhão. Unrat sai de seu lugar habitual de professor, e sua linguagem, uma costura de lugares comuns, é bloqueada pela aparência de Rosa Fröhlich. Mas, ao contrário da beleza clássica e escultural de Tadzio, o que Unrat tem a frente é uma dançarina, e, por isto, um artifício



puro, nada natural. Seus cabelos estão pintados de rosa que se aproxima do lilás, nos quais se penduram joias verdes; no seu rosto se misturam azul, vermelho, branco-pérola. Para me apropriar de uma divertida expressão de Scott Fitzgerald, Fröhlich é uma “conspiração de cores”, ou seja, um distúrbio formal, a própria negação da forma. Neste momento inicial do encontro de Unrat com a artista, o narrador mal descreve o corpo de Rosa, e, quando o faz, fala em braços roliços e pernas carnudas (MANN, H. 2002: 61-62): é um procedimento muito bem percebido por Heinz Drügh (DRÜGH 2008: 171) como demonstração da visão fragmentada de Unrat, incapaz de perceber Rosa como um todo, mas em pedaços, como se uma parte do seu corpo não tivesse relação com a outra: - uma forma estilhaçada, e não pura e autônoma. Uma forma obtida aos pedaços, como se fosse uma montagem cinematográfica, como interpretou Drügh (DRÜGH 2008: 171-173), e não uma pacientemente lapidada, mesmo que somente com os olhos. Todavia, tal como Tadzio, a imagem de Rosa Fröhlich se distancia da realidade cotidiana e prosaica do corpo, e, justamente por isto, atrai Unrat, assim como o jovem atraía Aschenbach. Talvez não por outro motivo Rosa Fröhlich seja mencionada, em todo o romance, como “a artista Fröhlich”. Fascinado, Unrat passa a frequentar diariamente o camarim de Fröhlich, que, por deslize, acaba chamando também de “cubículo” (MANN, H. 2002: 100). Mas, tal como Aschenbach, ele estava contente com seu novo ambiente, pois passaria a se dedicar ao camarim de Rosa Fröhlich com esmero e cuidado, e, ao invés de reprimir, passava a servir: “arrumava os objetos de toailete, procurava as anáguas e as calcinhas mais limpas e colocava à parte, sobre uma cadeira, o que era para ser remendado [...]” (MANN, H. 2002: 105). Um cubículo confortável. Nossos dois homens disciplinados entregam-se com prazer ao que um dia fora apenas dever. Estavam felizes.

## V

Chego agora ao final da comparação: após sofrerem deslocamentos involuntários e sendo conduzidos pelas circunstâncias contingenciais, uma vez submetidos aos encontros com Fröhlich e Tadzio e a uma comunhão com o mundo, cabe perguntar pelo *destino* dado por Heinrich e Thomas Mann a Unrat e Aschenbach. Ao leitor conhecedor de ambos os livros é clara a diferença, e dela devemos partir: os encontros amorosos levam os protagonistas à derrocada. Afinal, o que os irmãos Mann contam são histórias

de quebra de identidade prévia através de situações contingentes, após o que ambos personagens reagirão de maneiras distintas: uma vez perdida a estabilidade e a rigidez iniciais, o que fazer?

A trajetória de Unrat tece a própria forma do romance. Ele não se descola da cidade onde vive, e, sobretudo, dos três alunos perseguidos por ele, von Ertzum, Kieselack e Lohmann. Não há como entrar aqui nos detalhes do enredo, mas a paixão de Unrat por Fröhlich faz com que von Ertzum deixe de ser apenas mais um aluno e passe a ser o seu rival amoroso. Um atentado menor a um monumento público da cidade faz com que os jovens sejam levados ao tribunal, onde todos descobrem – Unrat, inclusive – que Fröhlich havia se relacionado brevemente com o aluno Kieselack. Transtornado, Unrat decide se dedicar ainda mais a ela. As consequências não demoram a ocorrer: os alunos saem da escola, cada um por uma razão (mas nenhum da maneira como Unrat desejava), enquanto o grotesco professor, de fato, perde seu emprego e, com o tempo, transforma sua casa em um cabaré, onde se diverte toda uma cidade “[...] que não oferecia outra escapatória do tédio da responsabilidade familiar a não ser algum vício rudimentar e tedioso” (MANN, H. 2002: 202), propiciado, agora, precisamente por Unrat. Mas isto não significou uma liberação. Essencialmente, Unrat não mudara, e nem havia feito qualquer tentativa de mudar. Suas alterações são superficiais, e basta lembrar como seu linguajar continua limitado, e até mesmo homens feitos, quando em seu cabaré e cassino improvisado em casa, eram ainda chamados como “alunos”. Seu desejo de punir e expulsar alunos se transformara em prazer com a degradação dos habitantes da cidade. Ele não se purifica, passando até mesmo a se identificar com o apelido dado por todos: “sim, sim, sou um verdadeiro lixo” (MANN, H. 2002: 207). Se há alguma transformação decorrente do encontro com Fröhlich, é a consciência de que ele se tornara o lixo que sempre vira nos outros, e, assim, a “desmoralização de uma cidade [...] ocorria por meio de Unrat e para o seu triunfo. Estava forte; podia se sentir feliz” (MANN, H. 2002: 208). A comunhão com Rosa Fröhlich leva a uma perfeita identificação entre Unrat e a cidade, entre o personagem e seu meio: aquele passa a gozar com o apelido que antes o ofendia, mas, em troca, oferece-se como espelho, como se dissesse: “você são iguais a mim”. Essa comunhão, portanto, de caráter social, parece ser ainda mais forte do que a supostamente amorosa entre Unrat e Fröhlich.

Mas esta identificação especular entre Unrat e a sua cidade termina. Após uma briga com Rosa e Lohmann, que haviam se envolvido afetivamente após o regresso deste Pandaemonium, São Paulo, v. 22, n. 37, mai.-ago. 2019, p. 102-128

à cidade, Unrat acaba sendo preso com Rosa, para delírio da multidão que, assim, se via expiada do vício, uma vez que sua suposta causa (Unrat) fora afastada. Unrat termina o romance na escuridão de um camburão da polícia. Seu terceiro e último “cubículo”. Unrat termina o romance tão solitário quanto começara.

Já a reação de Aschenbach, em um primeiro momento, é de fuga. Conscientemente, o grande escritor deseja sair de Veneza para fugir dos ares sufocantes da cidade e de uma epidemia de peste. E, de fato, ele abrevia sua estadia, encerra prematuramente a conta no hotel e parte para a estação ferroviária com uma sensação de estar traíndo a si mesmo, de estar indo contra sua vontade mais íntima. Todavia, sua mala é enviada para um outro destino, e ele, então, volta para aguardar a bagagem extraviada. Novamente sujeito aos caprichos da contingência, mas aquiescendo aos mesmos, von Aschenbach decide permanecer em Veneza, e não esconde de si a felicidade por reencontrar Tadzio. Aschenbach aproveita a oportunidade acidental, e volta para contemplar a beleza onde ele *se reconhece somente ao sair de si*:

“Quanta disciplina (*Zucht*), quanta precisão de pensamento não se expressavam na perfeição juvenil deste corpo delgado! Mas a vontade austera, puríssima, que, na sua ação obscura, conseguira trazer à luz tal plástica divina – não era ela conhecida e familiar ao artista? [...] estátua e espelho! [...] Aschenbach pensava compreender nesse olhar a própria beleza, a forma como **ideia divina** [...]” (MANN, T. 2015: 53, grifo meu).

Aschenbach *se reconhece* em Tadzio, reconhece a disciplina abandonada em Munique. O *dever fazer* inicial, a disciplina matinal e estafante, agora seria um *não poder não fazer*, mas o reencontro com a disciplina é mediado pela imaginação de Aschenbach. As constantes referências a Platão, especialmente ao *Fedro* (MANN, T. 2015: 54), não podem ser vistas como uma maneira dissimulada de ilustração literária de conceitos filosóficos, mas como uma ação da consciência de Aschenbach como personagem: “Essa cópula estranhamente produtiva do espírito com um corpo” (MANN, T. 2015: 55). Pode ser perigoso perceber em Tadzio uma mera simbolização de um conceito de arte de Thomas Mann, e, por isto, talvez seja melhor vê-lo como veículo para as mediações de Aschenbach, que *precisou projetar* uma imagem divina para tornar a criar, como se Tadzio fosse uma “exigência religiosa”, para usar a expressão de Szondi em sua análise do trágico em Hölderlin (SZONDI 2004: 36). Não era a primeira vez em que Aschenbach era movido pela necessidade inerente a toda lei. No início da novela, ele fora exigido pela *natureza* que se apresentava sob a forma do cansaço; após o encontro contingencial e,

portanto, de caráter *histórico*, com Tadzio, ele se move por outra necessidade, mas, agora, uma lei *religiosa e mítica* que aparece no corpo de Tadzio, ou, para ser mais preciso, como corpo de Tadzio.

A remissão ao passado grego é decisiva na novela: é uma revolta contra o tempo, pois, uma vez consciente de seu amor, perante a obra de arte pura que se manifesta viva à sua frente, Aschenbach tenta se embelezar para Tadzio, pintando os cabelos grisalhos e se maquiando com um pó branco que transforma seu rosto em uma pavorosa máscara de si mesmo (magnificamente mostrado por Visconti em seu filme), ele se torna uma pálida imagem da beleza vista em Tadzio: “As rugas da boca, das faces, dos olhos sumiam sob a influência de cremes e águas remoçadoras. Com o coração a palpitar, Aschenbach deparava com um jovem viçoso” (MANN, T. 2015: 78). Todavia, é uma revolta ambígua, pois, ao mesmo tempo em que busca o rejuvenescimento, “nem sequer lhe ocorria a ideia de regressar” (MANN, T. 2015: 57). O “heroísmo da fraqueza” era o heroísmo da “decadência biológica”, sentida como cansaço, como uma lei que atua diretamente no corpo e faz suas exigências. A “ideia divina” é uma outra exigência, mas de uma lei religiosa, originada a partir de um encontro, de uma situação circunstancial e, portanto, histórica. A historicidade é negada por Aschenbach ao ver a forma não como algo passível de ser dissolvido, mas como aparência divina.

## VI

Para tentar concluir: como a tragédia da fraqueza pode ser uma forma da moral? E por que esta forma da moral é uma resposta possível à “tirania” de Unrat?

A maneira como Thomas Mann criou o destino de Aschenbach é sutilmente diferente do movimento que seu irmão fizera com Unrat. Alexander von Fenner tem razão em distinguir três etapas na relação de Unrat com Fröhlich (FENNER 2008: 59). Na primeira, enquanto o romance é uma “sátira do mundo escolar” (FENNER 2008: 55), a artista não passa de um instrumento do qual Unrat quer se apossar para punir seu aluno Lohmann; posteriormente, quando a escola dá lugar ao cabaré e a opressão ao mundo dos sentidos confusos e estabados do erotismo de Unrat, a dançarina se torna objeto da paixão, mas, ao mesmo tempo, Unrat deixa de ser tirano e passa a ser súdito (FENNER 2008: 69). A crítica de Heinrich Mann é muito aguda: além de fazer uma sátira feroz de

uma sociedade que, por se espelhar em Unrat, o julga – tirando-lhe o emprego – e depois o prende (não sem antes se divertir bastante em sua casa), Unrat acaba tendo o destino que queria impor aos seus alunos: o banimento da sociedade. É a essência da sátira, como já dizia Schiller, pois o ideal que a sociedade faz de si é bem diferente de sua realidade; e o ideal buscado por Unrat acaba sendo seu desfecho deplorável. Mas não posso deixar de notar que, apesar de tais mudanças, ele nada faz além de mudar a aparência do “cubículo”, saindo da sala de aula, passando pelo camarim no cabaré e terminando no camburão da polícia. Heinrich Mann o condena impiedosamente ao que ele sempre fora, e viveria possivelmente no ambiente delimitado e aparentemente seguro dos cubículos, sempre guiado por uma lei de cuja existência jamais chegara a suspeitar, e que só se apresenta no final de maneira escancarada: ele termina o romance *preso* pela polícia, sob o jugo direto e sem mediações da lei objetiva que opera para além de qualquer consciência que Unrat e todos os outros cidadãos tenham dela. É um tirano não porque abusa da lei, mas porque a ignora e a desconhece completamente (como fazem os tiranos da vida política real, agindo de acordo com seus caprichos e sem qualquer consciência de uma ordem superior aos seus humores). A sátira está em mostrar que um tirano é, na verdade – para lembrar do título de outro romance importante de Heinrich Mann – súdito de um mecanismo que *reproduz a sua identidade* por onde quer que passe. As mudanças superficiais de Unrat não mascaram a sua constante identidade consigo mesmo, revelando a incapacidade do protagonista em ver como ele jamais sai de cubículos. Unrat está preso a um *presente permanente*.

A estrutura da temporalidade em *Morte em Veneza*, a meu ver, é distinta. As mudanças de Gustav von Aschenbach não são superficiais e percorrem outra trajetória, pois Thomas Mann o submete a uma dupla negação: a negação da disciplina no amor, e a negação do amor na tentativa (na máscara) em permanecer jovem, em ser o outro que já não é, ou, melhor ainda, em voltar a assumir a forma da disciplina sendo *no* outro imaginado miticamente. O rosto encoberto por uma camada de pó derretida pelo suor é, portanto, bem diferente da sua rigidez inicial, da mão que estava sempre tensa e fechada, sempre escrevendo, e do corpo que recebia jatos de água fria às cinco da manhã.

Ao contrário de Unrat, Aschenbach cria as próprias leis, cria a própria identidade (ao invés de reproduzi-la inconscientemente) e não somente tem consciência de havê-las criado como, ao menos no início, reconhece o limite de sua vigência. Francesco Rossi diz, com razão, que a insuperável distância entre Aschenbach e Tadzio mostra como a

Pandaemonium, São Paulo, v. 22, n. 37, mai.-ago. 2019, p. 102-128

tragédia se desenvolve no interior do protagonista (ROSSI 2015: 128), mas creio que seria importante compreender essa interiorização precisamente como este gesto de ver a si mesmo como herói, como quem define a sua relação com o mundo a partir da existência de leis imaginárias, algo que, como o próprio Rossi afirma, constitui o elo da narrativa da novela (ROSSI 2015: 129). Aschenbach, como bom artista burguês, estabeleceu sua dura rotina de trabalho, mas também tem consciência ao reconhecer a força de outra lei, *de ordem natural*, ao aquiescer ao cansaço físico que o leva a querer e precisar viajar e sair de Munique. No final, ele tem consciência de estar amando Tadzio, mas ao imaginá-lo como uma figura mítica, sendo vítima de seu próprio poder criador de formas, seja pela imaginação, seja pela pintura de máscaras rejuvenescedoras, ele sucumbe. Ele estabelece suas próprias leis, reconhece quando estas mesmas leis (o excesso de disciplina) saem do controle (o cansaço), mas inventa, no lugar, outra ainda mais forte, uma lei religiosa na qual o próprio corpo, antes signo de cansaço, decadente e fraco, torna-se divino *no* outro, divino porque simboliza a autonomia da arte na cópula do corpo com o espírito. Nesta fusão entre corpo e espírito, temos o trágico. E aqui Lukács é decisivo: “[...] trágico é quando não há mais sentido em distinguir entre o doce e o amargo, a saúde e a doença, o perigo e a salvação, a morte e a vida, quando o que destrói a vida se torna algo tão inevitável quanto o que é indiscutivelmente bom e útil” (LUKÁCS 2015: 104). Poderíamos acrescentar: quando não se distingue mais entre a lei do corpo e lei do espírito, algo que, ao menos no início da novela e antes do encontro com Tadzio, Aschenbach sabia estabelecer.

A fraqueza de Aschenbach não está na “decadência biológica”, mas em sua *orientação temporal*. Ele começa como um personagem cuja ação é voltada para o *futuro* – a obra de arte sempre por fazer, o dia longo de trabalho que começa bem cedo – para, no momento, seguinte, se render ao *encontro* de Tadzio e viver em constante atenção na *presença visual* do corpo do jovem e na satisfação plena de estar em Veneza, para, no final, voltar-se completamente para o *passado*, imaginando no rapaz uma divindade clássica e, sobretudo, tentando se rejuvenescer. Ele é fraco porque, ao se movimentar, ao decidir se deslocar no espaço (a viagem), ele retrocede, como se uma força estranha, uma corrente marinha contrária o levasse ao sentido oposto ao desejado. Mas a corrente fora criada por ele.

## Referências bibliográficas

- BOLLENBECK, Georg. *Bildung und Kultur: Glanz und Elend eines deutschen Deutungsmusters*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1996.
- DRÜGH, Heinz. Kein romanhafter Leitartikel. Zur Virulenz der ästhetischen Moderne in Heinrich Manns Roman *Der Untertan* (1918), In: LUSERKE-JAQUI, Mathias (Ed.). *Deutschsprachige Romane der klassischen Moderne*. Berlin/New York: de Gruyter, 2008.
- FENNER, Alexander von. *Heinrich Mann: Spiegelbild und Antagonist seiner Zeit*. Hamburg: Diplomica Verlag, 2008.
- GOETHE, Johann Wolfgang von. *De minha vida: Poesia e verdade*. Trad. Maurício Mendonça Cardozo. São Paulo: Editora UNESP, 2017.
- HONOLD, Alexander. *Einsatz der Dichtung: Literatur im Zeichen des Ersten Weltkriegs*. Berlin: Vorwerk 8, 2015a.
- \_\_\_\_\_. Betrachtungen eines Unpolitischen. In: BLÖDORN, Andreas; MARX, Friedhelm (orgs.) *Thomas Mann Handbuch: Leben – Werk – Wirkung*. Stuttgart: Metzler, 2015b.
- KAES, Anton. *Shell shock cinema: Weimar culture and the wounds of war*. 3. ed. Princeton: Princeton University Press, 2011. Edição eletrônica
- KESTING, Hanjo (org.) *Heinrich und Thomas Mann: Ein deutscher Bruderzwist*. Göttingen: Wallstein, 2003.
- KOOPMANN, Helmut. *Thomas Mann – Heinrich Mann: Die ungleichen Brüder*. München: C.H. Beck, 2005.
- KOSELLECK, Reinhart. Einleitung – Zur anthropologischen und semantischen Struktur der Bildung. In: KOSELLECK, Reinhart. (org). *Bildungsbürgertum im 19. Jahrhundert. Teil II. Bildungsgüter und Bildungswissen*. Stuttgart: Klett-Cotta, 1990;
- KRACAUER, Siegfried. *De Caligari a Hitler: uma história psicológica do cinema alemão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.
- KREIS, Georg. Die politischen Gemeinplätze in den *Betrachtungen eines Unpolitischen*: Zu Thomas Manns Rechtfertigen des Kriegs von 1914-1918. In: BEDENIG, Katrin; WISKIRCHEN, Hans. (Hrsg.) *Thomas Mann Jahrbuch*, Bd. 28. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 2015.
- KRISTIANSEN, Borge. Form, Uniform, Überform. In: BLÖDORN, Andreas; MARX, Friedhelm (org.) *Thomas Mann Handbuch: Leben – Werk – Wirkung*. Stuttgart: Metzler, 2015.
- KURZKE, Hermann. *Thomas Mann: Epoche – Werke – Wirkung*. 3. ed. München: C. H. Beck, 1997.
- LUKÁCS, Georg. *A alma e as formas: Ensaios*. Trad. Jesus Ranieri. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- MAAS, Wilma Patrícia. *O cânone mínimo: O Bildungsroman na história da literatura*. São Paulo: Editora UNESP, 2000, p. 9 - 40.
- MANN, Heinrich. *O anjo azul ou a queda de um tirano*. Trad. Erlon José Paschoal. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Professor Unrat*. Hamburg: Rowohlt, 2015.
- \_\_\_\_\_. Zola. In: MANN, Heinrich. *Geist und Tat: Franzosen von 1780 bis 1930*. 2. ed. Frankfurt am Main: Fischer, 2011.
- MANN, Thomas. *Betrachtungen eines Unpolitischen*. 2. ed. Große kommentierte Frankfurter Ausgabe. Bd 13.1. Frankfurt am Main: Fischer, 2013.
- \_\_\_\_\_. *A Morte em Veneza/Tonio Kröger*. Trad. Herbert Caro. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2015.

- ROSSI, Francesco. Der Tod in Venedig. In: BLÖDORN, Andreas; MARX, Friedhelm (org.) *Thomas Mann Handbuch: Leben – Werk – Wirkung*. Stuttgart: Metzler, 2015.
- SCHILLER, Friedrich. *Poesia ingênua e sentimental*. Trad. de Márcio Suzuki. São Paulo Iluminuras, 1991.
- SOKEL, Walter H.: Demaskierung und Untergang wilhelminischer Repräsentanz. Zum Parallellismus der Inhaltsstruktur von *Professor Unrat* und *Tod in Venedig*. In: GILLESPIE, Gerald; LOHNER, Edgar (org.): *Herkommen und Erneuerung. Essays für Oskar Seidlin*. Tübingen: Max Niemeyer, 1976.
- SZONDI, Peter. *Ensaio sobre o Trágico*. Trad. de Pedro Sússekind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

*Recebido em 14 de novembro de 2018*

*Aceito em 15 de fevereiro de 2019*



# Ernst Jünger: figuras do conservadorismo

[Ernst Jünger: figures of conservatism]

<http://dx.doi.org/10.11606/1982-88372237129>

Victor de Oliveira Pinto Coelho<sup>1</sup>

**Abstract:** The article aims at a comparative analysis of Ernst Jünger's works *The worker* and *On the Marble Cliffs*. Its objective is to demonstrate that the author's conservatism encompasses the two works, which represent two distinct phases: the first was marked by the search for the union of the mechanic and the organic through heroic realism, and the second by the search for a transcendent Order. Thus, if, on the one hand, the author changes his political view, departing from the horizon of Nacional-socialism by means of the allegorical character of *On the Marble Cliffs*, on the other hand, his work remains linked to an aristocratic and conservative emphasis on an Order that determines life. From that perspective, we look for similarities between figures and images outlined in both in *The worker* and *On the Marble Cliff*, as well as other works created in the interwar period.

**Keywords:** Ernst Jünger; History; conservatism.

**Resumo:** O artigo visa a uma análise comparativa das obras de Ernst Jünger *O trabalhador* e *Nos penhascos de mármore*. O objetivo é demonstrar que o conservadorismo do autor abrange essas duas obras, que representam fases distintas: a primeira marcada a busca pela junção do mecânico e do orgânico através do realismo heroico, e a segunda pela busca por uma Ordem transcendente. Assim, se houve, por um lado, uma mudança política do autor, que se afasta definitivamente do horizonte nazista através do caráter alegórico de *Nos penhascos de mármore*, por outro lado, sua obra continua ligada a uma ênfase aristocrática e conservadora numa Ordem que determina a vida. Nesse sentido, buscamos as similaridades entre figuras e imagens delineadas pelo autor em *O trabalhador*, *Nos penhascos de mármore*, assim como outras obras do período do entreguerras.

**Palavras-chave:** Ernst Jünger; história; conservadorismo.

## 1 Introdução

Ernst Jünger, considerado um dos maiores escritores alemães do século XX, já suscitou um número enorme de trabalhos acadêmicos, coletâneas críticas e homenagens. A tarefa

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Maranhão, Avenida dos Portugueses, 1966, São Luís, MA, 65085580, Brasil. E-mail: victor.opcoelho@gmail.com. ORCID: 0000-0002-3739-7748



a que nos propomos aqui é modesta, ao menos quanto ao escopo de análise.<sup>2</sup> Nosso foco se concentrará nas obras *O trabalhador. Domínio e figura* (*Der Arbeiter. Herrschaft und Gestalt*), de 1932, e *Nos penhascos de mármore* (*Auf den Marmorklippen*), publicada em 1940. Pretendemos elaborar uma análise comparativa no intuito de demonstrar as similaridades entre as duas obras, no que diz respeito à permanência do conservadorismo do autor, apesar de seu afastamento do horizonte nazista e totalitário da época do entreguerras.

Em primeiro lugar, iremos apresentar as figuras mobilizadas por Jünger na época do entreguerras, com destaque para *O trabalhador*. O desafio colocado era o de um “realismo heroico” que visava a superar o niilismo da técnica na junção do mecânico com o orgânico, tarefa da *figura* ou *tipo* do trabalhador. A totalidade do trabalho, como natureza planificada, era elogiada como forma de superação da era burguesa e o tipo do trabalhador seria responsável por assumir as rédeas da mobilização total da técnica. O tipo do trabalhador estaria presente tanto nas indústrias como nos campos de batalha, sendo impessoal e implicando a capacidade de se colocar em sacrifício diante da totalidade da técnica. Ao trabalho será dado um caráter cultural.

Em seguida, focaremos a obra *Nos penhascos de mármore*. Obra sempre lida como alegoria crítica ao regime nazista, ela permanece gravitando em torno de noções conservadoras, especialmente no caráter aristocrático da ética guerreira e do sacrifício em conjunção com a busca de uma ordem transcendente. É assim que buscamos, também, demonstrar essa continuidade através da permanência de um tipo específico de apropriação nietzschiana feita por Jünger.

Como procuraremos mostrar, dialogando especialmente com Hans Blumenberg (2010) mas buscando enfatizar ainda mais esse caráter de continuidade conservadora, em *Nos penhascos de mármore* Jünger se aproxima mais de figuras teológicas, reforçando uma ética aristocrática distante do “*tipo*” (ou “*figura*”) do trabalhador. Contudo, faz-se presente na obra a mesma e fundamental ênfase numa Ordem que determina a vida. Começamos, então, com a batalha contra o niilismo da técnica em torno de *O trabalhador*.

---

<sup>2</sup> Mesmo modesta, tratando-se de um autor que sempre causará um certo estranhamento como é o caso de Jünger, agradeço muito a Luciana Villas Bôas e Sérgio Ricardo da Mata pelas leituras atentas, indicações de revisões formais preciosas, especialmente aquelas que deixaram com mais clareza certas passagens, além de dar mais elegância – como sugeriu Luciana. E ao Sérgio pelo artigo de Daniel Morat (2012).

## 2 A batalha contra o niilismo da técnica

No período do entreguerras europeu, a Alemanha viveu com grande intensidade o chamado problema da técnica, traduzido para o campo filosófico e para o da teoria política e jurídica por autores do quilate de Martin Heidegger e Carl Schmitt, respectivamente. Este, tal como Jünger, preocupou-se com o tema do *Estado total*, sendo que, com Jünger, especialmente em *O trabalhador*, o Estado total deixa de ser um problema para se configurar como possibilidade de uma nova Ordem na era da mobilização total da técnica. Ao *estado total do trabalho* correspondem a dissolução da razão e das representações burguesas e a dissolução do indivíduo e da subjetividade – dissolução do indivíduo que já fora, na Primeira Guerra Mundial, efetivada por meio de seu aniquilamento físico nos campos da batalha - processo que se radicalizará, na Segunda Guerra, nos campos de concentração.

Essa preocupação não se manifestava apenas no interior do campo conservador. Também à esquerda o problema da sociedade industrial e massificada era colocado. Para Siegfried Kracauer, por exemplo, o “ornamento da massa” refletia “aquela estrutura de toda situação contemporânea”; o “princípio do processo de produção capitalista não se originou puramente da natureza” mas visava a “destruir os organismos naturais que representam um instrumento ou uma resistência. Comunidade popular e personalidade se dissolvem quando o que se exige é calculabilidade; tão somente como partícula da massa é que o indivíduo pode, sem atrito”, diz o autor, “escalar tabelas e servir máquinas”, sendo a “fabricação da massa operária” um processo que cancela “todas as particularidades nacionais” e é “empregada de modo uniforme” (KRACAUER 2009: 94). Ou seja, temos a questão do impulso totalizante e massificador da técnica.

Ernst Jünger, em *O Trabalhador*, ensaio publicado em 1932, formulou uma resposta a essa angústia diante da técnica ao tematizar sua junção com o que denominou como *elementar* – uma livre disposição da vontade, do combate e do perigo que, aos olhos do burguês, “é o irracional e, deste modo, o puro e simplesmente imoral”; ele aparece “como o sem sentido” diante do “muro divisório da razão” do mundo burguês, que se afasta “de outros fenômenos, do crente, do guerreiro, do artista, do marinheiro, do caçador, do criminoso e, como foi afirmado, também do trabalhador” (JÜNGER 2000: 76/§13). Jünger formula, assim, uma crítica ao desejo de segurança burguês a partir do

qual o “ataque ao culto da razão” é visto como sinal de irracionalismo. Antes de tudo, cabe perguntar:

É possível possuir uma fé sem dogma, um mundo sem deuses, um saber sem máximas e uma pátria que não pode ser ocupada por nenhum poder do mundo? São questões nas quais o singular tem de testar o grau do seu armamento. De soldados desconhecidos não há falta; mais importante é o reino desconhecido, sobre cuja existência não é preciso nenhum acordo (JÜNGER 2000: 112/§29).

Nesse sentido, para Jünger, desvelar o “poder substancial” do trabalhador é “muito mais importante do que o combate por um poder abstrato, cuja posse ou não posse é tão inessencial como uma liberdade abstrata” (JÜNGER 2000: 94/§22). Jünger faz referência aqui à temática sobre a não neutralidade da técnica, reivindicada também por Carl Schmitt – que, em 1932, publica *O conceito do político* (SCHMITT 1992), em que contrapõe a “metafísica liberal” (com sua ênfase no objetivismo e na neutralidade da técnica) à polaridade amigo-inimigo como fundamento do político. Para Schmitt, a “neutralidade da técnica é sempre somente um instrumento e arma, e justamente porque ela serve a qualquer um” (SCHMITT 1992: 115).

Mas, de uma forma fundamentalmente mais radical que a proposta autoritária de Schmitt, com Jünger até mesmo a individualidade deve ser dissolvida na totalidade do mundo planejado do trabalho. Antes de mais nada, cabe observar que tanto o movimento *völkisch* (romantismo reacionário) quanto a mitologia nazista elaboraram a noção de um poder que seria a própria manifestação do *Volk*, e a concepção de liderança (a *Führung*) nazista colocava o Estado a serviço da raça, cuja galvanização se daria pelo Partido Nacional-Socialista e especialmente pela figura particular do *Führer*. Com Jünger, a raça dá lugar ao trabalhador, que, enquanto *Gestalt* (figura) da vontade de poder, por sua vez corresponde a um novo princípio de totalidade.

A respeito da noção de *Gestalt* e sua relação com aquele contexto político e intelectual, Philippe Lacoue-Labarthe e Jean-Luc Nancy (2002) trazem uma importante contribuição para se entender a configuração do mito que será levada a cabo com a caminhada ao poder do Partido Nacional-Socialista. Dentre os elementos do mito nazista, os autores enfatizam que o Estado será ele mesmo um *Estado-Sujeito*. Interessa-nos, no entanto, a reflexão dos autores no sentido da configuração do mito como um *ficcionamento* de função mimética, no sentido ativo da fabricação mediante a imposição de modelos ou tipos. Para os autores, é assim que se configurou a escrita, enquanto estilo de discurso, tanto de *O mito do século XX*, de Alfred Rosenberg, quanto do *Mein Kampf*,

de Hitler. Numa linguagem afirmativa que fala e constrói em si mesma a ordem do mito,<sup>3</sup> tem-se “a potência de reunião das forças e das direções fundamentais de um indivíduo ou de um povo, a potência de uma identidade subterrânea, invisível, não-empírica”, algo que não se apresenta enquanto “dado, nem como fato, nem como um discurso, mas que é *sonhado*” (LACOUÉ-LABARTHE; NANCY 2002: 49, grifo no original). Para os ideólogos fascistas alemães, mito e tipo são indissociáveis, pois o tipo é a realização da identidade singular que o sonho conforma. O tipo, segundo os autores, é simultaneamente o modelo da identidade e a sua realidade representada, efetiva e formada (LACOUÉ-LABARTHE; NANCY 2002: 51).

Esse esclarecimento sobre o papel desempenhado pela noção de *Gestalt* como *modelo*, no interior da mitologia política nazista, tem para nós uma contribuição direta para entendermos o horizonte político e intelectual a partir do qual devemos confrontar a obra de Jünger, em seus aspectos mais obscuros.

Segundo Jünger (JÜNGER 2000: 94-95/§22), o poder “não é, tão pouco como é o da liberdade, uma grandeza que pode ser captada em qualquer lugar no espaço vazio, ou com a qual qualquer nada consegue pôr-se em relação de qualquer maneira. Ele está antes”, diz, “numa ligação inseparável com uma unidade de vida sólida e determinada, com um ser indubitável”. Jünger vê como “espetáculo insignificante” a tomada de poder do Estado pelo trabalhador – fazendo referência óbvia ao socialismo marxista. “O poder dentro do mundo do trabalho não pode ser”, diz Jünger, “outra coisa do que a representação da figura do trabalhador. Está aqui a legitimação de uma vontade de poder particular e de um novo tipo”, e qualquer atitude “à qual esteja dada uma relação real ao poder” também implica “conceber o homem não como objetivo, mas como um meio, como o portador tanto do poder como da liberdade”. E, por fim, a “mais profunda felicidade do homem consiste em ser sacrificado; e a suprema arte do comando, em indicar objetivos que sejam dignos do sacrifício”. Liberdade, pois, para Jünger, é *pôr-se a serviço*, e mesmo em *sacrifício*.

---

<sup>3</sup> Na sua composição assim como na língua que praticam, eles procedem sempre pela acumulação afirmativa e nunca, ou raramente, via argumentação. Trata-se de uma sobreposição, frequentemente confusa, de evidências (ao menos apresentadas como tais) e de certezas repetidas de modo infatigável. Martela-se uma ideia, coloca-se na sua base tudo o que parece poder lhe convir, sem fazer análises, sem discutir objeções, sem dar referências. Não há nem saber e estabelecer, nem pensamento a conquistar. Há apenas uma verdade a declarar, já conquistada, totalmente disponível. Já nesse plano, em suma, lança-se mão implicitamente não de um logos, mas de uma espécie de enunciação mítica, que no entanto não é poética, mas que busca toda sua energia na potência nua e imperiosa da própria afirmação (LACOUÉ-LABARTHE; NANCY 2002: 48).

Em nome de quem ou de quê deve o homem sacrificar-se? Segundo Jünger, em nome ou *a serviço* da mobilização total, mas não haveria como descolar o tema do sacrifício daquele contexto de efervescência nacionalista e reacionária. Nesse sentido, cabe destacar como se põe, na obra jüngeriana, o segundo termo que acompanha a *Gestalt* no subtítulo de *O trabalhador*, ou seja, o domínio (*Herrschaft*). Levanta-se, então,

a pergunta pela legitimação, por uma referência ao poder particular e necessária, mas de modo nenhum conforme à vontade, referência essa que também se pode assinalar como encargo.<sup>4</sup>

É precisamente esta legitimação que deixa transparecer um ser já não com um poder puramente elementar, mas como poder histórico. A medida de legitimação decide sobre a medida de domínio que pode ser alcançada pela vontade de poder. Chamamos domínio a um estado no qual o espaço de poder ilimitado é referido a um ponto a partir do qual aparece como espaço de direito.

A pura vontade de poder, pelo contrário, possui tão pouca legitimação como a vontade de fé – não é a plenitude, mas um sentimento de falta que se expressa em ambas estas atitudes, nas quais o romantismo se despedaçou em si mesmo (JÜNGER 2000: 92-93/§21).

Assim, para Jünger, não basta a pura vontade de poder, é preciso mesmo um “espaço de direito” – algo que, aqui, devemos entender no sentido de uma ordem. Pois nesse ponto Jünger realmente se coloca no horizonte do pensamento nacional-socialista sobre o Estado: se o poder “é um sinal da existência”, por outro lado, “também não há quaisquer meios de poder em si, mas os meios obtêm o seu significado através do ser que deles se serve” (JÜNGER 2000: 93/§22). Como em *A mobilização total*, novamente o “aparente domínio burguês” aparecem como passagem (transição), após a desintegração do Estado absolutista, para o novo domínio, em que a mobilização total corresponde à “terraplanagem de todas as fronteiras” (JÜNGER 2000: 93/§22). O Estado, diz Jünger, é o trabalhador, que (i) corresponde a “uma unidade de vida sólida e determinada”, a “um ser indubitável”, que porta um “poder substancial [*substantielle Macht*]” que “é muito mais importante do que o combate por um poder abstrato” (JÜNGER 2000: 94/§22); e (ii) cujo domínio se coloca na perspectiva total.

O domínio da figura “põe ao seu serviço o sentido do tipo, ou seja, do trabalhador. A figura não se pode captar através do conceito universal e espiritual de infinitude, mas através do conceito particular e orgânico de totalidade” (JÜNGER 2000: 147/§41). Por um lado, “o centro de gravidade da atividade se desloca “do caráter individual do trabalho para o caráter total do trabalho”; por outro, e dado que isso vale “para qualquer tipo de atividade em geral”, há também o “aparecimento do soldado sem nome, do qual se tem

---

<sup>4</sup> A palavra aqui é *Auftrag*, que além de “encargo”, “mandado”, “incumbência” pode significar também “ordem” e “missão”.

de saber que pertence ao mundo das figuras, mas não a um mundo de paixão individual” (JÜNGER 2000: 118/ §31). E não se trata somente do soldado, pois “há também o Chefe do Estado-Maior desconhecido”, pois, para “onde quer que o olhar se dirija, recai sobre um trabalho que é realizado nesse sentido anônimo (JÜNGER 2000: 118/§31). Nesse novo domínio é importante “o papel de patrão supremo que começa a recair cada vez mais claramente no Estado”, pois as mais variadas atividades e necessidades, naquele contexto “reclamam soluções cada vez mais penetrantes de uma natureza total, das quais apenas o Estado, e [...] um Estado de um tipo muito particular, é capaz” (JÜNGER 2000: 206/§63). É como se o próprio Estado fosse ele mesmo *Gestalt*, numa hierarquia do tipo – ou tipologia (hierárquica) do Estado.<sup>5</sup>

No ensaio *A mobilização total*, publicado em 1930, Jünger já elaborara uma crítica à ausência de capacidade que o burguês demonstrava de elaborar o domínio sobre as próprias forças e energias desencadeadas pelo processo de desenvolvimento da técnica e que emergem de maneira avassaladora na Primeira Guerra. Esse desenvolvimento técnico “transformou os Estados industriais beligerantes em vulcânicas oficinas siderúrgicas”, anunciando, “talvez do modo mais evidente, o despontar da era do trabalho – essa captação”, diz Jünger, “faz da guerra mundial um fenômeno histórico cujo significado é muito mais importante que o da Revolução Francesa” (JÜNGER 2002: 195). A tarefa de domar tais energias, pois, caberia ao trabalhador, como será desenvolvido na obra homônima.

É nesse sentido, pois, que Jünger desejava a superação do mundo burguês para a efetiva união do orgânico e do mecânico através da *figura* ou *tipo* do trabalhador: “a era das massas e das máquinas apresenta a forja gigantesca de um império em crescimento, a partir do qual qualquer declínio aparece como querido, como preparação” (JÜNGER 2000: 98/§24). Como coloca Hans Blumenberg (2010: 22), vê-se aí a ideia de uma “aliança *centáurica* como forma de segurança suprema: a ‘identidade de trabalho e ser pode garantir uma nova segurança, uma nova estabilidade’”, numa menção à figura do trabalhador como fusão entre construção e organismo, entre mecânico e orgânico.

Para essa fusão, Jünger evoca a noção de “realismo heroico”, no sentido mencionado de superação do niilismo, que implica também a suprema arte do comando como indicação de objetivos dignos de sacrifício. Para Blumenberg, a noção de realismo

---

<sup>5</sup> Sobre o detalhamento da caracterização desse tipo especial de Estado, que não é nosso objetivo aqui, ver o §43 de *O trabalhador*, quando Jünger estabelece uma hierarquia de três níveis.

heroico estaria associada à capacidade de *ver*: se “a *theoría* dos gregos era inclusive o ponto de partida e a origem do *éthos*, o *ver* é, para Jünger [...], a retirada para uma *última*, e, para ele, heroica, possibilidade do homem” (BLUMENBERG 2010: 19, grifo no original). Nesse sentido, vale a pena remetermos à ideia jüngeriana de um “original”, que será revelado através do trabalho prévio da destruição ou do declínio, e sua relação com uma visão depurada. Jünger dizia em *O coração aventureiro* (1929) que

É sempre a visão que anima o espiritual; ela é a fonte de primeira ordem para tudo o que é teórico. No decorrer da civilização, surgem mal-entendidos quanto a isso, em que o espírito recorre a fontes de segunda e terceira ordem, da mesma forma que na nossa ciência se considera como fonte aquilo que se imobilizou. A originalidade torna-se uma raridade, e pode constatar-se de fato que as palavras *raro* e *original* designam no uso corrente um cambiante semelhante.

Mas deve referir-se que o homem nasce original e que existe o dever de o manter neste estado. Ao lado da formação e da cultura através das instituições existe uma relação imediata com o mundo e é dela que provém a nossa força profunda. O olho deve conservar a força, nem que seja apenas no momento de bater as pálpebras, de ver as obras da terra como no primeiro dia, ou seja, no seu esplendor divino (JÜNGER 1991: 94, grifos no original).

Essa tentativa de alcançar o “divino”, o “espiritual” ou o “elementar”, no contexto intelectual da época, ligava-se a um trabalho de depuração da linguagem – algo presente por exemplo em Walter Benjamin, na crítica que formula em sua obra ao tempo homogeneizado do progresso.<sup>6</sup>

À direita do espectro político e em convergência com a crítica ao mundo burguês tecida por intelectuais da mesma época, Jünger buscava à sua maneira conectar a técnica ao elementar. “Pois não se trata de esquematizar o mundo, de o moldar sob quaisquer reivindicações especiais, mas de o digerir”, dirá Jünger; a “destruição cai como a geadas sobre o mundo em declínio, cheio de lamentos de que os bons tempos passaram. Estes lamentos”, diz Jünger, “são tão infinitos como o próprio tempo; é a **linguagem da antiguidade que neles se expressa**” (JÜNGER 2000: 110/§28, grifos nossos).

Ou seja, se Jünger atacava o culto da razão, fazia isso como forma de trazer uma autêntica dimensão de *culto*, dotando novamente a técnica de uma energia vital.

É assim que, por vezes, quando de repente a tempestade dos martelos e das rodas que nos rodeia se silencia, a tranquilidade que se esconde atrás da desmedida do movimento

---

<sup>6</sup> Segundo Bernd Stiegler (1998), o tema da *destruição* era uma figura muito presente nas reflexões filosóficas e literárias entre as décadas de 1920 e 1930 e que, de maneira particular em cada autor – como no caso de Heidegger de *Ser e Tempo* –, implica sempre o horizonte de uma busca pela *origem*. É nesse sentido que o autor elabora uma ponte entre Jünger e Walter Benjamin. No caso de Jünger, a destruição, como aquela verificada especialmente durante a guerra – ela mesma enquanto vida e força elementar –, revela um substrato original, permitindo a reunificação da ordem do trabalho com aquela da natureza, a ordem indestrutível.



parece contrariar-nos quase corporalmente, e é bom o costume do nosso tempo, para honrar os mortos ou para gravar na consciência um instante de significado histórico, declara suspenso o trabalho por um intervalo de minutos, como por um comando supremo. Pois este movimento é uma alegoria da força mais íntima, no sentido em que o significado misterioso de um animal se manifesta o mais claramente possível no seu movimento. Mas o espanto sobre a sua suspensão é, no fundo, o espanto sobre o ouvido julgar perceber, por um instante, as fontes mais profundas que alimentam o curso temporal do movimento, e isso eleva este ato a uma dignidade de culto (JÜNGER 2000: 74/§12).

Jünger afirma que se pode reconhecer “duas espécies humanas”, sendo “uma preparada para negociar a qualquer preço” e a “outra preparada para combater a qualquer preço” (JÜNGER 2000: 70/§9). Aqui reside o fundamento para “a mais profunda justificação para o combate pelo Estado, a qual doravante não se tem de referir a uma nova interpretação do contrato, mas a um encargo imediato, a um destino” (JÜNGER 2000: 70/§9), e é nesse instante que o singular

declara o combate de vida ou de morte. Então, do singular, que no fundo não é mais que um empregado, surge um guerreiro, da massa surge o exército, e a colocação de uma nova ordem de comando surge no lugar da alteração do contrato social. **Isto afasta o trabalhador da esfera das negociações, da compaixão, da literatura, e ergue-o à esfera da ação, transforma os seus vínculos jurídicos em militares** – isto é, ele possuirá guias, em vez de defensores, e a sua existência tornar-se-á medida, em vez de precisar de interpretação.

**Pois o que são os seus programas até agora senão os comentários a um texto originário que ainda não está escrito?** (JÜNGER 2000: 60/§4, grifos nossos)

Assim, percebemos que um “texto originário, ainda não escrito” substituiu a negociação, o contrato social, a “literatura”, e a existência do trabalhador, em sua ação, torna-se a própria medida, “sem precisar de negociação”. A linguagem do trabalho, pois, é “uma linguagem tão primitiva quanto abrangente”, mas “que anseia traduzir-se em tudo aquilo que pode ser pensado, sentido e querido” (JÜNGER 2000: 114/§30). Por isso, deve-se buscar a “essência desta linguagem” não apenas no mecânico. “Há campos de batalha como paisagens lunares em que reina uma troca abstrata de fogo e movimento”, movimento que “só pode ser visto realmente com os olhos de um estrangeiro porque abrange tão completamente a consciência dos que nele nasceram como o meio do ar que se respira, e porque é tão simples como maravilhoso”, daí que “seja tão extremamente difícil, e mesmo impossível, descrevê-lo, tal como é impossível descrever o timbre de uma língua ou o ruído de um animal. Apesar disso, é suficiente tê-lo visto uma vez onde quer que seja” para voltar a reconhecê-lo em qualquer lugar (JÜNGER 2000: 114-115/§30).

Nesse ponto, cabe esclarecer que tanto a linguagem-ação quanto o culto são, para Jünger, aspectos inerentes à técnica e remetem ao problema do niilismo – diante do qual,

como já apontamos, coloca-se também a noção de realismo heroico. Assim, fazendo referência à “realidade do combate” que “exige outras reservas”, Jünger afirma que é impossível considerar tal processo ainda a partir de qualquer perspectiva romântica”, sendo necessário “tomar parte de uma nova independência” fora das categorias do século XIX: o “protesto romântico”, diz Jünger, está “condenado ao niilismo, na medida em que existia como fuga, na medida em que existia como contradição de um mundo a afundar-se e, deste modo, numa dependência incondicional dele. Mas, “na medida em que no meio dele se escondia uma parte da herança genuína e heroica, na medida em que no meio dele se escondia amor, ele chega, através do espaço romântico, à esfera do poder” (JÜNGER 2000: 81-82/§15).

Como aponta Alexandre Franco de Sá, os textos de Jünger dos anos 1930, escritos no mesmo contexto de *O trabalhador*, apresentavam duas possibilidades: ou o realismo heroico do tipo do trabalhador – isto é, o sacrifício individual em prol da “mobilização total da técnica” sob nova ordem – ou o aniquilamento romântico do indivíduo burguês. Com o desfecho da Segunda Guerra Mundial, Jünger viu-se diante da tarefa de pensar a superação dessa dicotomia, buscando para isso um novo entendimento do Estado do trabalho: se ele coincidia ou não com os Estados totalitários derrotados ou se tais Estados “não seriam senão formas possíveis de configurar fenomenicamente uma essência que não se esgotava nelas” (SÁ 2003: 32). Essa discussão não é o nosso foco aqui, mas sim apontar que, em *Sobre a linha*, de 1950, Jünger retoma a discussão nietzschiana sobre o niilismo, enfatizando agora que seu “estado normal” é de ambiguidade, desfazendo a distinção entre o bem e o mal, entre a doença e a saúde, e destacando uma situação em que se perde a noção de alternativas em jogo (JÜNGER 1998: 48). Nesse sentido, para Jünger, é decisivo distinguir *caos* e *nada*: o caos é “no máximo uma consequência do niilismo e nem das piores”, sendo decisivo saber quanta “anarquia autêntica” está oculta nele e, “junto a isso, quanta frutificação desordenada”, sendo que a anarquia “deve ser procurada no indivíduo e na sociedade, não nas ruínas decorrentes da quebra do Estado” (JÜNGER 1998: 50). O anarquista “terá frequentemente uma relação com a abundância e com bens e em seu bom tipo assemelhar-se-á antes aos primeiros de que aos últimos homens” e o niilista “o considerará como inimigo onde ele chegar ao poder”. A diferença, enfim, “entre caos e anarquia é aqui concebida como diferença entre a desordem no inabitado e no habitado. Desertos e floretas seriam formas”, diz Jünger, e nesse sentido “o caos não é necessário ao niilista; não é um lugar ao qual está referido” e muito menos

“lhe agrada a anarquia” (JÜNGER 1998: 50). Assim, em confrontação com os textos da década de 1930, Jünger pretende ultrapassar o horizonte nivelador da “redução de tudo a um ‘meridiano zero’, a uma linha horizontal onde todas as diferenças desaparecem” (SÁ 2003: 36). A “floresta” simboliza a “permanência inamovível de uma liberdade irreduzível ao serviço, à participação e à mobilização, e da interioridade singular que a sustenta”, permanência a partir da qual “a esperança pode ser fundada e a linha ultrapassada” (SÁ 2003: 36).

Daniel Morat (2012), em uma análise a respeito da transformação do engajamento conservador de Jünger e Martin Heidegger entre a época do entreguerras e o pós-1945, demonstra como, a despeito da reclusão de ambos da esfera dos debates públicos, no contexto da desnazificação, tanto Heidegger como Jünger teriam permanecido firmes em suas convicções conservadoras. A crítica ao nazismo, por parte de ambos, corresponderá a uma crítica aristocrática que se dirigia também ao comunismo e à democracia. Jünger foi crítico tanto da “teoria da culpa coletiva” como também da prática da condenação jurídica (e pública) dos derrotados, tendo como centro Nürnberg. Preferindo o recolhimento nos círculos pessoais e nas trocas de correspondências, tanto a figura do “caminhante na floresta” como a do “anarquista” marcam uma virada não no sentido político – não uma reemigração interior, para fazermos menção ao título do artigo do Morat –, mas a transformação na forma de engajamento no que diz respeito aos dois contextos históricos mencionados. Assim, (i) do ativismo político da ênfase na ação, na época do entreguerras, passa-se a (ii) uma postura de resistência passiva e de espera, de afastamento da vida pública e da história, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial. Aqui, na percepção heideggeriana e jüngeriana, podemos traduzir história como a história da consumação de uma metafísica do niilismo, da técnica, diante da qual, como coloca Morat, a “floresta” é metáfora para o devido refúgio.

Nesse sentido, podemos nos apropriar também das reflexões de Hans Blumenberg (2010: 30-32), para quem há uma continuidade específica e importante ao longo da obra de Ernst Jünger. Desde sua juventude, Jünger se colocou diante do problema do niilismo e da aniquilação do velho mundo, abordando-o de diferentes formas: tratando da figura do deserto, em *Jogos africanos*, da morte do guerreiro e da embriaguez em *O coração aventureiro*, da aventura e aniquilação da pessoa em *O trabalhador* e atacando a ilusão burguesa de segurança em *Sobre a dor*. Em *Nos penhascos de mármore*, segundo Blumenberg, há – ou, segundo o que expusemos acima, passa a haver – um “giro

inesperado” com relação ao desejo de realização de um Estado totalitário, expresso em *O trabalhador*: a resistência heroica dos nobres à turba anárquica e niilista, saída dos bosques, é narrada em meio à ideia de que o fogo da destruição corresponde à esperança de revelação de um fundo de coisas imperecíveis. Essa ideia, ainda segundo Blumenberg, desembocará num platonismo elaborado no decorrer dos anos em obras como *Jardins e estradas*, *Viagem atlântica* e *Strahlugen* (“Radiações”, 1949). Portanto, de acordo com Blumenberg, há uma mudança entre o período de tempo que vai desde “a aventura do *elán vital*”, materializada na figura do guerreiro e na tarefa da organização total da sociedade, até a introdução da figura de um “*novo teólogo*” (BLUMENBERG 2010: 15-16). O que isso significa?

Segundo o Blumenberg, e de forma congruente com o que foi colocado por Alexandre Sá, o problema em torno do “realismo heroico” da época de *O trabalhador* era como, no mundo das máquinas e das armas, o ser humano poderia subsistir em meio à descomunal autonomia do mundo da técnica – ou seja, como a identidade entre trabalho e ser poderia garantir uma nova segurança, uma nova estabilidade. *O trabalhador*, contudo, permaneceu ainda no niilismo pelo fato de que sua base era a renúncia à pergunta pelo sentido e também porque o pressuposto de sua ação era “uma *tabula rasa*, um espaço vazio” (BLUMENBERG 2010: 21-23). O decisivo é, como mostra o autor, que a ideia de ultrapassar esse nada – ultrapassar a “linha”, podemos dizer – corresponderá, já em *Nos penhascos de mármore*, a um movimento em direção a um novo “vínculo” que implicava uma “realidade plena” (BLUMENBERG 2010: 27).

Se o ensaio *O trabalhador* representou, portanto, a tentativa de superar o niilismo da técnica conferindo-lhe um caráter de culto através da fusão mecânico-orgânico no mundo totalitário do trabalho, vejamos como se dará o passo de Jünger para além de sua versão do modernismo reacionário,<sup>7</sup> tendo como foco a obra *Nos penhascos de mármore*.

---

<sup>7</sup> O conceito *modernismo reacionário*, foi formulado por Jeffrey Herf, que procurou examinar o “paradoxo cultural da modernidade” no “fato de certos pensadores alemães terem abraçado a tecnologia moderna ao mesmo tempo em que rejeitavam a razão iluminista” (HERF 1993: 13). Com o conceito, o autor designa uma tradição de pensamento que “consistia numa coleção coerente e significativa de metáforas, palavras familiares e expressões emotivas que tinham o efeito de converter a tecnologia, de componente de uma *Zivilisation* estranha, ocidental, em parte orgânica da *Kultur* alemã. Combinavam”, por isso, “reação política com avanço tecnológico” (HERF 1993:13-14). Segundo Herf, essa linha de pensamento começou a tomar forma nas universidades técnicas alemãs por volta da virada para o século XX e foi “primeiramente defendida pela intelectualidade não-técnica na revolução conservadora de Weimar”, sendo que tais pensadores na verdade “se viam como revolucionários culturais que buscavam sepultar o materialismo no passado” – o que Thomas Mann definiu como “um romantismo altamente tecnológico”, mediante “a interpenetração da *Innerlichkeit* (interioridade) alemã com a tecnologia moderna” (HERF 1993:14). Jünger é um dos autores analisados por Herf (HERF 1993: 85-125), para cuja obra (no entreguerras) ele cunha o

Antes de prosseguirmos, contudo, cabe explicitar que nossa análise não levará em consideração as especificidades dos gêneros textuais *ensaio* e *romance*; antes, privilegiaremos – uma leitura articulada de *O trabalhador* e *Nos penhascos de mármore*. Essa escolha se dá pelo fato de nos propormos uma leitura que (i) parte da análise – já estabelecida – desta última obra como uma obra alegórica e (ii) que se preocupa assumidamente mais com a interpretação do conteúdo político para além dos gêneros textuais de cada obra. Nesse caso, o risco seria converter a ambiguidade própria do objeto literário em algo desfavorável,<sup>8</sup> mas não será esse o caso, pois em nossa leitura apontaremos a *aparente* ambiguidade presente em *Nos penhascos de mármore*, bem como o seu caráter alegórico, de modo a enxergamos a permanência de um fundo conservador, para além das circunstâncias históricas e pessoais. Para melhor destacar a continuidade de um pensamento conservador, faremos breves alusões à trajetória do autor. Sem desconsiderar que o romance, em comparação com o ensaio, que pode ser de natureza mais diretamente política (como é *O trabalhador*), tem o potencial de, pelo “*como se*” próprio da ficção literária, suspender a exigência de coerência, nossa intenção é de fato demonstrar que, apesar de transitar em diferentes gêneros textuais escritos em diferentes conjunturas, há um apego a um “pano de fundo” conservador que pode ser sintetizado na ideia de Ordem. Esse “pano de fundo” é ele mesmo resultado da produção textual, como *configuração político-conservadora de sentido*, ainda que – como discutiremos a seguir – possamos perceber que há diferenças entre a noção propriamente totalitária, como aquela inerente ao que Jünger denominou como a “figura do trabalhador”, no início da década de 1930, e um teor que poderíamos chamar mais “humanista” na obra iniciada no final daquela década (já com o nazismo plenamente no poder na Alemanha).

### 3 *Nos penhascos de mármore*: fogo e sacrifício pela Ordem

Após participar da onda de extrema-direita que constituiu um esteio intelectual para ascensão do nazismo, ao longo da década de 1930, como explana Tercio Redondo, Jünger mudou de posição, pois não

divergiu apenas das estratégias nazistas de ascensão ao poder: depois de uma luta de anos pela afirmação de uma germanidade superior, amparada em larga medida pelo domínio da ciência e da técnica, ele via finalmente ruírem suas expectativas em torno do

---

termo “realismo mágico” – em suas metáforas, “Jünger misturava as imagens feudais de serviço e sacrifício com a exaltação modernista da eficiência e do vitalismo” (HERF 1993: 124).

<sup>8</sup> Agradecemos aqui as considerações pertinentes do parecerista anônimo.

surgimento de uma sociedade de super-homens, ajustados pelo convívio perfeito na terra prometida de uma Alemanha unida e insofrecível. Na ditadura real, vivida sob a égide das SS e da Gestapo, só se podia ver o embrutecimento da juventude, os ritos bárbaros de iniciação à cegueira que sancionava o extermínio, a banalização cultural que repugnava ao olhar de quem mantivesse um espírito lúcido (REDONDO: 2008: 180).

Em 1939, três anos após se mudar com a família para a cidade de Überlingen, no extremo sul da Alemanha, e seis anos depois de ter a casa revistada pela polícia do regime recém-chegado ao poder, Jünger “iniciava a obra que caracterizaria definitiva e publicamente sua oposição ao regime hitleriano”, *Nos penhascos de mármore*, escrita em seis meses, durante os quais ele e sua família mudaram-se novamente, desta vez, para Kirchhorst. “Como boa parte da obra literária de Jünger”, coloca Redondo (2008: 183), “é difícil caracterizar o gênero a que se filia essa narrativa”, mas, trata-se sem dúvida “de obra alegórico-simbólica”. Assim, podemos vislumbrar as figuras de Göring e Hitler na personagem do monteiro-mor, a SA e a SS nos bandos da floresta e o próprio Jünger e seu irmão, Friedrich Georg Jünger, nas figuras do narrador e do seu irmão Otho.

A história narrada em *Nos penhascos de mármore* segue as recordações de um protagonista, cujo nome nunca aparece, e o centro das ações narradas é um lugar chamado Marina Grande, que fica à beira dos penhascos de mármore. Junto a seu irmão Otho – inspirado no irmão de Jünger –, o protagonista vive no Eremitério localizado numa paisagem idílica, onde ambos trabalham em atividades como a organização de uma biblioteca e a observação da natureza tendo como base o Eremitério. Destacam-se também as figuras de Erhardt, que exercia no mosteiro de Maria Lunaris (Falcífera) a função de curador do herbário e que fornecia material para o trabalho dos irmãos, e a do Padre Lampros, uma das personagens com aura de sabedoria, e que tem um papel relevante para o sentido alegórico-simbólico da narrativa. O ambiente é tão harmônico que até mesmo as serpentes do local participam dessa harmonia, brincando com o pequeno Erio, que vivia com a velha cozinheira Lampusa. Contudo, a tranquilidade do lugar é ameaçada por uma crescente onda de violência protagonizada por um grupo de caçadores e seu líder, o monteiro-mor, antigo senhor de um lugar denominado Mauritânia pelo narrador. O narrador e seu irmão Otho irão liderar um grupo que lutará contra as hordas comandadas pelo monteiro-mor.

Segundo Tercio Redondo, nessa obra, Jünger “busca atualizar heranças simbólicas que remontam, sobretudo, à Idade Média cristã” e, “cioso das qualidades literárias de sua obra e desejoso de preservar seu prestígio de escritor já consagrado, chegou mesmo a desconsiderar a importância do livro como peça de resistência política nos anos da

ditadura” (REDONDO 2008: 185). Contudo, como também apontou Márcio Seligmann-Silva (2008), há um teor alegórico no livro que o remete diretamente ao contexto em que foi escrito. Além da analogia da turba do monteiro-mor com as da SA ou da SS e do esfoladouro – um lugar de morte – com os campos de concentração, o narrador diz que

“Vivíamos numa época em que o autor estava condenado à solidão”.

[...] A grande questão do livro está justamente nesta sobreposição de um discurso alegórico, numa referência crítica aos nazistas, dos quais Jünger, já com a guerra eminente, tentava então se distanciar, com, por outro lado, a vida no eremitério, um verdadeiro *locus amoenus*.

Para além disso, Seligmann-Silva emite um juízo político sobre a obra, guiado por dois argumentos que merecem destaque. Primeiro, aponta a passagem em que o narrador “defende o ‘sangue nobre’ como arrimo da nação” e se emociona com uma plantinha que “o enche de felicidade e nota que ‘é como se a natureza o regalasse prodigamente’”. Segundo, aponta uma estetização da guerra presente na passagem da luta contra os caçadores, que expressa “uma volúpia na morte e um gozo em ver a ‘beleza do fim’”. A partir disso, cita uma crítica de Walter Benjamin em uma resenha de 1930 sobre outra obra de Jünger: “Com a mobilização total da paisagem, o sentimento alemão pela natureza experimentou uma intensificação inesperada”,<sup>9</sup> e complementa afirmando que em *Nos penhascos de mármore* “esta intensificação acaba por aproximá-lo, de um lado, do kitsch, e de outro, do fascismo do qual não consegue se distanciar”.

Como pretendemos demonstrar, a linguagem e vocabulário presentes nessa obra são ambíguos, no sentido (ou camada) mais diretamente político(a). Mas, a nosso ver, diferente da sentença de Seligmann-Silva, essa ambiguidade se dá mais no sentido (que expusemos anteriormente) de uma recusa aristocrática do mundo democrático na era da técnica, recusa essa que, veremos, se baseia ainda na ideia conservadora de uma Ordem que transcende a realidade mundana. Assim, como já ressaltamos, em vez de ainda transitar no horizonte do fascismo, tratar-se-ia, na verdade, da continuidade de um conservadorismo que, a partir da Segunda Guerra, se afasta (também) do fascismo. Nesse sentido, a ambiguidade de fato seria apenas aparente.

---

<sup>9</sup> Trata-se de uma resenha à coletânea *Guerra e guerreiros*, editada por Jünger e lançada em 1930 – dentro da qual vinha seu próprio ensaio “A mobilização total”. Em consonância ao que viemos expondo neste presente artigo, dizia também Benjamin: “Imitando os diletantes aristocráticos do século XVII, Jünger pode dizer que a linguagem alemã é uma linguagem primordial – a maneira como essa ideia é expressa contém um acréscimo implícito, o de que, como tal, ela comporta uma invencível desconfiança com relação à civilização e ao mundo moral” (BENJAMIN 1994: 67).

Em *Nos penhascos de mármore*, antes de tudo, podemos nos deparar com a qualidade da escrita que deu fama a Ernst Jünger como um dos principais escritores alemães do século XX. Na apresentação da edição brasileira, Antonio Candido (2008: 12-13) discorre sobre sua “marcha insinuante, “cheia de elipses, negaceios e subentendidos, num tom de relato lendário atravessado por compassada lucidez. A linguagem”, diz Candido, “mesmo em tradução, é esplêndida, pois Jünger é desses autores para os quais a palavra tem sempre dois planos: a referência e o peso próprio”. Nesse sentido, seria uma “linguagem carnal”, como a que Antonio Candido também identificou nos relatos da viagem de Jünger ao Brasil (em *Viagem atlântica*) (CANDIDO 2008: 11). A curiosidade de Ernst Jünger pela descrição dos ambientes, da fauna e da flora, deve-se ao fato de ele também ter tido formação naturalista, alcançando prestígio na qualidade de entomologista amador. É de suas observações das cobras no Instituto Butantan, em São Paulo, como aponta Candido, que Jünger teve a inspiração para dar destaque às serpentes em sua função crucial em *Nos penhascos de mármore*, sendo “ao mesmo tempo propícia e fatídica, sendo o único animal que vive no espaço destinado ao saber, à ciência do bem e do mal, segundo a tradição” (CANDIDO 2008: 16).

É no âmbito da entomologia, aliás, de uma metáfora tirada do mundo dos insetos que podemos partir, em primeiro lugar, para estabelecer um contraste entre a obra em questão e o ensaio *O trabalhador*, e trazer à tona o afastamento de Jünger em relação ao nazismo, que por sua vez corresponde à ideia, mencionada anteriormente, a respeito de *Sobre a linha*, da superação do niilismo.

Mesmo para Oswald Spengler, em *O homem e a técnica*, lançado um ano antes (1931) de *O trabalhador*, havia uma diferença fundamental entre o mundo animal ou natural e o mundo humano. Se podemos admirar as abelhas, as térmitas e os castores que “constroem obras maravilhosas”, as formigas que “conhecem a agricultura, os trabalhos de limpeza, a escravatura e a condução das operações guerreiras”, “a educação das crias, os trabalhos de fortificação e as migrações organizadas” por toda a natureza, todas essas técnicas, diz Spengler, não guardam “relação fundamental com a técnica humana”, pois “são invariáveis; esse é o significado da palavra instinto”, enquanto que a técnica dos homens “é consciente, voluntária, susceptível de modificação, pessoal, imaginativa e inventiva” (SPENGLER 1993: 57-58). Para o Jünger de *O trabalhador*, no entanto, tratava-se “muito mais de procurar a figura do trabalhador num plano a partir do qual, quer o



indivíduo quer as comunidades devem ser concebidas como alegorias, como representantes” e, nesse sentido, representantes do trabalhador são

as supremas sublimações do singular [*Einzelne*] tais como foram suspeitadas já antes no super-homem,<sup>10</sup> como também aquelas comunidades que vivem como formigas no encanto da obra, a partir das quais a reivindicação da peculiaridade é considerada como uma manifestação inadequada da esfera privada. Ambas estas atitudes de vida se desenvolveram na escola da democracia; de ambas se pode dizer que passaram por ela e que doravante, a partir de duas orientações aparentemente opostas, participam no aniquilamento das velhas valorizações. Mas ambas são, como foi dito, alegorias da figura do trabalhador, e a sua íntima unidade mostra-se na medida em que a vontade da ditadura total se reconhece no espelho de uma nova ordem enquanto vontade de Mobilização Total (JÜNGER 2000: 73/§11).

Como mencionado anteriormente, nessa ordem total, a liberdade burguesa, para Jünger, deveria ser substituída pela liberdade de colocar-se em sacrifício. Nesse sentido, o ensaio é todo voltado para elaboração da ideia de uma *passagem* em que todas as esferas da vida serão condicionadas para a superação dos ideais burgueses e para a (re)constituição de uma ordem. Já em *Nos penhascos de mármore*, o encanto e as metáforas ou alegorias tiradas da natureza não serviam mais a uma concepção *política* totalitária. Por exemplo, numa passagem do décimo quinto capítulo, o narrador diz que uma “época extraordinária se iniciou para nós em Marina” pois, enquanto “o crime se espraiava pelo país feito uma colônia de cogumelos na madeira apodrecida, mergulhávamos cada vez mais fundo no mistério das flores, e seus cálices pareciam-nos maiores e mais reluzentes do que nunca”; mas, acima de tudo, “desenvolvíamos o nosso trabalho com a linguagem, pois reconhecíamos na palavra a lâmina encantada da espada, cujo brilho empalidece o poder da tirania – palavra, liberdade e espírito configuram uma trindade” (JÜNGER 2008: 92).

Jünger chega também, através das palavras do narrador, a defender o império da lei enquanto *direito*: ainda que de forma aristocrática, o narrador diz que não se surpreenderia se, “na última fase das lutas por Marina, a nobreza viesse a se apresentar, pois nos corações nobres pulsa vigorosamente o sofrimento do povo. Quando desaparece o sentimento da moral e do direito, e o horror obscurece os sentidos, esgotam-se as forças do homem comum” (JÜNGER 2008: 120-121). Embora esse caráter aristocrático impeçamos de dizer que haveria aí uma concepção democrática do direito burguês, o narrador afirma que uma congregação a “mais clara e forte” seria o correlato “da vida, da liberdade e da dignidade humana” (JÜNGER 2008: 125). Assim, por contraste com Marina, a floresta

---

<sup>10</sup> Reproduzimos a nota de Jünger: “E isso através do *medium* do indivíduo burguês”.

dos Lêmures era um “lugar destituído das leis e do direito humano, de onde não se poderia auferir nenhuma honra” (JÜNGER 2008: 135). E, mais no início da narrativa, diante da iminência da guerra, o narrador dizia que, para “se intervir de modo incisivo, exigia a lei que se convocasse o parlamento, pois em países de história legalista, como era o caso de Marina, não se abandona sem mais o caminho da justiça” (JÜNGER 2008: 135).

Não deixa de ser surpreendente o surgimento desse vocabulário legalista, que contrasta com a concepção presente em *O trabalhador* e com a fase do “realismo heroico”. Nessa última obra, Jünger dizia que o “elementar” corresponderia à livre disposição da vontade, do combate e do perigo, repousando além do círculo burguês: “é o irracional e, deste modo, o puro e simplesmente imoral”, aparecendo “como o sem sentido” diante do “muro divisório da razão” do mundo burguês, que se afasta “de outros fenômenos, do crente, do guerreiro, do artista, do marinheiro, do caçador, do criminoso e, como foi afirmado, também do trabalhador”. O “ataque ao culto da razão” é desqualificado pelo pensar burguês “como irracional” (JÜNGER: 2000 76-77/§13).

Contudo, para além – ou *aquém* – dessa mudança de vocabulário político, podemos constatar uma continuidade no sentido de uma busca conservadora por uma ordem do mundo.

Segundo Blumenberg, em *Nos penhascos de mármore* emerge a “terminologia dos ‘novos teólogos’” (BLUMENBERG 2010: 25) que, como mencionado anteriormente, substitui aquela em torno da noção de “realismo heroico” enquanto fusão orgânico-mecânica presente em *O trabalhador*. Para Jünger, segundo o autor, a percepção da impossibilidade de obter uma congruência entre vida e sentido abre duas vias: ou a vida é algo sem sentido (niilismo) ou o sentido está para além da realidade (transcendência). Para Blumenberg, além disso, o caminho percorrido por Jünger, revela assim o traço do espírito da época (BLUMENBERG 2010: 14). Apesar dessa “mudança de terminologia” – como coloca Blumenberg – como também daquilo que se pode ver como transformação política de Jünger, no sentido específico do afastamento da experiência totalitária, para nós haveria, contudo, a mesma ênfase conservadora numa Ordem. Nesse sentido, alguns elementos simbólicos insistem em permanecer na terminologia jüngeriana, como pretendemos expor.

Em *Nos penhascos de mármore*, não é apenas na parte final e dramática da narrativa que o fogo aparece como elemento de purificação. Numa passagem em que o narrador tece sua crítica à turba reunida em torno do monteiro-mor, ele reflete:

Que fazer, entretanto, se os fracos ignoram a lei e em sua cegueira põem-se a abrir com as próprias mãos o ferrolho que se trancara com vistas à sua proteção? Mas não podíamos censurar de todo os mauritanos [habitantes da Mauritània] pois a justiça e a injustiça encontravam-se agora profundamente entrelaçadas. Os espíritos mais fortes oscilavam, e o tempo estava maduro para os que se dispunham a abominações. **As disposições humanas assemelhavam-se à ordenação cósmica no sentido em que, para poder renascer, de tempos em tempos elas se atiram ao fogo** (JÜNGER 2008: 78, grifo nosso).

Em *O trabalhador*, a paisagem das oficinas o fogo é – como nos campos de batalha da guerra total – a base para se forjar a nova ordem.

Na paisagem de oficinas em que nos encontramos acontece a planificação no quadro de uma Mobilização Total que está orientada para o domínio, enquanto a configuração se refere já a este domínio e é por ele possibilitada. A tarefa da Mobilização Total é a mudança da vida em energia, tal como se manifesta na economia, na técnica e no tráfego, no zumbido das rodas ou, no campo de batalha, como fogo e movimento. Ela refere-se assim à potência da vida, enquanto a configuração traz o ser à expressão, e se tem de servir então não de uma linguagem de movimento, mas de uma linguagem das formas (JÜNGER 2000: 203/§62).

No ensaio *A mobilização total*, de 1930, a propósito, Jünger também já usara o símbolo do fogo através da metáfora vulcânica para designar a emergência da nova totalidade da técnica, com suas usinas siderúrgicas e suas redes elétricas e correntes de energias bélicas.<sup>11</sup> Já *Nos penhascos de mármore*, logo em seguida à passagem sobre as “disposições humanas” que “assemelhavam-se à ordenação cósmica no sentido em que [...] de tempos em tempos elas se atiravam ao fogo”, há o reaparecimento de uma analogia entre ordem natural e mundo humano:

Agimos bem, portanto, ao nos afastarmos da luta que não trazia glória alguma, retornando em paz a Marina, **para que em suas praias reluzentes nos dedicássemos às flores, cujos signos fugidios e variegados acolhem o eterno como uma secreta ideografia; flores que assemelham aos relógios nos quais sempre se lê a hora exata** (JÜNGER 2008: 78, grifo nosso).

A homologia entre as flores e a exatidão dos relógios aparece emblematicamente logo após a referência ao fogo purificador, relacionado à ideia de uma ordenação cósmica, com já explicamos, e surge novamente no momento em que o narrador apresenta a figura de Erhardt. “Naquele tempo”, diz, “ocupava-nos o modo como as plantas repartem o círculo, o posicionamento do eixo que está na base das figuras orgânicas e, por fim, o

<sup>11</sup> “Nessa captação absoluta da energia potencial, que transformou os Estados industriais beligerantes em vulcânicas oficinas siderúrgicas, anuncia-se, talvez do modo mais evidente, o despontar da era do trabalho – essa captação faz da guerra mundial um fenômeno histórico cujo significado é muito mais importante que o da Revolução Francesa. Para desdobrar energias de tal grandeza, não basta mais armar o braço que carrega a espada, é preciso uma armação até a medula, até o mais fino nervo da vida. Realizá-la é a tarefa da mobilização total, de uma ação através da qual a rede elétrica da vida moderna, amplamente ramificada e cheia de dutos, é canalizada, por meio de uma única chave na caixa de luz, para a corrente da energia bélica” (JÜNGER 2002: 195-196).

princípio da cristalização, que dá sentido perpétuo ao crescimento, como faz o mostrador do relógio com relação ao ponteiro”. Erhardt também revelou que “o autor da bela obra sobre a simetria dos frutos se encontrava justamente em Marina – tratava-se de Filóbio, pseudônimo que escondia a identidade do padre Lampros” (JÜNGER 2008: 83-84).

A tematização dessa ordem, presente em *Nos penhascos de mármore*, não é particular a essa obra, tanto que se ampara em alegorias cristãs. Blumenberg aponta como ao longo dos *Diários de Paris* as citações bíblicas reforçam o sentido da provação permanente da jornada racionalista humana e, em *Strahlugen*, Jünger lamenta como uma época tão envolvida por questões energéticas perdera, contudo, “o conhecimento das forças imensas que se ocultam em um pedaço de pão compartilhado” (BLUMENBERG 2010: 28-29). Em *Nos penhascos de mármore*, uma alegoria de inspiração católica se faz presente na busca metafísica da Ordem:

Quando o porteiro nos conduziu igreja adentro, fomos também prestar a nossa reverência à imagem milagrosa. Vimos a alta senhora sentada num trono de nuvens e uma lua delgada que servia de escabelo a seus pés – e nessa lua falciforme desenhava-se um semblante que olhava para baixo em direção à Terra. Desse modo representava-se a divindade como o poder que repousa sobre a efemeridade das coisas, e ela era cultuada como Dispensadora e Ordenadora (JÜNGER 2008: 84).

Assim, se numa passagem que destacamentos anteriormente Jünger associará linguagem a liberdade, há, contudo, uma Ordem que determina a própria linguagem – como é colocado na passagem em que o narrador e seu grupo margeavam a floresta, para além dos penhascos de mármore e das pastagens, coletar ervas:

caminhávamos, e por vezes tardávamos várias horas no pântano e no juncal. Se não descrevo os pormenores desse caminho, é porque fazíamos coisas que se encontram além das possibilidades da linguagem e não se subordinam ao poder exercido pelas palavras. Cada um de nós traz na lembrança as ocasiões em que o seu espírito, em sonhos ou absorto na meditação profunda, já se esforçou por penetrar em lugares que depois não consegue descrever. Era como se o nosso espírito procurasse caminhar tateante em meio a labirintos, ou enxergar os sinais que se encerram num quadro enigmático, e despertasse admiravelmente fortalecido. É justamente nessa circunstância que se realiza o nosso melhor trabalho. Parecia-nos que a linguagem não nos bastava no momento do combate, e que seria preciso imergir até o fundo do sonho a fim de prevalecermos sobre a ameaça. E de fato, quando estávamos sozinhos no pântano e no juncal, sentíamos que essa operação era um jogo sutil de lances e de réplicas. A neblina se adensava, ao mesmo tempo que a força que institui a ordem parecia crescer em nosso íntimo (JÜNGER 2008: 104-105).

É assim, pois, através da evocação de uma dimensão transcendente, que o narrador diz que não “se constrói uma só casa, nem se traça um único plano que não tenha por pedra fundamental a sua queda; e não é em nossa obra que reside a nossa fração de imortalidade (JÜNGER 2008: 164).

Nessa “nova teologia”, para usar a expressão de Blumenberg, há também uma virada no que diz respeito ao tipo de apropriação de Nietzsche elaborada por Jünger.

Como observa Tercio Redondo: “Trata-se, antes de mais nada, de um acerto de contas com a recepção inicial que dera à obra do autor de *Assim falou Zaratustra*” em que, na ambiência da década de 1930, “o ideal guerreiro-nacionalista de Jünger fundar-se numa leitura um tanto seletiva e arbitrária do filósofo, carente de perspectiva histórica” e voltada para a glorificação da guerra. Ainda que *Nos penhascos de mármore* permanecesse “o elogio dos ideais aristocráticos que preceituam as virtudes do herói-soldado”, trata-se mais de uma “visão nostálgica que se vê rendida diante da *ratio* condutora da guerra mecanizada”, onde desaparece o “duelo submetido a códigos de honra e respeito à integridade moral do adversário”. Sobretudo depois da guerra, Jünger “voltaria a se haver com Nietzsche, enxergando em sua obra, contudo, muito mais uma premonição de eventos funestos que o empenho em forjar as armas de batalhas futuras”. Nesse sentido, deve-se reconhecer que, “se de um lado Jünger rompeu com os ideais do nacionalismo belicoso, permaneceu, por outro, um espírito aristocrata, descrente da democracia e da capacidade do povo para se organizar livremente, sem o auxílio de uma casta superior”. Ou seja, como coloca o autor, a leitura da obra em questão “traz mais de um exemplo desse conservadorismo político, em que pese a coragem do autor na denúncia dos horrores nazistas” (REDONDO 2008: 185-187).

Nesse sentido, no que podemos ver como virada política de Jünger em *Nos penhascos de mármore*, Redondo destaca uma passagem em que o filósofo “é então transposto para um campo de forças negativas a serem combatidas”, momento de clímax da narrativa em que “o narrador descreve os passos de um niilista entregue a sonhos de supremacia e avassalamento dos vencidos”, ao mencionar o nobre Braquemart – que acompanhará o narrador na batalha contra o monteiro-mor. Braquemart acreditava “que houvera, desde o início, duas raças na Terra, – os senhores e os servos – e que com o passar do tempo ambas haviam se misturado. Nesse ponto, era um discípulo do Velho Incendiário, e exigia, como ele, uma nova seleção” (JÜNGER 2008: 119). Nesse contexto, ainda, o narrador “descreve os passos de um niilista entregue a sonhos de supremacia e avassalamento dos vencidos”, sendo “Incendiário”, um “epíteto que Jünger cunhara para Nietzsche” (REDONDO 2008: 186). De fato, sobre o Braquemart, o narrador afirma que ele “trazia bem pronunciados todos os traços de um arrematado niilismo”, como a “inteligência fria e desarraigada quanto à inclinação à utopia”, compreendendo a vida,

como “todos os homens de sua espécie”, como “um mecanismo de relojoaria e vislumbra na violência e no horror a corda que põe em movimento o relógio da vida. Ao mesmo tempo ele se perdia na conceituação de uma segunda e artificiosa natureza” e “inebriava-se com o ramo de flores de imitação e com os prazeres de uma sensualidade encenada”. Em suma, flores “de gelo desabrochavam em sua frente” e, ao vê-lo, “era forçoso pensar na sentença profunda de seu mestre: ‘O deserto cresce – ai daquele que abriga desertos!’” (JÜNGER 2008: 122-123). (Essa sentença é referência ao poema nietzschiano “O deserto cresce. Ai daquele que abriga desertos!” presente em *Ditirambos de Dionísio*).

Contudo, como pretendemos argumentar, ainda resta uma semelhança propriamente *fundamental* entre o sentido presente em *Nos penhascos de mármore* e aquele que podemos perceber em *O trabalhador*. Nesta obra Jünger dizia que a batalha

é para o guerreiro um acontecimento que se cumpre numa ordem superior; o conflito trágico é para o poeta um estado no qual o sentido da vida pode ser captado de um modo particularmente claro; e uma cidade em chamas ou desertificada por um tremor de terra é para o criminoso um campo de atividade acrescida.

Do mesmo modo, o homem crente participa num círculo mais alargado da vida com sentido. O destino, através da infelicidade e do perigo, assim como através do milagre, inclui-o imediatamente numa ordem regente mais poderosa, e o sentido desta intervenção é reconhecido na tragédia (JÜNGER 2000: 77/§13).

A nosso ver, Jünger evocava a figura da tragédia tal como fora elaborado em *O nascimento da tragédia*, de Nietzsche: a subjetividade, “no sentido dos estetas modernos, é uma ilusão” (NIETZSCHE 2007: 41/§5). Nessa obra, Nietzsche diz que a embriaguez é o poder artístico dionisíaco não mediado pelo artista, que irrompe da própria natureza, e o poder artístico apolíneo se dá como o mundo figural do sonho, cabendo ao artista a simbolização que dá aos impulsos dionisíacos uma figura ou um tipo, considerando a volta para a fonte dionisíaca da vida, que implica reconciliação com o Uno-primordial. A *Gestalt* do trabalhador, pois, é figura para “as fontes mais profundas que alimentam o curso temporal do movimento” (JÜNGER 2000: 74/§12). Voltando a *Nos penhascos de mármore*, Jünger irá também propor uma síntese semelhante entre Braquemart – a corporificação de uma certa *vontade de poder* – e o jovem príncipe Sunmyra, seu companheiro. Uma síntese que significativamente poderia ser realizada pelo padre Lampros:

Ambos acorriam ao perigo – despreparados e sem ter quem os guiasse, como se embarcassem numa aventura. Seguiam como metades de homem – de um lado, Braquemart, o absoluto técnico do poder, que sempre via os fragmentos e jamais as raízes das coisas; de outro, o príncipe Sunmyra, o espírito nobre que conhecia a correta

ordenação das coisas, mas que se assemelhava a uma criança adentrando a floresta onde uivam os lobos. Parecia-nos, porém, plausível que padre Lampros pudesse modificá-los e uní-los profundamente, da maneira como se dá nos mistérios (JÜNGER 2008: 128).

É também significativo o final do quarto capítulo da obra, em que o narrador afirma que, por meio dos estudos sobre a flora de Marina, “novas forças despontavam para resistir aos ardentes poderes anímicos e domá-los, assim como os cavalos são conduzidos pela rédea” (JÜNGER 2008: 35-36). No mesmo §62 de *O trabalhador* em que, como vimos anteriormente, a tarefa da mobilização total “é a mudança da vida em energia”, era afirmada a “configuração de uma vontade que procura captar a vida na sua totalidade e trazê-la à forma”, algo que “será uma realização da figura do trabalhador”. Em termos que podemos dizer análogos a *O nascimento da tragédia*, continuava: “aponta-se a tarefa natural que tem de dominar uma arte que representa a figura do trabalhador” e a configuração – ou figuração – da paisagem da paisagem total do trabalho é “a tarefa mais abrangente que se apresenta à vontade artística” (JÜNGER 2000: 202-203/§62).

Assim, segundo Blumenberg, Jünger abandona a confiança na técnica, agora vista como niilista, passando a enfatizar, na época de *Nos penhascos de mármore*, a busca pela “realidade plena” e sua transcendência. A certeza e a segurança que antes haviam sido depositadas na “figura do trabalhador”, agora se fazem presentes na ideia de “viver o vínculo” na experiência da oração e do sacrifício (BLUMENBERG 2010: 27).

Por fim, se antes já destacáramos a passagem em que o narrador de *Nos penhascos de mármore* fala que as disposições humanas assemelhavam-se à ordenação cósmica e ao renascimento através do fogo (JÜNGER 2008: 78), destaquemos mais três passagens em que a ideia do sacrifício se faz presente:

Irmão Otho elogiava a sua figura [padre Lampros], dizendo-lhe, quando o saudava, que os encantos de Fortuna e de Vesta se uniam em sua pessoa numa alta configuração. O monge então baixava a cabeça num gesto educado e em seguida a erguia com um sorriso. Era como se ele, depois de considerar essas poucas palavras, as recebesse como uma oferta de sacrifício (JÜNGER 2008: 85).

[...] todos aqueles guerreiros – e mesmo os filhos livres das linhagens bárbaras – eram espíritos nobres, que abriam o peito à espada por amor à pátria, e em sua honra haveríamos de levantar os cálices num banquete, assim como se faz em homenagem a irmãos (JÜNGER 2008: 130).

As altas chamas revelavam o grau da destruição, e ao longe, em torno de Marina, antigas e belas cidades reluziam em sua queda. Elas cintilavam em meio ao fogo, como uma corrente de rubis, e o seu reflexo emergia enrugado das profundezas escuras da água. [...]

Assim, incendeiavam-se mundos distantes, para que o olhar se encante com a beleza do fim (JÜNGER 2008: 157-158).

## 4 Considerações finais: o olhar conservador

Recordemos que a noção de sacrifício já se fazia presente em *O trabalhador* enquanto sacrifício da subjetividade em prol da natureza planificada do trabalho. Podemos até pensar que a grande quantidade de alusões ao fogo como meio de regeneração da vida, presente em *Nos penhascos de mármore*, nos traz novamente, agora com uma roupagem mais teológica e menos bárbara, a figura do deus pagão Moloch<sup>12</sup> que já estava presente em *O trabalhador*.

Irmão Otho [...] atinava melhor com essa conjunção de fatores [a aproximação do perigo e da guerra], ao dizer que, em naturezas como a sua, a destruição não instilava o horror, e que tais naturezas haviam sido criadas de modo a adentrar a fornalha ardente, como se passassem pelos umbrais da casa paterna. Ele, que vivia como em sonho atrás dos muros do mosteiro, era talvez o único dentre nós que enxergava a realidade por inteiro (JÜNGER 2008: 85).

Enfim, *Nos penhascos de mármore*, além do sentido do sacrifício nobre e guerreiro em prol da pátria, há o um sentido teológico representado também no momento em que o narrador lamenta o crescimento de ritos e ídolos bárbaros que “aconteciam nas casas que há muito desprezavam o sacrifício e o holocausto” (JÜNGER 2008: 64).

Para concluirmos este presente trabalho, apontemos mais destacadamente, agora, a última semelhança entre as imagens trabalhadas em *Nos penhascos de mármore* e a linguagem empregada em *O trabalhador*. Mais especificamente, trata-se de um artifício usado por Jünger para conjurar a suposta Ordem que fundamenta a existência.

Segundo Blumenberg, ao longo de toda a obra de Jünger, desde *Tempestades de aço*, passando por *Nos penhascos de mármore*, haveria um estilo de pensamento menos preocupado com “ismos” e cosmovisões que com o ver a vida como experimento, algo que condiz com o espírito científico moderno, na medida em que este pressupõe a universalidade do pensamento e da investigação, assim como a sua liberdade e disponibilidade incondicionais (BLUMENBERG 2010: 17). Para Blumenberg, o “ver” era uma ação essencial no âmbito do “realismo heroico” em *O trabalhador*, lembrando o autor que a *theoria* (visão, contemplação) era o ponto de partida e origem do *éthos* para

---

<sup>12</sup> Conhecido também como Malcã e Baal, era cultuado por fenícios, cartagineses e cananeus, considerado símbolo do fogo purificador, por sua vez símbolo da alma, mas ficou mais conhecido por ser mencionado nos textos bíblicos como um deus ao qual os amonitas (uma etnia de Canaã) sacrificavam recém-nascidos, jogando-os numa fogueira cuja abertura, segundo as representações do deus, localizava-se no dorso ou base de sua estátua. Sobre a presença de Moloch em *O trabalhador*, ver COELHO 2017.



os gregos (BLUMENBERG 2010: 19). Em *O trabalhador*, para apresentar o novo mundo do trabalho – como havia observado Willi Bolle (1994) – Jünger utiliza a figura do Judeu Errante, Aasvero (ou Ahasverus), como guia num passeio fisiognômico pela cidade urbana e industrial moderna. “Para Aasvero, que no ano de 1933 começa de novo a sua caminhada, a sociedade humana e a sua atividade oferecem um aspecto estranho”, diz Jünger. “Que visão se oferece a uma consciência apátrida que se vê atirada para o centro de uma das nossas grandes cidades e, como em sonhos, tenta adivinhar a legalidade dos acontecimentos?”, indaga, para poder afirmar: “É a visão de um movimento crescente que se cumpre com rigor impessoal”, um movimento “ameaçador e uniforme”, uma “ordem meticulosa que imprime”, numa “engrenagem em movimento e rotação que lembra o percurso de um relógio ou de um moinho, o selo da consciência, do trabalho preciso conforme ao entendimento”. Mas ao mesmo tempo, diz, o todo aparece “como que lúdico, no sentido de um automático passar o tempo” (JÜNGER 2000: 113/§30).

Em *O trabalhador*, a figura de Aasvero serve, portanto, para alegorizar a visão estrangeira que percorre o cenário urbano e industrial para identificar nele a face da máscara *uniformizada* desse novo domínio que implica o declínio tanto da massa, amorfa, quanto do indivíduo, cuja liberdade é a de se colocar em sacrifício. Em *Sobre a dor*, Jünger já havia relacionado a objetificação em geral com a própria objetificação da vida, partindo da premissa de que “a vida seja capaz de distanciar-se de si mesma”, de “*sacrificar-se*” (JÜNGER 2003: 58-59).

Essa dimensão ao mesmo tempo *moderna e conservadora do ver* continuará após a tentativa – depois vista como niilista – de exaltar a figura do trabalhador e a totalidade do trabalho. Apenas *aparentemente* menos moderna ao afastar-se do elogio da totalidade da técnica e do trabalho planejado, a tarefa de Jünger será no entanto a de continuar colocando sua literatura a serviço de ideais conservadores

Em *Strahlugen*, segundo Blumenberg (BLUMENBERG 2010: 19), a agudeza visual “não se esgota somente na captação dos contornos, na fixação dos matizes das impressões”, mas “penetra no fundo, percebe estruturas de ordem ocultas. ‘No visível estão todas as referências do plano invisível. E é no modelo visível onde se tem que demonstrar que um plano assim existe’”. Essa *anámnese* platônica – ou seja, a reminiscência de algo anterior, pressupondo a alma e sua conexão com o cosmo – o autor constata também em outra obra de Jünger de 1948, *Ein Inselfrühling (Primavera insular)*

(BLUMENBERG 2010: 48-54), como uma alternativa ao niilismo que terá a forma de uma visão apocalíptica, que põe o mundo diante de um Juízo Final.

Com base nas nossas considerações, acreditamos ficar clara a busca permanente de Jünger por uma Ordem, relacionada a uma capacidade especial de *ver*. Em *O coração aventureiro*, de 1929, no escrito “Sobre a Cristalografia”, Jünger dizia que a “estrutura transparente é aquela em que, ao nosso olhar, superfície e profundidade se revelam simultaneamente” (JÜNGER 1991: 15). Se não há indicação de que por “profundidade” deveríamos entender um horizonte cosmogônico para além da descrição de um mecanismo natural, já em “O Prazer Estereoscópico”, o “apanhar as coisas com a pinça interior” adquire um sentido mais profundo, em que o sensível se aproxima do suprassensível:

Que isto [apanhar as coisas com a pinça interior] seja através de um sentido que igualmente se divide, aumenta a sutileza da apreensão. A verdadeira linguagem, a linguagem do poeta distingue-se pelas palavras e imagens que são de tal forma apreendidas, palavras que embora desde há muito sejam nossas conhecidas, se abrem como flores e de onde parece irradiar um brilho incólume, uma música colorida. É a harmonia secreta das coisas, que aqui se conjuga com a expressão, cuja origem é cantada desta forma por Angelus Silesius:<sup>13</sup>

No espírito, todos os sentidos são apenas um único sentido e um único uso:

Quem Deus contempla, saboreia-o, sente-o, cheira-o e ouve-o também.

Toda a percepção estereoscópica suscita em nós um sentimento de vertigem, em que se saboreia até à profundidade uma impressão sensível, de que conhecemos, pois, apenas a superfície. Entre o espanto e o encantamento, como numa queda magnífica, experimentamos uma emoção que contém em si uma confirmação – sentimos um ligeiro estremecimento do véu misterioso, a cortina maravilhosa do nosso mundo sensorial.

Na mesa onde nos encontramos, não existe refeição alguma que não esteja condimentada como uma parcela de eternidade (JÜNGER 1991: 34-35).

Enfim, essa visão estereoscópica, esse olhar especial também está presente em *Nos penhascos de mármore*, em certas passagens. Vem através da metáfora da altura, que permite alargar a escala de observação:

O nosso esforço era ricamente compensado pelo reconhecimento de que a lei e a medida das coisas se encontram entrelaçadas de modo perene nos casos e nas desordens deste mundo. Quando nos elevamos, aproximamo-nos do segredo que o pó esconde. A cada passo dado na montanha desaparece do horizonte a amostra fortuita e, quando subimos alto o bastante, o puro anel que nos liga à eternidade nos envolve completamente, onde quer que estejamos (JÜNGER 2008: 43).

Os próprios penhascos de mármore, acima dos quais se podia ver todos os domínios do entorno – Marina, suas ilhas e toda suas principais construções e sua vida

---

<sup>13</sup> Pseudônimo de Johannes Scheffler (1624-1667), poeta místico cristão, filósofo, médico, poeta e jurista alemão.

pulsante; ao sul, a terra de Alta-Plana; ao norte, a Campanha e, na sua extremidade, os pântanos e a floresta –, era o ponto acima do qual se podia ver “a vida que, cultivada e enraizada num solo antigo, evoluía como a videira e dava os seus frutos” (JÜNGER 2008: 56). Seriam os próprios penhascos de mármore uma alegorização desse *ver*? Nesse sentido, arriscamos ir além do que foi colocado por Blumenberg sobre o título da obra (cf. BLUMENBERG 2010: 55-57): para o autor, o *Sobre* marcaria aquilo que “*neles* e em relação a eles se sucede” e, nesse sentido, os penhascos encarnariam “a menor irrealidade possível: o solo da fatalidade”. Já a tradução francesa, que no título trocou *Sobre* por *Os* (penhascos), teria “intensificado a atemporalidade alegórica, introduzindo um corpo estranho, de índole geológica, em uma paisagem indeterminada”. Mas, talvez seja justamente a leitura alegórica sugerida pelo “Sobre” que confirmaria o sentido propriamente alegórico da obra. Esse aspecto alegórico é condizente com o sentido presente em todas as obras de Jünger – embora a escrita de *Nos penhascos de mármore* tenha sido motivada diretamente, de fato, pela experiência negativa da ditadura nazista.

Por fim, a imagem da “alta senhora” no mosteiro de Maria Lunaris, mencionada em passagem anterior, pode ser vista como mais um índice para o *ver*, no sentido exposto acima. Sentada no trono de nuvens, numa “lua delgada que servia de escabelo a seus pés” onde “desenhava-se um semblante que olhava para baixo em direção à Terra”. Dessa maneira, representava “a divindade como **o poder que repousa sobre a efemeridade das coisas**”, diz o narrador, sendo ela “cultuada como Dispensadora e Ordenadora” (JÜNGER 2008: 84, grifo nosso).

Enfim, Jünger nunca deixou de ser um aristocrata em sua visão de mundo, em seu estilo ao mesmo tempo moderno, conservador e, poderíamos dizer, *trágico*: “Há épocas de declínio, nas quais desaparece a forma que intimamente se delinea para a vida” (JÜNGER 2008: 46).

## Referências bibliográficas

- BENJAMIN, Walter. Teoria do fascismo alemão. Sobre a coletânea Guerra e guerreiros, editada por Ernst Jünger. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet; pref. Jeanne Marie Gagnebin. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 61-72.
- BLUMENBERG, Hans. *El Hombre de la Luna*. Sobre Ernst Jünger. Trad. Pedro Madrigal; ed. Alexander Schmitz y Marcel Lepper. Valencia: Pre-Textos, 2010.

- BOLLE, Willi. Culto da Técnica: A Modernidade Fascista. In: BOLLE, Willi. *Fisiognomia da Metrópole Moderna: Representação da História em Walter Benjamin*. São Paulo: Edusp, 1994, p. 209-267.
- CANDIDO, Antonio. *A viagem de Jünger*. In: JÜNGER, Ernst. *Nos penhascos de mármore*. São Paulo: Cosac Naify, 2008, p. 7-16.
- COELHO, Victor de O. P. Ernst Jünger e o demônio da técnica: modernidade e reacionarismo. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 35, maio/ago 2017, p. 246-273. Disponível em <[http://www.revistatopoi.org/topoi35/t35\\_artigo01.php#sthash.NxbgKeFQ.dpbs](http://www.revistatopoi.org/topoi35/t35_artigo01.php#sthash.NxbgKeFQ.dpbs)> Acesso em 10 de outubro de 2017.
- HERF, Jeffrey. *O modernismo reacionário: tecnologia, cultura e política na República de Weimar e no Terceiro Reich*. Trad. Cláudio Frederico da S. Ramos. São Paulo: Ensaio; Campinas: Unicamp, 1993.
- JÜNGER, Ernst. A mobilização total. Trad. e notas de Vicente Sampaio. *Natureza Humana*, v.4, n.1, jan./jun. 2002, p. 189-216. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-24302002000100006](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-24302002000100006)>. Último acesso em 5 de abril de 2018.
- \_\_\_\_\_. *Nos penhascos de mármore*. Tradução e posfácio: Tercio Redondo; apresentação: Antonio Candido. São Paulo: Cosac Naify, 2008
- \_\_\_\_\_. *O coração aventureiro*. Tradução Ana Cristina Pontes. Lisboa: Cotovia, 1991.
- \_\_\_\_\_. *O trabalhador*. Domínio e figura. Introdução, tradução e notas: Alexandre Franco de Sá; prefácio Nuno Rogeiro. Lisboa: Hugin, 2000. (Para consulta ao original: *Der Arbeiter*. Herrschaft und Gestalt. 3te Auflage. Stuttgart: Klett-Cotta, 2007).
- \_\_\_\_\_. Sobre a linha. Trad. Marco Aurélio Werle. *Cadernos de Tradução*, v. 1, n. 3, 1998, p. 39-74.
- \_\_\_\_\_. Sobre el dolor. In: *Sobre el dolor*, seguido de La mobilización total y Fuego y movimiento. Tradução do alemão Andrés Sánchez Pascual. 2. ed. Barcelona: Tusquets, 2003.
- KRACAUER, Siegfried. O ornamento da massa. In: O ornamento da massa: ensaios. Tradução: Carlos Eduardo Jordão Machado, Marlene Holzhausen. São Paulo: Cosac Naify, 2009, p. 91-103.
- LACQUE-LABARTHE, P. & NANCY, J-L. *O mito nazista*, seguido de O espírito do nacional-socialismo e o seu destino. Trad. Márcio Seligmann-Silva. São Paulo: Iluminuras, 2002.
- MORAT, Daniel. No inner remigration: Martin Heidegger, Ernst Jünger, and the early Federal Republic of Germany. *Modern Intellectual History*, v. 9, n. 3, 2012, p. 661-679.
- NIETZSCHE, Friedrich. *O nascimento da tragédia ou o helenismo e pessimismo*. Tradução, notas e posfácio: Jaime Guinsburg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- REDONDO, Tercio. Posfácio. In: JÜNGER, Ernst. *Nos penhascos de mármore*. Tradução e posfácio: Tercio Redondo; apresentação: Antonio Candido. São Paulo: Cosac Naify, 2008, p. 175-191.
- SÁ, Alexandre Franco de. *A Política sobre a Linha: Martin Heidegger, Ernst Jünger e a Confrontação sobre a era do Niilismo*. Covilhã, 2003. Disponível em <[http://www.lusosofia.net/textos/sa\\_alexandre\\_franco\\_a\\_politica\\_sobre\\_a\\_linha.pdf](http://www.lusosofia.net/textos/sa_alexandre_franco_a_politica_sobre_a_linha.pdf)> Último acesso em 23 de agosto de 2018.
- SCHMITT, Carl. *O conceito do político*. Apres. Hans Georg Flickinger; trad. Alvaro L. M. Valis. Petrópolis: Vozes, 1992.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. Obra de Jünger tem muitas facetas (crítica a *Nos penhascos de mármore*). *Folha de São Paulo, Ilustrada*, São Paulo, 15/11/2008. Disponível em

<<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1511200817.htm>> Acesso em 6 de abril de 2018.

SPENGLER, Oswald. *O homem e a técnica*. 2. ed. Prefácio: Luís Furtado. Tradução: João Botelho. Lisboa: Guimarães Editores, 1993.

STIEGLER, Bernd. La destruction et l'origine: Ernst Jünger et Walter Benjamin. *Littérature*, n. 112, 1998, p. 112-126.

*Recebido em 28 de novembro de 2018*

*Aceito em 04 de fevereiro de 2019*

# Visões da *posthistoire* em Arnold Gehlen e Ernst Jünger

[Views on *posthistoire* in Arnold Gehlen and Ernst Jünger]

<http://dx.doi.org/10.11606/1982-88372237158>

Sérgio da Mata<sup>1</sup>

*Herrn Ernst Jünger:*

*Wir sind von aussen oft verbunden, wir sind von innen meist getrennt, doch teilen wir den Strom, die Stunden, den Ecce-Zug, den Wahn, die Wunden des, das sich das Jahrhundert nennt.*

Gottfried Benn

**Abstract:** The article aims to explore the theme of *posthistoire* in the novel *Eumeswil* by Ernst Jünger, and in a series of publications made by the sociologist and philosopher Arnold Gehlen. We seek hereupon to emphasize the surprising elective affinities between the two authors, as well as to extract from their writings elements that allow us to shed light on some the dilemmas of our own time.

**Keywords:** Arnold Gehlen; Ernst Jünger; *posthistoire*, philosophy of history.

**Resumo:** O artigo busca explorar a temática da *posthistoire* no romance *Eumeswil*, de Ernst Jünger, e numa série de publicações do sociólogo e filósofo Arnold Gehlen. Tentamos evidenciar as surpreendentes afinidades eletivas que existem entre os dois autores, assim como extrair de seus escritos elementos que permitam lançar luz sobre alguns dos dilemas de nossa própria época.

**Palavras-chave:** Arnold Gehlen; Ernst Jünger; *posthistoire*; filosofia da história.

|

Dentre os muitos sinais de que o horizonte da modernidade não foi ultrapassado encontra-se este: diagnósticos sobre o fim da história continuam a produzir mais irritação que reflexão. Quem ousa levá-los a sério se arrisca, no melhor dos casos, a falar sozinho, e, no pior, a colocar a própria reputação em jogo. Devemos a ninguém menos que Immanuel Kant uma das mais contundentes advertências a esse respeito. “Que possa advir o instante

<sup>1</sup> Universidade Federal de Ouro Preto, Rua do Seminário s/n, Mariana, MG, 35430000, Brasil. E-mail: sdmata@ufop.edu.br. ORCID: 0000-0002-7963-6292



em que cessa toda mudança, é uma ideia que escandaliza a imaginação”, escreve ele em *O fim de todas as coisas* (KANT 1971: 334).

Vale ainda a pena nos debruçarmos sobre este tema – ou, quem sabe mesmo, sobre esta ilusão? Pode parecer despropositado recolocar tal pergunta, justamente quando ainda estão frescas na memória imagens que, dentro e fora de nosso país, desautorizam as teses de Francis Fukuyama (1992). A teoria liberal-hegeliana sobre o fim da história se mostrou demasiado otimista, mas está longe de esgotar o acervo de visões a respeito. Meta-narrativas como a de Fukuyama estão intimamente ligadas a uma problemática histórico-filosófica de fundo, o que justifica o interesse do historiador por elas, não obstante o fôlego curto que possam às vezes revelar. Continua verdadeira, nesse sentido, a conclusão a que chegou Ludwig Landgrebe (1982: 143), de que uma filosofia da história que pretenda atingir um grau máximo de reflexividade não pode se dar ao luxo de ignorar o problema do fim da história. A questão não parece ser menos relevante para o estudioso da literatura. Caso George Steiner esteja com a razão quando afirma que “literatura é expectativa dramatizada”, de pronto se revelam as implicações estéticas do problema da pós-história. Atingido este ponto-limite, pergunta-se ele (STEINER 1988a: 327), “o que viria a substituir o mecanismo primordial da esperança frustrada?”

Mais do que tentar decifrar o mistério da historicidade, a reflexão sobre o histórico bem pode servir-se de pontos de vista situados (ou que busquem se situar) “fora” do histórico, descrevendo um esforço que nem sempre foi perseguido de forma consequente. Análogo à moral provisória cartesiana ou à *epoché* fenomenológica, tal esforço pode ser considerado uma espécie de simulação sem a qual não se chega a um entendimento mais profundo das coisas. A capacidade de produzir em si mesmo esse estranhamento do olhar é a premissa de toda verdadeira compreensão: *ohne Befremdung kein Verständnis* (PLESSNER 2000: 170). Ao longo do século XX e a partir de motivações as mais diversas, o alheamento do histórico se deu, em geral, por meio de um anseio de “reabilitação” do mito. Uma saída do histórico, portanto, em busca daquilo que o antecede. Mais escasso foi o número dos que optaram pelo caminho oposto, os que pensaram o histórico a partir daquilo que presumidamente o sucederia. Ao colocar lado a lado os escritos de dois autores que raramente costumam ser associados entre si, Ernst Jünger e Arnold Gehlen, acreditamos encontrar elementos que permitam lançar alguma luz sobre o problema da *posthistoire* – cuja absurdidade, em que pesem as reprimendas de Kant, talvez seja apenas aparente.

Num momento em que, por toda a parte, as democracias ocidentais estão submetidas a *stress tests* que supúnhamos improváveis até bem pouco tempo, parece útil avaliar mais de perto como certa análise cultural conservadora elaborou sua perspectiva sobre a pós-história. Qual é o horizonte próprio desta visão de mundo, e o que podemos aprender com ela – sim, aprender – a fim de promover avanços justamente quando eles dão a impressão de exigir o dobro, o triplo, de nossa energia?

Dada a dificuldade de se definir o conservadorismo em termos substantivos, e não apenas porque a filiação de Jünger a esta tradição está longe de ser um ponto pacífico, o mais indicado é identificar o pensamento conservador a partir das *disposições temporais* que o caracterizam. Se nos fiarmos na análise já clássica de Karl Mannheim, o mais próprio do pensamento conservador é a sua tendência a “experimentar os acontecimentos [presentes – SM] em termos de uma atitude derivada de circunstâncias e situações ancoradas no passado”, e, o que não chega a ser contraditório, a contemplação da história menos como uma ordem de sucessões que como um feixe de simultaneidades (MANNHEIM 1986: 123, 126).

Haveria muito o que dizer sobre a história do conceito de pós-história, a respeito do qual se discutiu intensamente a partir de fins da década de 1980 (MEIER-OESER 1989; NIETHAMMER 1989; STEENBLOCK 1994; MEHRING 1996; FLUSSER 1997). Apesar do interesse que possa ter para nós um exercício de história conceitual, a proposta aqui é que possamos nos deter sobre a questão da forma mais sóbria e concisa possível. Evidentemente, as implicações teóricas, estéticas e políticas da tese da *posthistoire* só poderão ser esboçadas. Uma delas pode ser formulada nos seguintes termos: caso se possa de fato ultrapassar o umbral da história, numa derradeira *Zeitschwelle*, então a objetividade, que acreditávamos expulsa do horizonte do historiador, volta a se colocar como uma possibilidade. Não mais como um imperativo moral ou uma virtude epistemológica, fique claro, mas como uma possibilidade.

Apesar de a literatura acadêmica não ignorar completamente as aproximações entre Gehlen e Jünger, parece ter faltado quem lhes desse um tratamento mais cuidadoso. Desde logo, há que reconhecer que a associação que aqui se promove entre eles nada tem de óbvia. Se o primeiro é autor mundialmente conhecido, o mesmo está longe de valer para o segundo.<sup>2</sup> Embora os dois tenham ganhado projeção entre os anos 1920 e 1940,

---

<sup>2</sup> Gehlen continua pouco conhecido fora da Alemanha. Além das vetustas traduções para o português de *A alma na era da técnica* e *Moral e hipermoral*, só recentemente apareceram versões do seu artigo sobre a



inclusive preservando-a após o advento da segunda democracia alemã, não há registro de que tenham mantido relações entre si. Jünger não incluiu Gehlen entre os seus parceiros filosóficos preferenciais, e é quase certo que Gehlen via em Gottfried Benn, e não no autor de *Tempestades de aço* o grande escritor alemão do pós-guerra. Ademais, Gehlen morreu um ano antes da publicação do romance de Jünger de que falaremos a seguir. Como justificar, então, nosso esforço de aproximação?

Não o faremos pela via daqueles (KUZMICS; MOZETIČ 2003) que veem na literatura um manancial de *exempla* postos à disposição da análise sociológica; e muito menos daqueles que gostariam de ampliar o arsenal categorial da crítica literária às custas da sociologia do pós-histórico. Prevalecesse uma das duas opções, um campo seria colocado numa situação subsidiária, e um autor “a serviço” do outro. A intenção, muito mais modesta, consiste em identificar um rol de homologias que nos parecem compor uma imagem coerente, situada a meio termo entre o ficcional e o real, mas que justamente em épocas de crise dá a impressão de tornar-se ainda mais sedutora. São as expressões paroxísticas de um fenômeno que Odo Marquard (1983: 495) acredita ser moderno por excelência. Fenômeno próprio de uma época que “transforma a realidade num campo de testes (*Wirksamkeitsfeld*) de ficções”, e em que “princípio de realidade e princípio ficcional se fundem”.

## ||

Foi justamente quando, à base de um pensamento apocalíptico-revolucionário (SCHNETTLER 2004: 233), as ações armadas do grupo Baader-Meinhof ameaçavam abalar as estruturas da República Federal, que Ernst Jünger pintou em *Eumeswil* um quadro sombrio e perturbador de um mundo sem história, em que o historiador Manuel Venator reflete longamente sobre a natureza do poder político e de sua própria profissão.<sup>3</sup> Pouco antes de Jünger dar os retoques finais em seu livro, Gehlen havia refinado seu diagnóstico, não menos perturbador, da entrada do gênero humano na *posthistoire*. Ao abordá-los conjuntamente, tentaremos evidenciar a complementaridade existente entre o discurso literário e a descrição sociológica produzidos por estes dois importantes intelectuais alemães do século XX. Eles nos fornecerão elementos para enriquecer a descrição da

---

nostalgia (GEHLEN 2017) e a introdução de seu *opus magnum* (ROCHA 2016: 19-101).

<sup>3</sup> Segundo Kiesel (2007: 635) o romance foi escrito entre 1974 e setembro de 1976.

entropia temporal que caracteriza a nossa época (MATA 2018), ou, quando menos, a que vem se desenhando há alguns anos em nosso país, sob a forma de uma crise terminal do sistema político.

É compreensível que um importante aspecto de *Eumeswil* praticamente não tenha merecido a atenção dos críticos e filósofos que escreveram a seu respeito, mas tal não pode ser o nosso caso: Manuel Venator, o protagonista de Jünger, é um historiador, e um historiador que nasce numa família de historiadores. Ao invés de dedicar-se exclusivamente à erudição, ele toma a decisão de trabalhar também, no período noturno, como um prosaico *barman*. Não se trata, contudo, de um bar qualquer, e sim do que existe na corte do Condor, tirano da cidade-estado de Eumeswil. Enquanto tenta entender, a partir de dentro, o funcionamento do poder político, Manuel se perde em pensamentos sobre sua vida, sobre a política, sobre os historiadores e sobre a história – ou antes, a pós-história.

Qual é o tempo próprio deste “romance pós-histórico” (RUBEL 2000: 764)?<sup>4</sup> Curiosamente, trata-se de um tempo moderno na sua acepção plena, marcado pela coexistência de distintos regimes temporais e pela simultaneidade do não-simultâneo (NASSEHI 2008). Visões distópicas são construídas a partir de motivos retirados à Antiguidade, provenientes, sobretudo, da civilização helênica. Indicações esparsas no texto permitem situar a narrativa num futuro distante, em algum momento após o início do terceiro milênio depois de Cristo. A intensa homogeneização econômica, política e cultural de inícios do século XXI, época do “Estado Mundial”, posteriormente deu lugar a um processo de desagregação ao fim do qual restaram apenas “os reinos dos diádocos e as cidades-Estado dos epígonos” (JÜNGER 1987: 213, 277, 447).<sup>5</sup> Na geografia mítica de Jünger, Eumeswil situa-se às margens do Mediterrâneo, em um lugar não muito bem definido entre Cartago e Jerusalém. Sua integridade territorial é mantida graças à aliança com o Cã Amarelo, líder de uma grande potência do norte. Salvo pela presença de

---

<sup>4</sup> A opinião de Renner (2014: 252) de que *Eumeswil* seria um romance pós-moderno não nos parece convincente, e não apenas por omitir o fato de que Jünger se distanciou do conceito de pós-modernidade (PEKAR 2012: 199). O erro, como cedo sublinhou Johannes Weiss (1993), está em confundir os conceitos de *posthistoire* e pós-modernidade.

<sup>5</sup> Como se sabe, o conceito de *Estado mundial* remonta à obra de seu amigo Carl Schmitt. Jünger sistematiza suas posições a respeito em *Der Weltstaat*, ensaio no qual postula que a grande disputa travada entre Ocidente e Oriente na Guerra Fria era meramente ilusória. Os impérios norte-americano e soviético partilhavam os mesmos conceitos políticos fundamentais (paz, liberdade, democracia), o mesmo culto da técnica, até mesmo o mesmo símbolo da estrela. Num platonismo que antecipa claramente a atual crítica de setores reacionários ao “globalismo”, Jünger via nos dois grandes blocos as “duas metades da mesma fôrma do Estado mundial” (JÜNGER 1960: 24).

avançada tecnologia, tudo ali evoca a situação de instabilidade e lenta decomposição do Império Macedônio de meados do século IV a.c.. A propósito, Eumeswil deve seu nome a Eumênio, um dos auxiliares mais próximos de Alexandre o Grande, e que se tornou sátrapa da Capadócia após a morte do grande conquistador. O poder, obtido pela força das armas, é exercido com mãos de ferro pelo Condor, um misto de déspota esclarecido e tirano (JÜNGER 1987: 14, 59). A situação política é sempre tensa. O regime tem de se haver com inimigos dispostos em três frentes: os simpatizantes do antigo regime – quando vigorava um modelo descentralizado, controlado pelos tribunos – uma débil oposição (a respeito da qual se costuma fazer vistas grossas), e a oposição clandestina radical, formada por anarquistas e guerrilheiros.

No livro não há propriamente um enredo, mesmo porque em Eumeswil, como sabemos, já não há história. Em sua biografia de Jünger, Kiesel (2007: 636) sugere que o ritmo modorrento da narrativa deixa perceber em si mesmo a inércia em que está enredado esse estranho mundo pós-histórico. Com o espírito meticuloso de um ornitólogo, Manuel acompanha o dia a dia da corte: retém na memória fragmentos de diálogos do Condor, decifra a personalidade de seus auxiliares mais próximos como o Domo e Átila, constrói uma extensa série de analogias históricas. Interessa-lhe o mecanismo de funcionamento daquela estrutura de poder, similar à do período dos diádocos macedônios e dos tiranos renascentistas. Na distopia de Jünger nada indica que a jaula de ferro da dominação possa ser quebrada. Quando muito, a tirania é substituída pela oligarquia, até que outro aventureiro a ponha abaixo. Para Manuel, “matar o tirano seria como cortar a cabeça da hidra; para cada tirano morto surgiriam trinta” (JÜNGER 1987: 293).

Por um gosto de paradoxo ou simples ironia, Jünger faz de um historiador o protagonista de uma história que se passa num mundo pós-histórico. De fato, soa improvável para o leitor a riqueza do pensamento de Manuel, um jovem de 29 anos. Mas isso importa pouco. Àquela altura com 82 anos de idade, Jünger se sentiu confortável para vestir a pele do historiador, o qual, diferentemente do soldado – a famosa advertência foi feita por Ranke – precisa ser velho. Por outro lado, muito do talento precoce de Manuel se deve ao fato de que ele pertence a uma estirpe de historiadores. Um de seus antepassados, Josiah Venator, escrevera importante obra intitulada *Felipe e Alexandre*. Do pai e do irmão, também eles historiadores, dois “liberais típicos” e nostálgicos da época dos tribunos, ele fala com desprezo (JÜNGER 1987: 22, 47).

Seus verdadeiros “pais espirituais” são Vigo, Bruno e Thofern. Em Vigo, historiador de quem se torna assistente na universidade, Manuel admira o profundo senso de individualidade, a aversão às modas acadêmicas, a imperturbável objetividade, o método morfológico e a visão trágica da tarefa do historiador. Aproxima-os ainda um interesse comum pelas épocas de decadência. Avesso a “sortilégios”, Vigo encara seu trabalho com uma “tristeza fundamental” (JÜNGER 1987: 24, 100). O filósofo Bruno, de quem Manuel frequentou o curso sobre história do ceticismo, é um mestre cuja exposição “irradia racionalidade”.<sup>6</sup> A despeito de sua grande familiaridade com a história das ideias, Bruno “era capaz de apagar a consciência histórica e suas paixões” (JÜNGER 1987: 70, 76). Thofern, o linguista, seduz menos pela atitude ou pelo método que pelo seu tema: o processo de decadência da linguagem, entendido como expressão de uma “época agonizante” e da “perda da história” (JÜNGER 1987: 97-99).<sup>7</sup> Enquanto Bruno se refugia em seu ceticismo, Thofern e Vigo sofrem a perda da linguagem e do passado. A dor de Thofern é “a de um homem inspirado, numa época sem inspiração” (JÜNGER 1987: 104). A de Vigo advém de sua luta inglória contra o esquecimento. Quando é bem-sucedido, o historiador “vence o tempo e triunfa sobre a morte” (JÜNGER 1987: 97). De tal sorte que está diante de ruínas cuja reconstrução sempre ultrapassa a medida de suas forças. A dor é o torrão do historiador. “Mal pegamos a pena”, diz Manuel, e “a tortura começa” (JÜNGER 1987: 193). Esta dor, “ele a sente com especial agudeza quando reflete sobre o destino dos reformadores do mundo. Um lamento sem fim, uma eterna esperança se transmite de geração em geração, como tocha que vez por outra se apaga” (JÜNGER 1987: 369).

Esperança é uma palavra vã num lugar como Eumeswil, descrito por Vigo como a “inundação de uma massa a-histórica e inculta sobre uma base alexandrina”, e que para Manuel não passa de um “estado de felás” (JÜNGER 1987: 32, 229).<sup>8</sup> Uma sociedade sob todos os aspectos decadente, “periodicamente explorada por demagogos no aspecto

<sup>6</sup> De fato, o contato crescente do mundo grego com outras culturas teria levado, em fins do Império Macedônio, ao surgimento de um “ceticismo pleno de consequências” (DILTHEY 1960: 3).

<sup>7</sup> Dada a escassez de bons estudos sobre *Eumeswil*, é difícil saber se Jünger se deixou inspirar por alguém neste particular. Salta aos olhos, em todo o caso, a similitude entre as posições de Thofern e as de George Steiner (1988b: 30-54) em seu notável ensaio “O repúdio à palavra”, de 1961.

<sup>8</sup> Objeto de diversos estudos, a importância de Oswald Spengler para Jünger parece confirmada pelo uso recorrente do termo “felá” em *Eumeswil*. No vocabulário spengleriano, *Fellachenvölker* são os povos que vivem a-historicamente, imersos num *planloses Geschehen*: muita coisa acontece, mas nada de significativo (SPENGLER 1922: 204).

moral, até que chegam os generais e lhes põem uma coluna vertebral protética” (JÜNGER 1987: 289).

O jovem historiador se limita a constatar que “a história está morta”, e que vive num “mundo de epígonos” onde o progresso cessou e “a agitação interior faz os acontecimentos se moverem em círculo”. Há ainda alguma dinâmica social e política, mas não história propriamente. “O catálogo das possibilidades parece esgotado”, e as revoluções, tendo se tornado crônicas, evidentemente “não mudaram nada”. A “substância histórica” consumiu-se, e “o corpo social, como um peregrino cansado da longa caminhada, entrega-se ao descanso”. Ao historiador resta constatar como a lógica da superação é substituída pela da repetição. Manuel é perseguido pela frase de Bruno, de que “sobre a parede cujo reboco se desprendia voltariam a reaparecer os ídolos há muito esquecidos” (JÜNGER 1987: 223, 339, 86, 114, 71).

É a visão de um intelectual. Será a das massas? Manuel afirma que em Eumeswil “a massa é a-histórica, [e] a elite meta-histórica” (JÜNGER 1987: 340). O povo “não quer um futuro melhor; quer viver bem agora. Não quer ouvir o tilintar das moedas, quer tê-las no bolso” (JÜNGER 1987: 87). A mudança não é considerada positiva em si mesma, pois “o homem vulgar se sente satisfeito quando sua vida segue um ritmo constante; gosta de ver a fumaça da chaminé, não o incêndio de sua casa” (JÜNGER 1987: 223). Mesmo estudantes de história, antigos colegas de Manuel na faculdade, não contradizem essa tendência geral. O fascínio de Vigo pelo passado lhes parece antiquado, posto que para eles “o fundamental é o instante presente” (JÜNGER 1987: 32). A musa da história deve amargar sua sorte num mundo em que “até os meninos riam dos deuses” (JÜNGER 1987: 102-103).

Em nosso intento de descrever *Eumeswil* em suas grandes linhas, quase nos esquecemos que Manuel se põe a serviço de um tirano. Talvez possamos desculpá-lo porque ele não o faz na condição de intelectual, do intelectual típico, cuja vontade de poder é muitas vezes análoga à do soberano. Tal como no modelo do cientista “puro”, Manuel obedece apenas aos ditames da própria *curiositas*. Seu trabalho noturno é um posto avançado de observação, onde registra tudo o que lhe parece relevante. É o entendimento das leis do mecanismo que o interessa, não sua posse. Nesse sentido, pode-se dizer que ele serve ao Condor, mas não ao poder. Do ponto de vista teórico, Manuel vê a si mesmo como um meta-historiador e um “cético”, um “positivista” inspirado por Vigo e pela figura arquetípica de São Tomé (JÜNGER 1987: 86, 141, 250). Pode-se

questionar, a partir das sugestivas notas de Hans Blumenberg, se por detrás da meta-história de Jünger/Manuel, com sua predileção pelas analogias e sua aversão pelo concreto, não se revela um estilo de pensamento platonizante (BLUMENBERG 2010: 34, 144). Mas, ainda aqui, temos a nítida impressão de que não se trata da rotineira construção de um personagem literário. Se entre os professores evocados na primeira parte do romance Jünger tivesse incluído alguém familiarizado com a sociologia do conhecimento, este provavelmente diria que a possibilidade da objetividade histórica, em Eumeswil, é um efeito colateral do esgotamento do histórico.<sup>9</sup> Como assim?

Manuel acredita que Eumeswil “oferece ao historiador uma situação especialmente favorável, pois aqui não existe nenhum tipo de valores. [...] Não há crença nas ideias, e causam estranheza as vítimas sacrificadas em outras épocas em razão de suas convicções” (JÜNGER 1987: 59). As antigas crenças liberais, que ainda moviam seu pai e seu irmão, não passavam agora, diz ele, de simples “paródias” (JÜNGER 1987: 62). Nos tempos passados houve quem considerasse a objetividade como a qualidade distintiva dos eunucos entre os historiadores. Atingido um estágio como o descrito por Daniel Bell em *The End of Ideology* (BELL 1980), o que acontece é que “à força de serem repetidas, as grandes ideias se desgastaram. Já ninguém move um dedo por elas” (JÜNGER 1987: 86).<sup>10</sup> A imparcialidade não é mais que um autoengano, como quem sabe possa ter sido na época que o livro caracteriza como dos “Estados combatentes”, mas a atitude epistêmica natural tão logo a chama da paixão política se extingue. Manuel conclui: “as grandes ideias brotam no coração, disse um francês antigo. Poder-se-ia acrescentar: e são frustradas pelo mundo” (JÜNGER 1987: 82; JÜNGER 1993: 70).

Em face de tudo isso e a partir das lições de seus mestres, ele elabora sua própria posição e se define como um “anarca”. Dada a simultaneidade do aparecimento do livro e o auge do terrorismo de esquerda no famoso “outubro alemão” de 1977, é compreensível que se tenha dado especial atenção à doutrina do anarca nos primeiros estudos publicados sobre *Eumeswil*. Digamos apenas que para Jünger o anarca nada tem comum com o anarquista. Enquanto o anarca coloca sua liberdade individual – sobretudo de consciência – acima de todas as coisas e, em decorrência disso, se torna um ser solitário, o anarquista

<sup>9</sup> Tal ideia fora claramente antecipada em *An der Zeitmauer* (JÜNGER 1959: 94-95).

<sup>10</sup> Bell se queixou das incompreensões produzidas pelo título de seu livro, um conjunto de ensaios no qual, a bem da verdade, a expressão “fim da ideologia” sequer aparece. Para ele, tal como para Jünger e Gehlen, a noção de “fim” não deve ser entendida em sentido literal, mas da maneira indicada pelo subtítulo de sua coletânea: *On the exhaustion of political ideas in the Fifties*. A respeito, ver o interessante balanço de Brick (2013).

é um gregário incorrigível, movido por um idealismo confuso, anacrônico. Em Eumeswil há dois tipos de anarquista, o “benigno” e o “maligno”. Os primeiros não fazem mal a uma mosca, mas mesmo os últimos não passam de perigosos úteis, cujo gosto pela violência mais reforça os mecanismos de dominação que os abala. Se o anarquista radical sonha em aniquilar o soberano, o anarca não vê problema no convívio com este: o único domínio a que almeja é o domínio de si. Daí que Manuel se coloque “em uma relação objetiva e também cética em face do poder” (JÜNGER 1987: 50, 363, 365). “Tenho a firme determinação”, declara ele, “de não me comprometer com nada, não aceitar coisa alguma com seriedade definitiva” (JÜNGER 1987: 103). Num outro trecho, Manuel diz não se sentir vinculado nem “ao presente político nem à tradição; sou uma folha em branco, aberta e capacitada a todas as direções” (JÜNGER 1987: 293). Manuel acredita que todo historiador é, até certo ponto, um anarca; e que “caso tenha estatura suficiente, a partir desta base se converte em juiz imparcial” (JÜNGER 1987: 50-51). Tal objetividade, como vimos, não resulta de escolhas epistemológicas ou éticas. Ela é, por assim dizer, a consequência necessária quando nenhuma das opções disponíveis satisfaz. O compromisso maior do historiador-anarca não é, como entre os antigos gregos, com o conhecimento ou com o legado deixado às gerações futuras, mas com a sua liberdade individual. Mais do que o anarquista, ele está apto a captar o elemento anárquico, a “força primitiva” que todo ser humano, até mesmo toda realidade, carrega em si: “o amor é anárquico, o matrimônio não. O guerreiro é anárquico, o soldado não. O homicida é anárquico, o assassino não. Cristo é anárquico, Paulo não” (JÜNGER 1987: 48). E como para Manuel “a história universal se move mediante a anarquia” (JÜNGER 1987: 49), talvez fosse o caso de acrescentar: a história é anárquica, a historiografia não.

No entanto, este elemento disruptivo perdeu a sua força, aquietou-se. Algo como “uma espécie de corte transversal paralisador [...] secciona o nervo da história”, destino a que está condenada Eumeswil “ainda que passem mil anos”. Todas as tentativas de reverter este estado de coisas, conclui ele, “são mais fantásticas que epigônicas”. A pós-história se resume a uma sucessão de “grandes períodos vazios, sem sangue e sem saque” (JÜNGER 1987: 171). Por toda a parte o que se vê é “o esgotamento, o pântano lodoso. (...) O mundo se torna insignificante. A palavra perde substância, sobretudo ali onde deve ser algo mais do que simples comunicação” (JÜNGER 1987: 83).



## III

Temos agora de nos deslocar para a antessala da literatura, e retornar ao húmus de onde ela brota e que a torna possível, a realidade. Acessando a obra de Gehlen, percebe-se em que medida sua sociologia oferece elementos para a leitura não apenas de *Eumeswil*, mas também daquilo que se passa ante nossos próprios olhos. E embora tenha havido quem apostasse na tese de que o escritor tenha sido influenciado pelo sociólogo (KRON 1998: 13), as evidências a respeito não parecem convincentes. Jünger e Gehlen eram *Zeit-*, não *Gesinnungsgenossen*. Eis o que torna ainda mais interessante o fato de que ambos tenham recorrido ao período do helenismo. Em 1969, ao empreender sua vigorosa crítica à hipertrofia moral das sociedades industriais, Gehlen se detém longamente na figura de um contemporâneo de Eumênio: o filósofo estoico Zenão de Cítio (340-264 a.c.). Da mesma maneira que Droysen, Gehlen vê no helenismo uma época marcada pelo declínio cultural e pela concomitante ascensão de uma intelectualidade moralista, alheia (ao menos no plano do discurso) à realidade demoníaca do exercício do poder.<sup>11</sup> Tal moralismo, como a arte helênica, não passava de um conjunto de formas destituídas de conteúdo: expressão mais característica de “uma das épocas mais mentirosas da história” (GEHLEN 1984: 31). Mas as aproximações entre Jünger e Gehlen dizem menos respeito ao que possa haver de comum entre Manuel Venator e Zenão, do que àquilo que ambos parecem simbolizar à luz de seus respectivos contextos: a relação que existiria entre crescente prestígio dos intelectuais e perda de vitalidade cultural. No que diz respeito a seus usos do passado, pode-se dizer que a diferença fundamental a ser sublinhada é que para Jünger o helenismo é metáfora, e para Gehlen, prefiguração.

Falamos em usos do passado. Seria possível falar em usos da ficção pela sociologia da *posthistoire*? Há indícios de sobra nesse sentido, todavia eles não apontam na direção de Jünger. É antes para Gottfried Benn que temos de nos voltar, uma vez que sua presença nos ensaios e livros de Gehlen se atesta sem grande esforço. Não é improvável, aliás, que ao se definir como um “comentarista da ruína” (*apud* REHBERG 2013: 102), Gehlen estivesse apenas dando um sinal a mais disso. São recorrentes suas menções ao grande poeta, e recentemente ficou demonstrado que a admiração entre os dois era recíproca (DUTT 2016: 375-375). Pouco antes de morrer, Gehlen escreve que em

---

<sup>11</sup> A “era dos diádocos” foi chamada por Droysen de a “Idade Média do mundo greco-asiático”. Para o grande historiador, neste período a tradição retórica grega evanesce, a poesia dava lugar à emulação, a religião à teocracia e a política à mediocridade (DROYSEN 1836: vi, 8).



*Der Ptolemäer* se manifesta “o alto lamento nostálgico da consciência do fim da civilização ocidental” (GEHLEN 2017: 148). Com efeito, nesta novela de 1949 Benn proclamara a “ausência de futuro” (*Zukunftslosigkeit*) e o “fim do dogma” do *homo sapiens*. Não chegou, é verdade, a falar em fim da história; seu raciocínio é mais complexo: “Certamente ainda existiriam épocas, históricas, por assim dizer. Tão sem ruído e melodia este réptil, a ‘História’, não se esquivou” (BENN 1980a: 185).<sup>12</sup> Somente na década seguinte Jünger elaboraria um ponto de vista parecido. Ele se perguntava se a humanidade teria chegado a um estágio em que os eventos não estariam mais “articulados de uma forma a que nos habituamos chamar de história, mas de uma outra, que não chegamos ainda a nomear” (JÜNGER 1959: 94).<sup>13</sup> Seria iminente o “adeus à história” (JÜNGER 1959: 111).

Ainda não nos é possível dizer em que medida a sociologia da pós-história de Gehlen foi estimulada pelo contexto literário de inícios da Era Adenauer, embora saibamos que ele atuou por algum tempo como coeditor da *Wiener Literarisches Echo*, onde publicou uma resenha das *Strahlungen* de Jünger (STREIM 2008: 145). Em todo o caso, é certo que o estímulo decisivo não veio daí. Como fez questão de ressaltar várias vezes, sua adoção do conceito de *posthistoire* se deu a partir da leitura do livro *Vermassung und Kulturverfall: Eine Diagnose unserer Zeit*, publicado em 1951 pelo belga Hendrik de Man. É de se supor que, a partir daquele momento, o que era um sentimento vago de toda uma geração tenha subitamente adquirido, para Gehlen, um fundamento sólido – tanto por estar lastreado numa tradição científica respeitável, quanto por oferecer uma alternativa à visão cíclica de Spengler, que, como se sabe, gozava da simpatia de Jünger.

A quintessência do argumento de De Man se encontra nesta passagem:

Contemporâneos de grande sensibilidade, nos quais a consciência desta situação [atual - SM] provoca vertigens, interpretam-na como se tivéssemos passado a uma época que não pertence mais à história. Até onde alcança meu conhecimento, o francês Bertrand de Jouvenel foi o primeiro a dar expressão a tal pensamento. Com isso ele não queria dizer

<sup>12</sup> Na Alemanha da segunda metade da década de 1940 difundiu-se de forma impressionante a semântica do “fim”, como atestam os exemplos de Alfred Weber e Karl Jaspers (“fim da história”), Romano Guardini (“fim da era moderna”) e Josef Pieper (“fim do tempo”). O retorno deste fenômeno nos anos 1990 sugere que ao menos duas premissas devem ser consideradas: de um lado, a resiliência da concepção judaico-cristã da história universal; e, de outro, a experiência de grandes traumas históricos. A respeito, deve ser consultado o denso estudo de Gerd Irritz (1996).

<sup>13</sup> Temos a sensação de reencontrar aqui as palavras de Guardini, dadas a público em 1950. Para este influente filósofo católico, era hora de se “reconhecer o fim da Idade Moderna e a nova época que se aproxima, e que ainda não foi designada pela história” (GUARDINI 2000: 50). No original: *von der Historie noch nicht benannten Epoche*.

o mesmo que outro francês, o matemático A. A. Cournot, que cunhou, há um século, a expressão *post-histoire*; já que com ela Cournot pretendia designar a situação que advém quando uma criação ou instituição humana qualquer é a tal ponto aperfeiçoada que toda transformação morfológica ulterior fica de antemão excluída. A perspicaz teoria de Cournot, que desde então não recebeu a merecida atenção, [...] permite, aplicada ao momento atual, fundamentar a conclusão de que nossa civilização preencheu seu sentido “arquetípico” e, por conseguinte, entrou numa fase destituída de sentido; a alternativa, do ponto de vista biológico, não seria nem morte nem mutação. Aquilo que Spengler vê como um ser ahistórico difere inteiramente do que Jovenel e Cournot têm em mente. Não se trata, na *post-histoire*, da letargia de uma civilização cuja força vital se esgotou, mas da entrada numa fase dos eventos mundiais (*Weltgeschehen*) que ultrapassa completamente os quadros da história, uma vez que as conexões historicamente determináveis entre causas e efeitos deixam de existir. É da essência da ciência histórica reconhecer e descrever, em sua conexão de sentido, os acontecimentos que estruturam o devir da humanidade. Mas se os eventos em si mesmos se mostram destituídos de sentido, então a história atinge o seu limiar. (DE MAN 1952: 124-125)

Tudo leva a crer que não foi pequeno o entusiasmo de Gehlen ao ler a passagem acima e se familiarizar com o conceito criado por Cournot. Tanto é que se apropria dele imediatamente, empregando-o em dois artigos de 1952. Talvez por não ter ainda amadurecido suas próprias análises a respeito, suas primeiras menções à pós-história são feitas quase que à margem destes textos. A intuição dispunha agora de uma armadura conceitual; faltava dotá-la de conteúdo: “Teremos já saído da história e adentrado a *posthistoire*?” (GEHLEN 1963a: 246) “Se for este o caso”, observa ele, “naturalmente não se poderá mais dizer rigorosamente nada sobre o futuro”. Caso contrário, “então ainda é possível extrair do passado consequências para o futuro” (GEHLEN 1978: 19).

Há dois elementos centrais na análise de Cournot e De Man. O primeiro diz respeito ao longo processo por meio do qual a história universal aos poucos revela seu sem-sentido, tema do notável livro de 1949 de Karl Löwith, *Meaning in History*. A morfologia da condição pós-histórica é o passo subsequente, ao qual Gehlen dedica uma série de escritos. Daí a ironia feita em seu último livro, publicado no rescaldo do 1968 alemão: “quem já não quer obedecer mais aos humanos cede pelo menos ainda a um deus. Hoje esse deus é a história” (GEHLEN 1984: 19). Na esteira de Tucídides, Burckhardt, Huizinga, Scheler e Plessner, para Gehlen a condição humana se situa aquém e além do tempo histórico.<sup>14</sup>

Mas não separemos o homem de seu contexto. A literatura do Entre-guerras mostra que a ascensão do conceito de historicidade nunca deixou de suscitar certa desconfiança. Em 1927 – mesmo ano em que aparecia a obra mais conhecida daquele a

<sup>14</sup> Também para Jünger (1960: 36-37), “enquanto espécie, o ser humano marcha ileso em meio ao declínio de gerações, povos e culturas”.

quem Gehlen se referia como “o yogi de Freiburg” (*apud* REHBERG 2013: 94) –, Kurt Tucholsky escrevia o seguinte:

Acredito na história porque as variações que jogam com a humanidade não são tão numerosas. Tudo retorna ao menos uma vez – sempre. Os motivos, as paixões, as relações entre mulher e homem – sim, até mesmo as formas em que isso acontece são incessantemente retiradas ao mesmo grande armário. É um caleidoscópio – há ali um grande número de nuances, é verdade, mas as pedrinhas são sempre as mesmas. (TUCHOLSKY 1975: 263)<sup>15</sup>

À sua maneira, Tucholsky antecipa o que Gehlen chamou, num influente ensaio de 1961, de “cristalização cultural”,<sup>16</sup> no qual o *insight* de Cournot e De Man seria desenvolvido de forma consequente. A segunda metade do século passado teria assinalado o esgotamento dos grandes sistemas de ideias, das grandes visões de mundo surgidas no século XIX. Tais sistemas, alguns deles obra de um só homem (Freud, Marx, Nietzsche), decerto continuam a existir, mas apenas como um “modelo vazio”. Hoje não há espaço sequer para sucedâneos: trata-se de algo que “não está mais dentro das possibilidades de nossa época”. Depois de duas guerras mundiais, só têm futuro aquelas doutrinas capazes de manter em movimento as engrenagens das modernas sociedades industriais (GEHLEN 1963b: 316). Enquanto a virada civilizacional entre 1750 e 1850 deu início a uma era das grandes singularizações, as nossas sociedades se mostram cada vez menos aptas a trabalhar com meta-linguagens. A experiência que predomina é a da pluralização. Cada comunidade de sentido elabora um cosmos semântico próprio, que permanece pouco permeável (quando não fechado) para os demais (BERGER; LUCKMANN 2004; SNOW 2016). A centralidade de que passa a gozar a ciência em nossa civilização amplia e aprofunda este processo de babelização do mundo. O mesmo pode ser constatado no âmbito das artes plásticas, em que há muito a obra de arte se emancipou do grande público e abdica de qualquer esforço de representação de territórios que ultrapassem a estrita subjetividade do artista. Para Gehlen, até mesmo o conceito de vanguarda perde sua força, soa ultrapassado. “Quem fala hoje de vanguardismo”, conclui, “fala de liberdade de movimento enquanto programa” (GEHLEN 1963b: 322).

<sup>15</sup> Mas tarde a mesma metáfora seria retomada por Blumenberg, referindo-se ao plano das trajetórias individuais: “A vida não é nem uma nuvem nem um rio, mas um caleidoscópio. Quando dizemos que [ela – SM] acaba por um *esgotamento* não nos referimos a nenhuma forma de cansaço e esvaziamento, mas sim a um *esgotamento* das possibilidades” (BLUMENBERG 2010: 212).

<sup>16</sup> É pouco provável que o conceito tenha sido cunhado pelo próprio Gehlen. Em seu *Post-Historic Man*, de 1950, o norte-americano Roderick Seidenberg falou de um “universal process of crystallization” advindo do domínio da máquina sobre o homem, até que os indivíduos “will remain encased in an endless routine and sequence of events” (*apud* MEIER-OESER 1989: 1140). Não nos foi possível saber se Gehlen teve acesso ao livro de Seidenberg.

Cristalização é o termo que designa uma situação em que as possibilidades de um sistema cultural por assim dizer se esgotam, ainda que o corpo social possa ser dotado de intensa dinâmica interna. As “novidades” que eventualmente despontam no horizonte haurem o seu material de um reservatório cujos elementos já se encontram previamente à disposição (GEHLEN 1963b: 321). Não há propriamente criação, mas, no máximo, bricolagem. Em 1967, Gehlen enfim apresenta uma definição mais precisa deste processo: o conceito de cristalização “significa que diminui a *probabilidade* de transformações substanciais nos fundamentos da civilização, embora *aumente* ou possa perfeitamente aumentar o número e o ritmo das variações superficiais” possíveis (GEHLEN 2004: 333). Atinge-se um ponto em que “nada mais se deve esperar da história das ideias”. O horizonte se fecha à nossa frente, e eis que “chegamos à *posthistoire*” (GEHLEN 1963b: 322-323). Nenhuma nova ideologia há de surgir, “nenhum evento inesperado e de grande importância poderá acontecer”. Convém observar que o mais característico da *posthistoire* é a *Überraschungsllosigkeit*, a “ausência de surpresas” (GEHLEN 1963b: 323; GEHLEN 1975: 123), não a lentidão. Caso tivesse vivido um ano a mais, o suficiente para presenciar o aparecimento de *Eumeswil*, Gehlen decerto concordaria com Jünger quanto à progressiva “transformação do efêmero em sacramento” (JÜNGER 1987: 118). Também em sua sociologia da arte ele discutiu as implicações deste processo:

Nossas livrarias ainda dispõem da mesma literatura, como a dos anos vinte; os museus, dos mesmos quadros – e, contudo, falta o essencial: a força com que tudo aquilo foi vivido. [...] De tudo isso advém uma importante novidade: de agora em diante *não haverá mais nenhum desenvolvimento artístico imanente!* A história da arte imbuída de algum sentido lógico imanente acabou, o desenvolvimento chegou a seu termo, e o que há de vir já existe: o sincretismo da confusão de todos os estilos e possibilidades, a *posthistoire*. (GEHLEN 2016: 292-293)<sup>17</sup>

A crescente agitação política das décadas de 1960 e 1970 não levou Gehlen a rever seu diagnóstico. Num momento marcado pela grande influência do neo-marxismo frankfurtiano, mas também pela emergência de uma crítica cultural de cariz conservador nos Estados Unidos, representada por Daniel Bell, George Steiner e Christopher Lasch, Gehlen dedicaria ainda dois ensaios à sua fenomenologia da pós-história.

Ele vê a Europa como um continente “esgotado” (GEHLEN 1975: 125), e mesmo em áreas como a matemática e a física as grandes descobertas teriam cessado. A ciência histórica avança, sem, porém, expressar uma consciência histórica subjacente (GEHLEN 2004: 353). Em flagrante contraste com a experiência dos séculos XVII e XVIII, na pós-

---

<sup>17</sup> O grifo é do próprio Gehlen.

história a própria filosofia se torna completamente inofensiva à ordem instituída (GEHLEN 2004: 357). Na mesma proporção do gradativo empobrecimento da linguagem, aumenta também “a tendência aos argumentos moralizadores”, uma vez que sua finalidade precípua é “encurtar o processo de comunicação” (GEHLEN 1984: 182).

O máximo a que podemos aspirar é a “pequena história”, isto é: “movimentação sobre uma base estacionária” (GEHLEN 1975: 122).

Entre as características mais importantes deste processo, Gehlen enumera as seguintes: (a) grandes eventos políticos só ocorrerão por meio da reconfiguração de alternativas que já se encontram à nossa disposição; (b) as bases da sociedade técnico-industrial se tornaram definitivas; (c) em vão esperaremos por algum novo grande apelo capaz de suscitar nosso entusiasmo e disposição para a luta (GEHLEN 1975: 125). Em suma: “Nenhuma crença louca, magnífica, nenhum horizonte aberto, nenhuma *fata morgana*, nenhuma utopia de tirar o fôlego, mas apenas o mero transcorrer, as tarefas do dia” (GEHLEN 1975: 126). Teremos de conduzir nossas vidas entre o “conformismo crescente das massas” e a “intolerância face aos dissidentes” (GEHLEN 1975: 131).<sup>18</sup>

## IV

Como procuramos demonstrar, há inúmeras convergências entre as narrativas literária e sociológica da pós-história. Quanto às diferenças, não menos evidentes, elas podem ser resumidas em poucas palavras. Mesmo que Gehlen e Jünger possam ser considerados representantes da chamada “crise do historicismo” dos anos 1930-1940, sem dúvida estamos diante de olhares inteiramente diferentes, e mesmo opostos, sobre o caminho que leva à *posthistoire*.

Admitamos: bem pode ser que tudo isso não passe de uma vertigem do histórico. E, no entanto, a tese da *posthistoire* faz sentido. E faz sentido, como percebeu Hans Freyer em sua *Teoria da época atual*, precisamente numa civilização que eleva o histórico à condição de sacramento (FREYER 1965: 189, 214-215). Não será consequente, nos termos deste estilo de pensamento, que aquilo que em dado momento passou a definir as sociedades modernas possa também estar sujeito a um processo de erosão? Ou perguntar-

---

<sup>18</sup> Impossível subscrever a interpretação de Tolone, para o qual a *posthistoire*, em Gehlen, corresponderia a *la fine del senso* (TOLONE 2007: 413). “Sentido” não é uma categoria transcendental para Gehlen, nem desempenha papel de relevo em sua obra.

se, como Löwith (1949: 207): “Como se pode imaginar a história como um processo contínuo dentro de uma progressão *linear*, sem pressupor um *terminus a quo* e *ad quem* descontínuo, isto é, sem um princípio e um fim?” Para o pensamento mítico tal situação é inconcebível, pois nele o movimento, embora circular, nunca chega a seu termo. Justamente aqui nos deparamos com o que há de problemático na visão de Jünger. Que o ser humano possa recorrer ao mito como forma de se esquivar desta vertigem, mostra-o a vitalidade de que ainda hoje gozam os mitos políticos em contextos de modernidade periférica. Em nosso próprio país, ora é a uma espécie de neo-sebastianismo, ora é à eterna luta entre Leviatã e Behemoth que parecemos estar condenados. Em sua busca desesperada por sentido, a saída da história pela via do mito é uma tentativa de responder a uma pergunta: se o primado do histórico deve conduzir, no limite, à saída do histórico, não será o caso de *abdicar* da decisão do espírito humano que, num passado distante, nos legou este fardo? A nostalgia do mito que se manifesta nas biografias escritas no círculo de Stefan George, na teologia política de Carl Schmitt e na ciência das religiões de Mircea Eliade advém do mesmo impulso básico, qual seja, o desejo de se “voltar àquela irresponsabilidade arcaica de entregar-se, sem mais, a poderes que não podem ser contrariados” (BLUMENBERG 2003: 17). Duas gerações de intelectuais europeus, de Georges Sorel aos autores da *Dialética do esclarecimento*, viram no mito o dispositivo cultural capaz de compensar a *Belastung* da História.<sup>19</sup> Em consonância com tais tendências, Jünger, depois de tomar conhecimento da obra de Eliade, imediatamente manifesta o desejo de criar uma revista em parceria com o erudito romeno. O projeto se concretiza em 1959, com a publicação do primeiro número de *Antaios* (PSCHERA 2007).

Gehlen tinha uma visão mais resignada das coisas, assentada em sua teoria do humano como um “ser de carências” (GEHLEN 1955). Toda a frágil estabilidade com que o homem pode contar nessa vida é a proporcionada por instituições, entendidas no sentido radicalmente amplo que ele emprestava ao termo. Para um autor que se definia como um

---

<sup>19</sup> Eliade escreve em 1949 que graças ao “ponto de vista [mítico – SM], dezenas de milhões de homens, século após século, foram capazes de suportar enormes pressões históricas sem se desesperar, sem cometer o suicídio nem cair naquela aridez espiritual que sempre traz consigo uma visão relativista ou niilista da história” (ELIADE 1992: 130). Não menos problemática que esta visão do mito enquanto *pharmakon*, é a subordinação da análise do mito à crítica do esclarecimento em Adorno e Horkheimer. Daí que a cabal descontinuidade entre mito e filosofia do Iluminismo no plano das suas respectivas disposições temporais seja, no geral, silenciada em seu livro. Se chegam a fazer menções incidentais à “renovação infinita”, ao “movimento cíclico” e à “renúncia à esperança” no mito (ADORNO; HORKHEIMER 2006: 23, 33), é porque postulam, à base da suposta continuidade entre um e outro, que o esclarecimento seria tão “conservador” quanto o seu antecessor histórico. Não muito tempo depois tal tese seria definitivamente refutada por Löwith (1949) e Koselleck (1999).



“filósofo empírico”,<sup>20</sup> a busca dos arquétipos e do eterno retorno em plena era da técnica certamente tinha algo de quimérica. Podemos imaginar que ele subscreveria o juízo de Blumenberg, para quem o olhar platonizante de Jünger expressava uma tendência a “desvalorizar a normalidade da existência como sua inautenticidade ontológica” (BLUMENBERG 2010: 36, 144, 197). Resta claro, na perspectiva da antropologia filosófica, que um projeto como o de Jünger só se poderia realizar no plano das imagens e símbolos, jamais no mundo da vida. Sua fuga do histórico era antes uma fuga “para trás”, e, paradoxalmente, deixava traçar a esperança de que uma grande reforma cultural seria ainda possível; possibilidade que Gehlen, Plessner, Löwith e Blumenberg viam com justificado ceticismo.

A fim de deixar mais claras as diferenças em questão, convém contrapor, mais uma vez, Jünger a Benn. Se para um “parece que sistemas cíclicos são mais adequados ao espírito” (JÜNGER 1959: 75), o outro percebe as coisas de outra forma: *Nicht Entwicklung, Unaufhörlichkeit wird das Menschheitsgefühl des kommenden Jahrhunderts sein* (BENN 1980b: 290). Não desenvolvimento, mas movimento incessante há de ser o sentimento da humanidade do século XXI. Daí a convicção de Gehlen de que na pós-história o que se tem é a apenas a “pequena história” (GEHLEN 2017: 151). Movimentação, decerto, mas sobre uma base estacionária. Caso adotemos um *approach* fenomenológico, colocando momentaneamente entre parênteses a nossa própria consciência histórica – a qual é determinada culturalmente, não ontologicamente (LUCKMANN 2002) –, as perspectivas de Benn e Gehlen se mostram consequentes justamente nos termos de uma visão histórica de mundo. Sua premissa é que a saída do histórico deva se dar a jusante, não a montante do fluxo temporal. Estamos falando de um esgotamento, não de uma consumação quiliástica do histórico.

O recurso ao mito enquanto grande terapêutica universal é o que explica porque Jünger não é capaz de captar, em toda a sua radicalidade, o problema da simultaneidade do não-simultâneo na modernidade. Rapidamente nos damos conta de como o “pântano lodoso” da cidade-estado de Eumeswil, não obstante sua interessante mescla de motivos antigos e modernos, ganha ares de exemplaridade. Ao passo que Gehlen está atento às ressurgências, ou antes, à possibilidade de que “povos ainda não consumidos pela história” se disponham a subir ao altar de Clio no momento mesmo em que outros dele

---

<sup>20</sup> Daí a aversão de Gehlen a um tratamento filosófico convencional, *in abstracto*, da questão. É o caso, por exemplo, do já aludido ensaio de Landgrebe (1982).

se apartam. Colocando sob nova luz a temática da *Spätzeit*, sugere ele, seria possível apreender os fenômenos do nosso tempo “como uma espécie de interferência ou interpenetração recíproca de um período civilizacional de estilo antigo com uma época inteiramente nova” (GEHLEN 1961: 88).

A título de conclusão, sejam-nos permitidas ainda algumas palavras a respeito do problema da *posthistoire*. Nossa curiosidade a respeito não poderia ter sido desinteressada, e o leitor, é claro, sabe disso. Façamos então a pergunta que ele espera de nós: em que medida parte desse diagnóstico pode ser projetado na situação brasileira atual, cujos contornos básicos começaram a se delinear em junho de 2013? O que temos diante de nós é história pra valer, ou tudo não passa de “pequena história”?

A leitura mais realista, a que estamos pessoalmente inclinados, tem pouco em comum com a dos que insistem em ver em toda crise a possibilidade de advento do novo. Quando tudo é platitude, ou bem se foge para o interior da floresta, como decide enfim fazer o herói trágico de *Eumeswil*, ou se assume resignadamente a lição que Gehlen extrai de suas considerações sobre os grandes historiadores da Antiguidade: *Man muss oben stehen, um etwas zu sehen* (GEHLEN 1975: 117). Diríamos que aqui se expressa, com a clareza cristalina de um tipo ideal, a situação de alguns dos mais controvertidos intelectuais na Alemanha do pós-guerra. Não raro, o passado nacional-socialista era expiado através de um exílio interno, cujo paradoxal resultado, ao longo das décadas seguintes, foi a transformação de lugares incógnitos como Plettenberg (Schmitt), Wilflingen (Jünger), Todtnauberg (Heidegger) e Speyer (Gehlen) em verdadeiros centros de peregrinação. Talvez isso ajude a entender por que, bem antes da escrita de seu romance, Jünger dizia ver na cidade o avesso da liberdade: “A liberdade física, espiritual e ética é incompatível com o seu ar”, razão pela qual os homens verdadeiramente livres e sábios “buscavam os desertos e as velhas cavernas nas montanhas” (JÜNGER 1960: 67). Nessa quase antecipação do destino de Manuel Venator, havia também uma tentativa de inverter simbolicamente, e não sem boa dose de auto-encenação, a antiga máxima medieval: *Stadtluft macht frei*.

Há razões para acreditar que não se trata aqui, apenas, de uma crítica de Jünger e Gehlen à situação e ao modelo político da República Federal, e de que que *Eumeswil* é sem dúvida uma extravagante alegoria. Jacob Taubes, cujo entusiasmo pelo maio de 1968



é bem conhecido, não estava substancialmente afastado dessa crítica.<sup>21</sup> Mas evoquemos ainda um último exemplo, menos conhecido. Em 1977, uma ex-militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, Nancy Mangabeira Unger, publica no exílio um texto de rara beleza, do qual extraímos estas breves passagens:

O que caracteriza o momento histórico que agora vivemos é a instalação insistente, insidiosa, angustiante, da dúvida e da perplexidade. [...] Houve um eclipse. [...] É noite sendo dia, ou melhor, não se sabe o que é noite e o que é dia. Não há orientação possível. Não há como medir o tempo. [...] A pergunta volta, insidiosa, torturante: e se não for de um eclipse que se trata? E se o sol tiver desaparecido no grande definitivo daquilo que nunca existiu? (UNGER 2000: 21-22)

Se tais palavras expressam um sentimento a que muitos hoje se sentem novamente inclinados, de pronto se evidencia, ao fim destas breves notas sobre a pós-história, o que há de anacrônico em todo o *pathos* existencialista. A questão demanda uma outra abordagem, orientada menos pela ontologia que pelas ciências da realidade.

É comum dizermos que a história não se repete, mas raramente se ressalta que isso vale, em especial, para sociedades cujos membros desenvolveram uma consciência histórica em termos plenos. O que dizer, porém, de uma sociedade como a nossa, na qual este processo dá reiteradas mostras de não ter deitado raízes? E mais, na qual os grupos que deveriam constituir a base social e o ponto de irradiação de uma visão histórica de mundo volta e meia sucumbem ante a confortável e sedutora dança dos arquétipos? Se no Brasil, como sugeriu Vilém Flusser, a consciência histórica tem se revelado sobretudo como “consciência da impotência” (FLUSSER 1997: 199-200), os motivos bem podem residir no fato de que em determinadas civilizações este gênio da lâmpada, a consciência histórica, eventualmente se apresenta na forma de uma “falsa consciência” (MATA 2015: 213-214). Portanto, como “ideologia”, e no sentido mais próprio do termo. Inútil evocar este espírito quando a lâmpada está vazia.

Se esta peculiaridade se relaciona com a recente leva de tragédias – culturais, políticas, ambientais – que nos tem assolado, é uma hipótese a considerar. Num de seus mais instigantes ensaios, Löwith nos lembra que os eventos históricos podem prescindir da consciência histórica pelo simples fato de que ocorrem ainda que os ignoremos; mas

---

<sup>21</sup> É digno de nota que Agamben tenha dedicado seu livro *O tempo que resta* a Taubes. Em 1968, era compreensível que este erudito notável julgasse, num ensaio recheado de menções a Gehlen, que “ainda não saímos da história nem chegamos à post-histoire” (TAUBES 1969: 134). Em seus últimos anos, articulando Schmitt e Gehlen, Taubes muda de posição, empregando inclusive – como Gehlen em 1976 (GEHLEN 2017: 148) – o conceito de época “Biedermeier” como um signo de a-historicidade: “The Biedermeier days of our *post-histoire*... in which a lot happens but nothing takes place anymore” (apud MARTIN 2017: 149); “Wir leben in einer Biedermeierei” (TAUBES 1987: 54).

que dispor de uma consciência histórica abre a possibilidade de co-determinar o rumo dos acontecimentos (LÖWITH 1983: 421). Mas onde tal consciência está ausente, como na primeira alternativa aventada, que configuração a “história” tende a assumir ali? Não o sabemos, mas *pressentimos*: nela o ser humano não aparece na condição de agente, mas na de vítima. Logo, a “história” já não se apresenta como uma sucessão de feitos, *res gestae*, mas de tragédias. Restará constatar a aporia constitutiva sobre a qual estaria assentada a cultura brasileira, tensionada entre seu inegável déficit de consciência histórica e a realidade de uma época cujas estruturas parecem estar apontando na direção da gradativa obsolescência daquilo que sequer logramos conquistar.

Mas nem tudo é perda; bem pode ser que haja ganhos. O mais importante deles é a perda de plausibilidade das visões utópicas. É justamente naqueles lugares em que os seres humanos enfim se dão conta – para usar a bela imagem de Robert Spaemann – de que “as árvores não crescem até o céu” (SPAEMANN 2002: 11) que o desejo de fazer deste mundo um lugar melhor adquire exequibilidade. Mas há também ganhos de outro tipo, puramente epistemológicos. O lento desvanecer da utopia permitiria aos historiadores recuperar algo do senso de objetividade que moveu os grandes nomes da nossa disciplina no passado. Como insistiu Max Weber, essa tarefa infinita, a de tentar apreender e descrever o mundo como ele é (WEBER 2014: 463), só pode ser considerada quimérica pelos que abdicaram de todo senso de responsabilidade política e intelectual. Por caminhos e razões diferentes, é verdade, em sua maturidade Gehlen e Jünger evitaram o perigoso jogo dos extremos que os seduzira a certa altura da vida.

Maturidade significa, ao menos para nós: atingir aquele senso mínimo de realidade que E. P. Thompson (1981) pedia a todo verdadeiro historiador, e, por conseguinte, dispor-se senão a rever, pelo menos a matizar os próprios diagnósticos: a última palavra não deve ser dada à “teoria”. Gehlen (2004: 360) era suficientemente sagaz para conceder que “tal como antes, surpresas ainda são possíveis”. E Jünger, que não o era menos, admite que “não pode ter morrido aquilo que deu conteúdo à história e a pôs em marcha”. Pois “vivemos sobre uma camada fóssil que pode, de repente, começar a cuspir fogo” (JÜNGER 1987: 399).

## Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialektik der Aufklärung*. Frankfurt am Main: Fischer, 2006.

- BELL, Daniel. *O fim da ideologia*. Brasília: UnB, 1980.
- BENN, Gottfried. Der Ptolemäer. Berliner Novelle, 1947. In: BENN, Gottfried. *Das Hauptwerk*, Bd 3. Wiesbaden: Limes, 1980a, p. 171-223.
- \_\_\_\_\_. Die neue literarische Saison. In: \_\_\_\_\_. *Das Hauptwerk*, Bd 2. Wiesbaden: Limes, 1980b, p. 279-290.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *Modernidade, pluralismo e crises de sentido. A orientação do homem moderno*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BLUMENBERG, Hans. *Trabajo sobre el mito*. Barcelona: Paidós, 2003.
- \_\_\_\_\_. *El hombre de la luna. Sobre Ernst Jünger*. Valencia: Pre-Textos, 2010.
- BRICK, Howard. The End of Ideology Thesis. In: FREEDEN, Michael; SERGEANT, Lyman T.; STEARS, Marc (eds.) *The Oxford Handbook of Political Ideas*. Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 90-112.
- DE MAN, Hendrik. *Vermassung und Kulturverfall: Eine Diagnose unserer Zeit*. München: Leo Lehnen, 1952.
- DILTHEY, Wilhelm. *Weltanschauungslehre*, Leipzig: B. G. Teubner, 1960.
- DROYSEN, Johann Gustav. *Geschichte des Hellenismus. Erster Theil*. Hamburg: Friedrich Perthes, 1836.
- DUTT, Carsten. Arnold Gehlen. In: HANNA, Christian M.; REENTS, Friederike (Hrsg). *Benn Handbuch. Leben – Werk – Wirkung*. Stuttgart: J. B. Metzler, 2016, p. 374-375.
- ELIADE, Mircea. *Mito do eterno retorno*. São Paulo: Mercuryo, 1992.
- FLUSSER, Vilém. *Nachgeschichte. Eine korrigierte Geschichtsschreibung*. Frankfurt am Main: Fischer, 1997.
- FREYER, Hans. *Teoria da época atual*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.
- FUKUYAMA, Francis. *The End of History and the Last Man*. New York: The Free Press, 1992.
- GEHLEN, Arnold. *Der Mensch. Seine Natur und seine Stellung in der Welt*. Bonn: Athenäum, 1955.
- \_\_\_\_\_. *Die Seele im technischen Zeitalter. Sozialpsychologische Probleme in der industriellen Gesellschaft*. Hamburg: Rowohlt, 1961.
- \_\_\_\_\_. Über die Geburt der Freiheit aus der Entfremdung. In: GEHLEN, Arnold. *Studien zur Anthropologie und Soziologie*. Neuwied: Luchterhand, 1963a, p. 232-246.
- \_\_\_\_\_. Über kulturelle Kristallisation. In: GEHLEN, Arnold. *Studien zur Anthropologie und Soziologie*. Neuwied: Luchterhand, 1963b, p. 311-328.
- \_\_\_\_\_. Ende der Geschichte? In: GEHLEN, Arnold. *Einblicke*. Frankfurt am Main: Klostermann, 1975, p. 115-133.
- \_\_\_\_\_. Die Rolle des Lebensstandards in der heutigen Gesellschaft. In: GEHLEN, Arnold. *Gesamtausgabe*, Bd 7, Frankfurt am Main: Klostermann, 1978, p. 15-19.
- \_\_\_\_\_. *Moral e hipermoral*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- \_\_\_\_\_. Post-Histoire. In: GEHLEN, Arnold. *Gesamtausgabe*, Bd 6. Frankfurt am Main: Klostermann, 2004, p. 352-361.
- \_\_\_\_\_. Zeit-Bilder. Zur Soziologie und Ästhetik der modernen Malerei. In: GEHLEN, Arnold. *Gesamtausgabe*, Bd 9. Frankfurt am Main: Klostermann, 2016, p. 1-332.
- \_\_\_\_\_. A felicidade evadida. Uma interpretação da nostalgia. *História da Historiografia*, v. 10, n. 23, 2017, p. 142-152.
- GUARDINI, Romano. *O fim da Idade Moderna*. Lisboa: Edições 70, 2000.
- IRRLITZ, Gerd. Die wesentliche Täuschung vom Ende. In: STIERLE, Karlheinz; WARNING, Rainer (Hrsg.) *Das Ende: Figuren einer Denkform*. München: Wilhelm Fink, 1996, p. 330-358.
- JÜNGER, Ernst. *An der Zeitmauer*. Stuttgart: Klett-Cotta, 1959.
- \_\_\_\_\_. *Der Weltstaat. Organismus und Organisation*. Stuttgart: Klett-Cotta, 1960.
- \_\_\_\_\_. *Eumeswil*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Eumeswil*. New York: Marsilio Publishers, 1993.

- KANT, Immanuel. Das Ende aller Dinge. In: KANT, Immanuel. *Abhandlungen nach 1781. Akademie Textausgabe Band VIII*. Berlin: Walter de Gruyter, 1971, p. 325-339.
- KIESEL, Helmuth. *Ernst Jünger. Die Biographie*. München: Siedler, 2007.
- KOSSELCK, Reinhart. *Crítica e crise. Uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: Contraponto/EdUERJ, 1999.
- KRON, Jürgen. *Seismographie der Moderne. Modernität und Postmodernität in Ernst Jüngers Schriften von 'In Stahlgewittern' bis 'Eumeswil'*. Frankfurt am Main/Berlin/Bern/New York/Paris/Wien: Peter Lang, 1998.
- KUZMICS, Helmut; MOZETIČ, Gerald. *Literatur als Soziologie. Zum Verhältnis von literarischer und gesellschaftlicher Wirklichkeit*. Konstanz: UVK, 2003.
- LANDGREBE, Ludwig. Das philosophische Problem des Endes der Geschichte. In: LANDGREBE, Ludwig. *Faktizität und Individuation. Studien zu den Grundfragen der Phänomenologie*. Hamburg: Felix Meiner, 1982, p. 137-156.
- LÖWITH, Karl. *Meaning in History. The Theological Implications of the Philosophy of History*. Chicago: The University of Chicago Press, 1949.
- \_\_\_\_\_. Geschichte und historisches Bewußtsein. In: LÖWITH, Karl. *Weltgeschichte und Heilsgeschehen. Zur Kritik der Geschichtsphilosophie*. Stuttgart: J. B. Metzlersche Verlagsbuchhandlung, 1983, p. 411-432.
- LUCKMANN, Thomas. Lebensweltliche Zeitkategorien, Zeitstrukturen des Alltags und der Ort des „historischen Bewusstseins“. In: LUCKMANN, Thomas. *Wissen und Gesellschaft. Ausgewählte Aufsätze 1981-2002*. Konstanz: UVK, 2002, 55-66.
- MANNHEIM, Karl. O pensamento conservador. In: MARTINS, José de Souza (ed.) *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1986, p. 77-131.
- MARQUARD, Odo. Das Fiktive als ens realissimum. In: HENRICH, Dieter; ISER, Wolfgang (Hrsg.) *Funktionen des Fiktiven*. Wilhelm Fink: München, 1983, p. 489-495.
- MARTIN, Jamie. Liberalism and History after the Second World War: The Case of Jacob Taubes. *Modern Intellectual History*, v. 14, n. 1, 2017, p. 131-152.
- MATA, Sérgio da. Geschichts-Intellektuelle in der Krise. Das Unbehagen in der heutigen brasilianischen Geschichtswissenschaft. In: GRAF, Friedrich W.; HANKE, Edith; PICTH, Barbara (Hrsg.) *Geschichte intellektuell: Theoriegeschichtliche Perspektiven*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2015, p. 202-215.
- \_\_\_\_\_. Entropia temporal: das razões sociológicas aos limites antropológicos. In: SALOMON, Marlon (org.) *Heterocronias: estudos sobre a multiplicidade dos tempos históricos*. Goiânia: Ricochete, 2018, p. 226-257.
- MEHRING, Reinhard. Karl Löwith, Carl Schmitt, Jacob Taubes und das „Ende der Geschichte“. *Zeitschrift für Religions- und Geistesgeschichte*, v. 48, n. 3, 1996, p. 231-248.
- MEIER-OESER, Stephan. Posthistoire. In: RITTER, Joachim; GRÜNDER, Karlfried; GABRIEL, Gottfried. *Historisches Wörterbuch der Philosophie*, Bd. 7. Basel: Schwabe, 1989, p. 1140-1141.
- NASSEHI, Armin. *Die Zeit der Gesellschaft. Auf dem Weg zu einer soziologischen Theorie der Zeit*. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften, 2008.
- NIETHAMMER, Lutz. Some afterthoughts on posthistoire. *History and Memory*, v. 1, n. 1, 1989, p. 27-53.
- PEKAR, Thomas. Vom Nationalen zum planetarischen Denken. Brüche, Wandlungen und Kontinuitäten bei Ernst Jünger. In: SCHÖNING, Matthias; STÖCKMANN, Ingo (Hrsg.) *Ernst Jünger und die Bundesrepublik. Ästhetik – Politik – Zeitgeschichte*. Berlin: De Gruyter, 2012, p. 185-204.
- PLESSNER, Helmuth. *Mit anderen Augen. Aspekte einer philosophischen Anthropologie*. Stuttgart: Reclam, 2000.
- PSCHERA, Alexander. Heilige Tiefe und geistiger Überblick: die Zeitschrift Antaios (1959-1971). *Sezession*, v. 16, 2007, p. 18-23.

- REHBERG, Karl-Siegbert. Arnold Gehlen als Briefschreiber. *Zeitschrift für Ideengeschichte*, v. 7, n. 3, 2013, p. 93-108.
- RENNER, Rolf G. Eumeswil. In: Schöning, Matthias (Hrsg.) *Ernst Jünger Handbuch. Leben – Werk – Wirkung*. Stuttgart: Metzler, 2014, p. 250-257.
- ROCHA, Clarissa Marinho. *Literatura e antropologia: a tradução parcial de 'O ser humano' de Arnold Gehlen*. Dissertação de Mestrado. UFF, Niterói, 2016.
- RUBEL, Alexander. *Venator historiae*. Der Historiker als „subtiler Jäger“. Geschichtsphilosophisches in Ernst Jüngers Eumeswil. *Études Germaniques*, v. 55, 2000, 763-780.
- SNOW, Charles Percy. *As duas culturas e uma segunda leitura*. São Paulo: Edusp, 2016.
- SPAEMANN, Robert. *Grenzen. Zur ethischen Dimension des Handelns*. Stuttgart: Klett-Cotta, 2002.
- SPENGLER, Oswald. *Der Untergang des Abendlandes*, 2. Bd. München: C. H. Beck, 1922.
- SCHNETTLER, Bernt. *Zukunftsvisionen. Transzendenzerfahrung und Alltagswelt*. Konstanz: UVK, 2004.
- STEINER, George. Literatura e pós-história. In: STEINER, George. *Linguagem e silêncio*. São Paulo: Cia das Letras, 1988a, p. 326-337.
- \_\_\_\_\_. O repúdio à palavra. In: STEINER, George. *Linguagem e silêncio*. São Paulo: Cia das Letras, 1988b, p. 30-54.
- STEENBLOCK, Volker. Das „Ende der Geschichte“: Zur Karriere von Begriff und Denkvorstellung im 20. Jahrhundert. *Archiv für Begriffsgeschichte*, v. 37, 1994, p. 333-351.
- STREIM, Gregor. *Das Ende des Anthropozentrismus. Anthropologie und Geschichtskritik in der deutschen Literatur zwischen 1930 und 1950*. Berlin: Walter de Gruyter, 2008.
- TAUBES, Jacob. Kultur und Ideologie. In: ADORNO, Theodor W. (Hrsg.) *Spätkapitalismus oder Industriegesellschaft? Verhandlungen des 16. Deutschen Soziologentages in Frankfurt am Main 1968*. Stuttgart: Ferdinand Enke, 1969, p. 117-138.
- \_\_\_\_\_. *Ad Carl Schmitt. Gegenstrebige Fügung*. Berlin: Merve, 1987.
- THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- TOLONE, Oreste. La 'posthistoire' di Arnold Gehlen. A cavallo tra modernità e postmodernità. *Humanitas*, v. 62, n. 2, 2007, p. 410-419.
- TUCHOLSKY, Kurt. *Gesammelte Werke*, Bd. 5. Reinbek bei Hamburg: Rowohlt, 1975.
- UNGER, Nancy Mangabeira. Eclipse. In: UNGER, Nancy Mangabeira. *O encantamento do humano. Ecologia e espiritualidade*. São Paulo: Loyola, 2000, p. 21-23.
- WEBER, Max. A política como profissão e vocação. In: WEBER, Max. *Escritos políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2014, p. 389-463.
- WEISS, Johannes. Kulturelle Kristallisation, post-histoire und Postmoderne. In: \_\_\_\_\_. *Vernunft und Vernichtung. Zur Philosophie und Soziologie der Moderne*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1993, p. 169-179.

Recebido em 26 de novembro de 2018  
Aceito em 04 de fevereiro de 2019



# Siegfried Kracauer e Erich Auerbach: pontos de contato

[Siegfried Kracauer and Erich Auerbach: points of contact]

<http://dx.doi.org/10.11606/1982-88372237182>

Danielle Corpas<sup>1</sup>

**Abstract:** This article points out affinities between Erich Auerbach and Siegfried Kracauer's thoughts by discussing recurring methodological procedures and critical issues. The focus is on nuances and implications of their aesthetic realism conceptions and on the relevance of their works for the theoretical debate and for the exercise of literary criticism nowadays.

**Keywords:** Siegfried Kracauer; Erich Auerbach; realism

**Resumo:** O artigo aponta afinidades entre os pensamentos de Erich Auerbach e Siegfried Kracauer, discutindo procedimentos metodológicos e questões críticas recorrentes. A ênfase recai sobre matizes e implicações de suas concepções de realismo estético e sobre o interesse de seus trabalhos para o debate teórico e para o exercício da crítica literária hoje.

**Palavras-chave:** Siegfried Kracauer; Erich Auerbach; realismo

*Der Ort, den eine Epoche im Geschichtsprozeß einnimmt [...]*

Kracauer, "Das Ornament der Masse"

*[...] der Platz eines Werkes innerhalb eines geschichtliche Ablaufs [...]*

Auerbach, "Die verzauberte Dulcinea", *Mimesis*

Siegfried Kracauer (1889-1966) e Erich Auerbach (1892-1957) se conheceram por intermédio do casal de historiadores da arte Gertrud e Richard Krautheimer, em meio ao círculo de intelectuais judeus-alemães que haviam buscado exílio nos EUA após a ascensão do nazismo. Logo começaram a troca de correspondência, em parte preservada no Deutsches Literaturarchiv Marbach – ao todo são nove documentos datados de julho de 1951 a janeiro de 1957 (cf. RIEDNER 2007: 167; VIALON 2000: 157).

A comparação de suas obras permite identificar convergências relevantes, a despeito de terem seguido trajetórias profissionais tão distintas – de um lado, um *scholar*

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro, Av. Horacio Macedo, 3141, bloco D, Rio de Janeiro, RJ, 21941917, Brasil. E-mail: daniellecortas@letras.ufrj.br. ORCID: 0000-0002-7890-6828



focado no estudo erudito do cânone literário europeu; de outro, um “extraterritorial”, como se definia Kracauer, que transitou por vários campos de conhecimento, dedicou-se a objetos dos mais diversos (inclusive fenômenos desprovidos de *status* para a reflexão teórica nos anos 1920-30) e nunca teve inserção estável no circuito universitário. Já em sua primeira carta a Auerbach, de 4 de julho de 1951, Kracauer observa que compartilham “muitos problemas (e talvez soluções)” (AUERBACH; KRACAUER 2007: 483).<sup>2</sup> Na resposta imediata (6 de julho de 1951), Auerbach concorda e, dois anos mais tarde (1º de setembro de 1953), reitera a convicção de que estão de acordo a respeito de pontos essenciais. A percepção das afinidades se deve a leituras recíprocas de artigos que um e outro iam publicando naqueles anos. Ainda em 04 de julho de 1951, Kracauer se refere a “In the ‘Hôtel de La Mole’”, versão em inglês do capítulo de *Mimesis* que acabara de sair no número 8 da *Partisan Review*. Em 29 de setembro do mesmo ano, comenta mais detidamente o ensaio “Vico e o historicismo estético”, que Auerbach lhe enviara. Recebeu também, junto à carta de 1º de setembro de 1953, “Filologia da literatura mundial” e “Epilegomena to *Mimesis*”. Nessa mesma carta, Auerbach elogia o ensaio “The challenge of qualitative content analysis”,<sup>3</sup> em relação ao qual diz ter experimentado a mesma sensação de anuência que sentia ao ler artigos de Kracauer em jornais alemães antes do exílio. Também se reporta àqueles tempos na última das cartas (14 de janeiro de 1957), depois de ter lido *Ginster*, romance de traços autobiográficos que Kracauer lançou em 1928. Antes, em 14 de abril de 1956, havia se referido a “The found story and the episode” – artigo publicado em primeira versão no periódico *Film Culture* naquele ano, corresponde ao capítulo 14 de *Theory of film: the redemption of physical reality* (cf. AUERBACH; KRACAUER 2007: 483-488).

O diálogo entre os dois tem reflexos justamente em *Theory of film*, último livro que Kracauer concluiu, em 1960. Nos Agradecimentos, o autor revela que, assim como a interlocução com Erwin Panofsky, Meyer Schapiro e Rudolf Arnheim, foram decisivas para a preparação do volume as “longas e repetidas discussões” mantidas com Auerbach (KRACAUER 1997: liii-liv). Em 1953, havia saído a primeira edição em inglês de *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*, mencionada em três capítulos do

<sup>2</sup> A primeira carta é redigida em inglês, idioma adotado por Kracauer em seus escritos desde o início do exílio nos Estados Unidos (1941) até o fim da vida. Mas Auerbach responde em alemão, e a partir daí a correspondência se mantém na língua materna de ambos.

<sup>3</sup> O artigo saiu em *Public Opinion Quarterly*, v. 16, Winter 1952-53, 4. Encontra-se em versão alemã, com o título “Für eine qualitative Inhaltsanalyse”, no volume 2.2 das *Werke in neun Bänden* de Kracauer (*Studien zu Massenmedien und Propaganda*. Berlin: Suhrkamp, 2012).

tratado sobre cinema. Kracauer recorre a conclusões de Auerbach sobre diferentes modos de expressão realista na literatura para formular argumentos a respeito de peculiaridades da forma cinematográfica, especialmente no Epílogo intitulado “Film in our time”, onde se encontram reproduzidos trechos do último capítulo de *Mimesis*, “A meia marrom” (aquele que trata de romances das primeiras décadas do século XX, como os de Virginia Woolf, Marcel Proust e James Joyce).

*Mimesis e Theory of film* têm em comum um problema de fundo relacionado à biografia de seus autores, contemporâneos daquela geração ou “corrente particular do universo cultural judaico da *Mitteleuropa*” que Michael Löwy (1989: 9) identificou como “vencidos da história” – por terem aspirado a “um mundo *radicalmente outro*” e experimentado a derrocada de perspectivas libertárias. Embora Auerbach e Kracauer apenas em parte possam ser incluídos nessa corrente identificada por Löwy, não deixam de guardar afinidades eletivas (Kracauer mais do que Auerbach) com a constelação intelectual integrada por alguns de seus amigos, como Ernst Bloch e Walter Benjamin.

Leopoldo Waizbort (2007: 12) já chamou atenção para o peso de um presente catastrófico referido em *Mimesis* desde o registro do período de redação na folha de rosto da 1ª edição: “Maio de 1942 a abril de 1945”, informação suprimida em edições posteriores, inclusive na tradução para o português. A ascensão do nazismo, a guerra e a experiência do exílio são dados de realidade que perpassam todo o livro de Auerbach. No primeiro capítulo, “A cicatriz de Ulisses”, “o procedimento dos indivíduos e dos grupos humanos no nascimento do nacional-socialismo na Alemanha” é tomado como exemplo de circunstância em que é perceptível “como são dificilmente representáveis os objetos históricos em geral” (AUERBACH 1987: 16). No capítulo final, “A meia marrom”, a situação da Europa do entreguerras, “demasiado rica em massas de pensamentos e em formas de vida descompensadas, insegura e grávida de desastre”, é associada ao “processo múltiplo da reflexão da consciência” e à “sensação de fim de mundo”, “sensação de desesperança” em romances como o *Ulysses* de Joyce (AUERBACH 1987: 496). Não é difícil sentir o peso daquele presente também nas últimas linhas do Epílogo, que revestem de tom comovente a empreitada do filólogo escrevendo sem grandes recursos bibliográficos numa Istambul ameaçada pelo avanço das tropas nazistas. As últimas palavras do livro soam como uma aposta contra a barbárie: “Queira a minha pesquisa alcançar seus leitores; tanto os meus amigos de outrora como também todos os outros, aos quais se destina; e que contribua para reunir aqueles que conservaram



serenamente o amor por nossa história ocidental” (AUERBACH 1987: 502).<sup>4</sup> Por fim, nas últimas linhas de “Epilegomena to *Mimesis*”, em meio às respostas a críticas que o livro recebera, fica bem claro: “*Mimesis* é muito conscientemente um livro que uma pessoa específica, numa situação específica, escreveu no início dos anos 1940” (AUERBACH 2003: 574).

*Theory of film* também foi concebido durante o exílio forçado pelo nazismo. Kracauer vinha escrevendo críticas de filmes desde o início dos anos 1920, mas os primeiros planos para um estudo abrangente sobre cinema só estão registrados a partir de 1937, em cartas que enviou da França e em documentos com vistas à obtenção de bolsa de pesquisa junto a instituições norte-americanas como o MOMA, o que facilitaria a migração para os EUA. Entre 1938 e 1940, período em que se complicava cada vez mais a situação dos refugiados nas cidades francesas, dedicou-se intensamente a esse trabalho; é de 1940 a primeira versão do sumário, preservada em um caderno de anotações. O projeto ficou em suspenso até 1948, provavelmente por causa das dificuldades de subsistência do casal Kracauer nos EUA (cf. AGARD 2010: 276-278; HANSEN 1993: 439). Nos primeiros anos no novo país de exílio, trabalhou em outro livro sobre cinema, *De Caligari a Hitler: uma história psicológica do cinema alemão* (1947), só depois desse primeiro volume redigido em inglês o autor voltou a se concentrar em *Theory of film*. A versão definitiva é consideravelmente diferente do que previa o primeiro sumário, mas a proximidade da barbárie nazista não deixa de ser decisiva. Evidência disso é um trecho do Epílogo que ajuda a elucidar o sentido da “redenção da realidade física” proposto para o filme no subtítulo do livro. Kracauer alude ao mito de Perseu, à cena em que o herói corta a cabeça de Medusa sem ser transformado em pedra porque mira o monstro por intermédio do escudo que recebeu de Atenas – ou seja, porque se vale de uma imagem para calcular o golpe vitorioso. Com a analogia ao mito, enuncia sua aposta em possibilidades libertárias de mediação próprias do realismo cinematográfico:

A moral do mito é, claro, que nós não vemos, não conseguimos ver horrores reais porque eles nos paralisam com um medo que cega; que só podemos saber como eles são olhando suas imagens reproduzidas em sua verdadeira aparência. [...] A tela de cinema é o escudo polido de Atenas. [...]

Os reflexos espelhados do horror são um fim em si mesmos. Como tais, convidam o espectador a assimilá-los e assim incorporar em sua memória a face real de coisas terríveis

---

<sup>4</sup> A expectativa de que o trabalho concluído em 1945 encontre seus leitores parece ecoar uma frase de Auerbach escrita 10 anos antes, num comentário sobre o projeto das *Passagens* em carta a Walter Benjamin de 06 de outubro de 1935: “Será um verdadeiro documento, se é que ainda restarão seres humanos que leiam documentos” (AUERBACH; BENJAMIN 2015: s./p.).

demais para serem observadas na realidade. Com a experiência das fileiras de cabeças raspadas ou do resto de corpos humanos torturados nos filmes sobre os campos de concentração nazistas, redimimos o horror da invisibilidade sob os véus do pânico e da imaginação. E essa experiência é libertadora na medida em que remove um tabu muito poderoso. Talvez a grande conquista de Perseu não tenha sido cortar a cabeça de Medusa, mas superar seu medo e olhar o reflexo no espelho. E não foi precisamente esse feito que o permitiu decapitar o monstro? (KRACAUER 1997: 305-306).

## Questões de método, questões críticas

Outra importante afinidade entre Kracauer e Auerbach tem implicações metodológicas: a operação crítica desvencilhada de armações conceituais pré-moldadas, pautada pela primazia do objeto. Ambos, cada um a seu modo, evitaram operar com abstrações prévias e generalizadoras. Exercitaram a reflexão que se volta para aquilo que Kracauer, numa resenha de 1928, elogiou em livros de Walter Benjamin (*Rua de mão única e Origem do drama trágico alemão*): a “plenitude concreta dos objetos” (KRACAUER 2009: 281). Auerbach também dá absoluta preferência à plenitude de seus objetos literários, como se pode notar na justificativa para a ausência de sistematização teórica em *Mimesis*:

Evitei ressaltar teoricamente e descrever sistematicamente a categoria das “obras realistas de estilo e caráter sérios” que, como tais, nunca foram tratadas em si, nem sequer reconhecidas; isto teria resultado, logo de início, num definir trabalhoso e cansativo para qualquer leitor (pois nem sequer a expressão “realista” é unívoca), e eu provavelmente não teria podido me arranjar com uma terminologia desusada e rebarbativa. O método de trabalho que adotei, isto é, o de apresentar, para cada época, uma certa quantidade de textos, para com base nos mesmos pôr à prova os meus pensamentos, leva imediatamente para dentro do assunto, de tal forma que o leitor chega a sentir do que se trata, antes que lhe seja impingida uma teoria.

O método da interpretação de textos deixa à discrição do intérprete um certo campo de ação: pode escolher e dar ênfase como preferir. Contudo, aquilo que afirma deve ser encontrável no texto. As minhas interpretações são dirigidas, sem dúvida, por uma intenção determinada; mas esta intenção só ganhou forma paulatinamente, sempre durante o jogo com o texto, e, durante longos trechos, deixei-me levar pelo texto (AUERBACH 1987: 501).

Longe de defender mero impressionismo, o filólogo interessado no realismo sério não só defende a primazia do texto literário para a formulação crítica como também assume, com louvável franqueza, certa dose de parcialidade: a tomada de posição no ato da interpretação (“intenção determinada”) que se valida se conjugada ao respeito pela plenitude dos objetos.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Sobre o método de Auerbach, ver também a passagem de “A meia marrom” que compara os escritores em pauta no capítulo a “filólogos modernos”: “Confia-se mais nas sínteses, que são obtidas mediante o exaurimento de um acontecimento cotidiano, do que num tratamento global cronologicamente ordenado,

Relaciona-se a isso mais um ponto de contato entre Auerbach e Kracauer: o valor que conferem à vida cotidiana, tomada como dimensão decisiva para a discussão do processo histórico.

A importância conferida ao cotidiano é flagrante em muitos dos artigos que Kracauer publicava no *Frankfurter Zeitung* e outros periódicos já no período da República de Weimar, especialmente naqueles reunidos em 1964 no volume *Strassen in Berlin und anderswo* – miniaturas urbanas na fronteira entre narrativa, crônica e ensaio. Observando fenômenos, lugares, objetos e figuras humanas em geral banais, atento a detalhes do dia-a-dia, compõe quadros muito vivos da experiência social, sinalizando tendências e problemas da modernização em curso nas metrópoles europeias do entreguerras. É o que acontece, por exemplo, no seguinte trecho de “Análise de um mapa de cidade” (1926, reproduzido também na coletânea *O ornamento da massa*, 1963), no qual a descrição comentada do trânsito de pedestres no centro de Paris dá a ver a conversão de indivíduos em massa consumidora movida pelo fetiche da mercadoria:

Atrás dos vidros das vitrines, o necessário se confunde com o supérfluo, o mais necessário não está exageradamente exposto. Pessoas de todos os níveis sociais podem perder toda a tarde a contemplar pedras preciosas, peles e toaletes noturnas cuja magnificência inequívoca acena de modo promissor no final dos romances de folhetim [*Kolportage-Romance*]. A possibilidade de avaliar seu montante torna seu valor real mais inabordável do que poderia ser. Sua proximidade espacial contém a injunção de se adentrar em uma loja depois da outra, sob o pretexto de se fazer um inventário, e de comprar toda espécie de objetos. (KRACAUER 2009: 59).

É da mesma época o ensaio “O ornamento da massa” (1927), onde afirma com bastante firmeza que, para a compreensão do “lugar que uma época ocupa no processo histórico” (KRACAUER 2009: 91), é imprescindível a observação de fenômenos absolutamente comuns na superfície da vida social.

Em *Mimesis*, Auerbach assume perspectiva equivalente para “determinar o lugar de uma obra dentro de um processo histórico”, atentando, capítulo a capítulo, para diferentes modos como se engendra a composição textual quando se apresentam “os

---

que persegue o tema do princípio ao fim, empenhado em não deixar de fora nada exteriormente essencial e que salienta energeticamente as grandes mudanças do destino como se fossem articulações do acontecer. Pode-se comparar este procedimento dos escritores modernos com o de alguns filólogos modernos que acham que da interpretação de umas poucas passagens de *Hamlet*, *Fedra* ou *Fausto* podem-se obter informações mais importantes e decisivas sobre Shakespeare, Racine ou Goethe e sobre suas épocas, do que a partir de conferências que tratem sistematicamente e cronologicamente das suas vidas e das suas obras. O presente trabalho pode ser tomado como exemplo disso” (AUERBACH 1987: 493). Sobre a primazia do objeto e a valorização do particular e concreto, ver também “Epilegomena to *Mimesis*” (AUERBACH 2003: 572).

acontecimentos mais corriqueiros da realidade” (AUERBACH 1987: 316; 500). É também a percepção de peculiaridades do processo histórico manifestas na representação do cotidiano o que interessa ao filólogo enquanto acompanha momentos de emergência e transformações daquilo que nomeia como “realismo sério”. Ainda que não se detenha na definição dessa categoria – como vimos no trecho sobre método transcrito acima – o conjunto de suas considerações a respeito de obras específicas permite inferir matizes de sua concepção complexa de realismo literário, em *Mimesis* e em outros trabalhos.

Kracauer também operou desde cedo com concepção matizada de realismo estético, também não explicitada em clave teórica, apenas subjacente a posições tomadas diante de textos ou filmes. É o caso, por exemplo, de sua recepção de Kafka, escritor que reconheceu, já em meados da década de 1920, como “um dos mais densos e estranhos autores que já escreveu em língua alemã” (KRACAUER 2004-2012, v. 5.4: 501). Em artigo de 1934 sobre *O processo*, relativiza a antítese irrealismo x realismo, assinalando que, se o mundo de Joseph K “ganha caráter muito próximo de uma esquisita irrealidade”, a configuração formal do romance faz com que essa irrealidade seja “mais verdadeira”, na medida em que “a criação singular do escritor realmente faz este processo fantasmagórico parecer uma ilustração da nossa própria realidade” (KRACAUER 2004-2012, v. 5.4: 501-503). Antes, no ensaio “Franz Kafka” (de 1931, incluído em *O ornamento da massa*), já havia valorizado nas narrativas kafkianas o que chama de “figurações concretas das condições atuais” de um mundo no qual prolifera “racionalidade diabólica” (KRACAUER 2009: 296; 298). A concepção ampla de realismo, que não exclui a figuração do que pareceria irreal, o interesse por *figurações concretas* reveladoras de condições objetivas de determinado momento histórico (mesmo as mais esquisitas ou fantasmagóricas), tudo isso permanece na obra tardia de Kracauer. Esse é o ponto de contato mais digno de nota entre seus trabalhos e os de Auerbach: o modo como cada um lida com o que, a partir dos estudos do filólogo, se pode chamar de *modalidades de realismo*.

Já na tese de doutoramento em filologia românica (*A novela no início do Renascimento: Itália e França*, 1921), a expressão realista figura como resultante da inscrição histórica da nova forma que é a novela, e o realismo próprio da novela é o que lhe define a peculiaridade. Mas, claro, é em *Mimesis* que se afirma com mais veemência a posição do autor em relação à polêmica e complexa noção de “realismo”. Esta não se apresenta como padrão imutável, mas como possibilidade de formalização literária

historicamente determinada e, portanto, sujeita a transformações. Ou, nas palavras de um comentarista brasileiro do livro:

[...] pode-se dizer que as diferentes modalidades de realismo investigadas e desenvolvidas ao longo de *Mimesis* dizem respeito a diferentes formas de consciência histórica, que são distintos modos de como os homens percebem o mundo no qual vivem e o seu enraizamento nele (WAIZBORT 2013: 189).

Na obra de Kracauer, a questão do realismo se impõe decisivamente em *Theory of film*, onde o “efeito realista” que o autor considera peculiar ao cinema (1997: xlvii) ganha dimensão epistemológica. O tratado pleiteia que a qualidade estética de um filme é diretamente proporcional a seu aproveitamento das possibilidades de *mimesis* próprias do meio cinematográfico (*realistic tendency*), e que tal aproveitamento se realiza de maneira mais eficaz quando o engenho inventivo na composição (*formative tendency*) se coloca a serviço da disposição de aguçar no espectador a capacidade de enxergar aspectos nem sempre evidentes do mundo visível – ou “realidade física”, conforme o subtítulo do livro. Ao contrário do que afirmaram muitos de seus críticos, não há na postulação de Kracauer concepção restritiva de realismo. Tanto que, mais de uma vez ao longo do livro, é elogiado, indicado mesmo como referência de qualidade fílmica, o curta *Entr'acte*, de René Clair (1924), ícone do cinema da vanguarda dadaísta. Para Kracauer, “redenção da realidade física” consiste em efeito realista, sem ser sinônimo nem de espelhamento nem de transcendência ou sublimação. Trata-se de recuperação para a visibilidade, para a consciência, para a memória, para a experiência, enfim, para a reflexão do espectador, de fenômenos que podem ser facilmente desconsiderados, enterrados pela poeira do tempo, negligenciados sob véus de ideologia ou daquilo que ele chama de “hábitos tradicionais de pensamento que nos tornam cegos” (KRACAUER, 1994: 16), conforme se lê no livro sobre historiografia que redigia quando morreu em 1966 (*History. The last things before the last*, 1969) – tributário, segundo o próprio autor, de sua longa reflexão sobre filmes.

Uma série de proposições de Kracauer sobre o realismo no cinema passa por correlações com a literatura, e isso se intensifica no final de *Theory of film* quando, recorrendo a *Mimesis*, torna-se central na argumentação a analogia com narrativas do início do século XX. A matéria banal e rarefeita, constituída de pequenos eventos ao mesmo tempo comuns e muito significativos, a experiência de fragmentação do sujeito formalizada na composição, a autorreflexão da consciência narrativa – aspectos que Auerbach destaca no que o modernismo europeu aportou para a forma do romance geram um efeito de recepção em relação ao “fluxo da vida” reificada que Kracauer também

espera do filme. Nos termos de seu livro anterior, *De Caligari a Hitler*: filmes “parecem preencher uma missão inata de desentocar minúcias” da matéria histórica, apresentando “hieróglifos visíveis da dinâmica despercebida das relações humanas” ao “gravar o mundo visível – não importa se a realidade vigente ou um universo imaginário” (KRACAUER 1988: 23; 19). Ou, nos termos do Epílogo de *Theory of film*:

O filme torna visível aquilo que não víamos – ou que talvez não pudéssemos mesmo ver – antes de seu advento. Efetivamente nos ajuda a descobrir o mundo material com suas correspondências psicofísicas. Literalmente, redimimos esse mundo de seu estado de inércia, de seu estado de virtual não existência, quando logramos experimentá-lo através da câmera. E somos livres para experimentá-lo porque somos fragmentados. O cinema pode ser definido como um meio particularmente equipado para promover a redenção da realidade física. Suas imagens nos permitem, pela primeira vez, nos apropriarmos dos objetos e ocorrências que constituem o fluxo da vida material. (KRACAUER 1997: 300).

É a essa altura, já chegando ao fim do livro, que Kracauer recorre mais seguidamente a citações de *Mimesis*, associando o realismo modernista àquilo que chama de redenção da realidade física, própria do filme – a possibilidade de salvar da invisibilidade (e, portanto, do apagamento para a reflexão), objetos e ocorrências naturalizados na percepção corrente. Incorpora em sua argumentação a constatação de Auerbach segundo a qual, em romances como os de Virginia Woolf, Proust e Joyce, a representação problematizadora de “fragmentos de acontecimentos”, de “acontecimentos quotidianos quaisquer”, a tessitura de “farrapos de acontecimentos” abre margem para “uma síntese das relações vitais”, para “uma visão sintética do mundo” (AUERBACH 1987: 491-495). Algo como aqueles “hieróglifos visíveis” que, para Kracauer, a *camera-reality* pode ajudar a desvendar, uma vez que capta “o fluxo da vida material”, do mundo comum visível, com recursos indisponíveis ao olho nu. O que o crítico chama de “dinâmica despercebida das relações humanas”, materializada na “textura da vida no dia-a-dia, cuja composição varia de acordo com o lugar, o povo, a época” (KRACAUER 1997: 304), é também o que está no horizonte de Auerbach.

Note-se que a referência casual de Auerbach à “vida quotidiana” oferece uma pista importante. Os pequenos momentos aleatórios que concernem a coisas comuns a você, a mim e ao resto da humanidade podem de fato ser considerados constitutivos da dimensão da vida no dia-a-dia, a matriz de todas as outras formas da realidade. Essa é uma dimensão muito substancial. Quando colocamos de lado, por um momento, crenças articuladas, objetivos ideológicos, esforços específicos, e dados do gênero, ainda restam tristezas e contentamentos, discórdias e celebrações, desejos e buscas, que marcam a simples tarefa de viver. Produto do hábito e de interação microscópica, isso forma uma textura resiliente, que se transforma lentamente e sobrevive a guerras, epidemias, terremotos e revoluções. Filmes tendem a explorar essa textura da vida no dia-a-dia, cuja composição varia de acordo com o lugar, o povo, a época. Portanto, nos ajudam não só a apreciar o ambiente

material que nos é dado como também a estendê-lo em todas as direções. Eles virtualmente fazem do mundo nosso lar (KRACAUER 1997: 304).

Há, porém, uma considerável diferença de avaliação em relação aos “pequenos momentos aleatórios” do modernismo literário europeu contemporâneo à emergência do cinema. Para Auerbach (1987: 497-498), vislumbra-se aí um problema: a “uniformização da simplificação”, alimentada por “um processo de igualização econômica e cultural” que se mostra distante de implicar “uma vida comum do homem sobre a terra”, ainda que esta se anuncie na “representação desproposita, exata, interna e externa, do instante qualquer dos diferentes homens”.

[...] o complicado processo de dissolução, que levou ao esfacelamento da ação exterior, à reflexão da consciência e à estratificação do tempo, parece tender para uma solução muito simples. Talvez ela seja demasiado simples para aqueles que, não obstante todos os perigos e catástrofes, e tanto por causa de sua riqueza vital como por causa da incomparável posição histórica que oferece, admiram e amam a nossa época. Mas estes são em número reduzido, e provavelmente não viverão senão para ver senão os primeiros indícios da uniformização da simplificação que se anuncia (AUERBACH 1987: 498).

Se, de um lado, afirma-se a aspiração à comunidade dos homens sobre a terra como meta humanista, por outro lado ressoa uma crítica à estandardização da cultura, semelhante à que consta em uma das cartas de Auerbach a Walter Benjamin, de 03 de janeiro de 1937, quando comenta o processo de europeização da Turquia, onde estava exilado:

[...] me parece cada vez mais evidente que a situação do mundo atual não passa de uma astúcia da providência que nos conduz ao longo de uma rota sangrenta e angustiante à Internacional da trivialidade e a uma cultura do esperanto. Eu já tinha essa suspeita na Alemanha e na Itália, tendo em conta a inautenticidade assoladora da *Blubopropaganda*, mas aqui, pela primeira vez, isso se transformou para mim em uma certeza (AUERBACH; BENJAMIN 2015: s/p).

Em *Theory of film*, Kracauer faz uma leitura bem mais otimista daquelas linhas de *Mimesis* que associam a prevalência de acontecimentos quotidianos quaisquer na literatura das primeiras décadas do século XX ao curso de um processo econômico e cultural nivelador. Negligenciando dados objetivos, sobretudo a inscrição do cinema no circuito da indústria cultural, atribui sentido absolutamente positivo àquela conclusão de Auerbach em “A meia marrom”, à qual recorre como reforço de sua aposta na vocação libertária dos meios cinematográficos, que teriam a “tarefa de tornar visível o caminho da humanidade rumo à sua meta”, “refletindo e endossando a atual aproximação entre os povos do mundo” (KRACAUER 1987: 310; 304). Como explicar que, para Kracauer, no livro finalizado depois da experiência da guerra e do exílio, em meio às perseguições do

macartismo nos EUA, parece tão absolutamente positivo o potencial de intervenção no curso da história atribuído ao meio cinematográfico? A afirmação do ideal humanista de uma comunidade dos povos no mundo, sem consideração dos obstáculos objetivos a tal ideal, faz com que *Theory of film* contraste enormemente com as posições dialéticas da crítica militante que Kracauer exercitava na Alemanha dos anos 1920 e 30. Mas sua aposta nas possibilidades do efeito realista não deixa de ecoar, por seu caráter incondicional mesmo, uma insistência crítica no gesto de intervenção.

## Primado do óptico e força realista, realidade pública e *irdisch Welt*

Entre as décadas de 1920 e 60, Siegfried Kracauer dedicou-se a um conjunto muito heterogêneo de questões e fenômenos, que inclui desde princípios da sociologia e formas de propaganda política até *best-sellers* e filmes de diversos gêneros; desde narrativas de Kafka, Thomas Mann e Malraux até a vida cultural e cotidiana na Paris de Offenbach ou as relações de trabalho e modalidades de lazer da massa dos empregados em escritórios berlinenses que cresceu durante a República de Weimar. Em boa medida, a diversidade dos objetos e o modo como Kracauer os considera parecem justificados no parágrafo de abertura do crucial ensaio “O ornamento da massa”:

O lugar que uma época ocupa no processo histórico pode ser determinado de modo muito mais pertinente a partir da análise de suas discretas manifestações de superfície do que dos juízos da época sobre si mesma. Estes, enquanto expressão de tendências do tempo, não representam um testemunho conclusivo para a constituição conjunta da época. Aquelas, em razão de sua natureza inconsciente, garantem um acesso imediato ao conteúdo fundamental do existente. Inversamente, ao seu conhecimento está ligada sua interpretação. O conteúdo fundamental de uma época e os seus impulsos desprezados se iluminam reciprocamente. (KRACAUER 2009: 91).

O trecho pode ser lido como sumário de um programa crítico que abarca ampla gama de objetos e mantém foco na identificação de questões contemporâneas a partir da contemplação de fenômenos banais, coisas que estão ao alcance dos olhos. Ao longo de toda sua multifacetada trajetória intelectual, Kracauer insiste nessa perspectiva, ilustrada por meio de recorrente analogia com um conto de E. A. Poe, “A carta roubada” – no qual investigadores buscam uma carta comprometedor nos lugares mais recônditos, mas não são capazes de encontrá-la justamente porque estava em local tão visível que não lhes ocorre procurar ali. A possibilidade de “compreender dados sócio-históricos a partir das



margens, dos rastros ou vestígios de menor importância mas tampouco menos visíveis ou evidentes” (SANTOS 2014: 84) manifesta-se já em seu estudo pioneiro sobre o romance policial (1922-1925) e, mais explicitamente, em *Os empregados* (1930), onde se destacam “com grande nitidez minudências que são tudo menos minudências” no dia-a-dia dos trabalhadores (KRACAUER 2015: 74). É flagrante, ainda, em *Strassen in Berlin und anderswo* e se mantém até *Theory of film e History*, onde estabelece paralelos entre historiografia e meios fotográficos para propor “reabilitação de objetivos e modos de ser que ainda carecem de nome e por isso são negligenciados ou mal avaliados” (KRACAUER 1994: 4). Valem para Kracauer os termos que empregou a propósito de Walter Benjamin na já citada resenha de 1928: “cuidado especial em demonstrar que as questões grandes são pequenas, e as pequenas, grandes”; disposição para “retira[r] dos celeiros da vida vivida os significados ali depositados e que agora esperam aquele que saiba acolhê-los” (KRACAUER 2009: 282; 285). Sua atenção crítica sempre se manteve voltada para a superfície da “realidade pública” (KRACAUER 2009: 220), fundamental na atuação como jornalista, e mobilizada por aquele “primado do óptico” que Adorno identificou como peculiaridade em seu modo de pensar:

Embora o jovem em amadurecimento não quisesse ter a ver com seu metiê, a arquitetura [formação universitária de Kracauer], o primado do óptico que esta requer, uma vez intelectualizado, permaneceu nele conservado. Seu tipo de inteligência não tem nada do intuicionismo grandiloquente, mas muito do sóbrio ver. Ele pensa com o olho quase desamparadamente admirado e, súbito, iluminado (ADORNO 2009: 8).

É equivalente a atenção contínua de Erich Auerbach a minúcias e sua disposição para compreender, na singularidade de cada configuração literária, especificidades da matéria histórica. Um exemplo: no ensaio “*As flores do mal* e o sublime”, de 1951, retorna a um *tópos* recorrente em sua obra, a antítese entre simbolismo e realismo. No caso de Baudelaire – especificamente, de um dos seus “Spleen”, o poema tomado como ponto de partida para a explanação que se desenvolve ao modo dos capítulos de *Mimesis* (começando por análise textual pormenorizada para formular reflexão abrangente sobre um momento decisivo na história da literatura europeia) – a questão é exposta assim:

[...] não podemos chamar o poema de realista se por realismo entendermos uma tentativa de reproduzir a realidade exterior. Mas como no século XIX a palavra “realismo” estava associada principalmente à representação vívida de aspectos feios, sórdidos e repugnantes da vida; já que isto constituía a novidade e o significado do realismo, a palavra era aplicável às imagens feias e repulsivas, sem preocupação com o fato de elas fornecerem uma descrição concreta ou metáforas simbólicas. Importava que a evocação fosse vívida e, sob este aspecto, o poema de Baudelaire é extremamente realista. [...] Estas imagens

impressionam com uma *força realista* de que não podemos escapar – nem o poeta quer que alguém escape (AUERBACH 2012: 308-309; grifo meu).

As imagens na poesia de Baudelaire ao mesmo tempo são “inteiramente simbólicas” e “dão forma concreta a uma realidade terrível e horrenda” (AUERBACH 2009: 308). O que interessa ao filólogo, nesse e em outros estudos, não é o realismo em sentido restritivo (“tentativa de reproduzir a realidade exterior”), mas a *força realista* que pode emanar da composição textual, de diferentes maneiras em diferentes períodos. Conjugando dados da vida social em curso no momento da produção à leitura cerrada da forma textual – atento ao *modus operandi* de cada texto, a detalhes do vocabulário, da sintaxe, da imagética, da versificação ou da constituição do ponto de vista narrativo etc – , Auerbach nos legou um modelo para a crítica de literatura que demanda redimensionar constantemente a própria concepção de “realismo”. Força realista pode configurar-se ao modo homérico, com “descrição modeladora, iluminação uniforme, ligação sem interstícios”, ou ao modo do Velho Testamento, com “apresentação do devir histórico e aprofundamento do problemático” (AUERBACH 1987: 20). Pode vir com a “narração visualizada”, a “vivacidade visual”, a “apreensão das coisas que acontecem, de forma material e sensível”, ao modo da *História dos Francos* de Gregório de Tours (AUERBACH 1987: 82), ou quando a construção paratática é incorporada ao estilo elevado, como na gesta de Roland, gerando impressão de que “as ordens da vida, e também a ordem do além, são unívocas, inamovíveis, fixadas formalmente” em quadros justapostos sem causalidade, moldados conforme a “limitação de classe, a idealização e simplificação, o véu obscuro da lenda” próprios do imaginário do século XI (AUERBACH 1987: 95; 104). Auerbach destaca sempre o fato de que a composição textual pode pôr em cena, *formalmente*, aspectos da vida presente/material/terrena de determinado momento, inclusive pelo negativo, pela sua elisão. E discute as razões de ser de cada modo de representação ou exposição ou apresentação ou configuração estética, *mimesis* disso que – para lembrar Cortázar (1974: 79) – “alguma vez chamaremos realidade”. O esforço para compreender a relação entre andamento da história e transformação das formas literárias é integrado, inclusive, pela dedicação à noção de “figura”, radicada na mística cristã. O interesse pela interpretação, visão ou concepção figural que perpassa *Mimesis*, motivado pelos estudos sobre Dante, provém de pesquisas que levaram Auerbach a concluir que “‘figura’ é algo real e histórico que anuncia outra coisa que também é histórica e real”, conforme esclarece Modesto Carone (1997: 7). Daí o título do livro sobre o autor da

*Comédia: Dante als Dichter der irdischen Welt* (1929). Edward Said (2007: 114) chamou atenção para um equívoco na tradução do título para língua inglesa (que ocorre também na edição brasileira de 1997, *Dante, poeta do mundo secular*): “a palavra crucial, ‘*irdisch*’, ou mundano, foi traduzida por ‘secular’, termo bem menos concreto”, menos indicativo da peculiaridade concreta da matéria histórica que Auerbach procura captar em seu trabalho com os textos.

## Seriedade crítica

Em *Mimesis*, o valor de conhecimento que Auerbach atribui ao “realismo sério” determina seu rigor crítico, inclusive ao posicionar-se em relação a escritores pelos quais demonstra maior admiração. Um exemplo é Boccaccio, que já havia figurado como autor capital em sua tese de doutorado (AUERBACH 2003). No capítulo de *Mimesis* “Frate Alberto”, sobre *Decameron*, é sublinhado um limite do realismo boccacciano, relacionado às circunstâncias em que se desenvolveu o primeiro humanismo na Itália do século XIV. Mesmo com as tantas modulações no conjunto de novelas, mesmo com a diversidade de ambientes e de tipos sociais bem trabalhados, mesmo com a coalizão bem equilibrada entre referencial letrado da tradição greco-latina e cultura popular – com tudo isso, que o filólogo percebe como ganho de expressividade, ele nota em *Decameron* uma limitação. O problema é o seguinte: narradores e personagens que funcionam na moldura dramática do livro como figuração do público tendem a evitar “qualquer avaliação ou tomada de posição sérias” diante da matéria narrada (AUERBACH 1987: 200). O apreço pelo engenho artístico não oblitera a percepção de problemas da matéria histórica manifestos na forma estética, como se pode observar na sequência de trechos abaixo, extraída da parte final de “Frate Alberto”:

[...] sempre e inconfundivelmente, o narrador e o ouvinte permanecem muito acima do objeto, deliciando-se leve e elegantemente à sua custa, observando-o criticamente de cima. [...] Evidentemente, no tempo de Boccaccio há uma classe social que, sendo ela própria de nível elevado, ainda que não feudal, como é claro, mas pertencente à aristocracia urbana, sente um prazer culto com a realidade colorida da vida, seja onde for que apareça.

[...] o primeiro humanismo não possui, diante da realidade da vida, qualquer força ética construtiva; abaixa o realismo novamente a um nível estilístico médio, não problematizado e não trágico [...].

[...]

Justamente nas passagens em que Boccaccio tenta penetrar no campo do problemático ou do trágico, reconhece-se a pouca clareza e a insegurança de sua ideologia, do seu humanismo prematuro. O seu realismo livre, rico e magistral no domínio dos fenômenos,

totalmente natural nos limites do estilo médio, torna-se frouxo e superficial tão logo roça na problemática ou na tragicidade (AUERBACH 1987: 189-190; 198; 201).

É notável aí a acuidade do filólogo ao movimentar-se entre diferentes perspectivas históricas, levando em conta dados formais da composição literária. Auerbach lê Boccaccio ao mesmo tempo procurando aproximar-se do ângulo do século XIV e sem deixar de assumir a perspectiva de seu presente catastrófico. Do ângulo do momento em que Boccaccio escreveu, considera uma conquista aquele “realismo livre, rico e magistral no domínio dos fenômenos”, que valoriza o cotidiano, a “realidade colorida da vida”, contrapondo-se à doutrina moral cristã-medieval. Mas, do ângulo daquele tempo de guerra em que Auerbach lê Boccaccio, não lhe basta o colorido cotidiano. Com toda a valorização dos feitos realistas no *Decameron*, o crítico não deixa de registrar a relevância do gesto de “avaliação ou tomada de posição sérias”, que não cabiam nas novelas tão admiráveis.

Outro bom exemplo de posicionamento criterioso, que vai muito além da exaltação da grande obra de arte, é o já citado “*As flores do mal* e o sublime”. Aí também é em perspectiva histórica e com seriedade crítica que Auerbach discute os feitos de Baudelaire, começando pelo “uso simbólico do horror realista” em face da “crise de nossa civilização” já pressentida pelo poeta do século XIX (AUERBACH 2012: 330-331). Ante a “obra do desespero e da amarga volúpia do desespero”, põe em xeque “o gozo extático da soberba artística” (AUERBACH 2012: 325). Nota que, para “determinar a posição histórica das *Flores do mal*”, é fundamental a consideração daquilo que Baudelaire “perseguuiu com toda a força [...]: a criação poética absoluta, o artifício absoluto e sua própria pessoa de criador artificioso” (AUERBACH 2012: 325-326). Para Auerbach (2012: 331-332), a “idolatria da arte” presente na poesia de Baudelaire é um dos componentes que responde pelo “significado histórico de *As flores do mal*”, o qual não será alcançado por crítica puramente estética que reitere tal idolatria.

Muitos críticos posteriores deram por evidente que o livro só poderia ser considerado de um ponto de vista estético e rejeitaram com escárnio qualquer outra possibilidade de abordagem. Parece-nos que a crítica puramente estética não está à altura da tarefa, embora Baudelaire dificilmente pudesse compartilhar a nossa opinião: ele estava contaminado pela idolatria da arte que ainda está presente entre nós. Que fenômeno singular: um profeta do infortúnio que só espera de seus leitores a admiração por sua realização artística! *Ponete mente almen com 'io son bella* [“reparem pelo menos como sou bela”] – com estas palavras Dante conclui a *canzone* aos que caminham pelo terceiro céu. Mas como essas palavras poderiam aplicar-se a poemas cujo significado é tão atual e urgente, cuja beleza é tão amarga quanto a das *Flores do mal*? (AUERBACH 2012: 332).

Kracauer também soube manter-se à distância da idolatria da arte, do gozo extático da soberba artística comum em seu tempo como no nosso. Mesmo em *Theory of film*, com toda a aposta nos efeitos dos meios cinematográficos, ressalta que não se trata de experiência estética equivalente às proporcionadas pelas artes tradicionais, que a experiência do cinema é de outra ordem. O crítico pioneiro da cultura de massas opôs-se cedo aos intelectuais que desconsideravam as formas de distração que ganhavam força nas cidades alemãs do final dos anos 1920 – justamente os fenômenos que ele percebia como manifestações de tendências da cultura urbana reveladoras e decisivas na época da ascensão do nazismo:

Os intelectualmente privilegiados que, sem que o queiram de fato reconhecer, são um apêndice do sistema econômico dominante, ainda não perceberam o ornamento da massa como um signo deste sistema. Eles negam este fenômeno para continuar a edificar-se nas exposições de arte que permanecem intocadas pela realidade que está presente no modelo do estádio. A massa que adota espontaneamente este modelo é superior àqueles que o desprezam, quando ela reconhece de modo claro os fatos em estado bruto. A mesma racionalidade que controla os portadores dos modelos na vida real governa sua submersão corporal e eterniza assim a realidade do momento (KRACAUER 2009: 101).

Passagens como essas permitem constatar a seriedade com que Auerbach e Kracauer encaram as sempre frágeis possibilidades de intervenção da crítica de arte e cultura. Atitude muito mais consequente do que exercícios motivados pela idolatria da arte que resultam em enleios com o texto literário ou com a própria escrita ensaística, muitas vezes pautada por elocubrações retórico-conceituais e formulações frequentemente arbitrarias de questões conformadas por temas e/ou léxico teórico que entram na moda a cada momento. Inclusive por conta desse contraste com tendências da crítica contemporânea, trabalhos como os de Auerbach e Kracauer permanecem inspiradores – por sua seriedade crítica, acuidade analítica, perspectiva histórica, capacidade de reconhecer singularidades relevantes na forma estética e em fenômenos históricos, e de posicionar-se com autonomia diante de tudo isso.

## Referências bibliográficas

- ADORNO, Theodor. O curioso realista. *Novos estudos* 85, 2009, p. 5-22.  
AGARD, Olivier. *Kracauer: le chiffonnier mélancolique*. Paris: CNRS Éditions, 2010.  
AUERBACH, Erich. *A novela no início do renascimento – Itália e França*. São Paulo: Cosac Naify, 2013.  
\_\_\_\_\_. *Dante: poeta do mundo secular*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

- \_\_\_\_\_. *As flores do mal e o sublime*. In: *Ensaio de literatura ocidental*. São Paulo: Editora 34; Livraria Duas Cidades, 2012, p. 303-332.
- \_\_\_\_\_. *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- \_\_\_\_\_. Epilegomena to *Mimesis*. In: AUERBACH, Erich. *Mimesis: The representation of reality in Western Literature*. Princeton: Princeton University Press, 2003, p. 559-574.
- AUERBACH, Erich; BENJAMIN, Walter. *Correspondencia entre Walter Benjamin y Erich Auerbach 1935 – 1937*. Buenos Aires: Ediciones Godot, 2015, e-book.
- AUERBACH, Erich; KRACAUER, Siegfried. Neun Briefe 1951-1957. In: BARCK, Karlheinz; TREML, Martin (ed.). *Erich Auerbach. Geschichte und Aktualität eines europäischen Philologen*. Berlin: Kadmos, 2007.
- CARONE, Modesto. Um roteiro do conceito de figura. In: AUERBACH, Erich. *Figura*. São Paulo: Ática, 1997, p. 7-11.
- CORTÁZAR, Julio. *Prosa do observatório*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- HANSEN, Mirian Bratu. “With skin and hair”: Kracauer’s Theory of film, Marseille 1940. *Critical Inquiry*, v. 19, n. 3, 1993, p. 437-469.
- KRACAUER, Siegfried. *Werke in neun Bänden*. Berlin: Suhrkamp, 2004-2012.
- \_\_\_\_\_. *O ornamento da massa*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- \_\_\_\_\_. *De Caligari a Hitler: uma história psicológica do cinema alemão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Theory of film: the redemption of physical reality*. Princeton: Princeton University Press, 1997.
- \_\_\_\_\_. *History: the last things before the last*. Princeton: Markus Wiener Publishers, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Os empregados*. Lisboa: Antígona, 2015.
- LÖWY, Michel. *Redenção e Utopia: o judaísmo libertário na Europa Central (um estudo de afinidade eletiva)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- RIEDNER, Johannes Otto. Siegfried Kracauer und Erich Auerbach – Anmerkungen zu einer späten Freundschaft. In: BARCK, Karlheinz; TREML, Martin (ed.). *Erich Auerbach. Geschichte und Aktualität eines europäischen Philologen*. Berlin: Kadmos, 2007.
- SAID, Edward. Introdução a *Mimesis*, de Erich Auerbach. In: SAID, Edward. *Humanismo e crítica democrática*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, 110-146.
- SANTOS, Patrícia. *Sociologia e superfície: uma leitura dos escritos de Siegfried Kracauer até 1933*. São Paulo: Unifesp, 2016.
- VIALON, Martin. Über Bilder, Mimesis, ein Gespräch über den Roman und den Film – Erich Auerbach und Siegfried Kracauer. In: EWERT, Michael; VIALON, Martin (ed.). *Konvergenzen. Studien zur deutschen und europäischen Literatur. Festschrift für E. Theodor Voss*. Würzburg: Königshausen & Neumann, 2000.
- WAZBORT, Leopoldo. *A passagem do três ao um: crítica literária, sociologia, filologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2007.
- \_\_\_\_\_. Erich Auerbach e a condição humana. In: ALMEIDA, Jorge de; BADER, Wolfgang (ed.). *Pensamento alemão no século XX*. v. 2. São Paulo: Cosac Naify, 2013, p. 175-217.

Recebido em 26 de julho de 2018  
Aceito em 07 de outubro de 2018

# Die Übersetzung der Kashinawa-Mythen in Theodor Koch-Grünbergs *Indianermärchen aus Südamerika*

[The translation of the myths of the Cashinahua people in Theodor Koch-Grünberg's  
*Indianermärchen aus Südamerika*]

<http://dx.doi.org/10.11606/1982-88372237199>

Sabine Reiter<sup>1</sup>

**Abstract:** In addition to his ethnological and linguistic studies regarding indigenous cultures of the Amazon region the German naturalist Theodor Koch-Grünberg had an interest in indigenous myths and a clear idea of how to document and translate such narratives that are traditionally passed on orally. In this respect the interlinear translation, presented by the Brazilian historian João Capistrano de Abreu, of texts from the Panoan language Cashinahua, still spoken in the Brazilian-Peruvian border region, served him as a model. Capistrano's text collection *Rã-txa hu-ni ku-ĩ* was published in Brazil in 1914. As soon as 1920 followed Koch-Grünberg's publication of *Indianermärchen aus Südamerika*. As many as 13 of the 117 narratives that Koch-Grünberg had translated into German were taken from Capistrano's book. By presenting examples from the text this article aims at discussing Koch-Grünberg's translation from Cashinahua into German. His work was based on Capistrano's collection of original texts, transcribed and translated in a word-by-word fashion into Portuguese, together with a glossary and a grammar sketch also contained in the book. Koch-Grünberg's own work clearly shows that the translation process is multiple: from an orally presented narrative discourse with performative elements into written language, from a South-American indigenous into a typologically distinct European language and from a completely unknown culture into one that is comprehensible for a Brazilian as well as for a German reader.

**Keywords:** Translation; Indigenous Languages; Amazonia; Capistrano de Abreu; Koch-Grünberg

**Zusammenfassung:** Neben seinen ethnologischen und linguistischen Studien zu indigenen Kulturen der Amazonasregion beschäftigte sich der deutsche Brasilienforscher Theodor Koch-Grünberg auch mit indigenen Mythen und hatte klare Vorstellungen davon, wie diese mündlich überlieferten Erzählungen dokumentiert und übersetzt werden sollten. Modellcharakter hatte für ihn die interlineare Übersetzung des brasilianischen Historikers João Capistrano de Abreu von Texten aus dem Kashinawa, einer Panosprache, die noch heute im brasilianisch-peruanischen Grenzgebiet von Mitgliedern der ethnischen Gruppe gesprochen wird. Capistranos Textsammlung *Rã-txa hu-ni ku-ĩ* wurde 1914 in Brasilien veröffentlicht. Bereits 1920 erfolgte die Publikation der *Indianermärchen aus Südamerika* durch Koch-Grünberg, wobei von den 117 ins

<sup>1</sup> Leibniz Zentrum Allgemeine Sprachwissenschaft, Schützenstraße 18, 10117 Berlin, Alemanha. E-mail: [sabine\\_reiter@yahoo.com](mailto:sabine_reiter@yahoo.com). ORCID: 0000-0002-3387-3751

Diese Arbeit ist im Rahmen des DAAD-Rückkehrstipendiums entstanden.



Deutsche übertragene Geschichten 13 aus Capistranos Werk stammten. In diesem Beitrag soll anhand ausgewählter Textbeispiele die Übersetzung Koch-Grünbergs aus dem Kashinawa ins Deutsche diskutiert werden. Grundlage war dabei die transkribierte Textsammlung in Originalsprache mit einer Wort-für-Wort-Übersetzung ins Portugiesische sowie einem angehängten Glossar und einem Grammatiksketch. In Koch-Grünbergs eigenen Aufzeichnungen wird zusätzlich deutlich, dass es sich um einen multiplen Übersetzungsprozess handelt: von einem mündlich präsentierten narrativen Diskurs mit performativen Elementen in Schriftsprache, von einer indigenen Sprache Südamerikas in eine typologisch weit entfernte europäische und von einer vollkommen unbekanntem Kultur in eine für den brasilianischen wie den deutschen Leser nachvollziehbare.

**Stichwörter:** Übersetzung; indigene Sprachen; Amazonien; Capistrano de Abreu; Koch-Grünberg

## 1 Einleitung

Die nachfolgende Studie beschäftigt sich mit den Übersetzungsstrategien, die der Südamerikaforscher Theodor Koch-Grünberg (1872-1924) bei der Übertragung einiger indigener Mythen ins Deutsche anwendete. Die Erzählungen aus dem Kashinawa waren zu Beginn des 20. Jahrhunderts von dem brasilianischen Historiker João Capistrano de Abreu (1853-1927) in der Originalsprache schriftlich festgehalten und ins Portugiesische übersetzt worden. Koch-Grünbergs deutsche Übersetzung erfolgte bereits wenige Jahre später.

Die Entstehung dieses Textes hängt eng mit einem Sprachdokumentationsprojekt zusammen, das zwischen 2007 und 2011 im Rahmen des von der Volkswagenstiftung geförderten Programms Dokumentation bedrohter Sprachen (DoBeS) bei den Kashinawa, einer im brasilianisch-peruanischen Grenzgebiet lebenden indigenen Gruppe, durchgeführt wurde.<sup>2</sup> Ziel des Projekts war eine umfassende Dokumentation von kulturellen und linguistischen Daten in Form eines öffentlich zugänglichen Internetarchivs bestehend aus annotierten Audio- und Videodateien, aber auch Fotos, Zeichnungen und schriftlichen Texten. Da bereits eine größere Anzahl internationaler Forscher zum Kashinawa gearbeitet hatte, sollten auch älteres Material sowie wissenschaftliche Studien in das Archiv integriert werden. Auf diese Weise würden die

---

<sup>2</sup> Aktuell bezeichnet sich der in Brasilien lebende Teil der Sprachgemeinschaft als *Huni Kuin* oder (in der brasilianischen Schreibweise) *Huni kuĩ*, übersetzbar in etwa als „echter Mensch“. Da es sich jedoch um eine Bezeichnung handelt, die auch für Sprecher eines Großteils der anderen, lexikalisch sehr ähnlichen Pano Sprachen gelten kann, wird hier der Name beibehalten, unter dem die Gruppe und die Sprache ursprünglich bekannt wurden. Die hier gewählte Schreibweise *Kashinawa* entspricht der Bezeichnung der Gruppe durch die deutsche Anthropologin Barbara Keifenheim. Weitere Bezeichnungen sind *Kaschinawa* (Koch-Grünberg), *Cashinawa* (peruanische Schreibweise), *Kaxinawá* oder *Caxinauá* (brasilianische Schreibweise).



Daten nicht nur einer breiten Öffentlichkeit und internationalen wissenschaftlichen Gemeinschaft, sondern auch den Mitgliedern der Sprachgemeinschaft selbst zur Verfügung gestellt werden.

Seinen eigentlichen Ursprung hatte das Projekt jedoch in einem anderen Umstand, der eher mit einer zunehmenden Emanzipierung und öffentlichen Partizipation indigener Gruppen in Südamerika und besonders in Brasilien zu tun hatte: eine Gruppe von brasilianischen Kashinawa war an die Linguistin Eliane Camargo herangetreten und hatte sie gebeten, ihnen Capistranos Werk *Rã-txa hu-ni ku-ĩ* zugänglich zu machen. Diese zweisprachige Sammlung von Texten auf Kashinawa und Portugiesisch existierte zu diesem Zeitpunkt seit fast einhundert Jahren und war von allen bisherigen Forschern, die mit den Kashinawa in Kontakt traten, benutzt worden. In früheren Zeiten hatte man sich in den Dorfgemeinschaften der Kashinawa gewundert, wenn ein fremder Mensch auftauchte und mithilfe eines dicken Buchs sofort in der Lage war, Mythen in ihrer Sprache vorzutragen, ohne aber in der Lage zu sein, mündlich mit ihnen zu kommunizieren:

Yaix Buxka reuniu todos e pegou um livro grande que havia trazido. Mostrou a todos e leu. Ele continha a vida dos caxinauás, o mito da queixada, da Nete Bekum, tinha todos os mitos. [...] Os caxinauás que viam o livro diziam: “É como nossa língua: Quem será que lhe ensinou a ‘origem da nossa família’? O Alemão deve ser uma pessoa da nossa família que se separou e agora voltou para ficar conosco (CAMARGO et al. 2013:187).<sup>3</sup>

Zu Beginn des 21. Jahrhunderts hatten nun einige der inzwischen alphabetisierten Kashinawa versucht, dieses Buch selbst zu lesen, mussten aber feststellen, dass es in Aufbau und Form wenig leserfreundlich war. Man wünschte sich daher eine Neuübersetzung sowie die Vermittlung von linguistischen Grundlagen in Workshops für die zweisprachigen Dorfschullehrer, um zusätzlich in der Lage zu sein, die eigene Sprache zu analysieren und didaktisches Material für die Schulen zu produzieren. Auf diese Weise entstand das DoBeS-Projekt, dessen Datenkorpus heute größtenteils frei im Internet zugänglich ist.

Capistranos Textsammlung war in Zusammenarbeit mit zwei Kashinawa-Sprechern zu Beginn des 20. Jahrhunderts entstanden und 1914 veröffentlicht worden. Nur sechs Jahre später wurden von Theodor Koch-Grünberg in Deutschland die *Indianermärchen aus Südamerika* herausgegeben, von denen dreizehn aus *Rã-txa hu-ni*

---

<sup>3</sup> Aus dem Bericht eines peruanischen Kashinawa, der sich daran erinnert, wie der deutsch-brasilianische Fotograf und Forscher Harald Schultz 1951 sein Dorf besuchte.

*ku-ĩ* stammen. Der deutsche Ethnologe ist einem breiteren brasilianischen Publikum als Erforscher südamerikanischer Sprachen und Kulturen und sein Werk vor allem als Inspirationsquelle zu Mario de Andrades Roman *Macunaíma – o herói sem nenhum caráter* (1928) bekannt. Andrade hatte als Grundlage für seinen Roman den zweiten Band des sechsbändigen *Vom Roroima zum Orinoco* auf Deutsch gelesen. Bis heute ist nur der erste Band dieses Werks von Koch-Grünberg auf Portugiesisch erhältlich. Ebenso sind die *Indianermärchen aus Südamerika* bisher nicht ins Portugiesische übersetzt, und auch von Capistranos *Rã-txa hu-ni ku-ĩ* gibt es erst seit kurzem eine portugiesische Prosaübersetzung.<sup>4</sup> Die Übertragung der aus diesem Werk ausgewählten Mythen ins Deutsche soll in diesem Text im Mittelpunkt stehen. Es soll dabei gezeigt werden, dass der Übersetzung ins Deutsche nicht allein die portugiesische Wort-für-Wort-Übersetzung Capistranos, sondern auch die Texte in der Originalsprache selbst zugrunde lagen, was sich an einigen Ungenauigkeiten in der portugiesischen Übersetzung nachweisen lässt, die in der deutschen Übersetzung nicht vorhanden sind. In Koch-Grünbergs weitgehend originalgetreuer Übersetzung ins Deutsche spiegelt sich auch seine eigene Übersetzungsauffassung, die sich in einigen Aspekten deutlich von der Capistrano de Abreus unterscheidet und eine für damalige Verhältnisse ungewöhnlich sensible Herangehensweisen an die Übersetzung mündlicher indigener Texte zeigt.

Die nachfolgende Studie ist folgendermaßen aufgebaut: Nach einer Vorstellung der beiden Werke *Rã-txa hu-ni ku-ĩ* und *Indianermärchen aus Südamerika* in Bezug auf Aufbau und Inhalt, Entstehungsgeschichte und angestrebte Leserschaft soll auf die vor allem im jeweiligen Vorwort zum Ausdruck kommende Vorstellung von Übersetzung beider Autoren eingegangen werden. In einem sich daran anschließenden Analyseteil wird anhand ausgewählter Beispiele gezeigt, welche Strategien Koch-Grünberg bei seiner Übertragung von Strukturen aus der Originalsprache ins Deutsche anwendete. Der Schlussteil der Arbeit fasst die Ergebnisse zusammen und setzt sie in Beziehung zu aktuellen Ansätzen in der Übersetzungsforschung, insbesondere im Hinblick auf indigene Sprachen Nord- und Südamerikas.

---

<sup>4</sup> Mit dem Wort „Prosaübersetzung“, „Prosaversion“ o.Ä. wird hier und im Folgenden nicht impliziert, dass es sich beim Original in indigener Sprache um poetische Texte handelt. Es soll lediglich auf den Unterschied zwischen der, dem Satzbau der Originalsprache entsprechenden Aneinanderreihung einzelner Wörter bei Capistrano und den kohärenten zielsprachlichen Sätzen bei Camargo oder Koch-Grünberg verwiesen werden.

## 2 *Rã-txa hu-ni ku-ĩ* und *Indianermärchen aus Südamerika*

Auch wenn beide Texte in derselben Zeit entstanden waren und beide „Autoren“<sup>5</sup> es sich zur Aufgabe gemacht hatten, Informationen über bis dahin wenig bekannte indigene Gruppen des Amazonasgebiets einer Leserschaft zugänglich zu machen und dem gleichen intellektuellen Umfeld angehörten, unterscheidet sich Capistranos Werk *Rã-txa hu-ni ku-ĩ* sowohl in seiner Entstehungsgeschichte wie in seinem Aufbau und der damit angestrebten Leserschaft von den *Indianermärchen aus Südamerika* Koch-Grünbergs.

Wie Protti (2006) umfassend darlegt, bewegten sich Capistrano de Abreu und Koch-Grünberg in einem internationalen Netzwerk von Südamerikaforschern. Diese nahmen die Werke der jeweils anderen gegenseitig zur Kenntnis und führten auch Korrespondenzen untereinander und über Sprachgrenzen hinweg. Auch ein persönlicher Kontakt zwischen Capistrano und Koch-Grünberg ist belegt, ebenso wie die Beeinflussung Capistranos durch andere internationale Forscher, wie z. B. Koch-Grünbergs Mentor Karl von den Steinen oder auch P. W. Schmidt, den Begründer der in Deutschland verlegten Zeitschrift *Anthropos*. Letzterer hatte ein vielbeachtetes Modell für eine phonetisch-basierte Transkription von mündlichen Sprachdaten vorgeschlagen, das auch die Grundlage für Capistranos Orthografie des Kashinawa bildete.<sup>6</sup>

Dass wiederum auch Capistranos Werk den von Koch-Grünberg vertretenen Maßstäben an eine für die Wissenschaft brauchbare Textsammlung entsprach, zeigt folgendes Zitat aus einem Brief Koch-Grünbergs vom 5. Dezember 1915 an Curt Nimuendajú, einen weiteren wichtigen, in Brasilien tätigen deutschen Südamerikaforscher:<sup>7</sup>

Am unfehlbarsten für die grammatikalische Beurteilung sind natürlich zusammenhängende Texte mit genauer Interlinearübersetzung, auf deren große Wichtigkeit ich Sie immer wieder von neuem hinweisen möchte. Sätze, die man den Indianern auf Portugiesisch oder Spanisch oder Lingoa geral vorspricht und in ihre Sprache übersetzen lässt, sind natürlich auch von Wert, aber nur ein Notbehelf. Der Indianer übersetzt eben gezwungen, wie wir es auch tun, zumal, wenn wir die fremde Sprache nicht ganz beherrschen. Nur die zusammenhängenden Texte in Mythen und Legenden geben uns die natürliche, ungezwungene Sprache. (Koch-Grünberg in PROTTI 2006: 115)

<sup>5</sup> Da sowohl Capistrano als auch Koch-Grünberg nicht die Urheber der Texte sind, sondern diese lediglich bearbeitet haben, handelt es sich genau genommen um eine kollektive Autorschaft verschiedener indigener Gruppen. Capistrano spricht bereits im Nachwort von *Rã-txa hu-ni ku-ĩ* von seinen beiden „Ko-Autoren“, womit er der Auffassung seiner Zeit weit voraus ist (vgl. CAPISTRANO 1914: 627ff.).

<sup>6</sup> Siehe Schmidt (1907).

<sup>7</sup> Siehe auch das anschließende Zitat aus einem Brief an Capistrano selbst.

## 2.1 *Rã-txa hu-ni ku-ĩ* von Capistrano de Abreu

Das Kashinawa ist eine inzwischen relativ gut erforschte Panosprache, die noch heute von der Mehrheit der ca. 7000 Mitglieder einer indigenen Gemeinschaft desselben Namens in Brasilien und Peru gesprochen wird.<sup>8</sup> Was diese von anderen Sprachen derselben Sprachfamilie unterscheidet, ist, dass sie bereits zu Beginn des 20. Jahrhunderts in einer zweisprachigen Textsammlung des brasilianischen Historikers João Capistrano de Abreu umfassend schriftlich dokumentiert wurde. *Rã-txa hu-ni ku-ĩ. A lingua dos Caxinauás do rio Ibuacu, afluente do Muru, Prefeitura de Tarauacá* wurde 1914 veröffentlicht und fand breite Anerkennung innerhalb der damaligen internationalen wissenschaftlichen Gemeinschaft, wie auch das Zitat aus einem von Koch-Grünberg an Capistrano persönlich gerichteten Brief vom 8. Januar 1920 verdeutlicht: „Ihr ausgezeichnetes und in der Südamerikaforschung wohl einzig dastehendes Werk über die Caxinaua habe ich im letzten Jahr genau studiert. Ich bewundere das riesige, wertvolle Material, das in dem Buch enthalten ist. [...]“ (Koch-Grünberg in PROTTI 2006: 44).<sup>9</sup> Bereits der Titel des Werks stellte die Analyse der „Sprache der Kashinawa“ (die wörtliche Übersetzung von *Rã-txa hu-ni ku-ĩ*) in den Mittelpunkt. Mit dem Titeltzusatz, der das Herkunftsgebiet der beiden Kashinawa-Mitarbeiter angab, wurde die Möglichkeit eingeräumt, dass es sich um eine regionale Varietät der Sprache handeln könnte. Im Nachwort seines Textes schlug Capistrano (1914: 627) daher vor, dass zu einer umfassenderen Dokumentation die Erforschung des Sprachgebrauchs in den einzelnen Dorfgemeinschaften an den verschiedenen Flüssen des Juruábeckens gehören würde, wobei er offenließ, ob er davon ausging, dass es sich dabei um unterschiedliche Varietäten des Kashinawa oder um unterschiedliche Panosprachen handelte.<sup>10</sup>

Die Textsammlung zeichnete sich dadurch aus, dass sie dem Leser die Möglichkeit gab, sich die Originalsprache anhand der Interlinearübersetzung ins Portugiesische sowie mithilfe einer Kurzgrammatik und einer Wörtersammlung selbst zu erschließen. Capistrano hatte seine Sammlung verschiedener Textgattungen in Rio de

<sup>8</sup> Alle noch ca. 30 erhaltenen Sprachen der Panofamilie werden im Grenzgebiet zwischen Bolivien, Brasilien und Peru gesprochen.

<sup>9</sup> Siehe Protti (2006: 15ff.) für weitere Reaktionen zeitgenössischer Wissenschaftler auf *Rã-txa hu-ni ku-ĩ*.

<sup>10</sup> Die Zuordnung verschiedener Varietäten zu einer oder mehreren unterschiedlichen Panosprachen ist bis heute nicht umfassend geklärt und basiert eher auf politischen als auf linguistischen Kriterien.

Janeiro in Zusammenarbeit mit zwei jungen Kashinawa vom Murú-Fluss, einem Zufluss des Tarauacá-Flusses in Acre, zusammengestellt und übersetzt. Die Textdokumentation in siebzehn Kapiteln und 5926 durchnummerierten Sätzen auf insgesamt 490 Seiten beginnt mit einfachen unzusammenhängenden Sätzen und setzt sich fort in der Beschreibung diverser kultureller Praktiken des Alltags (Ackerbau, Hausbau, Jagd, Fischfang, Koch- und Essgewohnheiten, Handwerkskunst), des Zusammenlebens in der Gemeinschaft (Siedlungsstrukturen, Heirat, Geburt, Tod), aber auch ritueller Praktiken (Festzyklen, Körperbemalung, Umgang mit Träumen und Magie). Neben allgemeinen Beschreibungen finden sich in diesen ersten Abschnitten auch Berichte über bestimmte Ereignisse wie Migrationen infolge von Hunger, Krankheit und Vertreibungen, die Arbeit auf brasilianischen Kautschukplantagen oder die Hinrichtung von der Hexerei oder des Diebstahls bezichtigten Mitgliedern der Gemeinschaft.<sup>11</sup> Erst ab dem neunten Kapitel sind Texte der oralen Erzähltradition dokumentiert, die von Capistrano neun thematischen Bereichen, z. B. „Caxinauás transformados em bichos“ (Kapitel 9), „Bichos encantados em Caxinauás“ (Kapitel 10), „Feiticeiros e espíritos“ (Kapitel 14) oder „Astronomia“ (Kapitel 16) zugeordnet wurden. Obwohl damit den traditionellen Erzählungen genauso viele Kapitel zukommen wie den Texten über die Kultur der Kashinawa, bilden sie doch ca. drei Viertel aller im Buch abgedruckten Texte. Einige Mythen treten in zwei unterschiedlichen Versionen, je von einem der Informanten Capistranos erzählt, auf.

Ungewöhnlich an dieser Textsammlung war die für ein Laienpublikum äußerst schwierige Präsentationsform der Texte auf Kashinawa mit einer portugiesischen Wort-für-Wort-Übersetzung, zu deren Verständnis ein genaues Studium des gesamten Materials, also auch der Originalsprache mithilfe der zugehörigen Grammatik, notwendig war. So schreibt selbst Teodoro Sampaio, einer der führenden brasilianischen Intellektuellen seiner Zeit: „Parece esse livro, [...] uma massa informe de impossível compreensão, um amontoado de frases, numeradas, tão estranhas no seu contexto bárbaro, como desconcertadas na versão portuguesa que de lado as acompanha“ (Sampaio 1955[1915]: 125, zitiert in PROTTI 2006: 118). Und der schwedische Forscher Erland Nordenskiöld, dem das Buch von Koch-Grünberg empfohlen worden war, schrieb am 11. Juni 1919 an diesen: „Dank auch für das Zitat aus Capistrano de Abreu [...] Abreu ist ja grässlich zu lesen“ (Nordenskiöld zitiert in PROTTI 2006: 112). Auch Koch-Grünberg

---

<sup>11</sup> Siehe auch Koch-Grünberg (1941: 634).

selbst gab bei aller Bewunderung für das Werk während seiner Übersetzungen einiger Mythen aus Capistranos Textsammlung zu, dass die Art der Darstellung es nicht einfach mache, diese zu verstehen:

„Ich übersetze jetzt die Kaschinawa-Mythen aus Capistrano de Abreu's famoser Sammlung *ra-txa hu-ni-ku* [sic]. Es sind prächtig ursprüngliche Sachen, aber man muß sich erst hineinlesen, da er fast nur Interlinearübersetzungen gibt.“ (Brief an Walter Lehmann, 24.03.1919; zitiert in PROTTI 2006: 119)

Die Kashinawa-Sätze in *Rã-txa hu-ni ku-ĩ* waren zwar konsequent durchnummeriert worden, ebenso wie die dazugehörigen Interlinearübersetzungen ins Portugiesische, aber die Darstellung in jeweils halbseitigen einsprachigen Blöcken machte die Zuordnung von Original und Übersetzung eher umständlich.<sup>12</sup> Hinzu kam das Fehlen einer Prosaübersetzung, was dazu führte, dass der Leser sich u. a. mit einer dem sprachtypologisch vorwiegend kopffinalen Kashinawa entsprechenden Anordnung der portugiesischen Wörter abfinden musste, die der kopfinitialen Syntax des Portugiesischen entgegen stand.

Wie seine Diskussion des Lexikons im Nachwort erkennen lässt, waren Capistrano die meisten Arbeiten, die es damals über das Kashinawa oder mit diesem verwandte Sprachen gab, bekannt. Ebenso hatte er Zugang zu anderen Publikationen über südamerikanische indigene Sprachen.<sup>13</sup> Da er sich also entsprechend bei der Analyse seiner Daten an den Arbeiten einer internationalen Forschergemeinschaft orientiert hatte, wurden beim gebildeten Lesepublikum auch Kenntnisse anderer europäischer Sprachen erwartet. In der auf P. W. Schmidts Transkriptionsmodell basierenden Kashinawa-Orthografie war der Leser z. B. mit Graphemen wie dem <ö> konfrontiert, dessen phonetischer Wert als „aproxima-se do homographo allemão mais ou menos impuro, *eu francez, u inglez em but*“ (CAPISTRANO 1914: 12) beschrieben wird.

Auch die Tatsache, dass es sich bei den Texten nicht nur um Mythen handelte, sondern zusätzlich um Beschreibungen der indigenen Kultur, und zwar aus der Sicht von Mitgliedern der Gemeinschaft und nicht der eines beobachtenden Wissenschaftlers, war zu Capistranos Zeit keine gängige Praxis. Üblich waren Mythensammlungen, die der vergleichenden Auswertung dienten und nur selten auch in den indigenen Sprachen selbst

<sup>12</sup> Vgl. mit der heute üblichen Darstellung in den Beispielen in Abschnitt 4. Hier wird die Zuordnung zwischen originalsprachlichen Wörtern und Glossierung dadurch erleichtert, dass diese direkt untereinander gesetzt wurden.

<sup>13</sup> Vgl. Capistrano (1914: 622-627).

präsentiert wurden. Davon klar getrennt waren ethnografische Berichte aus der Feder der Forscher, verfasst in einer europäischen Sprache.

*Rã-txa hu-ni ku-ĩ* hatte nach seiner Erstpublikation mindestens eine weitere Auflage im Jahr 1941. 2015 wurde ein Faksimile dieser Zweitausgabe in der Bibliothek des brasilianischen Senats veröffentlicht. Ein Jahr später erschien zum ersten Mal eine von Camargo organisierte Neubearbeitung mit einer an die aktuell in der Sprachgemeinschaft verwendete Schreibweise angepassten, auf morphologischen und phonologischen Kriterien basierten Orthografie, einer kompletten Neuübersetzung in ganzen Sätzen sowie einer Diskussion von Capistranos grammatischen Analysen aus aktueller Perspektive.

Camargo (2016: 25) merkt in ihrer Neubearbeitung an, dass die Weitergabe von Kultur zur Zeit Capistranos noch intakt zu sein schien, obwohl die Kashinawa vom Murufloss bereits seit einigen Jahrzehnten Kontakt zu Kautschukpflanzern hatten und häufig gezwungen wurden, auf deren Plantagen zu arbeiten. Dies lässt sich an dem enormen traditionellen Wissen beider Kashinawa-Mitarbeiter erkennen, von denen einer zu Beginn der Zusammenarbeit ungefähr 20, der andere erst 13 Jahre alt war und die beide bereits einige Jahre unter Nicht-Indigenen gelebt oder gearbeitet hatten. Die Texte zeigen Camargos Erkenntnissen zufolge allerdings auch einige Fremdeinflüsse. So wird z. B. in Kapitel VI (CAPISTRANO 1914: 115-116) die Genitalbeschneidung von Frauen beschrieben, was aber nach Angaben älterer Kashinawa-Sprecher nie ein Element ihrer Kultur, dafür aber bei anderen Panogruppen, wie den Shipibo, üblich gewesen sei. Ebenso gibt es am Ende des letzten Kapitels eine Textgattung, die Capistrano als „adivinhações“ bezeichnet und die keinen Bezug zur traditionellen Kultur hat. Es handelt sich um kurze Rätselfragen mit ebenso kurzen Antworten, von denen Camargo vermutet, dass sie von den jungen Kashinawa-Mitarbeitern auf den Kautschukplantagen erworben wurden. Ein weiteres Element sind einige Mythen anderer indigener Gruppen. Camargo (2016: 25) nennt als Beispiel die Geschichte vom Geier, der den Affen zu einem Fest im Himmel einlädt. Diese ist bei Capistrano als „Urubu e macaco prego“ in das Kapitel VIII „Anekdoten“ aufgenommen worden.

## 2.2 *Indianermärchen aus Südamerika* von Theodor Koch-Grünberg

Im 1917 erschienenen zweiten Band des sechsbändigen *Vom Roroima zum Orinoco* hatte Koch-Grünberg die „Mythen und Legenden der Taulipang- und Arekuna-Indianer“ veröffentlicht und damit eine deutschsprachige Leserschaft mit dem Trickster-Helden Makunaima bekannt gemacht, der Mario de Andrade als Grundlage für seine Romanfigur diente. Koch-Grünbergs zweiter Band enthielt Mythen der beiden vom ihm erforschten Karibgruppen auf Deutsch und teilweise auch zweisprachig auf Deutsch und Taulipang, die in einer längeren Einleitung ausführlich im Rahmen der damals vorherrschenden vergleichenden Mythenforschung analysiert wurden. Damit richtete er sich eindeutig an ein Fachpublikum.<sup>14</sup> Die 1920 veröffentlichten *Indianermärchen aus Südamerika* hatten eine breitere Ausrichtung, sowohl inhaltlich als auch in Bezug auf die Leserschaft. Sie enthielten nicht nur eine Auswahl der bereits veröffentlichten Taulipang- und Arekuna-Mythen, sondern weitere Mythen anderer indigener Gruppen, die von verschiedenen Forschern und Missionaren gesammelt und auf Deutsch, Englisch, Französisch, Niederländisch, Portugiesisch und Schwedisch veröffentlicht worden waren.<sup>15</sup> Alle Erzählungen waren von Koch-Grünberg für seine Publikation ins Deutsche übertragen worden. Das Buch umfasste insgesamt 117 Erzählungen von 30 indigenen Gruppen verschiedener Sprachfamilien aus Bolivien, Brasilien, British-Guyana, Chile und Surinam.

Auch wenn Koch-Grünberg das von ihm zusammengetragene Material insgesamt als „Mythen“ bezeichnet, gibt er in seinem Vorwort an, dass es sich um verschiedene Textgattungen handelt: „Schöpfungs- und Heroensagen [...] wechseln mit einfachen Märchen, Tierfabeln und humoristischen Erzählungen [ab]“ (KOCH-GRÜNBERG 1920: IV). Zwei Kriterien spielen bei der Auswahl des Materials durch Koch-Grünberg eine wesentliche Rolle. Zum einen ist ihm wichtig, fremde Elemente, die sich durch Kontakt in die indigenen Erzählungen eingeschlichen haben könnten, möglichst gering zu halten, weshalb er von Missionaren gesammelte Texte kaum berücksichtigt (vgl. KOCH-GRÜNBERG 1920: II). Zum anderen ist ihm im Rahmen der ihn besonders interessierenden Mythenforschung die Vergleichbarkeit wichtig. So kündigt er im Vorwort an, dass bestimmte Motive häufig wiederkehren, und listet diese in den Anmerkungen zu jeder der

<sup>14</sup> Siehe Koch-Grünberg (1917: 3-30).

<sup>15</sup> Ein Quellenverzeichnis findet sich in Koch-Grünberg (1920: 312-313).



Erzählungen am Ende des Buchs auf.<sup>16</sup> Bei den „Märchen“ 84 bis 96 handelt es sich um eine Auswahl aus *Rã-txa hu-ni ku-ĩ*. Zwei dieser Texte handeln von der Entstehung der Welt, die restlichen elf von der Interaktion zwischen Mensch und Tier oder Tieren untereinander, inklusive der Verwandlung einiger der Lebewesen in andere.

Neben der Tatsache, dass damit den deutschen Lesern nur eine kleine Auswahl der von Capistrano gesammelten Texte zur Verfügung stand, gab es einen weiteren Unterschied zwischen den beiden Veröffentlichungen: während Capistranos Textsammlung sich in einer Form präsentierte, die einem wissenschaftlichen Publikum vorbehalten war, waren Koch-Grünbergs *Indianermärchen aus Südamerika* an ein breiteres Leserspektrum gerichtet. Zum einen bestand das Zielpublikum aus Experten, die sich für Koch-Grünbergs in den Anmerkungen (1920: 312-337) festgehaltene Einsichten über Gemeinsamkeiten und Unterschiede zwischen verschiedenen indigenen Mythen Südamerikas und im Vergleich zu Mythen aus anderen Teilen der Welt interessierten. Zum anderen wurde bereits durch den Titel, die Zuordnung zur Textgattung der Märchen, und die Publikation innerhalb einer vom Verlag herausgegebenen Reihe „Die Märchen der Weltliteratur“ ein Laienpublikum angesprochen: „[...] o lançamento editorial [visava] ao grande público, tendo na mira inclusive zelosas mães [...]“ (PROTTI 2006: 113). Ein weiterer Hinweis auf eine bewusste Verbindung zweier Zielgruppen ist die umfangreiche Illustration des Werks mit Fotografien, Zeichnungen und grafischen Mustern. Diese kann zwar als zum Thema passende Bebilderung gewertet werden, hat aber auch einen wissenschaftlichen Wert, denn die Zeichnungen aus einer früheren Publikation Koch-Grünbergs waren von Indigenen der Amazonasregion angefertigt und die Muster von indigenen Originalwaffen kopiert worden. Das Buch wurde bis heute in verschiedenen Ausgaben mit jeweils mehreren Auflagen in einer Reihe von Verlagen publiziert. Die letzte Ausgabe ist ein Taschenbuch der Edition Holzinger in Berlin, das 2014 in der 3. Auflage erschienen ist.

---

<sup>16</sup> Siehe Koch-Grünberg (1920: 313-337).

### 3 Übersetzung nach Auffassungen von Capistrano de Abreu und Koch-Grünberg

In den Äußerungen beider Autoren in Vor- und Nachworten, aber auch – wie in Abschnitt 4 dargelegt wird – in der Präsentation der Texte selbst tritt ihre jeweilige Übersetzungsauffassung deutlich zutage.

Beide Forscher waren in ihrer Darstellung der indigenen Texte von Karl von den Steinen beeinflusst, dessen Werk Capistrano teilweise ins Portugiesische übersetzt hatte und dem Koch-Grünberg den zweiten Band *Vom Roroima zum Orinoco* widmet, wobei er ihn ausdrücklich als seinen Lehrer bezeichnet.<sup>17</sup> Während Capistrano Steinens (1892) Buch über die Bakairí-Sprache in seiner Gesamtheit zum Modell nimmt, indem er sowohl Sätze als auch Texte der Kashinawa-Sprache sammelt und dem Werk ein Glossar und eine Kurzgrammatik hinzufügt, übernimmt Koch-Grünberg in *Vom Roroima zum Orinoco* lediglich den Aufbau der indigenen Texte mit Interlinearübersetzung und wählt dort zusätzlich eine europäischen Lesekonventionen näherstehende Übersetzung, die auch die der *Indianermärchen aus Südamerika* ist. Bereits Steinen weist darauf hin, dass ein Text in der indigenen Sprache Bakairí wesentlich anderen Konventionen folgt als ein Text in einer europäischen Sprache. So vergleicht er im Vorwort die sprachlichen Äußerungen seines Bakairí-Mitarbeiters Antonio in Einzelsätzen und längeren Texten:

Wieviel Dressur und Anpassung in den Antonio-Sätzen enthalten ist, erhellt aus dem Vergleich mit der Sprache der Sagen, in denen allein das natürliche Bakairí überliefert wird. Hier ist die Bildung der Sätze wesentlich anders, sie sind auch ganz anders untereinander verbunden, sie lehren uns [...] eine erstaunliche Knappheit des Ausdrucks kennen, [...] einen Widerwillen gegen das nach Form und Inhalt Ueberflüssige, dem wir durch genau entsprechende Uebersetzung nicht gerecht werden können, ohne undeutlich zu werden. Zur sachlichen Erklärung und Würdigung dieser Legenden und Märchen habe ich noch vieles nachzutragen, das hier auszuführen nicht am Platze war; ich habe mich darauf beschränken müssen, die zum Verständnis notwendigsten Anmerkungen beizufügen. (STEINEN 1892: VII-VIII)

Auch wenn Koch-Grünberg an keiner Stelle erwähnt, auf welche Übersetzungstradition er sich in seiner „angepassteren“ Version bezieht, entspricht diese doch in ihrem Bemühen, dem Leser das Fremde durch Wortschöpfungen und Beibehaltung von Strukturen näherzubringen und gleichzeitig mit äquivalenten Mitteln

<sup>17</sup> Siehe Protti (2006: 77, Fußnote 49) und Koch-Grünberg (1924).

der Zielsprache ähnliche Wirkungen wie im Original zu erzielen, beiden Methoden des Übersetzens, wie sie von Schleiermacher (1963: 47-48) beschrieben werden:

Im ersten Fall [...] ist der Uebersetzer bemüht, durch seine Arbeit dem Leser das Verstehen der Ursprache, das ihm fehlt, zu ersezen. Das nämliche Bild, den nämlichen Eindruck, welchen er selbst durch die Kenntniß der Ursprache von dem Werke, wie es ist, gewonnen, sucht er den Lesern mitzutheilen und sie also an seine, ihnen eigentlich fremde Stelle hinzubewegen. Wenn aber die Uebersezung ihren römischen Autor zum Beispiel reden lassen will wie er als Deutscher zu Deutschen würde geredet und geschrieben haben: so bewegt sie den Autor nicht etwa nur eben so bis an die Stelle des Uebersezers, [...] vielmehr rückt sie ihn unmittelbar in die Welt der deutschen Leser hinein, und verwandelt ihn in ihres gleichen; und dieses eben ist der andere Fall.

Die Verbindung beider Methoden, ein Abwägen zwischen einem Zuviel oder Zuwenig des Fremden in der Zielsprache, stellt für Schleiermacher (1963: 55-56) die höchste Kunst des Übersetzens dar, die den Wenigsten gelingt. Wie anhand der Beispieldiskussion in Abschnitt 4 illustriert werden soll, ist es genau dieser Weg, für den sich Koch-Grünberg entschieden hat.

Capistrano hingegen beschränkt sich, hier auch im Gegensatz zu Steinen (1892), auf eine allein der linguistischen Analyse dienende portugiesische Interlinearübersetzung der einzelnen Wörter ohne ein Hinzufügen ausformulierter Sätze in der Zielsprache.

### 3.1 Capistrano de Abreu

Zur Vorbereitung seiner geplanten Textsammlung hatte Capistrano einen Freund gebeten, ihm einen Kashinawa-Sprecher nach Rio de Janeiro mitzubringen. Nach dessen Ankunft äußert er sich folgendermaßen über die Portugiesischkenntnisse, die dieser während seiner mehrjährigen Tätigkeit auf einer Kautschukplantage erworben hatte: „Trazia-o [...], lendo mal, escrevinhando gostosamente, compreendendo qualquer conversa; entendel-o era mais difficil, devido ao emperro da pronúncia” (CAPISTRANO 1914: 3). Der erste seiner beiden Kashinawa-Mitarbeiter, der ca. zwanzigjährige Boro, konnte also Portugiesisch verstehen, lesen und sogar schreiben, sprach aber mit starkem Akzent. Diese an sich guten Voraussetzungen für eine erfolgreiche Zusammenarbeit waren aber offensichtlich nicht ausreichend für die Übersetzungstätigkeit, die Boro – Capistranos Beobachtungen zufolge – als sehr schwierig ansah: „a tradução, mesmo vagamente litteral, parecia-lhe uma enormidade, e desanimava, e ficava triste, e dizia que não sabia mais nada, etc.” (CAPISTRANO 1914: 4). Capistrano schien wenig Verständnis dafür

aufzubringen und verglich die kompletten Sätze, die Boro schließlich äußerte, mit den fertigen Zeilen einer Setzmaschine, deren Einzelelemente erst nach einigen Tagen erkennbar wurden: „A phrase sahia-lhe do cerebro como as barras de um linotipo. Correram alguns dias antes de ir paulatinamente distinguindo as partes no todo” (CAPISTRANO 1914: 4). Die ersten Versuche einer Zusammenarbeit wurden von beiden Seiten als frustrierend empfunden. Bei der Erstellung eines Glossars führte das Fehlen bestimmter Laute des Portugiesischen im Kashinawa (z. B. [l], von Boro als [d] oder [r] realisiert, die im Kashinawa den Status von Allophonen haben) und unterschiedliche Ausspracheregeln zwischen den beiden Sprachen zu Missverständnissen bei der Zuordnung von portugiesischen Übersetzungsäquivalenten. Hinzu kam, dass Boro kein Interesse daran hatte, die von Capistrano gewünschten einzelnen Sätze zu übersetzen. Stattdessen erzählte er lieber Geschichten, was wiederum von Capistrano als zu schwierig für diese erste Phase des Sich-Vertraut-Machens mit der Sprache angesehen wurde. Die Arbeit wurde daher erst einmal abgebrochen und erst Monate später, nach einer Reise in den Nordosten Brasiliens und mithilfe eines Wörterbuchs einer anderen Pano-Sprache wieder aufgenommen. Dieses Wörterbuch der eng verwandten Shipibo-Sprache war von einem spanischen Missionar erarbeitet und von Karl von den Steinen, kommentiert und ins Deutsche übersetzt, 1904 veröffentlicht worden.<sup>18</sup> Die Bearbeitung dieser Ausgabe durch den deutschen Erforscher des Xingu, ebenso wie die Tatsache, dass das Wörterbuch im Zusammenleben des Missionars mit der Gruppe entstanden war und daher viele kulturell relevante Wörter aufwies, wurden von Capistrano als großer Vorteil für seine eigene Arbeit eingestuft. Tatsächlich gelang es ihm mithilfe der ähnlichen Shipibo-Wörter, die Erinnerung Boros an einzelne, aus dem Zusammenhang gerissene Wörter in seiner Sprache zu wecken: „o parentesco entre a lingua dos Sipibos e a dos Caxinauás [...] despertou com violencia a memoria latente do indio“ (CAPISTRANO 1914: 5). Der Übersetzungsprozess wird jedoch anders beschrieben: Capistrano gibt an, dass er zunächst die Wörter aus dem Spanischen ins Portugiesische übersetzt. Diese werden dann von Boro ins Kashinawa übersetzt, und erst dann mit dem jeweiligen Shipibo-Wort verglichen. In den meisten Fällen gab es für die Shipibo-Wörter ein Äquivalent im Kashinawa, auch wenn es nicht immer die gleiche Bedeutung hatte.

---

<sup>18</sup> Steinen, Karl von den (ed.). *Diccionario Sipibo. Castellano – Deutsch – Sipibo. Apuntes de Gramática. Sipibo – Castellano*. Abdruck der Handschrift eines Franziskaners mit Beiträgen zur Kenntnis der Pano-Stämme am Ucayali. Berlin: Dietrich Reimers, 1904.

Zwei Monate später erhielt Capistrano noch einen zweiten Mitarbeiter, den 13jährigen Tuxinĩ. Dieser war ein (wahrscheinlich klassifikatorischer) Cousin Boros und hatte bereits vier Jahre außerhalb Acres verbracht. Bei seiner Ankunft erschien er als dominanter Sprecher des Portugiesischen, doch im Kontakt zu seinem Verwandten begann auch Tuxinĩ kurz darauf Geschichten auf Kashinawa beizusteuern, die teilweise andere Versionen von Geschichten darstellten, die bereits von Boro erzählt worden waren.<sup>19</sup>

Ein Aspekt, der direkten Einfluss auf die Produktivität der Zusammenarbeit hatte und deswegen von Capistrano mehrfach erwähnt wurde, war die psychische Verfasstheit der beiden Kashinawa-Mitarbeiter. So beschrieb er Boros anfängliche Schwierigkeiten, sich in einer fremden Kultur weit entfernt von seiner Heimat zurechtzufinden, seine Angst vor den Dampfschiffen und seine Seekrankheit als Faktoren, die bereits die Aufnahme der Arbeit an dem Werk verzögerten: „tivera que deixal-o no Ceará, temendo que não resistisse á inanição e ao enjoio, agravados ainda mais pelo panico da «briga do vapor com o mar»“ (CAPISTRANO 1914: 3). Und auch später fuhr Capistrano immer wieder mit seinen beiden Mitarbeitern in das 260 Kilometer von Rio de Janeiro entfernte Hochland, wo sich die bewaldete Umgebung positiv auf ihren Gemütszustand auswirkte: „Paus e bichos exerceram influencia muito benefica. Serra acima [...] Bôrô e Tuxinin sentiram-se menos desenraizados e a planta silvestre, mirrada a meio, refloriu“ (CAPISTRANO 1914: 6/7).

Kritisch merkt Capistrano (1914: 627) im Nachwort an, dass es bedingt durch das Alter seiner beiden Mitarbeiter und die Tatsache, dass es sich nur um zwei gehandelt habe, Einschränkungen in Bezug auf Auswahl und Inhalt seiner Textsammlung gab: „Si em vez de dois fosse tres ou mais informantes, si em vez de dois adolescentes fosse velhos, naturalmente o livro mudaria“. Er fügt hinzu, dass seine Mythensammlung unter Beteiligung mehrerer und älterer Sprecher möglicherweise eine gehobene Qualität gehabt hätte und die Angaben zur Kosmologie und insbesondere zur Astronomie detaillierter ausgefallen wären. Ebenso wären die Informationen zur Geschichte und zur traditionellen Kultur der Kashinawas wohl weniger lückenhaft gewesen. Er schlägt daher vor, dass die Dokumentation fortgesetzt werden sollte, indem man vor Ort und mit Geduld das aufzeichnete, was die Gruppenmitglieder freiwillig erzählten, im Gegensatz zu der unnatürlichen Situation, aus dem Kontext gerissen und elizitiert, in der er sein Material

<sup>19</sup> Die zwei Versionen einiger Texte in *Rã-txa hu-ni ku-ĩ* sind entsprechend durch B oder T gekennzeichnet.

erhoben hatte: „ao menos grande parte destes thesouros poderia apanhar-se com paciencia [...], deixando o indio falar sem sugestão, não chegando de sopetão ás ultimas raizes“ (idem).

### 3.2 Koch-Grünberg

Dieses von Capistrano vorgeschlagene angemessenere Szenario eines freiwilligen Geschichtenerzählens im natürlichen Kontext war in Koch-Grünbergs eigenem Beitrag zu den *Indianermärchen aus Südamerika* gegeben: Er hatte die Mythen der beiden Karibgruppen Arekuna und Taulipang während einer gemeinsamen monatelangen Flussreise mit je einem Vertreter der beiden Sprachgemeinschaften erzählt bekommen, aufgezeichnet und übersetzt und im zweiten Band seines Werks *Vom Roroima zum Orinoco* veröffentlicht. Eine Auswahl von neun dieser insgesamt 52 Mythen und Legenden hatte er in die *Indianermärchen aus Südamerika* aufgenommen. Bereits in *Vom Roroima zum Orinoco* hatte Koch-Grünberg die insgesamt 52 Texte zunächst in ihrer jeweiligen deutschen, bearbeiteten Version eines kohärenten Textes in Prosaform abdrucken lassen, um dann im Anschluss 14 von ihnen noch einmal ausführlich und den Originalaufzeichnungen gemäß auf fast ebenso vielen Seiten als zweisprachige Texte zu präsentieren.<sup>20</sup> In diesem zweiten Fall wurden die Originaltexte in der Karibsprache Wort für Wort übersetzt und in jeweils ganzen Sätzen ins Deutsche übertragen, ohne dass sich daraus – wie in der ersten Version – ein fortlaufender Text ergab. Als Grund hierfür lässt sich zum einen die Verwertbarkeit der Originaltexte für linguistische Analysen nennen, die in folgendem Zitat aus einem Brief des *Anthropos*-Herausgebers P. W. Schmidt an Koch-Grünberg vom 6. Februar 1912 angesprochen wird: „[...] haben die Mythen, wenn sie im Urtext aufgenommen werden, auch noch den unschätzbaren Vorteil, daß sie die zuverlässigste Grundlage bieten, aus der später in aller Muße die genaue Grammatik der Sprache herausgearbeitet werden kann“ (P. W. Schmidt in PROTTI 2006: 123). Zum anderen zeigen die Unterschiede zwischen der deutschen Prosaversion, die aus einer portugiesischen Prosaversion hervorgegangen ist, und der Version in der indigenen Sprache, wie der jeweilige Text sich an unterschiedliche Rezipienten richtete: auf der einen Seite deutschsprachige Laien und Menschen, die sich für vergleichende

<sup>20</sup> Die 52 deutschen Prosatexte finden sich auf den Seiten 31 bis 151, die 14 zweisprachigen Versionen auf den Seiten 155 bis 255 (vgl. KOCH-GRÜNBERG 1924).

Mythenforschung interessieren, auf der anderen Linguisten und, zumindest während des Erzählens, Angehörige der indigenen Sprachgemeinschaft selbst.<sup>21</sup>

Von den Mythen 35 bis 43 in den *Indianermärchen aus Südamerika* sind zwei von den Arekuna und sieben von den Taulipang. Drei dieser Geschichten haben in *Vom Roroima zum Orinoco* eine deutsche und eine zweisprachige Version. Alle neun Texte in den *Indianermärchen aus Südamerika* entsprechen, z. T. mit kleinen Änderungen, den deutschen Prosa-Versionen, die bereits in *Vom Roroima zum Orinoco* abgedruckt wurden.

Von Koch-Grünbergs indigenen Reisegefährten auf dem Fluss sprach nur der Taulipang Portugiesisch. Er übernahm auch für die Texte aus dem nahe verwandten Arekuna die Übersetzung, zumal beide Gruppen nach Koch-Grünbergs Angaben eine gemeinsame Erzähltradition hatten.<sup>22</sup> Sowohl der Arekuna Akuli als auch der Taulipang Mayuluaípu werden als gute Geschichtenerzähler beschrieben, ersterer wegen seines schauspielerischen Talents, letzterer, weil er Sohn des berühmtesten Geschichtenerzählers seiner Region war. Eine solche Begabung ist nicht selbstverständlich; in vielen indigenen Kulturen durchlaufen zukünftige professionelle Geschichtenerzähler eine langjährige Ausbildung.

Den Übersetzungsprozess beschrieb Koch-Grünberg folgendermaßen:

Mayüluaipu erzählte mir die Mythen zunächst in portugiesischer Sprache, und ich übersetzte sie dann wortgetreu in das Deutsche. Eine Reihe von Sagen diktierte er mir sodann im Urtext und half mir bei der genauen Übersetzung. Wie eng er sich in der portugiesischen Erzählung an den indianischen Text hielt, geht aus einem Vergleich zwischen beiden Niederschriften, die zum Teil Wochen auseinander liegen, hervor. Ja, die portugiesische Erzählung ist zum besseren Verständnis der Sage häufig unentbehrlich, da sie ausführlicher ist und auf Einzelheiten eingeht, die im Urtext als dem indianischen Zuhörer selbstverständlich weggelassen oder durch kurze Zwischenbemerkungen in die eigentliche Erzählung eingefügt werden. (KOCH-GRÜNBERG 1924: V)

Der Taulipang war als routinierter Erzähler demnach in der Lage, seine jeweilige Erzählung an das (in diesem Fall nicht vorhandene) Vorwissen seines potenziellen Adressaten anzupassen, denn – wie Franchetto und Stenzel (2017: 4) in einem einleitenden Kapitel zu ihrer kürzlich veröffentlichten Sammlung von Beispieltexten für Wortkunst verschiedener indigener Gruppen Amazoniens schreiben:

the act of narration is [...] offered to interlocutors and audiences and open for evaluation, criticism and praise. The narrator is often a “master” in the art of oration, a specialist of

<sup>21</sup> Siehe auch nachfolgendes Zitat (KOCH-GRÜNBERG 1924).

<sup>22</sup> Siehe Koch-Grünberg (1924: VI).

“good and beautiful speech”, recognized as such and fully aware of his or her role in the chain of transmission of abilities and content.

Eine kritische Einstellung Koch-Grünbergs zu den Mythensammlungen bzw. Mythenübersetzungen verschiedener Autoren, die für die *Indianermärchen aus Südamerika* zur Verfügung standen, enthüllt sich dem Leser im Vorwort zu seinem Buch. So hält er die Texte von Missionaren für relativ unbrauchbar, da diese zu sehr in die indigene Kultur eingreifen und nicht nur Texte selbst verändern, sondern die indigenen Erzähler dazu veranlassen würden, „ihm nicht selten nach dem Munde [zu] reden und ihre „heidnischen“ Geschichten mit frisch gelernten biblisch-christlichen Zügen zu verschönern such[t]en“ (KOCH-GRÜNBERG 1920: III). Über einen englischen Missionar schreibt er dabei Folgendes: „[...] wegen seines oft hervortretenden orthodoxen Standpunktes und seiner „verbessernden“ Hand bei der poetischen Umarbeitung der indianischen Erzählungen ist sein an sich wertvolles Material nur mit einer gewissen Kritik zu benutzen“ (KOCH-GRÜNBERG 1920: II). Ein weiteres Problem sieht Koch-Grünberg darin, dass die indigenen Sprachmittler bereits akkulturiert sein könnten: „Dabei besteht die Gefahr, daß sie bei diesem Verkehr fremde Elemente in sich aufgenommen und mit ihren eigenen Überlieferungen [...] verquickt haben“ (idem). Auch die Komplexität der indigenen Sprachen stelle für ihre nicht-indigenen Erforscher sowohl im Verständnis als auch in der Vermittlung durch Übersetzung ein Hindernis dar: „die außerordentliche Mannigfaltigkeit der Sprachen setzt einem tieferen Eindringen in die geistigen Schätze der Eingeborenen die größten Schwierigkeiten entgegen“ (idem). Ein weiterer Aspekt, den Koch-Grünberg aus eigenen Beobachtungen kennt, aber der einem Schreibtischforscher wie Capistrano entgangen sein dürfte, ist die Schwierigkeit, mündlichen Diskurs mit seinen performativen Elementen in eine adäquate schriftliche Form zu übertragen. Auch hierzu äußert sich Koch-Grünberg in seinem Vorwort:

Indessen geben die folgenden Erzählungen beim Lesen nur einen matten Abglanz ihrer urwüchsigen Schönheit. Man muß die Leute hören, wie sie am Lagerfeuer ihre Stammesgeschichten erzählen, auf die sie so stolz sind, wie sich ihre Darstellung häufig zu dramatischem Schwung erhebt; man muß sie sehen, wie sie bei spannenden Stellen plötzlich, lebhaft gestikulierend aufspringen und, vor Aufregung zitternd, dastehen [...]. (KOCH-GRÜNBERG 1920: IV)

Im zweiten Band des Werks *Vom Roroima zum Orinoco* zeigt er Lösungsansätze für dieses Problem, die am Ende des folgenden Abschnitts ausführlicher behandelt werden.



## 4 Übersetzungsprozess aus dem Kashinawa über das Portugiesische ins Deutsche: Ausgewählte Beispiele

Die in diesem Abschnitt diskutierten ausgewählten Beispiele folgen in ihrer Darstellung und Schreibweise der von Capistrano de Abreu in *Rã-txa hu-ni ku-ĩ* gewählten, da diese auch Grundlage für Koch-Grünbergs Übersetzungen waren. Die von Capistrano entwickelte Kashinawa-Orthografie entspricht keiner der heutigen Schreibweisen, weder der in Brasilien üblichen phonetisch-basierten, noch der in Peru verwendeten morphophonemischen.<sup>23</sup> In der ersten Zeile wird der Text in der Ursprungssprache wiedergegeben. Die zweite Zeile ist die von Capistrano vorgenommene Interlinearübersetzung ins Portugiesische, deren Elemente – wie in einer linguistischen Annotationszeile – so angeordnet sind, dass korrespondierende Teile in den beiden Sprachen direkt untereinanderstehen. Koch-Grünbergs deutsche Prosaübersetzung stellt die dritte Zeile dar. Zum Verständnis des erweiterten Kontextes wurden in einigen Beispielen vorausgehende Sätze in der deutschen Übersetzung mitangegeben, die durch eckige Klammern markiert sind.

Das erste Beispiel stammt aus dem Mythos „Isch'tika, die Kröte“, in dem eine Kröte sich in ein altes Männchen verwandelt und eine Kashinawa-Frau aufsucht, um sie zu fressen.

(1) (CAPISTRANO 1914: 228, Nr. 2564/2565)

<i>ix'tikã</i>	<i>xãki</i>	<i>mörãnô</i>	<i>kãikirani.</i>	<i>möç'tôbô pix'ta,</i>	<i>mawa</i>	<i>pôç'tô pix'ta.</i>
Ix't.	ôco	dentro de	sahiu, foi.	velhinho,	muito	barrigudinho.

‘[Er] **kroch** aus seinem Loch **heraus**. Er **kam als** altes Männchen mit einem Hängebäuchlein.’ (KOCH-GRÜNBERG 1920: 259)

An diesem ersten Beispiel und seiner Übersetzung lassen sich zwei Phänomene beobachten. Zum einen stellt Koch-Grünberg durch das Einfügen der Konjunktion *als* eine Textkohärenz her, die im Originaltext nicht vorhanden ist. Die Konjunktion wird im Deutschen „zur Einleitung der näheren Erläuterung eines Bezugsworts“<sup>24</sup> verwendet, hier

<sup>23</sup> Vgl. Camargo (2016). In dieser bearbeiteten Neuausgabe von *Rã-txa hu-ni ku-ĩ*, die von der Linguistin Eliane Camargo auf Bitte der Kashinawa-Sprachgemeinschaft herausgegeben wurde, finden sich die peruanische Kashinawa-Orthografie und eine portugiesische Prosaübersetzung.

<sup>24</sup> Duden online ([https://www.duden.de/rechtschreibung/als\\_in\\_Vergleichen](https://www.duden.de/rechtschreibung/als_in_Vergleichen), Bedeutung 7) (zuletzt konsultiert: 26.03.2018).

also des Pronomens *er*, das sich auf ein vorhergehendes „Isch'tika“ bezieht. Die Tatsache, dass eine Kröte sich einem Menschen plötzlich als altes Männchen zeigt, entspricht dem Weltwissen eines Kashinawa. In dieser Kultur wird dem Visuellen generell misstraut, da man davon ausgeht, dass Tiere und Menschen oder auch Geistwesen ihre Erscheinung wechseln können.<sup>25</sup> Da dem deutschen Leser diese Art von kontinuierlicher Verwandlung fremd ist, stellt Koch-Grünberg die Sinnbeziehung mit *als* explizit her. Ein zweiter Aspekt ist die in Koch-Grünbergs Übersetzung ausgedrückte Erzählperspektive. Durch die Wahl der beiden Verben *herauskriechen* und *kommen* nimmt die ausgedrückte Handlung eine zentripetale Richtung an, d.h. die Wahrnehmung ist von einem Ort aus, auf den sich die Kröte zubewegt. Mit Capistranos Übersetzung des suffigierten Verbs *kāikirani* als „sahiu, foi“ drückt sich eine genau entgegengerichtete, zentrifugale Bewegung aus. Hier zeigt sich, dass Koch-Grünberg mit dem Originaltext und den Erklärungen zur Grammatik in *Rã-txa hu-ni ku-ĩ* gearbeitet hat, denn Capistrano (1914: 23) hat das „modifizierende Suffix“ *ki-rã* (‘vir’) in seinem Grammatiksketch zwar beschrieben, dann aber in der eigenen Übersetzung nicht als solches erkannt.<sup>26</sup> Das Deutsche zeichnet sich im Gegensatz zum Portugiesischen und zum Kashinawa dadurch aus, dass Bewegungsverbren häufig die Art und Weise der Bewegung kodieren, wohingegen die Richtung durch das Präfix „heraus“ angezeigt wird.<sup>27</sup> Da das sich Herausbewegen aus einem Loch und sich dann auf jemanden Zubewegen zwei sich in ihrer Art unterscheidende Bewegungen sind, hat Koch-Grünberg entsprechend zwei Verben im Deutschen für seine Übersetzung gewählt.

Auch im zweiten Beispiel aus dem Mythos „Wie der Zitteraal entstand“ zeigt Koch-Grünberg, dass er sich mit der Grammatik des Kashinawas auseinandergesetzt hat, indem er die Satzstruktur der Ursprungssprache in das Deutsche überträgt, ohne sich von der zweideutigen portugiesischen Übersetzung beirren zu lassen. Der Mythos erzählt von einem wasserscheuen Mann, der extrem wütend wird, nachdem seine Familie ihn in den Fluss schubst, und sich schließlich in einen Zitteraal verwandelt.

<sup>25</sup> Siehe Keifenheim (2000: 126ff.).

<sup>26</sup> Nach aktueller Analyse wird die Morphemstruktur *-kiran* für eine zentripetale Bewegung angenommen. Das komplexe Verb wird als *kain-kiran-ni* (Wurzel ‚gehen‘-Bewegung-Vergangenheitstempus) segmentiert.

<sup>27</sup> Siehe Slobin (2004: 224). Nach einer von Talmy (2000) aufgestellten Typologie werden „V-languages“, zu denen die romanischen Sprachen gehören, von „S-languages“ wie dem Deutschen unterschieden. In V-Sprachen wird der Bewegungspfad (‚path‘) im Verb kodiert, wohingegen bei S-Sprachen die Art und Weise der Bewegung (‚manner‘) in der Verbbedeutung enthalten ist, der „Pfad“ aber in einem „Satelliten“, wie das Verbpräfix *heraus* im Beispiel *herauskriechen*.

(2) Capistrano (1914: 305, Nr. 3499)

[ <i>Ranūkāi</i> <i>kapö uôxũ,</i> ]	<i>huni</i>	<i>ũỹã,</i>	<i>hunĩ</i>	<i>kapö</i>	<i>kuxa</i>	<i>paia,</i>	<i>kapö</i>	<i>kuxikāini.</i>
[Agora o jacaré veio,]	o varão	vendo está,	o varão	ao jacaré	espancar	quiz,	o jacaré	correu, foi.

„[Darauf kam der Alligator und] sah den Mann. Dieser wollte ihn schlagen, aber der Alligator machte sich davon.“ (KOCH-GRÜNBERG 1920: 254)

In Bezug auf die Kasuszuordnung im Kashinawa bemerkt Capistrano (1914: 18) folgendes: „A declinação dos nomes contém dois casos: um serve para o nominativo, genitivo, vocativo; o outro serve de objetivo e usa-se com posições. O primeiro caracteriza-se habitualmente pelo final nasalado [...]“. Obwohl er von der in europäischen Sprachen üblichen Nominativ-Akkusativ-Markierung der Argumente im Satz ausgeht, hat Capistrano also erkannt, dass das Subjekt eines transitiven Satzes durch eine Nasalendung gekennzeichnet ist. Diese spezielle Markierung von transitiven Subjekten bei Nichtmarkierung des Objekts sowie des intransitiven Subjekts deutet auf eine ergative Satzstruktur hin, die, wie spätere Analysen nachweisen, tatsächlich im Kashinawa vorliegt. An Capistranos Beispiel kann man sie deutlich daran erkennen, dass das transitive Verb *ũĩ* (‘sehen’) im ersten Teil des Satzes ein unmarkiertes Objekt *huni* (‘Mann’) hat, während die zwei Argumente des ebenfalls transitiven *kuxa* (‘schlagen’) sich dadurch unterscheiden, dass *hunĩ* nun nasaliert ist, *kapö* aber nicht. Capistranos Übersetzung für diese zweite Konstruktion „o varão ao jacaré espancar quiz“ macht die Subjekt-Objekt-Zuordnung deutlich. Gleiches gilt jedoch nicht für die erste Konstruktion mit unterdrücktem Subjekt: „o varão vendo está“. Hier könnte das dem Verb vorangestellte Argument in der portugiesischen Übersetzung sowohl als Subjekt, als auch als Objekt interpretiert werden. Koch-Grünbergs Übersetzung gibt die ergative Struktur in beiden Fällen richtig wieder.

Ein zweiter, in Beispiel (2) illustrierter Aspekt ist Koch-Grünbergs gelungene Übersetzung des komplexen Verbs *kuxikāini*, von Capistrano durch die zwei portugiesischen Verben *correu* und *foi* wiedergegeben. Auch hier hat sich Koch-Grünberg an der Grammatik orientiert, in der Capistrano *kāi* (‘ir’) als „Partikel“ auflistet, die sich wie *ki-rã* (heute als monomorphemisch *-kiran* analysiert) in Beispiel (1) an eine Verbwurzel anfügen lässt und die Grundbedeutung des Verbs verändern: „Á cepa do verbo se agregam diversas particulas que modificam a significação primitiva“ (CAPISTRANO 1914: 23). Koch-Grünberg übersetzt das Verb mit *davonmachen*. Duden

online definiert die Bedeutung dieses Verb mit „sich unauffällig entfernen“ und betont damit sowohl die Bewegungsrichtung (zentrifugal), als auch die Art und Weise (heimlich, leise).<sup>28</sup> Das Verb hat im deutschen Sprachgebrauch aber noch eine zusätzliche Bedeutungskomponente, die besagt, dass es sich um eine eilige, schnelle Bewegung handelt und damit dem Originalverb *kuxi* (,rennen‘) entspricht. Diese Komponente wird in der Definition „heimlich weglaufen“ des FreeDictionary deutlich.<sup>29</sup>

Auch in Beispiel (3) aus demselben Mythos identifiziert Koch-Grünberg ein Morphem, das nach Aussage von Capistrano (1914: 23) einen imperfektiven Aspekt ausdrückt: „*kũ antes de bãi, bi-rã, kãi-kãi* [indica um] movimento ininterrupto“. Er übersetzt das komplexe Verb mit dem Wurzelmorphem *ũĩ* (,sehen‘) entsprechend mit „sie beobachtete ihn weiter“:

(3) (CAPISTRANO 1914: 307, Nr. 3520)

<i>-ra</i>	<i>huni</i>	<i>raç'kakĩ</i>	<i>Bakadaci</i>	<i>kũyã-kũyã,</i>	<i>akimœkãĩ?</i>	<i>ika,</i>
este	varão	Porque	com os peixes todos	briga, briga,	faz por ventura,	fez,

,[...] und sprach: „Warum kämpft nur dieser Mann mit allen Fischen?“

<i>ũĩkũbãĩnikiaki.</i>
olhando foi por todo o caminho

Und sie beobachtete ihn weiter.‘ (KOCH-GRÜNBERG 1920: 255)

Capistrano selbst lässt dieses Morphem in seiner eigenen Übersetzung unberücksichtigt bzw. drückt die Unabgeschlossenheit der Handlung implizit durch die Ergänzung „por todo o caminho“ aus.

Ein interessantes Beispiel, das zeigt, dass sich sowohl Capistrano, als auch Koch-Grünberg darum bemühen, dem Leser Strukturen der indigenen Sprache näherzubringen, indem sie diese kreativ in der eigenen Sprache abbilden, ist (4) aus der Erzählung „Die Ratte, die sich in die Fledermaus verwandelte“. Capistrano schreibt in seiner Kurzgrammatik des Kashinawa: „As partes do discurso mostram-se muito instáveis; a cada passo dão-se transgressões de uma para outra categoria. Palavras como o ing. „grave“ que pode ser substantivo, adjetivo e verbo são a generalidade“ (CAPISTRANO 1914: 13).

<sup>28</sup> Vgl. <https://www.duden.de/rechtschreibung/davonmachen> (zuletzt konsultiert: 26.03.2018).

<sup>29</sup> Vgl. <https://de.thefreedictionary.com/davonmachen> (zuletzt konsultiert: 26.03.2018).

## (4) Capistrano (1914: 256, Nr. 2916)

<i>kaxi</i>	<i>daci:</i>	<i>Xuya</i>	<i>Kaxiái</i>
os morcegos	todos:	o rato	se <b>amorcega</b>

„Da riefen alle Fledermäuse: „Die Ratte **fledermaust** sich!““ (KOCH-GRÜNBERG 1920: 263).

Ein Beispiel für diese Instabilität der Wortartenzugehörigkeit ist *kaxiái*, bestehend aus dem Wurzelmorphem *kaxi* (‚Fledermaus‘) und dem aspektuellen Verbsuffix *-ai*. Für das Portugiesische kreiert Capistrano das reflexive Verb *amorcegar-se* und Koch-Grünberg für das Deutsche entsprechend *sich fledermausen*, um die Prozesshaftigkeit der Handlung, die Verwandlung einer Ratte in eine Fledermaus, zum Ausdruck zu bringen.

Im folgenden Beispiel (5) haben sowohl Capistrano, als auch Koch-Grünberg versucht, Abschnitte wörtlicher Rede mit der jeweiligen europäischen Sprache angepassten Strategien auszudrücken. Im Kashinawa wird wörtliche Rede im mündlichen Diskurs dadurch ausgedrückt, dass der Erzähler seine Stimme verstellt, z. B. auch eine weibliche Stimme imitiert. Zusätzlich wird die wörtliche Rede durch ein *verbum dicendi* (*aka/ ika* – ‚machte/sagte er‘ oder eine ähnliche Form) markiert. Das Beispiel stammt wiederum aus der Erzählung „Isch’tika, die Kröte“ und ist ein Dialog, der zwischen der Kröte in der Erscheinungsform eines alten Männchens und einer Frau stattfindet, die das Männchen zum ersten Mal sieht, sich aber vorher so laut über das Gequake der Kröte beklagt hatte, dass diese es hörte.

## (5) (a) (CAPISTRANO 1914: Nr. 2567)

<i>vuô!</i>	<i>ikaya</i>	<i>ãibô;</i>	<i>mĩ</i>	<i>tçoamã,</i>	<i>aka.</i>
vem !	fez	a mulher	tu	quem és <b>por ventura?</b>	fez

[Er trat in das Haus und sprach: „Da bin ich!“] Die Frau fragte ihn: „Wer bist du **denn?**“ (KOCH-GRÜNBERG 1920: 259)

## (5) (b) (CAPISTRANO 1914: Nr. 2570)

<i>Ix’tikã:</i>	<i>mĩ</i>	<i>Ia</i>	<i>txakabô,</i>	<i>aka,</i>	<i>ĩ</i>	<i>vuai.</i>
ix’t.:	tu	me	Ruim	fizeste (chamaste),	eu	vim.

[Isch’tika nannte seinen Namen: „Ich bin Isch’tika“. Darauf die Frau: „Ich kenne dich nicht!“] Isch’tika antwortete: „Du hast **doch** gerufen, ich taugte nichts. **Nun** bin ich gekommen.“ (KOCH-GRÜNBERG 1920: 259)

In (5) (a) hat Capistrano für das Portugiesische die Form *por ventura*<sup>30</sup> in die Übersetzung eingefügt, die der Frage mehr Nachdruck verleiht und gleichzeitig klar vermittelt, dass es sich um mündliche Sprache handelt.<sup>31</sup> Koch-Grünberg hat in die Frage die Modalpartikel *denn* eingefügt. Nach Helbig und Helbig (1995: 33, 35) markiert diese Modalpartikel im Deutschen in dieser Verwendung ein freundliches Nachfragen, womit sie sich pragmatisch von dem portugiesischen Adverb unterscheidet, das die Äußerung weniger freundlich macht:

*denn* steht unbetont in Entscheidungs- und Ergänzungsfragesätzen und unterstützt eine Fragehandlung. Die Frage wird aus der Situation motiviert und bezieht sich auf Vorausgehendes (rückwärtsverknüpfend, Nachfrage). Durch *denn* wird die Frage natürlicher, freundlicher und verbindlicher (als ohne *denn*).

In (5) (b) verwendet Koch-Grünberg ebenfalls eine Modalpartikel, in diesem Fall *doch*, das „unbetont in Aussagesätzen [...] an Bekanntes, aber in Vergessenheit Geratenes [erinnert und] an diese gemeinsame Wissensbasis [appelliert]“ (HELBIG; HELBIG 1995: 40). Zur Unterstützung des Zusammenhangs zwischen der vorangegangenen Äußerung der Frau, dass die Kröte nichts taugt, und dem Auftauchen des Männchens, fügt Koch-Grünberg zusätzlich ein Adverb *nun* ein, das „die Gegenwart vor dem Hintergrund vergangener Ereignisse [bezeichnet], die jemandes Handeln [...] bedingen“<sup>32</sup>. In der portugiesischen Wort-für-Wort-Übersetzung fehlt diese Kausalverbindung zwischen dem einen und dem anderen Ereignis vollständig, wie auch im Kashinawa-Original, d.h. in diesem Fall geht für den Leser die Textkohäsion verloren.

Die beiden folgenden Beispiele (6) und (7) zeigen, dass Koch-Grünberg sich mit der Auswahl der Textpassagen und durch Eingriffe in den Textaufbau der indigenen Erzähler den Lesegewohnheiten seines Zielpublikums angenähert hat. Von den 13 Kashinawa-Erzählungen beginnen drei mit „Es war einmal...“, einer üblichen Anfangsformel deutschsprachiger Märchen.<sup>33</sup> Eines davon ist die Erzählung 91, „Wie der

<sup>30</sup> Nach Angaben des Dicionário Online de Português trägt das im heutigen Sprachgebrauch zusammengesetzte Adverb *porventura* in rhetorischen Fragesätzen die Bedeutung „por casualidade“ (<https://www.dicio.com.br/porventura/>) (zuletzt konsultiert: 26.03.2018).

<sup>31</sup> Siehe auch Capistranos Übersetzung von Beispiel (3), wo *por ventura* ebenfalls mündlichen Sprachgebrauch markiert. Koch-Grünbergs Übersetzung macht das mit dem Einschub von *nur* deutlich, dessen pragmatische Bedeutung von Helbig & Helbig (1996: 89) folgendermaßen charakterisiert wird: „*nur* wird in Ergänzungsfragen [...] gebraucht [...] und drückt die Dringlichkeit der Frage aus [...]. Es signalisiert zugleich aber auch die nachdrückliche subjektive Anteilnahme des Sprechers“.

<sup>32</sup> Vgl. Duden online ([https://www.duden.de/rechtschreibung/nun\\_inzwischen\\_jetzt\\_heute](https://www.duden.de/rechtschreibung/nun_inzwischen_jetzt_heute), Bedeutung 2) (zuletzt konsultiert: 26.03.2018).

<sup>33</sup> Märchen sind als Textgattung schwer zu definieren. Zu einer Etablierung des Begriffs der „Volksmärchen“ haben vor allem die Brüder Grimm mit ihrer Sammlung von Erzählungen beigetragen. Unter diesem Idealbegriff versteht man kleinere, sehr alte, oral überlieferte, anonyme und volkstümliche

Zitteraal entstand<sup>66</sup>. In der von Capistrano verschriftlichten Version (1914: 305-309) wird der Erzählung eine kurze Zusammenfassung des Inhalts vorausgeschickt, bevor sie im Detail anfängt. Im Märchen ist eine lineare Abfolge der Ereignisse ohne Vor- oder Rückschau üblich. In (6) (a) und (b) wird Koch-Grünbergs Beginn der Erzählung Camargos Prosaübersetzung des Capistrano-Texts gegenübergestellt. Es lässt sich klar erkennen, dass die Erzählung bei Koch-Grünberg erst mit dem vierten Satz des Originaltexts – in (6) (b) von mir hervorgehoben – einsetzt.

(6) (a) (KOCH-GRÜNBERG 1920: 254)

„Es war einmal ein Mann, der fürchtete sich sehr vor dem Wasser und badete sich nicht. [...]“

(6) (b) (CAMARGO 2016: 458/459, Nr. 3489-3492)

„Esse homem virou poraquê, vou lhe contar a história, escreva! O homem que virou poraquê era muito zangado. Seus parentes banhavam-se, ele foi vê-los e virou poraquê. **O homem tinha medo de água, não se banhava.** [...]“

Auch für die längere Erzählung Nr. 84 („Die Sintflut“) kreiert Koch-Grünberg (1920: 229-232) durch Auslassungen eine durchgehend lineare Erzählstruktur, während der Originaltext „O cataclysmo“ aus drei verschiedenen Versionen – zwei von Boro, eine von Tuxinĩ – mit Zusammenfassungen und Wiederholungen besteht. Die Übersetzung bezieht sich nur auf die erste Version (CAPISTRANO 1914: 481-488), und obwohl Koch-Grünberg durchaus die in Capistranos Originaltext enthaltenen Wiederholungen (in Beispiel (7) (a) von mir hervorgehoben) zulässt, werden auch hier die letzten vier Sätze (Nr. 5496-5499, in (7) (b) von mir hervorgehoben) nicht übernommen, da sie eine Zusammenfassung des Vorhergehenden darstellen. Dieses wird durch die Gegenüberstellung des Abschlusses der Erzählung bei Koch-Grünberg und Capistrano illustriert:

(7) (a) (KOCH-GRÜNBERG 1920: 232)

[...] **Die Kaschinaua hörten schlecht, deshalb starben sie.** Nur die Schlange hörte und die große Eidechse und der Mulattenbaum. Die, welche gehört hatten, wechseln die Haut. Wir aber sterben. **Mana hörte schlecht, deshalb sterben wir.** Vorher, wenn wir starben, verwandelten wir hier unsere Seelen. Wenn wir als Greise starben, verwandelten wir hier uns wiederum in Knaben. Wenn alte Weiber starben, verwandelten sie sich wieder in

---

Prosaerzählungen, die ahistorisch sind, stereotyp einem vorgegebenen Motivatikatalog folgen und vor allem unterhalten sollen (vgl. BURDORF et al. 2007: 472-473).

junge Mädchen. So machten wir es, wenn wir starben. **Aber Mana hörte schlecht, deshalb sterben wir** und kehren nicht mehr zurück.

(b) (CAPISTRANO 1914: Nr. 5487-5499)

[...] Os caxinauás ouviram mal, morreram. A cobra só ouviu, tijuacú com ouviu, pau mulato com ouviu. Aquelles que ouviram a pelle mudam. Porem nós morremos, manã ouviu mal, nós fazemos, morremos. (Antes disto) morríamos, nossas almas<sup>34</sup> outra vez aqui nós vinhamos. Velhos morríamos, outra vez aqui rapazes nós vinhamos. As mulheres velhas morriam, outra vez aqui raparigas vinham. Nós morríamos, nós assim fazíamos. Porem manã ouviu mal, nós fazemos, morremos hontem. Voltamos não, nós fazemos. **Manã o pai quando matou assim fez. Manã assim fez, nós fazemos, morremos. Banö morreu, assim fez. Do relampago os filhos seus assim fizeram, o caranguejo criou-os, assim fizeram, morreram: até aqui.**

Ein Aspekt, der in heutigen Transkripten und Übersetzungen indigener Erzählungen selten ausgelassen wird, weil er in Audio- und Videoaufnahmen deutlich hervortritt, ist die Markierung bestimmter Elemente des mündlichen Diskurses. Dabei kann es sich um Veränderungen in der Stimme des Erzählers bei Dialogen zwischen Protagonisten handeln, um Gesänge, um eine besondere Prosodie sowie Gesten und Ideophone, die den gesprochenen Diskurs begleiten.<sup>35</sup> Bei Capistrano kommen derartige Elemente auch im Originaltext nicht vor und fehlen entsprechend in den Übersetzungen ins Portugiesische und ins Deutsche. Dass Koch-Grünberg Elemente dieser Art zur Kenntnis nahm, in seinen Transkripten vermerkte und ins Deutsche übertrug, zeigen seine eigenen Beiträge zu den *Indianermärchen aus Südamerika*, so z. B. die Arekuna-Erzählung Nr. 36 *Wie die Fischgifte in die Welt kamen*, in der Geräusche und Tiergesänge festgehalten wurden:

(9) (KOCH-GRÜNBERG 1920: 103)

Dann kam das Hokko-Huhn. Es nahm ein Stück Haut und legte es über seine Kehle. Es erstieg einen hohen Baum und sang: „hm=hm=hm=hm.“

Weitere Elemente des mündlichen Diskurses sind in den Erzählungen im zweiten Band seines Werks *Vom Roroima zum Orinoco* enthalten, vor allem in den vom jeweiligen

<sup>34</sup> In der Originalsprache wird der Begriff *yuxin* verwendet. Unter *yuxin* verstehen die Kashinawas und andere Panogruppen die immaterielle, unvergängliche Seite des Lebens, die in ihren Manifestationen an das Stoffliche gebunden ist. Menschen haben einen Körper und mehrere *yuxins*. Eine annähernd adäquate Übersetzung ins Deutsche wäre 'Geist' (s. KEIFENHEIM 2000: 72-73). Die von Capistrano gewählte Übersetzung *alma* ('Seele') ist zu sehr an abendländische Religionsvorstellungen gebunden. In der Ausgabe von Camargo (2016) bleiben kulturspezifische Begriffe unübersetzt.

<sup>35</sup> Siehe Sammons & Sherzer (2000) sowie Stenzel & Franchetto (2017) für Beispiele.



indigenen Sprecher diktierten Originaltranskripten mit Interlinearübersetzung und daran anknüpfender Prosaübertragung.<sup>36</sup> Die folgenden Sätze 42 bis 44 aus der Erzählung *Makunaima's Tod und Wiederbelebung* in Beispiel (10) illustrieren die Verwendung von Ideophonen (IDEO) im Originaldiskurs und Koch-Grünbergs Umgang mit diesen Elementen.

(10) (KOCH-GRÜNBERG 1924: 220, 42-44)

<b><i>Pulutuí</i></b>	<i>to-y-ewé-peg</i>
IDEO	ihr Haus an

Er kam zu ihrem Haus.

<b><i>Welaú</i></b>	<i>y-ewó-mě-le</i>
IDEO	er trat ein

Er trat ein.

<b><i>Wológ</i></b>	<i>empukužimã</i>	<i>moká-ya-le</i>
IDEO	Zaubergift	er zog hervor

Er zog das Zaubergift hervor.

Ideophone sind nach einer Definition von Dingemanse (2011: 1) „marked words that depict sensory imagery“.<sup>37</sup> Sie sind in der Linguistik seit Mitte der 1930er Jahren unter diesem Namen bekannt, als sie zum ersten Mal für eine Bantusprache definiert wurden. Auch in den indigenen Sprachen Südamerikas sind Ideophone, von Koch-Grünberg als „Interjektionen“ analysiert, sehr häufig zu beobachten. Die drei Taulipang-Ideophone in (10) wurden in der Originalsprache zwar schriftlich festgehalten, tauchen aber in der Prosaübersetzung ins Deutsche nicht auf. Es werden jedoch folgende Erklärungen in Fußnoten abgegeben:

(11) (KOCH-GRÜNBERG 1924: 219, Fußnote 1; 220, Fußnoten 4, 5):

<i>pulutuí</i>	Interjektion; drückt aus, daß man beim Weitergehen an einen Ort kommt oder einem anderen begegnet
<i>welaú</i>	Interjektion; drückt aus, wie Manäpe in die Wohnung eintritt
<i>wológ</i>	Interjektion; drückt aus, wie er das Zaubergift hervorzieht

Die Erklärungen spiegeln wider, dass Ideophone Gesamt Ereignisse abbilden, d.h. Aktivitäten inklusive Partizipanten. Koch-Grünberg bemerkt aber auch, dass Ideophone nicht nur parallel zur Satzstruktur auftreten, sondern sich auch mit dieser verbinden können, indem sie, wie *pulutuí* im Beispielsatz, anstelle eines auf die gleiche Handlung

<sup>36</sup> Siehe auch Protti (2006: 3.3.4, 129 ff.) für weitere Beispiele.

<sup>37</sup> Siehe Doke (1935: 118).

referierenden Verbs in Kombination mit einem postpositionalen Objekt auftreten: „[...] vertritt hier das Verbum: „sie kamen““ (KOCH-GRÜNBERG 1924: 220, Fußnote 3).

Ideophone existieren auch im Kashinawa, wo sie noch heute besonders von älteren Sprechern verwendet werden, die noch mit der Erzähltradition vertraut sind.<sup>38</sup> Es ist also anzunehmen, dass Capistrano an dieser Stelle den mündlichen Vortrag seiner beiden Kashinawa-Mitarbeiter edierte oder aber, dass durch die Art der Datenerhebung – eine Erzählsituation außerhalb ihres natürlichen Kontextes – einige Elemente des mündlichen Diskurses von vornherein wegfielen. Einen Hinweis darauf, dass Capistrano generell das Verständnis für bedeutungsvolle, nicht rein sprachliche Elemente des mündlichen Diskurses gefehlt haben könnte, liefert folgender Vergleich zwischen seinem portugiesischen Zitat der von Steinen geschilderten „Steinbeilpantomime“ am Ende des Vorworts von *Rã-txa hu-ni ku-ĩ* aus der Erinnerung und der deutschen Entsprechung in Steinens Publikation:

O sol nasce, no mato o Bakairi corta; o sol indica o meio dia, o Bakairi bate, o estomago vasio, seu braço já cansado; o sol abaixa e desaparece, e ainda o Bakairi corta e ainda não acabou; vem o Karaiba com o seu ferro e tók-tók já cahiu o páu. (CAPISTRANO 1914: 32)

Wie quält sich der Bakairí, um einen Baum zu fällen: frühmorgens, wenn die Sonne tschitschi aufgeht, - dort im Osten steigt sie – beginnt er die Steinaxt zu schwingen. Und tschitschi wandert aufwärts und der Bakairí schlägt wacker immerzu, tsök, tsök, tsök. Immer mehr ermüden die Arme – sie werden gerieben und sinken schlaff nieder, es wird ein kleiner matter Luftstoss aus dem Mund geblasen und über das erschöpfte Gesicht gestrichen; weiter schlägt er, aber nicht mehr mit tsök, tsök, sondern einem aus dem Grunde der Brust geholten Aechzen. Die Sonne steht oben im Zenith; der Leib – die flache Hand reibt darüber oder legt sich tief in eine Falte hinein – ist leer; wie hungrig ist der Bakairí – das Gesicht wird zu kläglichstem Ausdruck verzogen: endlich, wenn tschitschi schon tief unten steht, fällt ein Baum: tokále = 1 zeigt der Kleinfinger. Aber du, der Karaíbe, – plötzlich ist Alles an dem Mimiker Leben und Kraft – der Karaíbe nimmt seine Eisenaxt, reisst sie hoch empor, schlägt sie wuchtig nieder, tsök, tsök, pum – äh. ..., da liegt der Baum, ein fester Fusstritt, schon auf dem Boden. (STEINEN 1894: 71)

Wie unschwer zu erkennen ist, hat Capistrano in seinem Zitat sämtliche Gesten und einen Teil der Ideophone ausgelassen, während Steinen die Ideophone direkt wiedergegeben und die Gesten und die Mimik beschrieben hat. Auf diese Weise konnte dem Leser ein Eindruck der performativen Qualität des mündlichen Erzähldiskurses vermittelt werden, die auch in den heutigen Übersetzungen indigener Erzählkunst eine wichtige Rolle spielt. So schreiben Franchetto und Stenzel: „To narrate is not just to

<sup>38</sup> Persönliche Beobachtung. Für Beispiele siehe narrative Texte im Kashinawa-Sprachdatenarchiv unter <http://dobes.mpi.nl/projects/Cashinahua/>.

verbally express an account in prosaic form. As we have noted, the act of narration is a performance, whether public or private, offered to interlocutors and audiences [...]“ (FRANCHETTO; STENZEL 2017: 5). Während die Autoren der Beiträge bei Stenzel und Franchetto (2017) mit Fokus auf sprachlichen Phänomenen lediglich Ideophone abbilden und andere performative Elemente in ihren Kommentaren beschreiben, finden sich bei Sammons und Sherzer (2000) verschiedene Strategien der Sichtbarmachung von performativen Elementen in den Übersetzungen. So werden z. B. bei Sammons (2000: 22-41) durch Kapitälchen oder Bindestriche zwischen den Buchstaben eines Wortes in einem Sierra-Popoluca-Diskurs eine lautere oder langsamere Aussprache markiert. Nuckolls (2000: 233-251) wiederum entwickelt spezielle „Ideographs“, um die Ideophone in einer Erzählung in Pastaza Quechua grafisch darzustellen.

## 5 Zusammenfassung und Ausblick

Es konnte gezeigt werden, dass es in der Übertragung bzw. Übersetzung der Texte aus dem Kashinawa durch den brasilianischen Historiker und den deutschen Ethnologen Strukturen gibt, die in Übereinstimmung mit der Hauptintention des jeweiligen Autors – Dokumentieren einer fremden Sprache im Fall Capistranos, Vermitteln einer Idee von einer dem Leser unbekanntem Sprache und Erzähltradition bei Koch-Grünberg – deutlich voneinander abweichen. Dass sich Koch-Grünberg bei seiner Übersetzung ins Deutsche nicht nur auf die portugiesische Interlinearübersetzung gestützt, sondern auch die von Capistrano erstellte Kurzgrammatik studiert und eigene Analysen des Materials durchgeführt hat, konnte anhand von Strukturen gezeigt werden, die in der portugiesischen Übersetzung unklar blieben, aus der deutschen jedoch eindeutig hervorgingen.

In seinen Bemerkungen zur Übersetzung, die er im Vorwort der *Indianermärchen aus Südamerika* wie auch im zweiten Band des Werks *Vom Roroima zum Orinoco* äußert, bringt Koch-Grünberg außerdem ein deutliches Gespür für performative Aspekte der von ihm beobachteten mündlichen indigenen Erzähltraditionen zum Ausdruck. Um diese dem deutschen Leser näherzubringen, integrierte er charakteristische Elemente wie Gesänge und Ideophone in seine eigenen Aufzeichnungen indigener Erzählungen. In Capistranos Texten hingegen wurden solche Elemente oralen Diskurses weitgehend eliminiert bzw. gar nicht erst aufgenommen. Ebenso gibt es für den Übersetzer dieser Art von Texten die

Möglichkeit, Eigenheiten der Ursprungssprache in die Zielsprache abzubilden oder aber zu versuchen, zielsprachliche Entsprechungen für bestimmte ursprungssprachliche Elemente zu finden. Beide Strategien lassen sich in Koch-Grünbergs deutschen Übersetzungen beobachten, wie die Beispieldiskussion im vorhergehenden Abschnitt gezeigt hat. Erkennbar ist aber auch, dass Versuche, mit Mitteln der Zielsprache ähnliche Wirkungen hervorzurufen, deutlich überwiegen.

Auch in Bezug auf den Textaufbau und den Inhalt von Erzählungen mussten Entscheidungen getroffen werden, um die Brücke zwischen zwei Kulturen zu schlagen. Besonders anhand der von Koch-Grünberg in *Vom Roroima zum Orinoco* festgehaltenen zwei Versionen einiger Erzählungen bekommt der Leser eine Vorstellung davon, wie bereits ein indigener Erzähler seinen Text unterschiedlich gestalten muss, um ihn an das Vorwissen und die Erwartungen seiner Rezipienten anzupassen. Einem Übersetzer kommt zur Erstellung einer lesbaren Prosaversion zusätzlich die Aufgabe zu, seinen Zieltext irgendwo zwischen komplettem Exotismus als dem einen Extrem und der völligen Integration in Muster und Erwartungen der Zielkultur als dem anderen Extrem anzusiedeln. Koch-Grünberg hat in dieser Hinsicht einen Mittelweg gewählt, indem er versucht hat, sprachlich so nah wie möglich am Ursprungstext zu bleiben und gelegentlich auch fremde Elemente aufzunehmen, aber er hat auch Anpassungen vorgenommen, um den Erwartungen eines weniger wissenschaftlich orientierten Lesers entgegenzukommen. In *Vom Roroima zum Orinoco*, das einem Fachpublikum vorbehalten war, hatte er zusätzlich die Möglichkeit, anhand von ausführlicheren Versionen einiger der Prosatexte und unter Hinzufügen von erklärenden Fußnoten zu zeigen, an welchen Stellen sich Strukturen in der Ursprungssprache nicht ohne Weiteres in der Zielsprache abbilden lassen. Auf diese Weise gelingt es ihm, Texte zu kreieren, die zu einem gewissen Grad eine Vorstellung von der Wortkunst der indigenen Erzähler vermitteln, ohne dabei in der Übersetzung unbeholfen zu wirken, was selbst heutzutage noch allzu oft passiert, wie Illius (1999: 29) treffend bemerkt:

Übersetzungen aus indianischen Sprachen zeichnen sich oft dadurch aus, daß sie „besonders frei“ oder „besonders wörtlich“ sind oder zu sein behaupten. Keines der beiden Extreme kann dem Ziel einer getreuen Wiedergabe eines Diskurses ganz gerecht werden. In vielen Fällen läßt eine wörtliche Übersetzung (vor allem, wenn sie auch versucht, die originale Syntax nachzuahmen) den Sprecher naiv und unbeholfen erscheinen; in anderen Fällen [...] wirkt eine freie Übersetzung glättend und verbirgt meist Interpretationen des Übersetzers.

Ähnlich drücken sich auch Sammons und Sherzer (2000: xii, xiii) in ihrem einleitenden Kapitel zu einer Sammlung von ins Englische übersetzten Texten lateinamerikanisch-indigener Kulturen aus und fügen als Postulat für Übersetzer hinzu:

Translators from one language to another must move along a continuum between being faithful and literal with regard to the original text and capturing the spirit of the original in a different language. When two texts are relatively close (in culture, time, language, etc.), it is possible to maintain a literalness between them while at the same time being fairly faithful to the spirit. But the more distant two texts are [...], the more difficult translation becomes. It is important to recognize that translation involves language, in the sense of grammar and vocabulary, style (including formal patterning), and culture, especially the unstated or understated implicit assumptions and presuppositions that audiences or readers of native performances and texts take for granted and that hearers of translations typically are unaware of. (SAMMONS; SHERZER 2000: xiii)

Vergleicht man nun diese aktuellen Forderungen an eine Übersetzung mit den Beobachtungen und Übersetzungsentscheidungen, die Koch-Grünberg mehr als 80 Jahre vorher traf, muss man feststellen, dass dieser in einer Zeit, als man noch nicht in der Lage war, mündliche Diskurse umfassend in Bild und Ton aufzuzeichnen, und auch die pragmatische Wende in der Linguistik noch in weiter Ferne lag, sehr fortschrittliche Ideen vertrat.

## Literaturverzeichnis

- ANDRADE, Mario de. *Macunaíma: O herói sem nenhum caracter*. 1. ed. São Paulo: Oficinas Gráficas de Eugenio Cupolo, 1928.
- BURDORF, Dieter; FASBENDER, Christoph; MOENNIGHOFF, Burkhard (ed.). *Metzler Lexikon Literatur*. 3. ed. Stuttgart: Metzler, 2007.
- CAMARGO, Eliane (ed.); CAPISTRANO DE ABREU, João. *Rã-txa hu-ni ku-ĩ. A língua dos Caxinauás do Rio Ibuáçu, afluente do Muru*. Textos bilíngues caxinauá-português. São Paulo: editora UNICAMP, UNEMAT, 2016.
- CAMARGO, Eliane et al. (ed.). *Huni Kuin Hiwepaunibuki. A História dos Caxinauás por eles mesmos*. São Paulo: Edições SESC, 2013.
- CAPISTRANO DE ABREU, João. *Rã-txa hu-ni ku-ĩ. A língua dos Caxinauás do rio Ibuáçu, afluente do Muru, Prefeitura de Tarauacá*. Com as emendas do autor e um estudo crítico de Theodor Koch-Grünberg. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1914.
- CAPISTRANO DE ABREU, João. *Rã-txa hu-ni ku-ĩ. A língua dos Caxinauás do rio Ibuáçu, afluente do Muru, Prefeitura de Tarauacá*. Fac-similiar da 2a edição com as emendas do autor e um estudo crítico do prof. Theodoro Koch-Grünberg. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2015.
- DINGEMANSE, Marc. *The Meaning and Use of Ideophones in Siwu*. Tese de Doutorado. Nijmegen: Radboud University Nijmegen, 2011.
- DOKE, Clement Martyn. *Bantu Linguistic Terminology*. London: Longmans, Green & Co, 1935.

- FRANCHETTO, Bruna; STENZEL, Kristine. Amazonian narrative verbal arts and typological gems. In: Stenzel, Kristine; Franchetto, Bruna (ed.). *On this and other Worlds. Voices from Amazonia*. Berlin: Language Science Press, 2017, p. 1-19.
- HELBIG, Gerhard; HELBIG, Agnes. *Deutsche Partikeln – richtig gebraucht?* Leipzig/Berlin: Langenscheidt, 1995.
- ILLIUS, Bruno. *Das Shipibo. Texte – Kontexte – Kommentare. Ein Beitrag zur diskursorientierten Untersuchung einer Montaña-Kultur*. Berlin: Dietrich Reimer, 1999.
- KEIFENHEIM, Barbara. *Wege der Sinne. Wahrnehmung und Kunst bei den Kashinawa-Indianern Amazoniens*. Frankfurt/New York: Campus, 2000.
- KOCH-GRÜNBERG, Theodor. Estudo Critico do Prof. Theodor Koch-Grünberg. In: CAPISTRANO DE ABREU, João. *Rã-txa hu-ni ku-ĩ*. Gramática, Textos e Vocabulário Caxinauás. 2. ed. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1941, p. 631-635.
- \_\_\_\_\_. *Vom Roroima zum Orinoco. Zweiter Band. Mythen und Legenden der Taulipang- und Arekuna-Indianer*. 2. ed. Stuttgart: Strecker und Schröder, 1924.
- \_\_\_\_\_. (ed.). *Indianermärchen aus Südamerika*. Jena: E. Diederichs, 1920.
- NUCKOLLS, Janis B. Spoken in the spirit of a gesture. Translating sound symbolism in a Pastaza Quechua narrative. In: SAMMONS, Kay; SHERZER, Joel (ed.). *Translating Native Latin American Verbal Art. Ethnopoetics and Ethnography of Speaking*. Washington/London: Smithsonian Institution Press, 2000, p. 233-251.
- PROTTI CHRISTINO, Beatriz. *A rede de Capistrano de Abreu (1853-1927): uma análise historiográfica do rã-txa hu-ni ku-ĩ em face da Sul-americanística dos anos 1890-1929*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- SAMMONS, Kay. Replicating key features of poetic construction in Sierra Popoluca Storytelling Performance. In: SAMMONS, Kay; SHERZER, Joel (ed.). *Translating Native Latin American Verbal Art. Ethnopoetics and Ethnography of Speaking*. Washington/London: Smithsonian Institution Press, 2000, p. 22-41.
- SAMMONS, Kay; SHERZER, Joel (ed.). *Translating Native Latin American Verbal Art. Ethnopoetics and Ethnography of Speaking*. Washington/London: Smithsonian Institution Press, 2000.
- SCHLEIERMACHER, Friedrich. Ueber die verschiedenen Methoden des Uebersetzens. In: STÖRIG, Hans Joachim (ed.). *Das Problem des Übersetzens*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1963, p. 38-69.
- SCHMIDT, P. Wilhelm. Die Sprachlaute und ihre Darstellung in einem allgemeinen linguistischen Alphabet. *Anthropos* v. 2, n. 3, 1907, p. 508-587.
- SLOBIN, Dan. The many ways to search for a frog. Linguistic typology and the expression of motion events. In: STRÖMQVIST, Sven; VERHOEVEN, Ludo. (ed.). *Relating Events in Narrative: Vol. 2. Typological and Contextual Perspectives*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 2004, p. 219-257.
- STEINEN, Karl von den. *Die Bakairi-Sprache*. Wörterverzeichnis, Sätze, Sagen, Grammatik. Mit Beiträgen zu einer Lautlehre der Karaïbischen Grundsprache. Leipzig: K. F. Koehler's Antiquarium, 1892.
- STEINEN, Karl von den. *Unter den Naturvölkern Zentral-Brasiliens*. Reiseschilderung und Ergebnisse der Zweiten Schingú-Expedition 1887-1888. Berlin: Dietrich Reimer, 1894.
- STENZEL, Kristine; FRANCHETTO, Bruna (ed.). *On this and other Worlds. Voices from Amazonia*. Berlin: Language Science Press, 2017.
- TALMY, Leonard. *Toward a Cognitive Semantics*. Vol. 1: Concept Structuring Systems. Cambridge: MIT Press, 2000.

Recebido em 03 de julho de 2018  
Aceito em 06 de outubro de 2018

# “Uma Vez”: Empréstimo do alemão no português falado em Itapiranga e São João do Oeste

[“Uma vez”: Borrowing from German into Portuguese spoken in Itapiranga and São João do Oeste]

<http://dx.doi.org/10.11606/1982-88372237231>

Marcelo Krug<sup>1</sup>

Elena Ruscheinsky<sup>2</sup>

Cristiane Horst<sup>3</sup>

**Abstract:** This work presents a study aimed to describe the uses of the word *mal* in German, comparing it with possible translations to Portuguese. Based on interviews, we describe the use of the variant *uma vez* in Portuguese spoken in Itapiranga and São João do Oeste, Santa Catarina, Brazil, with many speakers of *Hunsrückisch* as a language of immigration. We follow the methodology proposed by pluridimensional and relational dialectology, according to Thun (1998). In this study, interviews were conducted with 16 German/Portuguese bilingual speakers from the two localities.

**Keywords:** *Hunsrückisch* Portuguese bilingualism, linguistic contacts, linguistic variation.

**Resumo:** O objetivo deste estudo é analisar os usos da palavra *mal* na língua alemã, comparando-os com possíveis traduções para a língua portuguesa. A partir dos dados levantados e analisados, busca-se descrever o uso da variante *uma vez* no português em Itapiranga e São João do Oeste, localidades situadas no oeste de Santa Catarina, Brasil, com forte presença de falantes do alemão *Hunsrückisch* como língua de imigração. Para a realização do estudo, seguiu-se a metodologia proposta pela dialetologia pluridimensional e relacional, conforme Thun (1998). No presente estudo, realizaram-se entrevistas com 16 falantes bilíngues *Hunsrückisch*/português das duas localidades.

**Palavras-chave:** Bilinguismo *Hunsrückisch*-português, contatos linguísticos, variação linguística

<sup>1</sup> Universidade Federal da Fronteira Sul, Rodovia SC 484 – km 02, Fronteira Sul, 89815-899 Chapecó, SC, Brasil. E-mail: marcelokrug@yahoo.de. ORCID: 0000-0003-2374-0100

<sup>2</sup> Instituto Federal de Santa Catarina, Rua Aloísio Stoffel, 1.271, São Carlos, SC, 89885-000, Brasil. E-mail: elenawendling@hotmail.com. ORCID: 0000-0003-2720-4460

<sup>3</sup> Universidade Federal da Fronteira Sul, Rodovia SC 484 – km 02, Fronteira Sul, 89815-899 Chapecó, SC, Brasil. E-mail: cristianehorst@uffs.edu.br. ORCID: 0000-0003-2782-9903



## Introdução

A variação linguística na língua portuguesa falada pela população do sul do Brasil já foi tema de diversos estudos, estimulados pelo contato linguístico com línguas de imigração (alemão, italiano, polonês, entre outros) e com línguas dos países de fronteira (a saber, o espanhol e o guarani). Um exemplo dessa variação é o tema deste estudo, que visa descrever o uso variável da variante *uma vez* no português em contato com o alemão falado em Itapiranga e São João do Oeste – SC. O foco da pesquisa está principalmente em enunciados imperativos, como “*Vê uma vez na secretaria se eles podem te ajudar*”, “*Chama ela uma vez*” e “*Vai uma vez para Tunápolis*”, como também frases em que a variante *uma vez* é usada como numeral ou advérbio.

O objetivo deste trabalho é, através de estudos bibliográficos, analisar os usos da palavra *mal* na língua alemã, comparando-os com possíveis traduções para a língua portuguesa. Através da entrevista, objetiva-se descrever a variação do uso de *uma vez* no português falado em Itapiranga e São João do Oeste, localidades situadas no oeste de Santa Catarina, Brasil, caracterizadas pela forte presença de falantes da variedade *Hunsrückisch*<sup>4</sup>. A elaboração da entrevista, a seleção dos informantes e a análise seguem os princípios da dialetologia pluridimensional e relacional (THUN, 1996; 1998; 2009).

Na língua alemã, a palavra *mal* tem diversos usos, a começar pela conjunção com sentido de “vezes” (*Drei mal drei sind neun / Três vezes três são nove*). Pode ser também usada como advérbio quando indica a quantidade de ocorrências de um fato (*Er hat mich einmal besucht. / Ele me visitou uma vez*). Como advérbio ainda pode remeter a um tempo qualquer no passado ou no futuro (*Er war mal ein guter Sportler / Ele costumava ser um bom atleta; Ich glaube, ich muss mal Urlaub machen / Acredito que preciso tirar férias*). A palavra *mal* também pode desempenhar a função de partícula modal, que adiciona à frase imperativa um tom amigável e não urgente, com o intuito de incentivar o interlocutor (*Komm mal bitte her! / Venha aqui por favor; Gibst du mir bitte mal das Salz? / Por favor, passe-me o sal*)<sup>5</sup>.

<sup>4</sup> Os dados e a análise são frutos de dissertação de mestrado do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal da Fronteira Sul defendida no ano de 2014 e contou com a aprovação no Comitê de Ética sob o número do CAAE 20433513.1.0000.5564.

<sup>5</sup> Todos os exemplos deste parágrafo estão disponíveis no dicionário *LANGENSCHIEDT Großwörterbuch Deutsch als Fremdsprache* (1993: 642). Tradução da autora.



Na língua portuguesa, a variante *uma vez* denota a singularidade da ocorrência ou em certa ocasião, sendo sinônimo de outrora, como em “Era uma vez...” (dos contos de fada). Assim, o uso da variante *uma vez* na língua portuguesa como equivalente da partícula modal *einmal/mal* da língua alemã, não levando em conta seus diferentes usos, produz enunciados como aqueles mencionados nas hipóteses, no próximo subtítulo. Na língua portuguesa, o uso de partículas modais é muito restrito, fazendo com que enunciados decorrentes do contato linguístico sejam exemplos de variação linguística. Construções idênticas estão presentes no cotidiano dos locais pesquisados: “*Então faz uma vez uma listinha de tudo que precisa*”, “*Pede uma vez para ele*” e “*Vamos lá olhar uma vez*”.

As variáveis fonológicas no português falado na região sul do Brasil em áreas de imigração alemã são variadas e frequentemente consideradas como a pronúncia típica “do alemão”, às vezes vista como característica positiva, outras não. Todavia, sempre será “marcada, notada e comentada, principalmente em ocasiões especiais e formais” (BORSTEL 2003: 135). Entre as mais investigadas estão a troca do fonema surdo por um sonoro [/p/, /t/ e /k/ por /b/, /d/ e /g/] e vice-versa e troca do fonema fricativo por um vibrante ou tepe /r/ (DAMKE 2006; PAULI, 2004). Altenhofen (1996), em sua tese, faz a descrição minuciosa do *Hunsrückisch*, comparando-o com a variedade padrão da língua. O autor traz alguns empréstimos do alemão no português, como por exemplo a *Chimia*. Já Krug (2011) estudou os bilíngues teuto-brasileiros frente à metafoia funcional do português, ou seja, como os descendentes de alemães aprenderam ou se adequaram ao uso desse fenômeno linguístico existente exclusivamente na oralidade e, portanto, de difícil aprendizado se não por imersão. Também Horst (2011) fez um estudo dos termos de parentesco, analisando, principalmente, a manutenção ou a substituição dos termos utilizados pelos descendentes teuto-brasileiros. Estudos como estes apontam para a lusitanização dos termos e a adequação à língua oficial do país que os acolheu.

Quanto à variável semântica, Pereira (1999) evidenciou o uso polissêmico do verbo “ganhar” em construções como “Minha avó ganhou um ataque” e “A gente não ganhava tempo de estudar”, presentes na fala das pessoas de uma comunidade bilíngue rural de Missal-PR, independentemente da faixa etária e escolarização. Esses exemplos nos dão pistas de um possível empréstimo do alemão que possa ter entrado na língua portuguesa, assim como o “*uma vez*”.

O fenômeno da variável, objeto deste estudo, também foi mencionado por Soares (2008) e teve como objetivo, averiguar a influência de um dialeto alemão falado na região de Vera Cruz – RS sobre o processo de letramento em português. Durante a pesquisa de campo, a pesquisadora observou que a fala *Tava muito boum uma vez...*, utilizada por um aluno monolíngue, apresenta uma estrutura sintática peculiar da língua alemã, apesar de à primeira vista não o evidenciar. O uso frequente dessa expressão entre os alunos bilíngues (português/alemão) e monolíngues (português), segundo a autora, “reflete o contato e a interferência de um código pelo outro e opõe duas formas de ver a realidade, duas maneiras de conceber o mundo” (SOARES 2008: 77).

A presença da variante *uma vez* na fala dos falantes das localidades reiteradamente chama a atenção do senso comum, que a menciona muitas vezes, como uma marca identitária da fala de bilíngues alemão-português. Frases como “*Observem uma vez gráficos e tabelas*”, “*Então vamos lá olhar uma vez*” e “*Pede uma vez para ele*”, anotadas no caderno de campo pela pesquisadora no decorrer de dois anos, durante a elaboração do projeto e realização desta pesquisa, evidenciam que a variação existe.

### *Mal e uma vez*

A hipótese deste trabalho é o uso da variante *uma vez* em frases imperativas como um empréstimo do alemão no português e decorrente do bilinguismo *Hunsrückisch*/português e contato linguístico presente nas localidades. Assim, é necessário evidenciar quais os usos da palavra *mal* e se esses usos correspondem aos usos da variante *uma vez* na língua portuguesa.

A palavra *mal/mo* tem diversos usos e significados na língua alemã e no *Hunsrückisch*. O Quadro 1 apresenta um levantamento desses usos, exemplos e suas traduções para a língua portuguesa e falas dos informantes anotadas no Caderno de Campo.

**Quadro 1:** Emprego da palavra *mal/mo* na língua alemã / *Hunsrückisch*

<b>Descrição dos usos de (ein)mal em alemão.</b>			
<b>Classificação</b>	<b>Uso</b>	<b>Exemplos</b>	<b>Falas anotadas no Caderno de Campo</b>

Conjunção	Usada para multiplicação.	Vier mal vier ist sechzehn. Quatro vezes quatro é dezesseis.	Faz uma vez cinco vezes vinte e cinco para ver quanto dá.
Advérbio	Indica a quantidade ou número de vezes que algo ocorreu.	Er hat mich einmal besucht. Ele me visitou uma vez.	E olha que tava bem no finalzinho até que uma vez tive que entrar, eu entrei duas vezes’.
Advérbio	Assinala para um tempo qualquer, não especificado, que pode ser no passado ou no futuro.	Er war mal ein guter Sportler. Ele era um bom atleta.	Também tenho que começar uma vez a xingar. Na medida que o aluno uma vez se conscientiza sobre essa necessidade.
Partícula modal	Usada quando o falante pretende, de forma amigável e não urgente, incentivar o ouvinte a fazer algo, sem obrigá-lo.	Komm mal her, bitte! Venha aqui, por favor. Kannst du mal mein Fahrrad halten? Você pode segurar minha bicicleta?	Chama ela uma vez. João, para uma vez. Então vamos lá olhar uma vez.

Segundo *Langenscheidt Großwörterbuch Deutsch als Fremdsprache* (1993), a palavra *mal* é uma conjunção<sup>6</sup> quando usada para expressar multiplicação, como em

(1) *Vier mal vier ist sechzehn.*

(1a) Quatro vezes quatro é dezesseis.

Nesse uso, a palavra *mal* tem um equivalente na variedade culta da língua portuguesa, ou seja, ‘vezes’.

Num outro uso, agora como advérbio, *mal* indica a quantidade ou número de vezes em que algo ocorreu<sup>7</sup>. Nesse caso, vem acompanhado da quantidade ou número como em *einmal* (uma vez), *zweimal* (duas vezes), *manchmal* (às vezes ou de vez em quando), *vielmals* (muitas vezes). Numa construção da língua alemã traduzida para variedade culta do português, novamente a palavra *mal* é traduzida para *vez*:

(2) *Er hat mich einmal besucht.*

<sup>6</sup> *Konjunktion*; multipliziert mit (p. 642) (conjunção, multiplicado por).

<sup>7</sup> *Adv*, begrenzt produktiv; die genannte Zahl od. Menge von Malen (p. 642) (produção limitada, a quantidade acima referida ou o número de vezes)

(2a) Ele me visitou uma vez.

Construção equivalente foi produzida, em português, por um falante bilíngue da comunidade em estudo:

(3) E olha que tava bem no finalzinho até que uma vez tive que entrar, eu entrei duas vezes.

Ainda como advérbio, a palavra em questão assinala para um tempo qualquer, não especificado, que pode ser tanto no passado como no futuro<sup>8</sup>, como nos exemplos:

(4) *Er war mal ein guter Sportler.*

(5) *Ich glaube, ich muss mal Urlaub machen.*

Para a língua portuguesa, tais enunciados são traduzidos como:

(4a) Ele era um bom atleta.

(5a) Acredito que preciso tirar férias.

Logo, a palavra *mal* não tem, na grande maioria dos casos, equivalente na tradução para a língua portuguesa. Porém, nos apontamentos do Caderno de Campo, encontram-se falas de falantes bilíngues como:

(6) Também tenho que começar uma vez a xingar.

(7) Na medida que o aluno uma vez se conscientiza sobre essa necessidade.

(8) Se a classe trabalhadora para uma vez de trabalhar (...)

Equivalentes dessas construções na língua alemã podem ser (versões nossas):

(6a) *Ich muss auch mal anfangen zu schimpfen.*

(7a) *In dem Maße, in dem der Schüler sich einmal der Notwendigkeit bewusst wird.*

(8a) *Wenn die Arbeiterklasse mal aufhört zu arbeiten (...)*

Tais construções são alvo desta pesquisa, pois denotam a tradução literal da palavra *mal* em contextos em que não é possível na língua portuguesa.

Por fim, ainda de acordo com *Langenscheidt Grosswörterbuch Deutsch als Fremdsprache* (1993)<sup>9</sup> e Kempcke (2000)<sup>10</sup>, a palavra *mal* também pode ser partícula

<sup>8</sup> *adv* gespr; zu irgendeiner (nicht näher bestimmten) Zeit in der Vergangenheit od. in der Zukunft = einmal (p. 642) (para qualquer evento (não especificado) no tempo, no passado ou no futuro)

<sup>9</sup> *Partikel*; unbetont, gespr; **1 verwendet**, um j-n höflich zu etw. Aufzufordern, auch in Form e-s Fragesatzes (p. 642) (usado para pedir educadamente para alguma coisa, mesmo na forma pergunta)

<sup>10</sup> <Modalpartikel>; unbetont; steht nicht am Satzanfang; bezieht sich auf den ganzen Satz, steht in Aufforderungssätzen> /der Sprecher gibt der Aufforderung einen freundlichen, nicht dringlichen Charakter; er versucht den Hörer zu motivieren, ohne ihn zu zwingen/: <oft + doch> (p. 647) (Partícula modal; átona; não está no início do período; refere-se a toda a frase, é um reforço linguístico, em frases

modal usada quando o falante pretende, de forma amigável e não urgente, incentivar o ouvinte a fazer algo, sem obrigá-lo. Tal construção aparece em frases imperativas como

(9) *Hier, probier mal meinen Stift.*

(10) *Komm mal her, bitte!*

e também em perguntas

(11) *Kannst du mal mein Fahrrad halten?*

(12) *Reichst du mir mal die Butter?*

Na variedade formal da língua portuguesa, traduz-se como

(9a) Aqui, experimenta minha caneta.

(10a) Venha aqui, por favor.

(11a) Você pode segurar minha bicicleta?

(12a) Alcança-me a manteiga.

Novamente, ao analisar as construções na língua portuguesa, fica evidente que a tradução da palavra *mal* não é necessária ou não é possível.

A Gramática Alemã de Welker (1992) indica uma certa equivalência entre a partícula modal alemã *mal* e a palavra em português apontada, no entanto, não explicita uma formulação teórica sobre essa equivalência:

Em sentenças imperativas, *mal* serve para atenuar o tom imperativo quando se trata de ordens, ou mostra que o enunciado nem é uma ordem, e sim um pedido, uma sugestão ou um conselho; *mal* é quase sempre usado em pedidos nos quais se chama a atenção do interlocutor; em português, pode-se acrescentar às vezes "aí" ou "por favor". (WELKER 1992: 322)

Em seguida, o autor apresenta as seguintes frases equivalentes:

(13) *Zeig mir mal dein Heft!* Me mostre aí seu caderno!

(14) *Sieh mal, der Präsident!* Olha aí, o Presidente!

Essa equivalência entre *aí* e a partícula modal *mal* também é apresentada pelo Dicionário Português-Alemão (1983: 41) com o exemplo

(15) *Moment mal.* Espere aí.

Franco (1991), na obra *Descrição linguística das partículas modais no português e no alemão*, analisa a variedade do português de Portugal e determina como partículas modais da língua portuguesa as palavras *acaso, afinal, bem, cá, e, então, é que, já, lá, mas, não, se calhar, sempre e também*. O autor destaca também que a língua portuguesa

---

imperativas> / o falante faz um enunciado amigável e não de caráter obrigatório, ele tenta motivar o ouvinte, sem forçá-lo: **seguidas vezes +também**)

apresenta partículas modais, porém não em tão grande número quanto a língua alemã, além de não serem tão facilmente identificadas pelos falantes como tal. Desse modo, o uso de partículas modais nas duas línguas aproxima-se pois elas constituem um grupo, cuja característica mais importante consiste na função semântico-pragmática, ou seja, ao usá-las o falante determina sua posição perante o conteúdo proposicional do enunciado. Mesmo não incluindo *aí* na relação de partículas modais, Franco (1991) admite que dentro das possibilidades de tradução da partícula modal alemã *mal* em frases interrogativas para o português pode haver um *aí* atenuante. Como exemplo, ele explica a função de *mal* em

(16) *Kannst du mir mal eine Zigarette geben? Ich habe keine mehr.* (FRANCO 1991: 303)

dessa forma: "Uma vez que *mal* atenua o aspecto de urgência e de certa imposição que teria o mesmo enunciado sem a PM, o ouvinte é deste modo levado a prontificar-se a satisfazer de boa vontade aquela acção, sabendo que não está a ser pressionado para isso" (FRANCO 1991: 303). Como equivalentes, o autor aponta os seguintes enunciados:

(16a) Não me podes dar aí um cigarro?

Não me podias dar aí um...?

Podes-me dar aí um cigarro?

Outro equivalente de *mal* é apresentado por Nunes (2008) ao analisar a tradução de trechos de dois contos em língua alemã de épocas literárias distintas: o conto do pós-guerra, “*Nachts schlafen die Ratten doch*”<sup>11</sup> de Wolfgang Borchert, versus o conto contemporâneo “*Berlin Bolero*”<sup>12</sup> de Ingo Schulze. Sob o enfoque da teoria funcionalista, a proposta da dissertação de mestrado foi demonstrar que não se deve traduzir as partículas modais somente porque elas estão presentes como item lexical no texto-fonte. Nessa perspectiva, foi analisada a construção:

(17) *Oha, denk mal an, neun also.*

e proposta a tradução como:

(17a) Olha só, nove anos!

Segundo o estudo, a “partícula modal, quando utilizada em orações imperativas, suaviza uma ordem ou pedido e muitas vezes dá ao enunciado um tom pessoal e descontraído” (NUNES 2008: 84).

<sup>11</sup> É claro que as ratazanas dormem à noite! (tradução de Nunes 2008)

<sup>12</sup> Bolero em Berlim (traduzido por Marcelo Backes 2008)

Em relação ao uso da variante *uma vez* na língua portuguesa, o Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (2009: 2056) aponta a referida expressão como sinônimo de ‘Em certa ocasião; outrora.’ O dicionário cita como exemplo a construção:

(18) Uma vez na vida, outra na morte.

Comparando com os usos de *einmal* no *Hunsrückisch*, neste caso a variante *uma vez* é o equivalente ao advérbio que assinala a um tempo qualquer, indefinido, podendo ser no passado ou no futuro.

Por outro lado, a ocorrência de *uma vez* é frequente na fala de falantes bilíngues, como os exemplos anotados no caderno de campo da pesquisadora: ‘Chama ela uma vez’, ‘Faz uma vez cinco vezes vinte e cinco para ver quanto dá’, ‘João, para uma vez’, ‘Então vamos lá olhar uma vez’, ‘Vê uma vez na secretaria se eles te informam’, entre outras. São falas de diferentes classes sociais, de professor a agricultor, de ambos os sexos e diversas faixas etárias. Todos têm um fator em comum: ou são bilíngues ou vivem em ambiente de contato linguístico. Este estudo objetiva apresentar um levantamento de construções idênticas às acima.

## Metodologia

A elaboração da entrevista e a escolha dos informantes baseia-se nos pressupostos do modelo teórico-metodológico da Dialectologia Pluridimensional e Relacional aplicado nos atlas linguísticos do Atlas Linguístico Diatópico y Diastrático del Uruguay (ADDU), Atlas Linguístico Guaraní-Románico (ALGR), Atlas Linguístico-Contatual das Minorias Alemãs na Bacia do Prata – *Hunsrückisch* (ALMA-H) e do Atlas das Línguas em Contato na Fronteira (ALCF). Esse modelo de coleta e análise de dados foi escolhido por abranger diversas variáveis linguísticas e extralinguísticas. Segundo Thun (1998: 701), é tarefa da dialectologia pluridimensional e relacional estender a área (arealizar ou diatopisar) de cada um dos parâmetros que distinguem a sociolinguística e outras ciências da língua no eixo vertical e descobrir as relações que existem dentro das áreas e entre elas. Ou seja, não basta abarcar mais dimensões, é necessário criar mecanismos para relacioná-las e dessa relação, poder extrair mais informações que possam auxiliar na explicação do fenômeno estudado.



O princípio da pluridimensionalidade engloba um conjunto de dimensões, onde cada dimensão pressupõe uma relação de oposição entre dois (ou mais) parâmetros de definição. As dimensões que determinaram a escolha dos informantes foram: diatópica (tendo como critério informantes de Itapiranga e São João do Oeste – I e S), diastrática (Classe Alta – com escolaridade acima do Ensino Médio – e Classe Baixa – com escolaridade até o Ensino Médio – Ca e Cb), diageracional (informantes acima de 55 anos e entre 18 a 36 anos – GII e GI) e diassexual (informantes do sexo masculino e do sexo feminino – M e F). Em cada critério, oito informantes foram entrevistados, totalizando 16 entrevistas com falantes bilíngues.

No que diz respeito à classe social é importante salientar que preferiu-se adotar o mesmo conceito adotado nos projetos do ALMA, ADDU e ALGR, ou seja, são considerados integrantes da classe alta todos os informantes que estejam cursando ou já tenham concluído o nível superior de ensino (faculdade ou universidade) e os informantes que não se enquadram nesse perfil serão considerados classe baixa. Preferimos esse recorte, pois, o critério de definição de Ca e Cb se pauta exclusivamente na escolaridade e ocupação de trabalho (com ou sem uso da escrita), porque são os únicos critérios concretamente mensuráveis e controláveis em uma pesquisa que agrega a variação diatópica (com levantamentos em uma rede de pontos de pesquisa) e que envolve a fala de indivíduos bilíngues (dimensão dialingual). Para essa população falante de uma língua minoritária de imigração essencialmente falada, portanto na maioria das vezes ágrafa, a análise da variação linguística na dimensão diastrática tem como foco central a influência da escolaridade, por ser indicador do grau de acesso à linguagem escrita e às práticas de letramento.

A coleta sistemática dos dados empíricos deu-se por meio do Caderno de Campo e entrevista gravada em áudio com dezesseis informantes dividida em quatro fases: a tradução de frases, a conversa livre, os comentários sobre o texto e a sugestão. Por questão de espaço, este trabalho apresenta apenas a elaboração e os resultados da tradução de frases.

A tradução de frases do alemão para o português é a primeira parte da entrevista, na qual o informante deve traduzir para o português trinta frases lidas pela entrevistadora em *Hunsrückisch*. Intencionalmente, as frases foram escolhidas e elaboradas, possibilitando os variados usos da palavra *mal/mo* e até a ausência dessa, a fim de não



tornar a entrevista monótona ou evidenciar a variante em estudo. No Quadro 2, as frases estão escritas na variedade *Hunsrückisch*, conforme ortografia proposta por Altenhofen et al. (2007).

**Quadro 2:** Emprego da palavra *mal/mo* em *Hunsrückisch*. \* Essa coluna apresenta o uso da variante, isto é, numeral (Num.), advérbio (Adv.) e imperativo (Imp.)

	<b>Frase lida pela pesquisadora</b>	<b>Tradução possível</b>	<b>Uso*</b>	<b>Possível tradução com a variante <i>uma vez</i></b>
1	Mea fange mo on.	Vamos começar.	Imp.	Vamos começar uma vez.
2	Ich hat mo eine Fuca.	Eu tinha um fusca certa vez.	Adv.	Eu tive uma vez um fusca.
3	Mach die Tir mo zu.	Feche a porta.	Imp.	Fecha uma vez a porta.
4	Ich woo mo dot.	Eu estive lá uma vez.	Adv.	Eu estava lá uma vez.
5	Kommst du mo balt her?	Você vem logo?	Imp.	Você vem uma vez logo?
6	Bring mir mo ein gloss Wasa.	Traga-me um copo de água.	Imp.	Me traz uma vez um copo de água.
7	Gebt mir mo die Schmier.	Me passe o doce de frutas.	Imp.	Me dá uma vez o doce.
8	Mein Mama is net ta hemm.	Minha mãe não está em casa.	Aus.	(Não apresenta possível tradução com a variante <i>uma vez</i> .)
9	Gehen wir jetzt mo schlofe.	Vamos dormir agora.	Imp.	Vamos dormir uma vez.
10	Lass João mo dot.	Deixe João lá.	Imp.	Deixe João uma vez lá.
11	Geh die Schweine mo fitra.	Vá tratar os porcos.	Imp.	Vá tratar uma vez os porcos.
12	Te kommt hier einmo te Toch.	Ele vem aqui uma vez por dia.	Num.	Ele vem uma vez por dia aqui.
13	Awer jetzt chegs mo.	Mas agora chega.	Imp.	Mas agora chega uma vez.
14	Ich hat mein Schwesta drei mo besucht.	Eu visitei minha irmã três vezes.	Num.	(Não apresenta possível tradução com a variante <i>uma vez</i> .)

15	Come mo er.	Venha aqui.	Imp.	Vem aqui uma vez.
16	Kuk mo dot ihn.	Olhe para lá.	Imp.	Olhe uma vez para lá.
17	Ich wo dot nur en mo.	Eu estive lá apenas uma vez.	Num.	Eu estava lá só uma vez.
18	Mach mo die TV on.	Ligue a TV.	Imp.	Ligue uma vez a TV.
19	Sai mo ruich.	Fique quieto.	Imp.	Fique quieto uma vez.
20	Mein Mama hat mo so gesaht.	Minha mãe disse assim certa vez.	Adv.	Minha mãe disse assim uma vez.
21	Wer hot der Bolo gess? Ich mo net.	Quem comeu o bolo? Eu não.	Adv.	(Não apresenta possível tradução com a variante <i>uma vez</i> .)
22	Ruf mo die.	Chame-a.	Imp.	Chama ela uma vez.
23	Ich hon das Buch mo gelest.	Eu li o livro.	Adv.	Eu li uma vez esse livro.
24	Loss mo noh.	Pare.	Imp.	Para uma vez.
25	Her mo der Hund.	Escute o cachorro.	Imp.	Escuta uma vez o cachorro.
26	Ich sind so mied heit.	Eu estou tão cansada hoje.	Aus.	Hoje eu estou tão cansada uma vez.
27	Loss mo Maria dot.	Deixe Maria lá.	Imp.	Deixe uma vez Maria lá.
28	Probia mo.	Experimenta.	Imp.	Experimenta uma vez.
29	Ich hat das dich tausend mo gesagt.	Eu lhe disse isso mil vezes.	Num.	Eu lhe disse isso mil vezes.
30	Ich gehn mo hemm.	Eu vou para casa.	Adv.	Eu vou uma vez para casa.

As frases que compõem essa fase da entrevista foram elaboradas a partir de falas de falantes diversos das localidades em questão observadas e anotadas no Caderno de Campo no período de agosto de 2012 a julho de 2014. Essas anotações proporcionaram dados empíricos não sistemáticos, que provam que a variante *uma vez* é usada pelos falantes das duas localidades.

**Quadro 3.** Frases com *uma vez* coletadas e transcritas em caderno de campo

<b>Frases imperativas com a variante</b>	<b>Informante<sup>13</sup> e data da coleta</b>
19) Experimenta uma vez.	CaGI F, 27-08-12
20) Então entra uma vez e vê como está fria.	CbGII F, 22-09-12
21) Chama ela uma vez.	CaGI F, 12-11-12
22) Filho, para uma vez.	CbGI F, 18-11-12
23) Faz uma vez cinco vezes vinte e cinco para ver quanto dá.	CaGII F, 04-02-13
24) Então faz uma vez uma listinha de tudo que precisa para fazer isso.	CbGI F, 10-02-13
25) Então vamos lá olhar uma vez.	CbGII F, 21-02-13
26) Pede uma vez para ele.	CbGI F, 19-03-13
27) Deixa eu uma vez ver.	CbGII F, 29-06-13
28) Dá uma olhada nisso uma vez.	CbGII F, 08-09-13
29) Vai uma vez em Tunápolis.	CaGI F, 02-10-13
30) Espera uma vez que vai vir coisa melhor.	CaGI F, 04-04-14

## Resultados

A partir da tradução das 30 frases do Quadro 2, foram coletadas dezoito possibilidades de formas imperativas de *uma vez*, cinco adverbiais e dois numerais. Em cinco frases (8, 14, 21, 26 e 29) não foi possível encontrar uma tradução com a variante *uma vez*. Duas frases não apresentam a variante *mal/mo* na frase em alemão (frases 8 e 26). Duas apresentam numeral superior a uma, sendo que na tradução esse numeral é usado, e não a variante

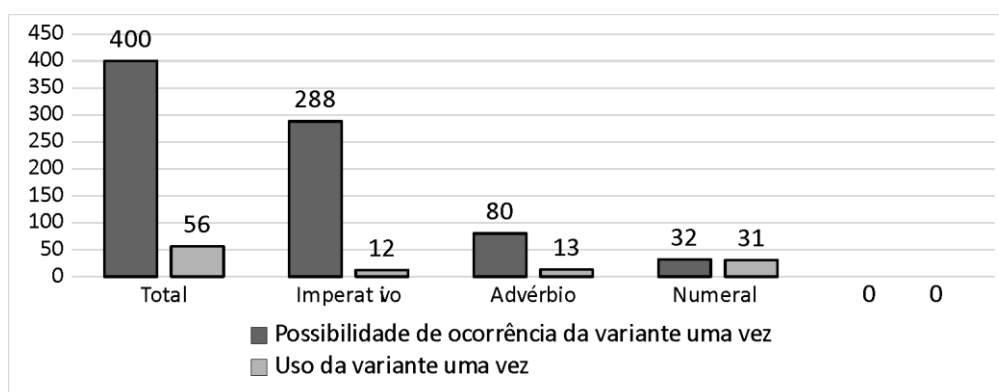
---

<sup>13</sup> Os falantes são denominados a partir das dimensões que determinaram a escolha dos informantes da pesquisa: diastrática (Classe Alta – com escolaridade acima do Ensino Médio – e Classe Baixa – com escolaridade até o Ensino Médio – Ca e Cb), diageracional (informantes acima de 55 anos e entre 18 a 36 anos – GII e GI) e diassexual (informantes do sexo masculino e do sexo feminino – M e F).

*uma vez* (frases 14 e 29). Essas frases demonstram que a romanização está em fase adiantada e os informantes não confundem o emprego da variante *uma vez* quando se trata de outra numeração. Por fim, a pergunta e resposta da frase 21 não apresenta a variante *uma vez* na tradução.

Considerando os dezesseis informantes que, durante a coleta de dados, traduziram as vinte e cinco frases, nossos dados podem chegar a um total de 400 possíveis ocorrências de uso da variante *uma vez*. Entre essas possibilidades, os informantes usaram a variante *uma vez* em 56 traduções, conforme podemos ver no Gráfico 1.

**Gráfico 1:** Uso da variante *uma vez* na tradução de frases pelos informantes da pesquisa



Nesse gráfico, a primeira coluna escura representa o total de possibilidades de realização da variante *uma vez* durante a tradução de frases, ou seja, 400 ocorrências, divididas em imperativo, advérbio e numeral, representadas nas demais colunas escuras. Já as colunas claras representam a quantidade de realizações da variante pelos nossos informantes.

A variante *uma vez* foi usada em quase todos os contextos de **numeral**, ou seja, das 32 possibilidades de ocorrência, a forma variável esteve presente em todas as traduções, exceto em uma tradução do falante CaGII M S. As frases 12 e 17 foram traduzidas por todos os informantes com a forma *uma vez*, com uma particularidade: um informante inseriu o adjetivo *única* entre as duas palavras da variante: “Estive lá uma vez”. Essa grande quantidade de traduções com a variante *uma vez* em contextos de numeral era esperada devido ao fato de que na língua portuguesa, a variante denota a quantidade de ocorrências de um evento, sendo que a tradução das frases necessita do uso dessa forma. Assim, a presença da variante *uma vez* em contextos de numeral não denota

uma variação. Contextos em que a variante representa uma variação são com a função de advérbio e de imperativo, sendo que o foco desta pesquisa está no imperativo, que serão apresentados a seguir.

Quando a variante *uma vez* estiver num contexto de **advérbio**, ela pode indicar uma variante da forma *em certa ocasião* ou *outrora*. Da lista de frases para versão que podem apresentar a forma *uma vez*, cinco delas estão em contexto de advérbio. Considerando que dezesseis falantes fizeram a tradução das frases, temos possibilidade de oitenta frases a serem traduzidas com *uma vez*. Treze frases apresentaram essa variante.

A frase 2 teve quatro traduções com a variante *uma vez*: “Eu tinha uma vez um fusca”, usado por três falantes (CaGII M I, CaGII F I e CbGI F I) e “Já tive uma vez um fusca”, tradução feita pelo informante CbGII M S. A frase 20 também foi traduzida quatro vezes com a variante *uma vez*: “Minha mãe uma vez disse assim” (CaGII F I); “Minha mãe disse assim uma vez” (CaGI FI), “A mãe uma vez disse assim” (CaGII M S) e “Minha mãe falou assim uma vez” (CaGII F S). Duas frases tiveram duas traduções cada com a variante *uma vez*. A frase 4 foi traduzida como “Eu estava lá uma vez” (CaGI F I) e “Já estive uma vez lá” (CbGII M S). A frase 23 teve regularidade na tradução, sendo que apenas a variante esteve em diferentes lugares na tradução: “Eu li uma vez esse livro” (CaGII F I) e “Eu li esse livro uma vez” (CaGI F S). A frase 30 foi traduzida pela informante CaGII F S como “Já vou para casa, eu vou uma vez para casa”. Nesse caso, a própria falante trouxe uma variante para a primeira tradução apresentada. Dessa forma, em contextos de advérbios, correspondendo às formas *outrora* e *certa vez*, a variante *uma vez* esteve presente em 16,3% das possibilidades de ocorrência. É um número considerável, pois além da não ocorrência de variante que indique um tempo qualquer, há outras possibilidades, já descritas em dicionários e gramáticas.

As frases **imperativas**, em que a partícula modal *mal/mo* está presente na frase do *Hunsrückisch* que o informante deve traduzir para o português, tiveram doze ocorrências da variante *uma vez*. Três frases tiveram duas traduções com a variante e seis apenas uma tradução.

A frase 5 foi traduzida como “*Você pode vir uma vez aqui*” por CaGI F I e como “*Tu vem... tu vem uma vez aí?*” pela informante CbGII F I. A frase 13 foi traduzida por CbGII M I como “*Agora chega... uma vez*”. A variante foi acrescentada na frase depois de uma breve pausa, possivelmente o falante sentiu que ainda estava faltando algo na

tradução. A mesma frase foi traduzida como “*Agora chega uma vez, não é bem assim*” pela informante CaGII F S. Nesta tradução, a informante já acrescenta um breve comentário sobre a mesma, porém limitou-se a isso. A frase 24 foi traduzida como “*Para uma vez*” pelas duas informantes CaGII F.

Analisando agora as frases que apenas tiveram uma tradução com a variante *uma vez*, CaGI F I traduziu as frases 6 como “*Traz uma vez água*” e 16 como “*Olha uma vez lá*”. A informante CaGII F S traduziu as frases 9 como “*Vamos nós uma vez dormir*”, 25 como “*Escuta uma vez o cachorro*” e 27 como “*Deixa uma vez Maria para lá*”. E por fim, CbGII F S traduziu a frase 28 como “*Prova uma vez*”.

Considerando o número de frases com contexto imperativo que têm a possibilidade de apresentar a variante *uma vez* (18 frases multiplicando pelos 16 informantes, totalizando 288 possibilidades de ocorrência da variante), a ocorrência em apenas doze frases, que representam 5,26%, denota que a referida variação está presente no português falado nas duas localidades, porém em pequena escala. A baixa ocorrência da variante nas respostas dos informantes pode ser explicada a partir do paradoxo do observador, descrito nas palavras de Labov (2008: 244): “O objetivo da pesquisa linguística na comunidade deve ser descobrir como as pessoas falam quando não estão sendo sistematicamente observadas – no entanto, só podemos obter tais dados por meio da observação sistemática”. Assim, a pesquisadora não tem como intervir nessa atitude, pois ela é natural, ainda mais em se tratando do instrumento de coleta de dados que implica a tradução de frases. Porém, como o próprio Labov (2008) sugere, “um modo de controlar isso é estudar a pessoa em seu contexto social natural – interagindo com a família ou com seus pares”.

Apesar do pouco uso, os dados apontam, mesmo que de forma singela em frases imperativas, para as mulheres liderando o uso da variante *uma vez*, a saber, apenas uma frase imperativa com a variante foi realizada por um homem (CbGII M I). A Ca F realizou nove usos da variante. Poderíamos supor que as mulheres com mais tempo de instrução formal realizam mais a variante na fala. Nossa hipótese é de que, possivelmente, esse grupo de falantes usou mais a variante devido ao fato de a entrevistadora pertencer ao mesmo grupo, ou seja, as informantes não se sentiram inibidas ou controlaram sua fala devido à presença da entrevistadora. É possível que as informantes da Cb tenham restringido o uso do vernáculo perante a entrevistadora por essa ser uma professora de

português que poderá julgar suas falas como inadequadas, apesar de a mesma informar que seu objetivo é saber como as pessoas falam e não corrigi-las. Outra possibilidade, mesmo que remota, é que as informantes conhecem a variante (a leitura de texto corrobora com essa possibilidade), porém, não demonstram preocupação em deixar de usá-la durante a entrevista, o que por outro lado, demonstra que as informantes da Cb têm competência no *Hunsrückisch*, mas deixam de usá-lo para que a língua não as denuncie, servindo a variedade, nesse caso, como um *Schibboleth*<sup>14</sup>.

Outro aspecto considerável é que os dados de duas informantes foram decisivos no número de usos, a saber, CaGII F S e CaGI F I, que apenas têm em comum o gênero e a classe social. A primeira informante usou a variante em nove ocasiões durante a tradução de frases, dessas, cinco são frases imperativas. A segunda informante realizou a forma sete vezes, três delas em frases imperativas. Assim, de doze ocorrências da variante presentes nos nossos dados, oito delas foram realizadas por duas informantes. Ou seja, essas duas informantes realizaram mais de 65% das nossas ocorrências de *uma vez*, sendo que seus dados são responsáveis pelas disparidades entre os nossos números.

As demais quatro ocorrências de *uma vez* na tradução de frases foram realizadas por quatro informantes, a saber, CaGII F I, Cb GII F I, CbGII F S e CbGII M I. Percebe-se que em Itapiranga o uso da variante é mais difundido entre os informantes, sendo usado por quatro informantes, ao contrário de São João do Oeste em que apenas duas informantes realizaram a variante.

Através das traduções, foi possível descrever a variação do uso da variante *uma vez* em frases imperativas do português falado nas duas localidades de pesquisa, Itapiranga e São João do Oeste. Considerando as dimensões analisadas que compõem parte dos objetivos específicos deste estudo, a dimensão diassexual apresentou maior disparidade entre as ocorrências de frases imperativas com a variante *uma vez*, ou seja, onze frases imperativas traduzidas pelos informantes do sexo feminino e apenas uma por parte dos informantes masculinos. Isso demonstra que os homens podem liderar a

---

<sup>14</sup> Palavra que serviu como teste para distinguir os Efraimitas dos Gibeonitas (na Judéia antiga). Os homens de Jeftá ocupavam o passo do Jordão, com ordens de não deixar nenhum Efraimita cruzá-lo. O Efraimita, que tentasse cruzá-lo, era intimado a dizer *Shibboleth*” (sh = /s’/) —que pronunciava *Sibboleth*. (The Modern Encyclopedia, edited by A. H. Mc Dannald 1934, p. 1082 apud CÂMARA JR., 1977, p. 52).

mudança linguística para o não uso da variante, porém pode evidenciar também que a variante não é estigmatizada pelas informantes do sexo feminino.

## Considerações Finais

Os descendentes alemães, em quase um século de colonização nas localidades de Itapiranga e São João do Oeste – SC, preservam características trazidas pelos primeiros imigrantes, especialmente a língua alemã na variedade *Hunsrückisch*. O bilinguismo presente nas localidades determina traços identitários presentes nas duas línguas, sendo que a variante *uma vez* em frases imperativas é considerado um desses traços. Este trabalho trouxe um levantamento bibliográfico com estudo comparativo entre os usos da palavra *mal* e possíveis traduções para o português, destacando o uso imperativo e as variantes usadas por gramáticas e livros traduzidos e a variante *uma vez*, usada pelos falantes bilíngues. Além disso, baseado em recursos de coleta e análise de dados da Dialetologia Pluridimensional e Relacional, este estudo apresentou o uso dessa variante em falas de diversos falantes das localidades anotadas no caderno de campo e em entrevista com 16 informantes durante a tradução de frases.

A bibliografia estudada não indicou a variante *uma vez* como uma tradução para a palavra *mal* em frases imperativas. Entretanto, Franco (1991) destaca que a língua portuguesa apresenta partículas modais em número menor em relação à língua alemã. O uso da variante *uma vez* pelos falantes bilíngues pode ser uma forma de sanar essa lacuna na modalização da língua portuguesa.

Por outro lado, as frases anotadas no caderno de campo mostram que a variante *uma vez* está presente na fala de falantes bilíngues, e se destaca em frases imperativas. Já a entrevista com tradução de frases evidenciou sistematicamente a presença da variante. A pequena quantidade de usos em relação às possibilidades de uso é explicada a partir do paradoxo do observador (LABOV 2008), ou seja, mesmo que o objetivo da pesquisa linguística é descobrir como as pessoas falam quando não estão sendo sistematicamente observadas, só é possível obter dados por meio da observação sistemática.

Por fim, considerando o reduzido número de informantes e a inibição dos informantes, percebe-se que esse foi um pequeno grão de areia diante da imensidão de



possibilidades de estudo sobre marcas de bilinguismo e línguas em contato no sul do Brasil.

## Referências Bibliográficas

- ALTENHOFEN, C. V. *Hunsrückisch in Rio Grande do Sul*. Ein Beitrag zur Beschreibung einer deutschbrasilianischen Dialektvarietät im Kontakt mit dem Portugiesischen. Stuttgart: Steiner, 1996.
- ALTENHOFEN, C. V. et al. Fundamentos para uma escrita do *Hunsrückisch* falado no Brasil. *Revista Contingentia*, Porto Alegre, v. 2, n. 2., nov. 2007. p.73-87.
- BORSTEL, C. Identidades étnicas e situações de uso de línguas. In: SAVEDRA, M.; HEYE, J. (Org.). *Palavra*, n. 11, 2003, p. 133-145.
- CÂMARA JR., J. M. *Para o estudo da fonêmica Portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1977.
- DAMKE, C. *Línguas em contato: o caso do alemão x português*. Cascavel: Edunioeste, 2006.
- DICIONÁRIO de Português-Alemão. Porto: Porto Editora. 1983.
- FERREIRA, A. B. de H. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 4. ed. Curitiba: Positivo, 2009.
- FRANCO, A. *Descrição linguística das partículas modais no português e no alemão*. Coimbra: Coimbra Editora, 1991.
- HORST, C. “*Quando o Heinrich casa com a Iracema, a Urmutter vira bisa*”. A dinâmica dos nomes próprios de pessoas e comuns de parentesco em uma comunidade de contato alemão-português do sul do Brasil. Kiel: Westensee-Verlag. 2011.
- KEMPCKE, G. *Wörterbuch Deutsch als Fremdsprache*. Berlin: New York: de Gruyter, 2000.
- KRUG, M. J. *Os bilíngües teuto-brasileiros frente à metafonía funcional do português*. Kiel: Westensee-Verlag, 2011.
- LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola, 2008.
- LANGENSCHIEDT *Großwörterbuch Deutsch als Fremdsprache*. Berlin/München: Langenscheidt, 1993.
- NUNES, E. C. R. *As partículas modais da língua alemã: um problema para a tradução? Um estudo com base nos contos "Nachts schlafen die Ratten doch" de Borchert e "Berlin Bolero" de Schulze*. Dissertação de mestrado. UFSC, 2008.
- PAULI, V. S. Interferência fonética de um dialeto alemão na expressão oral e escrita em português. *Revista Divisa*. ano 1, n. 2, 2 sem. Itapiranga: Edições SEI/FAI, 2004.
- PEREIRA, M. C. *Naquela comunidade rural, os adultos falam “alemão” e “brasileiro”. Na escola, as crianças aprendem o português: um estudo do continuum oral/escrito em crianças de uma classe bisseriada*. Tese de doutorado. IEL/Unicamp, 1999.
- SOARES, S. C. *Bilinguismo e letramento: análise da interação entre duas línguas*. Dissertação de mestrado. Unisc, 2008.
- THUN, H. *La geolinguística como linguística variacional general (con ejemplos del Atlas Lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay)*. In: International Congress of Romance Linguistics and Philology, 21., 1995, Palermo. *Atti del XXI Congresso Internazionale di Linguística e Filologia Romanza*, v. 5. Org. de Giovanni Ruffino. Tübingen: Niemeyer, 1998. p. 701-729.
- \_\_\_\_\_. *Movilidad demográfica y dimensión topodinámica. Los montevideanos em Rivera*. In: RADTKE, Edgar; THUN, Harald (Org.). *Neue Wege der romanischen Geolinguistik: Akten des Symposiums zur empirischen Dialektologie*. Kiel: Westensee-Verl, 1996, p. 210-269.

KRUG, M.; RUSCHEINSKY, E.; HORST, C. – “Uma Vez”: Empréstimo do alemão no português falado

\_\_\_\_\_. A geolinguística pluridimensional, a história social e a história das línguas. In: AGUILERA, Vanderci de Andrade (Org.). *Para a história do português brasileiro*, v. VII: vozes, veredas, voragens. Tomo II. Londrina: EDUEL, 2009, p. 531-558.

WELKER, H. A. *Gramática Alemã*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1992.

*Recebido em 16 de março de 2018*

*Aceito em 11 de setembro de 2018*

# Padrões sintáticos e semânticos do verbo *stellen*, com enfoque em seu uso como verbo suporte: uma análise baseada na gramática de construções

[Syntactic and semantic patterns of the verb *stellen* with focus on its use as a light verb: an analysis based on the construction grammar]

<http://dx.doi.org/10.11606/1982-88372237251>

Thaís Dias de Castilho Ehrler<sup>1</sup>

**Abstract:** This article aims at exposing the main results of a syntactic and semantic investigation of the verb *stellen*, emphasizing its use as a light verb. This analysis was carried out according to the principles of construction grammar – more specifically following Goldberg's perspective (1995). The author assumes that the argument structure constructions carry meaning regardless of other lexical items in the sentence. The analysis of the light verb constructions is based on the scientific research of Wittenberg and Piñango (2011) and Wittenberg (2016): They investigate how the light verb constructions are processed. The analysis, which is based on *corpus*, confirmed the principle of the semantic economy because the meanings, which are traditionally assigned to the verb *stellen*, can be understood as the result of the relations between the verb and the argument structure constructions that it can integrate. The results of the analysis of deverbal light verb constructions suggest that both the argument structure of the light verb and the argument structure of the nominal element influence the entire meaning of the construction. In turn, the highly lexicalized light verb constructions are considered as units included in the lexicon.

**Keywords:** Construction grammar; light verb constructions; argument structure construction; verb *stellen*.

**Resumo:** O presente artigo tem por objetivo apresentar os principais resultados de uma análise sintático-semântica do verbo *stellen*, com principal enfoque em sua ocorrência como verbo suporte. Como base teórica nos utilizamos da gramática de construções, mais especificamente da abordagem construcional de Goldberg (1995; 2006) sobre as construções argumentais que, segundo a autora, seriam por si só portadoras de sentido, independente de outros itens lexicais que compõem as sentenças. Para análise de construções com verbo suporte deverbais, levamos em conta os trabalhos de Wittenberg e Piñango (2011) e Wittenberg (2016), que analisam o processamento desse tipo de construções. A análise em *corpus* confirmou o princípio da economia semântica postulado pela gramática de construções, já que os sentidos atribuídos tradicionalmente somente ao verbo, podem ser entendidos como resultado das relações entre *stellen* e as construções argumentais que ele pode integrar. Os resultados da análise das construções com verbo suporte deverbais indicam que o sentido global sofre influência da estrutura argumental tanto do verbo suporte, quanto do componente nominal. As construções com verbo suporte

---

<sup>1</sup> Ruprecht-Karls-Universität Heidelberg, Seminar Straße 3, Heidelberg, Baden-Württemberg, 69117, Alemanha. E-mail: thaisehrler@gmail.com. ORCID: 0000-0002-3013-0813



altamente lexicalizadas formadas por *stellen*, por sua vez, são consideradas unidades armazenadas como um todo no léxico.

**Palavras-chave:** Gramática de construções; construções com verbo suporte; construções de estrutura argumental; verbo *stellen*.

## 1 Introdução

No presente artigo, apresentamos os principais resultados de uma análise que visou encontrar e descrever padrões sintáticos e semânticos para o verbo *stellen*, com ênfase em seu uso como verbo suporte.

Construções com verbo suporte são expressões verbais formadas por um verbo suporte, que sofre perda de informações semânticas no nível lexical e por um componente nominal, que pode ou não ser precedido por preposição. Juntos, o verbo suporte e o componente nominal formam uma unidade semântica, que não pode ser dissociada. Como exemplos de CVS do alemão podemos citar *eine Frage stellen* “fazer uma pergunta<sup>2</sup>”, *einen Antrag stellen* “fazer um pedido”, (verbo suporte + grupo nominal), *in Frage stellen*, “colocar em questão”, *in Abrede stellen* “contestar” (verbo suporte + grupo preposicional).

As CVS pertencem à categoria dos fraseologismos parcialmente esquemáticos, porque apresentam, por um lado, elementos lexicais fixos e, por outro, dispõem de uma sintaxe interna (DOBROVOL'SKIJ 2011). Além disso, as CVS permitem certa variação no preenchimento de suas lacunas. Como verbo suporte, o verbo *stellen* apresenta um grau considerável de produtividade, por justamente permitir tal variação, podendo ser classificado como um dos dez verbos suporte mais produtivos em alemão (KAMBER 2008).

As características das CVS fazem com que, muitas vezes, esse fenômeno linguístico seja considerado por perspectivas teóricas não construcionais como irregularidades da língua, localizadas na periferia da gramática. Mesmo dentro da fraseologia, as CVS são com frequência entendidas como elementos periféricos, por não serem fraseologismos “idiomáticos em sentido estrito” (HUNDT 1994: 46). Como base teórica, nos pautamos nos princípios da gramática de construções, pois essa perspectiva teórica apresenta justamente uma alternativa para o tratamento de fenômenos linguísticos

---

<sup>2</sup> Todos os exemplos em alemão presentes no artigo foram traduzidos pela autora e consistem em traduções livres. Da mesma maneira, todas as citações de textos teóricos em língua estrangeira foram traduzidas pela autora.

que geralmente são considerados irregulares ou periféricos. Ao adotar o princípio da não separação entre gramática e léxico, a gramática de construções permite que tanto construções gramaticais quanto construções lexicais fixas sejam consideradas objetos da língua. Por esse motivo, essa perspectiva teórica se mostra adequada para a análise aqui realizada, já que as CVS se encontram justamente no *continuum* entre o léxico e a gramática, estando ora mais próximas das construções mais abstratas, ora mais próximas das construções fixas, dependendo do seu grau de variação lexical.

Embora o nosso enfoque recaia sobre as CVS, a nossa análise se inicia com exemplos de uso em que *stellen* ocorre como verbo pleno. Segundo a gramática de construções, a gramática de uma língua natural constitui um sistema organizado em que as construções formam uma rede de associações (GOLDBERG 1995; ZIEM; LASCH 2013: 36). Assim, acreditamos que construções do tipo *ich habe einen Teller auf den Tisch gestellt* “eu coloquei um prato em cima da mesa”, em que o verbo é pleno, e CVS como *in Rechnung stellen* “cobrar”, *zur Verfügung stellen* “colocar à disposição”, *zur Diskussion stellen* “colocar em discussão”, possam estar de alguma forma relacionadas entre si, seja no que diz respeito à sua forma, ou ao seu significado.

Para a análise consultamos em um primeiro momento os principais dicionários de alemão, mas por se tratar de uma pesquisa baseada nos usos do verbo, procuramos expandir os exemplos, elaborando um *corpus* a partir de excertos de textos contidos no arquivo *Wikipedia Artikel und Diskussionen*, fornecido pelo banco de dados *COSMAS II*, do *Institut für Deutsche Sprache*, da Universidade de Mannheim.

Antes de nos concentrarmos na análise de exemplos de uso de *stellen*, apresentaremos na seção 2 a fundamentação teórica, que consiste nos principais princípios da gramática de construções e nas principais características das CVS. Depois disso, no item 3, dedicado à metodologia, mostraremos a forma pela qual a coleta de dados e a elaboração do *corpus* foram realizadas. Na seção 4 “Análise de padrões de *stellen*”, apresentaremos as construções de estrutura argumental que o verbo *stellen* pode integrar. Por fim, serão discutidos em 5 os resultados e a principal contribuição da presente pesquisa, a saber, uma sugestão de mapeamento sintático-semântico do verbo *stellen*.

## 2 Fundamentação Teórica

Na presente seção, exporemos as principais características da gramática de construções, com enfoque na abordagem de Goldberg (1995) para as construções de estrutura argumental. Ademais, apresentaremos as características definitórias das CVS, bem como a sua forma de processamento segundo estudos empíricos desenvolvidos por Wittemberg e Piñango (2014) e Wittemberg (2016).

### 2.1 A Gramática de Construções

A gramática de construções se ocupa em analisar a gramática de uma língua natural, que por sua vez é composta por construções (ZIEM; LASCH 2013). A principal contribuição dessa perspectiva teórica em relação a outras que também se dedicam ao estudo da gramática e se utilizam do termo “construção”, reside no tratamento dado a esses conceitos fundamentais, como apresentaremos brevemente na presente seção.

O ponto de partida da gramática de construções foi a análise da língua inglesa, mais precisamente, a tentativa de desenvolver uma abordagem construcional que abrangesse o funcionamento dessa língua como um todo, sem ser necessário fazer distinção entre fenômenos linguísticos “centrais” e “periféricos”, como era típico de outras correntes linguísticas, entre elas a linguística gerativa transformacional (BOAS 2011: 2-4). Não distinguir os fenômenos regulares daqueles considerados exceções da língua, traz como consequência o fato de a gramática passar a ser considerada uma **estrutura holística**, ou seja, uma estrutura em que “nenhum nível da gramática é autônomo ou apresenta um âmbito central em relação a outros” (TRAUGOTT 2008: 7)<sup>3</sup>. Assim, diferentemente da gramática gerativa transformacional, que entende a gramática como algo modular, para a gramática de construções, fonologia, morfologia, sintaxe, semântica e pragmática não são categorias separáveis. (TRAUGOTT 2008: 7; ZIEM; LASCH 2013: 33).

Enquanto perspectiva teórica, a gramática de construções não pode ser caracterizada como uma corrente teórica homogênea, (ROSTILA 2011; ZIEM; LASCH 2013; DIEDRICHSEN 2014). Apesar disso, é possível observar que todos os estudos da gramática de construções partem do princípio de que a gramática de uma língua é composta por

---

<sup>3</sup>Original: [...] keine einzelne Ebene der Grammatik ist autonom oder stellt gegenüber anderen einen „Kernbereich“ dar.

construções, que por sua vez, são entendidas como um pareamento entre forma e função/significado. Goldberg (2006) define construções da seguinte maneira:

Qualquer padrão linguístico é reconhecido como uma construção, contanto que algum aspecto da sua forma ou função não seja estritamente previsível a partir de suas partes ou de outras construções reconhecidas como existentes. Além disso, padrões são armazenados como construções, mesmo que eles sejam completamente previsíveis, desde que eles ocorram com frequência suficiente. (GOLDBERG 2006: 5)<sup>4</sup>

Os termos **forma** e **significado** devem ser entendidos de maneira ampla, pois os aspectos relacionados à forma da construção compreendem características fonológicas, morfológicas e sintáticas, e os aspectos ligados ao seu significado, abrangem características semânticas, pragmáticas e discursivas. Além da definição de pareamento entre forma e função, comum a todas as vertentes da gramática de construções, a definição de Goldberg (2006) considera que construções não são estritamente composicionais, o que significa que nenhum aspecto da sua forma ou do seu conteúdo pode ser derivado de outras construções já existentes. A autora utiliza o termo “estritamente”, pois reconhece o problema de se pressupor um fenômeno linguístico que não seja nem um pouco recuperável em outros fenômenos já existentes da língua (GOLDBERG 2003).

Como apontam De Knop e Mollica (2013), a não-composicionalidade não se aplica a todos os tipos de construções, por isso Goldberg (2006) acrescenta o fator frequência. Assim, até mesmo unidades linguísticas previsíveis podem adquirir o status de construção, desde que ocorram com frequência considerável. A adoção da frequência como critério é uma contribuição da vertente cognitiva da gramática de construções e implica que uma análise seguindo essa perspectiva teórica seja baseada no uso real e na apreensão que os falantes fazem do conhecimento linguístico.

A definição de construções como pareamentos entre forma e significado permite que diferentes tipos de unidades linguísticas possam ser considerados como construções, como, por exemplo, morfemas, palavras inteiras, expressões gramaticais, expressões altamente lexicalizadas.

---

<sup>4</sup>Original: Any linguistic pattern is recognized as a construction as long as some aspect of its form or function is not strictly predictable from its component parts or from other constructions recognized to exist. In addition, patterns are stored as constructions even if they are fully predictable as long as they occur with sufficient frequency.

## QUADRO 1

Diferentes tipos de construções. (Baseado em ZIEM; LASCH 2013: 19)

Construção	Exemplo
Morfemas derivacionais e flexionais	<i>-er</i> [ <i>groß-er</i> ] forma declinada do adjetivo “grande”; <i>-ung</i> [ <i>Trau-ung</i> ] “cerimônia de casamento”
Palavras	<i>groß</i> “grande”; <i>Knecht</i> “servo”
Palavras complexas	<i>Weberknecht</i> (“Opilião”. Pode haver variação regional no significado.)
Fraseologismos gramaticais	<i>geschweige denn</i> “quanto mais” ( <i>John mag kein Fußball, geschweige denn Basketball.</i> ) “John não gosta de futebol, quanto mais de basquete.”
Provérbios	<i>Morgenstund hat Gold im Mund.</i> “Deus ajuda quem cedo madruga.”
Expressões idiomáticas	<i>jmd. auf die Finger schauen.</i> Significado: “controlar alguém”
Bitransitiva (com lacuna parcialmente preenchida)	[SUJ [dar OBJ OBJ2]]
Bitransitiva (com lacunas abertas)	[SUJ [V OBJ OBJ2]]

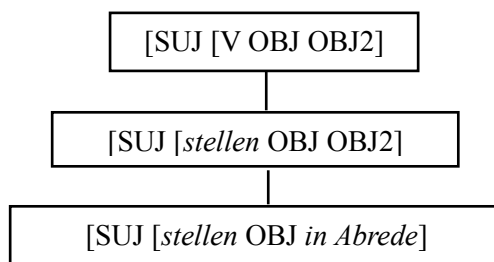
A partir dos exemplos apresentados no Quadro 1, observamos que tanto construções gramaticais quanto lexicais com diferentes graus de abstração podem ser consideradas objetos da língua. Isso é possível, porque para a gramática de construções não há separação entre léxico e gramática, mas muito mais um *continuum* entre esses dois polos. O princípio do *continuum* entre léxico e gramática permite definir como construção tanto construções com alto grau de esquematicidade, ou seja, que apresentam lacunas a serem preenchidas por elementos lexicais, como, por exemplo a construção bitransitiva [SUJ [V OBJ OBJ2]], quanto morfemas e palavras, pois em todas elas é possível identificar uma determinada forma que se combina a um significado específico (ZIEM; LASCH 2013).

Para a gramática de construções as mais diferentes construções compõem um inventário que, por sua vez, está organizado como um sistema taxonômico em que as construções estão relacionadas entre si. A figura a seguir ilustra exatamente essa rede de associações, a exemplo da construção de movimento causado do alemão, com o verbo *stellen*.



FIGURA 1

Exemplo de construções relacionadas entre si (Baseado em ZIEM; LASCH 2013: 97)



No nível mais alto da figura temos uma construção com alto grau de abstração e de esquematicidade, pois a construção de movimento causado abre lacunas que são preenchidas por itens lexicais, como por exemplo, pelo verbo *stellen*. Construções mais específicas, que apresentem elementos lexicais fixos, podem se relacionar à construção mais abstrata. A CVS *in Abrede stellen* “contestar”, por exemplo, pode ser considerada uma generalização da construção de movimento causado, pois se relaciona a essa construção mais abstrata no que diz respeito à sua forma. Quanto ao seu significado, a CVS possui aspectos semânticos idiossincráticos específicos e por essa razão, ocupa um lugar próprio na rede de associações, sendo, nesse sentido, armazenada como um todo (ZIEM; LASCH 2013; GOLDBERG 2003).

Levando em consideração a hipótese da gramática como um inventário de construções estruturado em forma de uma rede de associações, optamos por analisar contextos de uso do verbo *stellen* não somente como verbo suporte, mas também como verbo pleno e como integrante de outras expressões fixas. Assim, embora o nosso enfoque seja as CVS, acreditamos que uma análise baseada na gramática de construções não exclui a análise de contextos em que o verbo ocorre como integrante de construções argumentais, pois como ilustrado pela FIGURA 1, construções com aspectos idiossincráticos também podem se relacionar a construções mais abstratas e esquemáticas da língua.

Por fim, acreditamos que adotar a gramática de construções como base teórica apresenta como vantagem o fato de não ser necessário considerar fraseologismos como irregularidades, exceções ou fenômenos linguísticos periféricos, possibilitando uma análise de padrões sintáticos e semânticos que englobe as mais diversas ocorrências do verbo *stellen*, sem necessariamente considerar algumas delas como exceções.

## 2.2 A abordagem construcional de Goldberg (1995)

Goldberg (1995) foca o seu trabalho nas construções de estrutura argumental e defende a tese de que construções são, por si só, portadoras de sentido. Para exemplificar a sua afirmação, a autora apresenta exemplos em que o verbo pode vir acompanhado de argumentos que geralmente não são atribuídos a ele:

(a) She baked him a cake.

(b) He sneezed the napkin off the table. (GOLDBERG 1995: 9)

Se tomarmos como base uma abordagem linguística centrada no verbo e nos complementos que ele pode exigir, então será necessário entender a construção em (a) como uma ocorrência especial do verbo *bake*, que, embora originalmente exija somente os argumentos agente (*she*) e paciente (*a cake*), no contexto específico em (a), ocorre com um argumento recipiente (*him*).

Goldberg (1995) explica a ocorrência de *bake* a partir de uma abordagem construcional, para a qual os argumentos que ocorrem em (a) seriam uma contribuição do próprio significado da construção argumental bitransitiva, que possui a leitura semântica X CAUSA Y A RECEBER Z, designando, assim, transferência intencional.

Da mesma forma, os argumentos que acompanham o verbo *sneeze* em (b) não precisariam ser atribuídos a um sentido novo do verbo intransitivo que, nesse caso, designaria movimento, pois a sua presença poderia ser entendida como uma contribuição da construção argumental de movimento causado, que pressupõe um deslocamento provocado por um **agente causador** até um determinado **alvo**.

Abordagens teóricas que não compartilham do conceito de construção teriam de formular um novo sentido para cada novo contexto de uso dos verbos *bake*. Como mencionado na seção anterior, para a gramática de construções, o inventário de construções está estruturado de forma sistemática. Segundo Goldberg (1995), princípios psicológicos influenciam a organização do sistema linguístico, entre eles, podemos citar o **princípio da economia maximizada**, que sugere que o número de construções distintas deve ser diminuído ao máximo (GOLDBERG 1995). Levando em consideração esse princípio, podemos afirmar que a formulação de inúmeros novos sentidos para um verbo é considerada implausível, uma vez que a memória humana é limitada e não poderia armazenar inúmeros sentidos para cada nova ocorrência de cada verbo existente na língua.

Os exemplos apresentados anteriormente mostram como na abordagem construcional o verbo deixa de ser o centro para compreensão do sentido global de uma construção. Entretanto, Goldberg (1995) não exclui a importância do verbo para a composição do significado, pois ele está associado a sentidos básicos que devem ser integrados à construção. Nesse sentido, devemos entender o sentido global de uma construção como o resultado da combinação entre contribuições da sua estrutura argumental e contribuições do verbo. Ao utilizar essa abordagem construcional como base para análise, procuramos tentar compreender de que forma as contribuições sintáticas e semânticas tanto do verbo *stellen* quanto das construções argumentais em que ele pode ocorrer colaboram juntamente para a composição do sentido global das construções com esse verbo.

As principais construções com que Goldberg (1995) trabalha e seus significados podem ser observadas no QUADRO 2. Com exceção da construção intransitiva, todas as outras podem ser encontradas na análise aqui apresentada sobre o verbo *stellen*.

#### QUADRO 2

Construções de estrutura argumental e suas leituras semânticas (GOLDBERG 1995; ZIEM; LASCH 2013<sup>5</sup>).

Construção	Sentido	Exemplo
Construção transitiva	X AGE SOBRE Y	<i>Ich öffne den Brief.</i> “Eu abro a carta.”
Construção bitransitiva	X CAUSA Y A RECEBER Z	<i>Peter gibt Henrike ein Stück Kuchen.</i> “Peter dá a Henrike um pedaço de bolo.”
Construção de movimento causado	X CAUSA Y A MOVER PARA Z	<i>Jörg nieste das Taschentuch vom Tisch.</i> “Jörg espirrou o lenço de cima da mesa.”
Construção resultativa	X CAUSA Y A TORNAR Z	<i>Sie wischte die Fenster sauber.</i> “Ela limpou (esfregando) as janelas [até ficarem] limpas.”
Construção intransitiva	X AGE	<i>Er nieste.</i> “Ele espirrou.”

### 2.3 As construções com verbo suporte

Como mencionado anteriormente, o conceito de construção pode abranger diversos fenômenos linguísticos, como morfemas, expressões gramaticais, expressões altamente

<sup>5</sup> Os exemplos presentes no QUADRO 2 foram retirados de Ziem e Lasch 2013.

fixas etc., sem fazer distinção entre estruturas regulares e irregulares da língua. Dessa maneira, é possível assumir que as CVS formadas por *stellen*, que são o enfoque do presente trabalho, constituem, juntamente com as construções em que o verbo ocorre como verbo pleno, um objeto de estudo adequado para uma análise com base na gramática de construções.

Segundo Mellado Blanco (2015), os fraseologismos parcialmente esquemáticos seriam um objeto de estudo interessante para estudos baseados na gramática de construções, pois eles apresentam certo grau de variação lexical. Rostila (2011) caracteriza as CVS como construções desse tipo e considera que uma análise fraseológica que se baseie na gramática de construções poderia ser interessante para tentar compreender o comportamento de padrões fraseológicos.

A partir da perspectiva da pesquisa fraseológica deve ser interessante, que construções parcialmente esquemáticas coincidam em grande parte com padrões fraseológicos, enquanto as construções totalmente esquemáticas podem ser consideradas representantes extremamente abstratas dessa classe. A gramática de construções empreende de certo modo a tentativa de explicar até que ponto a ideia de padrões fraseológicos pode ser expandida. (ROSTILA 2011: 266)<sup>6</sup>

Segundo o autor, as CVS estariam provavelmente relacionadas tanto aos padrões fraseológicos cujo sentido é armazenado como um todo, quanto às construções gramaticais (por exemplo, a construção bitransitiva). Essa hipótese estaria de acordo com o princípio da gramática de construções que entende o sistema linguístico como uma rede de associações. Assim, partimos da hipótese de que uma análise com enfoque nas CVS não exclui suas relações com ocorrências de *stellen* como verbo pleno e, também, como integrante de outros fraseologismos. A seguir, apontaremos brevemente as principais características das CVS e como CVS formadas por substantivos deverbais são processadas pelos falantes, segundo a perspectiva teórica da predicação conjunta.

### 2.3.1 Definição e principais características das CVS

As CVS do alemão (em alemão, *Funktionsverbgefüge*) são formadas por um verbo suporte e por um componente nominal. O componente nominal pode ser preenchido por

---

<sup>6</sup> Original: Aus der Sicht der Phraseologieforschung dürfte interessant sein, dass partiell schematische Konstruktionen weitgehend mit Phraseoschablonen zusammenfallen, während die gänzlich schematischen Konstruktionen als extrem abstrakte Vertreter dieser Klasse betrachtet werden können. Die KxG unternimmt daher gewissermaßen den Versuch zu erörtern, wie weit die Idee von Phraseoschablonen sich ausdehnen lässt.

um grupo preposicional, ou por um substantivo no acusativo, como por exemplo, *zur Verfügung stellen* “colocar à disposição” (verbo suporte + grupo preposicional) e *Angst haben* “ter medo” (verbo suporte + substantivo no acusativo).

O verbo suporte sofre um esvaziamento semântico no seu nível lexical e carrega informações morfológicas como número, pessoa, tempo e modo (ATHAYDE 2001). Embora sofra perda de significado, o verbo suporte é portador de funções semânticas, verificadas nas mudanças da *Aktionsart* (HELBIG; BUSCHA 2001; KAMBER 2008). A *Aktionsart*<sup>7</sup> (literalmente, “modo de ação”) de um verbo diz respeito à gradação do evento denotado por ele e à maneira pela qual o percurso desse evento se dá (HELBIG; BUSCHA 2001). Assim, uma CVS pode expressar um estado (durativo), o início de uma mudança de estado (incoativo) ou a causa de uma mudança de estado (causativo), como podemos aplicar aos seguintes exemplos:

- (a) in Bewegung sein (durativo) “estar em movimento”
- (b) in Bewegung kommen (incoativo) “entrar em movimento”
- (c) in Bewegung setzen (causativo) “colocar em movimento”

De forma semelhante ao que ocorre com o verbo suporte, o substantivo do componente nominal perde informações semânticas, deixando de fazer referência a um objeto na realidade (NEVES 2002; DUDEN 2009). Dessa forma, tanto o verbo quanto o sintagma nominal trabalham juntos para a composição do significado da construção como um todo, o que traz como consequência o fato de a construção não fazer sentido se ocorrer somente com um desses elementos (ATHAYDE 2001; HELBIG; BUSCHA 2001).

A unidade semântica formada pelo verbo suporte e pelo componente nominal é perceptível na possibilidade de correspondência da CVS com um verbo base:

- (a) Diese Formulierung **bringt** unsere Zielsetzung nicht **zum Ausdruck**.  
“Essa formulação não traz o nosso objetivo à expressão.”
- (b) Diese Formulierung **drückt** unsere Zielsetzung nicht **aus**. (DUDEN 2009: 589)  
“Essa formulação não expressa o nosso objetivo.”

<sup>7</sup> Ataliba de Castilho (1967) desfaz o que o autor chama de “conflito (ou confusão)” entre os termos aspecto e *Aktionsart*. Como aponta o autor, o termo *Aktionsart* designa uma compreensão mais ampla do que o conceito de aspecto, geralmente relacionado à noção bipolar perfectivo/imperfectivo ligada à morfologia verbal das línguas eslavas.

Essas construções formadas por um substantivo deverbal ou deadjectival são geralmente consideradas as CVS mais prototípicas. Entretanto, é possível verificar na literatura dedicada às CVS uma série de construções que se afastam desse modelo mais prototípico e que compartilham semelhanças com outros fraseologismos como, por exemplo, com as expressões idiomáticas e as colocações. Kamber (2008) destaca o fato de não haver uma única definição irrestrita e correta para o fenômeno linguístico CVS, podendo variar, tanto os subcritérios definitórios utilizados, quanto o número de construções definidas como CVS, de acordo com cada autor.

Em razão da heterogeneidade da definição das CVS e do fato de as fronteiras entre CVS e outras construções serem tênues, autores como Athayde (2001), Neves (2002) e Welker (2003) optam por adotar um *continuum* para construções compostas por um verbo e por um objeto. Nas extremidades desse *continuum* se encontrariam as construções gramaticais de um lado, e as expressões cristalizadas, de outro. Entre essas duas extremidades haveria uma série de graus, de acordo com a integração entre verbo e seus objetos. Nesse *continuum* entre léxico e gramática estariam as CVS, que poderiam apresentar um grau maior ou menor de lexicalização.

Segundo Helbig e Buscha (2001), uma das maiores relevâncias do uso de CVS e, conseqüentemente, da análise dessas construções, reside nas possibilidades de variação da *Aktionsart*. Além disso, esses autores mencionam relevâncias comunicativas ligadas ao preenchimento de lacunas do sistema linguístico alemão e à facilitação e recepção de sentenças formuladas na voz passiva. Por fim, podemos ainda citar como relevância comunicativa o caráter formulaico das CVS, que facilita a expressão de conceitos próprios de textos científicos e técnicos.

### 2.3.2 ○ processamento das construções com verbo suporte

As CVS constituem um fenômeno linguístico que desperta interesse por pesquisadores de diversas vertentes linguísticas, pois elas podem ser analisadas a partir de diferentes perspectivas, entre elas, segundo a forma pela qual são processadas e armazenadas pelos falantes. Na presente seção apresentamos a análise de CVS deverbais proposta por Wittenberg e Piñango (2011) e Wittenberg (2016), que consideram que o sentido global dessas construções estaria intimamente relacionado ao seu processamento.

Para Wittenberg (2016), haveria um desencontro entre os níveis de representação sintático e semântico das CVS formadas por substantivo deverbal, isto é, não seria possível verificar nessas construções uma correspondência entre as posições sintáticas e seus papéis argumentais. Esse desencontro é perceptível no próprio componente nominal que não funciona como um objeto como em construções com verbo pleno, mas denota o evento de toda a CVS.

Em sua análise, Wittenberg (2016) parte do princípio de que no plano sintático, tanto CVS quanto construções formadas pelo verbo base correspondente, seriam semelhantes. Ao compararmos a CVS *The woman is giving the man a kiss* à construção formada por verbo pleno *the woman is giving the man a book*, é possível verificar que ambos os exemplos seguem a estrutura da construção bitransitiva. Entretanto, a estrutura semântica da CVS se assemelha à estrutura argumental do verbo base, do qual o substantivo deverbal deriva (WITTENBERG 2016).

Durante o processamento de CVS como *The woman is giving the man a kiss* ocorreria uma partilha de argumentos (WITTENBERG 2016). Assim, na CVS, tanto o verbo *give* quanto o evento nominal descrito por *kiss* atribuem papéis semânticos ao sujeito, que não é entendido apenas como um sujeito de *give*, mas também, como sujeito de *kiss*, isto é, esse argumento **agente** é tanto um doador quanto um **agente** que desempenha a ação de beijar. Da mesma forma, o argumento *the man* não é somente o argumento que é beijado (**paciente** de *kiss*), mas também, o argumento para quem algo é dado (**recipiente** de *give*) (WITTENBERG 2016; WITTENBERG; PIÑANGO 2014).

O sentido global das CVS estaria relacionado às contribuições tanto do verbo quanto do componente nominal durante o processo chamado pela autora de predicação conjunta. Durante esse processo, haveria a “(...) reconciliação do desencontro entre a sintaxe e a semântica (...)” (WITTENBERG 2016: 35)<sup>8</sup> da CVS, por meio de uma sobreposição da estrutura argumental do verbo base à estrutura argumental do verbo suporte.

Para confirmar o processo de predicação conjunta Wittenberg e Piñango (2011) e Wittenberg (2016) se valem de estudos empíricos que visam analisar o esforço mental necessário para o processamento de CVS deverbais. Valendo-se do teste behaviorista *cross-modal*, que consiste na realização de tarefas lexicais, a autora chega à conclusão de

---

<sup>8</sup>Original: [...] it involves reconciling the mismatch between semantic and syntactic argument structure [...].

que o tempo de reação para decisões lexicais foi maior para as CVS, quando a tarefa lexical foi designada 300ms após a construção ser ouvida. Esse resultado indicaria que o acesso à interpretação de uma CVS tem como consequência um maior esforço de memória (WITTENBERG; PIÑANGO 2011; WITTENBERG et al. 2014; WITTENBERG 2016). O maior gasto de memória, por sua vez, seria o indicador de que a compreensão do sentido global de CVS deverbais envolveria um processo de sobreposição das estruturas argumentais do verbo e do sintagma nominal.

A principal vantagem em se utilizar a predicação conjunta para a análise de CVS deverbais, consiste no fato de essa perspectiva de análise levar em consideração tanto a estrutura argumental do verbo suporte quanto do complemento nominal, sem afetar a sua estrutura sintática (WITTENBERG et al. 2014). Além disso, essa perspectiva teórica encontra embasamento em estudos empíricos.

### 3 Metodologia

Na presente seção discorreremos sobre as duas etapas da catalogação dos dados: primeiramente, apresentamos o levantamento dos sentidos do verbo *stellen* realizado a partir da consulta a dicionários de alemão e, em um segundo momento, expomos os procedimentos utilizados para a composição do *corpus* que serviu como base para a análise dos dados.

#### 3.1 Dados coletados em dicionários

Em um primeiro momento, optamos por consultar obras de referência que pudessem oferecer uma visão geral dos sentidos do verbo *stellen*. Por esse motivo, iniciamos a catalogação dos dados pela consulta aos principais dicionários em língua alemã, são eles:

- Duden 10 Bedeutungswörterbuch (2002)
- Duden Universalwörterbuch (2003)
- Wahrig Deutsches Wörterbuch (2006)
- Duden 11 Redewendungen (2008)
- Langenscheidt Power Wörterbuch (2009)
- Pons Großwörterbuch Deutsch als Fremdsprache (2015)



Os dicionários escolhidos abrangeram datas de publicação diferentes e diferentes públicos-alvo. A consulta foi feita às entradas dedicadas ao verbo *stellen*. A partir da associação de todos os dados encontrados nas entradas desses dicionários extraímos 21 acepções diferentes para o verbo *stellen*.

Durante a consulta aos dicionários foi possível notar soluções diferentes adotadas para o tratamento das CVS, como a criação de uma categoria especial para essas construções ou a tentativa de associá-las a ocorrências com verbo pleno. O dicionário Duden *Universalwörterbuch* (2003), por exemplo, coloca, por um lado, essas construções em uma categoria chamada *verblasst* (literalmente: “pálido”, “desvanecido”), que indica a perda de informação semântica sofrida pelo verbo, mas, por outro, cita a CVS *eine Frage stellen* como exemplo para a acepção “levar alguma coisa a um determinado lugar, a uma posição específica, de modo que fique lá parado”.

Se levarmos em consideração o número de sentidos distintos para o verbo *stellen* encontrados nos dicionários podemos questionar de que maneira esse alto número de acepções encontra embasamento na cognição humana. Como apresentado na seção 2.2, um dos princípios da gramática de construções recai justamente na não proliferação de sentidos, pois assume que a memória humana não seria capaz de armazenar listas de sentidos para cada verbo ou palavra que existe em uma língua. Seguindo tal princípio, poderíamos pressupor que os sentidos de *stellen* estariam, de certa forma, relacionados ao sentido de cada construção que ele pode integrar.

Embora os dicionários ofereçam uma perspectiva geral dos usos do verbo *stellen*, geralmente os exemplos de contextos de usos fornecidos por eles, são bastante limitados. Em razão da escassez de exemplos de uso contidos nos dicionários consultados e do fato de a gramática de construções partir do uso real que os falantes fazem da língua, optamos pela elaboração de um *corpus* formado por excertos de textos obtidos a partir do *COSMAS II*, do *Institut für Deutsche Sprache (IDS)*, da Universidade de Mannheim, como será melhor explicado a seguir.

### 3.2 Elaboração do *corpus*

Para a elaboração do *corpus* foi utilizado o banco de dados *COSMAS II*, do *Institut für Deutsche Sprache (IDS)*. Entre os diferentes arquivos disponíveis para busca, optamos pela utilização do arquivo *Wikipedia Artikel und Diskussionen*, que contém artigos publicados no *site Wikipédia* e discussões entre os autores cadastrados sobre a veracidade

das informações inseridas nos artigos. A escolha por esse arquivo permite partir da hipótese de que a linguagem observada no *corpus* abrangerá dois registros distintos: um mais formal, utilizado nos artigos, e outro não muito elaborado, com elementos que o aproximam da língua falada, presente nas discussões.

As etapas até o levantamento dos dados consistiram em primeiramente, realizar uma busca pela forma lematizada do verbo. Em um segundo momento, na opção *Suchbegriff-Expansionslisten*, foi necessário excluir manualmente ocorrências com o substantivo *Stelle* no plural (*Stellen*). Por fim, trabalhamos com dados em linhas de concordância, geradas pelo próprio *COSMAS II*. Em um primeiro momento obteve-se 467.224 ocorrências, contudo, a fim de que os dados pudessem ser analisados em tempo viável, optamos por realizar um recorte, trabalhando com as primeiras 10 mil ocorrências disponibilizadas, que foram, por sua vez, organizadas de forma aleatória, em uma tentativa de contemplar a totalidade do *corpus*, a partir de amostras distintas.

Cabe ainda citar que, durante a organização do *corpus*, foi necessário descartar sentenças em que o verbo *stellen* ocorreu como verbo separável. Ao final da elaboração do *corpus* foi possível trabalhar com 36.653 palavras. Embora possa ser considerado um *corpus* pequeno, acreditamos que os exemplos encontrados complementam os primeiros dados obtidos nos dicionários, fornecendo exemplos reais da interação entre os falantes, o que é adequado para uma análise qualitativa dos padrões sintáticos e semânticos do verbo *stellen*.

## 4 Análise de padrões do verbo *stellen*

Na presente seção apresentamos uma análise dos padrões mais recorrentes no uso de *stellen*. Em cada um dos subitens a seguir discorreremos brevemente sobre as principais características de cada construção argumental em que o verbo *stellen* ocorreu, inicialmente como verbo pleno e, depois, procurando relacionar as informações relevantes à forma e ao conteúdo dessas construções argumentais aos contextos em que o verbo integrou CVS.

### 4.1 A construção de movimento causado

O padrão mais frequente de *stellen* diz respeito à construção de movimento causado, que possui como significado central a ideia de deslocamento do argumento tema para uma

nova posição, provocado por um argumento “causador”. No *corpus*, foram encontradas construções desse tipo, que expressam tanto movimento concreto como abstrato:

(1) **Wenn man in den Mittelpunkt einer gläsernen Erdkugel eine Glühlampe stellen würde**, ist der Himmelsäquator gerade die Projektion des Erdäquators an die scheinbare Himmelskugel. [WPD13/A00.12322: Äquator, In: Wikipedia - URL: <http://de.wikipedia.org/wiki/Äquator>: Wikipedia, 2013]

“Se uma lâmpada incandescente fosse colocada no centro de um globo terrestre de vidro, o equador do céu seria justamente a projeção do equador na bola celeste.”<sup>9</sup>

(2) **Die Entwicklung der Menschheit stellte er in den Kontext einer kosmischen Evolution**, in deren Verlauf unser gesamtes Planetensystem und mit ihm die Menschheit eine Reihe von „Wiederverkörperungen“ durchmacht.

(WPD13/A00.12578: Anthroposophie, In: Wikipedia - URL: <http://de.wikipedia.org/wiki/Anthroposophie>: Wikipedia, 2013)

“O desenvolvimento da humanidade, ele coloca no contexto de uma evolução cósmica, em cujo curso do nosso sistema planetário como um todo, e com ele, a humanidade experimenta uma série de novas encarnações.”

A construção (1) é formada por argumentos concretos e expressa o deslocamento concreto de se colocar uma lâmpada no meio de um globo terrestre. Além da leitura concreta de deslocamento, *stellen* pode integrar construções de movimento causado que expressam movimento abstrato, como se observa em (2). No *corpus* foram encontrados outros argumentos **alvo** preenchidos por substantivos que expressam conceitos abstratos assim como em (2), são eles: (*etwas/jemand stellt etwas/jemanden in einen größeren Zusammenhang, in den Kontext e in den Rahmen* “(algo/alguém coloca algo/alguém) em um contexto/em uma relação maior, no contexto e no âmbito”).

Em relação ao argumento **alvo** das construções de movimento causado com *stellen* e, conseqüentemente, ao deslocamento do tema, foi possível verificar características distintas. Em uma série de construções, o argumento **tema** é deslocado para posições de destaque: (*etwas/jemand stellt etwas/jemanden an den Anfang, ins Zentrum, in den Mittelpunkt, an die Spitze, in den Vordergrund* “(algo/alguém coloca algo/alguém) no início, no centro, no centro, na ponta, no primeiro plano”).

O deslocamento do **tema** pode, ainda, indicar que ele passa a ser considerado parte de um grupo, de uma categoria ou de um conceito, como se observa a seguir:

<sup>9</sup> Todas as traduções dos exemplos retirados do *corpus* consistem em traduções livres.

(3) Ein gewisses Maß an Unsicherheit drückt der deutsche Name Asselspinnen aus. **Lange Zeit wurden sie zu den Krebsen gestellt**, da sie aber auch spinnenförmig aussehen und auch einige Gemeinsamkeiten aufwiesen, reihte man sie in die Klasse der Spinnentiere ein [WPD13/A00.00315: Asselspinnen, In: Wikipedia - URL: <http://de.wikipedia.org/wiki/Asselspinnen>: Wikipedia, 2013]

“Um certo grau de incerteza expressa o nome alemão aranha-do-mar. Por muito tempo elas foram colocadas junto aos caranguejos, mas como elas também possuem a aparência de aranhas e também apresentavam algumas semelhanças, elas foram agrupadas na classe dos aracnídeos.”

Na construção (3) o conceito de aranha é entendido como parte da categoria dos caranguejos. Essa leitura é reforçada pelo próprio contexto do qual o excerto foi retirado, que menciona o fato de se tratar de uma classe específica (*in die Klasse der Spinnentiere* “na classe dos aracnídeos”). Outros argumentos **alvo** presentes no *corpus* que expressam a ideia de pertença a um grupo, categoria ou conceito são: (*etwas/jemand stellt etwas/jemanden*) *zu den Krebsen, in eine Reihe, in eine Familie, neben die schon existierende Theosophie, an die Seite der großen Schriftsteller* “(algo/alguém coloca algo alguém) junto aos caranguejos, em uma série, em uma família, ao lado da teosofia já existente, ao lado dos maiores escritores.”

O verbo *stellen* pode integrar construções que seguem a forma da construção de movimento causado, mas nas quais esse verbo sofre esvaziamento semântico, funcionando apenas como verbo suporte de CVS. Nessas construções, o verbo suporte *stellen* perde parte do seu significado original de “colocar” e o evento denotado pela CVS como um todo é fortemente influenciado pelo seu componente nominal. Como exemplo, podemos citar a CVS *zur Diskussion stellen* “colocar em discussão”:

(4) Es gibt hier also einiges zu ändern. Bevor ich aber den gesamten Artikel umkrempel oder neu schreibe, **wollte ich hier erst mal diese Punkte zur Diskussion stellen**. [WDD13/F05.67285: Diskussion: Fundamentalgruppe, In: Wikipedia - URL: <http://de.wikipedia.org/wiki/Diskussion:Fundamentalgruppe>: Wikipedia, 2013]

“Há, aqui, algumas coisas para serem alteradas. Mas antes de eu reformular radicalmente o artigo ou escrever algo novo, gostaria de colocar aqui primeiramente esses pontos em discussão.”

A CVS (4) segue a forma das construções de movimento causado, sendo formadas por um sujeito (*ich*), um objeto (*diese Punkte*) e por um sintagma direcional com preposição (*zur Diskussion*). No plano semântico, a estrutura argumental de (4) difere consideravelmente das construções de movimento causado formadas por verbo pleno,

pois, aqui, o verbo sofre perda semântica e a CVS expressa um significado muito próximo ao do verbo base correspondente *diskutieren* “discutir”.

Seguindo os princípios da partilha de argumentos e da predicação conjunta como proposto por WITTENBERG (2016), podemos argumentar que a combinação entre os argumentos do verbo suporte *stellen* e do seu componente nominal, determina as características dos papéis argumentais da CVS. No caso da CVS *zur Diskussion stellen*, ocorre uma violação na uniformidade do mapeamento sintático-semântico, observada em duas estruturas argumentais que influenciam ao mesmo tempo a composição do significado: a estrutura da construção de movimento causado, que é originalmente composta por três argumentos, e a estrutura do verbo simples correspondente (*diskutieren*), que expressa um evento transitivo e influencia o evento denotado pela CVS.

O processo de predicação conjunta possibilita determinar a estrutura argumental da CVS, que é formada por um **agente**, tanto de *stellen* quanto de *diskutieren*, e por um **paciente** que sofre a ação de ambos os verbos, já que é colocado em um lugar abstrato (*zur Diskussion*), e é, também, discutido. Segundo Wittenberg e Piñango (2014) e Wittenberg (2016), o compartilhamento de argumentos como acontece com a CVS *zur Diskussion stellen* influencia diretamente a forma de processamento de CVS desse tipo, pois exigem um maior custo de memória.

A sobreposição de argumentos como ocorre em *zur Diskussion stellen* não foi facilmente verificada em outras CVS que seguem a forma da construção de movimento causado. Em *in Rechnung stellen* “cobrar”, por exemplo, não podemos afirmar que haja uma correspondência semântica entre o verbo *rechnen* “calcular” e o significado global da CVS. Embora haja correspondência morfológica entre o verbo *rechnen* e o substantivo *Rechnung* “conta”, o verbo *anrechnen* “pôr na conta, creditar” é o mais adequado para recuperar o sentido da CVS. Em *in Abrede stellen* “contestar” não é sequer possível encontrar correspondência com um verbo base. Embora a forma dessa CVS seja semelhante à forma da construção de movimento causado, o seu sentido é altamente específico e fixo. Diferentemente de outras CVS em que é possível observar influências semânticas provenientes da estrutura argumental do verbo suporte e do componente nominal, em *in Abrede stellen* o sentido global não é composicional. Por esse motivo, a forma e o sentido da CVS são armazenados como um todo no *continuum* léxico-gramática, assim como as palavras da língua e as construções gramaticais. Outras CVS analisadas por Castilho (2017), que seguem a forma da construção de movimento causado

são: *unter Beweis stellen* “comprovar, dar prova”, *unter Beobachtung stellen* “colocar sob observação”, *unter Schutz stellen* “colocar sob proteção”, *unter Strafe stellen* “punir”, *zur Verfügung stellen* “colocar à disposição”, *in Frage stellen* “colocar em questão”, *zur Erörterung stellen* “colocar em discussão”, *zur Schau stellen* “expor”, *zur Rede stellen* “pedir satisfações, interpelar” e *in Dienst stellen* “colocar em serviço”.

Cabe ainda mencionar a presença no *corpus* de construções que seguem a forma da construção de movimento causado, mas cujo sentido global remonta a uma imagem metafórica, como em (5):

(5) **Eines seiner Lieblingsmotive stellte er auf den Kopf:** Am Ende entpuppt sich der „unschuldig Verfolgte“ als der wahre Mörder. (WPD13/A00.00077: Alfred Hitchcock, In: Wikipedia - URL: [http://de.wikipedia.org/wiki/Alfred\\_Hitchcock](http://de.wikipedia.org/wiki/Alfred_Hitchcock): Wikipedia, 2013).

“Ele inverte um dos seus temas preferidos: no final, o “inocente perseguido” se revela como o verdadeiro assassino.”

De Knop (2013) destaca o fato de o critério da não-composicionalidade ser fundamental para a apreensão do sentido de construções como essa, já que em (5) embora a ideia de movimento possa, de certa maneira, ser recuperável pela imagem metafórica, o significado global da construção não é composicional. Assim, a construção deve ser entendida como uma unidade idiomática que expressa a subversão dos sentidos, algo que não é feito de forma usual.

## 4.2 A construção transitiva

O segundo padrão em que *stellen* ocorreu com maior frequência diz respeito à construção transitiva. Nessas construções, as contribuições semânticas do verbo são fundamentais para compreender o sentido global da construção. Assim, dependendo dos argumentos que acompanharam o verbo e do contexto em que ele ocorreu, *stellen* teve diferentes significados, como por exemplo, **representar**, **fornecer** e **capturar**:

(6) **Nach den USA stellt Deutschland die zweitgrößte Besuchergruppe.** (WPD13/A00.08610: Antarktis, In: Wikipedia - URL: <http://de.wikipedia.org/wiki/Antarktis>: Wikipedia, 2013).

“Depois dos EUA a Alemanha representa o segundo maior grupo de visitantes.”

(7) Nach Alexanders Tod erwies sich die Loyalität zu seiner Familie, die keinen herrschaftsfähigen **Nachfolger stellen konnte**, als sehr begrenzt.

(WPD13/A00.00107: Alexander der Große, In: Wikipedia - URL: [http://de.wikipedia.org/wiki/Alexander\\_der\\_Große](http://de.wikipedia.org/wiki/Alexander_der_Große): Wikipedia, 2013).

“Depois da morte de Alexandre, comprovou-se que a lealdade à sua família, que não pôde fornecer nenhum sucessor com capacidade de liderança, era bastante limitada.”

As construções transitivas em (6) e (7) chamam a atenção para a sua leitura semântica. Em (6) o argumento **agente** não parece agir de alguma forma sobre o **paciente**, mas ele deve ser entendido como sendo o próprio **paciente**. Isso fica evidente se substituirmos o verbo *stellen* pelo verbo *sein*. Assim poderíamos afirmar que a Alemanha é o segundo maior grupo de visitantes. Em (7) verifica-se a presença de um paciente correferencial, que não corresponde à totalidade do **agente**, mas somente a uma parte dele, pois faz referência a somente um sucessor. A leitura de *stellen* como “fornecer” está, aqui, ligada à ideia de fazer surgir uma figura de dentro de um grupo, que é colocada em uma posição de liderança. Esse mesmo sentido é recuperado de maneira inversa em português, já que nessa língua o **paciente** assumiria a posição do **agente**, que não é fornecido, mas que surge de um determinado grupo.

Embora não enumere todos os sentidos possíveis para a construção transitiva, Goldberg (1995) afirma que essa construção é altamente polissêmica e forma uma rede de construções associadas ao sentido central X AGE SOBRE Y. Assim, consideramos que as diferenças nos sentidos de *stellen* podem ser entendidas como sentidos subordinados à leitura semântica geral da construção transitiva.

Os critérios definitórios de construção foram fundamentais para o entendimento da construção *die Weichen stellen*, que segue a forma sintática da construção transitiva e que apresenta duas leituras possíveis. Essa construção pode apresentar um significado literal, resultado da somatória dos sentidos de seus constituintes: o verbo *stellen* mantém informação semântica relacionada ao evento de “colocar”, expressando nesse caso a mudança da direção das agulhas (*die Weichen*), isto é, do conjunto de peças do aparelho de mudança da linha férrea, a fim de que os veículos que se deslocam sobre os trilhos possam passar sem interromper a viagem<sup>10</sup>. Essa construção não pode ser considerada uma construção parcialmente esquemática como as CVS, já que a forma nominal *die Weichen* ocorre somente em combinação com verbo *stellen*. Nesse caso estamos diante

<sup>10</sup> Fonte: Glossário Técnico Ferroviário. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/idiomas/glossario-tecnico-ferroviario/56006> (Acesso em 07.06.2018).

de uma colocação verbal fixa, que não permite variação lexical e que se fixou como uma unidade cognitiva, adquirindo, assim, o status de construção, por ocorrer com frequência considerável na língua.

A mesma construção pode possuir uma interpretação não-composicional quando expressa uma mudança de rumos metafórica, como se observa a seguir:

(8) Der „kalte Krieg“ in Rest-Deutschland hatte **die Weichen gestellt**: im Westen wurden die Abschlüsse nicht anerkannt und so blieb in der jungen DDR, die damals für viele „auf andere Art so große Hoffnung“ war, auch literarisch. (WDD13/H03.06050: Diskussion: Hanns Cibulka, In: Wikipedia - URL: [http://de.wikipedia.org/wiki/Diskussion:Hanns\\_Cibulka](http://de.wikipedia.org/wiki/Diskussion:Hanns_Cibulka): Wikipedia, 2013)

“A “Guerra Fria” havia mudado os rumos da situação no restante da Alemanha: no Oeste os diplomas não foram reconhecidos e assim permaneceu na jovem Alemanha Oriental, que antigamente para muitos era “de outra maneira tão grande esperança”, também literariamente.”

No *corpus* foram encontrados exemplos em que *stellen* integra CVS com a forma sintática da construção transitiva, são eles: *einen Antrag stellen* “fazer um pedido”, *eine Frage stellen* “fazer uma pergunta”, *einen Beitrag stellen* “fazer uma contribuição”, *Diagnose stellen* “fazer diagnóstico”, *Anforderungen stellen* “fazer exigências”, *Ansprüche stellen* “fazer reivindicações” e *eine/die Forderung(en) stellen* “fazer uma/as exigência(s)” (CASTILHO 2017).

Seguindo o princípio de análise da predicação conjunta, podemos considerar a semântica das CVS como resultado da sobreposição das estruturas argumentais do verbo base do qual o componente nominal deriva e do verbo suporte que forma a construção. Tomando como exemplo a CVS *einen Antrag stellen*, verificamos que o evento expresso pelo componente nominal possui um sentido próximo ao sentido do evento denotado pelo verbo base correspondente *beantragen* “solicitar”. Esse verbo, assim como *stellen*, pode ocorrer com dois argumentos.

Os argumentos de *stellen* e do verbo do qual o substantivo *Antrag* deriva são alinhados. Dessa maneira, o sujeito da CVS pode ser considerado tanto sujeito do verbo *stellen*, quanto da CVS como um todo, pois o evento descrito pela CVS determina que esse **agente** seja entendido como aquele que realiza a ação de fazer um pedido.

Na CVS *einen Antrag stellen* o componente nominal (*Antrag*) ocupa superficialmente a posição que seria de argumento **paciente** da sentença, não podendo



ser dissociado da CVS. Essa característica do componente nominal da CVS ressalta a complexidade envolvendo a correspondência entre sintaxe e semântica das CVS.

### 4.3 A construção bitransitiva

Como brevemente citado a partir do exemplo com o verbo *bake*, a construção bitransitiva expressa o sentido de transferência, realizado por um **agente** que pretende causar a transferência de um **paciente** a um **recipiente** (GOLDBERG 1995). Essa construção apresenta uma baixa frequência no *corpus*, sendo encontrada em construções que apresentam a forma da construção bitransitiva, mas que são altamente convencionais, como se observa no exemplo a seguir:

(9) Am 2. Mai 1945 **stellte sich Wernher von Braun den Streitkräften der Vereinigten Staaten** und wurde zusammen mit anderen Wissenschaftlern aus seinem Mitarbeiterstab ebenfalls in die USA gebracht. (In: Wikipedia – URL: [https://de.wikipedia.org/wiki/Wernher\\_von\\_Braun](https://de.wikipedia.org/wiki/Wernher_von_Braun): Wikipedia, 2013)

“Em 2 de maio de 1945 Wernher von Braun entregou-se às forças armadas dos Estados Unidos e foi juntamente com outros cientistas da sua equipe igualmente trazido aos EUA.”

A construção (9) é formada por um **agente** e por um **paciente** correferencial, que é transferido para um argumento **recipiente** no dativo (*den Streitkräften*). Entretanto, a sua leitura semântica deve ser entendida no nível idiomático como “estar preparado para enfrentar algo/alguém”.

No *corpus* também foram encontradas CVS que apresentam um argumento **recipiente** como parte de sua estrutura argumental externa:

(10) **Dort wurden den Studenten Modelle zur Verfügung gestellt**, deren Haltung sie frei bestimmen konnten. (WPD13/A00.09569: Amedeo Modigliani, In: Wikipedia - URL: [http://de.wikipedia.org/wiki/Amedeo\\_Modigliani](http://de.wikipedia.org/wiki/Amedeo_Modigliani): Wikipedia, 2013)

“Lá foram colocados modelos à disposição dos estudantes, cuja pose eles podiam determinar livremente.”

Nesse caso, o argumento *den Studenten* funciona como o argumento que recebe a ação denotada pela CVS.

#### 4.4 A construção resultativa

A principal característica da construção resultativa consiste no fato de ela ser composta por um argumento paciente que sofre uma mudança de estado, pelo menos potencial. O argumento sujeito, por sua vez, não precisa ser necessariamente um **agente**, uma vez que nesse tipo de construção a volitividade não é obrigatória. Por fim, a construção resultativa ainda conta com um terceiro argumento que representa a consequência da mudança de estado, isto é, o **resultado** ou **objetivo** alcançado.

O número de ocorrências no *corpus* não foi grande, consistindo apenas em sete construções resultativas, dentre as quais nenhuma foi considerada uma CVS. As construções resultativas com *stellen* expressam tanto sentido concreto ou figurado como se observa a seguir:

(11) **Ölbronn kann den Sekt kalt stellen.** Spitzenreiter nach 2:1 gegen Verfolger Mühlacker kaum noch aufzuhalten. (<http://www.fupa.net/berichte/oelbronn-kann-den-sekt-kalt-stellen-437937.html> acesso em 20/02/2017).

“Ölbronn já pode colocar o espumante para gelar. Líder da tabela, depois do 2:1 contra o segundo colocado, Mühlacker, pode ser dificilmente batido.”

(12) **Venezuelas Regierung stellt Gegner kalt.** (<http://www.heute.de/venezuelas-regierung-stellt-gegner-kalt-henrique-capriles-darf-15-jahre-nicht-fuer-oeffentliche-aemter-kandidieren-46938692.html>).

“O governo da Venezuela neutraliza o opositor.”

A construção *den Sekt kalt stellen* é formada por um sujeito **agente** (Ölbronn), por um objeto direto que desempenha a função de **paciente** (*Sekt*) e por um sintagma resultativo, que corresponde ao sintagma adjetival. O adjetivo *kalt* pode ser caracterizado como uma propriedade, já que sua presença determina a característica que o objeto apresentará depois da mudança de estado. Nesse caso, há uma mudança potencial concreta, pois ela se refere às propriedades interiores do espumante. Em (12), no entanto, estamos diante de uma leitura figurada de *stellen* que remete à ideia de matar, já que podemos interpretar um corpo gelado como sendo um corpo sem vida. Como se trata de um contexto político, a construção em (12) deve ser entendida como neutralizar o opositor, que estará “morto” no cenário político.

Além dessas ocorrências mais prototípicas, foram encontradas construções resultativas que apresentam certas nuances no sentido principal da construção referente à mudança de estado. Como exemplo, podemos citar a construção *Kannst du die Heizung wärmer stellen?* “você pode aumentar a potência da calefação?”, em que a mudança de

estado se refere à mudança da regulação de um aparelho. Nesse exemplo, uma parte do todo é regulada a fim de se obter uma mudança no produto do seu funcionamento, isto é, na potência do calor produzido pela calefação.

Foi ainda possível encontrar uma construção que no plano da forma se assemelha à construção resultativa por ser formada por um sintagma adjetival, mas cujo sentido é altamente fixo:

(13) Im ersten Jahr zu Weihnachten schenkte ihr Maria eine teure Seife, **weil wir uns gut stellen wollten mit ihr**. (DUDEN 11)

“No primeiro ano Maria a presenteou no Natal com um sabonete caro, porque nós queríamos nos dar bem com ela.”

Embora a construção (13) possua a estrutura sintática própria da construção resultativa, o seu sintagma adjetival não pode ser interpretado como resultativo, uma vez que a construção como um todo é altamente idiomática e seu significado específico: “tentar ganhar a simpatia de alguém”. Nesse contexto de uso, o significado específico da construção, substitui o sentido mais geral e abstrato da construção resultativa. Esse significado é armazenado combinado à forma da construção *sich mit jemandem gut stellen* como uma unidade no léxico.

## 5 Resultados

A principal contribuição da análise sintático-semântica do verbo *stellen* com base na gramática de construções consiste no fato de que os diferentes sentidos do verbo são resultado da junção dos significados tradicionalmente atribuídos somente ao verbo com o sentido das quatro construções de estrutura argumental que ele pode integrar. Essa forma de análise corrobora o princípio da economia semântica, já que não se faz necessário postular uma série de acepções para o verbo *stellen*, mas somente compreender as relações entre esse verbo e as construções argumentais em que ele pode ocorrer. Assim, o levantamento sintático-semântico de *stellen* pode ser resumido nos seguintes padrões gerais, apresentados, na sequência, segundo sua frequência no *corpus*:

1. Construção de movimento causado (X CAUSA Y A MOVER PARA Z)
2. Construção transitiva (X AGE SOBRE Y)
3. Construção bitransitiva (X CAUSA Y A RECEBER Z)
4. Construção resultativa (X CAUSA Y A TORNAR Z)

Como visto durante a análise, o verbo *stellen* pode apresentar nuances de sentido em cada uma dessas construções argumentais, de acordo com fatores como, por exemplo, os argumentos que preenchem suas lacunas, os contextos de uso e o caráter fraseológico das construções. Retomando os exemplos analisados no presente artigo, podemos inserir, dentro de cada uma dessas construções argumentais principais, as seguintes informações:

### QUADRO 3

#### Levantamento de padrões sintáticos e semânticos do verbo *stellen*

Construção argumental	Exemplos de nuances de sentido
1. Construção de movimento causado (X CAUSA Y A MOVER PARA Z)	1.1 Construção de movimento causado com sentido concreto 1.2 Construção de movimento causado com sentido abstrato 1.2.1 Deslocamento para lugar abstrato 1.2.2 Pertença a um grupo, categoria ou classe 1.2.3 Deslocamento para posição de destaque 1.3 CVS deverbais com estrutura da construção de movimento causado 1.4 CVS altamente lexicalizadas e expressões metafóricas
2. Construção transitiva (X AGE SOBRE Y)	2.1 Transitiva com sentido de representar 2.2 Transitiva com sentido de fornecer 2.3 Transitiva com sentido de encontrar/capturar 2.4 CVS deverbais com a estrutura da construção transitiva 2.5 Expressões metafóricas
3. Construção bitransitiva (X CAUSA Y A RECEBER Z)	3.1 Construção bitransitiva com sentido de render-se. 3.2 Estrutura argumental externa de CVS deverbais
4. Construção resultativa (X CAUSA Y A TORNAR Z)	4.1 Construção resultativa com leitura concreta de mudança de estado interior 4.2 Construção resultativa com leitura de mudança de estado figurada 4.3 Construção resultativa com leitura regulação de aparelho 4.4 Expressão idiomática

Embora o quadro não apresente todos os sentidos possíveis de *stellen*<sup>11</sup>, ele nos fornece uma boa perspectiva de como o conhecimento linguístico está organizado de forma esquemática. Nesse sentido, a análise com base na gramática de construções permitiu que construções completamente esquemáticas, parcialmente esquemáticas como as CVS e unidades altamente fixas fossem analisadas como objetos da língua, sem ser

<sup>11</sup> O quadro apresenta somente os principais resultados de um levantamento de padrões de *stellen*. Para informações mais detalhadas recomendamos consultar Castilho (2017: 141-146).

necessário considerar alguma delas como exceções. A perspectiva teórica da gramática de construções torna possível associar usos de *stellen*, que não tenham sido contemplados na análise, às quatro construções argumentais mencionadas no QUADRO 3, sem ser necessário elaborar novas acepções para esse verbo.

No que diz respeito às CVS e às expressões metafóricas, foi possível notar que essas construções se assemelham às construções argumentais formadas por *stellen* no plano sintático, mas diferem no que diz respeito à sua interpretação semântica. Assim, o uso desses fraseologismos está relacionado à forma como os falantes se utilizam de conceitos concretos presentes no mundo, como, por exemplo, a ideia de deslocamento concreto de um objeto de um determinado lugar para outro, a ideia de transferência de um objeto para uma entidade, a ação sobre um objeto e a causação de mudança de estado de um objeto concreto ou ser animado, para conceptualizar eventos muito mais abstratos (CASTILHO 2017).

A hipótese da gramática como um inventário estruturado de construções, como postulado pela gramática de construções, permitiu que CVS fossem associadas a construções mais abstratas da língua, nas quais o verbo *stellen* ocorre como verbo pleno. Essa relação se deu fundamentalmente a partir da forma das construções e, no caso das CVS deverbais, também foi possível recuperar algumas informações semânticas provenientes do verbo e do componente nominal.

A análise de CVS deverbais levou em consideração o processo de predicação conjunta e revelou que o desencontro no mapeamento sintático-semântico das CVS do *corpus* que seguem a forma da construção transitiva pode ser considerado não tão aparente, pois há um alinhamento dos argumentos do verbo suporte e do verbo base, do qual o componente nominal deriva, como vimos no caso da CVS *einen Antrag stellen*. Já nas CVS que seguem a estrutura de superfície da construção de movimento causado, foi possível notar uma discrepância mais evidente. Nessas construções observamos a presença de duas estruturas argumentais distintas ativas ao mesmo tempo: o componente nominal contribui com um **argumento agente** e um **argumento paciente**, que participam da predicação conjunta juntamente com os argumentos **causador**, **tema** e **alvo** do verbo *stellen*. O evento expresso pela CVS como um todo, é, no entanto, processado como um evento transitivo, graças à estrutura argumental fornecida pelo complemento nominal.

Embora a predicação conjunta se mostre relevante para a análise de CVS deverbais, ela não é aplicável a casos de CVS com alto grau de fixidez, como, por exemplo, *etwas in Abrede stellen*, o que confirma a heterogeneidade das CVS. Como o significado da CVS não pode ser facilmente apreendido a partir do significado de seus componentes, o seu sentido (“contestar”) é armazenado combinado à sua forma como uma unidade. No *continuum* entre léxico e gramática, construções como essa estão localizadas mais próximas ao polo do léxico.

## 6 Considerações Finais

No presente artigo, procuramos apresentar os principais padrões sintáticos e semânticos do verbo *stellen*, com ênfase na sua ocorrência como integrante de CVS. A partir da análise com base na gramática de construções, foi possível concluir que os sentidos tradicionalmente atribuídos somente ao verbo *stellen* são resultado das relações entre verbo e construção de estrutura argumental em que ele pode ocorrer. Dessa maneira, o princípio da economia semântica foi confirmado, já que o falante não armazena cada um dos sentidos possíveis de *stellen* isoladamente, mas os relaciona a modelos construcionais armazenados no léxico mental.

No que diz respeito à análise de CVS, foi possível notar uma diferença no armazenamento dos aspectos referentes à sua forma e ao seu conteúdo, de acordo com os graus de lexicalização sofridos por essas construções. Construções com verbo suporte formadas por substantivo deverbal sofrem um processo de partilha de argumentos durante seu armazenamento, sendo o significado dessas construções fruto da predicação conjunta. Já as CVS altamente lexicalizadas possuem sentido não-composicional, constituindo, portanto, uma construção que é armazenada como um todo no léxico, assim como as construções de estrutura argumental, morfemas e demais palavras da língua.

## Referências bibliográficas

- ATHAYDE, Maria F. *Construções com verbo-suporte (Funktionsverbgefüge) do Português e do Alemão*. Cadernos do CIEG, n. 1. Coimbra: CIEG, 2001, p. 300-447.
- CASTILHO, Ataliba T de. Introdução ao Estudo do Aspecto Verbal na Língua Portuguesa. *Alfa*, v. 12, 1967, p. 11-134

- CASTILHO, Thais D. de. *Análise sintático-semântica do verbo stellen com ênfase no seu uso como verbo-suporte: um estudo com base na Gramática de Construções*. Dissertação de Mestrado. FFLCH/USP, São Paulo, 2017.
- DE KNOP, Sabine. Eine Untersuchung von Kausalkonstruktionen mit Farbbezeichnungen im Rahmen der Konstruktionsgrammatik. In: DE KNOP, Sabine; MOLLICA, Fabio. (Eds.) *Konstruktionsgrammatik in den romanischen Sprachen*. Frankfurt am Main: Peter Lang, 2013 p. 111-136.
- DE KNOP, Sabine; MOLLICA, Fabio. Die Konstruktionsgrammatik für die Beschreibung romanischer Sprachen. In: DE KNOP, Sabine; MOLLICA, Fabio. *Konstruktionsgrammatik in den romanischen Sprachen*. Frankfurt am Main: Peter Lang, 2013, p. 5-23.
- DIEDRICHSEN, Elke. Zur ‚Inventarisierung‘ von idiomatischen und Argumentstruktur-Konstruktionen im Deutschen. In: ZIEM, Alexander; LASCH, Alexander (Eds.). *Grammatik als Netzwerk von Konstruktionen? Sprachwissen im Fokus der Konstruktionsgrammatik*. Berlin/Boston: de Gruyter, 2014, p. 175-194.
- DOBROVOL'SKIJ, Dmitrij. Phraseologie und Konstruktionsgrammatik. In: LASCH, Alexander; ZIEM, Alexander (Eds.). *Konstruktionsgrammatik III: Aktuelle Fragen und Lösungsansätze*. Tübingen: Staufenburg, 2011, p. 111-130.
- DUDEN *Bedeutungswörterbuch*. Band 10. Mannheim: Brockhaus, 2002.
- DUDEN *Deutsches Universalwörterbuch*. Mannheim: Brockhaus, 2003.
- DUDEN *Grammatik der deutschen Gegenwartssprache*. Band 4, Mannheim: Bibliographisches Institut, 2009.
- GOLDBERG, Adele E. *A Construction Grammar Approach to Argument Structure*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.
- \_\_\_\_\_. Words by Default the Persian Complex Predicate Construction. In: FRANCIS, Elaine; MICHAELIS, Laura (Eds.). *Mismatch: Form-Function Incongruity and the Architecture of Grammar*. Stanford: CSLI Publications, 2003, p. 83-112.
- \_\_\_\_\_. *Constructions at Work: The Nature of Generalization in Language*. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- HELBIG, Gerhard; BUSCHA, Joachim. *Deutsche Grammatik – Ein Handbuch für den Ausländerunterricht*. Berlin/München: Langenscheidt, 2001.
- HUNDT, Christine. *Untersuchungen zur portugiesischen Phraseologie*. Wilhelmsfeld: Egert, 1994.
- KAMBER, Alain. *Funktionsverbgefüge - empirisch: Eine korpusbasierte Untersuchung zu den nominalen Prädikaten*. Tübingen: Niemeyer, 2008.
- LANGENSCHIEDT. *Power-Wörterbuch Deutsch*. Berlin/München/Warschau/Wien/Zürich/New York: Langenscheidt, 2009.
- MELLADO BLANCO, Maria. Phrasem-Konstruktionen und lexikalische Idiom-Varianten. Der Fall der komparativen Phraseme des Deutschen. In: ENGELBERG, Stefan et al. (Eds.) *Argumentstruktur zwischen Valenz und Konstruktion*. Tübingen: Narr Francke Attempto, 2015, p. 217-235.
- NEVES, Maria Helena M. A delimitação das unidades lexicais: o caso das construções com verbo-suporte. In: NEVES, Maria Helena M. *A gramática: história, teoria e análise, ensino*. São Paulo: Editora UNESP, 2002, p.189-206
- PONS *Großwörterbuch Deutsch als Fremdsprache*. Stuttgart: Pons Verlag. 2015
- ROSTILA, Jouni. Phraseologie und Konstruktionsgrammatik: Konstruktionsansätze zu präpositionalen Funktionsverbgefügen. In: PRINZ, Michael.; RICHTER-VAPAATALO, Ulrike (Eds.). *Idiome, Konstruktionen, „verblühte rede“*. Beiträge zur Geschichte der Phraseologie. Stuttgart: S. Hirzel Verlag, 2011, p. 263-282.
- TRAUGOTT, Elizabeth Closs. Grammatikalisierung, emergente Konstruktionen und der Begriff der „Neuheit“. In: STEFANOWITSCH, Anatol; FISCHER, Kerstin (Eds.).

- Konstruktionsgrammatik II. Von der Konstruktion zur Grammatik.* Tübingen: Stauffenburg, 2008, p. 5-32.
- WAHRIG *Deutsches Wörterbuch.* 7. ed. München: Wissen, 2002.
- WELKER, Herbert A. *Zweisprachige Lexikographie: Vorschläge für deutsch-portugiesische Verbwörterbücher.* München: Utz, 2003.
- WITTENBERG, Eva. *With Light Verb Constructions from Syntax to Concepts.* Potsdam: Universitätsverlag Potsdam, 2016.
- WITTENBERG, Eva et al. The Processing and Representation of Light Verb Constructions. In: BACHRACH, Asaf et al (eds.). *Structuring the Argument.* Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2004, p. 61–80.
- WITTENBERG, Eva; PIÑANGO, Maria M. Processing light verb constructions. In: JAREMA, Gonia; LIBBEN, Gary (Eds.). *The Mental Lexicon*, v. 6, n. 3. Amsterdam: John Benjamins, 2011, p. 393–413.
- ZIEM, Alexander; LASCH, Alexander. *Konstruktionsgrammatik Konzepte und Grundlagen gebrauchsbasierter Ansätze.* Berlin/Boston: de Gruyter, 2013.

*Recebido em 07 de julho de 2018*  
*Aceito em 18 de setembro de 2018*



# Vorschlag für eine pluriperspektivische Analyse der Zielgruppe zur Auswahl eines neuen Lehrwerks oder: Vergesst die Lehrer nicht!

[Proposal for a pluriperspective analysis of the target group for the selection of a new  
textbook or: Do not forget the teachers!]

<http://dx.doi.org/10.11606/1982-88372237281>

Luisa Friederici<sup>1</sup>

**Abstract:** This article describes and explains a procedure for analyzing the target audience that will be used as the basis for selecting a new DaF textbook. It is to be located in the area of textbook critique and within this the study group suitability study. This analysis is done in three steps, first considering the institutional level, then the learner level and finally the teacher level. The analysis is illustrated using the example of the Alexander von Humboldt Institute Medellin. The aim of the article is to present a detailed and extended analytic grid for target group analysis that other institutions can use and adapt for their own purposes.

**Keywords:** textbook analysis; textbook choice; analysis of target audience; teacher; characterization of learners.

**Zusammenfassung:** Im vorliegenden Artikel wird eine Vorgehensweise zur Analyse der Zielgruppe, die als Grundlage zur Auswahl eines neuen DaF-Lehrwerks dient, beschrieben und begründet. Er ist im Bereich der Lehrwerkkritik und innerhalb dieser der Zielgruppenereignungsstudie zu verorten. Diese Analyse wird in drei Schritten vollzogen, zunächst wird die institutionelle Ebene betrachtet, dann die Lernerebene und schließlich die Ebene der Lehrkräfte. Die Analyse wird am Beispiel des Alexander von Humboldt Instituts Medellin illustriert. Ziel des Artikels ist es, ein detailliertes und erweitertes Analyseraster zur Zielgruppenanalyse zu präsentieren, das andere Institutionen für ihre Zwecke nutzen und adaptieren können.

**Stichwörter:** Lehrwerkanalyse; Lehrwerkauswahl; Zielgruppenanalyse; Lehrkräfte; Lernercharakterisierung

## 1 Einleitung

Lehrwerke sind in vielen Institutionen unbestreitbar ein zentraler Bestandteil des Fremdsprachenunterrichts. Insbesondere außerhalb des deutschsprachigen Raums stellen

---

<sup>1</sup> Universidad de Antioquia, Facultad de Comunicaciones, Lingüística y Literatura, Calle 67 No. 53 - 108, Medellín, Antioquia, Colombia Email: [luisa.friederici@udea.edu.co](mailto:luisa.friederici@udea.edu.co). ORCID: 0000-0001-5900-5170



nach Krumm (2010: 1215-1216) “die in Lehrwerken enthaltenen Texte und Themen den zentralen Zugang zur fremden Sprache und Kultur dar und legen damit fest, in welchen Situationen, mit welchen Texten die deutsche Sprache im Unterricht erlernt und praktiziert werden kann”. Des Weiteren merkt der Autor an, dass, wenn “keine Lehrpläne vorhanden [sind], [...] Lehrwerke gelegentlich an ihre Stelle [rücken] und [...] die curriculare Leitlinie für den Unterricht dar[stellen]” (KRUMM 2010: 1215). Aus diesen Gründen ist die Einführung eines neuen Lehrwerks in einer Institution ein großer Schritt, der wohlgedacht sein sollte. Zudem impliziert die Anschaffung eines neuen Lehrwerks stets einen finanziellen Aufwand und bedeutet eine Umstellung für die Lehrkräfte.

Die meisten Artikel, die sich mit der Theorie der Lehrwerkanalyse beschäftigen, beschränken sich auf Vorschläge für Analyseraster lehrwerkimmanenter Faktoren, die allgemeinen Gütekriterien für ein gut konzipiertes Lehrwerk entsprechen (vgl. beispielsweise FUNK 2004 oder MAIJALA 2007). Diese Vorgehensweise nennt sich auch hermeneutische Lehrwerkforschung (vgl. FUNK 2010: 366). Es finden sich ebenfalls Artikel, die ein bestimmtes Kriterium in verschiedenen Lehrwerken analysieren und vergleichen (vgl. beispielsweise PAPADIMITRIOU 2015 oder RETELJ 2014) oder Analysen bzw. Revisionen einzelner Lehrwerke (vgl. beispielsweise KRANZ 2004).

In diesem Artikel wird das Augenmerk auf die Charakterisierung der Zielgruppe gelegt und dargestellt, welche Implikationen diese für Charakteristika eines Lehrwerks haben. Damit lässt sich der vorliegende Vorschlag in den Bereich der Zielgruppeneignungsstudien (vgl. FUNK 2010: 365) einordnen. Die Zielgruppencharakterisierung ihrerseits wird in drei Unterpunkte gegliedert – die Charakterisierung des institutionellen Kontextes, die der Lerner und die der Lehrer. Warum die Charakterisierung der Lerner von Bedeutung ist, liegt auf der Hand, denn das Lehrwerk wird im Unterricht mit ihnen verwendet, der institutionelle Kontext ist in dem Sinne relevant, dass er bestimmte Vorgaben und Einschränkungen bedingen kann. Insbesondere die Charakterisierung der Lehrkräfte und ihre Auswirkung auf die Auswahl eines Lehrwerks wurde in bisherigen Artikeln zum Thema vernachlässigt. In diesem Artikel wird der Standpunkt vertreten, dass die Charakterisierung der Lehrkräfte ebenso wichtig ist, wie die der Lerner, da erstere auf Grundlage des Lehrwerks ihren Unterricht gestalten. Es wird die Absicht verfolgt, die Zielanalyse detailliert aufzuschlüsseln und um ein Element – die Lehrkräfte – zu erweitern. Am Ende jedes Abschnitts wird ein Raster

zur Analyse der einzelnen Aspekte präsentiert und eine Beispielanalyse anhand des Humboldt Instituts Medellín<sup>2</sup> durchgeführt, um die einzelnen Items und die Auswirkungen der verschiedenen Ausprägungen auf die Auswahl des Lehrwerks zu illustrieren. Im Anhang finden sich die kompletten Raster, die Institutionen zur eigenen Anwendung nutzen können.

## 2 Lehrwerkforschung

Nach Krumm wird mit “Begriffen wie *Lehrbuch*, *Lehrwerk*, *Unterrichts-* bzw. *Lehrmedium*, *Lehr- und Lernmaterialien* u.a. [...] all das bezeichnet, was dazu dient, Lernen anzuregen, zu stützen und zu steuern” (KRUMM 2010: 1215). Der Unterschied zwischen Lehrbuch und Lehrwerk liegt dabei darin, dass das Lehrwerk den gesamten Medienverbund (d.h. zusätzliche Materialien zum Lehrbuch) miteinschließt. Lehrwerke erfüllen gemäß des Autors vier zentrale Funktionen im DaF-Unterricht:

1. Lehr-/ Lernziele: Lehrwerke richten sich in der Regel nach Curricula oder Prüfungen und helfen dadurch, Lehr- und Lernziele in Lernaktivitäten umzusetzen. Des Weiteren bringen sie die Lerninhalte in eine systematische und zielgerichtete Progression.
2. Lehrinhalte: Die Materialien im Lehrwerk stellen für die Lerner den zentralen Zugang zur Sprache und Kultur dar und bestimmen dadurch welche Inhalte, in welchem Zusammenhang, mit welchem Material gelernt werden.
3. Lernende: Lernende erleben das Lehrwerk im Unterricht häufig als Vorgabe, da es sich hauptsächlich an die Lehrenden richtet. Die Interessen der Lernenden werden zugunsten der Progression und der Inhalte des Lehrwerks zurückgestellt.
4. Lehrmethoden: Lehrwerke richten sich in der Regel in ihrer methodischen Ausrichtung nach dem Stand der fremdsprachendidaktischen Diskussion. Aktuell befinden wir uns in der fünften Lehrwerkgeneration, die sich dadurch auszeichnet, dass keine starre Methodenkonzeption mehr vorherrscht. Dies bedeutet, dass die aktuellen Lehrwerke keinem einheitlichen methodischen Konzept mehr folgen (vgl. KRUMM 2010: 1215-1216).

Die aufgezählten Punkte belegen die Notwendigkeit einer ausführlichen Eignungstudie von Lehrwerken. Insbesondere der vierte Punkt zeigt die aktuelle

---

<sup>2</sup> Weitere Informationen über die Institution finden sich auf der Homepage: [www.avhmedellin.co](http://www.avhmedellin.co)

Relevanz des Themas auf, da Lehrwerke nicht mehr pauschal einer methodischen Konzeption zugeordnet werden können.

Elsner konstatiert, dass trotz “ihrer zentralen Rolle [...] Lehrwerke und ihr Einsatz im Fremdsprachenunterricht nur wenig erforscht” (ELSNER 2016: 433) sind und aus diesem Grund noch verschiedene Forschungsdesiderate im Bereich der Lehrwerksforschung bestehen. Lehrwerkforschung lässt sich generell in fünf Teilbereiche gliedern, die jeweils eine bestimmte Zielsetzung verfolgen.

1. Lehrwerkanalyse, kritik und -begutachtung<sup>3</sup>: Lehrwerkanalyse beschreibt die hermeneutische Auseinandersetzung mit Inhalten und Konzepten von Lehrwerken. Diese kann sich auf einzelne Kriterien beziehen oder einen komplexen Kriterienkatalog umfassen. Lehrwerkkritik hingegen ist eine praxisbezogene und vergleichende Analyse, die zum Ziel hat, Empfehlungen für die Einführung des Lehrwerks für eine bestimmte Zielgruppe zu geben. Diese sind häufig in Verbindung mit den methodisch-didaktischen Innovationen Gegenstand von Lehrerfortbildungen. Ziel der Lehrwerkbegutachtung ist es, ein Lehrwerk in Hinblick auf seine Einführbarkeit bzw. Freigabe für ein bestimmtes Bundesland oder die Aufnahme in eine Freigabeliste (z.B. Bundesamt für Migration) zu prüfen.

Die Lehrwerkanalyse und -kritik folgen in der Regel einem der folgenden Schemata:

1. Analyse eines didaktisch-methodischen oder spracherwerbstheoretischen Ansatzes in einem oder mehreren Lehrwerken, z.B. Förderung der Sprachbewusstheit
2. Analyse und Vergleich von Einzelkomponenten in Lehrwerken, z.B. Umfang, Progression, Einbindung von Phonetik
3. Zielgruppeneignungstudien, z.B. die Eignung eines bestimmten Lehrwerks für die Zielgruppe des Humboldt Instituts Medellín (vgl. FUNK 2010: 364-365).

2. Lehrwerkerprobung: Lehrwerkerprobung beschreibt die systematische Erprobung eines Lehrwerks im Unterricht. Für diese hat sich im DaF-Bereich vor der

---

<sup>3</sup> Dabei ist anzumerken, dass Krumm (2010) die Lehrwerkanalyse und -kritik nicht zur Lehrwerkforschung zählt. Dieser Artikel bezieht sie auf Grundlage von Funk (2010) jedoch mit ein.

Publikation eines Lehrwerks allerdings kein Standard etabliert. Sie könnte der Lehrwerkentwicklung eine empirische Grundlage bieten (vgl. KRUMM 2010: 1219)

3. Lehrwerkwirkung: Diese Forschungsrichtung beschäftigt sich mit dem konkreten Einsatz der Lehrwerke im Unterricht (vgl. KRUMM 2010: 1220), z.B. kann erforscht werden, welche Teile eines Lehrwerks von der Lehrkraft genutzt werden, welche nicht, und die Gründe dafür.
4. Lehrwerkentwicklung: Diese Studien untersuchen den Prozess von der Konzeption und Entstehung bis zur Zulassung eines Lehrwerks (vgl. ELSNER 2016: 443).
5. Historisch orientierte Lehrwerkforschung: Dieser Forschungsschwerpunkt untersucht Lehrwerke in Zusammenhang mit der Entwicklung der Sprachdidaktik und gesellschaftlichen Entwicklung. Lehrwerke gelten hier als Manifestation der letzteren.

Der vorliegende Vorschlag lässt sich, wie eingangs erwähnt, der Lehrwerkkritik und dabei genauer der Zielgruppeneignungsstudie zuordnen.

### 3 Charakterisierung der Zielgruppe

Bevor ein Lehrwerk selbst auf die Angemessenheit für einen bestimmten institutionellen Kontext hin untersucht wird, muss zunächst dieser Kontext analysiert und charakterisiert werden. Wie in der Einleitung dargestellt, wird diese Charakterisierung im vorliegenden Vorschlag in drei Schritten unternommen. Zunächst werden die institutionellen Gegebenheiten, im Anschluss die Lerner und abschließend die Lehrkräfte charakterisiert. Es werden Analysekatoren genannt, begründet und Möglichkeiten ihrer Ausprägung erläutert.

#### 3.1 Charakterisierung der institutionellen Gegebenheiten

##### **Externe Vorgaben für die Institution**

Für die Charakterisierung der institutionellen Gegebenheiten muss zunächst die Art der Institution bestimmt werden. Handelt es sich um eine öffentliche oder eine private Einrichtung? Durch diesen Faktor können politische Richtlinien bedingt werden. Es kann beispielsweise sein, dass sich öffentliche Institutionen an nationale oder regionale

Curricula halten müssen. Dies ist häufiger bei Schulen als bei Universitäten der Fall. Die nächste Unterscheidung liegt in der Art der Bildungsinstitution, handelt es sich um eine Universität, eine Schule (eine deutsche Auslandsschule, eine PASCH-Schule, eine Schule, die DaF anbietet), ein Sprachinstitut, eine Volkshochschule etc. Deutsche Auslandsschulen müssen sich beispielsweise an das Deutschlernkonzept der ZfA halten. Diese Unterscheidung ist relevant, da Lehrwerke teilweise für eine bestimmte Art von Bildungsinstitution konzipiert sind. Es sollte auch analysiert werden, ob andere externe Vorgaben vorliegen. Ein Beispiel für weitere externe Vorgaben wären die Richtlinien des BAMF für Integrationskurse.

### **Interne Vorgaben der Institution**

Weitere Vorgaben der Institution können intern sein. So bestimmen beispielsweise die meisten Institutionen die didaktisch-methodischen Prinzipien bzw. Methodenkonzeption, nach denen gearbeitet werden soll. Das Lehrwerk sollte die Prinzipien bzw. Konzeptionen unterstützen. Eine Institution, die sich dem kommunikativen Ansatz verschreibt, benötigt ein anderes Lehrwerk als eine Institution, die besonders den interkulturellen Ansatz fokussiert, oder beispielsweise ein österreichisches Kulturinstitut, für das es von großer Bedeutung ist, österreichische Landeskunde zu vermitteln. Durch den vertretenen Ansatz wird auch die Rolle der Muttersprache im Unterricht bedingt und dadurch ergibt sich ggf. die Notwendigkeit für ein regionales Lehrwerk, das explizit auf die Muttersprache eingeht oder diese in Aufgabenstellungen verwendet.

Eine interne Vorgabe, die stark mit dem vertretenen Ansatz zusammenhängt, ist die Zielsetzung der Kurse in der Institution. Sollen die Kursteilnehmer auf das Leben oder das Studium in Deutschland vorbereitet werden? Sollen sie am Ende des Kurses eine bestimmte Prüfung ablegen? Sollen sie alle Kompetenzen auf gleichem Niveau erwerben oder liegt ggf. der Fokus auf einer bestimmten Kompetenz? Letzteres kann beispielsweise der Fall bei Kursen für Geisteswissenschaftler sein, die hauptsächlich Lesekompetenz zu Studienzwecken erwerben sollen. Es ist möglich, dass eine Institution Kurse mit verschiedenen Zielsetzungen anbietet, in diesem Fall sollte eine separate Analyse für die unterschiedlichen Kurse vorgenommen werden.

## Kursaufbau

Der Kursaufbau ist meist ebenfalls eine interne Vorgabe. Hier sind allerdings viele Faktoren zu beachten. Ein ausschlaggebender Faktor ist die Zeit, die für den Kurs veranschlagt wird. So benötigt ein Kurs, der beispielsweise 160 Unterrichtseinheiten für A1 veranschlagt, ein anderes Lehrwerk als ein Kurs, der A1 in nur 120 Unterrichtseinheiten abschließen will. Wird weniger Zeit für den Kurs veranschlagt, dann benötigen die Lerner viel Selbstlernmaterial, und das Lehrwerk muss “abgespeckt” sein, damit der Stoff zu bewältigen ist. Des Weiteren stellt sich die Frage nach der Konzeption des Kurses in Bezug auf die verwendeten Unterrichtsformen, d.h. wird nur Präsenzunterricht gegeben, wird ein Blended-Learning-Konzept verfolgt oder findet der Kurs gänzlich virtuell statt.

Es kann auch in Betracht gezogen werden, wie die Stunden aufgeteilt sind. Ein Intensivkurs, der jeden Tag stattfindet, braucht ggf. mehr Wiederholungen. Für einen Kurs, der in jeweils vier Stunden am Stück stattfindet, wären längere Kapitel oder Module passender als für Schulklassen, die meist nur 45 Minuten Unterricht haben.

Tabelle 1: Analyseraster der institutionellen Gegebenheiten am Beispiel des AvH

### Medellín

Item	Ausprägung	Anforderung an das Lehrwerk
Externe Vorgaben <ul style="list-style-type: none"> <li>● nationale/regionale Curricula</li> <li>● politische Leitlinien</li> <li>● weiteres</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- keine Vorgaben zum Curriculum</li> <li>- private Einrichtung</li> <li>- wird vom Goethe Institut Kolumbien unterstützt, d.h. die Aufgaben und Ziele des Goethe Instituts sollen berücksichtigt werden (Vermittlung eines umfassenden Deutschlandbildes durch Information über das kulturelle, gesellschaftliche und politische Leben, Förderung des interkulturellen</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- kultureller Fokus im Lehrwerk, eher auf Deutschland ausgerichtet als auf DACHL allgemein</li> </ul>

	Dialoges) <sup>4</sup>	
Interne Vorgaben <ul style="list-style-type: none"> <li>● methodisch-didaktisches Konzept</li> <li>● Zielsetzung</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- kommunikativer/interkultureller Ansatz</li> <li>- Orientierung am GeR</li> <li>- Institut ist Prüfungszentrum des Goethe Instituts (Start Deutsch 1 und 2, Zertifikat Deutsch 1 und 2)</li> <li>- Vorbereitung der KTN auf das Leben in Deutschland</li> <li>- Vorbereitung der Lerner auf Prüfungen des GI</li> <li>- Ausbildung allgemeiner kommunikativer Kompetenz in DaF</li> </ul>	Lehrwerk, das dem kommunikativen/interkulturellen Ansatz folgt <ul style="list-style-type: none"> <li>- einsprachig Deutsch</li> <li>- Orientierung am GeR</li> <li>- explizite Vorbereitung auf Prüfungen des GI</li> <li>- Informationen über das Leben in Deutschland</li> </ul>
Kursaufbau <ul style="list-style-type: none"> <li>● Kursdauer</li> <li>● Wochenstunden</li> <li>● Verhältnis Virtualität zu Präsenzzeit</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 160 Unterrichtseinheiten pro Niveau des GeR</li> <li>- 3 verschiedene Modalitäten: normal 4 Wochenstunden, semi-intensiv 7 Wochenstunden, intensiv 10 Wochenstunden</li> <li>- Präsenzunterricht ohne virtuelle Elemente</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- umfangreiches Lehrwerk</li> <li>- Material zum Selbstlernen</li> <li>- keine Plattformen nötig</li> </ul>

### 3.2 Charakterisierung der Lerner

Der zweite Analyseschwerpunkt sind die Lerner selbst. Selbstverständlich sind Lernergruppen nicht homogen, doch in unterschiedlichen institutionellen Kontexten zeichnen sich Tendenzen innerhalb der Lernergruppen ab, die wiederum Einfluss auf die Anforderungen eines Lehrwerks haben.

#### Alter

Das Alter der Lerner ist ein ungemein wichtiger Faktor bei der Auswahl des Lehrwerks (vgl. HUNEKE; STEINIG 2005: 9-18). Die Verlage bieten unterschiedliche Lehrwerke für verschiedene Altersgruppen an. Diese unterscheiden sich in Themen, Progression,

<sup>4</sup> vgl. Website des Goethe Instituts Kolumbien <https://www.goethe.de/ins/co/de/ueb/auf.html>



Übungsformaten und Layout. Kinder lernen anders als Erwachsene, Jugendliche anders als Senioren (vgl. zur Spezifizierung der Anforderung für Senioren bspw. BERNDT 2000). Die Themen innerhalb der Lehrwerke unterscheiden sich entsprechend den Zielgruppen stark. In Erwachsenenlehrwerken ist das Thema *Arbeit* häufig. Dies ist ein Thema, das für Jugendliche oder auch erwachsene Studierende nicht angemessen ist, da sie Aufgaben zu ihrem Arbeitsleben nicht bearbeiten können. Die Progression wird ebenfalls (u.a.) vom Alter beeinflusst. Man geht davon aus, dass junge Erwachsene schneller lernen als Senioren oder die grammatikalische Progression bei Erwachsenen steiler sein kann als bei Kindern. In Bezug auf Übungsformate wird davon ausgegangen, dass Kinder und Jugendliche spielerischer lernen als Erwachsene. Das Layout für Kinder ist meist verspielter und bunter als für ältere Lerner.

### **Lerngewohnheiten und Bildungsniveau**

Die Lerngewohnheiten und das Bildungsniveau beeinflussen ähnliche Aspekte des Lehrwerks wie das Alter. So ist es von Vorteil, wenn den Lerngewohnheiten der Lerner entsprochen wird, sofern solche vorhanden sind. Handelt es sich um lernungewohnte Lerner, so muss darauf geachtet werden, dass im Lehrwerk explizit Lernstrategien vorgestellt und eingeübt werden. Des Weiteren ist es in diesem Fall wichtig, dass eine kleinschrittige Vorgehensweise gewählt wird. Lerner mit Universitätsabschlüssen und anderen Fremdsprachenkenntnissen lernen meist schneller, da sie schon über Lernstrategien verfügen und Transferleistungen erbringen können (vgl. hierzu auch Konzept der BICS und CALP von CUMMINS 2008).

Ebenfalls zu beachten sind kulturelle Lerntraditionen. So kann beispielsweise ein fehlerfreundlicher, offener und kommunikativer Unterricht in einem Land, in dem die Grammatik-Übersetzungsmethode oder Pattern-Drill Alltag sind, einen zu großen Kontrast darstellen, sodass das Lehrwerk dem ebenfalls gerecht werden sollte.

### **Muttersprache und Fremdsprachenkenntnisse**

Die Muttersprache spielt in dem Sinn eine Rolle, als dass zunächst geschaut werden muss, ob die lateinische Schrift von den Lernern beherrscht wird. Wenn dies nicht der Fall ist, muss zunächst die Schrift erlernt werden.

Abhängig vom methodisch-didaktischen Ansatz und den Lerngewohnheiten, kann entschieden werden, ob ein regionales Lehrwerk verwendet wird, also ein Lehrwerk, das explizit die Muttersprache beispielsweise in Aufgabenstellungen verwendet oder auch sprachkontrastive Elemente enthält. Abhängig von der Muttersprache der Lerner finden sich solche Lehrwerke oder nicht, bzw. bieten sich solche an oder nicht. Einige Lehrwerke nutzen auch den Kontrast zum Englischen. Solche Lehrwerke nützen nur, wenn die Lerner Englisch auf einem fortgeschrittenen Niveau beherrschen. In einigen Fällen ist ein Vergleich zur Muttersprache wenig hilfreich (z.B. bei Wortschatzübungen, bei denen die Muttersprache aus unterschiedlichen Sprachfamilien kommt und somit keine Verwandtschaften oder Ähnlichkeiten gefunden werden können). Stark kommunikativ ausgerichtete Lehrwerke, die wenig Grammatikerklärungen geben, können sich für Lerner mit Muttersprachen, die dem Deutschen wenig gleichen, als problematisch herausstellen, weil sie die Regeln nicht ableiten können. Ebenso ist es für Lerner, die weder über eine Muttersprache verfügen, die mit dem Deutschen verwandt ist, noch über Kenntnisse in einer entsprechenden Fremdsprache, weitaus schwieriger, Bedeutungen zu inferieren. In diesem Fall könnte es lohnenswert sein, ein regionales Lehrwerk zu nutzen.

### **Motivation bzw. Ziel des Deutschlerners**

Die Motivation der Lerner ist ein entscheidender Faktor im Lernprozess. Im idealen Fall sind alle Kursteilnehmer intrinsisch motiviert (vgl. MAHADI; JAFARI 2012 zu Motivationstypen). Diese Motivation ist bei kleineren Rückschlägen im Lernprozess beständig und resistent. Meistens jedoch finden sich verschiedene Motivationen im Klassenraum. Den Unterricht angemessen für eine Gruppe extrinsisch motivierter Lerner zu gestalten, ist anspruchsvoll; Lehrkräfte an Schulen können dies bestätigen. Der größte Unterschied besteht allerdings zwischen instrumenteller und integrativer Motivation. Sind die Lerner stark integrativ motiviert, so ist ein Lehrwerk mit Grammatikfokus nicht passend; ein kommunikativ bzw. interkulturell ausgerichtetes Lehrwerk wäre hier die beste Wahl, da sich die Lerner möglichst schnell verständigen wollen und sich in der Zielkultur zurechtfinden möchten. Bei instrumentell motivierten Lernern ist ein schneller Lernfortschritt von großer Bedeutung. Häufig benötigen sie ein Sprachzertifikat für die Universität oder den Arbeitgeber, oder sie erhoffen sich andere Vorteile im Leben vom Beherrschen der Sprache. Diese Lerner bevorzugen tendenziell einen weniger

spielerischen und weniger kommunikativen Unterricht; sie wünschen sich eine steile Progression. Der Motivation dieser Lernergruppen würde beispielsweise ein kompaktes Lehrwerk mit einem Grammatikfokus entsprechen.

Es finden sich natürlich weitere Unterkategorien für die verschiedenen Motivationen. Wollen die Lerner in Deutschland studieren, wollen sie dort arbeiten oder ggf. als Au-Pair tätig sein? Für jedes der drei Ziele gibt es thematisch unterschiedlich aufgestellte Lehrwerke. Wollen die Lerner eine bestimmte Prüfung bestehen oder müssen sie nur den Kurs besuchen? Im ersten Fall ist es vielleicht sogar angebracht, ohne Lehrwerk und direkt mit Materialien zur Prüfungsvorbereitung zu arbeiten. Besuchen die Lerner den Kurs unfreiwillig und benötigen nur die Teilnahmebestätigung, sollte der Unterricht so stark wie möglich auf ihre Interessen ausgelegt werden, sodass sie auch unter diesen Umständen etwas lernen.

So viele Lernergruppen es gibt, so viele unterschiedliche Motivationsprofile lassen sich erstellen. Auch wenn sich diese schwer fassen lassen, sollte dieser Aspekt bei der Lehrwerkauswahl in Betracht gezogen werden.

Tabelle 2: Analyseraster der Charakterisierung der Lerner<sup>5</sup> am Beispiel des AvH

Medellín

Item	Ausprägung	Anforderung an das Lehrwerk
Alter	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Kurse zugelassen ab 16</li> <li>- jüngste Lerner 16, älteste Lerner 55 Jahre</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Lehrwerk, das für verschiedene Zielgruppen interessant gestaltet ist, kein klarer Jugend-/ Studien- / Arbeits- / Erwachsenenfokus</li> </ul>
Lerngewohnheiten und Bildungsniveau	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Beschäftigung der Lerner: 30% Angestellte, 49 % Studierende, 10% Schüler, 7% Selbstständige, 5% Arbeitslose</li> <li>- Bildungsabschlüsse: 43% Pregrado (Bachelor), 38%</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Lehrwerk, das für verschiedene Zielgruppen geeignet ist, kein Lehrwerk explizit für Akademiker, aber auch kein sehr kleinschrittiges</li> </ul>

<sup>5</sup> Daten der Lerner des Semester 2018-1

	<p>Schulabschluss Klasse 11, 16% Posgrado (Master, Doktor, o.ä.), 3% Ausbildung</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Soziokultureller Hintergrund<sup>6</sup>: Schicht 1 3%, Schicht 2 9%, Schicht 3 30%, Schicht 4 26%, Schicht 5 26%, Schicht 6 6%</li> <li>- tendenziell an traditionellen Fremdsprachenunterricht und Lernmethoden gewöhnt</li> <li>- Lernstrategiewissen eher wenig ausgeprägt</li> </ul>	<p>Lehrwerk</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Lernstrategien im Lehrwerk erwünscht</li> </ul>
<p>Muttersprache und Fremdsprachenkenntnisse</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Muttersprache: Spanisch</li> <li>- viele mit Englischkenntnissen, Niveau allerdings unbekannt</li> <li>- andere Fremdsprachenkenntnisse nicht bekannt</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Lehrwerk mit Kontrastsprache Spanisch möglich, wegen kommunikativen Ansatzes aber nicht sinnvoll</li> <li>- Lehrwerk mit Englisch als Vergleich nicht angemessen, da nicht alle Lerner über Englischkenntnisse verfügen</li> <li>- Lehrwerk mit expliziten Grammatikerklärungen nötig, weil Ausgangs- und Zielsprache weit voneinander entfernt sind</li> <li>- Ausspracheschulung von Beginn an von großer Bedeutung, da Ausgangs- und Zielsprache stark voneinander abweichen</li> </ul>

<sup>6</sup> In Kolumbien wird man durch den Wohnort einer bestimmten Schicht, den sog. estratos, zugeteilt. Estrato 1 ist die niedrigste, estrato 6 die höchste Schicht.

		(möglichst zu Beginn: /s/ im Anlaut, /qu/, /sch/, /r/, /e/ und andere phonetische Phänomene, die sich vom Spanischen unterscheiden)
Motivation bzw. Ziel des Deutschlernens	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Familienzusammenführung</li> <li>- Studium in Deutschland</li> <li>- Bestehen der B1 Prüfung</li> <li>- Interesse an Sprachen allgemein</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Lehrwerk ohne spezifisches Ziel</li> <li>- allgemein interessante und gemischte Themen</li> </ul>

### 3.3 Charakterisierung der Lehrkräfte

Wie in der Einleitung erwähnt ist die Charakterisierung der Lehrkräfte ein weiteres elementares Analyseelement zur Auswahl eines Lehrwerks, denn die Lehrkräfte bereiten auf Grundlage des Lehrwerks ihren Unterricht vor.

#### **Ausbildung und Berufserfahrung**

Die erste Frage, die sich stellt, ist die der Ausbildung der Lehrkräfte. Haben sie ein DaF-Studium oder eine Lehrerausbildung? In einigen Ländern bzw. Regionen gibt es kein ausreichendes Angebot an akademischer Ausbildung für DaF-Lehrkräfte und das Kollegium besteht größtenteils aus Quereinsteigern. In anderen Ländern bzw. Regionen kann davon ausgegangen werden, dass die Lehrkräfte ausgebildete Fachkräfte sind. Wenn eine Institution das Glück hat, ausgebildete DaF-Lehrer als Angestellte zu haben, so geht man davon aus, dass diese mit jedem Lehrwerk didaktisch-methodisch ansprechenden Unterricht gestalten können. Hat eine Institution ausgebildete Schullehrkräfte aus Deutschland, dann brauchen sie häufig Unterstützung bei den DaF-spezifischen Aspekten der Inhalte des Unterrichts, beispielsweise Grammatikerklärungen, Tafelbildern und Unterrichtssprache in reduzierter sprachlicher Komplexität. Wenn eine Institution hauptsächlich Quereinsteiger beschäftigt, brauchen diese, wenn sie nicht über langjährige Berufserfahrung verfügen, Unterstützung in allen Aspekten des Unterrichtsgeschehens. Lehrwerke unterscheiden sich stark in Bezug auf das Angebot für die Lehrkraft.

Langjährige Unterrichtserfahrung kann zweierlei Auswirkungen auf den Unterricht haben: einerseits führt sie dazu, dass Lehrkräfte ihren Stil und gute Strategien für die Gestaltung ihres Unterrichts finden, andererseits kann sie auch dazu führen, dass sie “einrosten”, d.h., dass sie neuen didaktisch-methodischen Tendenzen nicht mehr folgen und nichts Neues im Unterricht ausprobieren wollen. Lehrerhandreichungen können sehr reduziert ausfallen oder aber komplette Unterrichtsplanungen mit Zusatzmaterialien enthalten. Wenn Unterrichtspläne vorliegen, können diese “eingerostete” Lehrkräfte dazu animieren, diese auszuprobieren, und Novizen können sie als Beispiel nützen, um an ihnen beispielhaft das Konzipieren von Unterricht zu lernen. Das Erstellen von Zusatzmaterialien, die das Erreichen des Lernziels unterstützen und im Sinne der Lernprogression angemessen sind, bedeutet zusätzliche Arbeit für die Lehrkräfte und ist zudem nur mit dem nötigen Fachwissen möglich. Lehrwerke unterscheiden sich in ihrem Angebot an Zusatzmaterialien. Wenn eine Institution Lehrkräfte beschäftigt, die nicht über das nötige Fachwissen zum Erstellen von Zusatzmaterialien verfügen, benötigen sie ein Lehrwerk mit einem breiten Angebot an Zusatzmaterial. Ein ebenfalls anspruchsvolles Thema ist das Erstellen von Prüfungen. Lehrnovizen können mit dem Erstellen von Prüfungen überfordert sein oder reduzieren diese ggf. dementsprechend auf reine Grammatik- und/oder Vokabelkenntnisse. Die meisten Lehrwerke bieten Testhefte an, in denen sich Tests zu den einzelnen Lektionen des Lehrwerks finden. Inwiefern es sich dabei um reine Wissensabfragetests oder um kompetenzorientierte Prüfungen handelt, hängt stark vom Lehrwerk ab.

### **Sprachniveau**

Das Sprachniveau der Lehrkräfte kann zwischen dem von quasi Anfängern und dem von Muttersprachlern liegen. Je geringer das Sprachniveau der Lehrkräfte ist, desto ausführlicher sollten die Hilfen zur Grammatikerklärung in den Lehrerhandreichungen sein und desto mehr Zusatz- und Prüfungsmaterial sollte das Lehrwerk liefern. Denn das Erstellen von Zusatz- und Prüfungsmaterial ist nicht nur inhaltlich, sondern auch sprachlich anspruchsvoll. Es sollte zudem darauf geachtet werden, dass die Formulierungen in den Lehrerhandreichungen für die Lehrkräfte verständlich formuliert sind, denn sonst werden sie sie nicht nutzen.

### DACHL-Kenntnisse

Der kulturelle Hintergrund der Lehrkräfte sollte nicht außer acht gelassen werden. Kennen die Lehrkräfte die deutschsprachigen Länder? Sind sie dort aufgewachsen oder haben sie dort studiert? Gibt es Varietät unter den Lehrkräften? Wenn die Lehrkräfte einer Institution die DACHL-Länder nicht kennen, muss das Lehrwerk diese Kenntnisse ersetzen, dabei die landeskundlichen Themen herunterbrechen und in den Handreichungen Hintergrundwissen vermitteln oder zumindest angeben, wo sich die Lehrkraft Hintergrundwissen verschaffen kann. Insbesondere, wenn es um sprachliche Varietäten geht, sollten diese in den Handreichungen ausreichend erklärt werden, sodass auch eine nicht-muttersprachliche Lehrkraft diese in den Unterricht integrieren kann. Wenn das Lehrerkollegium aus verschiedenen Herkunftsländern stammt, kann eher davon ausgegangen werden, dass den Lernern ein ausgeglichenes Bild der deutschsprachigen Ländern vermittelt wird.

Tabelle 3: Analyseraster der Charakterisierung der Lehrkräfte am Beispiel des AvH  
Medellín

Item	Ausprägung	Anforderung an das Lehrwerk
Ausbildung und Berufserfahrung	<ul style="list-style-type: none"> <li>- alle Lehrkräfte müssen ein abgeschlossenes Studium vorweisen</li> <li>- Großteil der Lehrkräfte mit Studienabschlüssen anderer Fachrichtungen</li> <li>- einige Lehrkräfte mit DaF-Masterabschluss</li> <li>- Lehrerfahrung gemischt von Novizen bis über 30 Jahre Erfahrung</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- ausführliche Lehrerhandreichungen unbedingt notwendig für Novizen, Quereinsteiger und "Eingerostete"</li> <li>- ausführliches Zusatz- und Prüfungsmaterial gewünscht</li> </ul>
Sprachniveau	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Muttersprachler und Nichtmuttersprachler</li> <li>- alle min. GeR Niveau B2, nachgewiesen durch Goethe Zertifikat B2 oder TestDaF</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- keine besonderen Anforderungen an sprachliches Niveau und Erklärungen</li> </ul>
DACHL-Kenntnisse	<ul style="list-style-type: none"> <li>- alle Lehrkräfte haben deutschsprachige Länder besucht, unterschiedliche</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Inhalte zu Schweiz und Österreich erwünscht aber kein</li> </ul>

	Intensität - mehrere in Deutschland aufgewachsene Lehrkräfte, eine Lehrkraft aus Österreich	Ausschlusskriterium - Hintergrundwissen zu Landeskunde erwünscht
--	--	---

## 4. Zusammenfassung der Ergebnisse

Zunächst müssen die Anforderungen an das Lehrwerk zusammengefasst werden, bevor eine Diskussion über ein bestimmtes Lehrwerk stattfinden kann. Einige Anforderungen einer Kategorie überschneiden sich mit denen einer anderen und andere erübrigen sich durch Ausschluss. Im Folgenden, werden die Anforderungen zusammengefasst. Dabei werden die Anforderungen verschiedenen lehrwerkimmanenten Faktoren zugeordnet.

### **Aufbau/ Konzeption**

- Orientierung am GeR
- für min. 140 UE pro Niveau konzipiert
- mittlere Progression
- einsprachig deutsch (eher ohne Sprachvergleiche)
- kommunikativer/ interkultureller Ansatz mit expliziter Grammatikerklärung
- Selbstlernmaterialien für die Lerner
- konsequentes Aussprachetraining
- Lernstrategien werden thematisiert und trainiert

### **Inhalt/ Themen**

- deutschlandzentriertes Lehrwerk (andere deutschsprachige Länder wünschenswert, aber kein Ausschlusskriterium)
- Leben in Deutschland als thematischer Fokus, Themen wie Arbeit oder andere, die nur für eine spezifische Zielgruppe interessant sind, vermeiden, allgemein interessante Themen
- Vorbereitung auf Prüfungen des GI

### **Zusatzmaterial**

- ausführliche Lehrerhandreichungen mit Unterrichtsplanung
- Hintergrundwissen zu landeskundlichen Themen



- viel Zusatzmaterial für die Lerner
- Prüfungsmaterial (möglichst kompetenzorientierte Lektionstests)

Mithilfe der Reduktion der Anforderungen durch die Zuordnung zu den einzelnen Kategorien werden diese zusammengefasst und übersichtlich dargestellt. Mit dieser Liste können nun einzelne Lehrwerke in Hinblick auf ihre Angemessenheit für eine bestimmte Institution analysiert werden.

## 5 Analyse eines Lehrwerks

Als Beispiel werden im Folgenden zwei Lehrwerke, *Menschen* des Hueber Verlags und *Linie 1* des Klett Verlags, auf ihre Eignung für die dargestellte Zielgruppe überprüft. Diese Analyse wird aus Gründen der Übersichtlichkeit ebenfalls in einer Tabelle durchgeführt. Die Auswahl fiel auf diese Lehrwerke, da das Goethe Institut Kolumbien vor einigen Jahren *Menschen* eingeführt hat und *Linie 1* als Nachfolger von *Berliner Platz neu* gesehen werden kann, mit dem das Humboldt Institut viele Jahre gearbeitet hat.

Tabelle 4: Analyse der Lehrwerke *Menschen* in Bezug auf ihre Eignung für die Zielgruppe

Anforderung	<i>Menschen</i>	<i>Linie 1</i>
<b>Aufbau/ Konzeption</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Orientierung am GeR</li> <li>- min. 85 UE pro Niveau</li> <li>- mittlere Progression</li> <li>- handlungsorientiert mit expliziter Grammatikerklärung</li> <li>- Selbstlernmaterialien Zusatzangebote vorhanden</li> <li>- konsequentes Aussprachetraining</li> <li>- Lernstrategien werden trainiert (z.B. Wortschatzlerntipps bei Wortlisten, in Lehrerhandreichungen werden Hinweise gegeben)</li> <li>- hat Sprachvergleich zu Englisch</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- kommunikativ mit expliziter Grammatikerklärung, Hauptziel schnelles Sprachhandeln</li> <li>- Selbstlernmaterial und Zusatzangebote vorhanden</li> <li>- konsequentes Aussprachetraining</li> <li>- kein Sprachvergleich</li> <li>- interkulturell ausgerichtet</li> <li>- Orientierung am GeR und Rahmencurriculum für Integrationskurse</li> <li>- 160-200 UE pro Niveau</li> <li>- zu Beginn eher flache Progression (Fokus liegt auf Flüchtlingen und</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- wenig interkulturell (eher landeskundlich)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Asylsuchenden)</li> <li>- keine klare Lernstrategieschulung</li> </ul>
<b>Inhalt/ Themen</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- eher deutschlandzentriert</li> <li>- allgemeine Themen</li> <li>- Vorbereitung auf Prüfungen des GI</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- deutschlandzentriert</li> <li>- DaZ- Themen (relevant für Leben in Deutschland)</li> <li>- Vorbereitung auf Prüfungen des GI und Deutschtest für Zuwanderer</li> </ul>
<b>Zusatzmaterial</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- ausführliche Lehrerhandreichungen</li> <li>- umfangreiches Zusatzmaterial für Lerner</li> <li>- landeskundliche Informationen sind in den Lehrerhandreichungen zu finden, wenn auch nicht sehr ausführlich</li> <li>- Testheft mit allen Kompetenzen, jedoch sehr auf Grammatik und Wortschatz fokussiert</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- ausführliche Lehrerhandreichungen</li> <li>- umfangreiches Zusatzmaterial für Lerner</li> <li>- Testheft mit allen Kompetenzen, jedoch sehr auf Grammatik und Wortschatz fokussiert</li> <li>- landeskundliche Informationen sind in den Lehrerhandreichungen zu finden und deutlich gekennzeichnet</li> </ul>

Die Gegenüberstellung in der Tabelle zeigt, in welchen Bereichen das jeweilige Lehrwerk die Anforderungen, die die Zielgruppe stellt, erfüllt. In diesem Fall zeigt sich, dass *Menschen* die bessere Wahl für die hier analysierte Zielgruppe ist, da das Lehrwerk fast alle Anforderungen erfüllt und *Linie 1* sowohl im Bereich der Konzeption als auch im Bereich der Themen einige Abweichungen von den Anforderungen aufweist.

Es bleibt anzumerken, dass bei der Entscheidung für oder gegen ein Lehrwerk nicht Wert auf die Anzahl erfüllter Elemente gelegt werden sollte, sondern auf die Erfüllung der für die Institution wichtigsten Aspekte.

## 6 Abschließende Betrachtung

Der vorliegende Vorschlag verfolgt das Ziel, Institutionen bzw. Lehrkräften ein pluriperspektivisches Werkzeug an die Hand zu geben, das sie auf ihren eigenen Kontext anwenden bzw. für diesen adaptieren können. Es beschreibt detailliert bekannte Raster

und erweitert es um das Element der Lehrkräfte. Zudem wird mit der Beispielanalyse ein Verfahrensvorschlag dargelegt. Es ist von großer Bedeutung für die Unterrichtsqualität und den Lehr-/ Lernprozess, dass das richtige Lehrwerk für eine Institution, seine Lerner und seine Lehrkräfte ausgewählt wird. Die hier dargestellte Analyse sollten Institutionen in regelmäßigen Abständen durchführen, sodass sie stets das richtige Lehrwerk für ihren Kontext nutzen.

## Literaturverzeichnis

- BERNDT, Anette. Senioren lernen Deutsch: 13 Grundgedanken. *German as a foreign language*, n. 3, 2000, p. 1-14. Disponível em <<http://www.gfl-journal.de/3-2000/berndt.pdf>> Acesso em 23.07.2018.
- CUMMINS, Jim. BICS and CALP: Empirical and Theoretical Status of the Distinction. In: HORNBERGER, Nancy (ed.) *Literacy*. Encyclopedia of Language and Education Volume 2. 2. ed. New York: Springer Science + Business Media LLC, 2008, p. 71-83.
- ELSNER, Daniela. Lehrwerke. In: BURWITZ-MELZER, Eva et al. (ed.) *Handbuch Fremdsprachenunterricht*. Tübingen: A. Francke, 2016, p. 441-445.
- FUNK, Hermann. Lehrwerkforschung, In: HALLET, Wolfgang; KÖNIGS, Frank G. (ed.) *Handbuch Fremdsprachendidaktik*. Seelze-Velber: Kallmeyer, 2010, p. 364-369.
- \_\_\_\_\_. Qualitätsmerkmale von Lehrwerken prüfen – ein Verfahrensvorschlag. *Babylonia*, n. 3, 2004, p. 41-47.
- HUNEKE, Hans-Werner; STEINIG, Wolfgang. *Deutsch als Fremdsprache*. Eine Einführung. Berlin: Schmidt, 2005.
- KRANZ, Dieter. Eichheim, Hubert, Bovermann, Monika, Tesarová, Lea & Hollerung, Marion (2002), Blaue Blume. Deutsch als Fremdsprache, Kursbuch – Englische Ausgabe, übersetzt von John Stevens. *Zeitschrift für interkulturellen Fremdsprachenunterricht*, v. 9, n. 3, 2004, p. 1-5. Disponível em <<http://tujournals.ulb.tu-darmstadt.de/index.php/zif/article/viewFile/509/485>> Acesso em 23.07.2018.
- KRUMM, Hans-Jürgen. Lehrwerke im Deutsch als Fremd- und Deutsch als Zweitsprache-Unterricht. In: KRUMM, Hans-Jürgen et al. (ed.) *Deutsch als Fremd- und Zweitsprache: ein internationales Handbuch*. de Gruyter/Berlin/New York: 2010, p. 1215-1226.
- MAHADI, Tengku Sepora Tengku; JAFARI, Sepideh Moghaddas. Motivation, Its Types, and Its Impacts in Language Learning. *International Journal of Business and Social Science*, v. 3, n. 24, 2012, p. 230-235.
- MAIJALA, Minna. Was ein Lehrwerk können muss – Thesen und Empfehlungen zu Potenzialen und Grenzen des Lehrwerks im Unterricht Deutsch als Fremdsprache. *Informationen Deutsch als Fremdsprache*, v. 34, n. 6, 2007, p. 543-561.
- PAPADIMITRIOU, Eleni-Maria. *Lehrwerkkritik und -analyse von DaF-Lehrwerken unter dem Aspekt der Übersetzung bzw. Sprachmittlung auf den verschiedenen Sprachniveaus*. Dissertação de mestrado. Aristoteles Universität Thessaloniki, Thessaloniki, 2015. Disponível em <<http://ikee.lib.auth.gr/record/283824/files/GRI-2016-16942.pdf>> Acesso em 23.07.2018.
- RETELJ, Andreja. Evaluation of textbooks for German as a foreign language in the basis of the Common European Framework of Reference for Languages: learning, teaching, assessment. *Linguística*, v. 54, n. 1, 2014, p. 61-75.

## Anhang: Analyseraster zur Charakterisierung der Zielgruppe

Tabelle 1: Analyseraster der institutionellen Gegebenheiten

<b>Item</b>	<b>Ausprägung</b>	<b>Anforderung an das Lehrwerk</b>
Externe Vorgaben <ul style="list-style-type: none"> <li>● nationale/regionale Curricula</li> <li>● politische Leitlinien</li> <li>● weiteres</li> </ul>		
Interne Vorgaben <ul style="list-style-type: none"> <li>● methodisch-didaktisches Konzept</li> <li>● Zielsetzung</li> </ul>		
Kursaufbau <ul style="list-style-type: none"> <li>● Kursdauer</li> <li>● Wochenstunden</li> <li>● Verhältnis Virtualität zu Präsenzzeit</li> </ul>		

Tabelle 2: Analyseraster der Charakterisierung der Lerner

<b>Item</b>	<b>Ausprägung</b>	<b>Anforderung an das Lehrwerk</b>
Alter		
Lerngewohnheiten und Bildungsniveau		
Muttersprache und Fremdsprachenkenntnisse		
Motivation bzw. Ziel des Deutschlernens		

Tabelle 3: Analyseraster der Charakterisierung der Lehrkräfte

<b>Item</b>	<b>Ausprägung</b>	<b>Anforderung an das Lehrwerk</b>
Ausbildung und Berufserfahrung		
Sprachniveau		
DACHL-Kenntnisse		

*Recebido em 23 de junho de 2018*

*Aceito em 21 de outubro de 2018*

# Desafios do uso do livro didático no ensino superior: uma análise empírica exploratória da recepção de aspectos de vocabulário, gramática e exercícios do livro *DaF Kompakt*

[Challenges in textbook use at the university level – an exploratory empirical analysis of acceptance of aspects related to vocabulary, grammar and exercises in the *DaF Kompakt* textbook]

<http://dx.doi.org/10.11606/1982-88372237302>

Anelise Gondar<sup>1</sup>

Mergenfel A. Vaz Ferreira<sup>2</sup>

**Abstract:** Among the many available foreign language (FL) resources, textbooks have undoubtedly been one of the core elements in teaching-learning mechanisms in classrooms for many decades (RÖSLER; SCHAT 2016). This paper extends current discussions on the use of textbooks for teaching German as a Foreign Language, specifically within the context of Brazilian universities. The purpose here is to present and provide a critical discussion – based on an exploratory-interpretive survey (CASPARI; HELBIG; SCHMELTER 2007) – of student perceptions of the textbook *DaF Kompakt*, used by one university in Rio de Janeiro, Brazil, that offers Portuguese and German Language and Literature Studies. This paper opens with an initial discussion of the role of the textbook and student beliefs and perceptions about teaching and learning German as a Foreign Language; it then presents and analyses the data collected through a qualitative survey of university students; finally, it suggests a research agenda exploring possibilities of critical analyses of foreign language textbook use, together with a comparative investigation in greater depth, exploring the limits and possibilities of the materials used in German language courses at universities in Brazil.

**Keywords:** Textbook Analysis; German as a Foreign Language; Qualitative Survey

**Resumo:** Dos vários recursos disponíveis ao aprendizado da língua estrangeira (LE), o livro didático tem provado ser indubitavelmente um dos elementos centrais para os mecanismos de ensino-aprendizagem em nossas salas de aula ao longo das décadas (RÖSLER; SCHAT 2016). Este artigo avança as discussões atuais acerca da utilização do livro didático de alemão como língua estrangeira (ALE) especificamente no contexto do ensino superior brasileiro e tem como objetivo apresentar e discutir criticamente a partir de uma pesquisa exploratório-interpretativa (CASPARI; HELBIG; SCHMELTER 2007) a percepção dos alunos sobre o livro didático *DaF Kompakt*, utilizado por uma universidade pública no Rio de Janeiro que oferece o Curso de Letras Português-Alemão. O artigo apresenta inicialmente uma discussão acerca do papel do livro

<sup>1</sup> Universidade do Estado do Rio de Janeiro, R. São Francisco Xavier, 524, Rio de Janeiro, RJ, 20550900, Brasil. E-mail: anelisegondar@gmail.com. ORCID: 0000-0001-7594-8857

<sup>2</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro, Av. Horácio de Macedo, 2151, Rio de Janeiro, RJ, 22280002, Brasil. E-mail: megchenvaz@yahoo.com. ORCID: 0000-0002-6478-8066



didático e das crenças e percepções discentes sobre ensino-aprendizagem de ALE, em seguida apresenta e analisa os dados coletados por meio de pesquisa qualitativa junto a discentes do ensino superior e, por fim, propõe uma agenda de pesquisa que aponta para possibilidades de análise crítica do uso do livro didático de língua estrangeira e de uma investigação mais aprofundada e contrastiva sobre limites e possibilidades dos materiais usados em cursos de língua alemã nas universidades brasileiras.

**Palavras-chave:** análise de livro didático; alemão como língua estrangeira; pesquisa qualitativa.

**Zusammenfassung:** Von den vielen Ressourcen, die dem Fremdsprachenstudium zur Verfügung stehen, hat sich das Lehrwerk zweifellos über die Jahrzehnte als eines der zentralen Elemente für Lehr-Lern-Prozesse in unseren Klassenräumen erwiesen (RÖSLER; SCHAT 2016). Dieser Artikel leistet einen wichtigen Beitrag zu der aktuellen Diskussion über die Verwendung des Lehrwerks *DaF Kompakt* im speziellen Kontext der brasilianischen Hochschulbildung und zielt darauf ab, die Wahrnehmung von Studierenden im Rahmen des Studiengangs ‚Sprach- und Literaturwissenschaft Portugiesisch-Deutsch‘ einer Universität im Bundesstaat Rio de Janeiro, die das Lehrwerk verwendet, anhand eines explorativ-interpretativen Forschungsansatzes vorzustellen und zu diskutieren (CASPARI; HELBIG; SCHMELTER 2007). Der Artikel stellt zunächst die Diskussion über die Rolle des Lehrwerks und die studentischen Überzeugungen und Wahrnehmungen über die Lehre und das Erlernen von Deutsch als Fremdsprache dar. Im Anschluss werden dann die Daten, die durch qualitative Forschung mit Hochschulstudierenden gesammelt wurden, vorgestellt und analysiert. Schließlich wird eine Forschungsagenda vorgeschlagen, die sowohl auf die Möglichkeiten für eine kritische Analyse der Verwendung des Fremdsprachenlehrwerks als auch auf die Perspektiven für eine vertiefte und kontrastive Untersuchung der Grenzen und Möglichkeiten der Lehrmaterialien, die in Deutschkursen an brasilianischen Universitäten verwendet werden, hinweist.

**Stichwörter:** Lehrwerkanalyse; Deutsch als Fremdsprache; qualitative Forschung

## 1 Introdução

Dos vários recursos disponíveis ao aprendizado de LEs, o livro didático tem provado ser indubitavelmente um dos elementos centrais para os mecanismos de ensino-aprendizagem em nossas salas de aula ao longo das décadas (RÖSLER; SCHAT 2016; MOURA et al. 2017). Utilizados nas mais diversas etapas da aprendizagem escolar e extraescolar, os materiais didáticos, em especial de língua estrangeira, refletem, por um lado, as políticas linguísticas para um determinado Estado ou região, ao mesmo tempo em que têm respondido aos desafios do século XXI como, por exemplo, a incorporação de novas tecnologias e dos estímulos em um mundo em constante transformação (entre outros, ver MARQUES-SCHÄFER; ROZENFELD 2018). A pesquisa em torno de materiais didáticos em geral e livros didáticos em particular deita raízes nas reflexões acerca das formas de aprendizagem de uma língua estrangeira e se confunde com a história e análise dos próprios métodos de ensino de LEs ao longo da história da didática (RÖSLER 2012). O uso do livro didático no ensino superior brasileiro em cursos de alemão como língua

estrangeira (ALE), em especial, apresenta dificuldades que vêm sendo debatidas por especialistas do campo no contexto brasileiro (BOHUNOVSKY; BOLOGNINI 2005; UPHOFF 2009; SCHMIDT 2016; MARQUES-SCHÄFER; BOLACIO; STANKE; 2016).

Este artigo avança as discussões atuais acerca da utilização do livro didático para ALE no ensino superior brasileiro e tem como objetivo apresentar, a partir de uma pesquisa exploratório-interpretativa (CASPARI; HELBIG; SCHMELTER 2007), a percepção discente sobre o livro didático atualmente adotado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que oferece o Curso de Letras Português-Alemão. Nesse sentido, busca contribuir para o preenchimento de uma das lacunas já apontadas por Schmidt (2016) e Marques-Schäfer, Bolacio e Stanke (2016) na literatura, no que diz respeito a uma análise ao mesmo tempo mais ampla e, também, multifacetada do uso de livros didáticos, em especial do livro *DaF Kompakt*, no ensino superior brasileiro. Em consonância com Caspari, Helbig e Schmelter (2007: 499), a pesquisa que dá origem a este artigo tem como ponto de partida a ideia de que a realidade de inserção do docente-pesquisador pode e deve contribuir para a criação e avanço de marcos teóricos no contexto da área de estudos de ALE. O que os autores denominam como um acompanhamento de pesquisa (atento) à prática de sala de aula (*forschende Begleitung von unterrichtlicher Praxis*) (*ibidem*), permite que

[...] o professor de língua estrangeira possa formular questionamentos relevantes e concretos em relação ao seu campo de atuação profissional, levantando, analisando e interpretando sistematicamente dados a fim de desenvolver sua prática de forma embasada. (CASPARI; HELBIG; SCHMELTER 2007: 499, tradução nossa)<sup>3</sup>

A partir dessa perspectiva, a presente pesquisa busca verificar na percepção dos estudantes, ecos da própria compreensão docente quanto ao trabalho com o livro didático *DaF Kompakt*, procurando, além disso, apreender a reflexão destes acerca de sua própria relação com o material, bem como suas expectativas quanto a esse instrumento de aprendizagem.

A ferramenta utilizada para coleta de dados mais precisos sobre a relação dos estudantes com o livro didático consistiu em um questionário distribuído eletronicamente a um total de trinta alunos regularmente frequentando todas as disciplinas de Língua Alemã (II, IV e VI) ofertadas em 2017.1 na referida instituição de ensino superior. O

---

<sup>3</sup> No original: “[...] Fremdsprachenlehrer für sie relevante, konkrete Fragestellungen in Bezug auf ihr berufliches Handlungsfeld formulieren, hierzu systematisch Daten erheben, diese analysieren und interpretieren und auf dieser Basis ihr Handeln begründet weiterentwickeln”.



questionário contou com nove perguntas relativas a elementos específicos do livro didático que, segundo a experiência de ensino das docentes-pesquisadoras, indicaram ser os que mais representavam algum tipo de entrave ao processo de aprendizagem. Dessa forma, nortearam a presente pesquisa as dificuldades sentidas pelas docentes-pesquisadoras quanto ao (1) vocabulário (a quantidade, forma de apresentação e sistematização do vocabulário novo a cada lição); (2) aos conteúdos gramaticais (quantidade, forma de apresentação e sistematização dos pontos gramaticais a cada lição); e (3) à tipologia de exercícios oferecida pelo livro. A partir do acompanhamento atento da prática pedagógica em sala de aula, foram identificadas as seguintes questões que reiteradamente evocavam comentários dos alunos: dificuldades em relação às questões de vocabulário (surgimento de vocabulário novo durante a lição e uso da lista de vocábulos ao final de cada lição), à progressão e apresentação dos conteúdos gramaticais (a quantidade de pontos gramaticais apresentados por lição e a forma como surgem no livro) e à tipologia de exercícios. Com base nessas indagações, construiu-se um instrumento de pesquisa de característica tanto quantitativa quanto qualitativa para apreender tanto as avaliações dos alunos em relação aos referidos pontos quanto as características gerais do livro didático. Ao elucidar esses três aspectos trazidos pelo livro didático, a proposta central do artigo foi a de identificar como estes são recebidos pelos aprendentes e em que medida os aspectos mencionados são fatores facilitadores ou desafiadores do ponto de vista da aprendizagem.

Tendo em vista esse objetivo principal, será apresentada uma breve discussão sobre o uso do livro didático (LD) em contexto universitário e sobre algumas crenças de aprendizes acerca de aspectos que envolvem o processo de aprendizagem, como o próprio livro didático e o modo como é (ou pode ser) utilizado. A presente investigação encontra-se inspirada nos critérios elencados por Caspari, Helbig e Schmelter (2007) para a aplicação de pesquisas exploratório-interpretativas. Os autores consideram relevantes a abertura e a flexibilidade frente à combinação de instrumentos qualitativos e quantitativos de coleta e avaliação de dados, a comunicabilidade dos achados e a transparência nos critérios relativos à concepção e reflexão sobre o tema central da pesquisa e suas implicações. Seguindo estes princípios, que justificam uma pesquisa exploratória cientificamente embasada, este estudo busca apresentar, a partir do material coletado, discussões e encaminhamentos necessários do ponto de vista da análise e

aperfeiçoamento da prática docente em sua interface com o livro didático e o propósito do ensino de ALE em nível superior.

## 2 O livro didático – alguns elementos para reflexão

“Na maioria dos contextos de aula, o livro didático segue tendo um papel fundamental. E ainda assim, a crítica ao livro didático permanece inconfundível” (RÖSLER; SCHAT 2016: 483)<sup>4</sup>.

É possível afirmar que a literatura especializada no estudo de livros e materiais didáticos acompanhou o avanço dos tipos de materiais e recursos trazidos para o contexto da sala de aula ao longo das décadas (RÖSLER 2012: 33 em diante). A evolução das características e objetivos do ensino de língua estrangeira associada às transformações na própria natureza dos materiais pedagógicos disponíveis aos aprendentes tem feito com que o livro didático passe a disputar seu lugar dentre uma miríade de *inputs* em diversos suportes (MOURA et al. 2017). Tanto jornais quanto páginas eletrônicas, aplicativos, *blogs*, redes sociais e filmes instigam a interatividade, a individualização do aprendizado e, sobretudo, parecem ter potencial de descentrar o livro didático como autoridade linguística e cultural (MARQUES-SCHÄFER; ROZENFELD 2018). Nesse sentido, a própria percepção acerca do livro didático é a de que ele deveria ter como foco

[...] acompanhar ou orientar o processo de aprendizagem dentro de um determinado espaço de tempo e lidar com a variedade de fenômenos linguísticos e culturais da língua alvo, além de relacionar tudo isso a diferentes perspectivas didáticas<sup>5</sup> (RÖSLER 2012: 41 apud RÖSLER; SCHAT 2016: 484, tradução nossa).

Afinal,

[...] um livro didático não deve apenas fornecer textos e temas, mas, sim, responder ao conjunto de exigências no que tange ao trabalho linguístico nos campos da pronúncia, do léxico, do vocabulário, da gramática, do trabalho textual etc. e unir isso a uma variedade de exercícios e tarefas<sup>6</sup> (RÖSLER; SCHAT 2016: 485, tradução nossa).

<sup>4</sup> Tradução livre do original em alemão: “In den meisten Unterrichtskontexten spielen Lehrwerke nach wie vor eine zentrale Rolle. Und dennoch sind die kritischen Stimmen unüberhörbar”.

<sup>5</sup> Do original: “[...] ‘den Lernprozess für einen bestimmten Zeitraum zu begleiten oder zu steuern und die Vielfalt der sprachlichen und kulturellen Phänomene der Zielsprache zu behandeln und unter didaktischen Gesichtspunkten in Beziehung zu bringen”.

<sup>6</sup> Do original: “[...] ein Lehrwerk soll ja nicht nur Texte zu Themen liefern, sondern die Gesamtheit der Anforderungen an Spracharbeit in den Bereichen der Aussprache, Lexik, Wortschatz, Grammatik, Textarbeit usw. abdecken und in einer Übungs- und Aufgabenvielfalt verbinden”.

Analisando historicamente os materiais didáticos disponíveis para o ensino de alemão como LE, Rösler (2012) afirma que, especificamente nos anos 60, os materiais didáticos de modo geral mantinham os aprendentes longe da variedade de produções orais do contexto cultural da língua-alvo e apresentavam-se distanciados de uma competência linguística adequada a múltiplos contextos de uso. Na década de 70, uma das grandes críticas, segundo o mesmo autor (*ibidem*: 38), direcionadas aos livros didáticos, era a pouca autenticidade de seus *inputs* linguísticos – característica que distanciava o aprendente das condições materiais e concretas de produção do discurso na língua estrangeira. A aprendizagem de uma comunicação distante da realidade local da língua-alvo fomentava a aprendizagem de uma chamada “língua do livro didático” (*Lehrbuchsprache*), algo, no melhor dos casos, apenas prototípico da realidade comunicativa do ambiente social da língua estrangeira. Ao longo das décadas, foi necessário repensar a função do material didático. Segundo Rösler (2012: 47), materiais e livros didáticos atuais têm em comum, em linhas gerais, a apresentação de fenômenos linguísticos e culturais a serem introduzidos conforme uma lógica de nivelamento dos conhecimentos e competências dos alunos. Também primam por uma certa variedade de gêneros textuais, buscam oferecer uma quantidade diversa e suficiente de exercícios e tarefas e, por fim, devem servir como subsídio ao estudo autônomo, fora do contexto da sala de aula.

Contudo, um dos elementos que se impõem do ponto de vista da prática reflexiva reside no questionamento sobre as formas de uso do livro didático e sua capacidade em atender às necessidades dos alunos e às demandas específicas do contexto universitário. Nesse sentido, é necessário pensar aspectos críticos tanto em relação à concepção desses livros quanto ao seu uso.

Um dos aspectos tematizados por diferentes autores da área da linguística aplicada (KUMARAVADIVELU 2001; PRABHU 1990), mais voltados para o ensino do inglês como língua estrangeira, refere-se ao fato de livros didáticos estarem ligados a um método ou métodos de ensino, e apresentarem como característica essencial uma pretensa universalidade, negligenciando, muitas vezes, o contexto dos aprendentes, seus interesses e motivações. Assim, reconhecer as especificidades de um curso de Letras Português-Alemão com foco na formação de docentes de língua alemã implica problematizar o uso do LD e trabalhar com a hipótese da inexistência de um livro didático disponível no mercado adequado a um contexto tão específico e que atenda às demandas de proficiência

linguística e cultural de uma formação desta natureza. Deve-se, portanto, constantemente problematizar e discutir o uso do livro didático como um “ritual pedagógico” (PRABHU 1990: 171) ou como um “elemento central”, em torno do qual objetivos são estabelecidos, programas de cursos são desenvolvidos, conteúdos definidos e, até mesmo, avaliações são elaboradas.

No que tange especificamente a esta pesquisa, as discussões sobre padronização, gradação e facilitação em relação aos conteúdos presentes no LD são de especial interesse. Livros didáticos reúnem mecanismos específicos de aprendizagem e podem evidenciar uma redução didática. Para Lehner (2012: 9) a redução didática caracteriza qualquer prática que vise à transmutação de dados “abrangentes e complexos” em fenômenos “evidentes e compreensíveis” aos estudantes. O modo como tal prática ocorre nos LDs, no caso do presente estudo no livro *DaF Kompakt*, é um dos aspectos a serem discutidos a partir da percepção dos aprendentes sobre os elementos apontados no questionário.

Por sua vez, o fenômeno da redução didática está estreitamente relacionado à questão da quantidade e qualidade dos insumos ofertados. Krashen (1985) defendeu, em tese sobre aquisição de segunda língua, o que chamou de “insumo compreensível”: para o autor, o aprendizado ocorreria de forma eficaz, à medida que aprendizes fossem tendo acesso a insumos relevantes e compreensíveis de acordo com seus níveis de aprendizado. Desse modo, desenvolveu a fórmula  $i+1$ , em que  $i$  se refere ao nível de aprendizagem em que o aluno se encontra e  $+1$  se refere a um nível imediatamente acima. Entretanto, o próprio autor salienta que os materiais didáticos e insumos ofertados, de uma forma geral não precisam (nem devem) estar restritos à fórmula  $i+1$ . Para o autor, se o aprendiz for capaz de compreender uma informação adequadamente, isso significa que o  $i+1$  está sendo automaticamente contemplado. Assim, para Krashen, a quantidade e adequação do insumo seriam aspectos mais importantes que a ordem da apresentação de conteúdos. Autores como McLaughlin (1987) e Callegari (2004) apontam que grande parte dos materiais e livros didáticos segue uma sequência que pode ser descrita como arbitrária, uma vez que não há estudos comprobatórios suficientes sobre uma progressão e sequência de aprendizagem/ aquisição natural de uma dada língua.

No que tange especificamente ao uso do livro didático em contexto de ensino de língua alemã em cursos de formação de professores em nível superior, estudos como os de Bohunovsky e Bolognini (2005), Schmidt (2016), bem como de Marques-Schäfer,

Bolacio e Stanke (2016) vêm tematizando e discutindo a questão da centralidade destes materiais nas aulas de alemão. Uphoff (2009: 62) afirma que “[...] em conversas com colegas em congressos e outros eventos da área, é relativamente raro encontrar uma instituição de ensino de alemão no Brasil que não organiza sua grade curricular dessa forma”. Esta afirmação de Uphoff é confirmada na tese de Schmidt (2016), que conseguiu traduzir o que parecia uma hipótese em números mais precisos: das dezesseis instituições de nível superior com cursos de formação de professores de língua alemã (isto é, com a habilitação Licenciatura), quinze confirmaram o uso de livros didáticos em suas turmas. Dentre as quinze instituições que afirmaram adotar livros didáticos, o livro *DaF Kompakt* (objeto central desta pesquisa) figura, ao lado do livro *Studio D*, como um dos mais utilizados nas universidades brasileiras. Tal fato ressalta a importância de estudos que avancem nas reflexões e discussões sobre a forma como a adoção e o uso desses livros repercute não só direta como indiretamente sobre diferentes aspectos desse contexto. No caso específico desta pesquisa, o material em questão – o *DaF Kompakt* conta com um pacote didático que dispõe de, além do livro-texto (*Kursbuch*), objeto da presente análise, materiais de áudio em CD, exercícios e facilidades de forma virtual, um livro extra de exercícios e o livro do professor (MARQUES-SCHÄFER; BOLACIO; STANKE 2016: 573). Segundo os autores, duas razões corroboram para a preferência pelo *DaF Kompakt* em específico para o uso no âmbito do ensino superior de alemão: a progressão acentuada, que permite que os alunos alcancem o nível B2 ao término do sexto semestre, e o caráter culturalmente variado do livro, que contempla temáticas do universo do DACH (MARQUES-SCHÄFER; BOLACIO; STANKE 2016: 573).

## 2.1 Crenças sobre ensino e aprendizagem e percepção dos aprendizes

Os livros didáticos, dentre outros elementos no contexto da sala de aula, podem, em muito, contribuir com a visão que o aluno tem de sua própria aprendizagem. Pode-se dizer, no entanto, mais amplamente, que o ponto-chave que motiva diferentes estudos e pesquisas sobre as crenças de professores e alunos acerca dos processos de ensinar e aprender línguas é a relação entre suas percepções ou representações desses processos e as atitudes e comportamentos que desenvolvem ao ensinar ou aprender. Muitos desses estudos (HORWITZ 1987; ALMEIDA FILHO 1993; BARCELOS 2004) evidenciam a ligação

direta entre o que chamam de crenças, ‘miniteorias de aprender’ ou até cultura(s) de aprendizagem, e os resultados obtidos nesse processo, apontando a influência direta das crenças sobre esses comportamentos ou até mesmo resultados. Uma das precursoras das pesquisas sobre crenças em contexto brasileiro, Barcelos (2007 :112) enumera diferentes aspectos (citando autores e estudos que se debruçaram sobre eles) que justificam e ressaltam a importância desse tema, entre eles, as investigações sobre a relação entre comportamentos e atitudes de aprendizes de línguas e processos de ansiedade desenvolvidos por aprendizes, investigações sobre as estratégias utilizadas pelos aprendizes ou, até mesmo, estudos sobre as abordagens utilizadas por professores (entre outros temas).

Para Almeida Filho (1993) as crenças, assim como o contexto, os atores envolvidos no processo ensino-aprendizagem, o material de ensino, entre outros, formam o que o autor chama de forças operantes, representando um papel importante no processo de ensino-aprendizagem em si à medida que impactam diretamente nos aspectos mencionados. O autor também resalta um importante aspecto que deve ser considerado: idealmente, a cultura de aprender do aluno deve estar em consonância com a cultura de ensinar do professor, destacando inclusive que a desarmonia entre essas culturas pode ocasionar incompreensão, resistência, desmotivação do aprendiz, entre outros. Tal fato remete-nos a alguns questionamentos, como por exemplo, sobre modos de investigar essas crenças, torná-las objeto de reflexão e debate entre aprendentes e professores como forma de esclarecimento e ajustes de expectativas. Segundo Horwitz (1987), a partir de um trabalho de conscientização desenvolvido em sala de aula, é possível que crenças positivas possam ser reforçadas e crenças negativas, desmistificadas. Nesse sentido, podem ser encontradas pesquisas sobre mudança de crenças ao longo de um determinado período, ou após diferentes vivências e/ou experiências (BARCELOS 2007).

No que diz respeito especificamente às crenças de aprendentes acerca do livro didático e seu uso em sala de aula, poucas pesquisas foram encontradas (VIEIRA 2016; PADILHA; SELVERO 2013; MESQUITA; SOUSA 2015), sendo que algumas apresentavam como objeto de estudo crenças e materiais didáticos, não focando especificamente o livro didático. Ao entendermos crenças, assim como Barcelos (2004), como recursos de que os aprendentes lançam mão para “dar sentido e lidar com contextos específicos de aprendizagem” (*ibidem*: 143), é interessante observarmos o modo como estes dão sentido e lidam com os insumos e atividades presentes no livro com o qual estudam. Mesquita e

Sousa (2015), em sua investigação sobre crenças de professores e alunos do ensino fundamental (6º ao 9º anos) acerca do livro didático de inglês, apontam para alguns resultados que se mostram relevantes à presente pesquisa. Nesse estudo, grande parte dos professores defendeu o livro didático como elemento fundamental para a eficácia dos cursos. Já os alunos veem o livro como essencial para que o curso seja considerado como “bom”. Também revelam como predominante a crença na importância do foco no ensino de aspectos gramaticais, principalmente nos aprendentes. Em estudo de crenças sobre o uso de material didático e ensino de línguas estrangeiras, Padilha e Selvero (2013), ao analisarem três dissertações de mestrado sobre o tema, verificaram que seus resultados mostraram a preponderância da crença de que o material didático seria imprescindível (*ibidem*: 8). No entanto, é interessante ressaltar que os autores apontam uma reavaliação dessas crenças, na medida em que novas práticas metodológicas foram experimentadas pelos aprendentes.

### 3 Uma abordagem exploratório-interpretativista das percepções em torno do LD

Ao trabalhar com um amplo espectro de turmas de ensino de língua alemã sob a perspectiva do olhar atento sobre a prática, alguns elementos do livro didático suscitaram questionamentos, tanto do ponto de vista da análise do material, quanto também de elementos determinantes para a recepção do material por parte dos alunos.

A análise do livro em si, em especial dos elementos voltados para vocabulário, gramática e tipologia de exercícios, comporá o corpo de hipóteses levantadas para avançar a investigação acerca da receptividade do material. Portanto, não apresentaremos aqui uma análise aprofundada desses aspectos do ponto de vista docente senão elementos que, a partir da observação participante, inspiraram justamente a busca pela voz dos estudantes e suas percepções acerca do processo de ensino-aprendizagem, bem como de alguns aspectos que, no andamento semanal das aulas, lhes pareceram impor desafios.

#### 3.1 Hipóteses norteadoras da pesquisa

A experiência acumulada de ministração das disciplinas obrigatórias de Língua Alemã do primeiro ao oitavo período ao longo de anos de docência em nível superior levou a três

hipóteses. Em primeiro lugar, a atenção das pesquisadoras-docentes recaiu sobre o trabalho com vocabulário, um dos elementos centrais no ensino de LE<sup>7</sup>. Nesse sentido, pensar a gestão da aprendizagem de vocabulário faz parte da atividade do docente-pesquisador e é necessário investigar criticamente as possibilidades oferecidas pelo livro didático para o curso. Assim, a literatura em didática do ensino de ALE prevê alguns elementos a serem considerados quando do trabalho com vocabulário (*Wortschatzarbeit*) em sala de aula, dentre eles aspectos como a escolha e organização do vocabulário, a sua acessibilidade semântica por parte do aluno e as possibilidades de exercitar e utilizar ativamente as palavras aprendidas para fins de fixação (STORCH 2009: 57). O livro *DaF Kompakt* destaca-se em dois aspectos frente ao *Studio D*, livro de ampla circulação no contexto de ensino de ALE no Rio de Janeiro (com primeira publicação em 2005 pela editora Cornelsen) e também utilizado em nível superior: (1) a cada lição, oferece, por um lado, uma lista de palavras de extensão considerável; (2) por outro lado, a cada lição o vocabulário parece ser essencialmente novo ainda que, ocasionalmente, o vocabulário de uma lição sirva como base para uma outra mais à frente na progressão. Uma pesquisa quantitativa seria capaz de fornecer dados mais acurados acerca do percentual de renovação vocabular entre uma lição e outra. No entanto, a lista de palavras oferecida ao final de cada lição do livro em questão pode ser considerada extensa: a primeira delas (*Wörterliste*), ao final da lição 1, contém 88 verbetes ou construções<sup>8</sup>. A média de mais de cem verbetes agrupados tematicamente ao final de cada lição evidencia a intensa renovação vocabular objetivada no livro. Em nossa avaliação ao longo de ao menos quatro semestres de prática, o volume de conteúdo (*Pensum*) vocabular de cada lição pareceu extenso demais para o aproveitamento dos estudantes. Ao tentar desenvolver atividades que integrassem a lista de palavras às atividades pedagógicas em sala de aula, nos deparamos com o questionamento da sua eficácia como instrumento de sistematização vocabular. Nesse sentido, nos questionamos acerca de como os alunos apreendiam o vocabulário das lições em geral e, em particular, como fariam uso da lista

---

<sup>7</sup> Há estudos já consagrados que apontam para a reflexão sobre esse importante aspecto da aprendizagem, entre eles Bausch, K.-H., Christ, H., Königs, F., Krumm, H.-J. (orgs.). *Erwerb und Vermittlung von Wortschatz im Fremdsprachenunterricht*. Munique: Narr, 1995.

<sup>8</sup> A lição 5 do mesmo livro, que aborda vocabulários referentes a alimentos (“Essen und Trinken”), embalagens e pesos (“Verpackung/Gewichte”), família (“Familie”) e profissões (“Berufe”) conta com aproximadamente 170 entradas, desconsideradas as variações da palavra (palavras compostas, por ex., das Brot/Roggenbrot ou indicações da variante feminina: der Verkäufer/ die Verkäuferin). Se comparada à oferta de vocabulário do livro *Studio D*, cujo livro-texto não oferece lista de palavras ao final das lições, o *Pensum* vocabular oferecido pelo *DaF Kompakt* chama a atenção pela extensão.



de palavras: se tinham disposição em trabalhar seu conteúdo antes, em paralelo ou após as lições. Nossa primeira hipótese, que fornece subsídios para as perguntas 1 e 2 do questionário, é a de que os alunos têm dificuldades com o vocabulário das lições, que consideramos extenso, e que, em consequência disso, teriam dificuldade em usar a lista de palavras deixando-a, potencialmente, de lado.

A segunda hipótese está relacionada às atividades que envolvem a apresentação e sistematização da gramática no decorrer da lição. Com a experiência de trabalho com o livro ao longo das trinta lições que levam do nível A1 ao B1, há duas dificuldades ao ensino do conteúdo: por um lado, notamos um porcionamento evidente da apresentação de elementos gramaticais<sup>9</sup>. Por outro lado, esse porcionamento pareceu-nos pouco indutivo a partir das atividades propostas como um todo na lição. A introdução a novos tópicos gramaticais poderia ser feita com base no modelo *Sammeln-Ordnen-Systematisieren* (FUNK; KOENIG 1991), ou seja, agregar exemplos, organizá-los em tabelas, e sistematizar o conteúdo mediante a anotação das regras referentes ao ponto gramatical. No entanto, as atividades que levam a esses novos tópicos são, por vezes, poucas e curtas. Com isso, dão a impressão de que foram dispostas com a finalidade de apresentar justamente o ponto gramatical, estando em desalinho em relação à didática de ensino da gramática em metodologias de cunho comunicativo e intercultural (*ibidem*). A disposição gramatical, porcionada de forma fragmentada e distribuída de forma abundante ao longo das lições, tem evidenciado ser, em nossa prática, um elemento dificultador da organização de um planejamento sequencial de atividades que contemple de forma equilibrada todas as fases da aula<sup>10</sup>. Neste sentido, o livro didático parece impor uma dificuldade a mais na construção de um sequenciamento de atividades voltado ao aprendizado por meio da comunicação. Ainda que a sistematização gramatical ao final de cada lição permita a visualização do conteúdo gramatical abordado, a apresentação gramatical durante a lição é excessiva, deslocada no contexto das lições e, por isso, de difícil inserção no andamento didático convencional. Nossa hipótese é a de que o estudante tem dificuldade com o porcionamento e posicionamento gramatical, e que esse aspecto pode ser um ponto de crítica por parte do corpo discente.

---

<sup>9</sup> A lição 11, já no livro A2, intitulada “Neu in Köln”, em sua parte B retoma os pronomes oblíquos e apresenta os pronomes reflexivos tanto no acusativo quanto no dativo; na parte C, composta de duas páginas, são apresentadas as declinações dos adjetivos após “ein-”, “kein-” e “mein-” e, na página seguinte, as declinações dos adjetivos após “der”, “die” e “das”.

<sup>10</sup> Para as fases de uma aula de LE, ver Bimmel, P., Kast, B., Neuner, G. *Deutschunterricht planen*. FSE 18. Munique: Langenscheidt, 2003, 176p.

A terceira hipótese está relacionada à tipologia de exercícios oferecida no livro didático. Este conta com tipos variados de exercício, alguns com ênfase em vocabulário, outros em gramática e outros ainda, na parte oral. Acreditamos que os exercícios de vocabulário e gramaticais, a partir dos gargalos pedagógicos elencados acima (quantidade de vocábulos e apresentação da gramática ao longo da lição), sejam considerados pelos aprendentes como exercícios com caráter reprodutivo. Os exercícios comunicativos, em menor número, seriam percebidos por eles como uma exceção à regra.

A partir da discussão acerca do papel do LD no contexto de nível superior e também da relação deste com a crença dos alunos sobre sua própria aprendizagem, o questionário proposto aos estudantes buscou confrontar as hipóteses levantadas, confirmando ou refutando-as conforme a percepção do corpo discente com o objetivo de construir caminhos docentes e discentes para o melhor uso e integração do material didático ao ensino-aprendizagem de língua alemã em nível superior.

### 3.2 Desenho e instrumento(s) de pesquisa

Segundo Caspari, Helbig e Schmelter (2007), os instrumentos de pesquisa à disposição do professor-pesquisador são múltiplos. Desde mecanismos introspectivos – “técnicas de pensar alto” (*Techniken des Lauten Denkens*) – em que tanto discentes quanto docentes se propõem a compartilhar reflexões sobre algum aspecto do processo de ensino-aprendizagem, passando pelo registro pessoal de experiências em diários de aprendizagem ou cadernos de campo, chegando a instrumentos quantitativos e, sobretudo, qualitativos de coleta de dados (*ibidem*: 501). Nesse contexto, é importante que o instrumento de pesquisa seja adequado à natureza dos dados a serem coletados, que tenha fundamentação empírica (ou seja, que seja um instrumento já consagrado na pesquisa empírica por sua viabilidade e eficácia) e que aponte para a reflexividade do projeto de pesquisa em si. A pesquisa exploratória, portanto, emerge da prática e – com base em instrumentos científicos – permite voltar à prática com novo olhar. No contexto da pesquisa exploratório-interpretativa, a descrição dos informantes e condições da pesquisa é parte integrante da apresentação dos dados, haja vista corroborar a replicabilidade do experimento ou pesquisa em questão.

#### 3.2.1 Público-alvo e contexto de condução da pesquisa

Os informantes da pesquisa são alunos matriculados na Habilitação Alemão cursando o segundo, o quarto e o sexto períodos da(s) disciplina(s) de Língua Alemã (cerca de trinta estudantes frequentes). A pesquisa foi feita por meio de instrumento *online*, com preenchimento anônimo dos questionários. Foram contatados trinta alunos por *e-mail* e a pesquisa permaneceu disponível *online* por um mês. De um total de trinta estudantes, doze responderam o questionário, configurando, portanto, menos da metade do número total.

Quanto à caracterização do meio em que a pesquisa foi aplicada, segundo Marques-Schäfer, Bolacio e Stanke (2016: 567-568, 571-572), os alunos, em sua maioria, ingressam no curso de Letras com a dupla Habilitação Português-Alemão sem conhecimentos prévios da língua alemã. A região do Rio de Janeiro, onde está situada a universidade, difere das regiões do Sul do Brasil em que a língua alemã é mais ensinada como língua estrangeira (*ibidem*: 571): “a população de imigrantes alemães foi muito menor no Estado do Rio de Janeiro. Por isso é compreensível que a língua alemã tenha uma importância menor no contexto escolar desse Estado”<sup>11</sup> (MARQUES-SCHÄFER; BOLACIO; STANKE 2016: 571, tradução nossa).

A proposta da Habilitação em Alemão, que é oferecida no contexto do nível superior nos turnos da tarde e noite com um total de 25 vagas por vestibular/ano (*ibidem*: 572), é fornecer aos alunos a possibilidade de alcançarem o nível linguístico equivalente ao B2 ao final do oitavo semestre de aula, servindo, tanto à terminalidade do bacharelado, quanto da licenciatura (*ibidem*). Os autores constatam que, historicamente, os alunos não têm tido condições de financiar autonomamente um semestre de intercâmbio ou estada em algum país de expressão alemã ao longo do curso. Desta forma, tanto mais central e relevante torna-se o trabalho linguístico no contexto da sala de aula e, da mesma forma, o livro didático cumpre a função do conhecimento e aquisição de conteúdos linguísticos, extralinguísticos/ sensoriais e culturais, configurando-se em espinha dorsal das disciplinas de Língua Alemã I a VIII. Os autores mencionam também que o livro didático “*DaF\_Kompakt* é adotado em pelo menos quatro grandes universidades brasileiras como material didático oficial no curso de formação de professores. Ainda não há pesquisas

---

<sup>11</sup>Do original: “[...] im Bundestaat Rio de Janeiro war die deutschsprachige Einwanderungsgruppe viel kleiner (SEYFFERTH 2000 : 11-42). Daher spielt ihre Sprache im Schulwesen verständlicherweise eine kleinere Rolle [...]”.

empíricas em relação ao seu uso em contexto brasileiro”<sup>12</sup> (MARQUES-SCHÄFER; BOLACIO; STANKE 2016: 567, tradução nossa). A presente pesquisa buscou, por meio de um questionário semiaberto de nove perguntas realizado *online* e de forma anônima, verificar se as hipóteses levantadas seriam corroboradas pelas respostas coletadas junto aos discentes. O questionário, que teve por título “Impressões sobre o *DaF Kompakt*” compreendeu perguntas, divididas tematicamente entre os aspectos já referidos – vocabulário, gramática e exercícios: as duas primeiras perguntas abordaram tematicamente três elementos, quais sejam, como os estudantes classificavam a quantidade de vocabulário oferecida a cada lição, a utilidade das listas de palavras ao final de cada lição e como (ou, mais precisamente, quando) o estudante teria o costume de fazer uso da lista de palavras. A pergunta 4 objetivou obter do corpo discente a informação acerca dos pontos gramaticais oferecidos na lição (se seriam poucos, em quantidade adequada ou excessivos); a pergunta 5 focou na distribuição, ao longo da lição, dos pontos gramaticais e a pergunta 6 focou na utilidade da sistematização gramatical ao final da lição; a pergunta 7 elencou tipos abstratos de exercício e solicitou que os estudantes estabelecessem um *ranking* de preferência e a pergunta 8 solicitava, em formato aberto, quais preferências dos estudantes estariam contempladas no livro. A pergunta 9, de caráter aberto, solicitou impressões gerais sobre livro e forneceu espaço para “comentários, críticas e sugestões”. Para as perguntas semiabertas (com opções pré-estabelecidas de respostas e também espaço para comentários) houve a possibilidade de os estudantes acrescentarem comentários às respostas selecionadas. Assim, os comentários inseridos no tópico de apresentação e análise de dados a título de exemplificação, serão identificados com a letra "C" (referente ao termo "comentário"), seguida pelo número que se refere à ordem sequencial dos respondentes. Para as respostas de caráter mais aberto, será usada a letra "R", também seguida por um numeral. As questões propostas *ipsis litteris*, ou seja, em seus termos, e as respostas apuradas, bem como a discussão dos resultados, leem-se a seguir.

---

<sup>12</sup> Do original: “DaF Kompakt wird seit kurzer Zeit von mindestens vier großen Universitäten in Brasilien als offizielles Material für die Lehrerausbildung verwendet. Es liegen noch keine empirischen Studien zu seiner Nutzung im brasilianischen Kontext vor”.

### 3.3 Apresentação e análise das respostas ao questionário

Quando questionados sobre a quantidade de vocabulário presente nos textos e enunciados em cada lição, vemos que a maior parte dos respondentes (7 de 12) a considerou adequada, como podemos observar na Tabela 1:

Tabela 1: Quantidade de vocabulário

<b>1. Como você classifica a quantidade de vocabulário oferecida nos textos e enunciados das lições? (Considere apenas as 6 páginas da lição)</b>	
A quantidade de vocabulário novo a cada lição é pouca, compreendo os textos e enunciados em grande medida a partir do conhecimento que já possuo.	2
A quantidade de vocabulário é razoável, sinto alguma dificuldade, mas nada que me impeça de compreender a lição.	7
A quantidade de vocabulário é excessiva e o esforço para compreender os textos e enunciados é grande.	3
<b>TOTAL</b>	<b>12</b>

Fonte: elaboração própria

No entanto, os comentários parecem reforçar, em algumas passagens, a crítica feita por Kumaravadivelu (2001) sobre a existência de uma forte dicotomia entre aqueles que produzem os materiais, vistos como grandes especialistas, quase inequívocos; e, por outro lado, os consumidores de materiais, representando a parte que nada ou pouco sabe sobre os conteúdos ali presentes, ou mesmo sobre os seus próprios processos de aprender. O comentário apresentado a seguir parece corroborar essa crença de que o livro didático “sabe o que faz, por que faz e como faz”, estando pouco suscetível a críticas de estudantes:

C1: *"Acredito que seja proposital a média de vocabulário [...]"*

Em outro comentário, mesmo considerando a quantidade de vocabulário excessiva, o respondente justifica:

C3: *"Mas compreendo que isso se deve à proposta do livro em si [...]"*

É interessante notar que, apesar de a maioria dos estudantes ter assinalado a opção “razoável” para a quantidade de vocabulário presente nas lições, alguns comentários parecem se aproximar da hipótese de que o volume de vocabulário poderia ser extenso demais para o aproveitamento dos alunos:

C4: *"Muitas palavras da lição aparecem no vocabulário aprendido, mas só aparecem uma vez e às vezes acabam ficando meio perdidas"*

C5: *"O esforço [...] se dá na questão de absorver tanto vocabulário novo a cada lição, não em compreendê-lo."*

Em relação à lista de palavras sistematizada ao fim de cada lição, a grande maioria dos respondentes assinalou a opção “Muito necessária/útil”, como pode ser visto na Tabela 2:

Tabela 2: Lista de palavras

<b>2. A parte final de cada lição contém uma lista de palavras. O que você acha dessa parte do livro?</b>	
Desnecessária/inútil	2
Esporadicamente necessária/útil	1
Muito necessária/útil	9
<b>TOTAL</b>	<b>12</b>

Fonte: elaboração própria

Esses dados são extremamente relevantes, se considerarmos que o uso efetivo dessas listas envolve um trabalho mais autônomo dos aprendentes, uma vez que tais listas raramente são trabalhadas em sala de aula com o/a professor/a. Este fato é sinalizado nos comentários dos respondentes, como por exemplo:

C2: *"Às vezes sinto falta de trabalhar mais com essa parte, porque ela é extremamente necessária para a compreensão da lição."*

O trabalho de caráter mais autônomo por parte dos aprendentes também é evidenciado nos comentários:

C5: *"Acho bom ter todas as palavras novas da lição reunidas em uma página. Fica mais fácil para consultar e memorizar."*

C6: *"Ela é, de fato, útil, por fornecer um resumo do vocabulário da lição (ajudando até mesmo na hora de revisões, pois olhando a lista de palavras podemos nos lembrar rapidamente do que a lição se tratava)"*

No entanto, é interessante observar que este mesmo respondente (C6) acrescenta a seguinte informação ao seu comentário: *"Não me agrada listas de vocabulário apresentadas sem contexto de uso. Não ajuda na aquisição e uso do vocabulário"*. Esse acréscimo em seu comentário nos remete novamente à nossa hipótese sobre a quantidade e apresentação do vocabulário presente no livro e o questionável aproveitamento efetivo deste conteúdo por parte dos aprendentes.

Do ponto de vista do ensino, a lista de, em média, trinta palavras ao final de cada lição representa um desafio ao trabalho com vocabulário (*Wortschatzarbeit*). A literatura especializada oferece formas diferentes de fomento à aquisição de conhecimento lexical por parte do aluno. Do ponto de vista receptivo, é possível fomentar o interesse por campos associativos já “prontos” no LD, ou mesmo oferecer *inputs* textuais com novos léxicos destacados ou explicados em legenda. Do ponto de vista produtivo, várias possibilidades de trabalho vocabular ativo se descortinam: a montagem de campos associativos, redes de palavras, palavras-cruzadas e a montagem de listas vocabulares próprias, com significado para o público-alvo em questão. Na prática docente, a lista de palavras impõe uma abordagem voltada ou para o trabalho discente autônomo, em casa, ou para a tentativa de contextualização dos campos semânticos à medida que a lição progride. De qualquer forma, do ponto de vista da reflexão docente, a lista de palavras do *DaF Kompakt* representa uma espécie de gargalo ou elemento dificultador, como referido anteriormente. Do ponto de vista da presente pesquisa, o questionário buscou apreciar o uso da lista de palavras por parte dos discentes para, a partir destes insumos, compreender se a mesma estaria sendo utilizada de forma a fomentar a aprendizagem ou se, na opinião deles, seria um elemento pedagógico ‘dispensável’. Grande parte dos estudantes demonstrou em suas respostas utilizarem essas listas para estudo, principalmente como forma de memorização ou retomada do vocabulário trabalhado. A dificuldade no uso da

lista não se evidenciou contundentemente, o que pode significar de fato o aproveitamento do material ou mesmo a constatação de que pode ser usado como recurso pedagógico se (ou quando) necessário. Acreditamos que nessa análise caiba também acrescentarmos que, talvez a falta de uma discussão com caráter didático-metodológico em sala de aula acerca do trabalho com o vocabulário, possa ser um dos elementos a corroborar para a percepção menos crítica em relação ao material apresentado no LD. Assim, os dados referentes ao item 3 do questionário evidenciam que a lista de palavras é levada em consideração mormente ao final das lições, e, além disso, os comentários feitos pelos estudantes fornecem informações importantes acerca de aspectos como autonomia e estratégias de aprendizagem:

Tabela 3: Uso da lista de palavras

<b>3. Como você faz uso da lista de palavras? Comente sua opção.</b>	
Leio/estudo a lista de palavras antes do início da lição	2
Leio/estudo a lista de palavras durante o estudo da lição	3
Leio/estudo a lista de palavras após o término da lição	7
<b>TOTAL</b>	<b>12</b>

Fonte: elaboração própria

Nesse sentido, o comentário do respondente R2 evidencia uma reflexão do estudante a respeito de seu processo de aprendizagem:

C2: *"Eu fazia após, mas com o tempo vi que o trabalho durante era mais efetivo."*

Deste modo, é possível detectar nos depoimentos diferentes caminhos para o estudo individual dos aprendentes, tais como atividades de tradução, sistematização de vocabulário, entre outros:

C3: *"Ajuda também com as traduções das palavras."*



C4: *"Tento fazer um minidicionário pra não ficar perdida com as palavras novas durante a aula."*

No que tange aos pontos gramaticais, quando perguntados acerca da quantidade de tópicos gramaticais ofertados pelo livro didático ao longo das lições, apenas um(a) respondente marcou a opção “excessiva”, o que aparentemente refuta nossa hipótese inicial de que a apresentação gramatical durante as lições seria demasiado excessiva.

Tabela 4: Tópicos gramaticais

<b>4. Os pontos gramaticais oferecidos em cada lição...</b>	
... são poucos	4
... aparecem em quantidade adequada e parecem estar em consonância com o restante do conteúdo	7
...são excessivos	1
<b>TOTAL</b>	<b>12</b>

Fonte: elaboração própria

Também chamamos a atenção no início deste artigo para possíveis dificuldades no andamento didático das aulas, devido ao fracionamento desses tópicos. Dessa forma, manifestamos nossa preocupação com uma provável dificuldade por parte dos aprendentes na compreensão e apreensão desses tópicos. Alguns comentários vão ao encontro dessa hipótese:

C11: *[aparecem em quantidade adequada] "No entanto, acredito que a maneira como eles são apresentados seja muito complexa e difícil de entender aonde eles querem chegar."*

C12: *"O livro às vezes peca na falta de uma explicação mais extensa de certos conceitos gramaticais que não são tão simples de serem entendidos."*

De todo modo, como podemos verificar na tabela 4, a maioria dos respondentes optou pela resposta em que os pontos gramaticais aparecem de forma adequada (7 em 12) e essa tendência se repete na questão seguinte:

Tabela 5: Distribuição dos tópicos gramaticais

<b>5. Os pontos gramaticais das lições do livro aparecem...</b>	
... de forma bem distribuída ao longo da lição	3
... de forma razoavelmente bem distribuída ao longo da lição	7
... de forma insuficientemente bem distribuída ao longo da lição	2
<b>TOTAL</b>	<b>12</b>

Fonte: elaboração própria

No único comentário feito para essa pergunta, o respondente, apesar de ter assinalado a opção em que os pontos gramaticais aparecem de forma razoavelmente bem distribuída, aponta:

C8: *"Eles ficam acumulados em um dos blocos do capítulo, às vezes."*

Nas respostas para a pergunta 6, que versa sobre sua percepção acerca da sistematização da gramática ao final de cada lição, temos praticamente uma unanimidade: quase todos os respondentes marcaram a opção “útil” (11 de 12), sendo que apenas dois assinalaram a resposta “esporadicamente necessária/útil” e os outros nove a opção “muito necessária/útil”:

Tabela 6: Sistematização gramatical

<b>6. A sistematização da gramática ao final de cada lição é:</b>	
desnecessária inútil	1
esporadicamente necessária/útil	2
muito necessária/útil	9
<b>TOTAL</b>	<b>12</b>

Fonte: elaboração própria

A despeito de qualquer julgamento ou análise do mérito da questão (sobre a presença ou qualidade da sistematização oferecida pelo livro), pode-se depreender das

respostas e dos comentários dos respondentes uma sintonia com as pesquisas que apontam uma importante tendência na crença do papel de destaque que os aspectos gramaticais devem ter no livro e nas aulas de línguas. Dessa forma, a queixa que prevaleceu nos comentários dos estudantes foi a respeito de uma relativa falta de sistematização ou tabelas gramaticais em alguns capítulos do livro.

C12: "[...] *algumas vezes essas tabelas são deixadas de lado pelo próprio livro.*"

Ou, até mesmo, a queixa incide sobre a “incompletude” das tabelas gramaticais, o que mais uma vez reforça a importância atribuída a esse aspecto:

C11: "*Acho bastante útil, mas geralmente superficial.*"

C8: "*Nem sempre é muito completa, mas mostra os pontos gramaticais que foram abordados no capítulo e ajuda a estudar.*"

Na questão de número 7 os aprendentes deveriam assinalar as opções que melhor corresponderiam às suas preferências sobre tipos de exercícios. Notamos, ao observar as respostas dos alunos, um relativo equilíbrio entre as respostas assinaladas como favoritas, sendo que a atividade "*Exercícios em que escrevo e enceno diálogos*" se destaca como a mais escolhida entre todas. Em segundo lugar aparecem, igualmente citadas, as atividades "*exercícios em que posso falar alemão livremente com o colega/em classe*" e "*exercícios de escrita de texto*".

É interessante observar que a opção menos marcada como favorita foi “exercícios *online*”. Esse fato pode ser explicado, de um modo geral, pelo pouco trabalho com esses exercícios em sala de aula, devido, principalmente, a problemas técnicos, como o uso de equipamentos e, muitas vezes, a falta de uma boa conexão com a internet nas universidades públicas (contexto dessa pesquisa). O fato de as opções mais voltadas para o trabalho de sala de aula terem sido as escolhidas também pode espelhar o que outras pesquisas já mostraram (VAZ FERREIRA; MARQUES-SCHÄFER, 2016): a ênfase no estudo continua incidindo sobre as atividades e tarefas em sala de aula, o trabalho autônomo, realizado em casa ou em outros espaços, ficando relegado a segundo plano.

A questão 8, “Dos exercícios que mais gosta de fazer, quais estão contemplados no livro?”, apresentou uma considerável variação de respostas. Contudo, algumas regularidades podem ser observadas nos dados. Dos doze sujeitos participantes da pesquisa, as respostas que mais se repetiram foram “todos” (presente na resposta de quatro estudantes), sem que houvesse um posicionamento sobre sua predileção, e “preenchimento de lacunas” (também citado por quatro respondentes). Numa análise geral das respostas, chama, portanto, a atenção uma aparente preferência por exercícios mais ligados à recepção (leitura e compreensão auditiva) e à reprodução com foco na forma (lacunas, múltipla escolha etc.), tendo sido citados por cinco estudantes, em detrimento dos exercícios com caráter mais aberto e produtivo, que foram priorizados por apenas três estudantes.

A análise da nona e última pergunta do questionário “Quais as suas impressões gerais sobre o livro *DaF Kompakt*?” nos possibilita uma retomada e discussão de algumas das hipóteses enunciadas no início deste artigo. Nesse sentido, apesar da grande variação de aspectos mencionados nas respostas, houve a preponderância das que destacaram a acentuada progressão gramatical como um elemento dificultador para o acompanhamento do curso:

R1: *"O primeiro período com o DaF Kompakt foi um pesadelo. A curva era íngreme demais. Isso foi diretamente refletido na turma de 25 alunos que se transformou em 9 no período seguinte".*

R2: *"Acho um livro muito bom, que traz muitos conteúdos; no entanto parece 'complicar' muitas coisas, principalmente os enunciados das questões. Às vezes as tarefas são bem simples, mas os comandos são bastante difíceis de entender."*

R3: *"O livro que usamos é bastante rápido e fica um pouco complicado de acompanhar."*

Esse aspecto corrobora nossa hipótese inicial de que a disposição muito fragmentada, e muitas vezes, excessiva da gramática poderia representar um aspecto dificultador para a compreensão dos estudantes.

Outro ponto bastante criticado está relacionado à apresentação dos tópicos gramaticais e à organização geral do livro:

R5: *"Eu acho o livro muito denso. É muito conteúdo para poucas aulas. Não acho um livro prático. Acho muito confuso."*

Tais respostas reforçam nossa impressão de que a apresentação de tópicos gramaticais está aparentemente em desalinho com as concepções didáticas que priorizam a indução a partir de aportes mais comunicativos e contextuais, isso talvez explique a afirmação do respondente:

R12: *"Muito bom, porém confuso e pouco didático."*

De todo modo, apesar das críticas à rápida progressão gramatical e aos temas descritos por muitos estudantes como pouco atraentes é interessante notar, em grande parte das respostas e comentários, a satisfação dos estudantes com o livro, expressa verbalmente mediante termos como “bom” ou “muito bom”:

R2: *"Acho um livro muito bom, que traz muitos conteúdos; no entanto parece 'complicar' muitas coisas."*

R3: *"É um bom livro; a parte do vocabulário e da gramática ao fim de cada lição é uma ótima ideia, ajuda bastante na hora de estudar."*

Além disso, também é possível inferirmos, a partir das respostas dadas pelos estudantes, o reconhecimento de que o livro didático não é apresentado como o material perfeito (apesar de boa parte dos respondentes mostrarem-se satisfeitos com ele). Pode-se, desta forma, verificar como objeto de crítica a menção a aspectos pessoais de aprendizagem (nem sempre contemplados pelo livro), à adequação questionável do livro para fins acadêmicos, entre outros aspectos que foram considerados na avaliação geral do livro:

R1: *"Eu acho que todos os livros têm seus prós e contras. Todos são genéricos demais (propositalmente, já que são DAF) e comerciais."*

R3: *"Meu método de ensino pessoal é a repetição e não vejo muito isso no livro. O livro que usamos é bastante rápido e fica um pouco complicado de acompanhar. Porém nós entendemos que é o melhor que temos, ainda mais no período que a gente se encontra."*

R5: *"Acho que pode até ser um bom livro, para outro padrão de ensino, não para o nosso."*

R6: *"Em muitos aspectos ele parece ser um livro 'de cursinho', ao invés de um livro universitário."*

Por fim, é interessante observarmos que, embora em um primeiro momento, as alternativas que atribuíam o valor de “correto” e “adequado” a aspectos específicos do livro se destacaram nas respostas ao questionário, os estudantes, quando convidados a manifestarem suas impressões gerais e críticas sobre o livro, compartilham também questionamentos apontados pelas hipóteses aqui levantadas.

## 4 Conclusões finais - por uma reflexão acerca do uso de LE no ensino superior no Brasil a exemplo da pesquisa

A presente pesquisa, de cunho exploratório-interpretativo, teve como ponto de partida as reflexões da prática docente em cursos de Letras Português-Alemão no contexto do Estado do Rio de Janeiro. A dimensão do corpo discente e do corpo docente nas universidades públicas a ofertarem o curso e, também, a ponderação acerca do material didático, feita em caráter interinstitucional com as universidades, permitem não apenas pensar *com* o material escolhido, mas sobretudo pensar *criticamente sobre* o material escolhido.

O trabalho aqui apresentado leva em consideração o que as docentes-pesquisadoras identificaram como gargalos no uso do LD em suas salas de aula, em nível universitário. Antes de tratar mais especificamente da captação das experiências discentes acerca dos blocos temáticos que, para as pesquisadoras, apresentavam maior desafio na prática docente (o vocabulário, gramática e a quantidade, diversidade e qualidade dos exercícios), o texto caracteriza brevemente a posição do LD no contexto do ensino de LE e também pondera teoricamente aspectos referidos às crenças e percepções discentes sobre a aprendizagem e o uso desses materiais.

Em seguida, apresenta o instrumento de pesquisa utilizado e analisa as respostas coletadas acerca das percepções de alunos sobre o livro didático em uso, com resultados que merecem ser destacados: em linhas gerais, a amostra de pesquisa apresenta uma visão mais benévola em relação ao livro didático em questão que a perspectiva das docentes-pesquisadoras.

Em relação ao vocabulário, no cômputo geral, os estudantes apresentam uma perspectiva includente e proativa: entendem que a lista vocabular está semanticamente contida nas lições oferecidas pelo livro e que seu melhor aproveitamento está intimamente

relacionado ao andamento e progressão dos conteúdos que as compõem. Nesse sentido, a dificuldade de aproveitamento da lista de palavras (*Wörterliste*) tal qual se apresenta no livro reside na compreensão mais acurada das pesquisadoras de que essa oferta não se encontra plenamente alinhada às expectativas de um trabalho lexical (*Wortschatzarbeit*) mais voltado à comunicação e de mais fácil absorção mnemônica.

Do ponto de vista do conteúdo (*Pensum*) gramatical, seu porcionamento ao longo das lições e seu “encadeamento lógico-progressivo”, as impressões coletadas pelo questionário de certa forma fazem eco às hipóteses apresentadas no início do artigo. Para os respondentes, a oferta gramatical é “um pouco confusa”, mesmo que sintam que ainda se situa no espectro do “adequado” do ponto de vista da quantidade. A percepção docente tem contornos mais críticos: identifica-se aí uma progressão particularmente íngreme, exercícios centrados no ponto gramatical, “páginas duplas” com até três pontos gramaticais novos, exigindo grande criatividade do docente na confecção de um plano de aula que proporcione aos discentes um avanço e aprendizagem incrementais. É também interessante ressaltar que essa atitude que podemos considerar como “positiva” em relação ao livro didático está de acordo com os estudos sobre crenças de aprendizagem (PADILHA; SELVERO 2013; MESQUITA; SOUSA 2015), que revelam como preponderante em aprendentes a defesa do livro didático como um instrumento essencial, fundamental ao aprendizado, em princípio, tomando como “corretas” a maioria das decisões e escolhas (relativas a aspectos como progressão, temas gerais, campos lexicais, entre outros) que apresentam.

No entanto, os resultados apontam que as reflexões suscitadas pelo questionário, que em um movimento crescente vai, ponto a ponto, convidando os estudantes a pensarem sobre diferentes aspectos do livro, culminando na questão “*Quais as suas impressões gerais sobre o livro? Sinta-se à vontade para fazer comentários, críticas e sugestões*”, também descortinaram importantes aspectos críticos trazidos por esses mesmos estudantes. Assim, emergiram questões principalmente voltadas à importância do protagonismo dos discentes frente a seus processos individuais de aprendizagem e, no que concerne à dimensão coletiva e contextual do ambiente acadêmico em que o processo se dá, o questionamento sobre a adequação do livro didático a tal contexto. Consideramos este um dos pontos mais centrais dessa discussão, e que certamente merece figurar como foco principal de estudos futuros. A questão que se coloca é, portanto: tendo em vista o papel importante do livro didático nos processos de ensino e aprendizagem de alemão

como língua estrangeira e sua adoção na ampla maioria desses contextos de ensino (SCHMIDT 2016), como conciliar esta prática às finalidades próprias de cursos universitários de língua alemã, atendendo satisfatoriamente aos diferentes objetivos de estudantes nesse contexto (considerando, além disso, as especificidades das terminalidades de licenciatura e bacharelado)?

Em ampla pesquisa sobre a oferta de cursos de alemão em universidades brasileiras, Bolacio, Voerkele e Stanke (2017: 21) oferecem dados qualitativos que indicam que muitos docentes do ensino superior são a favor do uso de material didático individualmente elaborado, ainda que o uso de material didático comercial seja amplamente adotado e que não haja, ainda, dados mais específicos acerca desta produção e utilização de materiais próprios. Nesse sentido, também se configuram em importantes tópicos para estudos futuros as instituições que optaram pelo desenvolvimento de materiais autorais para o ensino da língua alemã, assim como estudos sobre a percepção dos corpos docente e discente diante das escolhas realizadas. Por fim, alguns questionamentos que podem nortear uma agenda de pesquisa construtiva sobre os cursos de alemão em contexto acadêmico brasileiro são: como adequar os materiais às necessidades dos alunos em ambas as terminalidades (bacharelado e licenciatura)? Como encontrar meios de abordar temas mais intimamente referidos à prática da “germanística”, de forma geral, no contexto brasileiro? De qualquer modo, a escolha e adoção de LDs no contexto do ensino superior brasileiro precisam ser constantemente e, sobretudo, criticamente acompanhadas por especialistas da área, principalmente através de pesquisas junto aos corpos docente e discente.

## Referências bibliográficas

- ALMEIDA FILHO, J. C. P. *Dimensões comunicativas no ensino de línguas*. Campinas: Pontes, 1993.
- BARCELOS, A. M. F. Crenças sobre aprendizagem de línguas. *Linguagem & Ensino*, v. 7, n. 1, jan./jul., 2004, p. 123-156.
- \_\_\_\_\_. Reflexões acerca da mudança de crenças sobre ensino e aprendizagem de línguas. *Revista Brasileira de Lingüística Aplicada*, v. 7, n. 2, 2007. p. 110-138.
- BOHUNOVSKY, R.; BOLOGNINI, C. Deutsch für Brazilianer: Begegnungen mit dem Fremden als Vorbereitung für interkulturelle Kompetenz. *Zeitschrift für interkulturellen Fremdsprachenunterricht*, v. 10, n. 3, 2005, p. 1-11. Disponível em: <<http://tujournals.ulb.tu-darmstadt.de/index.php/zif/article/view/446/422>>. Acesso em: 30.05.2018.



- BOLACIO, E.; VOERKEL, P.; STANKE, R. Material didático em cursos de alemão no contexto acadêmico brasileiro – entre conceitos gerais e específicos. In: MOURA, M. et al. (org.). *Ensino-aprendizagem do alemão como língua estrangeira: teoria e práxis*. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2017, p. 15-34. Disponível em: <[http://www.dialogarts.uerj.br/arquivos/E-BOOK\\_ENSINO-APRENDIZAGEM%20DO%20ALEM%C3%83O%20COMO%20L%C3%8DNGUA%20ESTRANGEIRA%20-%20TEORIA%20E%20PR%C3%81XIS.pdf](http://www.dialogarts.uerj.br/arquivos/E-BOOK_ENSINO-APRENDIZAGEM%20DO%20ALEM%C3%83O%20COMO%20L%C3%8DNGUA%20ESTRANGEIRA%20-%20TEORIA%20E%20PR%C3%81XIS.pdf)>. Acesso em: 03.07.2018.
- CALLEGARI, M. O. V. *Saborear para saber: diferentes olhares sobre a motivação em sala de aula – um estudo com alunos e professores de espanhol do Ensino Médio*. Dissertação de mestrado. FE/USP, São Paulo, 2004.
- CASPARI, D.; HELBIG, B.; SCHMELTER, L. Forschungsmethoden: explorativ-interpretatives Forschen. In: BAUSCH, K-R.; CHRIST, H.; KRUMM, H-J. (org.) *Handbuch Fremdsprachenunterricht*. 5. ed. Tübingen: UTB, 2007, p. 499-506.
- FUNK, H.; KOENIG, M. *Grammatik lehren und lernen*. FS1. Munique: Langenscheidt, 1991.
- HORWITZ, E. K. Surveying students' beliefs about language learning. In: WENDEN, A.; RUBIN, J. (ed.) *Learner strategies in language learning*. Londres: Prentice Hall, 1987, p. 110-129.
- KRASHEN, S. *The Input Hypothesis: issues and implications*. 4. ed. Nova York: Longman, 1985.
- KUMARAVADIVELU, B. Toward a postmethod pedagogy. *TESOL Quarterly* 35, 2001, p. 537-560.
- LEHNER, M. *Didaktische Reduktion*. Berna: UTB, 2012.
- MCLAUGHLIN, B. *Theories of second language learning*. Londres: Arnold, 1987.
- MARQUES-SCHÄFER, G.; BOLACIO, E.; STANKE, R.. Was können Lehrwerke zur Reflexion von Stereotypen im DaF-Unterricht beitragen? Eine Analyse anhand der Arbeit mit DaF Kompakt in Brasilien. *Info DaF*. Themenheft: Lehrwerke, 2016, p. 566-586.
- MARQUES-SCHÄFER, G.; ROZENFELD, C. (org.) *Ensino de Línguas e Tecnologias Móveis: políticas públicas, conceitos, pesquisas e práticas em foco*. São Paulo: Edições Hipótese, 2018. Disponível em <<https://nutecca.webnode.com/edicoes-hipotese-e-books/>>. Acesso em: 03.07.2018.
- MESQUITA, I. P. A.; ARAÚJO, R. N. Crenças de professores e alunos acerca do livro didático de inglês no ensino fundamental do 6º ao 9º anos do município de Altos - PI. *Revista do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica*, v. 3, n. 1, jan./jun. 2015, p. 21-25.
- MOURA, M. et al. (org.). *Ensino-aprendizagem do alemão como língua estrangeira: teoria e práxis*. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2017. Disponível em: <[http://www.dialogarts.uerj.br/arquivos/E-BOOK\\_ENSINO-APRENDIZAGEM%20DO%20ALEM%C3%83O%20COMO%20L%C3%8DNGUA%20ESTRANGEIRA%20-%20TEORIA%20E%20PR%C3%81XIS.pdf](http://www.dialogarts.uerj.br/arquivos/E-BOOK_ENSINO-APRENDIZAGEM%20DO%20ALEM%C3%83O%20COMO%20L%C3%8DNGUA%20ESTRANGEIRA%20-%20TEORIA%20E%20PR%C3%81XIS.pdf)>. Acesso em: 03.07.2018.
- PADILHA, E. C.; SELVERO, C. M. Crenças sobre o uso do material didático no ensino de línguas estrangeiras. *Revista Linguagem*, 21. ed., 2013, p. 1-11.
- PRABHU, N. S. There is no best method – Why? *Tesol Quarterly*, v. 24, n. 2, 1990, p. 161-176.
- RÖSLER, D. *Deutsch als Fremdsprache – eine Einführung*. Stuttgart: Metzler, 2012.
- RÖSLER, D.; SCHAT, M. Die Perspektivenvielfalt der Lehrwerkanalyse – Einführung in zwei Themenhefte. *Info DaF* 5, 2016, p. 483-493.
- SCHMIDT, C. *Estudo do livro didático de língua alemã: abordagem sociocomunicativa e intercultural*. Tese de doutorado em Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2016.
- STORCH, G. *Deutsch als Fremdsprache – eine Didaktik*. Paderborn: UTB, 2009.
- UPHOFF, D. *O poder do livro didático e a posição do professor no ensino de alemão como língua estrangeira*. Tese de doutorado. IEL/Unicamp, Campinas, 2009.

- VAZ FERREIRA, M.; MARQUES-SCHÄFER, G. A consultoria individual e o diário de aprendizagem como instrumentos para o desenvolvimento de autonomia no contexto de ensino de alemão como língua estrangeira. *Pandaemonium Germanicum*, v. 19, n. 28, 2016, p. 101-123.
- VIEIRA, A. N. G. *Duas professoras de espanhol língua estrangeira (ELE) e suas (des)crenças sobre o livro didático*. Tese de doutorado. Centro de Artes e Letras/UFSM, Santa Maria, 2016.

*Recebido em 10 de julho de 2018*  
*Aceito em 04 de novembro de 2018*

# Variação linguística e alemão como língua estrangeira: contribuições a partir da análise de dois livros didáticos

[Linguistic Variation and German as a Foreign Language: Contributions from an Analysis of two Textbooks]

<http://dx.doi.org/10.11606/1982-88372237331>

Bernardo Limberger<sup>1</sup>  
Fernanda Von Mühlen<sup>2</sup>

**Abstract:** Many times, school and political institutions overestimate the standard norm and rarely recognize the legitimacy of linguistic variation. However, the (historical, geographical, social or stylistic) variation belongs to all languages and cannot be ignored. In the classroom, both of mother tongue and foreign language, it is necessary to approach the variation, in order that the student can use the language in diverse and realistic contexts, without creating a stereotyped vision of the language. Thus, our objective is to understand if and in what contexts different varieties of the German language materialize in two textbooks of German as a foreign language, one for adolescents and another for adults. The methodology is quantitative-qualitative, establishing a panoramic view of the variation and analyzing the treatment given to it in the selected activities. The results suggest that the books address only some aspects of geographic and stylistic variation. In the discussion, these results are problematized, to help teachers in the appreciation and management of didactic materials, in relation to linguistic variation.

**Keywords:** Linguistic Variation, German as a foreign Language, textbooks.

**Resumo:** Muitas vezes, instituições escolares e políticas supervalorizam a norma padrão, raramente reconhecendo a legitimidade da variação linguística. Entretanto, a variação (histórica, geográfica, social ou estilística), sendo inerente a todas as línguas, não pode ser ignorada. Em sala de aula, tanto de língua materna quanto de língua estrangeira, é necessário abordar a variação, de modo que o aluno possa usar a língua em contextos diversificados e realísticos, sem criar uma versão estereotipada. Assim, o objetivo deste artigo é compreender se e em que contextos as diferentes variedades da língua alemã se concretizam em dois livros didáticos para o ensino como língua estrangeira, um para adolescentes e outro para adultos. O método da pesquisa é de cunho quanti-qualitativo, estabelecendo uma visão panorâmica da variação e analisando o tratamento dado a ela em atividades selecionadas. Os resultados sugerem que os livros abordam apenas alguns aspectos da variação geográfica e estilística. Na discussão, são problematizados esses resultados, com o intuito de auxiliar professores na avaliação e no manejo de materiais didáticos com relação à variação linguística.

<sup>1</sup> Universidade Federal de Pelotas, Rua Gomes Carneiro, 1, Pelotas, RS, 96010-610, Brasil. E-mail: bernardo\_kl@yahoo.com.br. ORCID: 0000-0001-5504-2361

<sup>2</sup> Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Rua Farroupilha, 409, São Leopoldo, RS, 93022-000, Brasil. E-mail: fernandavonmuhlen@yahoo.com.br. ORCID: 0000-0003-4956-2349



**Palavras-chave:** Variação linguística, alemão como língua estrangeira, livros didáticos.

**Zusammenfassung:** Oftmals überschätzen schulische und politische Institutionen die Standardnorm und selten erkennen sie die Legitimität der linguistischen Variation. Jedoch darf die historische, geographische, soziale oder stilistische Variation, die zu allen Sprachen gehört, nicht ignoriert werden. Im muttersprachlichen und fremdsprachlichen Unterricht ist es notwendig, die Variation zu bearbeiten, sodass der Schüler die Sprache in unterschiedlichen und realistischen Kontexten anwenden kann, ohne eine stereotypische Version zu schaffen. Dieser Artikel soll verstehen, ob und in welchen Kontexten die verschiedenen Varietäten der deutschen Sprache sich in zwei DaF-Lehrwerken verwirklichen, eins für Jugendliche und das andere für Erwachsene. Die Methode der Forschung ist quantitativ und qualitativ, in der wir beabsichtigen, einerseits eine panoramische Sicht der Variation herzustellen und andererseits die Behandlung von den ausgewählten Aktivitäten zu analysieren. Die Ergebnisse deuten an, dass die Lehrwerke nur einige Aspekte der geographischen und stilistischen Variation ansprechen. In der Diskussion werden diese Ergebnisse problematisiert, um die Lehrer bei der Lehrwerkevaluation und bei dem Umgehen mit Lehrwerken, was die Sprachvariation angeht, zu unterstützen.

**Stichwörter:** Linguistische Variation, Deutsch als Fremdsprache, Lehrwerke.

## 1 Introdução

Não deveria haver razões para ignorar a variação linguística, pois ela é inerente a todas as línguas do mundo. Conforme Zilles (2008: 40), o uso variável da língua deve ser entendido como fenômeno social. No entanto, há, muitas vezes, na escola, a supervalorização da norma padrão em detrimento da diversidade linguística. Desse modo, não se reconhece a legitimidade da variação (CAMACHO 2005: 70).

A abordagem da variação em todos os seus âmbitos é crucial para que o aluno consiga usar a língua em contextos diversificados e não crie uma versão estereotipada e anedótica da língua e da própria variação. Ultimamente, o campo de pesquisa sobre variação no ensino de língua materna tem sido bem prolífero (BORTONI-RICARDO 2005; GUY; ZILLES 2006; FARACO 2007; FARACO; ZILLES 2015, entre outros). Em contrapartida, não são muitos os trabalhos no Brasil sobre variação relacionada à aula de língua estrangeira.

Especificamente, a aula de alemão como língua estrangeira (doravante *Deutsch als Fremdsprache – DaF*), segundo De Cillia (2004: 58), deve preparar o aluno para que ele consiga utilizar a língua em diversas situações e contextos geográficos e sociais. Isso é importante, porque o aprendiz de língua estrangeira não conhece as variedades ditas coloquiais, ao contrário do aprendiz de língua materna, quando ingressa na escola. Logo, o falante pode ter dificuldade de concretizar uma interação real em língua estrangeira, se for submetido somente a um enfoque tradicional, que ignora as variedades não padrão. O conceito de “norma padrão” está ligado, neste trabalho, à *seleção*, dentre essa grande

LIMBERGER, B.; VON MÜHLEN, F. – Variação linguística e alemão como língua estrangeira  
riqueza de variedades linguísticas existentes, de uma como sendo o *padrão* (GUY; ZILLES 2006: 43).

Este trabalho se relaciona com as preocupações dos autores sobre a abordagem da variação na aula de *DaF*. Como consequência, tais reflexões podem ser pertinentes a outros profissionais que se envolvem com *DaF*, sejam eles professores, instrutores de línguas, coordenadores pedagógicos ou autores e editores de livros didáticos. É imprescindível analisar livros didáticos criticamente, de modo a ensinar e conceber a língua de acordo com o seu caráter social e combater preconceitos. Cabe ainda salientar que este trabalho é fruto da cooperação com a professora Ana Maria Stahl Zilles (Unisinos), que contribuiu muito para a discussão sobre variação linguística no Brasil. A professora Ana ofereceu, gentilmente, um espaço de pesquisa e aprendizagem por meio da nossa inserção no projeto *Pedagogia da variação linguística: princípios norteadores*, por ela coordenado<sup>3</sup>.

Algumas análises de livros didáticos de *DaF* já foram conduzidas no Brasil (p. ex. ARANTES 2011; 2018; LIMBERGER; BARBOSA 2015; MONTEIRO; MELO 2008; RIBEIRO 2014 UPHOFF 2009), predominando, entretanto, análises discursivas de textos dos livros didáticos. Neste trabalho, o escopo de análise passa a ser a variação da língua alemã. O livro didático é fundamental para as reflexões, porque é um dos principais materiais do professor e baseia, normalmente, a abordagem do seu ensino. O objetivo deste trabalho é compreender se e em que contextos variedades do alemão se concretizam em dois livros didáticos para o ensino de *DaF*. Para a análise, foram selecionados dois livros didáticos, o *Berliner Platz 1 NEU* (LEMCKE; ROHRMANN; SCHERLING 2009) e o *Geni@l Klick AI* (KOENIG et al. 2011), um para adultos, outro para adolescentes, respectivamente. Esses dois livros foram eleitos considerando o seu uso atual, a mesma editora, o nível de proficiência equiparado entre eles e diferentes públicos-alvo.

Este artigo está estruturado da seguinte forma: primeiramente, revisam-se estudos sobre a variação linguística e a sua relação com o ensino. Em seguida, apresenta-se o método aplicado a este trabalho, considerando a escolha dos materiais didáticos e as categorias de análise. Por fim, são apresentados os resultados qualitativos e quantitativos bem como a discussão, relacionando-os à Pedagogia da variação linguística (FARACO

---

<sup>3</sup> A análise dos livros didáticos aqui apresentada iniciou por ocasião do 9º Congresso Brasileiro de Professores de Alemão. Nesse evento, foram apresentadas e discutidas algumas reflexões sobre variação linguística e alemão como língua estrangeira (LIMBERGER; ZILLES 2015). Agradecemos imensamente à professora Ana pelos ensinamentos e pela oportunidade de discutir este trabalho.

LIMBERGER, B.; VON MÜHLEN, F. – Variação linguística e alemão como língua estrangeira (2007). Visamos contribuir para a discussão dessa pedagogia, cujo objetivo principal é sensibilizar os alunos para a variação. Neste trabalho, expandimos a discussão para a variação da língua alemã, aprendida como língua estrangeira. Essa tarefa é urgente, devido ao escasso número de trabalhos encontrados e, também, devido à aprendizagem da língua alemã em comunidades de antigas zonas de imigração, especialmente no Sul do Brasil, onde diferentes variedades da língua alemã entram em contato (ALTENHOFEN 2010).

## 1 Referencial teórico: variação linguística, ensino e livros didáticos

A interface entre a Sociolinguística e o Ensino de línguas é essencial para que professores compreendam como lidar com o fenômeno da variação linguística em sala de aula. Dessa forma, há mais chances de ensinar uma língua mais autêntica e preparar melhor os alunos para o seu uso adequado nas mais diversas situações. Considerando essa premissa, a fim de fundamentar a discussão, são revisados aqui estudos sobre variação linguística *per se* (1.1), relacionada ao ensino (1.2) e aos livros didáticos (1.3).

### 1.1 Variação linguística *per se*

Por muito tempo, a variação linguística foi ignorada. O estruturalismo e o gerativismo, conforme exemplificam Cezario e Votre (2011), não incluíram nas suas análises a variação, porque ela estava fora do âmbito do objeto da Linguística. Naquela época, a variação era considerada o “caos” linguístico (CAMACHO 2005: 51), e, por isso, acreditava-se que ela não precisava ser examinada, justamente devido ao seu caráter caótico.

Entretanto, a variação e a diversidade consistem nos aspectos cruciais de interesse da Sociolinguística. O linguista William Labov, a partir da década de 1960, tem desenvolvido a Teoria da Variação, que considera que a língua é, por si só, um fenômeno heterogêneo. Todas as línguas do mundo possuem, no plano diacrônico, mudanças linguísticas que são resultantes de variação em longo prazo, e, no plano sincrônico, variação, cujas formas variantes coexistem nas línguas. Segundo Labov (2008: 275), a variável sociolinguística de análise é correlacionada com alguma variável não linguística

LIMBERGER, B.; VON MÜHLEN, F. – Variação linguística e alemão como língua estrangeira do contexto social: o falante, o interlocutor, o público, o ambiente etc. Dessa forma, há uma íntima relação entre variantes linguísticas e variáveis sociais.

Labov (2008: 276) postula ainda que a variação pode se manifestar por meio de indicadores ou marcadores. Indicadores são alguns traços linguísticos que demonstram uma distribuição regular pelos grupos sociolinguísticos, étnicos e etários, mas são usados por cada indivíduo mais ou menos do mesmo modo em qualquer contexto. No português, por exemplo, a monotongação do ditongo /ey/ na fala do português, em palavras como peixe/peixe, feijão/feijão, está isenta de valor social (GÖRSKI; COELHO 2009), porque é usada indiscriminadamente. Por outro lado, marcadores são variáveis linguísticas mais altamente desenvolvidas, que não somente exibem distribuição social, mas também diferenciação estilística. Por exemplo, a variação dos pronomes pessoais de segunda pessoa, ‘tu’ e ‘você’, e dos pronomes possessivos ‘teu’ e ‘seu’, usados em certas regiões do sul do Brasil (idem). Ambos os pronomes são diferentemente usados em determinados registros: tu (e teu) em registros mais informais e você (e seu) em registros mais formais. O uso desses pronomes não é estigmatizado, mas está correlacionado a variáveis estilísticas e sociais.

As línguas variam no tempo e no espaço, seja este geográfico ou social (ZILLES 2008). Desse modo, a variação geográfica está relacionada a diferenças linguísticas entre grupos de diferentes espaços físicos, e a variação social, relacionada a fatores como a identidade, a organização social, a idade, a classe social, a profissão, o grau de escolaridade e o gênero. Além disso, a variação estilística tem relação ao contexto de uso da língua; de um lado, um uso mais formal e monitorado e, de outro, um uso mais informal e menos monitorado.

No âmbito linguístico, como nos expõem Zilles (2008) e Cezario e Votre (2011: 145), podemos flagrar variação em todos os níveis de análise linguística. Por exemplo, no nível lexical (*aipim* ~ *mandioca* ~ *macaxera*), no nível morfológico (*levantar* ~ *alevantar*), no nível fonético-fonológico (*bicicleta* ~ *bicicreta*). Também na língua alemã, é possível identificar variação no léxico (*Brötchen* ~ *Semmel* ~ *Schrippe*, entre outros)<sup>4</sup>, na morfossintaxe (pronome *mir* ~ *mich*, em *sich schwertun*)<sup>5</sup> e na fonética (*Sirup*, em que

<sup>4</sup> Conforme Elspaß e Möller (2018). Disponível em <<http://www.atlas-alltagssprache.de/brotchen/>>. Acesso em 16.10.18.

<sup>5</sup> Conforme Elspaß e Möller (2018). Disponível em <<http://www.atlas-alltagssprache.de/r8-f4j-k-2/>>. Acesso em 16.10.18.

LIMBERGER, B.; VON MÜHLEN, F. – Variação linguística e alemão como língua estrangeira

‘s’ tem som /z/ ou /s/)<sup>6</sup>. Para Zilles (2008), quando se fala de variação linguística no âmbito lexical, aborda-se a concepção de que um mesmo referencial no mundo pode ser representado por diferentes palavras. Tais exemplos podem servir de parâmetro de comparação para aprendizes brasileiros de *DaF*, ao se depararem com fenômenos variáveis da língua alemã. A avaliação social relacionada ao uso variável das línguas pode ser verificada nos diversos níveis das línguas, o que tem consequências e relações com o ensino, como vemos a seguir.

## 1.2 Variação linguística e ensino

Diante da complexa realidade de variação, nós, professores de língua materna e estrangeira, podemos refletir: como pode-se lidar com tamanha diversidade? As respostas mais expressivas a essa questão resultam, no Brasil, de pesquisas sobre ensino e aprendizagem de português como língua materna. Na escola é necessário, segundo Guy e Zilles (2006), familiarizar a criança e o jovem com a diversidade linguística e permitir que eles se movimentem dentro dela. Além disso, ela deve

permitir que [eles] se movimentem efetivamente dentro dela. Por isso, trata-se de fazer com que a criança aprenda a dominar outros estilos e outras variedades sociais além daqueles que ela domina como parte da experiência diária. Neste sentido, tal abordagem talvez tenha mais em comum com o ensino de línguas estrangeiras: não procura identificar o único jeito melhor de falar e enfiar isso na cabeça da criança, apagando as versões prévias. Em vez disso, procura ampliar as capacidades linguísticas da criança, para que ela possa se comunicar efetivamente com outras pessoas e em outras situações, para que possa agir socialmente *com e na* linguagem. (GUY; ZILLES 2006: 50).

Essa discussão já tem tradição no Brasil, devido à diversidade linguística. Cagliari (1989), um dos pioneiros a escrever sobre a relação entre a Sociolinguística e o ensino de língua materna, postula que a escola, como integrante da sociedade, incorpora os preconceitos linguísticos, pois nem sempre lida adequadamente com os valores de certo e errado atribuídos pelos falantes e pelos gramáticos normativos. O autor, portanto, já há quase 30 anos, defendia que a questão merecia uma discussão mais aprofundada, visando que a escola adotasse uma postura mais acolhedora de alunos cujas variedades linguísticas são estigmatizadas pela sociedade, não incorporando, dessa forma, preconceitos.

No que concerne à aula de língua estrangeira, Cezario e Votre (2011) afirmam que as pesquisas referentes à variação podem contribuir ao fornecer material para que as aulas sejam baseadas no modo como as pessoas realmente usam a língua-alvo, na preparação

<sup>6</sup> Conforme Gallmann (2017/2018). Disponível em <[http://www.personal.uni-jena.de/~x1gape/Ortho/V\\_Eszett\\_Skript.pdf](http://www.personal.uni-jena.de/~x1gape/Ortho/V_Eszett_Skript.pdf)>. Acesso em 16.10.18.



LIMBERGER, B.; VON MÜHLEN, F. – Variação linguística e alemão como língua estrangeira

do material com diversos registros com as suas variações linguísticas típicas, na escolha da língua a ser ensinada. Dessa forma, pode ser possível promover uma imagem real da língua-alvo.

### 1.3 Variação linguística e livros didáticos

O material didático desempenha um papel essencial na concepção de variação na aula de língua estrangeira. Assim, conforme defende De Cillia (2006:58), os alunos podem ter uma visão realística da língua, que evita situações desagradáveis na estadia nos países em que se fala, especificamente, alemão. No caso de *DaF*, a abordagem não deve ser somente pluricêntrica (DE CILLIA 2006: 51), baseada nos centros principais nos quais se fala alemão, mas deve contemplar os aspectos sociais e estilísticos.

Apresentar um recorte realístico da língua estrangeira nem sempre é tarefa simples. Principalmente nos materiais para iniciantes, os textos são concebidos para fins didáticos, ou seja, são simulacros linguísticos, o que dificulta atingir essa legitimidade. Por esse motivo, Maijala (2007: 549) argumenta que os textos podem parecer artificiais, o que, conseqüentemente, pode dificultar o processo de aprendizagem da língua-alvo, pois o aluno tem pouca ou praticamente nenhuma exposição a situações reais de uso da língua. Por isso, muitas vezes, o texto do livro didático é uma simulação de legitimidade, ou seja, da realidade da língua-alvo.

No âmbito da língua materna, Bekes e Neuland (2006), ao analisar livros didáticos de língua alemã para anos finais e ensino médio, perceberam que a temática da variação linguística vem sendo, historicamente, pouco discutida nesses materiais. Inicialmente, só se abordava a variedade padrão, explorando a gramática, a ortografia e a fala e a escrita ditas “corretas”. Posteriormente, a variedade não padrão passou a aparecer nos livros didáticos, mas foi transmitida como uma variedade muitas vezes inadequada e passível de provocar problemas de comunicação. Atualmente há, em muitos livros, um capítulo intitulado “*Sprachreflexion*” (reflexão acerca da língua), mas o mesmo apresenta os conhecimentos de forma pontual, descontextualizada e sem possibilidade de progressão.

Da mesma forma, Faraco (2007) analisou os livros didáticos de português e constata que os fenômenos de variação são ainda marginais e maltratados, pois são abordados tendo a “cultura do erro” como pano de fundo. A variação geográfica é proeminente e repetidamente é exposta de maneira anedótica, com tiras do Chico Bento,

LIMBERGER, B.; VON MÜHLEN, F. – Variação linguística e alemão como língua estrangeira

por exemplo. Além disso, o autor conclui que a variação estilística é explorada de maneira superficial, pois os materiais didáticos:

difícilmente consideram que, em língua, o que ocorre são contínuos de variação e não recortes estanques. Os livros tendem a bater na tecla de que há uma relação um-a-um entre situação e variedade de língua (...). Raramente os livros didáticos tratam da variação social – isto é, dos contrastes, conflitos, aproximações e distanciamentos entre as variedades do português chamado de popular (a norma popular) e as variedades do português chamado culto (a norma culta). É nesse ponto que residem os estigmas linguísticos mais pesados de nossa sociedade (FARACO 2007: 42).

Então, além de oferecer uma visão estereotipada da variação geográfica, eles fornecem ora a variação social a partir de um caráter anedótico, ora a sua ausência. Diante disso, Faraco (2007: 42) propõe um grande desafio, isto é, construir uma pedagogia da variação linguística que sensibilize as crianças e os jovens para a variação. Como professores, temos de enfrentar o desafio de construir uma pedagogia que:

- a) reconheça o Brasil como país multilíngue;
- b) dê destaque crítico à variação social;
- c) não dê um tratamento anedótico ou estereotipado aos fenômenos da variação;
- d) localize adequadamente os fatos da norma culta no quadro amplo da variação e no contexto das práticas sociais que a pressupõem;
- e) abandone criticamente o cultivo da norma-padrão;
- f) estimule a percepção do potencial estilístico e retórico dos fenômenos da variação.

Dessa forma, é mais possível combater os estigmas linguísticos, a violência simbólica, as exclusões sociais e culturais fundadas na diferença linguística. Esses pressupostos podem ser importantes também para a aula de língua estrangeira, conforme propomos mais adiante neste trabalho. Essa tarefa de refletir também sobre a variação no ensino de língua estrangeira no Brasil é urgente, pois o número de trabalhos encontrados sobre a linguística em variação em livros didáticos de língua estrangeira é muito limitado (CARVALHO 2002; RIBEIRO 2014; SCHMITT 2012).

Quando se trata de variação, muito se evidencia na fala. Baseada nessa afirmação, Carvalho (2002) analisou fenômenos gramaticais em manuais de português como segunda língua (L2), observando a ênfase dada ao português brasileiro (PB) falado. A autora percebeu, porém, que os livros analisados pouco apresentam a realidade da língua falada. De acordo com Carvalho (2002: 272), “imperava na maioria dos livros uma atitude prescritivista ainda bastante dependente das gramáticas normativas”. Para que o aluno tenha competência comunicativa na L2 (cf. HYMES 1972), o que é basicamente a

LIMBERGER, B.; VON MÜHLEN, F. – Variação linguística e alemão como língua estrangeira  
capacidade de usar regras da língua na comunidade de fala na qual está inserido, é importante que o aluno tenha “acesso aos usos reais da língua” (CARVALHO 2002: 268).

Ribeiro (2014), ao analisar livros didáticos de alemão como L2 (*Deutsch als Zweitsprache – DaZ*), reconheceu que, nessas obras, há uma reflexão sobre a linguagem formal e informal, bem como a exploração de situações cotidianas (trabalho, escola, compras) e gêneros diversos (anúncio de emprego, bilhete, convite). Porém, o autor afirma que a temática da variação linguística não aparece de forma explícita nos textos e exercícios. Para o autor, baseado em Lajolo (1996), cabe ao professor, em situações como essa, adaptar ou criar exercícios baseados nesses textos com o objetivo de proporcionar aos alunos a reflexão sobre as diferentes formas de usar a língua de acordo com os diferentes contextos comunicativos (RIBEIRO 2014).

Em um trabalho análogo, Schmitt (2012) analisou a variação linguística em livros didáticos de inglês como L2. Trata-se de livros didáticos avaliados pelo PNLD (coleção *Links*). O autor quantificou a presença da variação e constatou que o tratamento dado à variação linguística está presente nas atividades, mas de forma extremamente superficial, porque os alunos são expostos a duas variedades-padrão do inglês: a norte-americana e a britânica. Há predomínio da apresentação da variação nas atividades de áudio, ou seja, a variação fonético-fonológica é priorizada, em detrimento da variação nos níveis semântico e lexical. Porém, não há qualquer reflexão sobre as características dessas duas variedades, o que pode, segundo o autor, dificultar que o aluno compreenda a heterogeneidade da língua e que ele respeite suas diversas variedades.

Defendemos, baseados nos estudos acima reportados, a importância da análise crítica de livros didáticos tanto de língua materna quanto de segunda língua e de língua estrangeira. O professor precisa estar ciente de que um livro didático necessita apresentar um recorte real da língua-alvo. Por isso, conduzimos a presente pesquisa, cujo método é exposto a seguir.

## 2 Método

Selecionamos dois livros didáticos de *DaF*, um para adolescentes e outro para adultos, obedecendo aos critérios abaixo explicitados. A análise de ambos os livros é, de um lado, de cunho quantitativo, ou seja, quantificamos as ocorrências, a fim de estabelecer uma visão panorâmica da variação. De outro lado, por meio da análise mais qualitativa,

LIMBERGER, B.; VON MÜHLEN, F. – Variação linguística e alemão como língua estrangeira analisamos o tratamento dado à variação nos livros selecionados. Nesta seção, caracterizamos os livros didáticos, explicamos a elaboração do *corpus* para análise e como esta foi conduzida.

## 2.1 Livros didáticos selecionados

Os livros *Geni@l Klick A1* (KOENIG et al. 2011) e *Berliner Platz 1 NEU* (LEMCKE; ROHRMANN; SCHERLING 2009) foram selecionados com base nos seguintes critérios:

- a) Atualidade – procuramos por dois livros adotados em escolas de educação básica e cursos de línguas no Brasil (pelo menos à época da coleta de dados);
- b) Nível de proficiência – procuramos por livros destinados a iniciantes, nível A1 (CONSELHO DA EUROPA 2005), para verificar se o uso variável da língua já está presente na aprendizagem inicial;
- c) Público-alvo – procuramos por dois livros destinados a diferentes públicos, para fins de comparação (adolescentes e adultos);
- d) Editora – para assegurar uma comparação somente entre as faixas etárias (não entre livros de editoras diferentes), procuramos por livros da mesma editora, no caso, a Langenscheidt. O nosso acesso aos livros justifica a opção por essa editora, de alcance mundial.

O livro *Geni@l Klick A1* (KOENIG et al. 2011) é destinado a adolescentes. Ele é a segunda edição do livro *Geni@l*, revista e atualizada. Os autores propõem doze capítulos com temas diversificados de oito páginas cada. Além disso, o pacote contempla um livro de exercícios, um *Intensivtrainer*, CDs e um DVD. O livro parece bastante atual e possui fotos e ilustrações, que visam mostrar o mundo dos adolescentes. Uma proposta do material é abordar temas atuais, bem como o multilinguismo nas aulas, neste caso, a comparação entre diversas línguas. No livro, há uma seção de atividades representada por três diferentes bandeiras, na qual os alunos têm a oportunidade de comparar línguas (*Sprachen vergleichen*). No fim do livro, há uma lista de todas as palavras que apareceram nos capítulos, inclusive os estrangeirismos.

O livro *Berliner Platz 1 NEU* (LEMCKE; ROHRMANN; SCHERLING 2009) é destinado a adultos e é uma versão revista e atualizada do livro *Berliner Platz 1*. O livro é composto por doze capítulos com dez páginas cada. O aspecto visual também é colorido e possui fotos e ilustrações. No pacote do material, além do livro-curso, há um livro de

LIMBERGER, B.; VON MÜHLEN, F. – Variação linguística e alemão como língua estrangeira  
exercícios, um *Intensivtrainer*, CDs, um DVD e livros complementares (*Im Alltag* e *Treffpunkt D-A-CH*). Os autores visam fornecer uma preparação intensiva para o cotidiano nos países germanófonos, para adultos que estão situados dentro ou fora dos países germanófonos.

## 2.2 Análise

Cada um dos livros-curso foi analisado. Foi considerada como variação aquela variável linguística que é correlacionada com alguma variedade não linguística do contexto social (cf. LABOV 2008). Então, cada uma das atividades das doze lições de cada livro-curso foi analisada e procuramos pelas atividades que abordam a variação linguística em alguma dimensão. Em seguida, as ocorrências de uso não padrão da língua alemã foram divididas de acordo com a habilidade que está sendo focalizada naquela atividade (*Hören, Lesen, Sprechen, Schreiben, Wortschatz* e *Grammatik*<sup>7</sup>) e quantificadas, estabelecendo uma visão panorâmica das dimensões da variação. O nível linguístico correspondente ao uso variável (fonético-fonológico, morfossintático ou semântico-lexical) também foi categorizado, bem como em que dimensão ocorre a variação (social, geográfica ou estilística). Essa abordagem de análise está de acordo com o objetivo deste artigo, segundo o qual visa-se compreender em que contextos as variedades se concretizam.

As atividades que contêm uso variável da língua alemã foram incluídas no *corpus* do estudo e foram analisadas qualitativamente. Para este trabalho, devido às limitações de espaço, é apresentada a análise qualitativa de uma atividade do livro *Geni@l Klick A1* e uma atividade do livro *Berliner Platz NEU 1*. Foram selecionadas duas atividades que abarcam uso não padrão da língua e analisadas quanto (1) aos seus objetivos (apresentados no manual do professor); (2) à ênfase à variação, isto é, se o livro chama atenção aos aspectos variáveis da língua (por exemplo, *Griß Gott* se fala na Áustria e na Bavária; *Guten Tag* se fala nas outras regiões da Alemanha); (3) aos níveis linguísticos com uso variável da língua; (4) à habilidade focalizada; (5) ao tipo de variação incluído; (6) e a outras possibilidades de abordar o material.

---

<sup>7</sup> Tradução: Escutar, ler, falar, escrever, vocabulário e gramática.

### 3 Análise e discussão

A primeira fase da análise consistiu na quantificação das ocorrências do uso variável da língua alemã no livro didático. O livro-curso *Geni@l Klick A1* (KOENIG et al. 2011) é composto por 186 atividades, distribuídas nas doze lições. Entre essas atividades, foram encontradas em 45 delas ocorrências de variantes linguísticas correlacionadas com aspectos sociais, geográficos ou contextuais. Esse número totaliza 24,8% das atividades do livro com ocorrências de variação. Por outro lado, foram encontradas no livro *Berliner Platz NEU 1* (LEMCKE; ROHRMANN; SCHERLING 2009) menos ocorrências: entre as 145 atividades das doze lições, 31 delas possuem uso variável da língua alemã, totalizando 21,4% das atividades com variação em alguma dimensão da língua. O livro para adultos, possui, portanto, uma porcentagem um pouco menor de ocorrências de variação linguística.

Dividiu-se o número de ocorrências de acordo com a habilidade que está sendo focalizada e por tipo de atividade: *Hören* (compreensão auditiva), *Lesen* (compreensão leitora), *Schreiben* (escrita), *Sprechen* (fala), *Wortschatz* (vocabulário). Não foi encontrada variação em atividades de gramática. Na tabela 1, apresentamos a relação entre a habilidade focalizada na atividade e o número de atividades com ocorrência de variação linguística.

Tabela 1 – Número de atividades (e porcentagem) com ocorrência de variação em cada um dos livros e relação com a habilidade focalizada na atividade

	<i>Geni@l Klick A1</i>	<i>Berliner Platz NEU 1</i>
<i>Hören</i>	28 (60,9%)	20 (64,5%)
<i>Lesen</i>	14 (30,4%)	6 (19,3%)
<i>Schreiben</i>	1 (2,2%)	2 (6,5%)
<i>Sprechen</i>	1 (2,2%)	3 (9,7%)
<i>Wortschatz</i>	2 (4,3%)	0
Total	46 (100%)	31 (100%)

Na tabela, pode-se notar a predominância da variação nas atividades de audição em ambos os livros, como também encontrado por Schmitt (2012) em livros de inglês. Dessa forma, identifica-se que a maior parte das ocorrências de variação nos dois livros se situa no nível fonético-fonológico, ou seja, os alunos podem ouvir variantes não padrão da língua alemã, com áudios falados por pessoas falantes de alguma variedade regional ou por jovens falantes de gírias.

LIMBERGER, B.; VON MÜHLEN, F. – Variação linguística e alemão como língua estrangeira

Apesar disso, a tabela 2 (abaixo) evidencia que a predominância da variação no nível fonético-fonológico ocorre somente no livro para adultos. No livro para adolescentes, há mais ocorrências de textos escritos (30,4%) que contêm formas não padrão do que no livro para adultos. Quando o livro oferece outras formas de usar a língua, além da norma padrão, o aluno pode compreender que há variação em todos os aspectos da língua (CEZARIO; VOTRE 2011). No entanto, pode-se verificar que falta abordar a variação linguística nas outras habilidades (*Schreiben e Sprechen*), de modo que o uso variável da língua está quase restrito à compreensão, o que pode levar os alunos a não usarem essas formas não padrão. A seguir, na Tabela 2, apresentamos um panorama do nível linguístico no qual a variação está presente.

Tabela 2 – Número de atividades (e porcentagem) com ocorrência de variação em cada um dos livros e nível da língua com a variação

<b>Nível linguístico</b>	<b><i>Geni@l Klick A1</i></b>	<b><i>Berliner Platz NEU 1</i></b>
<i>Fonético-fonológico</i>	11 (24%)	14 (45%)
<i>Morfossintático</i>	4 (9%)	10 (32%)
<i>Léxico-semântico</i>	31 (67%)	7 (23%)
Total	46 (100%)	31 (100%)

Nessa tabela, visualiza-se a diferença entre os dois livros no que tange ao nível linguístico da variação. No livro para adolescentes, a maior parte da variação se situa no nível léxico-semântico. No livro *Geni@l Klick A1*, é possível encontrar muitos estrangeirismos, provindos do inglês, como, por exemplo, *cool, sorry, bye, hi, baby-sitter, hey*, entre outros, que se restringem a palavras. Além disso, o livro apresenta uma atividade (página 85) com palavras utilizadas em mensagens de SMS e na internet por jovens na Alemanha (4u → *for you – für dich*; bb → *bis bald*; M2 → *me too – ich auch*, entre outras). Por meio dessas ocorrências, o livro didático exhibe marcadores (cf. LABOV 2008) correlacionados a uma identidade de jovem, globalizada e conectada com o mundo. Por isso, essas ocorrências podem ser caracterizadas como casos de variação social (cf. ZILLES 2008), com formas linguísticas correlacionadas à identidade de determinado grupo social ao qual o livro é destinado.

No livro para adultos, o nível linguístico no qual há mais ocorrências de variação é o fonético-fonológico. Entre essas ocorrências, 11 tratam de variação geográfica, o que tem relação com a abordagem pluricêntrica da língua alemã (DE CILLIA 2006). É possível identificar a apresentação da variedade não padrão, principalmente na produção do /r/, que, segundo Wiese (2003), em posição pré-vocálica, pode ser uma fricativa uvular [□]

LIMBERGER, B.; VON MÜHLEN, F. – Variação linguística e alemão como língua estrangeira  
ou vibrante alveolar [r]. A uvular é produzida mais no norte da Alemanha e é considerada a forma padrão (cf. WIESE 2003), ao passo que a vibrante é produzida mais em Bayern e na Áustria. Pode-se ouvir nos textos também “sotaques” de grupos estrangeiros falando alemão, principalmente turcos, exemplos de variação social. A variação no nível morfossintático é baseada no *Sie* e no *du*, focalizada no livro para adultos, os quais, talvez, necessitam mais do uso dessa diferença em contextos de trabalho. Esse aspecto da variação linguística, relacionado ao uso do pronome pessoal formal e informal, também foi percebido por Ribeiro (2014) no livro para aprendizes de alemão em contexto de imersão.

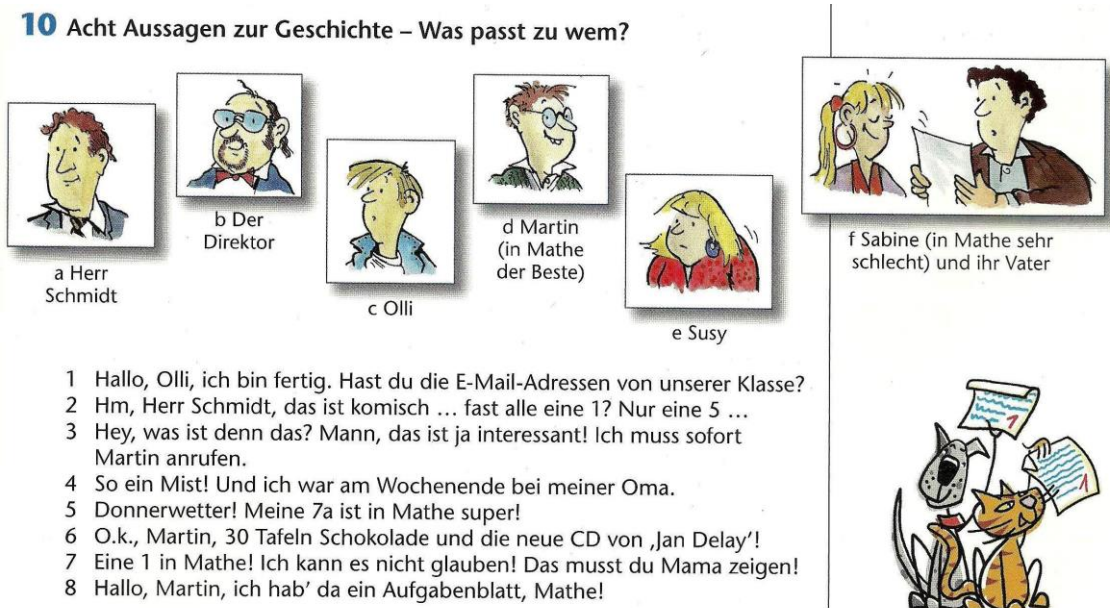
Foram analisadas duas atividades que contêm ocorrências de uso não padrão da língua alemã, uma de cada livro didático, escolhidas por contemplarem também o uso de formas não padrão da língua alemã. A atividade do livro *Geni@l Klick A1* (KOENIG et al. 2011: 97) e atividade do livro *Berliner Platz NEU 1* (LEMCKE; ROHRMANN; SCHERLING 2009: 104) estão situadas na segunda metade dos livros (lição 10 e lição 9, respectivamente) e são atividades nas quais predomina a leitura. As atividades foram analisadas de acordo com o seu objetivo, a autenticidade do material, os níveis linguísticos nos quais há uso não padrão da língua alemã, os tipos de variação, a ênfase à variação e as possibilidades de adaptação do material (isto é, o que poderia ser feito com relação à variação apresentada).

A atividade do livro *Geni@l Klick A1* (Figura 1) é complementar a uma atividade anterior, na qual os alunos leem e escutam uma narrativa. No apêndice A, está inserida a tradução da atividade, a fim de fomentar a discussão sobre variação com profissionais de outras línguas. A tarefa dos alunos é relacionar as afirmações aos personagens da narrativa. O objetivo da atividade com todo o texto foi exercitar a compreensão de um texto narrativo, apresentando pela primeira vez no livro.



Figura 1: Exemplo de atividade que contempla usos não padrão no livro *Geni@l Klick A1*

**10 Acht Aussagen zur Geschichte – Was passt zu wem?**



a Herr Schmidt

b Der Direktor

c Olli

d Martin (in Mathe der Beste)

e Susy

f Sabine (in Mathe sehr schlecht) und ihr Vater

- 1 Hallo, Olli, ich bin fertig. Hast du die E-Mail-Adressen von unserer Klasse?
- 2 Hm, Herr Schmidt, das ist komisch ... fast alle eine 1? Nur eine 5 ...
- 3 Hey, was ist denn das? Mann, das ist ja interessant! Ich muss sofort Martin anrufen.
- 4 So ein Mist! Und ich war am Wochenende bei meiner Oma.
- 5 Donnerwetter! Meine 7a ist in Mathe super!
- 6 O.k., Martin, 30 Tafeln Schokolade und die neue CD von ‚Jan Delay‘!
- 7 Eine 1 in Mathe! Ich kann es nicht glauben! Das musst du Mama zeigen!
- 8 Hallo, Martin, ich hab' da ein Aufgabenblatt, Mathe!

Fonte: Koenig et al. (2011: 97)

Depois de ler a proposta de atividade, logo temos a impressão de que o material foi concebido especialmente para o livro didático, porque contém frases com estruturas semelhantes entre si, todas simples (uso do tempo verbal presente, de frases curtas e de vocabulário trabalhado na lição). Por isso, o texto em análise não parece ser autêntico; segundo Maijala (2007), o texto parece artificial, um simulacro linguístico. Assim, ele corre o risco de não mostrar aos aprendizes uma representação mais próxima de uma situação de comunicação real e comum, produzida por falantes dessa língua-alvo (cf. CEZARIO; VOTRE 2011).

Observando fatores internos à língua, a atividade contempla o uso não padrão de alemão no nível lexical. Quando um dos alunos lamenta o fato de ter passado o fim de semana com sua avó, ele usa uma expressão mais comum a adolescentes – *So ein Mist!* (afirmação 4). Em contrapartida, quando o professor se surpreende com as notas dos seus alunos, é utilizada uma expressão mais antiga – *Donnerwetter!* (afirmação 5). Na afirmação 3, a palavra *Mann* antecede uma sentença em que o personagem demonstra interesse por algo que lhe contaram. Esse termo é utilizado, neste caso, como ‘cara’ no português, tendo um uso bem informal. Ainda, traços de oralidade como *Hm*, *Hey*, *super* e *ich hab’* confirmam o uso informal das afirmações. A propósito, o uso de *ich hab’* com a elipse é uma das poucas ocorrências de variação no nível morfossintático encontradas

LIMBERGER, B.; VON MÜHLEN, F. – Variação linguística e alemão como língua estrangeira no livro para adolescentes. Nessa atividade, proposta para um público-alvo infantojuvenil, a variação linguística não é tomada como elemento central da aula. Entretanto, as ocorrências nesse nível linguístico são mais diversificadas do que no livro para adultos, porque este se restringe quase que exclusivamente à diferença entre *du* e *Sie*.

Observando fatores externos à língua, as expressões supracitadas têm seu uso também relacionado à faixa etária dos falantes. O professor utiliza um vocabulário diferente dos alunos, por pertencerem a gerações distintas (RIBEIRO 2014; ZILLES 2008). Além da variação etária, poderíamos mencionar que grande parte do vocabulário da atividade é mais comum na fala em comparação à escrita, sendo utilizado principalmente em contextos informais. Dessa forma, por meio da apresentação de uma variedade mais informal (variação estilística), parece-nos que a ideia dos autores do livro didático foi imitar a fala. Esse excerto do livro para adolescentes exemplifica a predominância da variação no nível léxico-semântico.

Apesar de ser um texto com estrutura mais informal, ele mantém um elemento cultural alemão que se faz presente na língua, que é o uso do pronome de tratamento *Herr* (Senhor) para homens adultos – neste caso, o professor. O uso desse termo demonstra distanciamento e respeito e é considerado muito importante e polido pelos falantes dessa língua-alvo. Como não se utiliza, em geral, com tanta frequência, esse pronome na língua portuguesa falada no Brasil, seria importante que o professor realizasse um adendo e enfatizasse esse aspecto com os alunos, propondo que os alunos experienciem o uso desse pronome de tratamento nas aulas de língua estrangeira. Assim, o professor estaria proporcionando aos alunos “um ensino de língua sensível às diferenças socioculturais” (GUY; ZILLES 2006: 42).

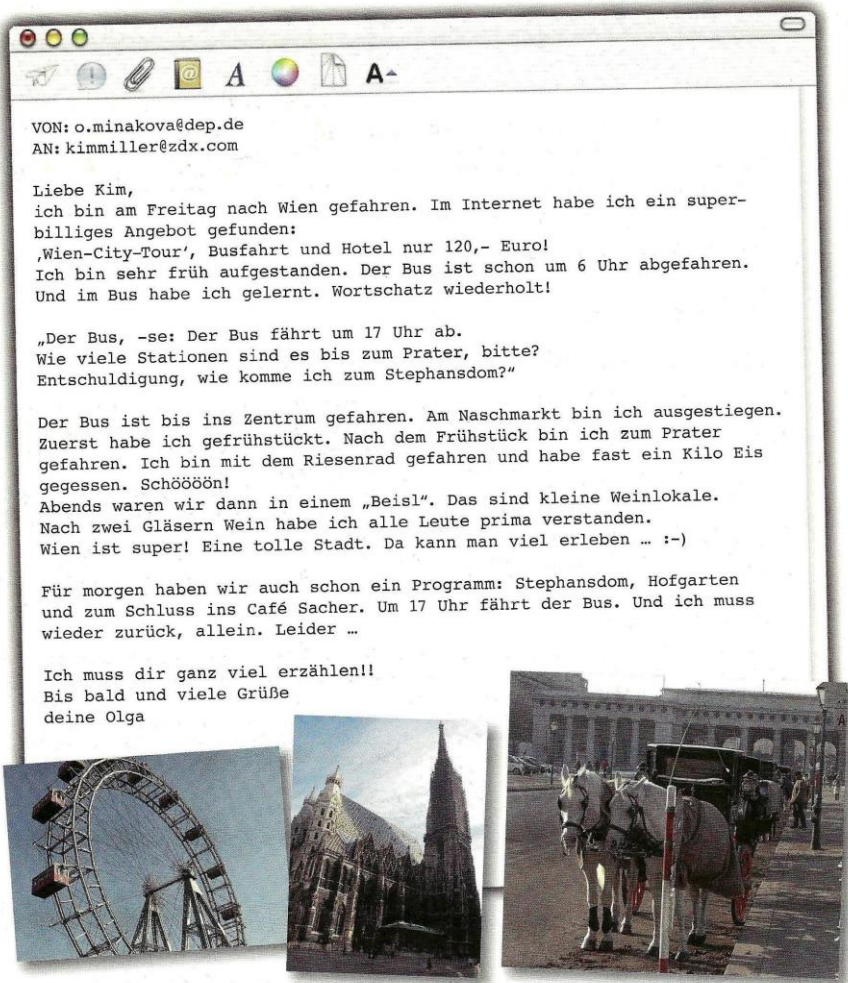
A habilidade que está sendo focalizada nessa atividade é a leitura. Ao ler as afirmações, o aluno deve relacioná-las aos personagens, lembrando do texto lido anteriormente. É interessante ainda salientar que a variação lexical é contemplada no texto das afirmativas, mas não é colocada em análise ou em discussão. As expressões aparecem como algo natural ao texto, sem serem grifadas. Seria interessante salientar o contexto de uso das expressões, talvez dentro de um contínuo de variação (cf. BORTONI-RICARDO 2005) de informal para formal, para que os alunos estejam cientes de quando usar as determinadas variantes. Poderia haver uma atividade posterior às afirmações que colocasse essas expressões em questão, para que os aprendizes de *DaF*, mesmo iniciantes,

LIMBERGER, B.; VON MÜHLEN, F. – Variação linguística e alemão como língua estrangeira já pudessem refletir e perceber diferenças acerca do uso da linguagem na formalidade e na informalidade (variação estilística). Dessa forma, o professor pode proporcionar atividades de conscientização linguística, que, conforme García (2008), fornecem conhecimento explícito sobre línguas e a percepção consciente e sensível na aprendizagem e no uso das línguas.

No livro *Berliner Platz NEU 1*, a atividade selecionada (Figura 2, com tradução no apêndice B), tem como objetivo exercitar a compreensão leitora e introduzir vocabulário referente à viagem, porque depois desse texto seguem diálogos cujo contexto são situações na cidade de Viena. O objetivo da atividade é introduzir o *Perfekt* e exercitar a compreensão textual. O *e-mail*, assim como no livro para adolescentes, não parece ser autêntico.

Figura 2: Exemplo de atividade que contempla usos não padrão no livro *Berliner Platz NEU 1*

10 Wiener Geschichten  
a Lesen Sie die E-Mail. Was hat Olga gemacht? Schreiben Sie den Tagesablauf.



VON: o.minakova@dep.de  
AN: kimmiller@zdx.com

Liebe Kim,  
ich bin am Freitag nach Wien gefahren. Im Internet habe ich ein superbilliges Angebot gefunden:  
,Wien-City-Tour', Busfahrt und Hotel nur 120,- Euro!  
Ich bin sehr früh aufgestanden. Der Bus ist schon um 6 Uhr abgefahren. Und im Bus habe ich gelernt. Wortschatz wiederholt!

„Der Bus, -se: Der Bus fährt um 17 Uhr ab.  
Wie viele Stationen sind es bis zum Prater, bitte?  
Entschuldigung, wie komme ich zum Stephansdom?“

Der Bus ist bis ins Zentrum gefahren. Am Naschmarkt bin ich ausgestiegen. Zuerst habe ich gefrühstückt. Nach dem Frühstück bin ich zum Prater gefahren. Ich bin mit dem Riesenrad gefahren und habe fast ein Kilo Eis gegessen. Schöööön!

Abends waren wir dann in einem „Beisl“. Das sind kleine Weinlokale. Nach zwei Gläsern Wein habe ich alle Leute prima verstanden. Wien ist super! Eine tolle Stadt. Da kann man viel erleben ... :-)

Für morgen haben wir auch schon ein Programm: Stephansdom, Hofgarten und zum Schluss ins Café Sacher. Um 17 Uhr fährt der Bus. Und ich muss wieder zurück, allein. Leider ...

Ich muss dir ganz viel erzählen!!  
Bis bald und viele Grüße  
deine Olga

Fonte: Lemcke, Rohrmann e Scherling (2009: 104)

LIMBERGER, B.; VON MÜHLEN, F. – Variação linguística e alemão como língua estrangeira

A atividade contempla o uso variável da língua alemã principalmente no nível léxico-semântico. Há o uso repetido do *super*, tanto como prefixo para indicar intensidade, como em *superbilliges* (“hiperbarato”), quanto como adjetivo – *Das ist super!* O gênero *e-mail* pode permitir ainda expressões mais informais e que reproduzem traços fonético-fonológicos, como *Schöööön!* (“Boniiiiito!”). O exemplo de variação no nível lexical é o uso da palavra *Beisl*, variante austríaca que significa “taverna”.

A habilidade focalizada nessa tarefa é a leitura. Contudo, os alunos devem escrever sobre o dia de Olga, de acordo com a descrição feita no *e-mail*. A variação contemplada no texto é a variação estilística, caracterizada pelo uso informal da língua alemã e, também, a geográfica, caracterizada pelo uso da variedade austríaca do alemão. Dessa forma, a abordagem pluricêntrica da língua alemã (cf. DE CILLIA 2006) é mais presente no livro para adultos, em comparação com o livro para adolescentes.

Diferentemente do livro para adolescentes, aqui há uma pequena ênfase ao uso variável da língua alemã. A remetente do *e-mail*, Olga, que foi a Viena, conta para a sua amiga Kim como foi o dia na cidade. Surgindo uma palavra nova no contexto da Alemanha, Olga a explica, colocando-a entre aspas. Essa explicação dada pela remetente do *e-mail* é mais elucidativa do que uma explicação pelo professor, porque a palavra é contextualizada dentro do gênero textual.

Como adaptação, os autores do livro poderiam ter incluído o trabalho explícito com a variação na proposta de atividade (como também sugere Ribeiro, 2014). No texto, escrito por uma alemã que viajou para a Áustria, poderiam ser incluídas mais palavras na variedade austríaca. Poderiam ser explorados, por exemplo, os cumprimentos e despedidas, como, por exemplo *Servus* e *Griiß Gott*, utilizados na Áustria. Poderia seguir ao texto uma proposta de atividade com algumas palavras e expressões no alemão austríaco. Desse modo, com base em Lajolo (1996), compete ao professor conduzir a aula com as adaptações que julgar mais necessárias, tanto no sentido de desenvolver outras atividades a partir do mesmo texto, propor discussões, pesquisas ou utilizar vídeos autênticos para complementar essa reflexão.

Diante das discussões feitas com base nas análises dos livros didáticos, surgem reflexões relacionadas à pedagogia da variação linguística, proposta por Faraco (2007), que também possam ser adotadas nas aulas de *DaF*. Para tanto, sugere-se uma reflexão e análise do livro didático, para facilitar a sua escolha (Apêndice C). É importante que se

LIMBERGER, B.; VON MÜHLEN, F. – Variação linguística e alemão como língua estrangeira

busque enfrentar o desafio de construir uma pedagogia que, durante a trajetória de aprendizagem do aluno:

- a) reconheça que a Alemanha é país multidialetal, em função dos dialetos regionais e dos contextos de contato linguístico nas fronteiras; e multilíngue, principalmente em função dos imigrantes, da reunificação, do uso do inglês;
- b) relacione a variação social com a própria estrutura de classes sociais, levando em conta ainda acesso aos bens culturais;
- c) não dê um tratamento anedótico ou estereotipado aos fenômenos da variação;
- d) localize adequadamente os fatos do alemão-padrão no quadro amplo da variação e no contexto das práticas sociais que a pressupõem;
- e) reconheça a língua alemã como pluricêntrica (vários países, comunidades em muitos lugares do mundo) e a presença de línguas minoritárias de origem alemã no Brasil, promovendo atitudes de respeito à diversidade que se produz por essas separações, pelas identidades que se produzem;
- f) estimule a percepção do potencial estilístico e retórico dos fenômenos da variação.

A complexidade dessa tarefa é evidente, principalmente devido aos currículos engessados das escolas brasileiras, nos quais nem sempre há espaço para atividades que ultrapassam os limites do livro didático. Apesar disso, muitos desses itens podem ser atingidos por meio de ações de conscientização linguística, de modo que os alunos estejam cientes da abrangência e da dinamicidade da língua que estão aprendendo.

Outro desafio em se propor a abordagem da variação linguística nas aulas de línguas estrangeiras é que, muitas vezes, essa reflexão ainda não ocorre nas aulas de e em língua materna. Assim, cabe ao professor de língua estrangeira sensibilizar o aluno para esse aspecto e, quem sabe, desconstruir preconceitos (cf. CAGLIARI 1989). No Brasil, há alguns anos, um livro didático para a Educação de Jovens e Adultos (AGUIAR et al. 2011) gerou grande polêmica, por expor, no seu capítulo inicial, um texto que apresentava a temática da variação linguística por meio de excertos diferentes do que propõe a norma padrão.

No contexto brasileiro, os materiais didáticos para *DaF* se afastam muito das variedades faladas nas comunidades, uma vez que a maioria deles é elaborada na Alemanha para aprendizes do mundo inteiro. Ademais, diante da diversidade linguística de origem alemã presente no Brasil (ALTENHOFEN 2013), o que ocorre, em alguns casos,

LIMBERGER, B.; VON MÜHLEN, F. – Variação linguística e alemão como língua estrangeira na prática de ensino de alemão é ignorar que comunidades brasileiras falam variedades como o hunsriqueano, o pomerano ou o westfaliano, o que pode acarretar um estranhamento do falante de língua minoritária quando este aprende a variedade padrão, mesmo que ambas são variedades de uma mesma língua. O professor que entende os fatos de variação pode ter uma postura mais adequada e respeitosa para com os dialetos e línguas minoritárias, aproveitando-os como um efeito de facilitação na aprendizagem da variedade padrão.

Recentemente, com a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL 2018), que institui como obrigatório o ensino de língua inglesa para os anos finais do ensino fundamental nas escolas brasileiras, a diversidade linguística vem sendo discutida e, em certa medida, ameaçada, já que se exige o ensino de uma língua específica, o que pode coibir o ensino de outras e a valorização do plurilinguismo. A língua alemã, assim como outras línguas, pode perder espaço em comunidades que buscam manter o ensino de uma língua de herança.

Apesar de propor o ensino de uma mesma língua estrangeira – abordada como língua franca – para todas as regiões brasileiras, o referido documento prevê a diversidade através da proposta do ensino que apresente a dimensão intercultural como um dos eixos organizadores do ensino da língua. Essa dimensão contempla aspectos culturais e identitários que a língua abrange. Ela prevê que se sensibilize o aluno a perceber as variedades da língua inglesa, reconhecendo os países que têm essa língua como materna ou oficial, mas também reconhecendo que essa língua faz parte do cotidiano do aluno. Assim, percebe-se uma proposta voltada para a variação linguística no ensino de língua inglesa, apesar de o documento não utilizar esses termos para definir o trabalho com a língua.

Portanto, já existem ações, previstas em documentos legais e disponíveis em materiais didáticos, que se direcionam para um ensino de línguas mais pluricêntrico e que busquem abordar e refletir sobre as variações de uma língua. Entretanto, sugere-se que esse aspecto seja abordado mais frequentemente nas aulas de línguas estrangeiras.

## Conclusão

Em suma, este trabalho mostrou que os autores de ambos os livros de *DaF* apresentam aos alunos uma variedade realística da língua, embora ainda haja limitações quantitativas:

LIMBERGER, B.; VON MÜHLEN, F. – Variação linguística e alemão como língua estrangeira em torno de somente um quarto das atividades em cada um dos livros contêm alguma ocorrência de variantes linguísticas correlacionadas com aspectos sociais, geográficos ou contextuais. Ambos os livros apresentam o maior número de ocorrências nas atividades cujo foco é a compreensão auditiva, mas o livro para adultos focaliza também os aspectos fonético-fonológicos, associados à variação geográfica, ao passo que o livro para adolescentes focaliza mais o uso variável no léxico, correlacionado à variação estilística.

Embora os textos e as atividades dos livros didáticos analisados contemplem alguns tipos de variações linguísticas, não se pode garantir que os autores se preocupem, de fato, em discutir a temática da variação. Ela não foi considerada um conteúdo para estudo e reflexão. Caberia ao professor estabelecer relações e orientar as reflexões necessárias para compreensão da variação na língua alemã. Por isso, afirma-se que é muito importante que o professor, em sua formação acadêmica, tenha a oportunidade de estudar essa temática e refletir criticamente sobre ela.

Temos a consciência de que o livro didático é um dos recursos para a aula de línguas e não o único. Porém, acreditamos que ele seja um recurso muito importante para a aprendizagem, podendo servir de auxílio no desenvolvimento de competências linguísticas (cf. LIMBERGER; BARBOSA 2015).

É importante destacar que os livros didáticos analisados neste artigo foram produzidos na Alemanha e, assim, priorizam a variedade alemã falada naquele país. Também precisa-se reconhecer que as obras analisadas têm um alcance muito abrangente a nível mundial, sendo/tendo sido utilizadas em aulas de *DaF* em diversos países. Esses fatores poderiam ter sido determinantes para a construção de um livro didático que fosse aplicável em diferentes realidades.

Apesar de algumas generalizações serem possíveis, este trabalho possui algumas limitações. O escopo do nosso estudo foram os livros-curso, porque eles fundamentam, normalmente, o ensino de *DaF*. Entretanto, os materiais complementares, em especial o livro de exercícios, também poderiam demonstrar usos variáveis da língua alemã. Trabalhos futuros poderão contemplar outros livros didáticos como, por exemplo *Sage und Schreibe* (FANDRYCH; TALLOWITZ 2015), *Entdeckungsreise D-A-CH* (PILASKI et al., 2011), livros para adultos, que parecem contemplar o uso variável da língua alemã, especialmente com relação à variação geográfica. Quanto mais estudos sobre essa temática, mais subsídios terão os professores para que eles possam analisar de forma crítica a língua que estão ensinando. É importante trabalhar criticamente com o livro

LIMBERGER, B.; VON MÜHLEN, F. – Variação linguística e alemão como língua estrangeira didático, não somente no que tange à variação como também à autenticidade dos textos e das imagens discursivas (cf. ARANTES 2011; 2018; LIMBERGER; BARBOSA 2015) e ao papel do professor (UPHOFF 2009), para que o aluno consiga compreender a dinamicidade da língua alemã.

## Referências bibliográficas

- AGUIAR, Carolina A et al. *Por uma vida melhor*. São Paulo: Editora Global, 2011. (Coleção Viver, Aprender, v. 2/Multidisciplinar).
- ALTENHOFEN, Cléo Wilson. Bases para uma política linguística das línguas minoritárias no Brasil. In: NICOLAIDES, Christine et al. (Eds.). *Política e Políticas Linguísticas*. Campinas: Pontes Editores, 2013, p. 93–116.
- \_\_\_\_\_. Dachsprachenwechsel und Varietätenabgrenzung im Kontakt zwischen Hunsrückisch und Portugiesisch in Brasilien. In: *Festschrift für Harald Thun zum 60. Geburtstag*. Kiel: Westensee-Verlag, 2010, p. 1–26.
- ARANTES, Poliana Costi C. Abordagens de Gêneros Textuais veiculados em livros destinados a aprendizes de LE em Língua Alemã. In: *VI Simpósio Internacional de Estudos dos Gêneros Textuais*, Natal, 2011.
- \_\_\_\_\_. Imagens de aprendizes de ALE em livros didáticos e o disciplinamento dos saberes. *Pandaemonium Germanicum*, v. 21, n. 34, 2018, p. 1-30.
- BEKES, Peter; NEULAND, Eva. Norm und Variation in Lehrwerken und im muttersprachlichen Unterricht. In: NEULAND, Eva (org.). *Variationen im heutigen Deutsch: Perspektiven für den Unterricht*. Frankfurt a. M.: Peter Lang, 2006, p. 507-524.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Nós chegemu na escola, e agora?* Sociolinguística & educação. São Paulo: Parábola, 2005.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base*, 2018. Disponível em <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf>> Acesso em 10.08.18.
- CAGLIARI, Luiz Carlos. *Alfabetização e Linguística*. São Paulo: Scipione, 1989.
- CAMACHO, Roberto Gomes. Sociolinguística – Parte II. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Cristina (org.) *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005, p. 50-76.
- CARVALHO, Orlene Lúcia de Saboia. Variação Linguística e ensino: Uma análise dos livros didáticos de português como segunda língua. In: BAGNO, Marcos (org.). *Linguística da Norma*. São Paulo: Edições Loyola, 2002, p. 267-289.
- CEZARIO, Maria Maura; VOTRE, Sebastião. Sociolinguística. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo (org.). *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2011, p. 141-156.
- CONSELHO DA EUROPA. *Quadro Europeu Comum de Referência para Línguas*. Porto: Asa Editores, 2005.
- DE CILLIA, Rudolf. Varietätenreiches Deutsch. Deutsch als plurizentrische Sprache und DaF-Unterricht. In: KRUMM, H.-J.; PROTMANN-TSELIKAS, P. (org.). *Begegnungssprache Deutsch – Motivation, Herausforderung, Perspektiven*. Innsbruck: Wien-Bozen, 2006, p. 51-65.



LIMBERGER, B.; VON MÜHLEN, F. – Variação linguística e alemão como língua estrangeira

- ELSPAß, Stephan; MÖLLER, Robert. *Atlas zur deutschen Alltagssprache*. Universität Salzburg e Université de Liège, 2018. Disponível em <<http://www.atlas-alltagssprache.de/>>. Acesso em: 17 out. 2018.
- FANDRYCH, Christian; TALLOWITZ, Ulrike. *Sage und Schreibe*. Übungswortschatz Grundstufe A1-B1 mit Lösungen. Neubearbeitung mit Audio-CD. Stuttgart: Klett, 2015.
- FARACO, Carlos Alberto. Por uma pedagogia da variação linguística. In: CORREIA, Djane A. *A relevância social da linguística: linguagem, teoria e ensino*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- FARACO, Carlos Alberto; ZILLES, Ana Maria Stahl. *Pedagogia da variação linguística*. Língua, diversidade e ensino. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- GALLMANN, Peter. Wortschreibung: s- Laute und s- Schreibung. Universität Jena, 2017/2018. Disponível em <[http://www.personal.uni-jena.de/~x1gape/Ortho/V\\_Eszett\\_Skript.pdf](http://www.personal.uni-jena.de/~x1gape/Ortho/V_Eszett_Skript.pdf)>. Acesso em 16.10.18.
- GARCÍA, Ofelia. Multilingual Language Awareness and Teacher Education. *Encyclopedia of language and education*. Knowledge about language, v. 6, p. 385–400, 2008.
- GÖRSKI, Edair M.; COELHO, Izete L. Variação linguística e ensino de gramática. *Working Papers em Linguística*, v. 10, n. 1, 2009, p. 73-91.
- GUY, Gregory; ZILLES, Ana Maria S. O ensino da língua materna: uma perspectiva sociolingüística. *Calidoscópio*, v. 4, n. 1, 2006, p. 39-50.
- HYMES, Dell. On Communicative Competence. In: PRIDE, J. B.; HOLMES, J. (org.) *Sociolinguistics*. Selected Readings. Harmondsworth: Penguin, 1972, p. 269-293.
- KOENIG et al. *Geni@l Klick A1*. Klett-Langenscheidt: München, 2011.
- LABOV, William. *Padrões sociolingüísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].
- LEMCKE, Christiane; ROHRMANN, Lutz; SCHERLING, Theo. *Berliner Platz NEU 1*, Deutsch im Alltag – Lehr- und Arbeitsbuch. Berlin/München: Editora Langenscheidt, 2009.
- LIMBERGER, Bernardo; BARBOSA, Vanessa. A abordagem dos gêneros do discurso em um livro didático de alemão como língua estrangeira para iniciantes. *Pandaemonium Germanicum*, v. 18, n. 26, 2015, p. 188-213.
- LIMBERGER, Bernardo; ZILLES, Ana Maria Stahl. O tratamento dado à variação linguística em livros didáticos de alemão como língua estrangeira. In: 9º Congresso Brasileiro de Professores de Alemão, 2015, São Leopoldo. *Caderno de resumos*. São Leopoldo: Casa Leiria, 2015, p. 109-110.
- MAIJALA, Minna. Was ein Lehrwerk können muss – Thesen und Empfehlungen zu Potenzialen und Grenzen des Lehrwerks im Unterricht Deutsch als Fremdsprache. *Info DaF*, v. 34, n. 6, 2007, p. 543–561.
- MONTEIRO, Maria; MELO, Sílvia. Análise e avaliação de material didático. *Projekt*. Revista dos Professores de Alemão no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Goethe/ABRAPA, n. 48, 2008, p. 16-20.
- PILASKI, Anna et al. *Entdeckungsreise D-A-CH*. Stuttgart: Klett, 2011.
- RIBEIRO, Igor Marques. *A concepção de variação linguística em material didático para o ensino de alemão a imigrantes na Alemanha*. 2014. 73f. Trabalho de conclusão (Graduação). Unidade Acadêmica de Graduação/Unisinos, São Leopoldo, 2014.
- SCHMITT, Tafarel. *Para além do padrão? Variação linguística na coleção didática Links*. 2012. 85f. Trabalho de conclusão (Graduação). Unidade Acadêmica de Graduação/Unisinos, São Leopoldo, 2012.
- UPHOFF, Dörthe. *O poder do livro didático e a posição do professor no ensino de alemão como língua estrangeira*. Tese (Doutorado). IEL/Unicamp, Campinas, 2009.

LIMBERGER, B.; VON MÜHLEN, F. – Variação linguística e alemão como língua estrangeira

WIESE, Richard. The Unity and Variation of (german) /r/. *Zeitschrift für Dialektologie und Linguistik*, v. 70, n. 1, 2003, p. 25-43.

ZILLES, Ana Maria Stahl. Variação no português falado e escrito no Brasil: Premissas, processos e avaliação social. *Salto para o futuro: Português: um nome, muitas línguas*. Brasília, DF, ano XVIII, boletim 08, maio 2008.

#### APÊNDICE A - Tradução da atividade selecionada do livro *Geni@l Klick AI* (p. 97)

### 10 Oito afirmações para a história – O que combina com quem?

a) Senhor Schmidt / b) O diretor / c) Olli / d) Martin (o melhor em matemática) / e) Susy / f) Sabine (muito ruim em matemática) e seu pai

- 1 Olá, Olli, eu estou pronto(a). Tu tens os endereços de e-mail da nossa turma?
- 2 Hum, senhor Schmidt, isto é estranho... quase todos tiraram um 1 [melhor nota]? Somente um 5...
- 3 Ei, o que é isso? Homem, isto é interessante! Eu tenho que ligar imediatamente para o Martin.
- 4 Que porcaria! E eu estava na minha avó no fim de semana.
- 5 Puxa! Minha turma 7a é ótima em matemática!
- 6 Ok, Martin, 30 barras de chocolate e o novo CD de “Jan Delay”!
- 7 Um 1 em matemática! Eu não consigo acreditar! Isso tu tens que mostrar para a mamãe!
- 8 Olá, Martin, eu tenho aí uma folha de tarefas, matemática!

#### APÊNDICE B - Tradução da atividade selecionada do livro *Berliner Platz NEU 1* (p. 104)

### 10 Histórias de Viena

**a Leia o e-mail. O que Olga fez? Escreva a rotina do dia.**

DE: [o.minakova@dep.de](mailto:o.minakova@dep.de)

PARA: [kimmiller@zdx.com](mailto:kimmiller@zdx.com)

Querida Kim,

na sexta-feira eu fui para Viena. Na internet eu encontrei uma oferta muito barata:

“Wien-City-Tour”, viagem de ônibus e hotel por somente 120 euros!

Eu levantei muito cedo. O ônibus já partiu às 6 horas. E no ônibus eu estudei. Retomei vocabulário!

“O ônibus, os ônibus: O ônibus parte às 17 horas. Quantas estações são até o *Prater*, por favor? Desculpe, como eu chego na Catedral de São Estêvão?”

LIMBERGER, B.; VON MÜHLEN, F. – Variação linguística e alemão como língua estrangeira

O ônibus foi até o centro. Eu desci no mercado *Naschmarkt*. Primeiro eu tomei café da manhã. Depois do café da manhã eu fui até o *Prater*. Eu andei com a roda gigante e comi quase um quilo de sorvete. Legaaaaal!

À noite nós fomos em um “*Beisl*”. Isso são pequenos bares com venda de vinho. Depois de dois copos de vinho eu entendi muito bem todas as pessoas. Viena é demais! Uma cidade legal. Lá pode-se vivenciar muitas coisas... :-)

Para amanhã nós também já temos um programa: Catedral de São Estêvão, *Hofgarten* e por fim no café *Sacher*. Às 17 horas o ônibus parte. E eu tenho que voltar novamente, sozinha. Que pena...

Eu tenho que te contar muita coisa!!

Até logo e lembranças,  
sua Olga

### APÊNDICE C – Sugestão de roteiro de reflexão sobre livro didático quanto às variedades linguísticas

- 1- Há referência à variação linguística, diversidade, dialetos etc. já no sumário?
- 2- Os textos escritos apresentam variação em que âmbito? Cite exemplos de variantes não padrão que são apresentadas no livro.
  - a) *variação geográfica* (são mostradas variedades utilizadas na Alemanha, Áustria e Suíça);
  - b) *variação social* (são mostradas variedades referentes às seguintes variantes: classe social, idade, gênero e situação social);
  - c) *variação estilística* (são mostrados registros formais e informais de uma variedade);
  - d) *variação étnica* (são mostradas variedades de diferentes grupos étnicos).
- 2- Em que atividades (LV, HV, Schr, Spr, Gram, W) essas variantes são mais apresentadas?
- 3- O material salienta expressões que pertencem a alguma variedade não padrão ou a um registro específico? De que forma? Com que objetivo?
- 4- Há orientações de uso de determinadas variedades linguísticas?
- 5- Como a gíria e a linguagem poética são tratadas no material didático?

LIMBERGER, B.; VON MÜHLEN, F. – Variação linguística e alemão como língua estrangeira

*Recebido em 15 de agosto de 2018*  
*Aceito em 05 de novembro de 2018*

# Em torno de “Todesfuge” de Paul Celan

[On “Todesfuge” by Paul Celan]

<http://dx.doi.org/10.11606/1982-88372237357>

Maria Silvia Cintra Martins<sup>1</sup>

“*Dichter ist, wer menschlich spricht*”  
 “*Verouiller la langue pour empêcher le mensonge. Il vaut mieux bégayer que rimer*”  
 (Paul Celan)

**Abstract:** I explore, in this paper, the poem “*Todesfuge*”, by the German poet and translator Paul Celan, and based on it I make connections with some conceptions present in Henri Meschonnic’s work as a French linguist, poet and translator. I explore the themes of Ethics and Esthetics, so relevant for both authors. In the course of the analysis of “*Todesfuge*”, I particularly call the attention to the way its title has been translated into Portuguese, as well as to the consequences of such choices.

**Keywords:** dialogue; *Todesfuge*; Poetics; orality.

**Resumo:** Exploro neste trabalho o poema “*Todesfuge*”, do poeta e tradutor alemão Paul Celan, e, a partir dele, teço relações com concepções advindas do ideário do linguista, poeta e tradutor francês Henri Meschonnic. As temáticas da Ética e da Estética, caras aos dois autores, fazem-se presentes. No decorrer da análise de “*Todesfuge*”, chamo a atenção, particularmente, para a forma da tradução de seu título em língua portuguesa, assim como para as eventuais decorrências dessas escolhas.

**Palavras-chave:** diálogo; *Todesfuge*; Poética; oralidade.

## 1 Introdução: uma escrita em diálogo com o Outro

Meu conhecimento a respeito da obra poética do escritor alemão Paul Celan ainda era bastante restrito à época em que comecei a me dedicar ao estudo da obra do linguista, poeta e tradutor francês Henri Meschonnic, e foi através das referências deste à obra daquele que fui me dando conta da forma com que ambas as obras se relacionam e se explicam mutuamente, ou melhor, se fazem entender com mais facilidade à luz uma da outra.

<sup>1</sup> Universidade Federal de São Carlos, Rodovia Washington Luís, km 235, São Carlos, SP, 13565-905, Brasil. E-mail: msilviamart@gmail.com. ORCID: 0000-0003-3911-418X



Diante da vasta obra de Celan, escolhi seu poema mais conhecido e mais traduzido para nossa língua, “*Todesfuge*”, para este trabalho. Quanto à escrita de Meschonnic, não fiz escolha prévia. Deixei que suas ideias comparecessem de acordo com a leitura do poema alemão e o desafio que este impõe às suas diversas traduções. Assim, algumas das concepções teóricas do linguista francês estarão divididas em subtópicos, mas voltarão a comparecer no decorrer de nossas reflexões. O conceito de oralidade, tão caro ao teórico francês, será retomado diversas vezes por se apresentar como conceito-chave que pode nos trazer luzes para o entendimento de outras questões, como a da Ética por exemplo.

Lembremo-nos que estamos diante de dois escritores que têm apresentado dificuldades à compreensão de suas ideias. Celan apontado como obscuro e hermético, Meschonnic, como portador de ideias confusas e mal explicitadas. Ambos possuem ascendência judaica, Celan nascido em 1920 e Meschonnic em 1932. Celan suicidou-se no rio Sena em 1970, e Meschonnic faleceu em 2009.

Para iniciar nossas divagações, proponho partirmos do pressuposto de Celan (1996a) de tonalidade ética, de que falamos para (“zu”) e contra (“gegen”) o outro, e do pressuposto de Meschonnic de que não importa tanto saber de onde falamos, mas sim para quem falamos. Meschonnic (2008) faz referência à postulação de Celan, particularmente na defesa da oralidade como forma específica da linguagem poética, e em sua explicação (nem sempre tida como suficientemente clara) de que o oral não residiria no relato (“récit”), e, sim, no recitativo (“récitatif”), enquanto apropriação da linguagem por parte de um “eu” que se defronta e se confronta diante de um outro.

Esta é, aliás, uma característica central de “*Todesfuge*”, e quem sabe até mesmo um ponto importante para dissipar ou amenizar a polêmica (de teor ético) que foi gerada em função do célebre “dictum” de Theodor Adorno, renomado filósofo da Escola de Frankfurt, para quem não caberia a estetização de algo tão trágico quanto o holocausto alemão. É fato que, diante da polêmica existente em torno do poema, Celan excluiu “*Todesfuge*” de suas leituras em público a partir dos anos de 1960. Note-se, no entanto, que enquanto poema declamado seus versos já se iniciariam em tonalidade vocativa, uma vez que o “sie”, que por escrito pode assumir o papel da terceira pessoa, daquele de quem se fala, declamado pode ser entendido como “Sie”, fazendo com que as primeiras palavras, “*Schwarze Milch der Frühe*” adquiram ares de vocativo, ou seja, de interpelação do outro. É fato que nas traduções de João Barrento e de Renato Suttana para

a língua portuguesa, a sequência “trinken sie” é traduzida, respectivamente, como “bebemo-lo” e como “bebemos-te”.

O poema começaria na linha de leitura proposta por “bebemos-te”, pela interpelação do leite da madrugada, para passar, em seguida, à interpelação do outro (“autrui”). Trago estas palavras do filósofo francês Emmanuel Levinas para a melhor compreensão da implicação do uso do vocativo:

A pretensão de saber e de alcançar o Outro [“l’Autre”] realiza-se dentro da relação com outrem [“l’autrui”], a qual se encontra imersa na relação da linguagem, em que o essencial é a interpelação, o vocativo. O outro se mantém e se confirma em sua heterogeneidade à medida que o interpelamos, seja para lhe dizer que não podemos falar com ele, para colocá-lo como doente, para lhe anunciar sua condenação à morte; enquanto é agarrado, ferido, violentado, ele é “respeitado”. O invocado não é aquilo que compreendo: não pertence a uma subcategoria. É aquele com quem falo – ele não tem uma referência a si, não tem uma quiddidade. Mas a estrutura formal da interpelação deve ser desenvolvida (LEVINAS 2017: 65, tradução minha).

Seguindo essa linha de pensamento, podemos concluir que Celan não relata o genocídio: ele desafia a nós, leitores e tradutores, diante de uma leitura-ferida (DERRIDA 1986), já que, ao sermos colocados como o Outro a quem se dirige com uma denúncia, deixa-nos na posição de testemunhas em caráter irrevogável: “O poema quer ir ao encontro de um Outro, precisa desse Outro, de um Interlocutor. Procura-o e oferece-se-lhe”. E, ainda: “Cada coisa, cada indivíduo é, para o poema que se dirige para o Outro, figura desse Outro” (CELAN 1996a: 57).

Somos, é fato, tratados em parte e simultaneamente como “tu” e como “nós”: nós que bebemos do leite negro da aurora (“Schwarze Milch der Frühe wir trinken sie abends”), nós que cavamos um túmulo (“wir schaufeln ein Grab in den Lüften da liegt man nicht eng”), mas que também somos “tu”, pois somos um com o eu-lírico (com ele fazemos o “nós” e formamos coro), e com ele nos dirigimos a Margarete e a Sulamith/Sulamita (“dein goldenes Haar Margarete/ Dein aschenes Haar Sulamith”); com ele nós tratamos de “tu” o leite negro da madrugada. Nós os tuteamos (“Schwarze Milch der Frühe wir trinken dich nachts/ wir trinken dich morgens und mittags wir trinken dich abends/ wir trinken und trinken”), e juntos também somos “tu”: o “tu” de Margarete (nome que implicitamente nos remete à Gretchen, do “Fausto”), o “tu” de Sulamith (denominação que nos aproxima dos judeus) (CELAN 1996b: 14).

Tornamo-nos, no entanto, “ihr”, ou seja, “vós” para o homem de olhos azuis, para o algoz, de quem recebemos ordens (“Er ruft stecht tiefer ins Erdreich ihr einen ihr andern

singet und spielt”). A menos, é claro, que queiramos nos colocar do seu lado, na qualidade de seus cães, de seus mastins, quem sabe.

Nesta introdução, ainda vale apontar que, se encontro reverberações entre as palavras que nos lançam Celan e Meschonnic, não há como negligenciar, em ambos, a presença de Stéphane Mallarmé, a quem farei referência adiante, a partir da própria escrita polifônica de “*Todesfuge*”, que pode nos lembrar da orquestração das vozes de “*Um lance de dados*” (“*Un coup de dés*”).

Meschonnic refere-se muitas vezes à escrita de Mallarmé, particularmente para apontar uma leitura da obra do eminente escritor francês que não enfatize, como tem sido frequentemente o caso, apenas seu tom construtivo ou aparentemente destituído de significado, já que o sentido se construiria na própria rítmica que o poema propõe, e não dentro de uma eventual separação entre significante e significado. Também o faz para nos lembrar da afirmação do poeta francês do final do século XIX sobre o poder sugestivo de todo poema; esta seria a vocação do poético: sugerir.

É fato, ainda, que, em “*O Meridiano*”, publicação decorrente de palestra proferida quando da recepção do prêmio George Büchner, Celan (1996a) enfatiza exatamente este ponto, o da sugestão, à medida que convida os presentes a refletirem sobre o que é a arte, o que é o poema.

## 2 Todesfuge

O poema “*Todesfuge*” foi finalizado por volta de 1945, e conta com diversas propostas tradutórias para a língua portuguesa, entre as quais menciono as dos seguintes tradutores: Modesto Carone, João Barrento, Renato Suttana, Cláudia Cavalcanti, Jorge de Sena, Leandro Konder, Nelson Ascher e Maurício Cardozo. Tematizando o genocídio dos judeus durante a segunda guerra mundial, o poema foi publicado na Alemanha pela primeira vez em 1948. Notamos que as dificuldades de tradução para a língua portuguesa se iniciam com o título do poema. Carone o traduz por “Fuga da morte”, assim como a maior parte dos tradutores mencionados. Fogem a essa opção apenas Nelson Ascher, com “Fuga Fúnebre”; Maurício Cardozo, com o neologismo “Funesfuga”; e Cláudia Cavalcanti, com “Fuga sobre a morte”, ao querer, talvez, dar destaque ao estilo musical



da fuga enquanto composição polifônica em que um tema principal é assumido e repetido diversas vezes, repetição que, de fato, se dá no poema em sequências como “Schwarze Milch der Frühe wir trinken...”, entre outras.

Haja vista que o alemão possui palavras diferentes para o que entendemos por “fuga” em língua portuguesa: “Fuge”, que aparece no título do poema, remete à fuga enquanto estilo musical; “Flucht”, por sua vez, relaciona-se com “fliehen”, com o sentido de “fugir”. Vale lembrar ainda a incerteza da etimologia do termo “fuga” enquanto estilo musical, conforme o próprio Mário de Andrade (1944) já nos alertava em sua *“Pequena História da Música”*. O termo “fuga”, em latim, estaria relacionado tanto com “fugere” (“fugir”), como com “fugare” (“caçar”), e a denominação da composição musical em si, explorada particularmente por Bach, em que um tema é repetido por vozes que entram sucessivamente provocando-lhe variações, acaba por nos remeter, por associação, na língua portuguesa, à ideia de fuga, no sentido de esquiva, mesmo que não lhe conheçamos a verdadeira etimologia.

Cabe indicar aqui o alerta de Meschonnic, quando, ao pensar particularmente na escritura e na tradução, nos lembra que o sentido das palavras reside na sua força, ou seja, no que elas fazem e provocam, e não na etimologia ou, mesmo, num eventual efeito de discurso: “Pois só há sentido na linguagem. Mas pode-se juntar força ao sentido, algo que o sentido em si não contém” (MESCHONNIC 2000: 12, tradução minha). Meschonnic insistirá nessa questão no decorrer de sua obra volumosa, já desde o clássico *“Critique du rythme”* (1982), em que a junção entre Ética, Política e Estética se faz presente, e o ritmo comparece como fio condutor entre o Sujeito e a História.

Aproveito para lembrar o quanto essa questão em que o linguista francês se detém está presente ou se reapresenta em diferentes momentos e contextos históricos de reflexão sobre a linguagem e sobre a tradução. O próprio Meschonnic, em suas obras, nos remete aos pensamentos de Espinosa e de Humboldt para defender a presença da força na linguagem. Não faz menção a Goethe, mas, como é sabido, já na Primeira Parte da tragédia do poeta alemão flagramos um Fausto pensativo, às voltas com a interpretação do Evangelho do apóstolo João, a refletir sobre qual seria a tradução mais adequada para “Am Anfang war das Wort”, “Era no início o Verbo” (“das Wort”), ou era “o Sentido” (“der Sinn”), ou seria, talvez, “a Força”, “a Energia” (“die Kraft”)? Conclui: “Und

schreibe getrost: Im Anfang war die Tat!” – “E escrevo em paz: Era no início a Ação!” (GOETHE, 1981: 68).

Palavras que podemos fazer ecoar naquelas de Meschonnic (2006: 66), quando aproxima a questão própria da oralidade (e inversamente) da histeria: “Eis o que a oralidade partilha, de maneira surpreendente, com a histeria: não ser mais um dizer, nem um dito, mas um fazer”. A inversão é provocada na medida em que, segundo Meschonnic:

Talvez se possa dizer que há oralidade quando é a linguagem que se torna histórica. Não o locutor. A oralidade intervindo como uma contra-histeria, uma forma de histeria que colocaria o corpo na linguagem. O máximo possível do corpo e de sua energia. Como ritmo. O ritmo como forma-sujeito. Enquanto, inversamente, a histeria coloca a linguagem no corpo. E o faz mimetizá-la (MESCHONNIC 2006: 65).

Pensando-se que o sentido não se encontra em palavras isoladas, mas na força que as envolve conjuntamente, o fato é que, uma vez que a acepção musical não nos é muito corrente, um título como “Fuga da morte” nos remete, em princípio, à noção da esquivia em relação à morte, em função de ideias complementares que estariam em jogo dentro da sequência sintagmática em que se encontra. Até mesmo porque a morte é algo que, por natureza, nos provoca relação de aversão, e fugimos de algo que queremos evitar. É assim que mesmo a proposta tradutória de Cavalcanti não nos permite escapar desse viés, pois haveria como que um empuxe provocado pelo léxico “fuga”, de tal modo que “Fuga sobre a morte”, em lugar de nos fazer pensar numa eventual modalidade musical que tematizasse a morte, nos remete a um movimento de pairar sobre a morte, tentando livrar-se dela, algo que pode se confirmar com a possibilidade que o poema nos contempla, de se “cavar um túmulo no ar”, em verso que se repete: “wir schaufeln ein Grab in den Lüften da liegt man nicht eng” (CELAN 1996b: 14).

Neste trabalho, entretanto, pretendo me deter especialmente a aspectos referentes ao ritmo, à força da linguagem e à estruturação das palavras no estilo das frases musicais no estilo fugal. Assim, se me refiro aqui ao título e a algumas palavras isoladas, isto se deve, apenas, ao caráter panrítmico, i.e., à semântica serial que o próprio título comporta, ao dar abertura e anunciar o que está por vir.

Enfatizo, de toda forma, que se trata da estruturação das palavras, conforme coloquei acima, à moda das frases musicais no estilo fugal, e não – outro ponto com o qual concordam Meschonnic e Celan – de um eventual ritmo ou princípio musical que

seria transposto ao poema, já que o ritmo com que trabalha a poesia difere do ritmo musical no entendimento de ambos.

### 3 O combate contra o signo: a defesa da panrítmica e da subjetivação da linguagem

Nesse ponto, é interessante retomar e problematizar o embate meschonniciano em torno do signo, i.e., seu combate ao signo e ao que denomina semiotização, ou seja, a abordagem dicotômica da linguagem em forma e conteúdo, e sua defesa do semântico e do discursivo que redundam na panrítmica e na semântica serial. O sentido não residiria no signo, mas na panrítmica gerada discursivamente. Interessante lembrar que esse combate é dirigido à leitura estruturalista de Saussure, e não à epistemologia saussureana em si, que não conteria, por princípio, um viés estruturalista ou dicotomizante. Nessa medida, o grande combate de Meschonnic se faz contra as dicotomizações e, mais particularmente, contra a separação entre significante e significado, lembrando-nos que não se trataria apenas de uma exigência própria ao poético, mas inerente à linguagem em geral, construída de forma mais intensa e aparente na escrita. É assim que Meschonnic afirma:

A poética mostra que há, na linguagem, ao mesmo tempo o descontínuo do signo, das palavras, e das línguas, que é conhecido, mas também um contínuo que o conhecido impede de conhecer. O signo produziu um saber que cria sua própria ignorância e impede de vê-la (MESCHONNIC 2005: 252).

Se voltamos à nossa questão em torno do título “*Todesfuge*”, o que notamos, então, é que há algo historicamente sedimentado em torno do léxico “fuga” na língua portuguesa, que seria o seu “sentido”, o qual passa a variar ou se desestabilizar de acordo com as sequências em que se insere – em que se acrescenta sua “força”. Ou seja, não é que não exista um significado relativamente estabilizado nesse léxico e que tudo dependa do contexto; haveria, sim, um jogo tensivo entre estabilização / não estabilização, ou seja, entre o que estaria posto (embora de forma efêmera) e o que estaria em processo de criação (em estado de latência).

Sendo assim, uma possibilidade de tradução para dar conta, já a partir do título, do estilo musical polifônico da fuga e alavancar a cadeia de significações em que se insere o poema (e que, conforme sinalizarei adiante, se espalhará por outros itens lexicais), sem

deixar que se perca na sequência “Fuga da morte”, seria talvez “Morte em estilo fugal”, ou mesmo simplesmente “Réquiem”, modalidade musical que tematiza a morte e que pode vir a adquirir o formato de fuga, como acontece particularmente em Mozart. Note-se, de resto, que também as propostas de Ascher (“Fuga fúnebre”) e Cardozo (“Funesfuga”) não são propícias a criar a ponte desejada, seja com termos como “Geigen” ou “Tanz”, seja com itens condizentes com a estruturação do poema.

No caso da proposta tradutória mais corrente entre nós, “Fuga da morte”, noto que, enquanto a língua alemã recorre à aglutinação para provocar o elo de regência entre os termos “Tod” e “Fuge”, na língua portuguesa precisamos recorrer às preposições. Por um lado, é fato que, do ponto de vista lógico, a preposição “de” pode tanto abrir a possibilidade do adjunto adnominal com valor genitivo, quanto a possibilidade do complemento nominal. No primeiro caso, “fuga” poderia ser abordada do ponto de vista da modalidade musical, e “da morte” funcionaria como qualificativo (um tipo de fuga, ou o seu tema). No segundo, “da morte” teria um sentido causativo ou ablativo, ou seja, denotaria causa ou origem. Em função das cristalizações já existentes no termo “fuga”, a proposta “Fuga da morte” tende a remeter ao ato de fugir. Contudo, o poema não tematiza uma fuga da morte nesse sentido que se constrói no título tal qual proposto pela maioria de nossos tradutores (inclusive Cavalvanti). Além disso, essa proposta tradutória despista ou apaga a possibilidade de enxergarmos o poema do ponto de vista musical e polifônico.

É neste ponto que teço uma segunda relação com as ideias defendidas por Meschonnic, que tanto condenou as traduções apagantes, particularmente aquelas que desconsideram o ritmo construído no poema e se detém nos significados presumidos em vocábulos isolados. O linguista francês nos chama a atenção para a panrítmica enquanto aspecto contínuo do poema, em contraposição aos elementos discretos ou isolados. O sentido ou a significação do poema seriam resultantes dessa panrítmica enquanto portadora da força de linguagem. O poema em pauta é, por isso mesmo, bastante ilustrativo dessa questão, mesmo por se tratar de poema que se constrói à moda de um réquiem no estilo da fuga.

Enfatizo, mais uma vez, a sutileza inerente à questão a que busco dar destaque, já que, à sua maneira, esta também implica uma tradução, ou seja, a forma com que o poema traduz para a rítmica que lhe é própria algo que pertence ao universo musical, não porque a declamação do poema imitaria certa sonoridade presente no estilo musical da fuga, mas

porque, com seus próprios recursos, que são recursos linguístico-discursivos, o poeta constrói uma fuga poemática, em que certos versos deslizam de seu posicionamento previsto à medida que se repetem. É o que presenciamos, por exemplo, no seguinte excerto:

wir schaufeln ein Grab in den Lüften da liegt man nicht eng  
 Ein Mann wohnt im Haus der spielt mit den Schlangen der schreibt  
 der schreibt wenn es dunkelt nach Deutschland  
 (CELAN 1996b: 14).

São dignos de nota, no caso em pauta:

- (a) a aparente ruptura sintática na transição do primeiro para o segundo verso, provocada pelos fenômenos de repetição e deslocamento, já que, em termos estruturais, “Ein Mann wohnt” retoma, de forma invertida e espelhada, “da liegt man”;
- (b) a retomada, em fuga, da sequência “der schreibt”, que fecha o segundo verso e abre o terceiro.

É fato, lembremos, que ao aludir insistentemente à importância de nos determos no ritmo, particularmente no caso das traduções, para que não resultem apagantes, Meschonnic nos lembra da diferença existente entre o ritmo da poesia e aquele da música, mais uma razão para que “*Todesfuge*” se apresente para nós de forma ilustrativa e significativa, já que não se trata, afinal, de uma fuga musical, mas de um poema construído à moda da fuga. Fuga que, ao remeter à música, não se realiza, no entanto, musicalmente. No caso do poema, são as repetições de frases e palavras, as assonâncias e aliterações, as rupturas semânticas e sintáticas, o descompasso entre versos longos e curtos, a ausência de rimas e a falta de uniformidade nas estrofes, que constroem certa panrímica responsável pelo “dixit” do poema, por seu acabamento, i.e., pela forma com que se dirige a nós (ou contra nós), e espera de nós uma resposta, ou, ainda, nos envolve, chamando-nos a participar do coro, do réquiem, de seu choro e de sua denúncia.

De resto, reside no âmago do ritmo a questão da subjetivação da linguagem, que Meschonnic extrai de postulações do linguista francês Émile Benveniste em torno da subjetividade na linguagem, e desenvolve. Trata-se da apropriação de uma linguagem e de sua subjetivação – mas o que seria isso? Em grande parte, o capítulo “*O aparelho formal da enunciação*” (BENVENISTE 1989) nos traz esclarecimentos a esse respeito, desde que não o leiamos à moda do signo, ou seja, na linha do estruturalismo que tende,

neste caso específico, a discretizar sempre os conceitos, atribuindo-lhes um viés algorítmico e não criativo ou heurístico.

Postulações de Celan (1996a: 51), em “*O Meridiano*”, esclarecem-nos, de toda forma, esta questão da subjetivação, ao nos remeter à necessidade de um estranhamento: “A arte provoca um distanciamento do Eu. A arte exige aqui, numa direcção determinada, uma determinada distância, um determinado caminho”. Esclarecem-nos ao nos apontar, indiretamente, que não se trata, no caso, do Sujeito histórico, ou filosófico, ou psicanalítico (conforme, aliás, nos assevera Meschonnic, 1989), mas do sujeito do poema, que se constrói a partir de um “distanciamento do Eu”. O poeta completa:

Talvez a poesia – é apenas uma pergunta – talvez a poesia, tal como a arte, se dirija, com um Eu esquecido de si, para aquelas coisas inquietantes e estranhas, para de novo se libertar – mas aonde? mas em que lugar? mas com que meios? mas em que condição? (CELAN 1996a: 51).

Vale lembrar, aqui, da ascendência dessas ideias aos poetas românticos alemães, e a Novalis em particular. Vale lembrar ainda da forma com que Meschonnic (2005: 51-52) diferencia a noção de ritmo – com a subjetivação que lhe é própria – da noção de estilo: “Pois a noção de estilo é tudo o que a noção de signo permite pensar sobre uma atividade que lhe escapa e que ele não concebe senão pelo aspecto do esquema sentido/forma, enquanto não se trata de um esquema, mas do ritmo”.

## 4 É preciso escutar as palavras

Acredito ser fundamental que o título – tal qual acontece no original – nos remeta à rítmica da fuga, tematizando não a fuga da morte (ou não apenas ela), mas o jogo de vozes que se seguirá: o título nos anuncia, no caso, o coro de vozes que está por vir, e nos sensibiliza para que possamos escutá-las. Mais uma vez, lembro de Meschonnic: é preciso que nos coloquemos na posição de escuta, é necessário calar as palavras para escutar a festa que celebram entre si: “Il faut arriver à faire taire les mots/ pour commencer à entendre/ les fêtes qui se célèbrent entre eux” (MESCHONNIC 1999a: 45).

Celan (1996a: 43), por sua parte, poderá dizer em “*O Meridiano*”, datado de 1960: “Para ser mais exacto: alguém que ouve e escuta e olha ... e depois não sabe do que se esteve a falar”.

Acredito que, no caso de “*Todesfuge*”, a escuta desprovida do título e do ritmo que desencadeia pode nos dar a impressão apenas de frases truncadas, incompletas, ou que se completam de forma estranha. No entanto, o fato de sabermos que o poeta trata de compor os versos no estilo musical da fuga – musical que, no caso, se traduz em frases descontinuadas à moda de vozes que se interpelam, ou se atravessam, ou se sobrepõem – fornece-nos uma chave importante de leitura, mesmo porque sabemos que esse estilo foi explorado por Mozart, por exemplo, para a composição do réquiem.

Meschonnic insiste, conforme já apontei de início, tanto em sua obra ensaística, como na poética, na importância da presença do diálogo, no sentido de que toda linguagem se faz necessariamente como diálogo (algo que pode parecer óbvio, ou banal, mas para cuja verdade nem sempre estamos plenamente sensíveis), e de que é na linguagem poética que esse fenômeno se presentifica de forma mais intensa ou exacerbada. Esta postulação é necessariamente trazida para a tradução, na qual o ritmo do oral / da oralidade (enquanto presença do diálogo com um Outro, i.e., a interpelação do Outro no poema) precisa se reconstruir sob pena do apagamento dos aspectos ético e estético presentes no âmbito do poético. Celan tratará dessa questão nestes termos, que até parecem ter sido pensados em torno de “*Todesfuge*”:

O poema torna-se – e em que condições! – o poema de um sujeito que insiste em ser um sujeito de percepção, atento a todos os fenômenos, e interrogando e apostrofando esses fenômenos: e torna-se diálogo, muitas vezes um diálogo desesperado (CELAN 1996a: 57).

De toda forma, se até agora apontei para uma dificuldade e especificidade da língua portuguesa na tradução do título, por outro lado, é interessante notar a fertilidade da língua portuguesa nesse aspecto, já que a ideia da fuga e da caça, conforme destaquei acima, estaria presente de alguma forma na origem latina da terminologia musical, talvez relativamente esquecida em outros idiomas, como seria o caso do alemão. Esclareço: cabe notar que pela língua portuguesa podemos trazer à tona a complexidade já existente no título em alemão, possivelmente nem sempre visível para o próprio leitor alemão.

O poeta explora em sua proposta de escrita duas questões já implícitas no título que atribui ao poema: por um lado, aquela da morte iminente, em que há o algoz e os cães e, portanto, há a ideia de caça e de fuga em latência (ambas presentes na etimologia do termo musical); por outro lado, na distribuição diagramática, as vozes se presentificam em fuga, ou seja, em alternância, em repetição e retomada de um tema. Conforme

podemos ler neste trecho: “er pfeift seine Rüden herbei/ er pfeift seine Juden hervor läßt schaufeln ein Grab in der Erde/ er befiehlt uns spielt auf nun zum Tanz” (CELAN 1996b: 14).

Sendo assim, a ambiguidade do termo “fuga” na língua portuguesa torna-se, em alguma medida, propícia à tradução, podendo-se detectar certa inversão em relação à presença da memória em cada uma das línguas: na língua alemã, o sentido de “esquiva” encontra-se relativamente esquecido dentro do passado remoto a que o termo remete em sua origem latina; na língua portuguesa é o sentido musical, por pouco usual ou restrito a certo público, que se encontra em estado de latência.

## 5 A tradução enquanto crítica, e a crítica do ritmo

Avancemos rumo às postulações de Meschonnic – mas também de Haroldo de Campos – da tradução enquanto crítica, e, no caso mais específico do poeta francês, da crítica do ritmo que se faz, em parte, de forma ensaística, em parte, pela própria experimentação da tradução e, de resto, na atuação dessas duas atividades de forma complementar.

“*Critique du rythme*”, como crítica do ritmo e sobre o ritmo, crítica que, ao se dirigir ao ritmo, trata de reconstruí-lo, de recolocá-lo no lugar que lhe seria devido, não à moda da métrica, enquanto discretização ou quadratura, mas à moda do movimento, das ondulações, da discursividade.

No decorrer de “*Todesfuge*” há a referência a sonoridades diversas mescladas com elementos próprios ao estilo musical da fuga, como a alusão à presença dos violinos: sabemos que o algoz de olhos azuis apita para seus cães, ordena aos judeus que toquem a dança da morte, grita para que arranquem sons escuros dos violinos. Ou seja, o poeta insere no poema alguns elementos que confirmam ou reafirmam, isotópica ou metonimicamente, a chamada contida no título. Chamar a atenção para esses aspectos, no entanto, não seria suficiente para contemplar aquilo a que Meschonnic nos conclama – algo precisa comparecer na própria rítmica construída no poema, a qual, por sua vez, se faz de assonâncias, aliterações, elisões e truncamentos, sons, cadências, alternâncias e silêncios.



Pensando-se na complexidade da tradução em vista de todas essas nuances, podemos dizer, por exemplo, que talvez Barrento não devesse, na passagem do quarto para o quinto verso, acima mencionado, antecipar o adjunto adverbial “na casa” – em “cavamos um túmulo nos ares aí não ficamos apertados/ Na casa vive um homem que brinca com serpentes escreve” – já que ao fazer isso contribuiu para evitar a ruptura lógica existente no poema alemão (“wir schaufeln ein Grab in den Lüften da liegt man nicht eng/ Ein Mann wohnt im Haus der spielt mit den Schlangen der schreibt” (CELAN 1996b: 14).

Entretanto, conforme nos alerta Ataíde (2011), há uma dificuldade enorme na tradução em função da necessidade de se dar conta, por um lado, do aspecto sintático/sintagmático e lógico presente no poema, por outro, de sua cadência rítmica. Nesse sentido, tal qual Derrida (e não da forma austera que Meschonnic assume em sua crítica), Ataíde pondera que as diferentes traduções completam lacunas e oferecem, cada uma a sua moda, oportunidades de se enxergarem diferentes perspectivas presentes no texto original.

Quanto às traduções de poemas de Paul Celan para o francês, Meschonnic publicou, em 1972, dois anos após a morte do poeta alemão, na revista “*Cahier du Chemin*”, uma crítica contundente, posteriormente incorporada em “*Poétique du Traduire II*”, em que destaca o aspecto apagante dessas traduções que desenraizariam historicamente seus poemas em função do ensejo de torná-los mais legíveis ou menos herméticos. A propósito, Celan se oporia no diálogo com a língua corrente alemã a seu funcionamento convencional. Segundo o crítico francês, o hermetismo de Celan estaria diretamente relacionado com o holocausto, e não com certa leitura ornamental da obra de Mallarmé que teria servido como pauta para tradutores como André du Bouchet.

Eis mais um aspecto importante da teorização de Meschonnic, aquele da relação entre a língua em seu uso mais convencional e na escritura – e que se associa, de resto, à questão rítmica, comportando mais uma dificuldade para a tradução. Ataíde (2011) cita a menção de Horn (2011) ao vínculo existente entre o primeiro verso do poema de Celan (i.e. “Schwarze Milch der Frühe wir trinken sie abends”) e o ditado da tradição oral judaica “se todos na infelicidade vivem, Mordechai Meisel se banha no leite branco do alvorecer”, em que haveria a alusão do que seria um homem de sorte. Já no romance “*Imago*”, do escritor suíço Carl Spitteler, datado de 1906, encontramos alusão à canção

popular “Am Morgen in der Frühe, da melken wir die Kühe” (“De manhã, de madrugada, então tiramos leite – ordenhamos – [d]as vacas”).

Não podemos negligenciar, aliás, a forma de diálogo do próprio Meschonnic poeta com os provérbios e ditos populares, já desde “*Dédicaces proverbes*”, datado de 1972, em que seus poemas dialogam temática e ritmicamente com provérbios e falas proverbiais e também comportam o diálogo com a fala cotidiana, ou seja, com a assim chamada “linguagem ordinária”, lembrando-nos de que o poeta francês via na própria literatura a prova de que não existe isso que costumamos chamar de “linguagem ordinária” (ou “linguagem do cotidiano”). Pela literatura, toda linguagem seria ordinária, pois, se a poesia é a revelação do ritmo como tal, como o rio da linguagem com que um sujeito se identifica momentaneamente, ela própria faria essa noção de linguagem ordinária voltar-se contra si mesma. Deixando a linguagem de domingo aos padres, que eles dirigem a si próprios, a poesia, aquém e além da oposição entre o verso e a prosa, toma a linguagem ordinária e mostra que toda linguagem é ordinária, e que ela própria surge daí: “Ela é o ato pelo qual o ordinário se descobre toda a linguagem. E é, então, através da poesia que não há mais linguagem ordinária” (MESCHONNIC 2006:14).

No caso de “*Todesfuge*”, podemos dizer que o poema de Celan dialoga tanto com o léxico, quanto com a sintaxe convencional da língua alemã, subvertendo-o. Nas diversas traduções listadas por Ataíde, há a atenção de se manter as rupturas sintáticas, porém, conforme alerta o estudioso, excetuando-se a tradução de Suttana, de forma geral não teria sido dada a devida atenção ao ritmo, que teria uma cadência ternária constante no original alemão, gerando o efeito hipnótico de transe. Ou seja, neste caso, temos duas questões que se sobrepõem: uma que diz respeito à rítmica da língua alemã, assim como a sua subversão pelo poeta, e que se realiza através de elisões e rupturas sintáticas; outra que diz respeito à composição da fuga e dos enunciados que se retomam, em que Ataíde (2011) destacou a cadência ternária.

Sem se referir a Celan, Meschonnic pondera em sua “*Poética do Traduzir*”:

Se um grupo rítmico é um grupo de sentido, as separações instalam um conflito entre grupo sintático e grupo de sentido. O “sentido” oscila entre a sintaxe e o ritmo. Mas o ritmo prima, porque ele separa, contra a sintaxe que liga as preposições a seu substantivo, e os elementos entre eles de um sintagma nominal. Ora, o ritmo não muda nada no sentido lexical. Se ele muda alguma coisa, e muda necessariamente alguma coisa, já que tudo que chega ao discurso modifica o discurso, isto só pode ser no modo de significar. [...] As

próprias condições da enunciação transformam a significação (não o sentido) do enunciado (MESCHONNIC 1999b: 48-49).

Da minha parte, entendo que, se há modificação sobre a significação, esta se espraia, mesmo que efemeramente, sobre o sentido. Ou seja, naquele momento, determinado léxico (que guardava, historicamente, certo sentido) passa a ser contagiado pela forma de significação que lhe é traduzida pelo ritmo, i.e., pela força da linguagem. Uma nova História se inaugura.

## 6 A fuga e a escrita anagramática

Meschonnic nos alerta seguidamente para o ritmo, a força da linguagem, o processo de subjetivação e a atenção ao contínuo da enunciação em detrimento da discretização da linguagem. Na linha do pensamento de Émile Benveniste, e radicalizando-o, combate a abordagem semiótica da linguagem, e defende a consideração do discurso, da enunciação, da significação. Também trata de recuperar para nós a leitura de um Ferdinand de Saussure das continuidades – ou seja, portador de um enfoque contínuo, e não discreto da linguagem –, que, segundo ele, teria apontado para a relevância do poético, sem, no entanto, desenvolvê-la. Um Saussure que teria desenhado a língua de um ponto de vista dinâmico e criativo, diferentemente da leitura que o Estruturalismo nos proporcionou dele.

Há ainda o Saussure dos anagramas, mas quem se detém neste é o poeta, teórico e tradutor brasileiro Haroldo de Campos (2013), em suas cogitações em torno da linearidade, ou não, do signo linguístico, e da forma com que essas questões compareceram na teorização saussureana. O Saussure dos anagramas foi trazido à tona no momento em que o “*Curso de Linguística Geral*” já era amplamente conhecido, traduzido e vulgarizado dentro de uma visada estruturalista. A obra foi publicada no Brasil em 1974 (STAROBINSKI 1974). Foi no estudo do verso saturnino, que Saussure identificou, primeiro, palavras que se formariam em sequência não linear, como que cifradas no decorrer de determinados versos. Depois, seja como anagramas, hipogramas ou paragramas, reconheceu-as, também, em cantos védicos e na antiga poesia germânica aliterante. Conforme nos explica Campos:

O ponto nodal das reflexões de Saussure sobre os fenômenos anagramáticos está, justamente, naquilo em que elas tocam a questão da linearidade da língua. Trata-se, como

diz Starobinski, da questão do tempo na linguagem, que, por força do anagrama, surge a uma nova luz, quando os fonemas da palavra-tema são deslocados da ordem que lhes é própria, passando a sofrer um tratamento fugal (CAMPOS 2013: 116).

A concepção da escrita, e da escritura em particular, como partitura – ou seja, de forma não linear –, se já praticada por poetas, teria vindo à tona por meio de Jacques Lacan, que refutou, ao menos em parte e antes de conhecer suas ideias das palavras sob as palavras, a tese saussureana da linearidade do signo linguístico, ou seja, “bastaria escutar a poesia [...] para ouvir como emerge uma verdadeira polifonia, para saber que de fato todo discurso alinha-se nas várias pautas de uma partitura”, diria Lacan retomado por Campos (2013: 111).

Trata-se, seja como for, de fenômenos que se dão paralela ou complementarmente: aquele que Saussure desvendou, de certas palavras que se encontram cifradas e distribuídas de forma descontínua na continuidade de determinados versos e estrofes, e este, da configuração da poesia à moda de uma partitura, propícia à declamação ou leitura simultânea, i.e., em “textos destinados a uma leitura não linear, mas plúrima” (CAMPOS 2013: 118).

Por sua vez, a fuga enquanto estilo musical polifônico, contrapontista e imitativo, teve origem no barroco. Várias vozes entram sucessivamente e vão se entrelaçando na medida do andamento musical. No caso do “*Réquiem em ré menor*”, composto por Mozart em 1791, é inserido, após o Introito e o Kyrie, parte do hino “*Dies Irae*”, do século XIII, de provável origem bíblica e de métrica trocaica (na alternância de tônica/átona):

*Dies Irae*

Dies irae, dies illa  
Solvat saeculum in favilla  
Teste David cum Sibylla  
Quantus tremor est futurus  
Quando iudex est venturus  
Cuncta stricte discussurus! <sup>2</sup>

Tema retomado na famosa sequência “*Lacrimosa*”, da mesma composição musical:

---

<sup>2</sup> Que, no entanto, traduzo sem seguir a métrica trocaica: “*Dia de Ira: Dia de ira, aquele dia/ Vão-se os séculos em cinzas/ Atestam Davi e Sibila/ Quanto tremor ‘inda há de vir/ Quando chegar o Juiz/ Com sentença toda estrita*”.

*Lacrimosa*

Lacrimosa dies illa  
 qua resurget ex favilla  
 Judicandus homo reus  
 Huic ergo parce, Deus  
 Pie Jesu Domine  
 Dona eis requiem, Amen <sup>3</sup>

O fato é que, conforme nos aponta Ataíde (2011) na referência ao “*Todesfuge*”, “com a exceção do segmento ‘Schwarze Milch der Frühe’, que corresponde a uma sequência de três pés trocaicos (– \_ / – \_ / – \_), cada um dos segmentos que formam o poema se constitui de uma sequência de anfíbracos”, i.e., de sequências ternárias. Não fosse a temática de que o poeta trata, poderíamos não dar atenção especial à presença da métrica trocaica no primeiro verso – que se repete três vezes no decorrer do poema; não fosse o título “*Todesfuge*”, também a lembrança de “*Dies Irae*”, em sua métrica trocaica, não se faria tão facilmente presente.

Com isso temos, além do fenômeno polifônico das palavras sob as palavras, a transposição para a arte poética de uma forma de (re) distribuição e retomada de versos, ou parte deles, em que palavras de um tema que se propõe na primeira estrofe sofrem variações e deslocamentos dentro de um tratamento fugal a tal ponto sutil, que não se transformam em artifício, mas se dá a entrever em sua tonalidade sugestiva. Forma e conteúdo amalgamam-se, já que aquilo de que se trata, ou seja, o terrível genocídio em campos de concentração, é apresentado à maneira do réquiem, remetendo-nos ainda a diversos aspectos biográficos que sabemos presentes na vida do poeta, mesmo aquele, posterior ao poema em questão, de um encontro mal resolvido com Heidegger para o qual o poeta teria esperado a retratação do filósofo.

Celan esperava que, no encontro entre ambos em uma cabana na Floresta Negra, em 1967, Heidegger manifestasse seu desejo de pedir perdão por seu posicionamento político a favor do nazismo, mas isso não aconteceu. Em carta datada de poucos meses antes de seu suicídio, e que seria enviada ao filósofo, Celan teria escrito “[...] pelo vosso

---

<sup>3</sup> Que também traduzo sem seguir a métrica trocaica: “*Lacrimoso: Lacrimoso aquele dia/ Quando ressurge das cinzas/ O homem réu a ser julgado/ Dele pois piedade, Deus/ Piedoso, Senhor Jesus/ Dai-lhe descanso, Amém*”.

comportamento enfraqueceis de maneira decisiva o poético e ousa suspeitá-lo o filosófico na vontade séria de responsabilidade que pertence a ambos”.<sup>4</sup>

É nesse ponto que retomo, de forma sintética, duas questões da teorização meschonniciana, as quais se interligam à sua maneira: o combate à métrica e a defesa da união entre Ética, Poética e Política, por meio da presença do corpo na linguagem.

## 7 À guisa de conclusão

Encontramos no combate mechonniciano à prevalência da métrica nos estudos linguísticos e literários sua afinidade com as ideias pronunciadas por Paul Celan em “*O Meridiano*”, onde este se contrapõe a uma arte construída por meio de artifícios, e aponta, à sua maneira, e de forma sintética e alusiva, a ligação íntima que se constrói entre Ética, Estética e Política, de um ponto de vista interno à arte:

Poesia: é qualquer coisa que pode significar uma mudança na respiração. [...] Talvez aqui, com o Eu – este Eu surpreendido e liberto aqui e deste modo –, talvez aqui se liberte ainda um Outro. Talvez o poema seja ele próprio a partir deste ponto ... e possa agora, deste modo não artístico e liberto da arte [i.e. dos artifícios], seguir os seus outros caminhos, e assim também os caminhos da arte [...] (CELAN 1996a: 54).

O poema liberto da arte é o poema liberto de artifícios e da métrica, no que esta poderia implicar artificialidade rítmica. No lugar do artificialismo e de sua aderência a modelos pré-existentes – ou a palavras que insistem em dominar nosso pensamento – entra a poesia como possibilidade de libertação, e o pensamento como invenção do pensamento (MESCHONNIC 2005). Celan nos assevera: “Ampliar a arte? Não. Entra antes com a arte no que em ti próprio há de mais acanhado. E liberta-te” (CELAN 1996a: 59).

A poesia como mudança de respiração implica a presença do corpo na linguagem, assim como a união indissolúvel entre Ética, Poética e Política, centrada em um sujeito atento aos fenômenos, que os interroga e os apostrofa – e nos interroga, e nos interpela.

Se o ritmo é a própria presença do corpo na linguagem, é ele que atribui sentido às frases e palavras, ao lhes atribuir força e união. Para isso, o poema de Celan torna-se bastante ilustrativo, assim como a crítica a seu eventual hermetismo e a sua fragmentação. Sem a percepção do ritmo, afloram diante de nós frases truncadas e sem sentido aparente;

<sup>4</sup> Informação disponível em <<https://sites.google.com/site/incensuraveis/conversa-acabada--celan-heidegger>> Acesso em 05.05.18.

podemos dizer que estamos diante de uma linguagem estilizada ou em ruínas, o que não deixa de ser uma das possibilidades de leitura diante do texto polifônico a que presenciamos. A percepção do ritmo e, no caso, da transposição do estilo musical da fuga para o poema, atribui sentido à eventual fragmentação e às ruínas. Não as justifica, faz com que se apresentem em sua força de linguagem – e de denúncia.

Neste trabalho, mesmo em função do espaço restrito, detive-me na sinalização da forma com que o ritmo se constrói em “*Todesfuge*” com recursos panrítmicos que se desencadeiam a partir do título e se sustentam, em parte em itens lexicais que confirmam a sugestão presente no título, em parte na configuração formal do poema. Chamo a atenção, entretanto, para o fato de que a forma, neste caso, não se apresenta apenas pela sonoridade deste ou daquele vocábulo, mas pela maneira de sua distribuição, que simula e retoma, em tradução, o estilo de repetição e deslocamento próprio da fuga musical. Dessa maneira, sem me voltar em particular para a questão bastante presente nos estudos literários a respeito do que uma obra significa, ou de qual a eventual mensagem que comporta, busco alertar para sua força de significação, ou seja, para a cadeia de sentido que o poema comporta, seguindo a linha do pensamento dos dois autores em que me centro. Inevitavelmente acabo aludindo à significação do poema como um todo, porém, sem apelar para uma eventual dicotomização entre significante e significado. Por isso mesmo, pode-se ter a impressão momentânea de que tratei apenas do título, quando, de fato, meu enfoque se espalhou pelo poema de forma mais geral.

Volto às primeiras palavras deste trabalho em que fiz menção ao pressuposto do diálogo enquanto interpelação do outro, mesmo porque é nele que reside o apelo à Ética em última instância (e lembrando-nos aqui, mais uma vez de Levinas). Lembre-se que, na teorização que tentamos compreender, cada visada se conecta com a outra: o combate ao signo envolve a defesa das continuidades, sendo que nelas reside a crítica do ritmo. O ritmo, por sua vez, só se dá como processo de subjetivação e como presença do outro na linguagem, i.e., como oralidade, como interpelação do outro nos interstícios do poema, de tal forma que “eu” e “outro” formam uma unidade, em confronto e em estado de complementariedade.

É dentro desse circuito, aberto e fechado, que encontramos – talvez de forma paradoxal, imprevista e, sobretudo, original – o elo que interliga internamente, no caso que venho tratando, Ética, Poética e Política, enquanto conduz à exigência da invenção

constante do pensamento e da linguagem, do pensamento pela linguagem, do silenciar das palavras para que outras palavras possam ser escutadas.

Da renovação e da transformação da vida e da História por meio das palavras.

## Referências bibliográficas

- ANDRADE, Mário. *Pequena História da Música*. São Paulo: L. Martins Editora, 1944.
- ATAÍDE, Artur Almeida de. Todesfuge, de Paul Celan, e suas traduções. *Cultura & Tradução*, v. 1, n. 1, 2011.
- CAMPOS, Haroldo de. Diábolos no texto (Saussure e os anagramas). In: CAMPOS, Haroldo de. *A reoperação do texto*. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- CELAN, Paul. *Arte Poética: O Meridiano e outros textos*. Lisboa: Cotovia, 1996a.
- \_\_\_\_\_. *Sete Rosas Mais Tarde: Antologia Poética*. Lisboa: Cotovia, 1996b.
- BENVENISTE, Émile. O aparelho formal da enunciação. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas/SP: Pontes, 1989.
- DERRIDA, Jacques. *Schibboleth*. Pour Paul Celan. Paris: Galilée, 1986.
- GOETHE, Johann Wolfgang von. *Fausto*. São Paulo: EDUSP, 1981.
- HORN, Erich. Paul Celan: die Todesfuge - eine multimediale Annäherung. 2011. Disponível em: <www.celan-projekt.de> Acesso em 07.07.2018.
- LEVINAS, Emmanuel. *Totalité et infini*. Essai sur l'extériorité. Paris: Kluwer Academic, 2017.
- MESCHONNIC, Henri. *Dédicaces proverbes*. Gallimard, 1972.
- \_\_\_\_\_. *Critique du rythme: anthropologie historique du langage*. Paris: Verdier, 1982.
- \_\_\_\_\_. *La rime et la vie*. Lagrasse: Verdier, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Combien de noms*. Paris: L'Improviste, 1999a.
- \_\_\_\_\_. *Poética do Traduzir*. São Paulo: Perspectiva, 1999b.
- \_\_\_\_\_. La force du langage. In: CHISS, Jean-Louis; DESSONS, Gérard (Ed.). *La force du langage*. Rythme, discours, traduction. Autour de l'oeuvre d'Henri Meschonnic. Paris: Honoré Champion, 2000.
- \_\_\_\_\_. Oui, qu'appelle-t-on penser? In: DESSONS, Gérard; MARTIN, Serge; MICHON, Pascal. *Henri Meschonnic, la pensée et le poème*. Paris: In Press, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Linguagem, ritmo e vida*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Dans le bois de la langue*. Paris: Éditions Laurence Teper, 2008.
- STAROBINSKI, Jean. *As palavras sob as palavras*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

Recebido em 07 de julho de 2018  
Aceito em 20 de novembro de 2018



# O modelo heurístico orgânico na obra de F. W. J. Schelling e sua recepção na Rússia do início do século XIX

[The Organic Heuristic Model in F. W. J. Schelling's Works and its Reception in Russia in the Early 19<sup>th</sup> Century]

<http://dx.doi.org/10.11606/1982-88372237377>

Pedro Augusto Pinto<sup>1</sup>

**Abstract:** Presenting a brief history of the idea of organism throughout the eighteenth century, we will try to describe the developments this idea went through before becoming a fundamental element in the debate on the Russian nationality promoted by Russian literate elite after the Napoleonic Wars. In this process, the ideas developed by German romanticism – in particular those of the philosophers J. G. Herder and especially F. W. Schelling – played a fundamental role. We will thus try to show how some of the thoughts from his so-called "Identity Philosophy", expressed in works such as "Ideas for a Philosophy of Nature" and "Philosophy of Art", were essential for Russian intellectuals and writers to advocate a distinctive artistic and cultural project for their own country.

**Keywords:** Romanticism; Organism; German Philosophy; Nationalism; Russian History

**Resumo:** Apresentando um breve histórico da ideia de organismo ao longo do século XVIII, tentaremos delinear a trajetória percorrida por ela até o momento em que se tornaria um elemento fundamental no debate sobre a nacionalidade russa promovido pela elite letrada do país após as Guerras Napoleônicas. Nesse trajeto, um papel fundamental é ocupado pelas ideias desenvolvidas pelo Romantismo alemão – em particular as dos filósofos J. G. Herder e, sobretudo, F. W. J. Schelling. Assim, buscaremos mostrar como alguns raciocínios oriundos da sua chamada "Filosofia da Identidade", e expressos em obras como "Ideias para uma Filosofia da Natureza" e "Filosofia da Arte", foram imprescindíveis para que intelectuais e escritores russos pudessem propugnar um projeto artístico e cultural característico para o seu próprio país.

**Palavras-chave:** Romantismo; Organismo; Filosofia alemã; Nacionalismo; História da Rússia

**Zusammenfassung:** In einer kurzen Darstellung der Ideengeschichte des Organismus im 18. Jahrhundert werden wir versuchen, die Entwicklungen dieser Idee zu beschreiben, bis sie zu einem grundlegenden Element in der Debatte über die russische Nationalität wurde, welche die gebildete Elite des Landes nach den Napoleonischen Kriegen anstellte. Dabei spielten die Ideen der deutschen Romantik – insbesondere der Philosophen J. G. Herder und F. W. Schelling – eine wesentliche Rolle. Wir werden versuchen zu zeigen, wie einige Gedanken aus Schellings sogenannter "Identitätsphilosophie", wie sie vor allem in den "Ideen für eine Naturphilosophie" und der "Kunstphilosophie" zum Ausdruck kommen, für russische Intellektuelle und Schriftsteller

<sup>1</sup> Universidade de São Paulo, Av. Luciano Gualberto, 403, São Paulo, SP, 05508-010, Brasil. E-mail: pedro.augusto.pinto@usp.br. ORCID: 0000-0001-9817-2895



maßgeblich wurden, um ein unverwechselbares künstlerisches und kulturelles Projekt für ihr eigenes Land zu verteidigen.

**Stichwörter:** Romantik; Organismus; Deutsche Philosophie; Nationalismus; russische Geschichte

## 1 Introdução

O presente artigo pretende abordar alguns reflexos e implicações do princípio heurístico orgânico, conforme a formulação romântica que receberia da filosofia clássica alemã, sobre a literatura e o pensamento russos do início do século XIX – mais especificamente no período compreendido entre a vitória russa sobre as tropas de Napoleão, em 1812, e a Guerra da Crimeia, em 1854, coincidindo aproximadamente com o reinado dos tsares Alexandre I e Nicolau I. Nessa época, sobretudo ao longo das décadas de 1820 e 1830, a então moderna filosofia alemã desfrutou de grande prestígio entre a aristocracia russa letrada, que recebeu com avidez as ideias de Schelling e, sobretudo, de Hegel (BUSHKOVITCH 2014: 183-184; FRANK 2008: 98-99; BILLINGTON 1970: 309-313, 324). O primeiro se insere no rol dos filósofos mais influentes na história intelectual do país eslavo, marcando, com maior ou menor força, figuras tão díspares quanto o anarquista Mikhail Bakúnin e escritor Nikolai Gógol, o radical Vissarion Belínski e o antissocialista Fiódor Dostoiévski. Dentre a sua vasta e diversa produção filosófica, destacaremos as ideias mais ou menos vinculadas à sua Filosofia da Identidade, em suas implicações estéticas e históricas – no que também faremos menção ao pensamento de J. G. Herder, onde se vê com maior clareza a aplicação heurística da ideia de organismo sobre os campos da história e da cultura humanas.

Assim, buscaremos apresentar, apenas panoramicamente, o desenvolvimento da ideia de organismo ao longo do século XVIII e seus desdobramentos sobre o pensamento de Schelling e de Herder, para depois apontar algumas características da recepção, na Rússia à época mencionada, da filosofia alemã em que tal ideia se fez presente. Em seguida, focaremos nossa atenção em alguns desdobramentos específicos da ideia de organismo no pensamento estético e histórico-cultural russo, sobretudo no tocante à polêmica sobre a singularidade histórica do país e sobre sua inserção em uma História Universal. Desse modo, o objeto de análise, aqui, será menos a imensa complexidade das ideias mencionadas, ou dos seus desdobramentos e abordagens nos mais diversos sistemas filosóficos dos séculos XVIII e XIX, do que a trajetória que ele percorreu até se constituir como parte fundamental do debate intelectual de um país que, à época, a

despeito de sua imensa participação no desfecho político das Guerras Napoleônicas, ocupava um espaço marginal no plano do pensamento europeu. Nesse sentido, é importante ressaltar que, feliz ou infelizmente, os palácios intelectuais – para usar uma metáfora de Kierkegaard (apud STEWART 2011: 244) –, erguidos com tanto esmero pelos seus autores, nem sempre são recebidos em toda sua inteireza e majestade quando se arriscam a ir para fora de sua terra de origem, de modo que, ao longo do processo de circulação cultural, à semelhança do que fizeram os otomanos com os monumentos da arquitetura antiga, são às vezes deformados, e têm aceitas no novo edifício cultural apenas aquelas pedras que servem para se erguer uma mesquita. Apontando precisamente para esse fenômeno no caso da recepção das ideias de Schelling na Rússia durante a década de 1820, Koyré (1976: 129) afirma:

De fato, por mais que geralmente se concorde sobre o fato da influência [de Schelling sobre o pensamento russo], e que se reconheça de um modo geral em Gálitch, Vellánski, Davýdov<sup>2</sup> e Pávlov os intermediários desta influência, obtém-se um fato estranho: toda vez que se procura estudar de uma maneira separada e mais profunda qualquer um desses pensadores, chega-se a este resultado, surpreendente em um primeiro momento, de que, no fundo, nenhum deles jamais foi, propriamente falando, um schellinguiano (tradução nossa).

Estranheza esta que se explica, precisamente, tanto pela influência das vulgarizações filosóficas quanto pelo interesse fatalmente enviesado da intelectualidade russa pelas ideias do grande pensador alemão (KOYRÉ 1976: 198).

## 2 Breve histórico da ideia de organismo

Não obstante suas possíveis relações com a monadologia de Leibniz – cuja referência é direta nas “Ideias para uma filosofia da natureza” de Schelling, e é sugerida na obra de Maupertuis por Ramos (2015: 17-28) – ou mesmo com textos ainda mais antigos da tradição filosófica europeia, a ideia de organismo, entendida como uma ruptura com a concepção mecânica da matéria e com a oposição desta ao espírito, remonta aos debates que dariam origem ao campo da biologia, e que partiram, em larga medida, da impossibilidade dos sistemas cartesiano e newtoniano em explicarem a formação de

<sup>2</sup> Para a transliteração dos nomes próprios russos, baseamo-nos na “Tabela de Transliteração do Russo para o Português” do Caderno de Literatura e Cultura Russas, com o adendo já costumeiro de transliterar as vogais fracas russas como vogais fortes sempre que não se encontrem na última sílaba, que estejam em sílaba átona ou que sejam precedidas pelas consoantes líquidas 'l' e 'r'. “Tabela de Transliteração do Russo para o Português”, in Cadernos de Literatura e Cultura Russas, nº 1, São Paulo, março 2004, p. 393.

corpos organizados na natureza. A compreensão da matéria como algo essencialmente morto, e a conseqüente abordagem dos seres vivos pela analogia com a ideia de mecanismo (através da qual seu movimento se tornava concebível) não podiam se desvencilhar dos pressupostos, inerentes a tal ideia, de uma intencionalidade e de uma agência externas ao próprio corpo. Lebrun (2002: 330) descreve esta problemática ao comentar o desdobramento específico que ela receberia na filosofia de Kant, onde passaria, na formulação do conceito de 'vivo', pela mesma transformação que buscaremos descrever:

A filosofia kantiana da física opõe um duplo obstáculo à conceptualização do organismo (no sentido moderno da palavra). Em primeiro lugar, o conceito de matéria 'é simplesmente reconduzido a forças motrizes' (*Anfangs.*, IV, 524), de forma que a matéria animada, **como qualquer matéria**, não pode ser distinguida da matéria bruta. 'Qualquer matéria animada move-se apenas pelo fato de que ela move algo de outro em uma direção oposta e vice-versa.' Compreendamos: apenas enquanto ela obedece à lei da ação e da reação e também à lei da inércia.

Não por acaso, a compreensão mecânica dos seres vivos levaria a formulações que buscavam precisamente a identificação de uma causa externa aos corpos que os mantivesse organizados ou que os tivesse organizado de uma vez por todas, tal como uma hipotética ação constante de Deus para a manutenção da matéria, Sua delegação de tal tarefa a anjos e demônios, uma suposta composição do mundo por matérias plásticas capazes de auto-organização ou o pressuposto da existência do mundo enquanto um desdobramento da criação, em uma temporalidade que para Deus surgiria como simultânea (MAUPERTUIS 1756: 141-142).

Nesse debate, um lugar especial foi ocupado pela formulação do francês Pierre-Louis de Maupertuis, cujo **princípio da mínima ação** logrou conciliar os princípios mecânico e finalista em sua explicação do que chamou de **corpos organizados**, atribuindo à matéria, sem abdicar da lógica causal ou da física newtoniana, finalidades inerentes a ela própria, traduzidas nas ideias de “desejo, aversão e memória”, e que seriam naturalmente buscadas com o mínimo possível de dispêndio de energia. De acordo com o pensador francês, haveria, portanto, certa **inteligência** na matéria, responsável por fazê-la se compor não em massas informes, mas sim em corpos e tecidos específicos, implicando certa proporcionalidade e certa economia na consecução de seus próprios fins. Pela aplicação universal deste princípio, ter-se-ia assim uma tendência inerente à matéria de, sob condições propícias, se organizar em determinados corpos, constatação reforçada

pela observação dos pólipos. Como afirma Lebrun (2002: 347), “que cada parte cortada de um pólipo volte a formar um organismo completo [...] é bem mais do que uma curiosidade, é uma reposição em questão da relação do todo às partes”. Em última instância, tais constatações traziam como implicação que a distinção entre os diversos seres não seria mais qualitativa, entre animados e inanimados, mas sim quantitativa, remetendo-se ao tempo e às condições necessárias para que a matéria se organizasse num determinado corpo ou em outro, com maior ou menor complexidade.

A consequência lógica desse raciocínio, conforme apontado, polemicamente, por Denis Diderot (1953: 69-70), seria uma **continuidade na natureza**, de modo que seus diversos corpos organizados, tanto orgânicos quanto inorgânicos, se distinguiriam não pela sua essência, mas pela gradação de sua inteligência, compondo, em última análise, um único todo. Somando-se esta gradação ao caráter econômico do princípio da mínima ação, tem-se como resultado que os corpos organizados não necessariamente de ser mais eficientes do que a razão humana na consecução de seus próprios fins, conforme se vê na maestria inimitável, muito embora surda, de certos animais na produção de seus ninhos, tocas, etc. Como se verá mais adiante, quando transpostas para o campo da cultura e da história humanas, tais decorrências serão fundamentais para a concepção de cultura na filosofia de Herder, assim como para a defesa, na intelectualidade russa, de uma herança cultural e de um desenvolvimento histórico endógenos, opostos à tentativa de transplante da civilização europeia ocidental para as terras do país eslavo.

A formulação de Maupertuis seria levada ainda mais adiante nas reflexões do Conde de Buffon. Nelas, a pressuposição da possibilidade de algo ter sido criado posteriormente à Criação teológica (ou seja, a possibilidade da **epigênese**) – à qual muitos atribuíam a origem de todos os seres (numa postura **preformista**) – e o pressuposto da existência não de classes, mas apenas de indivíduos (postura conhecida como **nominalismo**), permitiram que se passasse a enxergar na natureza tanto uma continuidade nos seus fenômenos quanto uma capacidade de se desdobrar a partir de si mesma, uma vez que não teria sido pré-formada de nenhuma maneira. Tal visão era novamente fortalecida pela existência dos pólipos e também dos zoófitos, a rigor inclassificáveis nos termos das taxonomias tradicionais, de modo que, posta em crise a separação rígida entre os diversos reinos naturais, a concepção contínua dos seres vivos passa a ocupar um lugar privilegiado:

Existe, portanto, nos vegetais e nos animais uma substância viva que lhes é comum, é essa substância viva e orgânica que é a matéria necessária à nutrição; o animal se nutre do animal ou do vegetal, assim como o vegetal pode também se nutrir do animal ou do vegetal decomposto: essa substância nutritiva comum a um e a outro é sempre viva, sempre ativa, ela produz o animal ou o vegetal quando encontra um molde interior, uma matriz conveniente e análoga a um e a outro [...]; mas quando essa substância ativa se encontra reunida em grande abundância nos lugares em que ela pode se juntar, ela forma no corpo do animal outros animais tais quais a tênia, as ascárides, os vermes por vezes encontrados nas veias, nas cavidades do cérebro, no fígado etc. Essas espécies de animais não devem sua existência a outros animais da mesma espécie que eles, sua geração não se faz como a de outros animais; podemos, portanto, crer que são produzidos por essa matéria orgânica, quando ela extravasa ou quando não é bombeada pelos vasos que servem à nutrição do corpo do animal; é bem provável que então essa substância produtiva, que é sempre ativa, e que tende a se organizar, produza os vermes e os pequenos corpos organizados de diferente espécie, dependendo dos diferentes lugares, das diferentes matrizes em que ela se encontra reunida (BUFFON 1836: 474, tradução de Márcio Suzuki)

Tal continuidade, implicada pela onipresença desta “substância viva”, se estenderia até mesmo aos seres humanos, que, embora vistos por Buffon como o pináculo da natureza, o seriam apenas por razões quantitativas, vinculadas à diversidade de sua sensibilidade e à possibilidade de se erguerem, pela postura ereta, acima dos outros animais. E é desta assunção da superioridade humana e da unidade gradual entre os seres vivos, implicada pela conjugação de concepções epigenéticas e nominalistas, que se estabelece em Buffon uma hierarquia decorrente do princípio heurístico pelo qual a multiplicidade dos seres se remete a um único “ser prototípico” – justamente o ser humano:

Os animais que mais se assemelham ao homem por sua figura e por sua organização serão portanto, a despeito dos apologistas dos insetos, mantidos nas posição em que estavam, de serem superiores a todos os outros pelas qualidades interiores; e, ainda que sejam infinitamente diferentes das dos homens, que sejam apenas, como provamos, resultados do exercício e da experiência do sentimento, esses animais são, por essas mesmas faculdades, muito superiores aos insetos; e como tudo se faz e que tudo [sic] existe por nuances na Natureza, podemos estabelecer uma escala para julgar os graus das qualidades intrínsecas de cada animal, tomando por primeiro termo a parte material do homem e colocando sucessivamente os animais a diferentes distâncias, conforme efetivamente se aproximem ou se distanciem mais ou menos dele, tanto pela forma exterior como pela organização interna. (BUFFON 1844: 391, tradução de Márcio Suzuki)

Tal hierarquia, por sua vez, se estruturaria em termos simultaneamente morfológicos e econômicos, onde a disposição de uma quantidade limitada de matéria para a constituição de organismos mais ou menos perfeitos implicaria, ao mesmo tempo, a adequação da matéria às funções do organismo – constituindo sua morfologia –, e a articulação dos recursos necessários para este processo – de onde a sua economia –, o que

teria reflexos nos custos reprodutivos e constitutivos de cada corpo e resultaria em perdas onde quer que houvesse um ganho. Entre aspectos morfológicos e econômicos, a organização dos corpos é permeada também pelo conceito de um **molde interior**, que se remete à própria acepção que se fazia, no século XVIII, da ideia de **forma** – interna –, oposta à **figura** – externa –, enquanto explicação da permanência de padrões nos processos reprodutivo e constitutivo.

Utilizando-se da expressão de Maupertuis, desejo, aversão e memória se refletem, assim, na própria organização espacial dos corpos, que segue padrões particulares, distintos dos padrões abstratos da geometria. A centralidade deste molde interior para a constituição de um organismo seria tal que, mesmo no erro, o processo de geração ou crescimento de um corpo nunca poderia ser aleatório, uma vez que o próprio desvio se remete ao que se pressupõe, heurísticamente, como sendo a forma ideal – ainda que esta, cumpre enfatizar, nunca se realize em sua plenitude, mas seja deduzida e realizada, na arte, pela razão humana (Buffon s.d.: 63). Deste modo, o princípio da unidade no ser prototípico acaba trazendo, também, implicações sobre a variedade e a singularidade dos seres na natureza: por derivarem de um único modelo, suas variações se dão, economicamente, a partir do que já se dispunha no ser prototípico, de modo que o crescimento maior de uma determinada parte implica necessariamente a redução de outra. Sendo o ideal – tanto o de cada ser particular quanto o geral – inexistente em sua plenitude, a falha ou a simples alteração em relação a ele já se torna um índice de singularidade. Ademais, a distribuição econômica da massa e do corpo de acordo com a sua especialização se desdobra também em uma correlação psicológica, de modo que cada ser tem a sua característica não apenas física, mas também espiritual.

Inicialmente confinada aos limites das ciências da natureza, tal abordagem estava destinada a transbordar, ao longo do século XVIII, para outras áreas do pensamento. No plano do que, então, passava a ser pensado como o ramo filosófico da Estética, a ideia de perfeição de Buffon seria rapidamente aplicada à conceitualização de beleza: ambas partiriam de uma **adequação da matéria ao seu conceito** através da sua disposição morfológica e econômica, visando à realização do ideal. Já em Kant, o conceito de uma “natureza prototípica”, ou *Urwesen*, entendido também como harmonização entre causas teleológicas e mecânicas, seria tributário do princípio de Maupertuis e das ideias de Buffon, constituindo um princípio heurístico capaz de associar e comparar fenômenos diversos a partir de uma única raiz comum. De maneira análoga ao desenvolvimento

conceitual que se buscou descrever, Kant também operaria uma transição entre um organismo entendido meramente como composto de partes organizadas – no que não se distinguiria do mecanismo – para um organismo caracterizado como um **fim natural**, processo no qual a distinção entre a ideia de fim [*Zweck*] e de intenção [*Absicht*] seria central (LEBRUN 2002: 344-345).

Ainda assim, a filosofia de Kant representaria uma ruptura significativa com as ideias que se buscou apresentar até aqui. Uma vez estabelecida a exclusividade humana em ser um fim em si mesmo, também o ideal, que em Buffon poderia ser visto como algo presente na natureza, passa a se limitar ao ser humano, que portanto se separa da natureza por uma distinção qualitativa onde o humano surge para o natural como seu fim último e derradeiro e o submete à sua finalidade moral. É precisamente a esta ruptura de ordem qualitativa que se oporão a Filosofia da Identidade de Schelling e o todo o pensamento de Herder, oposição esta que terá consequências significativas sobre as suas formulações acerca da história e da cultura. Tais formulações, por sua vez, correspondem à defesa que se fará, na Rússia, da busca por um desenvolvimento histórico endógeno, distinto do modelo de progresso da Europa ocidental.

### 3 Desdobramentos da ideia de organismo nas filosofias de Schelling e Herder

Ao se buscar compreender a presença do modelo orgânico, em sua formulação pela filosofia alemã, na questão nacional russa ao longo da primeira metade do século XIX, é extremamente curioso observar que o nome de Herder – o representante da filosofia alemã de seu tempo que melhor formularia, precisamente a partir dos desdobramentos da abordagem orgânica, as questões acerca da cultura, da diversidade entre os povos e da relação entre esta diversidade e a unidade humana – praticamente não consta em renomadas histórias do pensamento russo como as de Andrzej Walicki (2015), de James Billington (1970), de Alexandre Koyré (1976) e do russo Iuri Mann (1998).<sup>3</sup> Uma

---

<sup>3</sup> Menção um pouco mais numerosa à presença de Herder no pensamento russo do século XIX pode ser encontrada em Berlin (1994), mas ainda assim esparsa e, como é costume do autor, em meio a tão eruditas quanto genéricas listas de pensadores agrupados de acordo unicamente com a sua própria argumentação, sem adentrar em detalhes no pensamento de cada um e, o que se nos afigura como particularmente delicado, sem apontar quais obras e quais ideias de Herder foram assumidas especificamente por quais pensadores russos e em que contextos particulares de sua produção. Herder é também compreendido por Berlin à luz de uma conceitualização criticável de Romantismo, entendido



referência ligeiramente mais detalhada pode ser encontrada na obra de Gulyga (1975), onde se menciona sem maiores detalhes uma grande receptividade à obra de Herder na Rússia, que se teria refletido nas obras de Aleksandr Radíchtchev (1975: 168),<sup>4</sup> e na compra pela universidade de Tártu (então parte do Império Russo), em 1805, da biblioteca do renomado pregador de Riga em um leilão que se seguiu à sua morte (1975: 174) – com a curiosidade um tanto trágica de que metade dos livros se perderia em um naufrágio.

Tal lacuna historiográfica é confirmada por Júkova (2007), única obra de fôlego atualmente disponível a esse respeito.<sup>5</sup> De acordo com a pesquisadora russa, o tema da recepção da obra de Herder na Rússia foi abordado pela primeira vez, ainda que em termos puramente panorâmicos (o trabalho abrangia também a República Tcheca e a Polônia), em um artigo do pesquisador alemão Konrad Bittner (JÚKOVA 2007: 8), que posteriormente teria se detido com maior vagar sobre as influências do filósofo sobre o escritor e historiador Nikolai Karamzin, sobre o já mencionado Radíchtchev e sobre o poeta Gavrila Derjávín. Segundo Júkova, Bittner teria sido o primeiro, senão o único, a ter estudado a influência de Herder sobre os pensadores russos de maneira minimamente aprofundada. Na própria Rússia, o primeiro panorama acerca da questão surgiu apenas em um artigo de 1980, dedicado especificamente à influência de Herder sobre os estudos de literatura comparada (IDEM: 9). Embora se reconhecesse amplamente, por exemplo, a influência de Herder sobre a obra de Radíchtchev, até a edição do livro de Júkova nenhum trabalho especificamente sobre esta influência jamais havia sido escrito (IDEM: 29). Ainda assim, a autora afirma que o interesse pela obra de Herder, tanto poética quanto filosófica,

---

como um anti-iluminismo (BERLIN 2002, 2015), que mais dificulta do que colabora na tarefa de compreender o autor e sua recepção de um ponto de vista histórico, como tentamos, por exemplo, fazer aqui, ao remeter as ideias de dois românticos como Herder e Schelling a um iluminista por excelência como Buffon. Ademais, Berlin tem o costume de não dar voz aos autores que menciona, raramente recorrendo à citação direta ou indicando de maneira precisa as suas fontes, o que impossibilita a leitura crítica e comparativa de suas análises conjuntamente com as outras que apresentamos aqui.

<sup>4</sup> Autor de “Viagem de São Petersburgo a Moscou” (1790), obra cuja publicação lhe renderia, pela descrição das condições econômicas e sociais – e sobretudo da servidão – na Rússia de Catarina II, um exílio na Sibéria.

<sup>5</sup> A obra de Júkova se destaca pela abrangência de seus estudos (que abordam a influência de Herder na Rússia desde finais do século XVIII até o início do século XX), e pela indicação de uma lacuna historiográfica que vem, aos poucos, sendo preenchida. Ainda assim, excetuando-se algumas menções a bibliotecas particulares, arquivos e reminiscências, a autora nem sempre fornece suficiente evidência documental para a sua análise, valendo-se não raro apenas de comparações entre as ideias de pensadores russos e as propagadas pelo filósofo alemão sem demonstrar uma relação direta de causalidade entre elas. No tocante a presença do pensamento de Herder especificamente no debate sobre a nacionalidade russa, Júkova menciona que a ideia de uma arte e de uma cultura autenticamente nacionais foi advogada sob a influência do filósofo na década de 1800 pela Sociedade Literária Amistosa [*Drujeskoie Literatúrnoie Óbchtchestvo*], mas não indica se os projetos e ideias do grupo tiveram continuidade ao longo das décadas seguintes, quando o debate finalmente assumiria, sob feições assumidamente românticas, o primeiro plano das discussões literárias (2007: 79-80).

teria surgido na Rússia ainda durante a vida do autor, marcando, para além do já citado Radichtchev, sobretudo a obra de Karamzin, que publicou trechos traduzidos da obra do filósofo e fez questão de conhecê-lo pessoalmente em suas viagens pela Alemanha na década de 1790 (2007: 4, 51). O teor dos relatos do historiador leva a autora a crer que Herder já fosse razoavelmente conhecido entre o público letrado russo da época, mas não são trazidas maiores evidências nesse sentido.

Se a falta de pesquisas sobre a recepção de Herder na Rússia resulta de uma relativa irrelevância do autor na paisagem intelectual do país no início do século XIX – ao menos quando comparada com a de outros autores alemães –, não compete, feliz ou infelizmente, a este artigo resolver. O que interessa notar, no que nos tange, é como alguns pensadores russos de peso no cenário crítico e literário da época chegaram a expressar ideias extremamente semelhantes às do autor de “Também uma filosofia da história para a formação da humanidade”, sem, todavia, mencionar o seu nome uma única vez. Já ao nome de Schelling, pelo contrário, encontram-se menções numerosas, tanto nos textos de época quanto na historiografia, sendo a partir de suas ideias sobre a mitologia que um eslavófilo<sup>6</sup> influente, Ivan Kiréevski, tirará suas reflexões acerca da divisão original dos povos e do valor filosófico de suas crenças específicas. Neste sentido, buscaremos explicitar brevemente as ideias dos dois filósofos alemães que mais ressonância teriam na vida intelectual russa da primeira metade do século XIX, seja pelo contato e pela influência direta que exerceram sobre o país eslavo – no caso de Schelling –, seja pela intrigante coincidência de suas concepções históricas com as de determinados pensadores russos – no caso de Herder.

Sem risco de exagero, pode-se dizer que poucos pensadores europeus, ou estrangeiros de modo geral, exerceram tanta influência sobre a cultura russa no século XIX como Schelling, ainda que isso não implicasse uma compreensão precisa de suas ideias. O escritor Vladimir Odóevski o comparava a Colombo; de maneira análoga, em carta direta ao pensador alemão, o polemista Piotr Tchaadáiev lhe confessaria que sua filosofia lhe havia aberto “novos mundos” (apud PUSTARNÁKOV 2001: 82, 189). Assim como eles, uma enorme lista de personalidades russas influentes nos debates político, filosófico e literário do século XIX dedicaria ao menos uma linha de suas obras à

---

<sup>6</sup> **Eslavófilos** eram os partidários de um projeto nacional autóctone para a Rússia nas décadas de 1840 e 1850, e se opunham aos **ocidentalistas**, que defendiam a modernização do país sob o modelo da Europa ocidental.

importância que o filósofo de Vurtembergaria teria tido sobre a sua formação.<sup>7</sup> Dentre a vastidão de seu pensamento, e dentre as distintas fases que este atravessaria no decorrer da longa vida do filósofo, de particular relevância foram as suas ideias acerca da natureza, da relação de identidade entre esta e o espírito e da conseqüente importância da mitologia e da arte simbólica enquanto expressões do absoluto. Com efeito, ao se referir a um dos principais divulgadores da obra de Schelling na Rússia, Koyré (1976: 138) observa com certo espanto que mesmo tendo acesso à produção posterior do filósofo – resultado dos inúmeros desdobramentos e renovações intelectuais pelas quais passaria Schelling em sua longa vida –, pode-se notar entre a intelectualidade russa uma permanência duradoura especificamente das ideias expressas em sua filosofia da natureza e em seu sistema da identidade, razão pela qual nos focaremos particularmente nesta parte de sua obra.

Em seu livro “Ideias para uma filosofia da natureza”, Schelling parte da investigação acerca da possibilidade e da necessidade da representação, por parte do espírito, dos processos e seres a eles externos – no que se inclui, acima de tudo, a natureza –, para chegar no problema da relação entre sujeito e objeto, debatendo, sem nomeá-la, a filosofia crítica de Kant. Contrapondo-se à possibilidade de formas apriorísticas carentes de conteúdo, e de, vice-versa, conteúdos despidos de qualquer forma, Schelling retoma os sistemas de Espinoza e de Leibniz para tentar estabelecer uma relação necessária entre o mundo dos fenômenos e as representações que dele são feitas no âmbito do espírito. Rejeitando, por vê-la como uma anulação da liberdade na esfera do todo, a ideia espinozana de uma substância primordial na qual espírito e matéria estariam originalmente interligados, Schelling retoma a monadologia de Leibniz para, simultaneamente, afirmar a necessidade de uma correspondência entre os fenômenos externos e as representações internas às próprias mônadas (contrapondo-se, assim, à ideia de que os fenômenos **agiriam** sobre o que é concebido essencialmente como um sistema fechado e puramente **ativo**), e também para esmiuçar a ideia de uma harmonia universal preconcebida que garantiria, supostamente, a correspondência já mencionada. Recusando-se a ver aí qualquer espécie de agência divina, pelo fato de semelhante relação não poder ser considerada necessária, Schelling é finalmente levado a concluir pela presença de algo familiar ao espírito nos fenômenos fora dele – ou seja, **pela presença do próprio espírito em todos os fenômenos naturais** (SCHELLING 2001: 99-100). Como

---

<sup>7</sup> Nesse sentido, chama a atenção o volume de textos inseridos na coletânea “Schelling: pro et contra” – todos relacionados de alguma forma à filosofia de Schelling –, assim como a própria iniciativa de se organizar um livro com documentos acerca da recepção do filósofo pela intelectualidade russa.

argumento, apresenta a relação intrincada entre ideia e matéria que se pode observar em qualquer organismo, que tende a se organizar conforme o conceito de si mesmo, e deduz a partir daí tanto a necessidade da relação entre os fenômenos e o espírito quanto a **identidade** entre espírito e matéria – de onde se origina uma relação de continuidade entre o humano e o natural que se refletirá fatalmente na sua concepção da mitologia. Aqui já se pode ver com clareza a faceta metafísica que a discussão iniciada por Maupertuis tomaria no final do século XVIII.

A partir do momento em que a identidade entre o ideal e o real é colocada, e em que o absoluto é tido como a total indiferença entre estas suas duas **potências**, a mitologia e arte assumem para a filosofia de Schelling um papel fundamental (SCHELLING 2010: 44). Por garantirem a presença do universal em formas singulares, a mitologia e a arte, em sua vertente simbólica, se constituem na expressão por excelência do absoluto, uma vez que representam a manifestação sensível de ideias – não na forma de alegorias, mas sim de tautogorias. Aqui, cumpre observar que, ainda que o foco mitológico de Schelling costume recair sobre o universo greco-romano, o papel que ele lhe atribui, quando articulado à presença do espírito na natureza e à continuidade entre esta e a humanidade, traz consequências importantes sobre a forma de se pensar a mitologia dos diversos povos de um modo geral. De superstição nefasta, ou de reles alegoria para uma verdade exterior, ela passa a ser vista como a expressão primordial de uma experiência humana ainda integrada à natureza, na forma de uma produção inconsciente, orgânica, de seres mitológicos e ideais enquanto forças e processos naturais. De um ponto de vista histórico, tal processo teria sido interrompido pela atividade reflexionante do espírito, que levou à produção de ideias puras e abstratas, mas que deveria, numa perspectiva programática, traçar o caminho de volta (SCHELLING 2001: 38), visando à elaboração de uma nova mitologia derivada da liberdade.

E é nesse ponto que o pensamento de Schelling se cruza com o de Herder. Mais especificamente preocupado com questões históricas e, pode-se dizer, antropológicas, Herder configuraria, já em uma de suas primeiras obras, “Também uma filosofia da história para a formação da humanidade”, um deslocamento importante em relação à concepção iluminista de progresso – o título da obra, em si, já seria uma resposta ao livro de Voltaire (HERDER 2000: 9) –, e mostraria de maneira clara as consequências da aplicação da abordagem que se buscou descrever até aqui sobre o campo da história e da cultura humanas. A primeira delas, a partir da qual se estruturará toda a concepção

herderiana da humanidade, é o princípio da continuidade entre os seres humanos e a natureza, em oposição à ruptura defendida por Kant em virtude da moralidade. Tal continuidade implica, em primeiro lugar, uma relação de contiguidade entre a História Natural e a História humana, e por conseguinte permite que o mesmo princípio que se utilizou para analisar os fenômenos da natureza seja aplicado também na análise dos fenômenos antrópicos. A razão humana seria, assim, apenas a culminância de graus de sensibilidade já presentes na natureza; os primeiros homens teriam sido “pequenos deuses audaciosos”, que ocuparam as terras inabitáveis e criaram a linguagem, de modo que a cultura seria ela mesma um monumento da História Natural.

Deste modo, as mesmas características que haviam sido observadas na natureza no pensamento de Buffon passam a ser aplicadas ao campo da cultura humana, entendida na sua variedade espacial e temporal. Da mesma forma que a natureza se desdobra em uma multiplicidade de seres, cada um de acordo com o seu próprio ideal, todas as mais diversas variações e especificidades culturais serão vistas por Herder como manifestações possíveis das mesmas potencialidades humanas, todas igualmente ricas e expressivas da sua capacidade ideal. A possibilidade de seu maior ou menor desenvolvimento não se dá por mérito ou por distinções essenciais, mas sim pela conjugação de fatores externos com as índoles individuais de cada povo e cada época. Por outro lado, de acordo com o mesmo princípio que havia sido exposto em relação à composição dos animais, também as potencialidades humanas efetivas implicarão sempre o abandono de alguma outra potencialidade – sendo esta mais uma razão para a sua diversidade. Não por acaso, Herder lança mão da metáfora da pintura, onde as diversas culturas humanas são vistas como tons ou gradações de um único quadro: a Humanidade. Em consonância com o que se havia estipulado acerca dos fins inerentes à matéria, Herder também passa a enxergar fins inerentes a cada povo e a cada cultura, desdobrando a ideia iluminista de progresso, unilinear, em uma tendência geral à perfectibilidade, matizada de acordo com as condições específicas de cada povo. Afastando-se do que considera uma arrogância de seu século diante das outras épocas e das outras nações do mundo, Herder afirma, assim, que cada povo, em cada época, tende à consecução de seus próprios fins, que se inscrevem de modo particular na totalidade das inclinações humanas – de modo análogo ao que Schelling afirmaria sobre os organismos em suas “Ideias”, e ao que Maupertuis e Buffon haviam elaborado em suas considerações sobre a natureza (HERDER 2010: 182).

## 4 A recepção da filosofia alemã e a questão nacional na Rússia

É curioso observar como o mesmo caminho percorrido pelo modelo heurístico orgânico na filosofia ocidental ao longo do século XVIII seria traçado, em pouco mais de 20 anos, no que à época constituía o ainda incipiente pensamento russo. Sendo recepcionadas sobretudo pelo campo da filosofia acadêmica e da filosofia da natureza, as ideias de Schelling seriam rapidamente desdobradas para o plano do pensamento histórico – o que é ainda mais notável se observarmos, mais uma vez, a aparente ausência na historiografia de menções à presença de Herder no pensamento russo.<sup>8</sup> Ainda assim, o simples desdobramento mitológico da filosofia de Schelling já poderia, por si só, trazer consequências importantes para a forma como um país que pensava a si mesmo como assolado pela superstição passaria a enxergar a sua própria história.

À semelhança dos territórios que compunham a moderna Alemanha, a questão da unilinearidade histórica proposta pelo iluminismo francês não poderia deixar de repercutir na sociedade russa, fadada a enfrentar a questão da ocidentalização desde finais do século XVII e sobretudo no início do século XVIII – quando a construção da nova capital, São Petersburgo, encarnaria por excelência o processo de modernização. Sem adentrar em meandros pormenorizados do contexto cultural alemão que gestaria a sua filosofia no século XVIII, é importante mencionar algumas distinções fundamentais que teriam grandes implicações sobre a recepção da filosofia alemã pela intelectualidade russa. Tal importância deriva do fato de, a despeito de se constatar uma ávida importação das principais correntes do pensamento europeu do período, não se poder encontrar na Rússia um debate filosófico com a mesma profundidade ou tampouco a mesma sistematicidade que se podia observar na França ou na Alemanha da mesma época. Tal distinção, longe de se dever a qualquer “inferioridade nacional”, como sempre aventado por uma parte da própria opinião pública dos países ditos atrasados, se deve a certas condições objetivas

---

<sup>8</sup> A chave para essa conjunção entre ausência e coincidência é sugerida por Júkova (2007: pp 87-93). Se na virada do século XVIII para o XIX, num ambiente ainda profundamente marcado pelo Iluminismo, a obra de Herder era apreendida como a obra de um filósofo e de um historiador, nas décadas de 1820 e 1830 Herder era visto na Rússia **sobretudo como um poeta**. Tal fato pode explicar a sua ausência nos estudos sobre o nacionalismo nas décadas de 1830 e 1840 aos quais nos remetemos. Mesmo que o interesse por suas interpretações históricas fosse mantido pela revista “O Mensageiro Moscovita” [*Moskóvskii Viéstnik*] e sobretudo por seu editor, Mikhail Pogódin, o esforço deste em divulgar a obra de Herder testemunhava certo esquecimento e pouca familiaridade com a obra propriamente histórica e filosófica do alemão – ainda que seu nome fosse conhecido, conforme atestam os versos do 8º capítulo do Evguêni Oniéguin, de Aleksandr Púchkin, onde Herder é listado junto com inúmeras outras leituras ao gosto da moda da época.

de reprodução dos bens culturais, assim como ao efeito que tal fluxo de ideias teria sobre determinadas camadas da sociedade.

É lícito apontar – de maneira simplificada, mas nem por isso errônea – uma série de fatores na circulação de bens culturais no território de língua alemã que desempenharam um papel propício ao desenvolvimento de sua filosofia do modo abstrato, sistemático e de pretensões universais com que se deu (HOBBSAWM 2010: 391-395). A presença do protestantismo, com suas inegáveis implicações no processo de disseminação da leitura, e a presença socialmente considerável de uma classe média – composta por funcionários públicos, clérigos e profissionais liberais – garantiriam, ao longo do século XVIII, uma expansão nada desprezível do público leitor e dos hábitos de leitura da população. A relativa proximidade da França, que se tornara, no século XVIII, a Meca do pensamento e da ideologia do progresso, facilitava a recepção e a incorporação do pensamento francês produzido no seu tempo, do mesmo modo que uma sólida tradição editorial, universitária e filosófica garantia que a leitura da filosofia francesa e inglesa não havia de se dar de modo passivo ou mimético, mas sim reflexivo. A fragmentação territorial favorecia a liberdade de imprensa, uma vez que textos proibidos em determinado Estado poderiam ser facilmente publicados no Estado vizinho. Ao mesmo tempo, é lícito supor que a ausência de condições objetivas de desenvolvimento análogas às que na época já se tornavam o eixo da moderna civilização burguesa – a centralização estatal e o desenvolvimento das forças produtivas – favorecia a formulação de ideias de caráter majoritariamente abrangentes, sem se ater a fenômenos específicos a não ser como ferramenta para a elaboração de teses gerais (BARKER 2004: 69-86).

Bem distintas eram as condições intelectuais do império russo na primeira metade do século XIX, ainda que, em larga medida, se pudesse dizer que partilhasse com a Alemanha a condição de Estado periférico ao eixo da Dupla Revolução. Levada a assimilar, a toque de caixa, aspectos seletivos da civilização ocidental ao longo do século XVIII, sua entrada no século XIX seria marcada pelo advento dos refluxos que se fariam, a partir de então, tão presentes em seu processo de modernização intelectual e sociopolítica. Com a eclosão da Revolução Francesa, ainda sob o cetro de Catarina II, a relativa liberdade de imprensa e de expressão garantida à nobreza esclarecida ao longo de seu reinado seria radicalmente revertida. O sucessor de Catarina, Paulo I, tratou de aprofundar ainda mais a reação, e, não obstante o breve período de liberdade que se seguiria nos primeiros anos do reinado de Alexandre I, a guerra com a França

napoleônica, a progressiva imersão do tsar no misticismo reacionário, e o próprio papel geopolítico desempenhado pela Rússia no Congresso de Viena e na Santa Aliança gerariam um ambiente intelectual cada vez mais marcado pela censura e pela repressão – num processo que seria coroado pela reação do governo ao pronunciamento militar de dezembro de 1825.<sup>9</sup> A este quadro político se somavam um público leitor estreito, concentrado nas duas capitais, e a ausência de uma tradição sólida de pensamento filosófico (BARKER 2004: 224-241).

Dado ainda o banimento das questões propriamente políticas do debate público, favorecendo a disseminação de questões, ao menos na aparência, puramente filosóficas ou literárias, tem-se o contexto em que se deu a recepção de boa parte da filosofia alemã então contemporânea, com a obra de Schelling se destacando como uma das mais prestigiadas. Koyré (1976: 43) sugere dois fatores fundamentais que teriam gerado na intelectualidade russa uma grande receptividade à então moderna filosofia alemã: de um lado, uma crescente galofobia, surgida em finais do século XVIII e exacerbada com a invasão de Napoleão, e de outro uma presença cada vez maior de *Gelehrte* alemães nos meios universitários russos, que haviam conhecido um breve período de expansão nos anos iniciais de Alexandre I. Pustarnákov (2001: 3), por sua vez, divide a recepção da obra de Schelling em três meios distintos da circulação de bens culturais na Rússia da época: o acadêmico, o religioso e o independente. Considerando que os dois primeiros teriam de suportar, a partir da guinada reacionária de Alexandre I, o jugo pesado da censura religiosa, que considerava a filosofia de Schelling um panfleto panteísta e, portanto, oposta à doutrina da revelação, foi apenas no terceiro ambiente que as ideias de Schelling puderam ser apreciadas com maior abrangência. Ainda que isso implicasse uma fatal falta de rigor, o prestígio desfrutado pela metafísica alemã nesse meio era imenso, conforme observou em suas memórias o príncipe Vladimir Odóevski (apud KOYRÉ 1976: 49), dizendo que “[...] a metafísica formava o fundo de nossa atmosfera espiritual [...]”. Nós acreditávamos na possibilidade de uma teoria geral, com a ajuda da qual seria possível reconstruir todos os fenômenos da natureza [...]”. Tal prestígio, e sobretudo o desfrutado por Schelling, pode ser observado não apenas no entusiasmo de seus

---

<sup>9</sup> O Pronunciamento Dezembrista, assim chamado por ter ocorrido em 14 de dezembro de 1824, foi uma revolta de setores progressistas do oficialato russo rebelada no dia da coroação do futuro tsar Nicolau I. A pauta da revolta era vaga, e ia da exigência de um governo constitucional à coroação do arquiduque Constantino e à abolição da servidão. Sem qualquer apoio amplo da sociedade, o motim foi rapidamente desbaratado, e foi o marco de uma era de profunda repressão e reacionarismo políticos, sendo os envolvidos mandados para o Cáucaso e para a Sibéria.



defensores, mas sobretudo no ódio de seus detratores, dentre os quais a ponta de lança se encontrava dentro do próprio Estado, conforme se lê no relatório de Mikhail Magnítski, responsável pela reforma universitária de Alexandre I, em 1819:

Não é apenas a filosofia francesa, a dos Voltaire, dos Bayle, nem são apenas as doutrinas de Kant que trazem consigo a marca visível de sua inspiração diabólica. A filosofia alemã, especialmente a de Schelling, é talvez ainda mais perigosa, sendo, como é, mais bem camuflada. Ora, a essência e a base desta filosofia não são nada mais nada menos do que o livre-pensamento e a depravação (apud KOYRÉ 1976: 95, tradução nossa).

Voltando, porém, a Odóevski, seu testemunho nos é de particular relevância, na medida em que foi um dos mais influentes participantes da sociedade secreta autodenominada “Sociedade da Filosofia” [*Óbschestvo Liubomúdríia*],<sup>10</sup> de grande importância em meio ao contexto da recepção leiga da filosofia alemã na Rússia, e cujos membros, inicialmente interessados na estética e na filosofia da natureza de Schelling, passariam a conjugar ambas com a preocupação com a questão nacional.<sup>11</sup> Esta passava a se impor à intelectualidade russa com cada vez mais força em virtude de uma série de fatores históricos que se acumularam ao longo do século XVIII e que despontaram de maneira particularmente aguda no início do século XIX.

Em linhas gerais, para além do confronto de pelo menos um século com o paradigma civilizacional da Europa ocidental, imposto a partir do momento em que a coroa russa enxergou nesta um modelo administrativo, cultural e econômico a ser perseguido, e para além dos fenômenos históricos de ordem pan-europeia (secularização, esforço administrativo de uniformização social, aumento do fluxo comercial, crise do exército mercenário ante as tropas revolucionárias francesas), a intelectualidade russa que começava a se interessar pelas obras dos filósofos alemães havia passado pela experiência, inédita até então, de se ver triunfar militarmente sobre o homem que pusera

<sup>10</sup> A palavra *liubomudriie* é um decalque russo para a palavra *filosofia*, onde *liubo*=*filo* e *mudriie*=*sofia*. O termo que vingou, todavia, seria o de origem grega, *filosófiia*. Ainda assim Koyré (1976: 186) observa que boa parte do vocabulário filosófico que surgia então pela primeira vez em língua russa foi composto precisamente por decalques vindos dos termos da filosofia alemã, como por exemplo *vseedínstvo* (*Alleinheit*), *tsiélóstnost'* (*Ganzheit*), *samosviédenie* (*Selbstwissen*), *mirovozriéniie* (*Weltanschauung*), *narodnost'* (*Volkstum*) etc.

<sup>11</sup> No tocante à recepção de Herder pelos membros da Sociedade da Filosofia, Júkova aponta que a sua filosofia da história era vista por eles como apenas “uma variação literária da Filosofia da Identidade de Schelling” (2007: 93). De acordo com a autora, Odóevski via em Herder antes de tudo um poeta, no que não se distinguia da interpretação dominante no seu tempo. As ideias do pregador de Riga teriam sido assim assimiladas na década de 1830 conjuntamente com as de Schelling e sem grandes distinções, ambas colaborando para compor o fenômeno intelectual chamado de “schellinguianismo russo” [*rússkoie schellingiánstvo*] da década de 1830. Pelo próprio nome já se vê a qual dos dois pensadores caberia o maior prestígio.

todo o continente europeu de joelhos. Ademais, para os muitos letrados que compunham o oficialato do exército, a vitória contra Napoleão também implicou pela primeira vez um contato direto com a Europa ocidental, onde puderam sentir pessoalmente o contraste cultural entre esta e a Rússia, e onde tiveram um longo convívio com as tropas de seu próprio país, oriundas de realidades sociais bastante distintas das da nobreza à qual pertenciam.

A filosofia do romantismo alemão seria recebida na Rússia, assim, em um contexto onde a discussão sobre os rumos do país e sobre o papel específico do povo russo na história da humanidade estava na ordem do dia, o que teve como consequência o fato de as ideias e temáticas abordadas originalmente no âmbito da filosofia da natureza serem progressivamente transpostas para as questões históricas e culturais. É o que vemos em um texto programático da “Sociedade da Filosofia” escrito por um de seus membros filosoficamente mais brilhantes, Dmitri Venevitínov (apud KOYRÉ 1976: 217-220): tal como a matéria, à semelhança do ser humano, agiria livremente em sua simultânea espiritualidade, e de acordo com seus fins particulares, para se autorrealizar, também os povos agiriam no sentido de expressar e realizar a sua essência particular a partir de seus próprios fins, cumprindo apenas, para que isso ocorra, que tomassem consciência de sua especificidade humana. No caso concreto da Rússia, Venevitínov constatava que a opção pelo paradigma civilizacional que imperara ao longo de todo o século XVIII – a Europa ocidental – teria levado a Rússia a uma civilização postiça, exterior, e que, enquanto se insistisse na sua manutenção, o povo russo jamais seria capaz de se expressar ou de realizar a sua missão histórica particular. Tal processo de autoconhecimento implicaria, simultaneamente, **aprofundar-se em si mesma** e elaborar uma expressão civilizacional própria e singular, ou seja, uma arte e uma cultura indubitavelmente russas, que levassem o povo russo ao autoconhecimento. E foi seguindo um raciocínio análogo ao de Venevitínov que outro proeminente membro da Sociedade da Filosofia, Ivan Kiréevski, saudou a obra de Aleksandr Púchkin como sendo, finalmente, a expressão nacional que tanto se aguardava (KOYRÉ 1976: 237-238). Aqui, a importância atribuída à arte no processo de aquisição da consciência de si por parte de um povo nos remete não apenas às ideias de Schelling sobre a mitologia, mas, novamente, às ideias de Buffon (s.d.: 63), para quem apenas a arte era capaz de deduzir, da multiplicidade e das irregularidades existentes entre os indivíduos de uma mesma espécie, o seu protótipo ideal:

não foi pela comparação do corpo de um homem com o de outro homem, ou pelas medidas tomadas atualmente de um grande número de sujeitos, [...] foi pelos esforços

que se fizeram para imitar e copiar exatamente a Natureza, é à arte do desenho [*dessein*] que se sabe tudo o que se saber nesse gênero, o sentimento e o gosto fizeram aquilo que a arte mecânica não podia fazer; deixou-se de lado a régua e o compasso para se ater ao golpe de vista, realizaram-se no mármore todas as formas, todos os contornos de todas as partes do corpo humano, e se conheceu melhor a Natureza pela representação do que pela própria Natureza; desde que houve estátuas, julgou-se melhor a perfeição delas ao vê-las do que ao medi-las. Foi graças a um grande exercício da arte do desenho e a um gosto delicado que os grandes escultores chegaram a fazer sentir aos outros homens as justas proporções das obras da Natureza; os antigos fizeram estátuas tão belas, que, de comum acordo, foram vistas como a representação exata do corpo humano mais perfeito (tradução de Márcio Suzuki).

É nesse sentido que Koyré (1976: 14) enfatiza o papel crucial exercido pela filosofia do romantismo alemão para a concepção orgânica de história que seria formulada pela “Sociedade da Filosofia”, quando esta passou a se preocupar com o sentido de sua própria nacionalidade. Não por acaso, Ivan Kiréevski também se destacaria posteriormente como mentor intelectual do grupo eslavófilo, onde o modelo orgânico das “Ideias para uma filosofia da natureza” e a defesa de uma singularidade histórica russa estariam novamente articulados. Em seu artigo “O discurso de Schelling” (*Rietch' Schellinga*), de 1845, comentando um discurso do filósofo alemão a respeito do deus Jano, Kiréevski parte do papel que Schelling atribui à mitologia para estabelecer a relação entre esta e a constituição de uma comunidade enquanto povo:

Os mitos não podem ser inventados; pois, caso contrário, surge a pergunta: **quem os inventou?** Alguém sozinho não os poderia inventar, pois a mitologia cresce com o povo de um tal jeito, que considerá-la como algo inventado é a mesma coisa que deduzir a língua de um povo de uma obra de uma pessoa qualquer. E como é que o inventor poderia transmitir suas ideias para um povo, e obrigá-lo a acreditar que as suas invenções são deuses reais? É até mais fácil supor que a mitologia é a invenção de um povo inteiro; mas seria difícil explicar semelhante condição poética historicamente. Aliás, tal suposição seria a mais razoável de todas, se não encontrasse oposição na própria ideia de povo. Pois o que é um povo e o que faz uma reunião de pessoas um povo? **Não é a vida conjunta de muitas pessoas separadas que compõe um povo, mas a coletividade [*óbchtchnost'*]<sup>12</sup> de consciência, que se expressa exteriormente na língua, e interiormente na partilha [*óbchtchnost'*] de um único olhar para a ordem das coisas e do mundo, uma unanimidade da qual se originam a moral e os costumes.** Essa coletividade [*óbchtchnost'*] de visão acerca da ordem e da constituição original das coisas não é nada mais, nada menos, do que a religião, que nos povos antigos se manifesta na forma da mitologia (apud PUSTARNÁKOV 2001: 224-225, tradução e grifo nosso).

Não obstante a longa exposição que o artigo propõe acerca da religião no sistema de Schelling, surge com clareza a relação, orgânica, entre um determinado grupo de

<sup>12</sup> O termo deriva do adjetivo *óbchtchii*, 'comum', 'coletivo', que dá origem às palavras *óbchtchestvo*, sociedade, e *óbchtchina*, comuna camponesa.

peças e um determinado sistema mitológico, numa relação análoga à proposta por Schelling, em suas “Ideias”, para a compreensão dos seres vivos enquanto um todo inseparável entre ideia e matéria. Cumpre destacar que, no debate acerca da nacionalidade russa, a religião, por razões tanto históricas quanto ideológicas – e cumpre mencionar a existência de certa tradição, bem estabelecida, que considerava Moscou a “Terceira Roma” após a queda de Constantinopla (apud ETKIND et al.1992: 185-193) –, ocupava um papel fundamental: ao contrário da igreja católica ou das igrejas reformadas, a igreja ortodoxa russa se identificava especificamente com o Estado e o território do país, e mais de uma vez se atribuiu, com conotações positivas ou negativas, a diferenciação entre a Rússia e a Europa ocidental à ruptura entre a ortodoxia e as vertentes ocidentais do cristianismo. Segundo Tchaadáiev – ávido leitor de Schelling, mas influenciado sobretudo pelo catolicismo reacionário de Joseph de Maistre –, o isolamento da igreja russa teria sido a razão da sua desgraça (apud GOMIDE 2013: 77-78), ao mesmo tempo em que, ao longo do século XIX, a identidade entre o povo russo e a sua vertente específica do cristianismo seria o objeto de diversos discursos nacionalistas de cunho messiânico, entre os quais merecem destaque as concepções de Fiódor Dostoiévski. Segundo o escritor, seria precisamente a sua forma supostamente primitiva de cristianismo que caracterizaria a potencialidade do povo russo, e o que lhe garantiria, portanto, um papel singular na história universal (FRANK 2008: 329). Guardadas as devidas diferenças, tem-se aqui um desdobramento das potencialidades que Herder atribuía aos diversos povos, transferidas para um debate histórico e religioso e, em certa medida, instrumentalizadas para fins ideológicos.

É interessante observar como, já na “Sociedade da Filosofia”, se manifesta a oposição simbólica entre as então duas capitais do império russo, Moscou e São Petersburgo, uma vez que os seus membros marcariam presença como um grupo intelectual essencialmente moscovita. Para tanto, muito contribuiu o fato de que ainda era possível frequentar cursos sobre a doutrina de Schelling na Universidade de Moscou, mascarados de cursos de agronomia, mesmo depois de a repressão acometer outras grandes universidades do país (KOYRÉ 1976: 157). Já no plano simbólico, enquanto a cidade construída por Pedro, o Grande, era o símbolo russo de um projeto europeu, imposto pela vontade do tsar e visto como um marco civilizatório, Moscou despontava como bastião da Rússia ortodoxa e patriarcal, com sua miríade de igrejas e seu passado memorável (KOYRÉ 1976: 21). Em diversas passagens, o que despontava, em Maupertuis,

como uma ferramenta heurística para a compreensão dos corpos orgânicos, ou como uma base para o sistema da identidade de Schelling e para a filosofia da história de Herder, surgirá na literatura sob a forma de diversas de metáforas que visam, justamente, representar a cidade de São Petersburgo como uma criação *mecânica*, de finalidade extrínseca e dependente da vontade de seu criador, Pedro I – enquanto Moscou, por sua vez, surge como o fruto natural de séculos de história, como expressão, por si mesma, daquilo que constitui a Rússia como uma nação.

É isso que se vê no texto do poeta Mikhail Lérmontov, não publicado em vida, “Panorama de Moscou”. Amigo próximo de Odóevski, com quem compartilhava o interesse pela obra de Schelling (apud MANÚILOV 1981: 352), Lérmontov pôde frequentar duas instituições de ensino, a Nobre Pensão e a Universidade de Moscou, que se destacaram na época por sofrer menos com a repressão oficial ao ensino da filosofia do que suas congêneres em Petersburgo ou Kazan, e que contavam em seus quadros com schellinguianos russos de renome, como M. G. Pávlov e I. I. Davýdov, cujas aulas Lérmontov provavelmente assistiu (KOYRÉ 1976 : 112, 170; MANUILOV 1981 : 125, 361). Em muitas de suas obras, Lérmontov expressaria o seu desprezo por São Petersburgo justamente por se tratar de uma cidade artificial, não russa – caráter que se estenderia inclusive à própria população da cidade (SIÉRMAN 2003: 15-41). Sollogub (apud LOTMAN 2002: 209-210) descreve até mesmo que Lérmontov, sendo um exímio pintor e desenhista, gostava de desenhar por vezes a imagem da cidade sendo inundada, como forma de castigo divino. No texto que mencionamos, o binômio Moscou-Petersburgo assume claramente as feições do binômio orgânico-mecânico, e é apresentado logo no início do texto como forma fundamental de determinação:

Moscou não é um monte **frio de pedras mudas, dispostas em ordem simétrica**... não! ela tem a sua alma, a sua vida. Como em um antigo cemitério romano, cada uma de suas pedras guarda uma inscrição, rabiscada pelo tempo e pelo destino; uma inscrição incompreensível para a multidão, mas rica, repleta de ideias, de sentimento e de inspiração para o homem de ciência, para o patriota e para o poeta!... (LÉRMONTOV 1964: 241, tradução e grifo nosso)

Neste trecho, Lérmontov enfatiza também o caráter vivo da cidade, a sua capacidade de comunicação e, à semelhança das filosofias de Schelling e de Herder, o imperativo de certa comunhão entre o objeto e o espírito aguçado para que se possa penetrar no seu sentido singular, incompreensível de um ponto de vista genérico e exterior. A ausência da simetria oposta à vida e à natureza orgânica volta a aparecer na

descrição das cúpulas da Catedral de São Basílio:

[...] elas [as cúpulas] estão espalhadas por todo o edifício sem simetria, sem ordem, como ramos de uma antiga árvore, rastejando pelas suas raízes nuas (LÉRMONTOV 1964: 243, tradução nossa).

Toda a descrição do monumento da antiga moscóvia tende a fazer dele uma espécie de ser vivo: suas janelas são como “as pupilas de um monstro de cem olhos”; suas lamparinas brilham

[...] como brilha, à noite, um pirilampo por entre o musgo, envolvendo a torre quase em ruínas. Cada altar é colorido, por fora, com uma tinta especial, como se não houvessem sido construídos em um único tempo, como se cada soberano de Moscou, no decorrer de muitos anos, fosse-os juntando um a um, em homenagem ao seu anjo (LÉRMONTOV 1964: 243, tradução nossa).

Fruto inconsciente da história, a catedral de São Basílio é oposta, no texto, à torre de Sukhariev – monumento erguido em finais do século XVII por iniciativa do demiurgo ocidentalizante, Pedro I. Nela, tudo o que se vê são as marcas de seu criador, deixando clara a dependência de sua finalidade a uma intencionalidade a ela externa – para usar os termos da filosofia de Kant:

Ela olha orgulhosa para as redondezas, como se soubesse que o nome de Pedro está impresso sobre a sua fronte musgosa! Sua fisionomia sombria, suas gigantescas proporções, tudo traz a marca de outro século, a marca daquele poder ameaçador, contra o qual nada podia se opor (LÉRMONTOV 1964: 242, tradução nossa)

A oposição entre as duas cidades, disposta nos termos orgânico-artificial, estaria presente ainda em outras obras do poeta russo, assim como na obra de outros escritores de seu tempo, como Gógol, que traria para a oposição ainda a figura de Kiev, ocupando posição idêntica à de Moscou. Lérmontov, por sua vez, voltaria a tratar do assunto em outras obras inacabadas, assumindo sempre uma postura favorável à velha capital no que ela tinha de essencialmente russo e, nesse sentido, coletivo e integrado.

## 5 Conclusão

Considerando-se a importância do debate acerca da singularidade russa diante do Ocidente ao longo de todo o século XIX, pode-se ter uma pequena dimensão da relevância que a ideia de organismo, oriunda das ciências naturais e desenvolvida pelo Romantismo alemão, viria a assumir ao se integrar a essa disputa. Nos exemplos que foram apresentados, fica claro que a simples aplicação do modelo orgânico sobre a história russa

já implicava, de certo modo, uma tomada de posição a favor de um desenvolvimento próprio, uma vez que, da mesma forma que não caberia exigir o voo de um avestruz, tampouco seria razoável exigir de um determinado povo um desenvolvimento idêntico ou próximo ao de outros povos, com outra história e outros costumes. Não é difícil identificar o teor político desse raciocínio, e, a despeito das pretensões universais de Schelling, ou do generoso humanismo de Herder, ele haveria fatalmente de se prestar a simplificações ideológicas grosseiras e interessadas. Todavia, não foi esta a única aplicação que semelhantes ideias receberam na Rússia, e se pode dizer, em sua defesa, que a vasta produção literária do país eslavo, dedicada a impiedosas análises do Ocidente, é, de certa forma, um pouco tributária da valoração que o modelo orgânico – conforme a formulação que recebeu de Schelling – possibilitou de sua própria realidade histórica, que pelos padrões da filosofia das Luzes haveria de surgir, fatalmente, sempre como uma nação bárbara ou, na melhor das hipóteses, simplesmente como outro país do futuro. Em última instância, é possível até mesmo afirmar que o conflito entre o princípio ocidental, mecânico, e o russo, orgânico, teriam de conviver ao longo de todo o tempo vindouro, possibilitando o processo de exclusão e derrisão mútua que nos descreve Roberto Schwarz (2005: 78-79), para quem, diante da literatura russa,

ainda os maiores romances do realismo francês ficam parecendo ingênuos. Por que razão? Justamente, é que a despeito de sua intenção universal, a psicologia do egoísmo racional, assim como a moral formalista faziam no Império Russo efeito de uma ideologia 'estrangeira', e portanto localizada e relativa. De dentro de seu atraso histórico, o país impunha ao romance burguês um quadro mais complexo.

## Referências bibliográficas

- BARKER, H. (ed.) *Press, Politics and the Public Sphere in Europe and North America – 1760-1820*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- BERLIN, I. *Russian Thinkers*. Londres: Penguin, 1994.
- \_\_\_\_\_. “O Contrailuminismo”. In: BERLIN, I. *Estudos sobre a humanidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- \_\_\_\_\_. *As raízes do romantismo*. Trad. Isa Mara Lando. São Paulo: Três Estrelas, 2015.
- BILLINGTON, J. H. *The Icon and the Axe*. Nova Iorque: Vintage Books, 1970.
- BUFFON, G. *Oeuvres complètes*, tomo II. Paris: Garnier Frères, s.d.
- \_\_\_\_\_. *Oeuvres complètes*, tomo III. Paris: Duménil, 1836.
- \_\_\_\_\_. *Oeuvres complètes*, tomo IV. Paris: Abel Ledoux, 1844.
- BUSHKOVITCH, P. *História concisa da Rússia*. Trad. José Ignácio Coelho Mendes Neto. São Paulo: Edipro, 2014.
- DIDEROT, D. *Selected Philosophical Writings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1953.
- ETKIND et al. (org.). *Histoire de la littérature russe: Des Origines aux Lumières*. Paris:

- Fayard, 1992
- FRANK, J. *Dostoiévski: as sementes da revolta, 1821-1849*. Trad. Vera Pereira. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2008.
- GOMIDE, B. (org). *Antologia do pensamento crítico russo, 1802-1901*. São Paulo: Ed. 34, 2013.
- GULYGA, A. V. *Herder*. Moscou: Mysl', 1975.
- HERDER, J. G. *Histoire et cultures*. Trad. Max Rouché. Malesherbes: Flammarion, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Herder on Social and Political Culture*. Trad. F. M. Barnard. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- HOBBSAWM, E. J. *A era das revoluções*. Trad. Maria T. Teixeira e Marcos Penchel. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- JÚKOVA, E. P. *Herder i filosofsko-kul'turologícheskaia mysl' v Rossii*. Moscou: Universitiétskaia Kniga, 2007.
- KOYRÉ, A. *La Philosophie et le problème national em Russie au début du XIX siècle*. Paris: Gallimard, 1976.
- LEBRUN, G. *Kant e o fim da metafísica*. 2. ed. Trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- LÉRMONTOV, M. I. *Sobraniie sotchinenii v tchetyriekh tomakh*. Moscou: Khudojestvennaia Literatura, 1964.
- LOTMAN, I. *Istóriia i tipológiia rússkoï kul'tury*. São Petersburgo: Iskusstvo SPB, 2002.
- MANN, I. *Rússkaia Filosófskaia Estiétika*. Moscou: MALL, 1998.
- MANUILOV, V. A (org). *Liermontovskaia Entsiklopedia*. Moscou: Sovietskaia Entsiklopedia, 1981.
- MAUPERTUIS, P. *Oeuvres*, vol II. Lyon: Jean-Marie Bruyset, 1756.
- PUSTARNÁKOV, V. (org.) *Friedrich Schelling: pro et contra*. São Petersburgo: Izdatel'stvo Russkogo Khristianskogo Gumanitarnogo Instituta, 2001.
- RAMOS, M. Organic Monadology in Maupertuis. *Advances in Historical Studies*, v. 4, n. 1, 2015, p. 17-28.
- SHELLING, F.W.J. *Ideias para uma filosofia da natureza*. Trad. Carlos Morujão. Lisboa: Imprensa Nacional, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Filosofia da arte*. Trad. Márcio Suzuki. São Paulo: Edusp, 2010.
- SCHWARZ, R. *Cultura e política*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- SIÉRMAN, I. *Mikhail Liermontov: jizn' v literaturie 1836-1841*. Moscou: RGGU, 2003.
- STEWART, J. (ed.). *Kierkegaard and Existencialism*. Farnham: Ashgate, 2011.
- WALICKI, A. *The Flow of Ideas*. Trad. Jolanda Kozak e Hilda Andrews-Rusiecka. Frankfurt am Main: Peter Lang, 2015.

Recebido em 13 de julho de 2018  
Aceito em 04 de outubro de 2018



# A invenção da modernidade literária

[The invention of literary modernity]

<http://dx.doi.org/10.11606/1982-88372237401>

Rafael Guimarães Tavares da Silva<sup>1</sup>

**Resenha de:** MEDEIROS, Constantino Luz de. *A invenção da modernidade literária: Friedrich Schlegel e o romantismo alemão*. 1. ed. São Paulo: Editora Iluminuras, 2018.

Friedrich Schlegel, um dos nomes principais do Primeiro Romantismo Alemão [*Frühromantik*], não é uma figura muito conhecida do público brasileiro, apesar de seu nome vir sempre citado – junto ao de seu irmão, August – por grandes manuais que destacam a importância de sua atividade literária e filológica. Esse desconhecimento deve-se, sem dúvida, em parte, à dificuldade de seus escritos, acusados em sua própria época de serem ininteligíveis, e à complexidade de suas referências filosófico-literárias. Em parte, contudo, esse desconhecimento se deve também à pequena quantidade de traduções para o português de sua vastíssima obra (em alemão). Desde as importantes traduções e pesquisas de Márcio Suzuki, do qual cumpre destacar o livro *O Dialeto dos Fragmentos* (SCHLEGEL 1997), essa carência tem sido paulatinamente suprida, mas nunca antes de forma tão sistemática e dedicada como com os trabalhos recentes de Constantino Luz de Medeiros.

Verdadeiro defensor do espírito primeiro-romântico alemão entre nós, o pesquisador tem publicado inúmeros artigos dedicados a divulgar o tema e aprofundar suas pesquisas desde 2010. Em 2015, Medeiros lançou um estudo preliminar sobre Friedrich Schlegel seguido de uma tradução de seu texto *Relato sobre as obras poéticas*

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Minas Gerais, Av. Pres. Antônio Carlos, 6627, Pampulha, Belo Horizonte, 31270-901. E-mail: gts.rafa@hotmail.com. ORCID: 0000-0002-8985-8315



de *Giovanni Boccaccio*, como fruto de sua pesquisa de mestrado. No ano seguinte, veio a lume a tradução dos *Fragmentos sobre poesia e literatura (1797-1803): seguido de Conversa sobre poesia* (SCHLEGEL 2016), num trabalho de tradução conjunta com Márcio Suzuki. Pouco depois, publicou ainda a tradução de *Sobre o estudo da poesia grega* (SCHLEGEL 2018), precedido de uma interessante apresentação sobre “[o] antigo e o moderno em Friedrich Schlegel”.

Na linha desse esforço deliberado de construção do conhecimento em torno de seu objeto de predileção, Medeiros publicou em livro – também em 2018 – o fruto de sua pesquisa de doutorado, *A invenção da modernidade literária: Friedrich Schlegel e o romantismo alemão*. A fim de sugerir a importância desse título no horizonte intelectual brasileiro, gostaria de propor breves considerações sobre seu itinerário argumentativo e os principais assuntos abordados por ele, não tanto para propor uma leitura crítica de matéria tão vasta no curto espaço de uma resenha, mas apenas para incentivar a leitura e a discussão de um tema incontornável para os estudos literários e filosóficos.

Medeiros abre o primeiro capítulo de seu livro com considerações que buscam fundamentar sua opção por dividi-lo em grandes seções dedicadas respectivamente à história, à crítica e à teoria, a partir dos escritos de Schlegel. Nas palavras do estudioso:

O que toma corpo no primeiro romantismo alemão é o processo de reconfiguração dos discursos da teoria, da crítica e da história da literatura. Esse processo acompanha o surgimento de obras que apontam para a própria constituição ou que refletem sobre o fazer artístico, como *Lucinde* (1799) e *Conversa sobre a poesia* (1800), de Friedrich Schlegel, exemplos de literatura que produz a própria teoria. (MEDEIROS 2018: 17-18).

Desenvolvendo sua argumentação segundo tal tripartição – cuja influência sobre os estudos literários posteriores é necessário destacar, na linha do que se pode constatar em escritos de autores tão diversos quanto Chklovski, Wellek, Todorov e Compagnon, por exemplo –, Medeiros aprofunda indicações sugeridas por Nancy e Lacoue-Labarthe (1978), ao demonstrar a importância tanto da literatura para a obra de Schlegel quanto de Schlegel para a literatura. Ao mesmo tempo, evita as armadilhas apontadas pelos ensaios de Beiser (2003) e Frank (2004), ao levar em conta a dimensão filosófica do pensamento desse autor para a interpretação de suas considerações sobre literatura, crítica e história.

Guiado por tais princípios, Medeiros (2018: 17-36) dedica a primeira parte de seu primeiro capítulo à biografia de Friedrich Schlegel, sobretudo naquilo que a mesma revela de fundamental para a constituição de seus escritos: em sua educação religiosa; em suas leituras de Herder, Winckelmann e Lessing; em sua troca epistolar com seu irmão,

August; em suas amizades com Novalis, Fichte e Schelling, até a constituição da “constelação romântica”, por volta de 1796, e sua posterior dissolução, poucos anos depois, em 1801. Essa introdução funciona muito bem como forma de apresentação da relação entre as vidas desses estudiosos e suas obras, cabendo destacar a coerência prático-teórica do grupo durante todo o tempo em que esteve junto. Tem-se uma ideia do que seriam suas reuniões a partir daquilo que Schlegel apresenta – sob pseudônimos – em sua *Conversa sobre poesia*, publicado em 1800.

Na sequência, Medeiros (2018: 37-55) dedica profundas considerações à resolução schlegeliana da antinomia entre antigos e modernos. Procedendo a uma leitura comparativa do texto de Schiller, *Sobre poesia ingênua e sentimental*, publicado pouco antes de Schlegel dar a lume o outro texto dessa leitura comparativa, *Sobre o estudo da poesia grega*, Medeiros indica em que pontos essas propostas convergem e a partir de onde elas passam a divergir, retomando e aprofundando pontos anteriormente defendidos por um estudo de Jauss (1974). Sugerindo que as noções schillerianas de ingênuo e sentimental não coincidem com o que Schlegel afirma sobre o objetivo e o interessante, o estudioso defende que subjaz às duas propostas o interesse de destacar as diferenças qualitativas entre modos praticamente opostos de se fazer poesia. Embora esses modos não sejam estritamente ligados a uma diferença entre poetas antigos e modernos – posto que alguns modernos apresentariam características ingênuas (para falar como Schiller) ou objetivas (para falar como Schlegel) –, haveria uma tendência geral que diferenciaria a poesia antiga da moderna. É interessante destacar, contudo, que, embora ambos os autores louvem a perfeição da poesia antiga, seus escritos mantêm certa abertura para uma compreensão positiva da moderna (MEDEIROS 2018: 45). No caso de Schlegel, é nesse sentido que se deve compreender o que ele virá a desenvolver sob o conceito de “poesia romântica, universal e progressiva”, tal como proposto no célebre fragmento 116 da revista *Athenäum*.

Ainda no interior da seção dedicada à “História”, Medeiros (2018: 57-70) indica os possíveis precursores do pensamento histórico que Schlegel desenvolverá em seus estudos literários: Vico, Herder e Winckelmann, além de Friedrich August Wolff e Christian Gottlob Heyne, cujo aporte filológico foi imprescindível para sua formação. Para isso, o autor leva adiante importantes sugestões avançadas por Isaiah Berlin (1982 e 2015), demonstrando de que modo as mesmas se aplicariam ao pensamento específico de Schlegel. Nesse sentido, chama atenção a amplitude das referências literárias que o

estudioso veio a demonstrar em suas preleções sobre a literatura europeia (ministradas entre 1803-1804, em Paris, e 1812, em Viena): autores gregos e latinos antigos, cristãos, alemães, italianos, franceses, ocitânicos, ingleses, espanhóis e portugueses, entre outros, são citados, analisados e articulados, em leituras a partir de suas línguas originais, numa verdadeira demonstração virtuosística dos dotes intelectuais do estudioso.

A segunda seção do livro, dedicada à “Crítica”, volta-se para a incontornável questão da *Bildung* [formação] romântica. Sugerindo a forma como uma crítica aos filisteus (isto é, aos pequenos burgueses cuja conduta se pautava apenas por um utilitarismo de base mecanicista) se concatenava nos escritos românticos – mesmo naqueles de caráter romanesco – a uma proposta de intervenção na sociedade, Medeiros (2018: 84) indica a concepção de intelectual defendida por autores como Schlegel e Novalis. Aprofundando os apontamentos de Radrizzani (1997), o autor argumenta que o diálogo com as ideias de Fichte é fundamental para seu entendimento de que a poesia – em sua acepção romântica, isto é, como princípio de criação de toda a atividade artística em sua dimensão crítica – deveria se revelar um *medium* fundamental para que o poeta e o crítico pudessem conduzir seus contemporâneos ao absoluto.

Dentre os expedientes críticos disponíveis ao romântico a fim de cumprir sua destinação, cumpre destacar a ironia romântica, o chiste e a alegoria. Medeiros (2018: 91-107) propõe uma clara distinção entre as diferentes modalidades de ironia: retórica, socrática e romântica. Dando exemplos do modo por que obras românticas se valem dessa última modalidade mais refinada de ironia, como por meio de intervenções autorais, gracejos sérios e comentários metalinguísticos, desestabilizando os mais básicos pressupostos comunicacionais e abrindo a possibilidade para certo dialogismo, o estudioso destaca a importância do recurso para o desenvolvimento do que veio a se firmar como a literatura moderna. Dentre os exemplos de autores aventados como praticantes dessa modalidade romântica de ironia estão Miguel de Cervantes, Laurence Sterne, Jean Paul e Machado de Assis.

Essa seção encerra-se com considerações sobre o procedimento crítico da “caracterização” [*Charakteristik*], tal como desenvolvido por Schlegel. Com o fim de “concretizar a máxima de que um texto crítico-literário deve ser ele mesmo uma obra de arte, isto é, um complemento de criação artística, tornando a poesia mais poética e a crítica ainda mais crítica” (MEDEIROS 2018: 109), Schlegel propõe uma série de textos de fino apuro literário – arrogando para si a distinção de um gênero desenvolvido na própria

antiguidade, com os *Caracteres* de Teofrasto – sobre autores importantes, como Johann Wolfgang Goethe, Georg Forster, Giovanni Boccaccio e Gotthold Ephraim Lessing. Nesses textos, ressalta-se a singularidade [*Eigentümlichkeit*] do autor interpretado, a partir da qual se avançam juízos mais gerais sobre sua obra no interior da história literária (MEDEIROS 2018: 116-117).

A terceira seção do livro, dedicada à “Teoria”, começa com a explicitação de algo que já havia sido esboçado: o desenvolvimento do conceito de romântico desde seu uso na Antiguidade e na Idade Média até o sentido reivindicado pelos *Frühromantiker* e que passava a compreender “[a] aproximação entre antigo e moderno, filosofia e poesia, a mescla de temas e formas literárias, o entrecruzar de política e estética” (MEDEIROS 2018: 141). Em seguida, passa-se a uma elaboração do conceito de “poesia romântica, universal, progressiva”, que, embora anteriormente mencionado, só nesse momento do livro pode receber um tratamento capaz de sugerir a profundidade de que a noção desfruta no pensamento de Schlegel: em seu recurso à ironia romântica, à combinação de diferentes gêneros literários, à mescla de elementos do fantástico (imaginação criativa), do mímico (representação objetiva do histórico) e do sentimental (reflexão do sujeito), além de um compromisso com a *Bildung* [formação] e com o desenvolvimento de uma nova mitologia, numa incompletude que se revela uma forma de abertura ao porvir (MEDEIROS 2018: 145-154).

Na sequência da argumentação, Medeiros (2018: 159-167) propõe uma revisão sobre a discussão em torno da “teoria do romance”, concentrando-se nas implicações alemãs dessa questão, sobretudo a partir do surgimento do romance moderno burguês na Inglaterra do séc. XVIII. A essa concepção burguesa de romance parece se opor aquela que vem a ser delineada pelos *Frühromantiker* (de modo explícito sobretudo a partir da obra *Conversa sobre poesia*, de Schlegel), segundo a qual o romance seria a poesia romântica mais originária, cuja diferença em relação a outros gêneros residiria na capacidade de constituir uma mistura de todas as formas literárias, mesclando em suas determinações o lírico, o épico e o dramático (MEDEIROS 2018: 167). Em sua dimensão dialógica e aberta, essa concepção de romance preconizaria a quebra da linearidade narrativa e dos critérios miméticos de representação da realidade (segundo os critérios aristotélicos da verossimilhança e da causalidade), em prol da possibilidade de se recorrer ao sentimental e ao fantástico (no limite, ao grotesco). Schlegel teria levado a cabo essas ideias em seu livro *Lucinde*, publicado em 1799, causando um verdadeiro choque no

público, devido à matéria e à estrutura de sua narrativa (FIRCHOW 1971). Não há espaço para apreciar aqui o grau de novidade e riqueza desse livro, mas gostaria de deixar registrada a necessidade de que seja publicada o quanto antes uma tradução do mesmo para que também o público brasileiro possa apreciá-lo.

Encaminhando a conclusão de seu livro, Medeiros (2018: 183) avança algumas considerações sobre o importante uso que o fragmento vem a encontrar entre os românticos:

A característica dialógica do fragmento realça a crença na sociabilidade e no poder da criatividade artística que o primeiro romantismo alemão tem como uma de suas ideias centrais. O fragmento romântico não representa uma parte que se descolou ou quebrou do todo, um *Bruchstück*, mas um pedaço autônomo do todo (autônomo, porém, organicamente relacionado ao todo), criado intencionalmente de modo a deixar em aberto sua resolução. (MEDEIROS 2018: 183).

Ainda que reconheça suas afinidades com uma tradição iniciada com autores franceses – como Montaigne, Pascal e Chamfort – e presente já num alemão como Herder, Medeiros (2018: 183-194) destaca de que modo o fragmento adquire um estatuto central na obra de Schlegel, na medida em que combina uma série de pontos fundamentais de seu pensamento: a temática da mediação entre finito e infinito, a concisão e capacidade de polêmica do *Witz* [chiste], a conciliação entre uma perspectiva não-sistemática e uma holística, além de uma abertura para certa urbanidade e dialogismo que é a base para as formas de sinfilosofia e simposia pregadas por Schlegel como aspectos da *Bildung* [formação] delineada por seu projeto. Nesse sentido, o fragmento pode ser lido como uma espécie de alegoria para o próprio *Frühromantik*, especialmente nas obras de Schlegel.

O livro *A invenção da modernidade literária* condensa o resultado de anos dedicados por Constantino Luz de Medeiros à pesquisa dos *Frühromantiker*, com ênfase nos escritos de Schlegel, e revela o grau de maturidade de seu pensamento sobre inúmeras questões fundamentais para os estudos literários. A importância que o mesmo há de desenvolver para a formação dos leitores brasileiros que se interessam pelas áreas de Letras, Filosofia e História ou, ainda, pelas Humanidades em geral, já pode ser entrevista pela própria formulação com que seu autor o conclui, ao afirmar o seguinte:

Através de seus ensaios, romances, cartas, novelas e fragmentos, os jovens do primeiro romantismo alemão concretizaram a máxima de Friedrich Schlegel de que era necessário realizar uma revolução estética nos estudos de literatura. Ao aproximar reciprocamente poesia e filosofia, crítica e criação literária, eles renovaram os discursos da literatura, inaugurando, assim, a modernidade literária. (MEDEIROS 2018: 194).

## Referências bibliográficas

- BEISER, Frederick. *The Romantic Imperative: The Concept of Early German Romanticism*. Cambridge; London: Harvard University Press, 2003.
- BERLIN, Isaiah. *As raízes do romantismo*. Trad. Isa Mara Lando. 1. ed. São Paulo: Três Estrelas, 2015.
- \_\_\_\_\_. *Vico e Herder*. Trad. Juan Antonio Gili Sobrinho. Brasília: Editora da UnB, 1982.
- FIRCHOW, Peter. *Lucinde and the Fragments*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1971.
- FRANK, Manfred. *The Philosophical Foundations of Early German Romanticism*. New York: State University of New York Press, 2004.
- JAUSS, Hans Robert. Schlegels und Schillers Replik auf die ‘Querelle des Ancients et des Modernes’. In: JAUSS, Hans Robert. *Literaturgeschichte als Provokation*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1974.
- MEDEIROS, Constantino Luz de. *Friedrich Schlegel: “Relato sobre as obras poéticas de Giovanni Boccaccio”*: tradução e estudo preliminar. São Paulo: Humanitas; FAPESP, 2015.
- \_\_\_\_\_. *A invenção da modernidade literária: Friedrich Schlegel e o romantismo alemão*. 1. ed. São Paulo: Iluminuras; UFMG, 2018.
- LACOUÉ-LABARTHE, Philippe; Nancy, Jean-Luc. *L’Absolu littéraire: théorie de la littérature du romantisme allemand*. Paris: Éditions du Seuil, 1978.
- RADRIZZANI, Ives. Zur Geschichte der romantischen Ästhetik: Von Fichtes Transzendentalphilosophie zu Schlegels Transzendentalpoesie. In: SCHRADER, Wolfgang H. *Fichte und die Romantik*. Fichte-Studien. Band 12. Amsterdam: Rodopi, 1997.
- SCHLEGEL, Friedrich. *O dialeto dos fragmentos*. Tradução, apresentação e notas de Márcio Suzuki. São Paulo: Editora Iluminuras, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Fragmentos sobre poesia e literatura (1797-1803): seguido de Conversa sobre poesia*. Tradução e notas de Constantino Luz de Medeiros e Márcio Suzuki. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2016.
- \_\_\_\_\_. *Sobre o estudo da poesia grega*. Tradução de Constantino Luz de Medeiros. 1. ed. São Paulo: Iluminuras, 2018.

Recebido em 21 de dezembro de 2018

Aceito em 09 de janeiro de 2019

# A internacionalidade da literatura alemã

[German literature worldwide]

<http://dx.doi.org/10.11606/1982-88372237408>

Paulo Astor Soethe<sup>1</sup>

**Resenha de:** RICHTER, Sandra. *Eine Weltgeschichte der deutschsprachigen Literatur*. Munique: C. Bertelsmann, 2017. 728 p.

Para quem se dedica no ambiente acadêmico à pesquisa e docência de uma literatura estrangeira, logo se evidencia que a internacionalidade é elemento constitutivo de muitas obras e autores que se impõem, pouco a pouco, como seu objeto de trabalho e reflexão. As referências nacionais historicamente determinantes da delimitação disciplinar de sua área tornam-se porosas, e os ganhos cognitivos que nascem da valorização dessa porosidade acabam justamente se revelando como fonte de contribuição efetiva à atividade científica, tanto sob o ponto de vista da reflexão teórica quanto sob o parâmetro da revelação de novos dados, informações e conteúdos filológicos, histórico-literários e hermenêuticos. Na Germanística brasileira é inevitável dedicar atenção a um autor como Stefan Zweig, cuja biografia e produção vinculam-no diretamente ao Brasil. Da mesma forma, é incontornável dedicar atenção às relações de escritores brasileiros com a cena de língua alemã: edições originais de livros de Gonçalves Dias, como os *Cantos* ou *Os Timbiras*, por exemplo, foram publicadas em Leipzig, cidade frequentada pelo poeta; alguns dos poemas mais conhecidos do romântico brasileiro contêm epígrafes em alemão (na “Canção do exílio”, um texto de Goethe, em “Se se morre de amor”, um texto de Schiller); e o poeta mesmo foi tradutor excepcional de obras de língua alemã ao português, como *A noiva de Messina*. O espaço transareal que se cria em um par como o brasileiro-alemão tem caráter bem menos episódico e anedótico que se possa supor, oferece para a pesquisa muito material e documentação inexplorados – e mesmo assim

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Paraná, Rua General Carneiro, 460, Curitiba, 80060-000, PR, Brasil. E-mail: pauloethe@me.com. ORCID: 0000-0002-9810-0530





revela somente um recorte, ainda bastante parcial, das dinâmicas multipolares que de fato caracterizam a produção e circulação literárias, em qualquer contexto.

Daí o enorme mérito e interesse (também para o público brasileiro em geral) do trabalho de Sandra Richter em seu estudo *Eine Weltgeschichte der deutschsprachigen Literatur (Uma história mundial da literatura de língua alemã)*, lançado no final de 2017: como germanista alemã, a autora fez jus ao trânsito internacional em sua atuação acadêmica (com estações na Inglaterra e França, Estados Unidos e China), dedicando-se a desenvolvimentos teóricos e práticos em consonância com a desnacionalização dos Estudos Literários, por certo mais apropriados à complexidade e liberdade dos processos de produção, recepção e circulação literária. Mesmo mergulhada em um ambiente acadêmico “nacional”, como docente universitária na Alemanha, tratou de elucidar processos, obras e autores da literatura de língua alemã sob o viés da participação desses textos na assim chamada república mundial das Letras.

Em considerações sobre a historiografia literária global no primeiro capítulo de seu livro, um “Prólogo”, Sandra Richter, titular de Literatura Alemã das Idades Moderna e Contemporânea (Neuere Deutsche Literatur) na Universidade de Stuttgart, apresenta fundamentos e métodos para o estudo que desenvolverá ao longo de outras 600 páginas de texto e notas, acrescidas ainda de ampla bibliografia e índice remissivo. Richter, mãe de duas filhas em idade escolar, às quais dedica seu livro, e até então, em 2008, a mulher mais jovem a assumir uma cátedra em universidades alemãs, serve-se de estilo direto, elegante e acessível para apresentar ao leitor casos exemplares de obras e autores que se tornaram “artigo de exportação” e que, mais que isso, retroalimentaram o ambiente de produção literária na Europa de língua alemã, de 1450 até a atualidade.

O capítulo seguinte do livro, sobre o período de 1450 a 1700, inaugura a apresentação de uma série de casos exemplares, que se entrecem para compor o painel assumida e necessariamente incompleto de uma história literária mundial. O que o estudo propõe, afinal, é também uma abordagem da literatura de língua alemã. Com informações básicas sobre a obra e seu contexto de produção e publicação, o que torna o livro bastante acessível também para um público não especializado, a autora dedica-se de início a um dos primeiros best-sellers europeus, a narrativa satírica de Sebastian Brant *Das Narrenschiff* (1494; traduzida em 2010 no Brasil por Karin Volobuef com o título *A nau dos insensatos*). De maneira leve e espirituosa, Richter acompanha a obra de Brant em várias estações de sua recepção, até alcançar o ponto mais distante no itinerário geográfico e temporal a ser percorrido pelo leitor: “468 anos depois de Brant, zarpuou uma Pandaemonium, São Paulo, v. 22, n. 37, mai.-ago. 2019, p. 408-414

próxima nau dos insensatos” (p. 41). Trata-se aqui de um eco literário e cinematográfico de *Das Narrenschiff* nos Estados Unidos (destinado à circulação mundial, portanto): primeiro com o romance de Katherine Anne Porter *Ship of Fools* (1962), e logo a seguir no filme homônimo, de 1965, dirigido por Stanley Kramer. O filme recebeu os óscares de melhor fotografia e melhor direção de arte (para filmes em preto e branco) em 1966, além de diversas indicações em outras categorias.

Ao abrir esse espectro de quase 500 anos entre publicação da obra alemã e sua repercussão nos meios da cultura de massa do outro lado do Atlântico, Sandra Richter delinea já no início de sua empreitada o espectro amplo de liberdade reflexiva (e às vezes associativa) que o estudo assume, legitimado pelas diversas reviravoltas epistemológicas e metodológicas (os diversos *turns*) por que passaram os Estudos Literários em décadas recentes. De algum modo, no entanto, esse exemplo inicial também assume o caráter de caso-limite, já que é um dos poucos exemplos de referência cultural distante e relativamente solta, do ponto de vista filológico. Na sequência, sob regime bem mais característico do estudo todo, Richter prossegue com a descrição minuciosa do trajeto de novos textos, motivos e personagens em ambientes externos ao espaço de língua alemã, sob a indicação de agentes literários e culturais, fontes históricas e bibliográficas, e remissão a ampla bibliografia e documentação. É o que se dá, por exemplo, com a apresentação do romance *Fortunatus* (1509), seu protagonista e tema moral, revitalizado e testado em seus limites sob várias apropriações e recriações, desde o século XVI ao XIX.

No mesmo capítulo, dá-se ainda a primeira referência extensa ao Brasil, com o comentário sobre outro best-seller europeu: um subcapítulo todo é dedicado ao romance escrito pelo mercenário Hans Staden, que viajou duas vezes ao sudeste brasileiro, tendo sobrevivido em uma das viagens a nove meses de cativo imposto por índios tupinambás. Também aqui Sandra Richter documenta as diversas reimpressões, traduções e recriações da obra até a atualidade. A página 56 do livro, quase inteira, é tomada por reprodução da capa de edição recente da adaptação de Monteiro Lobato para o público infantil, *As aventuras de Hans Staden*, com ilustrações de Luiz Maia (Editora Globinho). A propósito, a produção gráfica do livro de Richter, com intertítulos em vermelho, diagramação agradável e rica gama de ilustrações, em geral bastante úteis e bem integradas ao texto, é outro aspecto positivo da publicação da editora C. Bertelsmann, destinada não apenas à comunidade acadêmica, como se disse. (Uma sessão de 15 páginas de gráficos e mapas ao final do livro, inclusive, procura dar noção, a partir de exemplos

pontuais, da difusão de obras de língua alemã no mundo, a partir de casos particulares, como o da obra de Franz Kafka.)

O capítulo 3 dedica-se ao período de 1680-1770, com destaque, por exemplo, à peça *Nathan, o sábio* (*Nathan der Weise*), de Gotthold Ephraim Lessing, obra chave do Iluminismo europeu, sobre o convívio entre as grandes religiões monoteístas. Por todas as tensões que caracterizam o Oriente Médio na atualidade, e sobretudo a partir do 11 de Setembro, com o aguçamento de associações negativas ao Islã no Ocidente como um todo, aumentou muito a atenção a esse texto de Lessing. Daí tanto mais apropriado que o livro de Sandra Richter descreva a repercussão da peça na cena mundial, inclusive para constatar limitações da obra em sua efetiva circulação, tanto em Israel como no mundo árabe (onde o texto é praticamente desconhecido). Curioso, no estudo de Sandra Richter (p. 112), o relato sobre a encenação dessa peça em 1956 na Deutsche Bühne de Buenos Aires, Argentina, em meio às tensões que marcavam o convívio de grupos de língua alemã naquele país: judeus e nacionalistas alemães, em parte emigrados após a Segunda Guerra Mundial, aos quais o teatro deu ocasião rara de encontro sob um mesmo teto. Esse exemplo pontual, entre outros, revela quanto a documentação ainda inexplorada (periódicos, cartas, diários, registros da atividade cultural em língua alemã na América Latina, especialmente no teatro) pode mesmo contribuir, quando se trata de escrever uma história *mundial* da literatura de língua alemã. Pois se o exemplo é interessante e elucidativo daquele momento histórico, ele também ratifica, no entanto, certa limitação existente na associação entre presença alemã na América do Sul, de um lado, e decorrências da barbárie nacional-socialista, de outro. A associação esconde que esses tempos obscuros foram antecidos por décadas de outro tipo de participação e interlocução de cidadãos de língua alemã no subcontinente, de coloração política diversa, não raro decididamente democrática.

Disso dá conta, no caso da América do Norte, boa parte do capítulo 4 do livro de Sandra Richter, dedicado ao período de 1770 a 1830. A fase é protagonizada, como não poderia deixar de ser, por Johann Wolfgang von Goethe, especialmente com *Os sofrimentos do jovem Werther* e *Fausto*. Entre diversos outros aspectos, o capítulo dedica longo trecho à repercussão da obra de Goethe junto aos transcendentalistas norte-americanos. O estudo descreve, nesse sentido, a circulação de textos de língua alemã nos Estados Unidos, em um ambiente então multilíngue, com ampla presença do alemão como idioma corrente na produção e debates culturais. Nesse mesmo capítulo, vale destacar um indício de quanto a maior atenção à presença da língua e literatura alemã no

contexto brasileiro podem render conhecimento acadêmico e científico não apenas à própria historiografia literária brasileira, mas também à cena internacional: o subcapítulo “Allemanismo brasileiro, um demônio homossexual e Manuel Antônio Álvares de Azevedo” (p. 188-191) dedica-se sobretudo a *Macário*, além de mencionar alguns de seus “sucessores” no diálogo literário brasileiro com Goethe, a saber Machado de Assis e Guimarães Rosa.

É de fato desejável, com base em trabalhos da Germanística brasileira já disponíveis, e na interface entre essa disciplina e os Estudos de Literatura Brasileira, que se aprofunde a pesquisa sobre a relação de autores brasileiros com a cena alemã. Que Álvares de Azevedo tenha mencionado muitos poetas de língua alemã em sua obra (às vezes de maneira pouco perceptível, referindo-se a Jean Paul como João Paulo Richter, por exemplo); ou que um autor alemão como Ludwig Uhland (hoje tão pouco conhecido no Brasil) tenha sido para Álvares de Azevedo talvez a referência poética mais importante; ou que o poeta brasileiro tenha aprendido alemão na infância, de modo a fazer constar como produção própria em sua *Lira dos vinte anos* uma tradução de poema de Heinrich Heine – nada disso parece estar presente no universo de referências dos estudos de sua obra no Brasil (tal como, mal comparando, é o caso da associação corrente entre os indianismos de José de Alencar e de François-René de Chateaubriand). Quando tais aspectos da obra de Álvares de Azevedo estiverem mais presentes em nossa historiografia, eles certamente se tornarão mais visíveis também em um estudo como o de Sandra Richter. A propósito muito do que seu livro menciona sobre o Brasil deve-se às estudantes brasileiras de Letras Alemão Taciane Murnel e Débora Raymann, que colaboraram com a autora.

O capítulo 5 (1830-1890) aprofunda, entre outros assuntos, mais uma vez a questão da presença alemã nos Estados Unidos. Na sequência, o capítulo 6 (1890-1930) dedica-se a autores alemães de grande repercussão internacional no contexto de globalização acelerada impulsionada pelo colonialismo, a industrialização, a difusão de informações pela imprensa e novos meios de comunicação, bem como pelo acontecimento da Primeira Grande Guerra e iminência da Segunda: Thomas Mann, Rainer Maria Rilke e Franz Kafka são aqui os protagonistas. De grande interesse é também o subcapítulo sobre a revista *Der Sturm*, uma das experiências mais sólidas de internacionalização literária envolvendo a cena de língua alemã, em época de consolidação das vanguardas e renovação da literatura no Ocidente de forma “coordenada”, com debates globais e intensa circulação de ideias, posicionamentos,

produtos culturais e reações criativas por parte de escritores, críticos e intelectuais de procedências diversas.

No capítulo 7, dedicado aos anos 1930 a 1960, Sandra Richter confronta-se com o contexto de dispersão dos autores de língua alemã em situação de fuga e exílio. Aqui merece especial atenção o caso de Stefan Zweig, cuja relação trágica com o Brasil se revitaliza ao tornar-se objeto de história em quadrinhos e realização cinematográfica recentes, aos quais a autora dedica comentário relativamente extenso. Outros autores judeus de língua alemã como Rose Ausländer, Paul Celan e Elias Canetti e os respectivos contextos de produção e recepção internacional de suas obras recebem atenção especial da autora, com destaque para a importância que a tradução e o debate teórico sobre tradução assumem nesses casos. De outra parte, o estudo dedica-se à atuação de Thomas Mann como exilado alemão na América do Norte e um dos principais líderes mundiais no combate intelectual ao fascismo.

Os capítulos seguintes, 8 e 9, são dedicados respectivamente às literaturas da Alemanha dividida entre os blocos comunista e capitalista (1945-1989) e ao período desde a reunificação (a partir de 1989). No primeiro caso, Sandra Richter apresenta panoramas editoriais e, em particular, as editoras Aufbau, no Leste, e Suhrkamp, no Oeste, como agentes de internacionalização das cenas literárias de seus respectivos países, a RDA e a RFA, àquela época. Não ficam de fora, naturalmente, autores e circunstâncias dos demais países de língua alemã. No capítulo 8, a autora tece comentários longos e elucidativos sobre autores de grande repercussão internacional, todos conhecidos também no Brasil: Heinrich Böll, Günter Grass, Hermann Hesse e Thomas Bernhard. No capítulo 9, Richter confere destaque a escritores que evidenciam, de dentro, a abertura da cena literária de língua alemã para o “outro como parte de si mesmo”: Emine Özdamar e Feridun Zaimoglu, autores turco-alemães, e Yoko Tawada, poeta nipo-alemã, são alguns exemplos. Fenômeno alemão conhecido no Brasil em particular desde a publicação de *EscreverEntreMundos*, de Ottmar Ette (Curitiba, 2018, com tradução de Rosani Umbach, Dionei Mathias e Teruco Spengler), a experimentação com elementos inter- e translinguais na nova literatura multicultural de língua alemã encerra o panorama oferecido por Sandra Richter.

O “Epílogo” traz ainda, no entanto, as conclusões teóricas e sínteses a que a autora chega, cumprido seu périplo de muitos séculos e muitos milhares de quilômetros em torno do globo. São 25 teses sobre as qualidades formais, processos translativos, condicionantes de visibilidade e prestígio, assimetrias e acronias, consensos e extraterritorialidades que Pandaemonium, São Paulo, v. 22, n. 37, mai.-ago. 2019, p. 408-414

marcam os fenômenos não raro conflituosos de constituição da cena literária internacional, da qual participam também os textos e autores de língua alemã. A tese final, de qualquer modo, destaca com otimismo o fato de que, ao contrário do que se parecia temer, há desde o fim do século XX cada vez mais traduções, publicações e – pode-se ter certa esperança – práticas mais intensas de leitura. Daí o livro encerrar-se com o aceno em direção a um desejável humanismo crítico, “que não expõe em via única valores universais, mas que se põe em busca de coisas em comum, em um mundo potencialmente vincado por cisões sempre maiores” (p. 481). Para Sandra Richter, “narrativas lidas de forma global, problemas planetários e a consciência quanto a insegurança do futuro podem gerar tais coisas em comum: eis a grande esperança” (idem).

Parece ser bom augúrio e vaticínio favorável à esperança que o livro expressa o fato de Sandra Richter – autora justamente de um livro como esse, mulher, mãe, pesquisadora precoce e excepcional em sua produção, perspectivação da história e prospecção de um futuro para a literatura de língua alemã – ter sido escolhida e nomeada a partir do início de 2019 diretora de uma das instituições mais importantes da cena literária alemã, o Deutsches Literaturarchiv (DLA, Arquivo Literário Alemão) na cidade de Marbach.

Seu livro merece recepção intensa e produtiva, também no Brasil, e não só pela cena ligada à literatura de língua alemã. Daí a conveniência e oportunidade de uma tradução brasileira, que se registra aqui como desiderato e recomendação.

*Recebido em 01 de fevereiro de 2019  
Aceito em 07 de fevereiro de 2019*